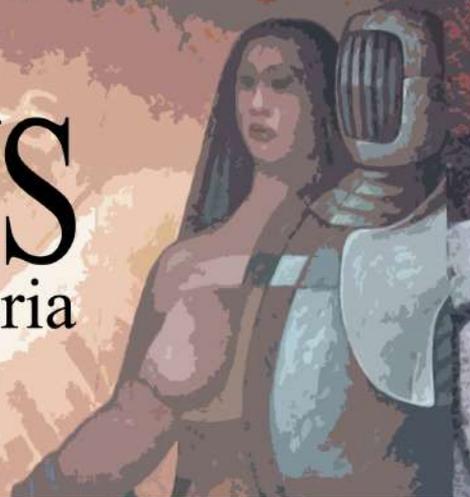




LOCUS
revista de história



Dossiê:

História recente da política externa da América Latina: uma questão de elites?

Vol 28, n. 1 (2022) e-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora

LOCUS

Revista de História



e-ISSN: 2594-8296

ISSN-L:1413-3024

Equipe Editorial

Editor

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ágnes Judit Szilágyi  
Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo  
Prof. Dr. Álvaro Garrido  
Prof. Dra. Armelle Enders  
Prof. Dra. Barbara Weinstein  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt 
Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes 
Prof. Dra. Cláudia Viscardi  

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky  
Prof. Dra. Hebe Mattos  
Prof. Dr. James Green  
Prof. Dr. Leandro Duarte Rust  
Prof. Dra. Maraliz Christo  
Prof. Dr. Vitor Izecksohn  
Prof. Dra. Wlamyra Albuquerque  

Conselho Consultivo

Prof. Dra. Alda Saúte Saúde
Prof. Dra. Amélia Polónia
Prof. Dra. Ana Maria
Mauad_
Prof. Dra. Ana Teresa
Marques Gonçalves
Prof. Dra. Angela de Castro
Gomes
Prof. Dr. António Costa
Pinto
Prof. Dr. Antônio Luigi
Negro
Prof. Dr. Antônio
Montenegro
Prof. Dr. Benjamin Arthur
Cowan
Prof. Dr. Carlos Alberto
Medeiros Lima
Prof. Dr. Charles Monteiro
Prof. Dr. Federico
Finchelstein

Prof. Dr. Fernando Londoño
Torres
Prof. Dr. Francisco Javier
Dosil Mancilla
Prof. Dr. Gerardo Caetano
Prof. Dra. Helena Hisako
Toida
Prof. Dra. Heloisa Starling
Prof. Dr. Henrique Espada
Lima
Prof. Dr. Ismael Saz
Prof. Dr. Jean Gormo
Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz
Vasquez
Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Prof. Dr. Marcelo Casals
Prof. Dra. Maria Dolores
Lorenzo

Prof. Dra. Maria Inácia
Rezola
Prof. Dra. Maria Lígia Prado
Prof. Dra. Marina Franco
Prof. Dr. Mario Sznajder
Prof. Dr. Matteo Pasetti
Prof. Dr. Olivier Compagnon
Prof. Dr. Pedro Ernesto
Fagundes
Prof. Dr. Peter Blasenheim
Prof. Dr. Roger Griffin
Prof. Dra. Regina Horta
Duarte
Prof. Dra. Solange Pereira
Rocha
Prof. Dra. Sônia Gomes
Pereira
Prof. Dr. Stefan Rinke
Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez
Seixas

. Dossiê: História recente da política externa da América Latina uma questão de elites? (Vol. 28, n. 1, 2022).
. Organizador: Mariana S. Leone, Diego S. Crescentino y Eduardo Tamayo Belda (Universidad Autónoma de Madrid).
. Capa: “América Latina”, 2022. Dalila Varela Singulane.
. Capa e Concepção gráfica: Dalila Varela Singulane.

Índice

Editorial	<i>Odilon Caldeira Neto</i>	1
Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História	<i>ANPUH</i>	3
Historia reciente de la política exterior Latinoamericana: ¿una cuestión de élites?	<i>Mariana S. Leone, Diego S. Crescentino y Eduardo Tamayo Belda</i>	11
<i>Dossiê</i>		
Eugenia em países irmãos: projetos e contratempos	<i>João Ítalo de Oliveira e Silva</i>	17
A Política Externa do Regime Militar: da ideologia ao pragmatismo	<i>Paulo G. Fagundes Visentini</i>	38
A imprensa nas relações internacionais: o golpe de 1964 no Brasil como construção midiática na Argentina	<i>Helder Gordim da Silveira</i>	64
Todo o mundo é um palco: viagens de campanha nas eleições presidenciais brasileiras de 1989	<i>Guilherme Casarões</i>	88
<i>Seção Livre</i>		
O Levante de Varsóvia entre a historiografia soviética e ocidental	<i>Dennison de Oliveira e Moisés Wagner</i>	118
A ideologia integralista no Paraná: o periódico “A Razão”, 1935	<i>Rafael Athaides</i>	147

Sobre zebras na América do Sul: a noção de entrelugar e a escrita do espaço em história ambiental	171
<i>Jo Klanovicz</i>	
Estela no silêncio da dúvida: um estudo sobre as relações afetivas no romance “O Perdão”, de Andradina de Oliveira	188
<i>Carlos Eduardo Millen Grosso</i>	
A obra manuscrita de Oliveira de Cadornega na Biblioteca Nacional de Portugal: a história da Angola seiscentista encomendada pelos Marqueses de Alegrete	206
<i>Priscila Maria Weber</i>	
Primo Levi e a literatura de testemunho: uma (in)definição	229
<i>Cleber Vinicius do Amaral Felipe</i>	
Liberdade para o capital: intelectuais do IBRE-FGV e as legislações sobre capital estrangeiro no Brasil (1951-1967)	245
<i>Rafael do Nascimento Souza Brasil</i>	
Historiografia do sistema político-partidário no Rio Grande do Sul da Primeira República Brasileira: notas e questionamentos	271
<i>Rodrigo Dal Forno</i>	
Uma diversão civilizada para um bairro moderno: o hipódromo de Vila Isabel (Rio de Janeiro; 1884-1890)	296
<i>Victor Andrade de Melo</i>	
A composição do preço do escravizado no recôncavo açucareiro da Bahia colonial: um estudo de caso a partir da escravaria de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)	323
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
<i>Resenhas</i>	
A Long History of Mexico in Global Context in John Tutino’s The Mexican Heartland (2018)	355
<i>João Gabriel Rabello Sodré</i>	
Discursos nacionais construídos sobre o patrimônio cultural e histórico	361
<i>Jaime Caro Morente</i>	

Diplomacia y paradiplomacia: actores, enfoques y desafíos de un campo de estudio en expansión 366

Eduardo Tamayo Belda

Entrevistas

Mujeres refugiadas y migrantes en España construyendo políticas de derechos 377

Mariana S. Leone

Estudio de la historia de la política exterior latinoamericana y española 383

Eduardo Tamayo Belda

Equipe Locus 397

Locus: caminhos e desafios editoriais

Locus: editorial paths and challenges

Locus: caminos y desafíos editoriales

Odilon Caldeira Neto
<https://orcid.org/0000-0001-5926-528X>

Nos últimos anos, as discussões sobre as políticas editoriais das revistas de História e das humanidades, em geral, têm passado por desafios dos mais diversos. Essas tensões são frutos de transformações sociais mais profundas e que ultrapassam quaisquer balizas institucionais das Universidades. Muitas dessas demandas e reivindicações são incorporadas às dinâmicas de lutas pela democratização de espaços que, tradicionalmente, foram ocupados por grupos ou setores sociais privilegiados, inclusive nos espaços acadêmicos.

Desta maneira, a atuação de movimentos sociais, assim como de novos atores ou de grupos tradicionais organizados, faz com que os temas de disputas políticas por memória e justiça sejam objeto de reflexões em pesquisas e em periódicos da área. Além disso, há a existência de investidas de cunho conservador, reacionário ou mesmo de grupos negacionistas, críticos sistemáticos às universidades e, particularmente, à historiografia. Estas trazem alguns imperativos para que as revistas e seus corpos editoriais passem a repensar a produção, circulação e divulgação de conhecimento científico, particularmente o historiográfico. Assim, questões incorporadas em abordagens historiográficas distintas trazem, na realidade, elementos de um processo mais amplo e complexo, qual seja o desenho de novas dinâmicas de poder e disputas projetadas em meio à difusão das novas tecnologias de informação, assim como das novas formas de regulação (ou desarticulação) do trabalho ou mesmo das recentes crises das democracias, com reflexos nítidos na realidade política brasileira mais recente.

Com isso, o mundo que circunda a atividade editorial da Locus tensiona, também, à necessidade de pensar políticas de valorização das Universidades, dos centros e institutos de pesquisa e, particularmente, dos periódicos científicos. Se a máxima “publicar ou perecer” se estabelece como uma espécie de mantra a gerações diversificadas de historiadoras/es e cientistas sociais, é necessário que exista uma preocupação cotidiana e coletiva destinada a discutir o papel

dos periódicos e, efetivamente, das variadas políticas de valorização destes meios de circulação intelectual, divulgação científicas e catalisador de lutas por democratização.

Neste contexto, a Locus traz, nesta edição, o editorial conjunto formulado a partir do Fórum de Editoras e Editores de periódicos da área de história da Associação Nacional de História (ANPUH), buscando prognósticos coletivos para os problemas e as eventuais soluções também coletivos. Além de questões mais particulares como escopo de periódicos, é necessário que seja possível discutir questões como a incorporação de artigos e dossiês temáticos em programas de disciplinas, assim como a valorização do papel dos editores, um ponto ao qual o Departamento de História e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora demonstram uma tradicional sensibilidade em valorizar a Locus e seus editores.

É a partir destes desafios e, principalmente, fruto de um trabalho coletivo e de grande qualidade, que o primeiro número de 2022 marca o início da minha gestão frente à Locus, em uma edição que conta com o dossiê temático *História recente da política externa da América Latina: uma questão de elites?*, organizado pelos pesquisadores Mariana S. Leone, Diego S. Crescentino e Eduardo Tamayo Belda. Além do dossiê, composto por 04 artigos, 03 resenhas e 02 entrevistas, o novo número da Locus conta 10 artigos de seção livre, demonstrando a pluralidade de enfoques, perspectivas, assim como o compromisso com a seriedade acadêmica e de suas dimensões sociais.

As próximas edições já estão programadas. No segundo semestre, será publicada a edição *Fascismos, 100 anos depois*. No primeiro semestre de 2023, o primeiro volume será composto pelo dossiê *A história das mercadorias no mundo pré-industrial: potencialidades e limites de uma abordagem*.

Tenham uma boa leitura!

Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História

Nas últimas três décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos publicados nos periódicos ampliaram-se significativamente no campo das Humanidades, seja como parte de mudanças no universo de potenciais autores e leitores devido à expansão de cursos de graduação e pós-graduação, seja este processo resultado, em parte, da indução da avaliação feita pela CAPES, a agência de consolidação da pós-graduação nacional. No entanto, apesar do crescente volume de artigos e de revistas publicados (incluindo periódicos discentes), não observamos um crescimento equivalente nos usos destas referências, tanto em outros artigos, teses e dissertações e livros quanto sua presença em ementas de cursos de graduação e pós-graduação. Caberia perguntar: será que lemos e acompanhamos os artigos que saem nos periódicos, ao menos, nas áreas de nossas especialidades?

A resposta parece ser não, o que pode indicar uma certa distorção: apesar de ser um elemento altamente valorizado na avaliação dos programas de pós-graduação, e envolver um grande trabalho de avaliação e edição por parte das equipes editoriais de periódicos, bem como de produção e aperfeiçoamento de cada artigo avaliado, sua inserção no cotidiano de docentes e pesquisadores em História não parece ser central. Se tomarmos como certo que os artigos deveriam representar os primeiros resultados de pesquisas originais, não caberia a nós, como comunidade, valorizá-los? Nos arriscamos a dizer que duas ações deveriam ser pensadas de modo a contribuir com uma desejável mudança neste quadro: primeiramente, uma ampliação nos usos de artigos científicos na prática de pesquisa, de formação, de ensino e de preparo e seleção de novos pesquisadores; além disso, o reconhecimento pleno dos trabalhos realizados pelas equipes editoriais (editores de periódicos e avaliadores/pareceristas, em especial), em sua dimensão técnica e, sobretudo, acadêmica.

É um consenso partilhado entre nós a importância dos livros autorais como fruto da consolidação de pesquisas originais, muitas delas acumuladas ao longo de anos. Os artigos de periódico, no entanto, podem ter outra função: a de apresentar novidades de pesquisas, de abordagens, de revisões do campo historiográfico, de reflexões sobre a docência e sua prática etc.,

cujo caráter exploratório é sempre bem-vindo. Seria salutar que alguma reflexão sobre seus formatos estivesse presente nos nossos espaços formativos. Mas provavelmente a questão passe por um gargalo: como nós, enquanto campo, desejamos potencializar a leitura e o uso dos artigos publicados se durante a formação do historiador (no nível de graduação e pós-graduação) a imensa maioria dos itens bibliográficos das ementas disciplinares são de livros? E mesmo os textos obrigatórios valorizam capítulos muito mais que artigos? Sem uma formação que prepare a comunidade historiadora para consultar, usar e refletir sobre este tipo de referência, considerando inclusive a crescente multiplicação de ferramentas digitais que subsidiam indexadores e bases de periódicos plurais, dificilmente este quadro se alterará.

Observando o que as revistas do campo têm feito ultimamente, cabe apontar que utilizamos muito pouco o que oferecem para reflexão e atividades de formação. Além dos tradicionais dossiês, as seções de debate, informes de pesquisas, entrevistas, blogs, entre outros, e mais recentemente lives e discussões online que aumentaram progressivamente com a pandemia iniciada em 2020, quase nada disso parece ser material orgânico de discussão sobre seus temas e produções. Poucos são os cursos que promovem reflexão e acompanhamento de revistas nas áreas especializadas, dentro e fora do Brasil, o que pode ser especialmente significativo na pós-graduação, onde a necessidade de atualização das novas pesquisas diante da produção referente a cada tema é imperiosa, devido ao fato dos periódicos serem veículos de comunicação das pesquisas mais recentes, bem como espaços de interações recorrentes. E o que dizer de cursos que promovam atividades formativas acerca da produção editorial em seus vários níveis, até mesmo de avaliadores, o que conta com ainda experiências inovadoras muito pontuais.

Ao mesmo tempo que esse conjunto de indícios sugere um baixo investimento na qualificação do debate acadêmico, *stricto sensu*, convoca a comunidade de historiadores a reavaliar e aperfeiçoar suas práticas. Nada disso fará sentido se não investirmos na valorização do trabalho editorial como um todo: a atuação dos editores, conselhos, assistentes e avaliadores. Este processo envolve ao menos dois âmbitos, fundamentais para o fortalecimento do debate qualificado no campo da história: (a) reconhecimento institucional do trabalho acadêmico e técnico daqueles envolvidos no processo de edição de um periódico; e (b) reconhecimento do trabalho acadêmico na elaboração dos pareceres dos artigos avaliados.

A atuação das equipes, em seus mais variados níveis, requer um reconhecimento institucional que talvez deva ter um forte arrimo dentro de nossos próprios departamentos, programas, universidades, sem contar nossa avaliação como pesquisadores e docentes. A condução e execução dos trabalhos dos periódicos requer horas a fio de trabalho voluntário em prol do campo científico e, na imensa maioria das vezes, sequer é levado em conta como atividade

profissional pelas instituições – salvo raríssimas exceções. O mesmo se pode dizer dos trabalhos dos discentes envolvidos nos processos de editoração de periódicos que deveriam ter computadas, ao menos, as horas que essas atividades tomam, se as entendemos realmente como experiência central na sua formação. Os editores arcam com o tempo, o acúmulo de trabalho (vale dizer que quanto menor o periódico, mais o trabalho é centralizado em poucas pessoas), a dificuldade de encontrar pareceristas especialistas dispostos e disponíveis para análise de nossos artigos, o restrito apoio técnico institucional que os obriga à busca pelo aprendizado sobre novas ferramentas de gestão editorial, de controle de originalidade, de indexação e de difusão de nossa produção, incessantemente, tudo para garantir a publicação de nossos artigos mantendo o rigor da periodicidade mais adequada possível.

Infelizmente não é muito diferente no trabalho dos pareceristas. Na imensa maioria, temos uma atuação praticamente voluntária e anônima, em que a demanda pela sua grande especialização e qualidade do parecer tem um mínimo de reconhecimento (uma declaração de atividade realizada, a ser computado em relatórios de atividades de departamentos e/ou no programa), que é bem aquém da contrapartida ofertada. Não à toa, não há revista que não enfrente atualmente dificuldade em encontrar pareceristas, e ainda mais dispostos e com tempo para dedicação às avaliações. Enquanto não valorizarmos o trabalho dos pareceristas como produção intelectual sumamente qualificada, novamente estaremos com poucas possibilidades de reverter o quadro. Ainda mais diante dos novos desafios que se colocam às revistas hoje em dia para que sejam veículos muito mais dinâmicos e ativos na interação com a comunidade, e menos simples repositórios de textos.

Arriscamos dizer que o reconhecimento de todas essas etapas de produção e avaliação pode apontar para um saudável caminho contrário ao produtivismo, em prol de uma cultura de maior leitura e interação com os periódicos. Alterar a cultura consolidada da área no que toca às revistas, e incentivar uma maior experimentação diante das possibilidades atuais das plataformas digitais é algo mais que bem-vindo atualmente, mas que demanda tempo precioso de trabalho de todas e todos nós.

Se nada disso é possível sem recursos humanos e técnicos qualificados, é inviável sem recursos financeiros. Editar um periódico de qualidade exige recursos financeiros no pagamento de equipes especializadas – revisão, tradução, diagramação, apoio de secretários/assistentes editoriais, marcação XML, hospedagem de sistema de gerenciamento do fluxo editorial, registro DOI, acompanhamento dos processos de indexação entre outros. A mudança do suporte de papel para o digital pode ter apresentado uma ideia ilusória de que os custos se reduziram. No entanto, de modo geral, os custos ficam equivalentes ou maiores, na medida em que trabalhos mais especializados se tornaram imperativos, assim como a necessidade de criação/disponibilização de

sistemas que garantam não apenas o acesso digital no curto e médio, mas também sistemas digitais que assegurem a guarda e o acesso a nossas produções no longo prazo. Afinal, são esses acervos que testemunham parte substantiva de nosso debate historiográfico e, portanto, de sua memória. Neste sentido, financiar a publicação de um livro é muito mais fácil do que o complexo processo editorial que sustenta cada artigo publicado em uma revista acadêmica, cujo exigente trabalho, constante e qualificado, não pode ser como que sorrateiramente embutido nas tarefas de docência e pesquisa.

Neste sentido, a demanda por recursos financeiros é mais que urgente, seja nacionalmente, seja em nossas instituições e programas. Sua falta tem levado ao encerramento da atividade de vários periódicos, desde pequenos títulos até mesmo revistas academicamente consolidadas e do mais alto estrato no sistema de avaliação nacional. Uma posição hegemônica dentro da área de história e recorrente em grande parte das Humanidades é que os periódicos não devem realizar cobranças de taxas, seja dos autores (normalmente nomeadas como ‘taxa de processamento de artigo’, APC, article processing charge), seja dos leitores (taxas de assinaturas ou de acesso). Deste modo, e considerando que o vínculo da grande maioria das revistas é com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, as alternativas são as chamadas públicas da modalidade programa editorial. Dentre estes sistemas de financiamento são poucos os que contemplam os novos periódicos e os que ainda não foram amplamente indexados; em geral, o foco tem sido os periódicos indexados nas grandes bases de dados nacionais e internacionais. As alternativas seriam as Fundações de Apoio e recursos das próprias IES, no entanto, têm sido cada vez mais raros esses editais. Ainda assim, raramente essas agências financiadoras contemplam este grupo.¹ O estrangulamento financeiro dos periódicos alija as comunidades de pesquisa no seu processo de crescimento e consolidação acadêmica, além de comprometer e reduzir a pluralidade de tópicos de pesquisa e, com isso, a bibliodiversidade do campo.

Diante do grave cenário nacional de descaso e flagrante desfinanciamento das pesquisas, que eleva esse quadro complexo a desafios presentes e futuros ainda mais exigentes, nossa atuação política é conclamada a uma dupla empreitada, que só podemos enfrentar na convergência de esforços. A primeira é lutar pelo reconhecimento e pelo financiamento, sempre! Mas é também fundamental lembrar o quanto pode ser crucial uma cultura de pesquisa e formação que valorize as revistas científicas da área, no âmbito do uso e dos trabalhos para sua produção.

¹ Destaca-se que o problema do financiamento tem sido generalizado, como destaca a Academia Brasileira de Ciências (2020).

Assinam (lista de assinaturas atualizada até dia 18 de maio de 2022 – versão 12 – 69 periódicos e 217 pessoas):

- Alan Dutra Cardoso (Editor-chefe), Bárbara Câmara Aragon, Carolina da Fonseca Schlaepfer, Clarisse Santos Pereira, Eduarda de Souza Monteiro, Fernanda Olívia Lazaro Carvalho, Gabriel de Abreu Machado Gaspar, Guilherme Henrique Azevedo de Moraes Pinto, Higor Railan De Jesus Pereira, Igor Mello Diniz, Luiz Carlos Barros Joaquim Junior, Naira Mota Bezerra, Nathália Fernandes Pessanha, Thais Gabrich Gueiros Pinheiro - Equipe editorial da Revista Cantareira
 - Aldrin Castellucci - Editor-Chefe da Revista Mundos do Trabalho
 - Alessander Kerber - Editor-Chefe da Revista Anos 90
 - Alessandra Izabel de Carvalho - Editora da Revista de História Regional
 - Andréa Slemian - Editora da Revista Brasileira de História (ANPUH)
 - Ângela Meirelles de Oliveira - Editora da Revista Tempos Históricos
 - Artur Nogueira Santos e Costa - Editor da Revista Em Tempo de Histórias
 - Beatriz de Moraes Vieira, Fabiano Vilaça, Lucia Bastos Pereira das Neves, Marina Monteiro Machado, Tânia Bessone - Editores da Revista Maracanan (UERJ)
 - Breno Arsioli Moura, Ermelinda Moutinho Pataca, Indianara Lima Silva, Rômulo de Paula Andrade - Editores da Revista Brasileira de História da Ciência
 - Camila Condilo - Editora Chefe da Revista Mundo Antigo em Resenha
 - Carolina Amaral de Aguiar, Lukas Gabriel Grzybowski, Caio Pedrosa da Silva, Mariana Oliveira Arantes, Dora Shellard Correa - Editores da Revista Antíteses
 - Cláudia Maria das Graças Chaves - Editora da Revista Almanack
 - Claudia Rodrigues - Editora da Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer (UNIRIO)
 - Dalila Varela Singulane, Carolina Saporetto - Editoras da Revista Discente Faces de Clio (UFJF)
 - Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos - Editor da Revista de História da UEG/Quirinópolis – Goiás
 - Erinaldo Cavalcanti, Geovanni Gomes Cabral, Marcus Reis - Editores da Revista Escritas do Tempo (Unifesspa)
 - Ester Liberato Pereira - Editora-Chefe da Revista Caminhos da História
 - Flávia Florentino Varela - Editora-chefe da revista História da Historiografia
 - Frank Antonio Mezzomo - Editor da Revista NUPEM (Unespar)
 - Gilberto da Silva Francisco, Glaydson José da Silva - Editor da Revista Heródoto (UNIFESP)
 - Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Uiran Gebara da Silva - Editores da Revista Mare Nostrum (USP)
 - João Maia, Thaís Blank, Bernardo Buarque de Holanda - Editores da Estudos Históricos
 - Josianne Francia Cerasoli - Editora da revista Urbana, Revista Manduarisawa
 - Juniele Rabêlo de Almeida, Marina Annie Martine Berthet Ribeiro, Ynaê Lopes dos Santos - Editoras da Revista Tempo (UFF)
 - Karina Anhezini - Editora-Chefe da Revista História (São Paulo) (UNESP)
 - Luiz Antonio Dias - Editor Científico Revista Projeto História
 - Luiz César de Sá - Editor da Revista História, Histórias
 - Marcelo Cheche Galves - Editor da Revista Outros Tempos (UEMA)
-

- Marcos Cueto (Editor científico), Roberta Cardoso Cerqueira (Editora executiva) - História, Ciências, Saúde - Manguinhos
- Marcos Eduardo de Sousa - Assistente editorial no Fórum de Editores da ANPUH-Brasil
- Miriam Dolhnikoff - Editora da Revista de História (USP)
- Monica Martins da Silva - Editora da Revista História Hoje (ANPUH-Brasil)
- Odilon Caldeira Neto, Leandro Pereira Gonçalves - Editores da Revista Locus (UFJF)
- Ronald Lopes de Oliveira - Editor da Revista Dia-logos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
- Rita de Cássia Mendes Pereira, Grayce Mayre Bonfim Souza, Ricardo Alexandre Santos de Sousa - Editores da Revista Politeia: História e Sociedade (UESB)
- Samira Peruchi Moretto - Editora da Fronteiras: Revista Catarinense de História (UFFS, ANPUH-SC)
- Sandro Dutra e Silva - Editor da HALAC
- Silvia Liebel - Editora da Varia Historia (UFMG)
- Silvia Maria Fávero Arend, Maria Teresa Santos Cunha, Reinaldo Lindolfo Lohn - Editores da Revista Tempo e Argumento (UDESC)
- Stella Maris Scatena Franco - Editora chefe da Revista Eletrônica da Anphlac
- Ulisses do Valle - Editor da Revista de Teoria da História (UFG)
- Valéria dos Santos Guimarães, Adrielli Souza Costa - Editoras da revista História e Cultura (UNESP)
- Veronica Aparecida Silveira Aguiar - Editora da Revista Labirinto (UNIR)
- Heloísa Helena Pimenta Rocha (Editora-chefe), Carmen Lucia Soares, Edivaldo Góis Júnior, Evelise Amgarten Quitzau, Iara Lis Schiavinatto, Josianne Francia Cerasoli, Maria Ângela Borges Salvadori, Maria Stella Martins Bresciani - Editores da Revista Resgate (Unicamp)
- Viviane Gonçalves da Silva Costa, (Editora chefe), Francieli Aparecida Marinato, Luciana Coelho Gama, Rhaissa Marques Botelho Lobo – Editoras da Revista Outras Fronteiras (UFMT)
- Gizlene Neder - Editora da revista Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica (UFF)
- Guilherme Queiroz de Souza - Editor-Chefe da Sæculum - revista de História (UFPB)
- Lúcio Geller Junior - Editor-Chefe da Revista Aedos (UFRGS)
- Cristina Scheibe Wolff, Luzinete Simões Minella, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia de Oliveira Ramos - Editoras da Revista Estudos Feministas (UFSC)
- Priscilla Marques (Editora-Chefe), Augusto Aigner - Editores da Revista Hydra (UNIFESP)
- Altemar da Costa Muniz - Editor da Revista História e Culturas (UECE)
- Marieta Pinheiro de Carvalho, Vivian Zampa e Maria Emília da Costa Prado - Editoras da Revista Intellèctus (UERJ)
- Fabíula Sevilha (Editora Responsável), Rannyelle Rocha Teixeira, Tyego Franklim da Silva, Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho, Addressa Freitas dos Santos, Talita Alves da Cruz, Rafael Fiedoruk Quinzani, Tyego Franklim da Silva, Ana Lunara da Silva Moraes, Cid Moraes Silveira, Francisco Leandro Duarte Pinheiro, Khalil Jobim, Matheus Pinheiro da Silva Ramos - Editores e equipe editorial da Revista Espacialidades (UFRN)
- Eliane Cristina Deckmann Fleck, Ana Paula Korndorfer, Maíra Ines Vendrame e Hernán Ramiro Ramirez – Editora e comitê editorial da Revista História Unisinos (Unisinos)

- Rafaela Zimkovicz, Felipe Adrian de Assis Vaz, Matheus Mocellin Arcie, Bruno Gustavo Borel da Silva, Letícia Barreto Assad Bruel, Cezar Augusto Oliveira Camparim, Rhangel dos Santos Ribeiro, Heloisa Motelewski, Jaqueline Fedalto, Maria Julia Silvestre da Silva, Cristina Dietrich Machowski Martins, Arthur Menozzo da Rosa - Editores da revista Cadernos de Clio (UFPR)
 - Marcelo Fronza - Editor da Revista Territórios & Fronteiras (UFMT)
 - Fabiano Quadros Rückert, José Carlos da Silva Cardozo, Jonathan Fachini da Silva, Tiago da Silva Cesar - Editores da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (FURG)
 - Priscila Piazzentini Vieira - Editora da revista História: Questões & Debates (UFPR)
 - Ana Paula Palamartchuk, Anderson Almeida, Arrisete Cleide de Lemos Costa, Danilo Luiz Marques, Elias Ferreira Veras, Irinéia Maria Franco dos Santos, Lídia Baumgarten, Luana Teixeira, Michelle Macedo, Pedro Lima Vasconcellos, Raquel de Fátima Parmegiani - Comissão editorial da Revista Crítica Histórica (UFAL)
 - Beatriz Gasques Favilla, Bruna Koerich Reitz, Gabriel Yukio Shinoda Oliveira, Gabriele Maria Oliveira, Guilherme Laranjeira Rodrigues, Larissa Galende Guidolin, Marina de Almeida Spinola, Pedro Carvalho Silva, Yan Fernando Pereira Catuaba - Comissão editorial da Revista Epígrafe (USP)
 - Carla Fabiana Costa Calarge (Editora chefe), Aécio Thiago Alves de Souza, Emanuel Jardel Alves Oliveira, Jackeline Kojima Matias Ikuta, Kacia Sousa, Kevin Franco dos Santos, Nathalia Claro Moreira, Ravi Rodrigues Amorim - Equipe da Revista História Em Reflexão (UFGD)
 - Alec Ichiro Ito, Alexandre Henrique da Silva dos Santos, Amanda Gonçalves Marinho, Caio Fabiano Lopes do Valle Souza, David Francisco de Moura Penteado, Dayane Soares da Silva, Douglas de Freitas Pereira, Edelson Costa Parnov, Eduardo José Neves Santos, Eliziane Gava, Fabrício Sparvoli Godoy, Felipe Cotrim, Fernanda Capri Raposo Gomes, Gustavo de Freitas Sivi, Isabela Rodrigues de Souza, José Francisco Sanches Fonseca, Kauan William, Larissa Karoline Campos Oliveira, Marília Belmonte Magalhães da Silva, Marina Simões Galvanese, Moisés Stahl, Olívia da Rocha Robba, Rafaél Antônio Nascimento Cruz, Rafael Luis dos Santos Dall'Olio, Rafaela Carvalho Pinheiro, Thaís Mendes Moura Carneiro, Thaís Batista Rosa Moreira - Conselho Editorial da Revista Angelus Novus (USP)
 - Jonatas Roque Ribeiro, Paulo Alves Pereira Junior, Valquíria Kelly Zanzarini Braga, Luiz Alberto Ornellas Rezende - Equipe Editorial da Revista Escrita da História
 - Arthur Daltin Carrega, Tamires Sacardo, Thaynara Tanganelli de Oliveira - Equipe editorial da revista Faces da História (UNESP)
 - Juciene Ricarte Cardoso - Editora da Mnemosine (UFCG)
 - Gilvan Ventura da Silva, Belchior Monteiro Lima Neto, Érica C. Morais da Silva - Editores da revista Romanitas, Revista de Estudos Grecolatinos (UFES)
 - Raimundo Nonato Souza - Editor chefe da Revista Historiar (UVA)
 - Kátia Paranhos, Adalberto Paranhos - Editores da revista ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte (UFU)
 - Fernando Perli (Editor-Chefe), Éder da Silva Novak, Eudes Fernando Leite, Luís César Castrillon Mendes - Editores da revista Fronteiras: Revista de História (UFGD)
 - Marcelo Vianna, Ângela B. Pomatti, Luciana de Oliveira - Editores da revista Sillogés - revista do GT Acervos, História, Memória e Patrimônio (ANPUH/RS)
-

Referências bibliográficas

Academia Brasileira de Ciências. 2020. “Situação dos Periódicos Científicos Brasileiros”.
<http://www.abc.org.br/2021/06/11/manifestacao-situacao-dos-periodicos-cientificos-brasileiros/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Historia reciente de la política exterior Latinoamericana: ¿una cuestión de élites?

História recente da política externa da América Latina uma questão de elites?

Recent history of Latin American foreign policy: a matter of elites?

*Mariana S. Leone**

<https://orcid.org/0000-0003-2211-2583>

*Diego S. Crescentino***

<https://orcid.org/0000-0002-0780-199X>

*Eduardo Tamayo Belda****

<https://orcid.org/0000-0003-0686-5729>

El estudio de la historia reciente de las relaciones internacionales latinoamericanas resulta fundamental para explicar una etapa histórica en la cual la convergencia y la integración globales se aceleraron en muchos aspectos, a pesar de los síntomas actuales de ruptura de la tendencia regionalista y desafección por el multilateralismo. La importancia de estos estudios reside, así, en el análisis de la multiplicidad de consecuencias que estos procesos suponen, tanto para los fenómenos domésticos, como para las transformaciones acaecidas en el escenario regional y global.

* Investigadora del Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI-UAM) de la Universidad Autónoma de Madrid. Doctora en Relaciones Internacionales, Máster en Relaciones Internacionales y Estudios Africanos y Licenciada en Psicología. Sus líneas de investigación son el análisis de política exterior, el regionalismo latinoamericano, los estudios sobre identidad en Relaciones Internacionales y los estudios feministas de seguridad. E-mail: mariana.stella.leone@gmail.com.

** Investigador del Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI-UAM) y del Labmundo (IESP-UERJ), Doctor en Historia de las Relaciones Internacionales, Máster en Relaciones Internacionales y Estudios Africanos y Licenciado en Ciencia Política y Administración Pública. Sus líneas de investigación son: teoría e historia de las relaciones internacionales, política exterior brasileña, cooperación para el desarrollo y estudios sobre la identidad y la resistencia. *Editor-in-chief* de *Relaciones Internacionales* (1699-3950). E-mail: diego.crescentino@gmail.com.

*** Investigador y candidato a Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad Autónoma de Madrid, Magíster en Ciencia Política y Graduado en Historia; sus líneas de investigación son la diplomacia y las relaciones bilaterales hispanoparaguayas de la Guerra Fría y la política exterior latinoamericana del Franquismo; miembro de la Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales (CEHRI). E-mail: tamayo.belda.eduardo@gmail.com.

El título de este dossier proponía una aproximación a los estudios sobre la historia de la política exterior latinoamericana que cuestionara su carácter o naturaleza elitista. Nuestra impresión es que resulta perentorio detener la mirada en los procesos y dinámicas históricas que han cimentado en las décadas pasadas el substrato que configuró los principales rasgos de las relaciones exteriores latinoamericanas. Consideramos que uno de esos rasgos principales se trató de un sistema de gestión del poder político y económico controlado y dirigido por las élites nacionales, con un significativo hermetismo. Esta situación devino en una patrimonialización —por parte de estas élites— de los espacios de decisión exteriores a las realidades nacionales. Frente a esta situación, el papel del conjunto de la sociedad civil ha quedado marginado, invisibilizado u olvidado, tanto por el control efectivo del fenómeno por parte de los grupos tradicionales de poder, como por una narrativa excesivamente proclive a concebir y representar la construcción de la política exterior y de la integración regional como un proceso jerárquico y vertical de un único sentido: de arriba hacia abajo.

A pesar de haber sido un dossier con un reducido número de aportes, las contribuciones que lo componen constituyen un importante reflejo de las múltiples dimensiones, actores o enfoques que pueden ser analizados en torno a la historia de la política exterior, asunto que precisamente nos habíamos propuesto profundizar en esta publicación. Así, cada uno de los trabajos aborda, de manera directa o accesoria, uno o varios de los aspectos que se sugerían o insinuaban en la llamada a contribuciones del dossier, dando como resultado un ejemplo claro de esa diversidad inherente al desarrollo y al ejercicio de la política exterior y que, en multitud de ocasiones, ha quedado invisibilizada por la presencia predominante de las élites en la configuración y práctica de la política exterior a lo largo de la historia.

Más aún, es perentorio considerar que esta idea ha sido reforzada por la actividad investigativa de la academia. Y es que, a lo largo de gran parte del siglo XX, las comunidades epistémicas fueron fundamentales a la hora de legitimar este proceso de invisibilización, al centrar su atención en el estudio de los grupos tradicionales de decisión de política exterior, descuidando otras aproximaciones que resaltarán su condición como política pública. No obstante, estas lecturas fueron problematizadas de la mano de la profesionalización del campo de estudios del análisis de política exterior, abriendo el abanico hacia una mejor comprensión de los actores y agendas que intervienen en las relaciones internacionales de los países. El debate ontológico en torno a la política exterior condujo, de esta manera, a múltiples lecturas del concepto, que variaron desde su comprensión —hasta hace poco tiempo dominante— como una política de estado separada de la política doméstica y de poco interés para los ciudadanos, a su plena incorporación al seno del debate epistemológico en torno a las políticas públicas.

Tal interpretación se vio enmarcada en un contexto en el cual los procesos de transición democrática en diversos países, los esfuerzos continuados por modernizar las instituciones encargadas de la planificación y ejecución de la política exterior, la mayor presencia de discursos sobre la necesidad de la rendición de cuentas y la incorporación de sectores sociales marginados en las organizaciones e instituciones políticas despertaron un renovado interés por lo que es la política exterior. Esto último fue abordado a través de la interpelación de la política exterior como resultado de un proceso de negociación entre una multitud de actores, estructurados de manera compleja por una red poliárquica de toma de decisiones (Salomón y Pinheiro 2013, 41). Por medio de ella, se articulan prácticas retóricas y conductuales basadas en la interacción entre los entornos internos y externos, configurando la única política pública que se centra principalmente en la generación y aplicación de directrices de actuación en el entorno internacional (Milani y Pinheiro 2013).

Sobre esta línea de trabajo, el objetivo de este número de LOCUS fue el de contribuir a la investigación y la discusión sobre la historia reciente de la política exterior latinoamericana, a través de la publicación de artículos de reflexión y análisis en torno a los procesos de democratización y elitización de la política exterior. Fueron priorizadas, con ello, aquellas contribuciones que abordan la historia de la política exterior latinoamericana, incluyendo sustento teórico-crítico con enfoque regional o transnacional, y que analizan, discuten y profundizan tanto acerca de los factores ideacionales e ideológicos de la política exterior, como en relación con la praxis entre las élites tradicionales, la sociedad civil, las fuerzas transnacionales y la influencia de otros actores y espacios alternativos de articulación. Tal problematización fue respondida por cuatro importantes contribuciones originales e inéditas.

En su artículo titulado “Eugenesia en países hermanos: proyectos y contratiempos”, João Italo Silva expone el movimiento científico y social que ganó fuerza entre 1920 y 1930 en el mundo y también en América Latina, con las redes establecidas por tres médicos de la región: el argentino Víctor Delfino, el brasileño Renato Kehl y el peruano Carlos Enrique Paz Soldán. Estos actores planificaron la formación de una sociedad regional eugenésica que tuviera impacto en las políticas públicas nacionales, pero también en el ámbito internacional y en esos esfuerzos para configurarse como actores internacionales, también se señalan los obstáculos que el movimiento eugenésico encontró. Este artículo es una invitación a conocer cómo una élite intelectual y científica buscó actuar en el ámbito suramericano e internacional en pro de una narrativa que refuerza la dinámica de dominación de unas élites étnicas y sociales.

Por su parte, Paulo Fagundes Visentini en su artículo “La Política Exterior del Régimen Militar: De la Ideología al Pragmatismo” analiza la política exterior de los gobiernos militares de Médici, Geisel y Figueiredo (1969-1985), que adoptaron una postura pragmática y autonomista, en

lugar de un énfasis ideológico y de alineamiento a Estados Unidos como los gobiernos de Castelo Branco y Costa e Silva (1964-1969). Este texto apunta a las relaciones entre la política exterior y los modelos de desarrollo, y resalta que la frontera trazada entre política nacional y la internacional se desdibuja cuando se observan casos como el analizado, en el que la política exterior del régimen fue usada como instrumento de apoyo al desarrollo económico industrial y, a su vez, fue este desarrollo el que contribuyó a que Brasil adoptase un estatus internacional de potencia media.

Hélder Gordim da Silva invita a tornar la mirada a otros actores con impacto en la política nacional e internacional como es la prensa, al ser esta una articuladora de imágenes y discursos con los que la opinión pública puede llegar a resonar. En el artículo “La prensa en las relaciones internacionales: el Golpe de 1964 en Brasil como construcción mediática en Argentina”, se examina la repercusión del golpe de estado de 1964 como noticia internacional en Argentina a la luz de los conceptos de ideología y construcción social de los acontecimientos. A través de los estudios de caso del diario Clarín y la revista Primera Plana, el autor pone a prueba la hipótesis de que la difusión de noticias desde la actuación político-institucional de la prensa informativa corporativa contribuyó a la legitimación de la solución autoritaria en la crisis política argentina, presentando el caso de Brasil como un ejemplo.

En el trabajo “Todo el mundo es un escenario: viajes internacionales de campaña en las elecciones presidenciales de 1989”, Guilherme Casarões invita a indagar sobre el uso de las conexiones internacionales para la formación de identidades políticas al interior de Brasil, en un contexto de crisis de referentes nacionales y en el ocaso de la Guerra Fría. Así como cierta prensa argentina buscó referentes en el exterior que ayudaron a legitimar una solución autoritaria, en las elecciones democráticas de 1989 los candidatos presidenciales brasileños también recurrieron a la esfera internacional en su búsqueda de ideas y personajes que legitimasen sus plataformas políticas. En su artículo, el autor reconstruye la narrativa de la carrera presidencial entre mayo y noviembre de 1989, mostrando cómo se incorporaron ideas, agendas y personajes al repertorio de las principales candidaturas a partir de cuestiones internacionales, ampliando la noción de configuración de la política exterior al ámbito de las campañas y precampañas electorales.

El dossier incluye tres entrevistas que giran en torno a cuestiones y a debates sobre la historia y presente de los estudios de política exterior y la diplomacia. En primer lugar, Mariana S. Leone entrevista a Adilia de las Mercedes, directora de la Asociación de Mujeres de Guatemala, sobre el papel de las mujeres migrantes, refugiadas y desplazadas latinoamericanas en la construcción de la política exterior y las transformaciones en la diplomacia pública por impulso de los movimientos feministas. A este importante aporte se suman dos entrevistas realizadas por Eduardo Tamayo Belda. Una primera, formulada al Embajador Ricardo Scavone Yegros, actual

Jefe de la Legación de la República del Paraguay en España e investigador sobre la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas (particularmente de las relaciones bilaterales paraguayas con otros países de América Latina y con España). Y una segunda entrevista, realizada a Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla, investigador español del CSIC (Centro Superior de Investigaciones Científicas) y especialista en análisis de historia de la política exterior española.

En este dossier se ven incorporadas, además, cuatro reseñas recogidas en publicaciones de tres autores. En primer lugar, João Gabriel Rabello Sodré reseña la obra *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History, 1500-2000*, de John Tutino. La segunda de las reseñas corresponde a Jaime Caro Morente, quien revisa el libro *The Return of Cultural Heritage to Latin America Nationalism, Policy, and Politics in Colombia, Mexico, and Peru*, de Pierre Losson. Finalmente, la publicación *Diplomacia y paradiplomacia: actores, enfoques y desafíos de un campo de estudio en expansión* recoge dos reseñas realizadas por Eduardo Tamayo Belda: la primera corresponde a la monografía de Juan Luis Manfredi titulada *Diplomacia. Historia y presente* (2021); y la segunda aborda la obra colectiva *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia* (2019), compilada por Mariano Alvarez, Mariana Luna Pont y Nahuel Oddone.

Presentar el valor de este dossier supone, también, reconocer que no logramos publicar a un mismo número de autoras que de autores. Esta reflexión se desprende tanto como parte de un compromiso personal que tenemos los coordinadores de contribuir a la paridad de g nero en la academia, como por el firme convencimiento de que una mayor participación de mujeres habría enriquecido aún más este número. Del mismo modo, admitimos que, pese a interrogar si la política exterior latinoamericana es una cuestión de élites, esta convocatoria no logró captar contribuciones acad micas que indaguen sobre el impacto de las jerarquías de g nero en las ideas, identidades, decisiones y comportamientos de política exterior en la región. Este hecho nos pareció interesante, pues revela que la transversalidad del g nero en la política mundial defendida por perspectivas feministas es aún una tarea pendiente, y que los/as acad micos/as únicamente respondemos a esta cuestión si hay una convocatoria explícita y específica en temas feministas, y no si se habla de economía global, seguridad o historia de la política exterior, como fue en este caso.

Es, quizás, por ello, que la entrevista que escucha la voz de un colectivo doblemente invisibilizado en los estudios de la política exterior, en su condición de mujeres y migrantes/refugiadas, no solo ha contribuido parcialmente a mitigar las limitaciones señaladas tanto en paridad como perspectiva de g nero, sino a mostrarnos que la sociedad civil, en algunos casos, va un paso por delante a la academia a la hora de aceptar dialogar de política exterior latinoamericana desde los márgenes.

Con estas limitaciones en mente, afirmamos que el presente dossier permite profundizar en la reflexión sobre la política exterior en la región latinoamericana desde nuevas miradas. Su contenido pone de manifiesto que la democratización y elitización de la política latinoamericana es una cuestión fecunda para el debate y la investigación. Por tanto, únicamente nos queda desearles una buena e inspiradora lectura.

Referências bibliográficas

Milani, Carlos R. S. y Letícia Pinheiro. “Política exterior brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública”. *Contexto internacional*, 35, n. 1 (2013): 11-41. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>

Salomón, Mónica y Letícia Pinheiro. “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56, n. 1 (2013): 40-59. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>

Dossiê: História recente da política externa da América Latina uma questão de elites?

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36502>

Eugenia em países irmãos: projetos e contratempos

Eugenics in neighbouring countries: projects and setbacks

Eugenesia en países hermanos: proyectos y contratiempos

João Ítalo de Oliveira e Silva*

<https://orcid.org/0000-0003-1548-2279>

RESUMO: A eugenia conseguiu uma ampla divulgação ao longo das décadas de 1920 e 1930 em diferentes países do mundo. Um amplo movimento científico/social ganhou força nos cinco continentes como parte de um projeto nacional de elites intelectuais e políticas. Na América Latina, a “ciência de Galton” – seu idealizador –, foi pensada dentro da noção de cooperação entre cientistas de diferentes países. Acompanhamos nesse artigo as redes estabelecidas especificamente na América do Sul por três médicos da região – o argentino Victor Delfino, o brasileiro Renato Kehl e o peruano Carlos Enrique Paz Soldán. Eles trocaram correspondências e arquitetaram a formação de uma sociedade regional que contribuísse para o intercâmbio e para a construção de um continente eugênico. A eugenia enfrentou, entretanto, desafios para consolidar medidas que fossem encampadas por órgãos internacionais ligados à saúde. Discutiremos alguns dos projetos transnacionais e os desafios enfrentados pelo movimento eugênico, em especial o sul-americano, para agir como um ator internacional.

Palavras-chave: Eugenia. Políticas Públicas. América Latina. Elites. Intercâmbio científico.

ABSTRACT: Eugenics achieved wide dissemination throughout the 1920s and 1930s in different countries around the world. A broad scientific/social movement gained strength on five continents as part of a national project of intellectual and political elites. In Latin America, the “science of Galton” – its creator – was conceived within the notion of cooperation between scientists from

* Doutor e Mestre em Ciência e Cultura na História (UFMG), Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor de Ensino Médio/Fundamental. É autor da dissertação *Por uma eugenia latino-americana* (2008), da tese *Correntes de papel: imigração chinesa, contratos e conceitos de liberdade e escravidão* (2020), entre outros artigos científicos. Possui estudos de eugenia, teorias raciais no século XIX, imigração chinesa e história da medicina. E-mail: joao_italo@hotmail.com.

different countries. In this article, we follow the networks established specifically in South America by three doctors in the region – the Argentine Victor Delfino, the Brazilian Renato Kehl and the Peruvian Carlos Enrique Paz Soldán. They exchanged correspondence and planned the formation of a regional society that would contribute to exchange and to the construction of an eugenic continent. However, eugenics faced challenges to consolidate measures that were taken over by international organizations linked to health. We will discuss some of the transnational projects and the challenges faced by the eugenics movement, especially the South American one, to act as an international actor.

Keywords: Eugenics. Public policy. Latin America. Elites. Scientific exchange.

RESUMEN: La eugenesia logró una amplia difusión a lo largo de las décadas de 1920 y 1930 en diferentes países del mundo. Un amplio movimiento científico / social ganó fuerza en los cinco continentes como parte de un proyecto nacional de élites intelectuales y políticas. En América Latina, la “ciencia de Galton” - su creador - fue concebida dentro de la noción de cooperación entre científicos de diferentes países. En este artículo seguimos las redes establecidas específicamente en Sudamérica por tres médicos de la región: el argentino Víctor Delfino, el brasileño Renato Kehl y el peruano Carlos Enrique Paz Soldán. Intercambiaron correspondencia y planificaron la formación de una sociedad regional que contribuiría al intercambio y a la construcción de un continente eugenésico. Sin embargo, la eugenesia enfrentó desafíos para consolidar medidas que fueron asumidas por organismos internacionales vinculados a la salud. Discutiremos algunos de los proyectos transnacionales y los desafíos que enfrenta el movimiento eugenésico, especialmente el sudamericano, para actuar como actor internacional.

Palabras clave: Eugenesia. Política pública. América latina. Élites. Intercambio científico.

Como citar este artigo:

Silva, João Ítalo de Oliveira e. “Eugenia em países irmãos: projetos e contratemplos”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 17-37.

Em meados de 1921, cientistas, médicos e políticos entusiastas da eugenia se reuniram em Nova York no Segundo Congresso de Eugenia. O movimento tinha ganhado notoriedade após o primeiro congresso ocorrido em Londres em 1912. O hiato entre as reuniões ocorreu devido a Primeira Guerra Mundial, que dificultava o trânsito de pessoas e a colaboração entre os países. O médico Cyril Edward Alfred Bedwell, diretor do hospital do King’s College, lamentou as interrupções das negociações para a criação de um comitê internacional permanente. Tal órgão

seria responsável por concatenar uma ação internacional uniforme que seguisse os preceitos da eugenia¹. (Bedwell 1922, 187)

Uma organização deveria surgir com uma estrutura formal com um escritório permanente, onde um conselho ou um comitê se reuniria periodicamente. Esse centro reuniria resultados de investigações, dados e bibliografia, fortalecendo os esforços e as iniciativas conduzidas nos diferentes lugares do mundo. As sociedades eugênicas dos diferentes países cooperariam com o centro internacional que depositaria a bibliografia reunida na União Internacional de Associações em Bruxelas. Uma organização que reunisse tal estrutura conseguiria um maior reconhecimento internacional, facilitaria o encontro com representantes oficiais de diferentes países e pavimentaria a condução de projetos mais ambiciosos no campo do concerto das nações. (Bedwell 1922, 187)

C.E.A. Bedwell defendeu a priorização da eugenia no campo das relações internacionais, pois acreditava que a cooperação internacional em torno do assunto deveria ter maior destaque nas discussões entre os países do que assuntos como desarmamento e arbitragem internacional. As propostas da eugenia deveriam ser discutidas nas organizações de saúde e na Liga das Nações². A eugenia poderia contribuir com o debate da migração das raças e da influência das características raciais na história da humanidade, tema de vital importância para diferentes países. (Bedwell 1922, 188)

A proposta do médico britânico era bastante ambiciosa e revelava o interesse de espalhar esse conhecimento para diferentes países com o intuito de melhorar a composição racial da humanidade como um todo. Os congressos internacionais de eugenia refletiram essa ambição. O primeiro desses encontros foi realizado em 1912 em Londres reuniu 400 delegados de diferentes lugares. As edições futuras cresceriam em número de delegados e em quantidade de países representados no evento. A troca de correspondências entre os eugenistas era intensa e revelava o interesse de propagar as suas propostas para o mundo.

Este artigo analisará a atuação do movimento eugênico – cientistas, instituições médicas e sociedades eugênicas – dentro do cenário das relações internacionais ao longo da década de 1920. Acompanharemos os esforços de estabelecer uma eugenia latino-americana por meio da troca de informações, experiências e influência de diferentes médicos da região. Renato Kehl, Victor

¹ A eugenia foi idealizada na segunda metade do século XIX, por Francis Galton, e amplamente divulgada nas primeiras décadas do século XX, e tinha como objetivo o aperfeiçoamento das qualidades humanas. Este objetivo poderia ser alcançado através do controle sobre a reprodução, imigração e casamentos. O conceito de eugenia teve uma flexibilidade muito grande e foi concebida de diferentes maneiras em diversos países nos quais médicos e cientistas se reuniram e formaram sociedades e organizações para a sua divulgação e debate. Para aprofundar na concepção da eugenia, ler: Kevles 1995 e Palma 2002.

² A Liga das Nações foi uma organização internacional criada após o término da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de manter a paz mundial, discutir assuntos de importância mundial e promover a cooperação entre os países. A instituição nasceu em 1919 e foi dissolvida em 1946 com a criação da ONU.

Delfino e Carlos Enrique Paz Soldán foram alguns dos nomes que construíram redes intelectuais entre diferentes nações do continente. Levantaremos também alguns dos desafios encontrados para a atuação do movimento eugênico na política externa e os obstáculos enfrentados para a aprovação de medidas no âmbito internacional.

Eugenia: movimento científico/social

O movimento eugênico foi definido pela historiadora norte-americana Nancy Stepan como um movimento científico e social, que partia da hereditariedade para propor medidas que aprimorassem as populações. A mobilização internacional em torno da eugenia esteve mais restrita às elites de diferentes países, que reuniu cientistas, juristas, educadores, políticos e entusiastas. A eugenia gerenciou os conceitos sobre hereditariedade na espécie humana, ao mesmo tempo que incorporou novas ideias de políticas públicas, que contribuiriam para selecionar os indivíduos indesejados. (Stepan 1996, 1)

O movimento eugênico adquiriu contornos próprios em diferentes países. Nos Estados Unidos, Charles Davenport distribuiu questionários familiares a fim de reunir informações a respeito da hereditariedade de “anormalidades” como albinismo e polidactilia, ou de doenças como a epilepsia. O cientista contava com um orçamento milionário concedido pela Carnegie Institution of Washington para realizar estudos experimentais sobre hereditariedade que ultrapassava a verba de pesquisa de várias universidades.³ Na Inglaterra, Karl Pearson coletou dados em hospitais, escolas e residências, que serviram para analisar a hereditabilidade de doenças e a aptidão científica e comercial dos indivíduos⁴. No Quênia, o movimento eugênico contou com apoio de políticos, diretores de escolas, médicos, jornalistas e outras personalidades influentes que propuseram medidas para aprimorar a população do país. (Campbell 2010, 289-298)

A eugenia foi apropriada por classes sociais e refletiu em muitos casos a perspectiva das elites. A África do Sul foi um bom exemplo de tal política, uma vez que a minoria branca se baseou em argumentos “científicos” para a manutenção de sua situação privilegiada no poder do país. Saul Dubow percebeu a tentativa do movimento eugênico sul-africano de estabelecer barreiras de identidades étnicas e raciais, ao mesmo tempo que estabelecia camadas hierárquicas dentro da

³ Charles Davenport, principal nome da eugenia nos Estados Unidos, dirigiu um centro de estudo da eugenia em Cold Spring Harbour no estado de Nova York. Realizou estudos que aplicavam as teorias de Mendel nos seres humanos. Davenport influenciou e formou uma geração de eugenistas e foi responsável por organizar o segundo e o terceiro congresso internacional de eugenia em Nova York. (Kevles 1995, 45)

⁴Karl Pearson, um dos fundadores da escola biométrica na Inglaterra, utilizou estatísticas para analisar a hereditabilidade de doenças. Pearson dirigiu o Departamento de Estatísticas Aplicadas da University College de Londres e contribuiu para o diálogo da eugenia com outras áreas de estudo. (Kevles 1995, 38-39)

sociedade. As ideias trazidas de fora foram absorvidas e devidamente aplicadas de acordo com o contexto local. (Dubow 1995, 286)

A difusão da eugenia ocorreu por meio do estabelecimento de redes entre os cientistas e da aprovação de políticas públicas. O repertório⁵ da eugenia incluía a intensa troca de cartas com cientistas de outros os países, a formação de redes transnacionais entre esses médicos e pesquisadores, a participação em sociedades eugênicas internacionais, a formação de associações nacionais, a divulgação em jornais científicos e de grande circulação, o contato com políticos e a apresentação de propostas de políticas públicas dentro dos preceitos eugênicos. Esse repertório foi reproduzido frequentemente em diferentes lugares, mas houve variações dentro de cada conjuntura.

Os eugenistas frequentemente noticiavam os avanços cometidos em outros países para reforçar a noção de que havia um esforço internacional a favor da melhora de suas populações. Charles Davenport, por exemplo, trocava correspondências com cientistas de diferentes países do mundo. Ele discutiu com o professor dinamarquês Soren Hansen a possibilidade de trocar dados e estudos (Resposta de Charles Davenport 1925, 1), mostrou entusiasmo pelo apoio do governo alemão à eugenia (Carta de Charles Davenport a Leonard Darwin 1922, 1 e 2) e capitaneou propostas de criar um código pan-americano de eugenia e hominicultura. Davenport queria orquestrar um movimento eugênico internacional. Outros eugenistas ao redor do mundo também buscaram estreitar laços com colegas estrangeiros, como foi o caso dos médicos da América Latina, que discutiremos a seguir.

Eugenia latino-americana

O médico argentino Victor Delfino⁶ e o seu colega brasileiro Renato Kehl⁷ pensaram a eugenia dentro de uma coletividade científica latino-americana. Os dois autores reproduziram parte do repertório anteriormente descrito: trocaram correspondências, fundaram sociedades eugênicas e participaram de congressos internacionais. Eles compartilhavam um projeto comum de construir um movimento eugênico latino-americano. Victor Delfino, por exemplo, recebeu com entusiasmo a publicação do “Annaes de Eugenia”, primeira publicação do gênero na América do Sul e deixou

⁵ O conceito de repertório utilizado compreende um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e colocadas em prática por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. O conceito consegue conviver com as variações no interior de uma mesma conjuntura. Para saber mais sobre o conceito, ler: (Alonso 2009, 58)

⁶ Victor estudou Ciências Naturais, Física e Matemática na Universidade de La Plata. Demonstrou interesse por diversos temas como biologia, criminologia, química e astronomia. Delfino foi vice-presidente do Segundo Congresso de Eugenia em 1921 e membro da Comissão Permanente de Eugenia com sede em Bruxelas.

⁷ Renato Kehl era formado em Farmácia pela Faculdade de Farmácia de São Paulo e resolveu estudar medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910. Nesta instituição teve contato com a eugenia e foi o principal nome do movimento eugênico brasileiro.

clara a sua satisfação em uma correspondência enviada a Kehl. Na mesma carta, o médico trouxe boas notícias do colega peruano Carlos Enrique Paz Soldán, que em breve indicaria um nome de algum amigo chileno para iniciar o “movimento eugênico” naquele país. (Carta Victor Delfino a Renato Kehl 1919)

Renato Kehl também reconhecia os esforços de Victor Delfino em prol da eugenia e demonstrou essa admiração na sessão da Sociedade Eugênica de São Paulo realizada em abril de 1919. O médico brasileiro aproveitou a mesma ocasião para informar as tentativas do médico peruano Paz Soldán de fundar uma instituição semelhante no Peru. O movimento eugênico estaria, segundo Kehl, ganhando força entre os “países irmãos”. Foi aprovado nesta mesma ocasião a nomeação de Victor Delfino e de Carlos Enrique Paz Soldán como membros honorários da instituição. (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919)

A sessão conduzida por Renato Kehl na reunião da Sociedade Eugênica de São Paulo revela dois passos importantes percorridos pelo movimento eugênico sul-americano, o estabelecimento de redes de contatos e formação de sociedades eugênicas. A inclusão de membros de outros países na sociedade tinha o intuito de conferir respeitabilidade ao movimento e ao mesmo tempo destacar a difusão internacional da eugenia. A necessidade de alinhar os esforços brasileiros e argentinos, por exemplo, a uma jornada internacional reforçava a noção de urgência do tema que estaria sendo encarado como uma prioridade por vários países naquele momento.

Renato Kehl continuou interessado em difundir a eugenia na América Latina e pediu a Paz Soldán o contato de eugenistas no México e em Cuba. Kehl demonstrou interesse em fundar uma organização continental de estudos eugênicos com o objetivo de reunir países que possuíssem em comum “grandes extensões e problemas raciais de dificuldade e complexidade desconcertantes”. Os problemas eugênicos sul-americanos deveriam ser definidos, estudados em comum e as soluções deveriam ser publicadas em revistas que seriam fundadas com esse intuito. (Carta de Paz Soldán a Renato Kehl 3/1919) Renato Kehl acreditava que os países do continente por terem problemas semelhantes poderiam encontrar soluções viáveis para a aplicação da eugenia em suas respectivas realidades.

Renato Kehl desempenhou um papel essencial no desenvolvimento do projeto de criação de uma organização continental de divulgação da eugenia. O historiador Vanderlei de Souza destacou que o médico brasileiro estava na liderança do movimento (Souza 2006, 87), mas seria mais sensato destacar Kehl como um dos líderes, que, junto a Victor Delfino e Carlos Enrique Paz Soldán, nutriram o sonho de uma organização continental. O médico argentino e o seu colega peruano tinham muitos contatos internacionais, o que seria essencial para a extensão do movimento eugênico para outros países do movimento.

Paz Soldán foi um importante catalisador dessa integração continental, pois gozava de grande influência no meio acadêmico e o médico utilizou de suas redes de contato para realizar o sonho de uma “América do Sul eugênica”. Paz Soldán acreditava que seu bom relacionamento com acadêmicos venezuelanos asseguraria um movimento em favor da eugenia naquele país. O médico enviou uma carta intitulada *Eugenización de la América* à Academia de Medicina de Caracas, da qual era membro correspondente, solicitando que a associação encabeçasse um movimento eugênico americano e formulasse um plano geral de trabalhos. (Carta de Paz Soldán a Renato Kehl 4/1919) A academia aceitou patrocinar um esclarecimento eugênico da América que serviria como um prelúdio para o intenso trabalho de eugeniização. Paz Soldán esperava com ansiedade a realização de um congresso eugênico que daria as bases futuras para “uma pátria (sul-americana) comum e eugenizada”. (Carta de Paz Soldán a Renato Kehl 11/1919)

A formação de uma sociedade continental era vista como um ponto crucial para a concretização de um projeto eugênico mais ambicioso que culminasse na aprovação de políticas públicas. Carlos Enrique Paz Soldán demonstrou entusiasmo com a criação da *Sociedad Eugénica Argentina*, pois traria uma contribuição para os demais povos do continente. Segundo ele, chegaria o momento em que a América ocuparia o posto privilegiado na História do Mundo, lugar este reservado aos trabalhadores. (Sociedad Eugénica Argentina, 1918).

As associações cumpriam um papel claro de pesquisa e divulgação das propostas do movimento e, por meio delas seria realizado “o estudo e a aplicação das questões de herança, descendência e evolução para a conservação da melhora da espécie humana”. Deveriam ser estudados uma série de variáveis como a influência do meio, o estado econômico, a legislação entre outros pontos que se relacionariam com a eugenia. Caberia às organizações pesquisar, entender as variáveis e realizar “a divulgação entre o público dos conhecimentos eugênicos, para o bem-estar do indivíduo, das coletividades e das gerações futuras.” (Kehl 13/3/1919, 276)

A fundação de organizações era uma peça importante do repertório dos eugenistas. Renato Kehl entendia a relevância de contar com nomes internacionais nas associações, entrelaçando cientistas de diferentes partes do mundo. A eugenia precisaria de uma junção de diferentes fatores para vencer na América Latina. A solução, segundo Kehl, exigia “contrabalancear os esforços desenvolvidos pelos norte-americanos e ter o auxílio de nomes de valor como Forns, Delfino e Paz Soldán, para concertar com Davenport, Ploetz, March e Houssay.” (Kehl 13/3/1919, 277) O movimento científico/social da eugenia pensado pelo médico brasileiro era internacional e entendia que o caminho do sucesso deveria unir pesquisas dos cientistas estrangeiros e os esforços de célebros sul-americanos no diálogo com os grandes nomes da eugenia internacional.

Delfino e Carlos Enrique Paz Soldán foram os únicos correspondentes estrangeiros a integrarem a Sociedade Eugênica de São Paulo. A admissão de um novo membro dependia da assinatura de dois sócios e do pretendente e a admissão seria efetivada após a aprovação do novo membro em assembleia. (Estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo, Fundo Renato Kehl) Renato Kehl propôs a inclusão de Victor Delfino como membro e, segundo Antonio Vieira de Carvalho, a sugestão obteve o assentimento unânime da direção da sociedade, que homenageou o médico argentino na sessão pelo seu trabalho a favor da eugenia. (Distinción honorífica 17/4/1919, 414)

Renato Kehl serviu como ponte entre os eugenistas brasileiros e sul-americanos e uma referência na região. Cientistas dos países vizinhos se corresponderam com o médico brasileiro para desenvolverem a eugenia nos seus países. Luis Zanotti Cavaziani foi um dos autores que recorreu a Kehl para obter informações necessárias para a fundação de uma associação eugênica. Cavaziani procurou outros intelectuais a fim de fundar a Sociedade Eugênica do Paraguai. Segundo Vanderlei Souza, o autor paraguaio requisitou os estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo para servirem de modelo para a elaboração do regimento da sociedade de seu país. (Souza 2006, 89)

No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Renato Kehl fez um balanço do desenvolvimento da eugenia no Brasil, escrevendo algumas páginas sobre a Sociedade Eugênica de São Paulo.⁸ Entre as conquistas obtidas pela sociedade estava o seu importante papel na construção de outros “núcleos eugenizadores entusiastas em alguns países sul-americanos”. Segundo ele, Victor Delfino já era conhecido pelo seu trabalho na Argentina, no entanto a eugenia ganhou força no país platino após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo. De acordo com o eugenista, a organização paulistana teria incentivado alguns autores como Stucchi (Córdoba/ARG) e Coni (Buenos Aires) e os peruanos Carlos Enrique Paz Soldán e Honório Delgado a tomarem a dianteira da propaganda eugênica nos seus países. Kehl destacou ainda que o mesmo entusiasmo poderia ser verificado em outros países sul-americanos, que se correspondiam com ele. (Kehl 1929, 56)

O Boletim de Eugenia, fundado em 1929, manteve os laços sul-americanos da eugenia ao publicar autores do continente. A dra Pauline Luise de Montevideu publicou um texto sobre educação sexual, os argentinos Victor Delfino e Leopoldo Bard escreveram sobre certificados pré-nupcial. Essas redes eram alimentadas pela participação desses médicos em associações internacionais. Renato Kehl participou da Academia Nacional de Lima e da Sociedade de Eugenia do México e publicou artigos em periódicos editados por Victor Delfino - *La Semana Médica* e *La*

⁸ O congresso de eugenia realizado em São Paulo foi um marco importante, pois reuniu figuras importantes do movimento do Brasil e de outros países da região. Para saber mais sobre o evento consultar: Souza 2006 e Stepan 1996.

Medicina Argentina –, e nas revistas *Hijo Mío* e *Viva Cien Años*. Kehl acompanhou a publicação de outros cientistas da região como Emílio Coni e a argentina Raquel Camaña, cujo livro seria um bom exemplo de eugenia positiva. (Kehl 1922, 28-29, 74-76 e 256)

Vários livros de Kehl como “Conducta” e “Porque sou um eugenista?” foram traduzidos para o espanhol. Kehl se correspondeu com Israel Castellanos de Cuba, de quem teria recebido uma cópia de seu livro sobre a delinquência contra a mulher em Cuba, vencedor do prêmio Lombroso de Turim. (Carta de Israel Castellanos a Renato Kehl, 1930). Outros cientistas como Alfredo M. Saavedra, eugenista mexicano, Guillermo Uribe Cualla de Bogotá, Guillermo Francovich da Bolívia, Octavio Jiménez y Jiménez de Guaiacuil e Waldemar E. Courts, médico chileno que participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, também se corresponderam com ele. (Fundo Renato Kehl, Caixa 3)

Em 1935, a então recém-fundada *Sociedad Nacional de Eugenesia* do Uruguai entrou em contato com a Embaixada do Brasil em Montevideú manifestando interesse em estabelecer relações com autoridades semelhantes no Brasil. A nova sociedade procurava estabelecer um intercâmbio através da troca de trabalhos, estudos e ensinamentos, conseguindo uma obra útil “ao aperfeiçoamento da raça e proliferação da vida nos dois países.” (Silva 2008, 55) A carta foi endereçada a Renato Kehl, que era automaticamente identificado como figura de relevância no assunto.

Victor Delfino também foi correspondente de inúmeras associações em todo mundo e de várias outras na América Latina. Entre elas, participou das Academias de Medicina do Rio de Janeiro, Lima, México, Caracas; da Academia de Ciências de Cuba, da Sociedade de Amantes da Ciência de Lima, da Sociedade Nacional de Temperância de Lima, foi membro da Faculdade de Ciências Físicas e Naturais da Universidade de São Marcos (Lima), foi professor honorário da Universidade de Manaus e colaborou com a Direção de Estudos Biológicos da República Mexicana. O cargo de editor-chefe do jornal *La Semana Médica* ajudou Victor Delfino a estabelecer redes de conexão com os cientistas de diversos países, sendo que muitos deles também dirigiam publicações. (Silva 2008, 74)

Os contatos estabelecidos pelo médico eram fortalecidos pelo uso da sua posição de editor para a divulgação da eugenia e dos autores mais próximos. Renato Kehl, por exemplo, recebeu destaque no jornal *La Semana Médica*, e teve vários de seus livros resenhados por Victor Delfino. Kehl era descrito como um médico de vasto conhecimento, adquiridos ao longo dos anos a frente da Inspeção de profilaxia de lepra e das enfermidades venéreas. (O Perigo Venéreo 17/11/1921) O livro “Como escolher um bom marido” do cientista brasileiro seria um dos mais importantes

trabalhos de eugenia, ao sugerir normas de escolha de um marido que beneficiariam a prole. (Como escolher um bom marido 3/4/1924)

O livro “A Fada Hygia” foi descrito como uma obra realmente original diferente de outros livros do gênero escritos por americanos, alemães e suíços. A obra passaria os ensinamentos mais elementares da higiene pública e privada relatados através de contos, histórias e diálogos animados escritos “com frases curtas e doutrinárias”, perfeito para o aprendizado das crianças. Delfino torcia para que o livro recebesse uma versão para o espanhol, o que ajudaria os jovens da “América” a aprender preceitos básicos da higiene que não eram ensinados nas escolas comuns. (Fada hygia Janeiro de 1925) Renato Kehl agradeceu as palavras e sugeriu que Delfino fizesse a versão espanhola. (Carta de Victor Delfino A Renato Kehl 12/03/1925)

O bom relacionamento com Victor Delfino possibilitou a Kehl a publicação de vários artigos originais no periódico *La Semana Médica*.⁹ Esses textos tratavam das associações eugênicas, da relação da ciência de Galton com o darwinismo social, dos resultados da guerra nas populações nacionais e dos fins da eugenia. Delfino ofereceu a Kehl colunas no periódico *Revista Científica Argentina*, que mais tarde mudaria o nome para *La Medicina Argentina*, no qual ele também era editor-chefe. O convite foi aceito pelo médico brasileiro. (Carta de Victor Delfino A Renato Kehl 12/03/1925) Kehl publicou quatro textos no jornal durante a direção de Delfino. O médico argentino aproveitou o seu período como editor do jornal para criar a seção “Eugenica”, onde publicava textos dele e de outros autores como o inglês Leonard Darwin. (Silva 2008, 740)

A eugenia serviu como teoria comum que ligou vários cientistas dos países latino-americanos como Delfino, Kehl e Paz Soldán, que buscavam expandir os conhecimentos eugênicos e criar um movimento sul-americano. Paz Soldán propôs instituições e publicações comuns, enquanto Delfino incentivou a veiculação de artigos escritos por brasileiros, principalmente Renato Kehl, em periódicos médicos argentinos. Kehl pensou numa sociedade eugênica que envolvesse cientistas proeminentes do continente. As cartas mostram a formação de uma rede intelectual que envolvia vários países do continente e pensadores europeus. Nessas correspondências eles trocam referências e endereços de importantes médicos estrangeiros. Paz Soldán enviou o endereço de Luis Huerta, importante eugenista espanhol, com quem Renato Kehl estabeleceu contato e para quem enviou artigos. O autor espanhol publicou no Boletim de Eugenia, periódico editado pela Sociedade Eugênica de São Paulo. (Carta de Renato Kehl A Carlos Paz Soldán 10/12/1928)

⁹ Renato Kehl teve cinco textos publicados no *La Semana Médica* entre 1918-1926 sendo que todos tratavam da eugenia. Kehl ainda figurou como um dos principais autores brasileiros no periódico *La Medicina Argentina* coordenado por Victor Delfino entre 1926-1935, com três textos publicados.

Os eugenistas latino-americanos estabeleceram uma série de contatos que serviam para aumentar o diálogo com os cientistas do continente, trocar experiências e abrir novas possibilidades de publicação na Europa. O projeto era claro: construir uma associação sul-americana que trocasse informações, realizasse pesquisas, divulgasse a ciência e aprovasse políticas públicas. O entusiasmo com o futuro, as conexões internacionais e o projeto de uma eugenia sul-americana não foram os suficientes para concretizar uma organização que abarcasse todos esses pensadores. O movimento eugênico como um todo falhou em construir políticas internacionais que unissem uma quantidade relevante de países. O movimento social enfrentou empecilhos para concretizar um projeto internacional robusto e abrangente. Nas próximas páginas, levantaremos alguns desses empecilhos enfrentados para a internacionalização da eugenia.

Movimento eugênico como um ator internacional

A perspectiva realista da Teoria das Relações Internacionais entende o Estado como o ator único das relações internacionais, que deve atuar dentro de uma estrutura onde impera o permanente conflito entre os Estados. A ausência de uma força supranacional que consiga conter os Estados contribuiria para criar um ambiente anárquico, recriando um cenário aos moldes do pensamento hobbesiano. Prevaleceria, portanto, um clima de incerteza e de conflito contínuo de todos contra todos, que lembraria o estado de natureza pré-civilizacional e estatal do pensamento de Thomas Hobbes. Existiria uma ordem, onde prevaleceria o interesse dos Estados mais poderosos e influentes. (Olsson 2015, 50)

O realismo ainda exerce grande influência no campo de estudo da Teoria das Relações Internacionais, contudo entendemos as relações entre os países nesse artigo por uma outra perspectiva. Compreendemos que existe uma interdependência complexa na qual diferentes atores interagem e influenciam as tomadas de decisões. O paradigma construtivista estabelece que as ideias importam mais do que “ouro e tanques”. A relação entre os agentes internacionais ocorre por meio da cooperação, “em jogos em que a soma não é zero, porque vários atores possuem poder, e o exercício construtivo e convergente deles produz um aumento do poder do âmbito coletivo”. (Olsson 2015, 53)

Os indivíduos, as empresas transacionais, as organizações internacionais não governamentais e os movimentos sociais, por exemplo, exercem protagonismo dentro de muitas discussões em foros internacionais. Esses atores globais não estatais apresentam novas

modalidades de governança¹⁰ internacional que atuam em conjunto ou, em alguns casos, independentemente dos Estados. O processo de elaboração de políticas públicas não são ações exclusivas dos Estados e a atuação cada vez mais frequente de outros atores internacionais tem alargado o campo de possibilidades.

O movimento eugênico pode ser percebido como um movimento social com claro objetivo de discutir, propor e colocar em prática políticas públicas que tragam mudanças no âmbito internacional. Consideramos esse movimento, portanto, como um ator internacional que buscou intensamente, em especial nas décadas de 1920 e 1930, construir uma frente internacional que colocasse em prática legislações que garantissem a reprodução dos indivíduos mais “bem nascidos” e impedissem, em alguns casos, a proliferação da prole das pessoas consideradas pouco aptas.¹¹

As palavras entusiasmadas discursadas por C.E.A Bedwell no Segundo Congresso de Eugenia eram compartilhadas por grande parte dos eugenistas que se percebiam como missionários de uma ciência responsável pela melhora da herança, da descendência e da evolução da humanidade. Muitas associações internacionais surgiram nesse contexto com o intuito de discutir no âmbito das nações a eugenia. Três congressos internacionais de eugenia – Londres (1912) e Nova York (1921 e 1932) reuniram médicos e pesquisadores de diferentes lugares. Os encontros eram organizados pelo Comitê Permanente Internacional de Eugenia criado no primeiro encontro e que mudaria de nome em 1925 para Federação Internacional das Organizações Eugênicas (IFEO).

A IFEO planejava encontros internacionais, reunia artigos e pesquisas e intermediava o contato entre cientistas de diferentes lugares do mundo. Os encontros serviam para a discussão de temas como hereditariedade e miscigenação das raças, mas também proporcionavam a divulgação dos debates da eugenia em diferentes países do mundo. A última parte do relatório da 9ª Conferência da IFEO buscou trazer relatos sobre a eugenia no mundo. Dentre os temas destacam-se breves exposições de 12 países sobre o trabalho da eugenia ou os efeitos disgênicos da guerra; relatos das ações eugênicas na Tchecoslováquia, Finlândia, África do Sul, Holanda, Alemanha e Áustria; e a pesquisa de renomados cientistas nos Estados Unidos, Noruega e na França. (International Federation of Eugenic Organizations 19/3/1932, 431) Esses encontros traçavam um panorama mundial e contribuía para a troca de experiências.

¹⁰ A governança no espaço global é cada vez mais exercida por atores e entidades não estatais, isto é, por indivíduos e coletividades diversas que não se restringem à figura do Estado. A governança não precisa mais da presença de um Estado, podendo ser exercida por entidades não estatais como entidades não estatais e indivíduos. (Olsson 2006)

¹¹ A eugenia positiva procurou promover a reprodução dos indivíduos considerados mais “eugenizados”. No Brasil, medidas como a educação higiênica, os certificados de casamentos e saneamento das habitações se enquadravam nessa perspectiva. A eugenia negativa encorajava os indivíduos menos eugênicos a reproduzirem em menor quantidade ou, até mesmo, a não se reproduzirem. A esterilização foi uma prática defendida por alguns cientistas.

As associações regionais também surgiram nesse contexto, servindo em alguns casos como ferramenta de projeção de poderes de algumas nações. Duas organizações cumpriram essa função no continente americano. A “Associação Pan-Americana de Eugenia e Homicultura” e a “Federação Internacional Latina de Sociedades de Eugenia” tiveram como objetivo aumentar a influência dos Estados Unidos, no caso da primeira, e da França e Itália, no caso da segunda, entre os países latino-americanos. A última sociedade mencionada tinha como interesse unir os diferentes países da “latinos”, que supostamente teriam olhares comuns para a eugenia, em contraponto à ciência produzida pelas nações de origem anglo-saxã. (Stepan 1996, 189-192) A Sociedade Argentina de Biotipologia, Eugenesia e Medicina Social fundada na década de 1930 teve forte influência do médico italiano Nicola Pende.¹²

Os planos dos eugenistas eram ambiciosos. C.E.A Bedwell defendia, por exemplo, que a eugenia fosse introduzida dentro da O.I.H.P¹³ (International Health Office), uma das primeiras organizações internacionais de cooperação no campo da saúde. Bedwell destacou a possibilidade de se discutir assuntos como imigração, relações da eugenia com o Estado e a educação eugênica da sociedade dentro de um fórum multinacional. Estudos coordenados de eugenia poderiam mostrar, por exemplo, quais miscigenações resultariam em melhoras populacionais, contribuindo para que alguns povos alcançassem os níveis de desenvolvimento de outras raças. A integração do Congresso Internacional de Eugenia e da O.I.H.P poderia culminar em uma grande contribuição para o progresso da humanidade. (Bedwell 1922, 188)

O movimento eugênico conseguiu uma grande projeção nas décadas de 1920 e 1930 e obteve grandes conquistas no âmbito interno. A *Eugenics Education Society* juntou forças com *National Association for the care of the Feeble-minded* para exercer pressão sobre o Parlamento Britânico com o intuito de aprovar resoluções sobre deficiência mental. (Kevles 1995, 98-99) O Brasil passou leis que limitavam a imigração e impactavam a entrada de japoneses, tendo como embasamento argumentos eugênicos. (Lesser 2001, 153-211) A esterilização voluntária nos Estados Unidos foi realizada em 15 estados entre 1907 e 1917 (Kevles 1995, 100). A eugenia foi encampada pelo

¹² Fundada sob os auspícios do governo federal, a Sociedade nasceu com aspirações de ser o órgão responsável pela coordenação das inúmeras organizações e instituições dedicadas ao cuidado das crianças, higiene e saúde. O “melhoramento” da raça argentina estava entre os principais objetivos do governo, que financiava uma instituição. Para saber mais, leia: Miranda e Vallejo, 2004 e Nari, 1999.

¹³ O texto de Bedwell utilizou o termo “International Health Office” no parágrafo seguinte à proposta de associar a eugenia à Liga das Nações. A instituição mencionada, no entanto, não se refere à Organização da Saúde da Liga das Nações. De acordo com Howard Jones, o “International Health Office” era o equivalente ao Office International d’Hygiene Publique (O.I.H.P.) sediado em Paris. A O.I.H.P, fundada em 1907, não foi incorporada pela Liga das Nações, pois alguns dos seus países membros não faziam parte da Liga. A O.I.H.P atuou, no entanto, muito perto de outras instituições de saúde da Liga das Nações.

governo alemão com a aprovação de medidas como esterilização forçada e certificado de casamentos (Weiss 1990, 40-50).

As aprovações dessas medidas eram comemoradas dentro do movimento. Renato Kehl elogiou o uso da esterilização como recurso profilático nos Estados Unidos, pois garantiria que a multiplicação de indivíduos “infelizes e indesejáveis” deixaria de acontecer. (Kehl 1924) A aprovação, contudo, de medidas no campo internacional não obteve o mesmo sucesso. Os planos de Bedwell de incorporação da eugenia em associações de âmbito global não foi bem-sucedido. O movimento eugênico enfrentou algumas barreiras para a aprovar medidas no campo internacional

Obstáculos para a internacionalização da eugenia

A internacionalização da eugenia e a proposta de criação de uma organização internacional que reunisse as sociedades de diferentes países aconteceram em um momento em que os países estavam mais cautelosos no âmbito econômico e, de maneira geral, mais preocupados com questões internas. A crise do liberalismo e a ascensão do nacionalismo contribuíram para que muitos países se fechassem, impactando no comércio internacional que declinou no período entre guerras. A iniciativa de formar a Liga das Nações – uma instituição internacional que reunisse os países do mundo –, foi enfraquecida com a negativa dos Estados Unidos de entrarem na organização. Brasil, Alemanha e Japão também deixaram a instituição ao longo das décadas de 1920 e 1930. (Cervo e Bueno 2002, 221-228)

Charles Davenport buscou levar a eugenia para a pauta de discussões da Liga das Nações. O cientista propôs primeiramente que o tema da migração e a sua regulação fosse adotado como um assunto de grande importância dentro da instituição, sendo abordado nas conferências de paz realizadas após a Primeira Guerra Mundial. Davenport pressionou Dame Rachel Crowdy, a chefe de seção de Assuntos Sociais e Tráfico de Ópio da Liga das Nações, a considerar a eugenia como uma subseção dentro do seu setor. Crowdy demonstrou certo interesse, mas a questão não progrediu nas organizações de saúde da instituição (Bashford 2010, 160-161)

Em uma outra tentativa, Davenport argumentou que a regulação da imigração de acordo com os preceitos da eugenia promoveria a harmonia entre as nações e contribuiria para o bem comum. A objeção para a inclusão das regulações sobre a imigração, surgiu nesse caso, da forte oposição do representante japonês na instituição, Inazo Nitobé. O diplomata discordava do ponto de vista defendido por Davenport de que o progresso do mundo seria acelerado pelo destaque à diferença das raças. Ele não concordava com as teorias de Gobineau e duvidava da base científica dessas afirmações. (Bashford 2010, 161)

O diplomata nipônico ocupava uma posição de destaque na Liga das Nações, assumindo uma posição proeminente como porta-voz da instituição. Nitobé incomodava-se com a crescente hostilidade sofrida pelos japoneses na Califórnia, que culminaria com a proibição da entrada deles nos Estados Unidos após a aprovação da lei de imigração de 1924. A legislação aprovada em Washington limitava a entrada de imigrantes por nacionalidade tendo como base o número de estrangeiros que entraram no país nas décadas anteriores. O cálculo atingia diretamente os japoneses e outros grupos indesejados. Uma legislação semelhante foi aprovada no Brasil em 1934 com o mesmo objetivo, barrar a entrada de nipônicos no país. (Lesser 2001, 153-211) O diplomata buscou usar a sua influência para advogar pelos seus conterrâneos, refutando as teorias raciais que estigmatizavam e inferiorizavam os asiáticos. (Snipes 2011)

A objeção de Nitobé revela as dificuldades da internacionalização da eugenia nas organizações internacionais. O discurso da eugenia era excludente e selecionava grupos étnicos em detrimento de outros. A proposta vinha de potências com grande projeção internacional, impérios, e em algumas situações eram vistas como um exemplo do imperialismo. O diplomata japonês já atuava contra a campanha difamatória dos seus conterrâneos nos Estados Unidos e rapidamente identificou as agendas presentes dentro do discurso eugênico. Optou por usar a sua influência dentro da Liga das Nações para barrar o avanço dessa ciência dentro de um órgão multilateral.

Medidas mais polêmicas propostas pelo próprio Davenport também encontrariam objeção dentro da América Latina. Davenport defendeu a criação do Escritório Central Pan-americano de Eugenia e Homicultura na década de 1920 com sede em Havana. O instituto seria capitaneado pelo seu colega cubano Domingo Ramos e teria como objetivo coordenar e promover a eugenia em todas as Américas. A instituição sediou a primeira conferência em 1927 na capital cubana, que contou médicos importantes como Davenport e Paz Soldán. Os principais delegados eram, contudo, diplomatas lotados em Havana. (Schell 2010, 479)

O médico peruano era um grande entusiasta da formação de um movimento eugênico latino-americano propulsionado por uma associação regional. (Carta de Paz Soldán a Renato Kehl 4/1919) Paz Soldán não acolheu, contudo, a proposta de um Código de Eugenia e Homicultura apresentado por Ramos com o apoio de Davenport. O documento determinava que todos os indivíduos fossem obrigados a contribuir na investigação biológica da população e as pessoas seriam divididas em três categorias “bom”, “mal” e “suspeito”. Aqueles que se encaixavam na última categoria deveriam ser isolados, segregados ou esterilizados. (Project of Panamerican Code 1927, 12)

A imigração seria, de acordo com a proposta, guiada por essa classificação e os indivíduos classificados como bons estariam avalizados, do ponto de vista biológico, a imigrarem. As nações

teriam o direito de realizar uma pesquisa biológica completa dos indivíduos que estivessem dispostos a entrar no seu território, podendo proibir ou limitar o tempo de residência dessas pessoas. Os nacionais de países que não se comprometessem com essa investigação poderiam ser proibidos de imigrar. O código propunha ainda que todas as nações da América aprovassem e aplicassem leis que proibissem a entrada de indivíduos classificados como mal ou suspeito, pois assim manteriam a pureza das raças. (Project of Panamerican Code 1927, 13)

O projeto de Ramos e Davenport não incluía as populações indígenas, africanas e asiática e, por isso não obteve a resposta esperada pelos congressistas. Paz Soldán argumentou que a ciência ainda não era capaz de rotular os imigrantes e a tentativa de fazê-lo era autoritária. O médico acreditava que a miscigenação fortaleceria o país ao invés de enfraquecê-lo. (Stepan 1996, 180-181) O mexicano Rafael Santamartina negou a inferioridade das populações indígenas e garantiu que o seu país estava aprimorando a sua população por meio da educação e do controle do trabalho infantil. As medidas de esterilização foram duramente rejeitadas pelos representantes da Argentina e da Costa Rica. O compromisso dos países se limitou aos certificados pré-nupciais, que investigavam o passado dos cônjuges. O código tinha um tom impositivo e algumas das suas medidas passaram como recomendações aos países membros. (Schell 2010, 479)

A rejeição do Código revela uma das grandes limitações da adoção da eugenia dentro de fóruns internacionais mais abrangentes. Medidas de restrição de imigração pautadas na raça e de categorização da população entrava claramente em choque com importantes questões da identidade nacional e da soberania dos países de decidir sobre esses assuntos. O médico peruano condenou as propostas do código como uma fantasia e previu conflitos políticos e batalhas como resultado dessa política. Paz Soldán identificou sinais de imperialismo na proposição como consequência da retomada da questão racial. (Stepan 1992, 205)

A recusa capitaneada pelo médico peruano se assemelha ao protesto realizado pelo diplomata japonês, pois os dois posicionamentos enxergavam as intenções imperialistas subentendidas dentro do projeto de internacionalização da eugenia. A hierarquização das raças e a divisão de povos entre bom e mal abrem caminho para a imposição de políticas internacionais que favorecem certos países e colocam outras nações no estado de submissão.

As organizações internacionais de eugenia refletiam a assimetria de poder das relações internacionais, uma vez que os países mais ricos ditavam as ordens dentro das instituições. O orçamento disponível para a realização de pesquisas sobre o tema nos Estados Unidos ultrapassava o dinheiro investido em grande parte do mundo. Charles Davenport, o dono do cofre, estruturava os encontros internacionais de acordo com o seu interesse. O segundo e o terceiro congresso de

eugenia foram realizados em Nova York com os recursos fornecidos pelo Carnegie Institute. Tal posição concedia poder para se determinar quem poderia falar e quais temas seriam pautados.

Um levantamento dos textos publicados no relatório do Segundo Congresso de Eugenia em 1921 revela a assimetria de poder desses encontros. O relatório foi dividido em dois volumes, que continham 106 artigos previamente apresentados e discutidos na reunião. Representantes de dez países publicaram, sendo que a esmagadora maioria dos trabalhos tinham sido produzidos nos Estados Unidos, 77, seguidos da Inglaterra com 12 trabalhos, da França e da Itália com 4, da Tchecoslováquia com 3, da Noruega com 2 de Escócia, de Cuba, da Índia e de Túnis (ainda uma possessão francesa) com 1 texto publicado. (Reports of the second 1923, 410-414)

O levantamento mostra que nem todo mundo era convidado para falar no congresso. Domingo Ramos foi o único representante da América Latina a falar no encontro graças ao contato próximo com Charles Davenport com quem compartilhava projetos em comum como o Código mencionado anteriormente. O congresso era guiado de acordo com os interesses dos cientistas dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os convites para o congresso tinham sido enviados pelo *State Department* – órgão responsável pelas relações exteriores dos Estados Unidos –, para diferentes lugares do mundo. (Black 2021, 465)

A interação entre os interesses de Estado e o movimento eugênico trouxe receios entre os próprios cientistas. Nacionalismos e rivalidades entravam no meio de discussões que, pelo menos na teoria, nutriam um caráter neutro e científico. O presidente da Sociedade Alemã de Higiene Racial, Kishul, escreveu para Leonard Darwin, o líder da *Eugenics Education Society* de Londres, em 1923 para agradecer e declinar o convite para que a sua sociedade participasse de decisões futuras da Comissão Internacional para a Eugenia. A organização alemã concordava com os princípios da ciência, mas não se sentia confortável em sentar em uma mesa de negociação ao lado de representantes franceses e belgas. (Carta da Germany Society of Racial Hygiene 1923, 1)

Os cientistas dos dois países europeus representariam governos que, segundo o médico alemão, tinham violado o Tratado de Versalhes e cometido atrocidades diárias contra o “inocente e indefeso” povo alemão. Esta situação tornava impossível que qualquer cidadão alemão “decente” sentasse na mesma mesa que representantes dos governos francês e belga. A cooperação dos representantes alemães à Comissão Internacional de Eugenia poderia ser reestabelecida assim que essas dificuldades desaparecessem e a situação na região do rio Ruhr voltasse ao normal. (Carta da Germany Society of Racial Hygiene 1923, 1)

Nacionalismo, interesses nacionais, rivalidades pós-guerra, autonomia e identidades locais apresentaram obstáculos para que o movimento eugênico conseguisse aprovar medidas e propostas que englobassem uma boa quantidade de países. O sucesso desse movimento social dentro das

fronteiras nacionais dificilmente seria repetido no âmbito internacional. Houve a difusão dos preceitos da eugenia pelo mundo e a propagação dessas ideias pode ser em grande parte creditada à capacidade da adaptação em diferentes realidades. A “ciência de Galton” conseguiu se encaixar em diferentes projetos nacionais dentro da ampla proposta de melhora das populações nacionais.

Considerações Finais

O entusiasmo identificado no movimento eugênico enfrentou barreiras para a aprovação de medidas nos grandes fóruns de decisão. O movimento não conseguiu agir como um ator internacional que concatenasse a aprovação de políticas públicas em vários países, tampouco em organizações internacionais. A eugenia foi uma ciência que nasceu na Inglaterra, ganhou corpo em diferentes países e que exaltava, em alguns casos, a hereditariedade dos países do norte da Europa. Muitas nações, pouco eugênicas para alguns parâmetros, embarcaram no movimento e aprovaram políticas públicas com o intuito de melhorar as suas populações.

As elites financeiras e intelectuais de muitos países utilizaram, como no caso da África do Sul, a eugenia para reforçar o seu papel de liderança dentro das suas nações. Os dados reunidos por essa ciência favoreciam, desde o primeiro estudo de Galton, as classes sociais mais abastadas que tinham acesso ao estudo, dinheiro e poder. As dinâmicas de dominação dentro dos países e entre as nações eram reforçadas pelos princípios eugênicos, o que impedia a cooperação internacional em órgãos internacionais de cooperação.

Davenport e Ramos não conseguiram aprovar o seu Código excludente no Congresso Pan-Americano de Eugenia e Homicultura. A elite médica da região negou a aprovação de tais medidas, pois aplicavam em seu país um projeto de eugenia próprio, local. As iniciativas conduzidas por Kehl, Delfino e Paz Soldán de cooperação sul-americana causaram entusiasmo, mas também não lograram êxito. Houve cooperação, entusiasmo, troca intelectual, mas a sociedade sul-americana não se concretizou. A eugenia foi maleável o suficiente para atender os interesses das elites sociais distintas, mas não conseguiu ultrapassar as barreiras do nacionalismo e aprovar medidas internacionais. Entre o entusiasmo e a cooperação, foram aprovadas medidas internas de um movimento social com força nacional e mobilização internacional.

A historiografia sobre o tema produziu pesquisas importantes sobre o florescimento da eugenia em diferentes realidades e a aprovação de medidas públicas que estabeleciam certificados de casamentos, esterilização, a coleta de dados e a educação eugênica, por exemplo. Os estudos dedicados à América Latina discutiram a adequação dessas teorias na realidade da região. O trabalho de Nancy Stepan continua sendo referência no assunto ao propor a distinção entre o arcabouço teórico neo-lamarckiano e mendeliano, que diferenciaria a eugenia latino-americana da anglo saxã.

Tal diferenciação já começa, inclusive, a ser contestada por pesquisadores como Vanderlei Souza, que afirma ser um pouco limitador posicionar a eugenia brasileira como uma variante da eugenia latina. (Souza 2016, 3)

Este artigo optou, no entanto, por entender a eugenia por uma lógica ainda pouco explorada pela historiografia: os projetos de internacionalização e a formação de redes internacionais de médicos e eugenistas com o intuito de consolidar um movimento internacional. Nancy Stepan apresentou esse caminho ao ressaltar as conexões entre Kehl, Delfino e Paz Soldan e ao remontar as movimentações em torno da “Associação Pan-Americana de Eugenia e Hominicultura” e a “Federação Internacional Latina de Sociedades de Eugenia”. As conexões entre diferentes países e regiões ainda é pouco conhecido, em especial o diálogo entre os eugenistas da América do Sul com o movimento internacional. Arrisco a dizer que a eugenia latino-americana ou sul-americana não seja uma aproximação científica, mas um projeto de ciência regional que de certa forma buscava preservar autonomia intelectual em relação aos principais nomes do movimento eugênico internacional.

Referências bibliográficas

“A Fada Hygia (Bibliografia).” Buenos Aires: *La Semana Médica*. Janeiro de 1925.

Alonso, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, (2009): 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>

Bashford, Ashley. Internationalism, Cosmopolitanism, and Eugenics. Em: *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Ashley Bashford e Philippa Levine (org), 55 – 169. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Bedwell, C. E. A. Eugenics in international affairs. *Eugenics Review*, vol.14, n.3, Outubro de 1922, 187-189.

Black, Edwin. *War against the weak: eugenics and america's campaign to create a master race*. Washington: Dialog Press, 2021.

Campbell, Chloe. Eugenics in colonial Kenya. Em: *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Ashley Bashford e Philippa Levine (org), 289 – 298. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Carta da German Society for Race Hygiene para Leonard Darwin sobre International Commission for Eugenics. (1923) American Philosophical Society, Dav, B:D27., Leonard Darwin #2. http://www.eugenicsarchive.org/eugenics/image_header.pl?id=442&printable=1&detailed=0

Carta de Charles Davenport a Leonard Darwin sobre German government interest in eugenics. (1922) American Philosophical Society, Dav, B:D27., Leonard Darwin #1 <http://www.eugenicsarchive.org/html/eugenics/static/images/440.html>

Carta de Carlos Enrique Paz Soldán a Renato Kehl. 2/3/1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, Caixa 3 DAD/Fiocruz

Carta de Carlos Enrique Paz Soldán a Renato Kehl. 11/04/1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, Caixa 3, DAD/Fiocruz.

Carta de Carlos Enrique Paz Soldán a Renato Kehl. 1/11/1919. Fundo Pessoal Renato Kehl, Caixa 3, DAD/Fiocruz.

Carta de Renato Kehl a Carlos Enrique Paz Soldán. 10/12/1928. Fundo Pessoal Renato Kehl, Caixa s/n, DAD/Fiocruz.

Carta de Israel Castellanos a Renato Kehl. 3/12/1930. Caixa s/n. Fundo Pessoal Renato Kehl, caixa 3, DAD/Fiocruz.

Carta de Victor Delfino a Renato Kehl. 12/03/1925. Caixa s/n. Fundo Pessoal Renato Kehl, caixa 3, DAD/fiocruz

Carta Victor Delfino a Renato Kehl, 18 de Março de 1919, Fundo Pessoal Renato Kehl, Caixa 3, DAD/Fiocruz.

Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo BUENO. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Editora UNB, 2002.

“Como escolher um bom marido.” *La Semana Médica.* 3 de abril de 1924.

“Distinción honorífica.” *La Semana Médica.* 17 de abril de 1919.

Dubow, Saul. *Scientific racism in modern South Africa.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Estatutos da Sociedade Eugénica de São Paulo. Fundo Renato Kehl, Caixa 2, DAD/Fiocruz.

International Federation of Eugenic Organizations. *Nature.* 19 de Março de 1932, 129, 431. <https://doi.org/10.1038/129431a0>

Kehl, Renato. “Las asociaciones eugénicas.” Rio de Janeiro: *La Semana Médica.* 13 de março de 1919.

Kehl, Renato. *Melboremos e Prolonguemos.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922.

Kehl, Renato. “O casamento entre surdo-mudo.” *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, 15/1/1924.

Kehl, Renato. *Eugenia no Brasil.* Rio de Janeiro: Primeiro Congresso de Eugenia 1929.

Kevles, Daniel. *In the Name of Eugenics; genetics and the uses of human heredity.* Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.* São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

Miranda, Marisa e Gustavo Vallejo. Los saberes del poder: eugenesia y biotipología en la Argentina del Siglo XX. *Revista de Indias,* n. 231 (2004): 425-444.

Nari, Marcela. La Eugenesia em Argentina, 1880-1940. Em: *Quijúbú,* vol 12, n 3 (1999): 343-369.

Olsson, Giovanni. O poder dos indivíduos e das coletividades como atores não estatais no espaço global. Em: *Relações internacionais, direito e poder: o contraponto entre os atores estatais e não estatais, volume II.* Odete Maria Oliveira, p 47-80, Ijuí, RS: Ed Unijuí, 2015.

“O perigo venéreo.” *La Semana Médica.* 17 de outubro de 1921.

Palma, Héctor. “Gobernar es seleccionar”; *apuntes sobre la eugenesia.* Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones, 2002.

Project of panamerican code on eugenics and homiculture, proposed by the Cuban delegation to the First Panamerican Conference of Eugenics and Homiculture. Havana: Imp Montalvo y Cardenas, 1927. <http://www.eugenicsarchive.org/html/eugenics/static/images/724.html>

Reports of the Second International Congress of Eugenics. *Eugenics Review,* vol 15, n 2 (1923): 409-414.

Resposta de Charles Davenport a Soren Hanson sobre eugenia. (1925) American Philosophical Society, Dav, B:D27,Leonard Darwin #3
<http://www.eugenicsarchive.org/html/eugenics/static/images/443.html>

Schell, Patience. Eugenics Policy and Practice in Cuba, Puerto Rico, and Mexico. Em: *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Ashley Bashford e Philippa Levine(org), 77 – 493. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Silva, João Ítalo. “Por uma eugenia latino-americana: Victor Delfino e Renato Kehl.” Dissertação, UFMG/FAFICH, 2008.

“Sociedad Eugénica Argentina.” *La Semana Médica*. 5 de setembro de 1918.

“Sociedade eugênica de São Paulo.” *Estado de São Paulo*. 4 de abril de 1919.

Souza, Vanderlei. “A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932).” Dissertação, FIOCRUZ, 2006.

Souza, Vanderlei. Brazilian eugenics and its international connections: an analysis based on the controversies between Renato Kehl and Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23 (2016): 1-18. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702016000500006>

Stepan, Nancy. *The hour of eugenics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.

Stepan, Nancy. “The Pan American Experiment in Eugenics,”. Em: Petitjean, Patrick, Catherine Jami, and Anne Marie Moulin. *Science and Empires: Historical Studies about Scientific Development and European Expansion*, Boston and London: Kluwer Academic Publishers, 1992.

Snipes, Samuel. 2011. The Life of Japanese Quaker Inazo Nitobe. <https://www.friendsjournal.org/life-japanese-quaker-inazo-nitobe-1862-1933/>

Weiss, Sheila Faith. The Race Hygiene Movement in Germany, 1904-1945. ADAMS, Mark. *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and France*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990.

Recebido:
Aprovado:

Dossiê: História recente da política externa da América Latina
uma questão de elites?

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36329>

A Política Externa do Regime Militar: da Ideologia ao Pragmatismo

The Foreign Policy of the Military Regime: from Ideology to Pragmatism

La Política Exterior del Régimen Militar: de la Ideología al Pragmatismo

*Paulo G. Fagundes Visentini**

<https://orcid.org/0000-0001-5654-8874>

RESUMO: O artigo analisa a política externa dos governos militares de Médici, Geisel e Figueiredo (1969-85), quando o regime adota uma postura pragmática e autonomista, em lugar da ênfase ideológica. Os governos Castelo Branco e Costa e Silva (1964-69) vivenciaram a dialética ruptura x continuidade, com a frustração do alinhamento ideológico com os EUA. Uma vez adotada uma política econômica desenvolvimentista, com forte apoio do Estado, a busca de autonomia diplomática se afirmou. Se o governo Geisel constitui o paradigma de tal estratégia, observa-se que ela teve início no governo anterior e, apesar das dificuldades, prosseguiu até 1985.

Palavras-chave: Política Externa. Regime Militar. Pragmatismo autonomista.

ABSTRACT: The article aims to analyze the foreign policy of the Médici, Geisel and Figueiredo military governments (1969-85), in which the Regime adopted a pragmatic and autonomous stance, instead of an ideological emphasis. Castelo Branco and Costa e Silva's (1964-69) governments had experienced the disruption X continuity dialectics, dealing with the frustration of the ideological alignment towards the US. Once an economic policy of development had been adopted, strongly supported by the State, the search for diplomatic autonomy consolidated itself. Even though

* Historiador e Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS (aposentado). Graduado em História e Mestre em C. Política (UFRGS), Doutor em História Econômica pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics. Pesquisador 1B do CNPq na área de História (desde 1995) e Coordenador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais/NERINT-UFRGS. Ocupou Cátedras nas Universidades de Oxford e Leiden/Holanda, Prof. Visitante nas Universidades de Cabo Verde, Veneza e USP, foi Diretor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados na UFRGS. Autor de diversos livros, é Prof. Permanente nos Programas de C. Política (UFRGS) e C. Militares na (ECEME/RJ). E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com.

Geisel's administration was the paradigmatic reference of this strategy, it should be noted that this trend had begun in the previous government and, despite some difficulties, remained until 1985.

Keywords: Foreign Policy. Military Regime. Autonomous Pragmatism.

RESUMEN: El artículo analiza la política externa de los gobiernos militares brasileños de Médici, Geisel y Figueiredo (1969-85), cuando el régimen adoptó una actitud pragmática y autonomista, en lugar de la anterior énfasis ideológica. Los gobiernos Castelo Branco y Costa e Silva (1964-69) han vivenciado una dialéctica de ruptura x continuidad, motivada por la frustración del alineamiento ideológico con los EUA. Una vez adoptada una política económica desarrollista, con el fuerte apoyo del Estado, la búsqueda de autonomía diplomática se ha consolidado. Si el gobierno Geisel representa el paradigma de esta estrategia, puede observarse que ella ha iniciado en el gobierno anterior y, a pesar de las dificultades, ha avanzado hasta 1985.

Palabras clave: Política Exterior. Régimen Militar. Pragmatismo autonomista.

Como citar este artigo:

Visentini, Paulo G. Fagundes. "A Política Externa do Regime Militar: da ideologia ao pragmatismo". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 38-63.

O objetivo do presente artigo é analisar a política externa dos governos militares de Médici, Geisel e Figueiredo, quando o regime adota uma postura pragmática e autonomista, em lugar da ênfase ideológica. O fio condutor da análise que perpassa o artigo é o de que as necessidades do desenvolvimento capitalista no Brasil conduziram a política externa a uma posição mais autônoma, com fins de obter investimentos e mercados para o ciclo industrial por substituição de importações. Na historiografia da política externa brasileira, a análise mais aprofundada do regime militar ainda está por ser feita, sendo ainda marcada por perspectivas geopolíticas (Schilling, 1981) ou de alinhamento subordinado aos Estados Unidos (o "subimperialismo" de Ruy Mauro Marini). Mais do que qualquer época, ela ainda é objeto de disputas acirradas, bem como de silêncios, e um debate inacabado sobre ruptura *versus* continuidade (teria rompido com o ciclo iniciado em Vargas ou o completado?). Mas, em primeiro lugar, é possível identificar fases bem definidas, com características próprias, apesar da existência de diversidades internas e de determinados traços comuns entre elas. A primeira fase constitui um período de ajuste e experimentação, que abarca os governos Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969), que evolui de uma retórica alinhada (com os EUA) para uma autonomista. Com as presidências Médici e Geisel (1969-1979) a diplomacia

brasileira ganha autonomia e projeção mundial, com o desenvolvimento econômico atingindo seu apogeu. Em 1964 a autodenominada *Política Externa Independente* de Jânio e Goulart (1961-1964) parecia haver sido enterrada, mas uma década depois seus postulados ressurgiam, sob nova denominação. No governo Figueiredo (1979-1985) a projeção internacional mantém seu alto perfil, mas as dificuldades externas e internas provocam seu enfraquecimento, mas ainda se manterá, parcialmente, no Governo Sarney.

A presidência Castelo Branco (1964-1967), marca um período atípico, com alinhamento automático face aos Estados Unidos, formalmente dentro da concepção de fronteiras ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional anti-esquerdista. Houve um nítido refluxo diplomático para o âmbito hemisférico, recuando das iniciativas esboçadas pela Política Externa Independente, com a primazia da ordem interna e saneamento econômico nos moldes do FMI. Durante esta fase foi dominante a concepção “liberal-imperialista”, calcada no princípio de uma diplomacia interdependente (ou dependente). Contudo, é preciso reconhecer que o alinhamento brasileiro foi menos profundo do que se pode pensar, pois muito da aquiescência externa foi resultante de problemas internos. Durante a “correção de rumos” de Castelo Branco, igualmente estavam sendo lançadas as bases de um novo ciclo de desenvolvimento. Portanto, muito das características de sua política externa pode ser considerado um efeito conjuntural (Cervo e Bueno: 2002, denominaram de “passo fora da cadência”).

Nos governos Costa e Silva e Médici (1967-1974), houve o anúncio no primeiro e, logo retorno no segundo a uma diplomacia voltada ao “interesse nacional” do desenvolvimento (nos marcos da Doutrina de Segurança Nacional), embora ainda marcada por um discurso aparentemente voltado às fronteiras ideológicas. Na verdade, Costa e Silva anunciou uma nova política externa, mas não conseguiu implementá-la, razão pela qual não é incluído no estudo. Este último aspecto se deveu-se, sobretudo, a elementos de política interna, como os confrontos abertos com os setores de oposição e, inclusive, luta armada. Consistia, pois, uma forma de legitimação política interna. Iniciando com uma série de confrontos com a Casa Branca (governo Costa e Silva), houve posteriormente uma relativa margem de iniciativa autônoma nas relações com os EUA, mas ainda situadas no âmbito regional. A conjuntura interna, marcada pela luta contra os grupos de esquerda, fez do Brasil um “problema” e permitiu certa convergência com Washington, ao mesmo tempo em que o “milagre econômico” era impulsionado. Esta *aliança com autonomia* (que Gerson Moura teorizou como *Autonomia na Dependência*, 1980) foi também possível devido ao redimensionamento da estratégia americana pela administração Nixon-Kissinger, que se apoiava em aliados regionais, os quais desempenhavam o papel de “potência média”.

Os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985) representam o apogeu e o declínio da Diplomacia do Regime Militar. O Pragmatismo Responsável retomou as linhas gerais da Política Externa Independente e, embora adotasse uma postura menos politizada e mais conservadora (ausência de referência a reformas sociais internas), avançou muito mais em termos práticos. Trata-se do apogeu da multilateralização e da mundialização da política externa brasileira. A redemocratização pouco viria a alterar a linha diplomática na década de 1970, embora a segunda metade dos anos 1980 tenha presenciado a afirmação de uma conjuntura internacional adversa, que desembocaria na crise do modelo a partir de 1990.

Apogeu da diplomacia autonomista (1969-1979)

Médici e a “Diplomacia do Interesse Nacional” (1969-1974)

A Junta Militar, composta por elementos da chamada linha-dura, esteve no poder por dois meses. Nesse período, extinguiu o mandato do vice-presidente (impedindo-o de assumir), baixou uma nova Lei de Segurança Nacional ainda mais rigorosa, introduzindo a pena de morte, e promoveu um novo expurgo nas Forças Armadas, afastando “elementos que ameaçavam a unidade da instituição”. Tratava-se, obviamente, de um golpe palaciano, cujos meandros não são ainda completamente conhecidos, dando início aos cognominados “anos de chumbo”. A Junta indicou o general Emílio Garrastazu Médici (chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI) como presidente, empossado dia 30 de outubro por um Congresso mutilado e recém-aberto.

No campo econômico, contudo, as coisas eram diferentes. Como havia declarado o novo presidente, “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”, como declarou em coletiva de imprensa. Durante o governo Médici, sob o comando do poderoso ministro da Fazenda, Delfim Neto, a economia cresceu em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973, fenômeno popularizado pelo regime como *milagre brasileiro*. Os governos anteriores haviam criado uma estrutura e preparado o caminho para tal crescimento, especialmente a presidência de Costa e Silva. Consolidava-se o famoso *tripé econômico*: as empresas estatais se encarregavam da infraestrutura, da energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta), as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e o capital privado nacional se voltava para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. A indústria automobilística se tornou o setor mais dinâmico da economia, atingindo uma produção anual de um milhão de unidades. Longe de gerar rivalidade, o tripé estabelecia uma divisão de trabalho e, uma vez que o crescimento era grande, havia lugar para todos.

Apesar da compressão salarial (Delfim Neto dizia que “era preciso primeiro fazer o bolo crescer, para só depois dividi-lo”), criou-se uma nova classe média de técnicos e profissionais

liberais ligada ao “milagre” e fortemente consumidora. Assim, os bens de consumo popular cresceram abaixo da média, enquanto automóveis e eletrodomésticos sofisticados chegavam a crescer o dobro. Além da crescente concentração de renda, também ocorreu grande concentração econômica, principalmente no setor financeiro. A poupança espontânea da classe média e a compulsória dos trabalhadores (fundos governamentais como o FGTS) carrearam recursos para investimentos, enquanto as aplicações na Bolsa de Valores passaram a ser comuns para os segmentos “emergentes”. Assim, enquanto ocorriam certa redução do nível salarial de parte da população, crescia o mercado interno, de forma estratificada. Mas isso era insuficiente para o nível de crescimento da economia, sendo necessário a busca de mercados externos para produtos industriais, como se verá adiante.

Repressivo e formalmente pró-americano, mas por outro lado desenvolvimentista, o governo Médici constitui um fenômeno complexo e contraditório, de difícil explicação. Contudo, ao analisar-se sua política exterior e seu projeto de *Brasil Potência*, o aparente paradoxo se torna compreensível. A autointitulada *Diplomacia do Interesse Nacional* do chanceler Mário Gibson Barboza promoveu visíveis alterações de forma em relação à *Diplomacia da Prosperidade* de Costa e Silva. A solidariedade terceiro-mundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (que deu lugar ao pragmatismo), a estratégia multilateral cedeu lugar ao estrito bilateralismo e à via solitária, e as áreas de atrito com os Estados Unidos receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório.

Contudo, além de denunciar a tentativa de “congelamento do poder mundial” pelas grandes potências, a nova política externa tinha objetivos ambiciosos, como “o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Até o final do século [...] construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se a viabilidade econômica, social e política do *Brasil como grande potência*” (Metas e Bases para a Ação do Governo, 1970, p. 16, grifo nosso).

Dessa forma, ao lado da aparente convergência com Washington, o país manteve suas críticas (agora apenas em seu próprio nome) às estruturas do comércio e das finanças internacionais, manteve a recusa de assinar o TNP e avançou o projeto de qualificação tecnológica e construção de uma indústria armamentista nacional. Além disso, a atração de investimentos e tecnologia foi maximizada com o estreitamento de laços com outros polos do mundo capitalista desenvolvido, como Japão e Europa Ocidental. Esse processo, bem como o desenvolvimento econômico, foi também facilitado pelo desempenho positivo da economia mundial entre 1968 e 1973. Forte impacto simbólico teve a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas em 1970, contra a vontade dos Estados Unidos, mas não explorada politicamente.

Assim, como foi possível conciliar boas relações com os Estados Unidos com um projeto nacionalista-industrializante de grande potência, o que para os governos anteriores fora impossível? Os problemas políticos internos do Brasil (combate à guerrilha) produziram uma forma de solidariedade por parte da Casa Branca, num momento em que governos de esquerda estavam no poder no Chile e no Peru, e em que a Argentina e o Uruguai conheciam uma confrontação política interna que beirava a guerra civil. Assim, o Brasil era um aliado necessário para estabilizar a região, principalmente em um momento em que a Doutrina Nixon preconizava um desengajamento relativo dos Estados Unidos em questões localizadas e a transferência de determinadas tarefas às potências regionais aliadas (Irã, Israel, Brasil, África do Sul, entre outros) (Hurrell 2013, 195).

Nesse sentido, o Brasil cumpriu com o papel que Washington esperava, ao fornecer certo apoio aos golpes de Estado no Chile, no Uruguai e na Bolívia. Existia, portanto, um espaço internacional para a configuração de um projeto de potência média regional e uma conjuntura latino-americana altamente favorável. Também é importante considerar que a complementaridade econômica entre os dois países era cada vez menor, e que Nixon estava mais preocupado em desengajar seu país do Vietnã e buscar novas estratégias para a recuperação da desgastada hegemonia norte-americana.

As rivalidades e disputas entre as agências governamentais foi intensa. No âmbito econômico, as divergências entre o ministro da Fazenda e o das Relações Exteriores, Gibson Barboza, eram frequentes e explícitas, pois estava em jogo o perfil da orientação internacional que cada um defendia para o Brasil. Delfim Neto apostava numa cooperação mais estreita com o Primeiro Mundo, pois considerava que o *milagre econômico*, por sua própria dinâmica e lógica interna e externa, implicava numa parceria privilegiada. Um segmento do Itamaraty, que se tornara mais influente, por outro lado, defendia a retomada de uma orientação que se identificava com certos elementos da Política Externa Independente, invocando a necessidade de uma maior aproximação com Terceiro Mundo e os organismos multilaterais. Finalmente, no âmbito da segurança, a articulação com a política externa se processava, ideologicamente, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, cujo conteúdo geopolítico e estratégico definia a necessidade de preservar as “fronteiras ideológicas”. Neste sentido, o Conselho de Segurança Nacional dava rigidez à política externa, fixando os “objetivos nacionais permanentes” (Camargo & Ocampo 1988, 37), além das interferências do SNI sobre o Itamaraty.

Durante o governo anterior, a ênfase no conflito Norte-Sul conduzia tendencialmente a uma aliança dos países em desenvolvimento contra os desenvolvidos, que a nova chancelaria considerava quixotesca e contraproducente. Contudo, o governo Médici reconhecia a existência da projeção de poder político e econômico do Primeiro Mundo e sua vinculação intrínseca com o

processo de desenvolvimento capitalista em escala mundial. Numa guinada de 180 graus, o Ministro Gibson Barboza chegou a definir o terceiro-mundismo como uma “concepção ilusória” e “mito da sub-História”, negando-lhes qualquer papel protagônico positivo nas relações internacionais como força política autônoma. Para ele, “os ativistas do Terceiro Mundo tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem a História e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um Terceiro Mundo” (apud Martins 1975, 402).

Tal argumento era fundamentado no balanço negativo feito pelo governo ao analisar os resultados da primeira década de desenvolvimento. Discursando na XLIX Sessão do Conselho Econômico e Social da ONU em 1970, o Chanceler brasileiro afirmou que “o saldo da década de 60 é um saldo de fracassos. A primeira década não conseguiu reunir os recursos necessários ao desenvolvimento; e não conseguiu provocar e motivar a vontade de desenvolvimento (...). A chamada década do desenvolvimento foi, na realidade, uma década de paradoxos. Os países ricos enriqueceram, e os países pobres se tornaram ainda mais pobres” (MRE 1969/70, 143).

As razões apontadas para tal insucesso, consistiam numa avaliação equivocada da realidade internacional, promovida pelas gestões anteriores, na medida em que se encontrava embasada em mitos e falácias: *a do desenvolvimento autogênito, a paternalista e a gradualística*. Segundo Gibson Barboza,

a falácia do desenvolvimento autogênico toma como ponto de partida a ideia de que o mundo em desenvolvimento é uma unidade que existe em seu próprio interior, e que apenas coexiste com o mundo desenvolvido, sem que se verifique, entre os dois qualquer inter-relação. O subdesenvolvimento teria acontecido por acidente geográfico ou histórico. Essa interpretação é falsa (...). Só começaremos a enxergar os fatos quando encararmos o subdesenvolvimento como um processo mundial, com a sua lógica interna. O subdesenvolvimento é, em grande parte, o produto da divisão internacional do trabalho (...). Um tal sistema acarreta a manutenção e o agravamento da pobreza através da transferência de recursos da periferia para o centro.

A falácia paternalista acredita que o desenvolvimento pode ser alcançado através dos laços especiais que ligam certos países desenvolvidos a certos países em desenvolvimento”. Já “a falácia gradualística tem como coisa adquirida que o desenvolvimento é um processo de longo prazo (...). Essa opinião não é mais que uma extrapolação da experiência dos países desenvolvidos (...). O erro aqui reside na ignorância de dois fatos importantes. O primeiro é que, à época em que se iniciou a revolução industrial, não havia subdesenvolvimento relativo: havia apenas subdesenvolvimento absoluto (...). O segundo fato é que estamos testemunhando, hoje em dia, uma aceleração geral da História (MRE 1969/70, 145-146).

A *Diplomacia do Interesse Nacional*, preocupada especialmente em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações primordialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais fracos. Tal foi o caso da América do Sul e Central e dos países neocoloniais africanos do Golfo da Guiné, com os quais o Brasil assinou convênios culturais, tecnológicos (concedendo bolsas de estudos para estrangeiros no Brasil) e comerciais, abrindo linhas de crédito para a aquisição de produtos brasileiros.

Mais ousada e repleta de consequências foi a aproximação com os países árabes, devido ao aumento gradativo do petróleo desde 1971, o que incrementava seu poder de compra e obrigava o Brasil a garantir o abastecimento, buscando simultaneamente compensações ao encarecimento das crescentes importações de combustível (que desequilibrava a balança comercial). A Guerra do Yom Kippur em outubro de 1973 e o subsequente aumento violento e embargo parcial de petróleo viriam a aprofundar qualitativamente o problema no governo seguinte.

Geisel e o “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (1974-1979)

Para a sucessão foi indicado o general Ernesto Geisel, presidente da Petrobras e chefe da Casa Militar durante o governo Castelo Branco, que derrotou no Congresso o “anticandidato” Ulisses Guimarães do MDB, assumindo a Presidência em 15 de março de 1974. O novo governo representou a volta dos castelistas ao poder, sobretudo porque o ideólogo e estrategista do grupo, o general Golbery do Couto e Silva, passou a ocupar a chefia da Casa Civil. O principal projeto político interno explícito de Geisel era o encaminhamento do processo de abertura política.

O fundamento dessa opção tinha origens tanto estratégicas como conjunturais. No plano estratégico, segundo as concepções do general Golbery, a história política brasileira caracterizava-se por uma alternância de ciclos de centralização e descentralização (“sístoles e diástoles”). Como considerava que o atual regime centralizador estava chegando ao seu limite, acreditava ser prudente se antecipar aos fatos e preparar uma transição controlada rumo a um regime democrático, a ser estruturado antes que o descontentamento social aflorasse por meio de projetos políticos articulados. Era preciso encerrar o ciclo militar antes que este sofresse um desgaste irreparável e comprometesse as Forças Armadas como instituição.

A motivação conjuntural para tal projeto se encontrava nas profundas dificuldades econômicas em que o país estava mergulhando com a crise do petróleo. O fim do “milagre” anulava um dos instrumentos legitimadores do regime, o sucesso econômico, sendo necessário, portanto, proceder à descompressão política para evitar a radicalização e uma explosão. Passava-se, assim, de um governo no qual que o debate político era controlado, enfatizando-se apenas as realizações econômicas, para outro em que a temática econômica perdia relevância, iniciando-se a discussão da abertura política. Evidentemente, se tratava de um processo difícil, que o governo teria que administrar com cautela, em meio a pressões da oposição e da linha-dura. Assim, o governo precisava ganhar tempo para fazer seu sucessor e, simultaneamente, explorar a abertura como nova forma de legitimação. A transição deveria encerrar a *forma* discricionária do regime militar, institucionalizando ao mesmo tempo seus *objetivos de longo prazo*, que permaneceriam num governo civil.

O aumento vertiginoso do preço do petróleo no final de 1973 atingiu o Brasil em cheio, não apenas em suas contas externas, mas no próprio cerne do projeto de desenvolvimento. Os governos militares haviam negligenciado o transporte ferroviário e hidroviário, em proveito do rodoviário, e o público em proveito do individual, o que favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava um crescente consumo de petróleo importado. Apesar de Geisel ter herdado um PIB de 133 bilhões de dólares, uma inflação anual de 18,7% e uma dívida externa de 12,5 bilhões de dólares, o “milagre” legara-lhe problemas estruturais, pois apostara num modelo que empregava energia importada barata, dependia do afluxo de investimentos de capitais estrangeiros e da utilização de tecnologia também importada. Além do aumento do preço do petróleo encarecer as importações brasileiras, produziu uma forte recessão nos países industrializados, o que gerou uma queda nos investimentos externos e nas importações de produtos brasileiros em direção a esses e de países em desenvolvimento não-produtores de petróleo. No plano interno, o mercado consumidor também se reduzia, colocando a produção e o comércio brasileiros em sérias dificuldades.

Dessa forma a nova equipe econômica, integrada por Mario Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso no do Planejamento, precisava buscar alternativas urgentes. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado por Geisel em setembro de 1974, longe de adotar uma estratégia defensiva, preparou um aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, com vistas a se tornar autossuficiente em insumos básicos e, se possível, em energia. O governo optou por diversificar as fontes de energia, lançando um ambicioso programa de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento da prospecção de petróleo (por meio dos contratos de risco com empresas estrangeiras) e produção de álcool para combustível automobilístico (Projeto Proálcool). Além disso, foi intensificada a capacitação tecnológica do país em diversas e importantes áreas, como a nascente informática e a petroquímica, com base em esforço estatal. Aliás, o Estado se consolidou como maior agente produtivo e possibilitou a reação econômica que o governo estava desencadeando.

Embora tivesse que cortar gastos para controlar a inflação, o governo manteve um crescimento econômico que oscilou entre 5% e 10% ao ano, criou 5 milhões de novos empregos e aumentou as exportações em 50%. Contudo, como as importações continuaram altas, lançou-se mão de uma maior tributação (agravando as tensões sociais) e de empréstimos externos. Como havia abundante liquidez no mercado financeiro internacional, com os *petrodólares* de juros baixos, foram contraídos empréstimos que, devido à elevação brutal dos juros da dívida nos anos 1980, deixariam futuramente o país em situação devedora desesperadora.

A reação econômica do governo Geisel implicava proceder a uma alteração significativa das relações exteriores, pois o capitalismo brasileiro atingira um nível de desenvolvimento que gerava um alto grau de inserção mundial. Isto se tornava ainda mais urgente devido à conjuntura internacional adversa e ao fato de o Regime Militar ter piorado ainda mais a distribuição de renda, fazendo que o mercado interno fosse insuficiente para as dimensões produtivas da economia.

A reação econômica do governo Geisel implicava em proceder a uma alteração e/ou aprofundamento significativos das relações exteriores. O primeiro passo da diplomacia denominada *Pragmatismo Responsável e Ecumênico* do chanceler Antônio Azeredo da Silveira foi se aproximar dos países árabes. O Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP em Brasília, apoiou o chamado voto antissionista na ONU (uma Resolução da Assembleia Geral que condenava o racismo, mencionando o sionismo) e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços, em troca do fornecimento de petróleo. Mais do que isto, o Brasil adotou uma íntima cooperação com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, sob a forma de *joint-ventures* para prospecção no Oriente Médio através da Braspetro, e para o desenvolvimento tecnológico e industrial-militar (venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo dos mísseis).

Com relação ao campo socialista, ocorreu um incremento comercial com os países com os quais já possuíamos vínculos, e o impactante estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a República Popular da China em 1974. O impacto econômico desse ato, todavia, foi muito limitado, pois as reformas chinesas teriam início apenas em 1979, já no governo Figueiredo. Mas a dimensão política foi importante, com críticas internas por parte dos conservadores e apoio externo no Terceiro Mundo. É interessante ressaltar que o Brasil passou a cooperar com estes países também em termos estratégicos, como meio de afirmar sua presença autônoma no cenário mundial. Da mesma forma, a atuação brasileira na ONU e nas demais organizações internacionais conheceu um intenso protagonismo, e isto em convergência explícita com o Terceiro Mundo e suas instituições representativas. Na mesma linha, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo autointitulado marxista do MPLA em Angola, mantendo também estreitas relações políticas e econômicas com Moçambique e outros Estados da Linha de Frente na África Austral. Aliás, a política africana do Brasil conheceu um incremento espetacular neste período.

Mesmo no âmbito das potências capitalistas, Geisel promoveu alterações significativas. Frente ao insatisfatório relacionamento com os EUA, não hesitou em dar um conteúdo qualitativamente superior ao relacionamento com a Europa Ocidental e o Japão, com os quais incrementou a cooperação comercial, atração de investimentos, transferência de tecnologia e implantação de projetos agrícolas e industriais. Com relação à Bonn e Tóquio, pode-se considerar

que se estabeleceu uma cooperação estratégica, que ultrapassou a tradicional política de barganha expressa pela diplomacia brasileira em outras ocasiões. Quando a Casa Branca se recusou a atender parte das reivindicações do projeto nuclear brasileiro, o presidente não vacilou em assinar um Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental. Frente às crescentes pressões americanas para desistir do Acordo, particularmente intensificadas após a emergência da política de Direitos Humanos da administração Carter em 1977, Geisel rompeu o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952. Também é digno de nota o avanço do programa espacial (foguetes e satélites) desenvolvido pelo Brasil.

Com relação à América Latina, o Brasil procurou estreitar a cooperação, abandonando o discurso ufanista de grande potência. Iniciou conversações com a Argentina para a solução do contencioso das barragens hidrelétricas da Bacia do Prata, obtendo um acordo durante o governo seguinte. O apoio ao regime militar argentino implantado em 1976 facilitou ainda mais a aproximação. Quando na segunda metade dos anos 1970 surgiram rumores de uma possível internacionalização da Amazônia, o Brasil imediatamente reuniu os países vizinhos e com eles lançou a Iniciativa Amazônica, estabelecendo uma estratégia comum para a exploração da região e reafirmação das soberanias nacionais dos países membro sobre ela.

O *Pragmatismo Responsável*, como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos EUA, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que se opunha a muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty que a defendia. Um fato interessante foi que, desde a adoção dessa linha diplomática, a grande imprensa internacional passou a atacar o governo com veemência, denunciando sistematicamente a violação de Direitos Humanos no país, o que só era feito em escala reduzida durante o governo Médici, o qual foi certamente mais repressivo (no contexto ao enfrentamento da luta armada esquerdista) e não propunha uma abertura política.

Como interpretar essa evolução diplomática, sob certos aspectos desconcertante? A política externa do governo Geisel, como foi dito, é bastante explorada na literatura especializada. Os autores, muitas vezes, ao se depararem com um discurso propagandístico poderoso e com ações arrojadas, como a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha, desafiando o poderio norte-americano, tendem a fazer tábula-rasa do passado, não percebendo que a política externa de um país - especialmente de um país com tradição diplomática como o Brasil - é construída através de continuidades, pelo menos quanto a seus objetivos de longo prazo. O que muda são os meios empregados e estilo de atuação. A política externa de Geisel, nesse sentido, faz parte da tradição de política externa brasileira e, também, da política externa específica dos militares de forma geral.

Entendê-la exige compreender esses vetores de continuidade - até para que possamos perceber as rupturas.

Assim, o comportamento pragmático no cenário internacional não era novidade, remetendo ao governo Costa e Silva. Praticamente, todos os novos espaços explorados pela diplomacia de Geisel já haviam sido abertos no período anterior, o governo Médici. As mudanças no modelo econômico redimensionaram as estratégias externas, produzindo um salto qualitativo. A grande diferença era a existência no governo Geisel de um projeto de autonomização econômica do país, como resposta ao desafio gerado pela crise econômica internacional. Apesar de ser um projeto pensado dentro do sistema capitalista e sem reformas sociais, ele entrou em rota de colisão com o poder norte-americano. As desavenças com os EUA que, no período Médici, haviam se situado em áreas de baixo impacto, assumiram maior envergadura por tocarem em questões conflitivas como a energia atômica.

A tentativa de autonomização da indústria de base brasileira e os grandes projetos de infraestrutura capitaneados pelo Estado, esbarrariam nos limites do modelo de relação que o Brasil possuía com a potência norte-americana. O presidente Geisel e os formuladores de sua política externa não hesitaram em utilizar uma alternativa que já fora preparada no governo anterior: as reconstruídas e prósperas Europa Ocidental e Japão. Nessas bases deu-se a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha em 1975. As pressões norte-americanas pela desistência do tratado, que oportunamente conjugaram-se à política de Direitos Humanos de James Carter, gerando a mais séria crise na história das relações Brasil-Estados Unidos, levaram Geisel a romper o Acordo Militar entre os dois países, vigente desde 1952 - um ato de caráter muito mais simbólico que efetivo.

O pragmatismo não se limitava, todavia, à busca de relações alternativas à norte-americana unicamente no Primeiro Mundo. Avanços significativos ocorreram no relacionamento com os países árabes, com a África Subsaariana e com o mundo socialista. No que diz respeito à América Latina, houve uma continuidade de posturas do governo Médici. O termo pragmatismo, consagrado pelo próprio governo e pelos analistas, surgiu pela primeira vez em 19 de março de 1974, no discurso do presidente Geisel, na primeira reunião ministerial realizada em Brasília: “Assim, no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação (...) daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar” (MRE 1974, 9).

Azeredo da Silveira, apropriando-se do termo, explicou-o em 28 de março em discurso a uma cadeia de rádio e televisão: “Isto [o Pragmatismo Responsável] quer dizer que o Brasil não está interessado em discussões semânticas” (MRE 1974, 23). Alguns meses depois, no discurso na Seção Conjunta da Comissão das Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos

Deputados, o chanceler afirmou que “cabe afastar ambos os extremos, perseguindo-se (...) aquela linha de ‘pragmatismo responsável’, seguindo a inspirada definição do Senhor Presidente da República” (MRE 1974, 42). Duas definições não excludentes para o “pragmatismo responsável”: uma política externa que repudiava discussões semânticas e que afasta os extremos.

O programa dos formuladores dessa política externa esbarrou em duas frentes de interesses bem definidas: uma interna representada pelo subsistema de segurança e informação, e uma externa, representada pelo poder norte-americano, cioso de sua aliança preferencial (Camargo 1988, 3).

O estilo do general Geisel diferiu muito do estilo do presidente Médici. O preceito fundamental do presidencialismo, a atribuição da última palavra ao presidente, permaneceu, mas com a diferença de que o presidencialismo de Geisel era mais estrito e menos delegador de poderes (Góes 1978, 24). Enquanto o governo Médici operava com três ministros fortes triando as decisões e só deixando o fundamental chegar ao presidente, o governo Geisel funcionava quase que de maneira inversa, com o presidente discutindo agendas densas e remetendo assuntos polêmicos para a sua assessoria rediscuti-los. Assim, o General Golbery, que substituiu Leitão de Abreu na Casa Civil, apesar de sua envergadura política, tinha bem menos autonomia que seu antecessor. Os assuntos econômicos, por sua vez, eram remetidos a Reis Veloso, chefe da Secretaria do Planejamento; os assuntos militares, ligados à segurança nacional ou ao Ministério das Comunicações eram enviados ao General Hugo Abreu, Chefe da Casa Militar; assuntos de toda ordem eram enviados ao General Figueiredo, Chefe do SNI; e as questões políticas e de coordenação eram remetidas ao Chefe da Casa Civil, General Golbery (Góes 1978, 25).

A delegação de poderes da política para a economia, que, segundo Fernando Henrique Cardoso (1975, 54), remetia à industrialização acelerada do governo Kubitschek, foi, de certa forma, controlada pelo estilo centralista de Geisel. Como apropriadamente destaca Leticia Pinheiro “foi durante o governo Geisel que se completou a mudança de ênfase da área de segurança para a área de desenvolvimento” (tradução nossa) (Pinheiro 1994, 74). Essa mudança estava em curso desde o governo Costa e Silva, se acelerou durante o governo Médici e foi completada durante o período Geisel. Isso significa que as áreas de segurança passaram a interferir menos nas decisões de modo geral, e nas diretrizes de política externa em particular. Essa autora, estudando o processo de tomada de decisão ao longo desse período, argumenta que “durante o governo Geisel, o presidente e o Ministro das Relações Exteriores constituíam o *locus* central de formulação da política externa. Assim, as decisões que se chocavam com as concepções militares tradicionais, ou ainda, com os pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional foram possíveis graças à visão mais

inovadora de Geisel e Azeredo a respeito da política externa brasileira, amparada na sua autonomia em relação a outros círculos” (Pinheiro 1994, 102).

Contudo, o processo de abertura gerou mais impacto e conflitos mais graves do que a política externa. Apesar dos mecanismos de manipulação e intimidação, a abertura avançou também na revogação de atos de exceção, como o AI-5 em 1978. Alguns atos liberais eram insólitos castigos contra adversários políticos. Quando a Igreja Católica passou à primeira linha na crítica ao autoritarismo, à repressão e à injustiça social, o governo aprovou uma Emenda Constitucional que introduziu o divórcio no Brasil em 1977. Fora do Parlamento, contudo, os confrontos foram mais sérios, primeiramente com a reação de setores da direita opostos ao processo de abertura e, posteriormente, com a manifestação de amplos setores da sociedade civil contra o governo. A “abertura lenta e gradual” convivia com o conceito presidencial de “democracia relativa ou limitada”.

A partir de 1976 houve uma série de atentados a bomba contra instituições vinculadas ao campo oposicionista, enquanto certos órgãos de repressão promoviam o sequestro, o espancamento e o assassinato de personalidades (padres, juristas, jornalistas) e militantes políticos antigovernistas. Tais episódios se vinculavam, por um lado, à elevada autonomia de que dispunham certos órgãos de repressão e inteligência, que não desejavam a abertura e se preocupavam com o estreitamento do seu terreno de atuação. Nesse aspecto, Geisel agiu de maneira firme contra os bolsões repressivos autônomos: demitiu o comandante do II Exército e exonerou o ministro do Exército, Sylvio Frota, e depois o chefe do Gabinete Militar, Hugo Abreu. Também agiu com determinação contra as crescentes manifestações estudantis e sindicais promovidas pela esquerda. Assim, por razões diferentes, recebia críticas tanto da direita como da esquerda.

Contudo, a irreversibilidade do processo de abertura (cujo teórico era o general Golbery), o apoio internacional e as crescentes dificuldades econômicas (sobretudo no último ano do governo) fizeram as manifestações crescerem progressivamente. Mesmo assim, Geisel conseguiu conduzir o processo dentro das linhas gerais que definira, e também logrou fazer um sucessor comprometido com a continuidade da estratégia de abertura para um mandato ampliado para seis anos. A Frente Nacional de Redemocratização, organizada pelo MDB, chegou a lançar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, que foi derrotada no Congresso.

Crise e resistência em um contexto adverso (1979-1985)

Figueiredo e o "Universalismo" (1979-1985)

O general João Baptista Figueiredo foi empossado como presidente em 15 de março de 1979, tendo que enfrentar as crescentes manifestações da oposição, a intensa mobilização social, a

reação da direita antidemocrática à distensão e o agravamento da crise econômica e da situação internacional. O principal objetivo do novo governo era a continuidade e a conclusão do processo de redemocratização, encerrando o ciclo militar. O “presidente da abertura”, orientado até 1981 pelo general Golbery na chefia da Casa Civil, em meio a um discurso ambíguo e a avanços e recuos, tentaria implementar seu programa numa conjuntura que começava difícil e se agravaria ainda mais. Até 1983 o Brasil manteve uma política externa mais assertiva, mas a deterioração das condições internacionais e domésticas (complicação da transição democrática e problemas de saúde de Figueiredo) marcaram um ponto de inflexão e refluxo.

A situação econômica e política mundial tornou-se dramaticamente negativa para o Brasil com o segundo choque petrolífero (devido à revolução no Irã e à guerra com o Iraque) e com o fim da *détente* em 1979, marcando uma vigorosa reação americana que se aprofundaria durante a era Reagan. Além disso, durante os anos 1970 ocorreu a rearticulação da economia mundial, com uma nova divisão internacional da produção e a revolução científico-tecnológica que voltaram a ampliar a distância entre os países avançados e os em desenvolvimento. Coroando essa estratégia, em 1981 Ronald Reagan promoveu uma forte elevação da taxa de juros, resultando no aumento da dívida externa dos países do Sul. Assim, a *crise da dívida* se tornava um instrumento de pressão contra a política econômica desses países, afetando o projeto de desenvolvimento do Brasil.

Vencida a *síndrome do Vietnã*, os EUA adotaram um maior protagonismo nas relações internacionais, com a Nova Guerra Fria e a Iniciativa de Defesa Estratégica, que buscou restaurar a bipolaridade e enfraquecer a URSS, bem como melhor enquadrar o Terceiro Mundo, que conhecera um ciclo de 14 Revoluções na década anterior. Enquanto a URSS e a ONU se enfraqueciam como elementos de alternativa aos países periféricos, se reduziam as possibilidades de relações multilaterais. Para completar, o surgimento do neoliberalismo nos países centrais tornava ainda mais difícil a sobrevivência de experiências nacional-desenvolvimentistas no Sul.

A América Latina foi atingida em cheio pela crise da dívida em 1981 e, em seguida, pela Guerra das Malvinas em 1982. A maneira como ocorreu a derrota da Argentina e o encerramento de seu regime militar reforçaram a preocupação do governo e da diplomacia brasileira. Isso levou o Brasil a se aproximar mais da Argentina, resolvendo o contencioso das hidroelétricas de Itaipú e Corpus, bem como a assinatura de diversos acordos de cooperação econômica, diplomática e nuclear em 1979 e 1980. A cooperação entre ambos, que continuou crescendo com o retorno da democracia no país vizinho.

A política externa do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro autodenominou-se de *Universalismo*, e se esforçou por manter a autonomia do Brasil num cenário crescentemente desfavorável, mantendo traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável. Definindo o país

como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira continuou a atuar nos fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado (embora não o integrando), denunciando a assimetria das estruturas políticas e econômicas internacionais. Com a gradativa acomodação da Europa Ocidental e do Japão ao rearranjo econômico e diplomático-estratégico da administração Reagan, a cooperação brasileira com estes países conheceu uma significativa redução (Hurrell 2013, 324). Na África, o Brasil manteve uma presença importante, mas a recessão da “década perdida” naquele continente (e na América Latina) e o aprofundamento da guerra na África Austral, limitaram fortemente os resultados de tal cooperação.

Com relação ao Oriente Médio e à China, o Brasil intensificou a cooperação, obtendo resultados relativamente positivos, embora dificultados pelas consequências da Guerra do Golfo e dos problemas econômicos internos do Brasil. A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido elevado grau de desenvolvimento, conseguiu neste período incrementar suas exportações, tanto para os países árabes como, em menor medida, para os africanos e centro-americanos. Nesta última região, o Brasil fez-se cada vez mais presente, apoiando o Grupo de Contadora na mediação do conflito centro-americano. A implantação da Guerra Fria e a solução militar protagonizada pelos EUA (Conflito de Baixa Intensidade na Nicarágua e em El Salvador e invasão de Granada), levaram o Brasil a integrar o Grupo de Apoio à Contadora, e depois o G-8, convergindo com a diplomacia mexicana, venezuelana e argentina. A América do Sul, por sua vez, constituía cada vez mais um espaço valorizado pela diplomacia brasileira, incrementando uma cooperação político-econômica, cujo eixo central era o acercamento com a Argentina. Além disso, o Brasil observava com extrema inquietação a crescente pressão americana pela redemocratização no Cone Sul.

A orientação da diplomacia do novo governo foi manifestada em várias ocasiões pelo presidente e pelo seu chanceler. Ao cabo do primeiro ano de governo, Figueiredo expôs os princípios da diplomacia brasileiro na Mensagem ao Congresso Nacional, em 1.º de março de 1980:

Nossa política nacional caracteriza-se pela presença, cada vez mais marcante, dos interesses nacionais em várias regiões do planeta e na ampla gama de temas em debate no plano internacional. O Brasil hoje valoriza suas relações tanto com o mundo industrializado, tanto com os países da América Latina, África e Ásia. O universalismo da política externa se expressa pela ampla disposição ao diálogo, com base no respeito mútuo e no princípio de não-intervenção. Em sua ação, o Brasil procura afirmar um novo tipo de relações internacionais, de natureza aberta e democrática, horizontal, sem subordinações nem prepotências. Com as nações vizinhas e irmãs da América Latina, pratica-se uma política de igualdade, não-intervenção e descontraimento, que visa ao benefício comum. (...). O Brasil assume integralmente a sua condição de país latino-americano. Acredita que, em conjunto, as nações latino-americanas devem buscar as mais aperfeiçoadas formas de integração regional, que permitam, não só acelerar o desenvolvimento e o intercâmbio entre elas, com o realismo e a atenção às potencialidades e necessidades de cada país, senão também que lhes facilite presença mais homogênea nas negociações econômicas com os países desenvolvidos (MRE 1980a, 3)

Assim, o Governo Figueiredo não propôs uma mudança de curso da política externa brasileira, mas somente uma adaptação aos novos ambientes externo e interno, leia-se a crise da

dívida e a Nova Guerra Fria e o processo de abertura e crise político econômica do regime. Daí a ênfase numa diplomacia mais transparente e num diálogo mais aberto e sistemático com o Congresso Nacional, como lembra Sônia de Camargo. As mudanças do sistema internacional levaram a política exterior do Brasil ao universalismo como alternativa. Contudo, Argentina e América Latina, consideradas como um todo, tornaram-se a prioridade da política externa universalista. Figueiredo substituiu o Pragmatismo Responsável e Ecumênico pelo Universalismo. A nova política externa continua a anterior, mas não a repete. Pela primeira vez a América Latina, enquanto prioridade da política externa brasileira, ultrapassava a posição retórica e as iniciativas de alcance limitado. Todos os generais Presidentes (inclusive Castelo Branco) colocavam a América Latina como prioridade. Mas até Figueiredo, isso permaneceu só no plano do discurso.

Pode-se considerar que a crise da dívida inchou a agenda internacional brasileira de temas econômicos, o que obrigou o Itamaraty a adaptar seu espaço decisório. Não se pode esquecer, contudo, que desde o início das décadas de 1970 a separação entre setor econômico e diplomático ia se tornando mais tênue, com economistas e diplomatas trocando informações e penetrando uns as áreas de decisão dos outros. Se por um lado, nas decisões de curto prazo, os ministérios econômicos tinham um grande peso, por outro o MRE criava alternativas de médio e longo prazos, acompanhando politicamente a agenda econômica e procurando enfrentar os conflitos mais imediatos na área diplomática, de modo a salvaguardar o projeto nacional de então.

Segundo Sônia de Camargo,

um dos traços da gestão diplomática do governo Figueiredo foi a ampliação, dentro do Executivo, da presença institucional do Itamaraty, como decorrência da atividade externa crescente do país. Aos temas políticos tradicionais, habitualmente incluídos na agenda diplomática, assuntos da área econômica e financeira se acrescentam à agenda das preocupações dos funcionários do serviço exterior. Esse processo de redefinição interna do espaço ocupado pelo Ministério das Relações Exteriores no que diz respeito às decisões de política externa foi de certa forma afetado pelo agravamento da crise em 1982, que trouxe absoluta prioridade às negociações econômicas no campo internacional. Com efeito, nesse momento e até o início de 1984, os ministros econômicos disputaram o monopólio das negociações, dificultando que as questões econômicas fossem politizadas e, portanto, conduzidas pelo Itamaraty (Camargo 1988, 156). Esta dualidade, na verdade, marca a ação da diplomacia brasileira nos foros internacionais, pois o estrangulamento do modelo de ajuste exterior com a crise da dívida, acarretou na necessidade premente de negociações com as agências financeiras e com bancos credores, que, combinada com a redução do comércio com o Terceiro Mundo, contribuiu para o enfraquecimento da legitimidade de algumas das teses do Itamaraty.

Uma inflexão teórica importante do Universalismo era a presença do Brasil no Terceiro Mundo. Segundo o Chanceler Saraiva Guerreiro, desde o início de sua gestão, “havia quem não gostasse quando incluíamos o Brasil no Terceiro Mundo”. Contudo, considerando-se a divisão do mundo contemporâneo em três grandes categorias de países, “que o Brasil estaria no Terceiro Mundo era, pois, evidente e assim éramos considerados por toda parte”. A categoria de Terceiro Mundo, em que pese sua diversidade, agregava países “importadores líquidos de capital e de

tecnologia e que não haviam atingido um nível de desenvolvimento autossustentável. Neste sentido, o que havia de comum a todo Terceiro Mundo era o seu subdesenvolvimento econômico”. Guerreiro refutava as críticas ao chamado “terceiro-mundismo” da política externa brasileira, as quais consideravam-na “uma intenção de manter o país no Terceiro Mundo”.

Para Guerreiro, porém, confundia-se a opção política de aderir ao movimento não-alinhado com o fato de pertencer ao Terceiro Mundo. Segundo ele, “os países do movimento não-alinhado buscavam não se integrar no bloco político-militar do Leste nem do Oeste. Não se consideravam neutros no sentido tradicional, mas adeptos do que chamavam de ‘neutralismo ativo’”. O engajamento ao movimento era determinado por fatores diversos, conforme a situação de cada país, por exemplo, as ex-colônias da África e Ásia, Iugoslávia, Cuba e mesmo nos países latino-americanos.

O Brasil não participou do não-alinhamento por decisão política. (...) Deliberadamente não participamos, ficando como observadores (...). Os motivos para essa atitude eram dos mais variados. Na verdade, o Brasil era, inclusive, um país engajado num sistema regional de defesa coletiva, justamente com o próprio líder do chamado bloco regional. Acresce que seria precária nossa influência em movimento tão numeroso. Há, finalmente, impeditivos relativos ao processo decisório entre os não-alinhados (Guerreiro 1992, 14-16).

Logo após a posse do governo Figueiredo, várias delegações insistiram na adesão do Brasil ao movimento, como forma de fortalecer as posições moderadas com vistas à Conferência de Havana. No entanto, a posição de observador acabou sendo mantida. A convergência com os Não-Alinhados também expressava problemáticas estratégicas do reordenamento mundial pretendido pelos países em desenvolvimento. Para o chanceler,

na mesma ordem de definições de amplo escopo (codificações na ONU sobre cooperação internacional), foi aprovada resolução sobre a ‘nova ordem econômica internacional’. As esperanças de êxito na ‘campanha’ pela cooperação internacional para o desenvolvimento sempre foram poucas (...). Acontece que não seria o Brasil que abandonaria o apoio à ‘plataforma’ dos pobres e dos subdesenvolvidos. Não só por motivos econômicos, senão também por concepções políticas e até humanitárias. Daí nosso constante apoio à NOEI. Mesmo assim, havia os que não gostavam de tal atitude.

Contudo, neste sentido, “é óbvio que, em termos de votação de resoluções sobre assuntos econômicos (...) o Brasil geralmente divergia da posição americana” e a URSS e seu bloco votavam com o Terceiro Mundo. “Mas isso, evidentemente, não era um sintoma de ligação política”, conforme Guerreiro (Guerreiro 1992, 19-21).

No âmbito das relações com os Estados Unidos, o governo Figueiredo considerava o progressivo desalinhamento como uma tendência histórica, ancorada na evolução diferenciada da política e da economia dos dois países. Segundo Guerreiro, “pode-se dizer que *grosso modo* o Brasil seguia uma política alinhada com os EUA, talvez até 1961. Mesmo nesse período, o Brasil divergia quando se percebia o interesse nacional com caráter claramente específico, diversificado. “No plano econômico, em particular, (...), as divergências naturais entre um país pobre, pouco dotado

de tecnologia e capitais, como o Brasil, e os EUA quase automaticamente nos levaram ao ‘não-alinhamento’ com Washington (...)”.

Nesse sentido, o Universalismo mostrava-se como uma continuidade em relação ao período inaugurado com o Pragmatismo Responsável. Nas palavras do chanceler, “quando assumiu o presidente Geisel, realmente o Brasil tomou posições mais próprias com relação às questões internacionais que definiam a política de um país. (...). O volume do país na área externa era muito maior. Aí se deu o que 13 anos antes se tentara: o *aggiornamento* (...). Atualização que só podia resultar de uma decisão firme (...) do presidente. (...). Não eram mudanças revolucionárias, mas o autodenominado “pragmatismo responsável”, era “uma política que reconhecia os fatos do mundo, ao invés de opor-se a eles de forma que, nessa altura, já seria neurótica” (Guerreiro 1992, 24-27).

Durante a vigência do Pragmatismo Responsável, embora houvesse quem criticasse a política como antiética, examinando cada caso, “verifica-se adesão constante aos princípios da Carta da ONU e a normas do direito internacional”. Figueiredo assumira o governo com a intenção de “prosseguir, com as adaptações necessárias, na política do governo anterior”. Embora não mantivesse a expressão de denominação, os vetores da política eram mencionados: “universalismo, a dignidade nacional e a boa convivência”. No entanto, estes princípios se articulam com o quadro internacional real, criando dificuldades de definição da política externa em certos casos, como, por exemplo, o caso da intervenção norte-americana em Granada, na qual, segundo Saraiva Guerreiro, a diplomacia brasileira não poderia se manifestar de acordo com a “tese [norte-americana] da relatividade dos princípios” (110: 32) da Carta da ONU. “Por outro lado, não éramos insensíveis à satelitização de Granada por Cuba e suas possíveis consequências práticas” (Guerreiro 1992, 28-31). Desta forma, o governo brasileiro expressa apoio à declaração de Contadora - acertada com países latino-americanos como Venezuela, México, Argentina e outros, construindo uma posição comum, na qual condena o ato intervencionista, mas de forma não incisiva, ou praticando uma *política prescindente*, conforme observação de um embaixador latino-americano referido, mas não identificado por Guerreiro.

Quanto aos objetivos gerais da política externa brasileira, o chanceler argumentou que “não se coloca em dúvida hoje a importância estratégica da diplomacia brasileira para a realização das metas fundamentais da nacionalidade. A diplomacia se integra, de forma íntima e crescente, ao desenvolvimento em suas dimensões político-econômica, tecnológica, social e cultural”. Com a Nova Guerra Fria substituindo a *détente*, a situação internacional se caracterizava pela reativação das tensões. Os problemas que não puderam ser resolvidos sob o regime da *détente*, reapareceram de forma agravada. A tendência à confrontação reafirmava a dimensão Leste-Oeste na política

mundial, com crescentes riscos para a segurança internacional, ao mesmo tempo em que persistia a estagnação no tratamento da problemática Norte-Sul”.

Conforme Guerreiro, na “luta por uma participação maior no progresso do mundo, pelo fortalecimento da segurança internacional e pelo respeito à igualdade, o Brasil está ao lado das nações que têm aspirações à cooperação entre iguais, mais interesse na preservação da paz que na ameaça e no uso da força, mais sede de justiça que anseios de dominação. (...). Devemos nos apoiar mutuamente, esta maioria de nações, para evitar que a flagrante deterioração da situação internacional e o aumento dos níveis de tensão agravem as dificuldades enfrentadas por nossos povos (MRE, 1980b, 37).

Conforme prescrevia o chanceler, devíamos

insistir na necessidade de uma utilização mais racional dos recursos incalculáveis gastos em uma renovada corrida armamentista, especialmente nuclear, para que a humanidade seja objeto não da irradiação do risco e da insegurança, mas do máximo de nossas oportunidades de colaboração. Temos diante de nós uma dupla tarefa: a de criar uma ordem internacional mais justa, que abra a todas as nações o caminho do progresso e a de trabalhar juntos, o que já é uma antecipação da nova ordem, no desenvolvimento de forças renovadas, nossos povos. Devemos expandir nossas férteis e amplas cooperações diretas em trocas comerciais, ampliar os nossos programas de cooperação técnica e econômica, apoiar-nos na execução dos nossos planos de desenvolvimento, estimular e disseminar nossos progressos tecnológicos, lançar mão, em suma, de múltiplos meios para fortalecer nossas economias nacionais (MRE, 1980b, 65).

Em maio de 1980, em palestra na ESG, Guerreiro destacava situações que conduziam à deterioração das relações internacionais: a renovação da corrida armamentista, especialmente nuclear, e a criação de novos e temíveis patamares de equilíbrio do terror na Europa, eram tendências que punham em risco os limitados ganhos da distensão e das negociações SALT; as dificuldades de transformação no Caribe e na América Central, onde a violência encontrava-se inexoravelmente vinculada aos processos de superação da estagnação política e econômica; a persistência do impasse no relacionamento Norte-Sul, no qual os países desenvolvidos se fechavam ainda mais os círculos de decisão, em suas reuniões de cúpula, dedicando atenção decrescente aos problemas das nações em desenvolvimento; a segunda reciclagem dos petrodólares gerava novos problemas para a economia mundial; por fim, existiam os impasses conhecidos para a democratização da América do Sul. Segundo o chanceler,

aqui, é evidente que, de acordo com a tradição brasileira, não expressamos, em nenhum momento, preferência concreta, em relação a países determinados, por essa ou aquela forma de regime. Não se trata disto. Não obstante, como valor político, o governo brasileiro prefere nitidamente a democracia e manifesta a sua determinação de que a mesma se implante forte e amplamente no solo brasileiro, o que não deixará de ter reflexos externos (MRE, 1980, 41-53).

Na África, o Brasil manteve uma presença importante, mas a recessão econômica que caracterizou a “década perdida” em ambas as margens do Atlântico Sul e o aprofundamento da guerra na África Meridional limitaram os resultados de tal cooperação. Particularmente o apoio

político e a cooperação econômica com Angola (troca de petróleo por mercadorias e serviços), bem como a postura crítica ao *apartheid* sul-africano, foram os pontos altos da diplomacia brasileira para o continente negro. Na mesma linha, o Itamaraty recusava as propostas, particularmente recorrentes durante o governo Reagan, de militarização (sobretudo naval) do Atlântico Sul. Além disso, apesar de todas as dificuldades, ao longo dos seis anos da gestão Guerreiro, o Brasil solidificou seus laços com a África nos campos político, econômico e cultural, tanto em relação aos grandes países como a Nigéria, da qual importávamos petróleo, como com os pequenos Estados do Golfo da Guiné, com os quais o Brasil procurava criar uma frente comum nos organismos econômico-comerciais internacionais em defesa dos preços dos produtos tropicais.

Com relação ao Oriente Médio, o Brasil intensificou a cooperação, obtendo resultados relativamente positivos, embora dificultados pelas consequências da guerra Irã-Iraque e dos problemas econômicos internos do Brasil. A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido acentuado grau de desenvolvimento (armas pessoais, aviões, carros de combate e mísseis), conseguiu nesse período incrementar suas exportações para os países árabes, que também importavam automóveis e outros bens manufaturados, produtos agropecuários e serviços, com os quais pagávamos as importações de petróleo. Além disso, desenvolveu-se a cooperação tecnológica no campo nuclear, de mísseis e aviação, bem como na prospecção de petróleo *off shore* pela Braspetro, subsidiária internacional da Petrobras, que descobriu e explorou em parceria vários lençóis petrolíferos. O Iraque, o Irã, a Líbia, o Egito, a Argélia e a Arábia Saudita eram os principais parceiros brasileiros nesses campos de cooperação.

Armamentos também eram exportados, em menor medida, para africanos e centro-americanos. Apesar de tal atitude em relação a esta última região, o Brasil fez-se cada vez mais presente, apoiando o Grupo de Contadora na mediação do conflito centro-americano. A exportação de armamentos era uma operação comercial, ligada à área econômica e militar, enquanto a mediação era uma iniciativa da diplomacia brasileira. A implantação da Guerra Fria e a solução militar protagonizada pelos Estados Unidos (conflito de baixa intensidade na Nicarágua e em El Salvador e invasão de Granada) levaram o Brasil a integrar o Grupo de Apoio a Contadora, convergindo com a diplomacia mexicana, venezuelana e argentina.

Com relação à China, as relações bilaterais permitiram ao Brasil compensar parcialmente a perda da cooperação com o Japão. Não apenas o comércio crescia rapidamente, mas o estabelecimento de projetos conjuntos em áreas sensíveis, como a nuclear, de satélites e de tecnologia de ponta, apresentou resultados concretos. Por meio de parcerias, o Brasil compensava sua crescente falta de recursos para avançar estes projetos. Por outro lado, esse tipo de relação entre potências médias da periferia do sistema internacional concretizava a cooperação Sul-Sul.

Eram relações simétricas, que não implicavam nem subordinação nem hegemonismo, e que davam um maior alcance à diplomacia brasileira. Neste caso também pode-se incluir os países árabes antes referidos, a Argentina e, em menor medida, a URSS e a Índia. Tratava-se de um novo tipo de relações internacionais que a potência hegemônica, os Estados Unidos, a partir de certo ponto veria como indesejável.

A América do Sul, por sua vez, constituía cada vez mais um espaço valorizado pela diplomacia brasileira, incrementando uma cooperação político-econômica cujo eixo central era a aproximação com a Argentina. Era a primeira vez na história da política externa do país que a América Latina passava a ser uma prioridade, numa perspectiva de cooperação. Além disso, o Brasil observava com extrema inquietação a crescente pressão americana pela redemocratização no Cone Sul, interpretando o fenômeno como uma estratégia de desarticulação das potências médias e de busca de legitimação do pagamento da dívida externa destas. Entre 1979 e 1981 Figueiredo visitou a Venezuela, o Paraguai, a Argentina, o Equador, a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Chile, o que nenhum presidente brasileiro fizera até então (Hurrell 2013, 332).

A crescente dificuldade das exportações, na medida em que o Estado carecia de recursos para continuar financiando-as, a queda no afluxo de capital estrangeiro e o aumento dos pagamentos da dívida externa provocaram uma severa recessão em 1982-1983, além de incrementar a inflação, obrigando o Brasil a declarar uma moratória. O ministro Delfim Neto, que voltara à direção da economia, conduziu difíceis negociações com o FMI, o qual exigia a aplicação de um programa de ainda maior contenção de gastos para sanear as finanças e liberar novos empréstimos. O Brasil teve que ceder e, inclusive, incrementar as relações com os Estados Unidos.

A estratégia brasileira foi a de ganhar tempo, prometendo e não cumprindo, enquanto aceitava alguns itens do programa, mas manobrava para tentar manter o projeto de desenvolvimento. Esse projeto, concretamente, ingressava num processo de desagregação, temperado por medidas paliativas e, geralmente, contraditórias. A dívida externa atingira a cifra de 100 bilhões de dólares e o aprofundamento da crise viria a produzir o aumento do custo de vida e uma série de impasses nas áreas de política salarial, reajuste de mensalidades da casa própria, atendimento médico, aposentadoria etc. Os movimentos grevistas, tendo seu epicentro no ABC paulista, se generalizaram e espalharam pelo país, especialmente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. O governo reagiu com intervenções nos sindicatos, prisões e intimidações, recuando em seguida, para novamente reagir quando os movimentos voltavam a eclodir.

Os acordos com o FMI obrigavam o Brasil a fazer um esforço exportador, com a finalidade de pagar a dívida externa. Contudo, como a situação da economia mundial era cada vez mais difícil para um país como o Brasil, o governo era obrigado a subsidiar as exportações. Isto produziu dois

resultados negativos: a deterioração ainda mais acelerada da economia interna, que era quem pagava os subsídios, e a acomodação dos empresários, que negligenciaram as inovações tecnológicas e organizativas, com forte impacto sobre os custos e a qualidade dos produtos. Afinal, o governo pagaria a conta. O resultado foi, ao longo dos anos 1980, a perda de competitividade dos produtos brasileiros e a defasagem tecnológica cada vez maior em relação aos estrangeiros.

Em meio a esse clima, prosseguia o processo de abertura. Em agosto de 1979 foi assinada a Lei de Anistia e, em novembro do mesmo ano, a reforma partidária extinguiu a ARENA e o MDB, abrindo caminho para a criação de novos partidos. Essa reforma, sugerida pelo general Golbery, almejava fragmentar a frente oposicionista, que crescia continuamente, mantendo a unidade do campo governamental.

Neste quadro de crise social, o ativismo político da Igreja Católica ganhava força. Ele era uma reação à sua perda de influência, com a rápida expansão das igrejas pentecostais entre a população pobre, enquanto as religiões afro-brasileiras estagnavam. O ativismo da *Teologia da Libertação*, com fortes laços com o Partido dos Trabalhadores, foi um dos motivos da visita do conservador papa João Paulo II ao Brasil em 1980. Numa época em que o Estado tratava de deportar religiosos estrangeiros, particularmente ativos entre indígenas e camponeses sem-terra, o Papa recomendou ao clero não se envolver em política.

Enquanto as oposições cresciam e as greves se tornavam comuns, aumentavam as manifestações estudantis. Grupos paramilitares adversários da abertura reagiram com sequestros e espancamentos de padres, militantes, sindicalistas e personalidades da oposição. Além disso, ocorreu uma série de atentados a bomba, alguns com vítimas fatais. Apesar disso, avançou no final do governo a campanha *Diretas já*, propondo eleições diretas para presidente em 1984, que ganhou as ruas. O regime consagrou então como sucessor um civil do Partido Democrático-Social (PDS), Paulo Maluf, cujo perfil como corrupto e perigoso para a democracia foi explorado pela mídia. Tancredo Neves, moderado, centrista e veterano da política brasileira, apresentou como plataforma a implantação de uma *Nova República*, que acabou sendo vitoriosa no Congresso. Mas ele, por razões de saúde, não chegou a tomar posse, assumindo o vice-presidente eleito José Sarney.

A diplomacia do *Universalismo* do Governo Figueiredo teve, até 1982, um perfil muito semelhante ao *Pragmatismo Responsável* do Governo Geisel. Mas a crise da dívida alterou o cenário mundial e as opções do Brasil dentro dele. Daí até 1985 o Governo teve de se acomodar à retomada do protagonismo norte-americano e sua margem de autonomia foi sendo reduzida, como demonstrou Andrew Hurrell (Hurrell 2013, 339). E a carta europeia e japonesa foi perdida, devido à instabilidade macroeconômica e financeira do Brasil, bem como pela mudança da agenda internacional. Mas alguns elementos são dignos de nota: a crescente cooperação com a China, a

manutenção de protagonismo na África e Oriente Médio e, especialmente, a formação de um “eixo” Brasília-Buenos Aires. Ironia da história, as nações vizinhas seriam o último espaço priorizado pela política externa brasileira. Mas ela criou uma espécie de “refúgio regional” quando a sobre-extensão da projeção mundial brasileira se tornou onerosa.

Um balanço interpretativo

A política externa do Regime Militar, excetuados alguns aspectos do Governo Castelo Branco, constitui um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do *status de potência média*, representando o ponto alto de uma estratégia iniciada com Vargas, mas cujas origens mais remotas encontram-se na ideologia tenentista. Tal política, ao longo do regime militar, conduziu à busca de uma maior autonomia na cena internacional, produzindo-se uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão tanto econômica como política. Neste processo, o país necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, e para tanto as relações com as Europas capitalista e socialista, com a China Popular e com o Japão foram particularmente importantes.

Mas a recente industrialização tornava necessário buscar mercados também para os produtos manufaturados e serviços, e para tanto as relações com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia foram decisivas. Contudo, o país necessitava também importar capital, tecnologia e máquinas, fazendo-se necessário manter boas relações com o Norte capitalista, especialmente com os polos emergentes europeu e japonês, mas também com o Campo Soviético. Com o primeiro choque petrolífero, também a importação de petróleo se tornou uma questão estratégica, implicando num estreitamento de relações com os países produtores, especialmente do Oriente Médio.

A utilização da política externa como instrumento de desenvolvimento, aliada às consequências do desgaste das hegemônias no sistema mundial, configuram a necessidade de redefinir as relações com os EUA, imprimindo maior autonomia à diplomacia brasileira frente ao “aliado privilegiado”. Para escapar à acentuada dependência frente aos Estados Unidos e para barganhar termos mais favoráveis para essa relação, o Brasil ampliou sua diplomacia para outros polos capitalistas (Europa Ocidental e Japão), aprofundou sua atuação nas OIG e buscou estreitar ou estabelecer vínculos com o Terceiro Mundo e com o mundo socialista. Assim, a *verticalidade*

Norte-Sul passou a coexistir com a *horizontalidade Sul-Sul* e a *diagonal Sul-Leste*. Tratava-se do apogeu do processo de multilateralização.

Ultrapassando a dimensão de mero campo de barganha, a multilateralidade conduziu efetivamente à mundialização da diplomacia brasileira, introduzindo mudanças qualitativas. Os vínculos com alguns países socialistas, com a China Popular e com países-chave do Oriente Próximo, constituíram relações autônomas e equitativas entre potências de porte médio, contrariando alguns pressupostos de um sistema internacional sob hegemonia do Norte capitalista e industrial.

Apesar do inegável avanço que esta política representou, ela ficou aquém de suas possibilidades, considerando-se as brechas existentes no sistema internacional de então e as potencialidades político-diplomáticas do país. Tal “timidez” se deveu principalmente às decorrências de uma estrutura social excludente, o que limitou a ação internacional do país. Aliás, o adjetivo “responsável” agregado ao pragmatismo, também pode ser interpretado como um elemento de política interna conservadora (modernização econômica sem reforma social), ao contrário da Política Externa Independente, que teria sido “irresponsável” por associar a diplomacia autônoma a mudanças sociais domésticas. Mais ainda, muito da mobilização externa de recursos se deveu à tentativa de manter uma *pax conservadora* internamente. Dialeticamente, era preciso ser ousado externamente para conservar internamente.

Por outro lado, o elevado grau de internacionalização da economia brasileira, fez com que diversos setores empresariais, governamentais e políticos preferissem apostar em vínculos dependentes, inclusive como condição para manter intocadas certas estruturas sociais internas. Além disso, quando as dificuldades externas cresceram na passagem dos anos 1970 aos 1980, foi necessário negociar uma acomodação com o hegêmona, em lugar de prosseguir numa estratégia autonomista cada vez mais onerosa.

Contudo, é forçoso reconhecer que o paradigma das relações exteriores voltadas a dar suporte ao desenvolvimento econômico-industrial, logrou alcançar grande parte de seus objetivos. O Brasil, ainda que marcado pelas deficiências sociopolíticas bem conhecidas, se converteu no único país ao sul do Equador a possuir um parque industrial completo e moderno, posicionando-se entre as dez maiores economias do mundo. Este sucesso do nacional-desenvolvimentismo foi, todavia, obscurecido pelas transformações do cenário mundial nos anos 1980, bem como por suas repercussões internas. Mesmo assim, o modelo ainda resistiu durante parte do primeiro governo pós-regime militar. Mas nos anos 1990 o desenvolvimentismo e sua diplomacia entraram em crise, com o fim da Guerra Fria e o advento das políticas globalistas e neoliberais.

Referências bibliográficas

- Barboza, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1992.
- Camargo, Sônia, José Maria Vasquez Ocampo. *Autoritarismo e Democracia na Argentina e no Brasil. Uma década de política exterior (1973-1974)*. São Paulo: Convívio, 1988.
- Cardoso, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Cervo, Amado, e Bueno, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- Góes, Walder. *O Brasil do general Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978.
- Guerreiro, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- Hurrell, Andrew James. *The quest for autonomy. The Evolution of Brazil's role in the international system, 1944-1985*. Brasília: FUNAG, 2013.
- Martins, Carlos Estevam. “A evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74”. In: *Estudos CEBRAP*, n. 12, (abril-maio-junho de 1975).
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Documentos de Política Externa*. Brasília: MRE, 1969/70.
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Resenha de Política Externa do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974, n. 1.
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Resenha de Política Externa do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1980a, n. 24.
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). *Resenha de Política Externa do Brasil*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1980b, n. 26.
- Moura, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Pinheiro, Letícia. *Foreign Policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*. London School of Economics and Political Science, 1994.
- Schilling, Paulo. *O expansionismo brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty*. São Paulo: Global, 1981.

Recebido: 16 de novembro de 2021
Aprovado: 11 de fevereiro de 2022

Dossiê: História recente da política externa da América Latina
uma questão de elites?

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36134>

**A imprensa nas relações internacionais: o golpe de 1964 no Brasil como
construção midiática na Argentina**

**The press in international relations: 1964' coup in Brazil as mediatic construction in
Argentina**

**La prensa en las relaciones internacionales: El golpe de Estado de 1964 en el Brasil como
construcción mediática en Argentina**

Helder Gordim da Silveira*

<https://orcid.org/0000-0002-3262-1149>

RESUMO: O artigo busca examinar a repercussão do golpe de 1964 no Brasil como notícia internacional na Argentina, através dos estudos de caso do diário *Clarín* e da revista *Primera Plana*. Com base no conceito de ideologia e de construção social dos acontecimentos, desenvolve-se a hipótese de que a veiculação de tais notícias, desde a posição e a atuação político-institucional da imprensa informativa empresarial, concorreu para a legitimação da solução autoritária na crise política argentina, apresentando o caso do Brasil como exemplar.

Palavras-chave: Imprensa. Ditadura Civil-Militar. Argentina-Brasil.

ABSTRACT: The article seeks to examine the repercussion of the 1964' coup in Brazil as international news in Argentina through the case studies of the newspaper *Clarín* and *Primera Plana* magazine. Based on the concept of ideology and social construction of facts, the hypothesis is that the dissemination of such news, considering the stance and the political-institutional procedure of the business press, contributed to legitimize the authoritarian solution in the argentinian political crisis, presenting the case of Brazil as example.

* Professor adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul (PUCRS). Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUCRS. É autor dos livros *Argentina X Brasil: A Questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997; *Joaquim Nabuco e Oliveira: Faces de Um Paradigma da Americanização nas Relações Internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. Pesquisa na área de História das Relações Internacionais do Brasil, com ênfase na política externa brasileira no sistema interamericano e nas relações políticas Argentina-Brasil no século XX. E-mail: helders@puers.br.

Keywords: Press. Civilian-Military Dictatorship. Argentina-Brazil.

RESUMEN: El artículo busca examinar la repercusión del golpe de 1964 en Brasil como noticia internacional en Argentina, por medio de los estudios de caso del diario *clarín* y del semanario *Primera Plana*. Con base en el concepto de ideología y de construcción social de los hechos, desarrollase la hipótesis según la cual la emisión de tales noticias, desde la posición y de la actuación político-institucional de la prensa informativa comercial, contribuyó a la legitimación de la solución autoritaria en la crisis política argentina, presentando el caso de Brasil como ejemplar.

Palabras clave: Prensa. Dictadura Civil-Militar. Argentina-Brasil.

Como citar este artigo:

Silveira, Helder Gordim da. “A imprensa nas relações internacionais: o golpe de 1964 no Brasil como construção midiática na Argentina”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 64-87.

O presente artigo resulta do projeto de pesquisa que se baseia na hipótese segundo a qual o golpe de Estado e a implantação da ordem ditatorial no Brasil, em 1964, foram apresentados midiaticamente ao público leitor argentino de modo a colocar os acontecimentos no país vizinho em posição paradigmática para o país platino, na perspectiva do que se poderia denominar como uma ideologia da solução autoritária para a crise política e econômica da região, no âmbito do confronto entre fontes de poder domésticas e internacionais típicas da Guerra Fria. Destacam-se aqui o diário *Clarín* e a revista semanal *Primera Plana*.

Tal objeto de análise, a grande imprensa argentina, situa-se no fenômeno da comunicação de massa, como este se estabelece ao longo do século XIX enquanto componente da modernidade ocidental. Tal fenômeno implica “uma transmissão de mensagens de mão única, do transmissor ao receptor”. E, assim, “ao contrário da situação dialógica [...] a comunicação de massa institui uma *ruptura* fundamental entre o produtor e o receptor” (Thompson 1995, 288. Grifo no original). Assim, no circuito comunicacional dito de massa, não havendo troca sistemática de posições entre sujeitos de diálogo, instituem-se instâncias específicas de produção discursiva, por um lado, e de recepção desta, por outro, encontrando-se ambas as instâncias relacionadas por mecanismos sociais de troca ou negociação simbólicas que as tornam, cada qual a seu modo, ativas naquele circuito.

Quando, portanto, pretende-se analiticamente destacar a referida instância de produção discursiva, como aqui é o caso, devem-se considerar aquelas formas de relação, por um lado, e, por outro, as características organizacionais, as práticas discursivas e seus produtos distintivos, bem

como a cultura ou a ideologia de campo (Hall 2010) que constituem historicamente aquela instância produtiva. Nessa direção, as relações entre a imprensa informativa empresarial e seu público-leitor encontra-se centrada no conceito de *credibilidade*; a organização desta é de tipo *empresarial-capitalista*; suas práticas discursivas geram a *notícia* como produto peculiar; sua ideologia de campo fundamenta-se na *profissionalização* com vistas ao esclarecimento informativo da *opinião pública*. Para dar conta da análise destes conceitos e de sua inter-relação, por vezes contraditória, optamos pela perspectiva referente à dita “construção social da realidade”, especificamente como esta se apresenta em alguns aspectos das teorias da *agenda-setting* e do *newsmaking* (Wolf 2003; Alsina 2009; Traquina 2005; Charaudeau 2013; Sodré 2009).

Nessa direção, no que toca especificamente ao processo de construção da notícia, adota-se a concepção de Miquel Alsina a respeito do discurso e da prática jornalística como constituintes de “mundos possíveis”, articulados a um “mundo real” e a um “mundo de referência”. Assim:

[o mundo possível] será aquele mundo que o jornalista construirá levando em conta o mundo ‘real’ e um mundo de referência escolhido. Em resumo, o jornalista não pode estabelecer qualquer mundo possível, mas precisa levar em conta os fatos que ele conhece sobre o assunto que pretende relatar, e as características do mundo de referência a que os fatos o remetem. Esse mundo possível construído [...] terá as marcas pertinentes do mundo de referência (Alsina 2009, 308).

Definindo um pouco mais detidamente, “o mundo que chamamos de ‘real’ corresponderia aos fatos, aos dados e às circunstâncias que o jornalista conhece”. Ademais, “precisamos dizer que no mundo ‘real’ é onde podemos verificar o mundo possível que foi narrado”. E assim, “o hipotético mundo possível construído é confrontado com os novos dados que vão chegando sobre o acontecimento” (Alsina 2009, 308-309). Sobre o mundo de referência, complementa Miquel Alsina:

[...] os mundos de referência são construções culturais que o jornalista estabelece segundo sua enciclopédia. Diante de um determinado fato, podemos escolher entre um número limitado de mundos de referência. O mundo de referência escolhido para a explicação de um fato deve ser o que possua maior verossimilhança. Ou seja, o enunciador deve poder acreditar nele. O mundo de referência é essencial no estudo da rotina, da prática jornalística que está imersa na organização industrial comunicativa. [...] A escolha de um mundo de referência condiciona os dados futuros [do] acontecimento que serão compilados. Isto é, se começarmos por um mundo de referência devemos levar em conta alguns fatos e outros não. [...] Precisamos lembrar que o mundo de referência será a matriz para a construção do mundo possível narrado (Alsina 2009, 309).

Propomos aqui que os elementos essenciais de um mundo de referência na construção da notícia acerca do universo político compõem o que chamamos *liberalismo profissional* do campo. Trata-se de uma estrutura ideológica conformada pela naturalização da ordem socioeconômica capitalista, por um lado, e, por outro, a absolutização ética dos princípios associados ao Estado de Direito burguês, com destaque para a chamada liberdade de expressão para a conformação de uma Opinião Pública esclarecida.

As notícias, assim construídas, de um golpe de Estado no Brasil, no começo de abril de 1964, chegam à Argentina – por meio das agências noticiosas, correspondentes e enviados especiais – então presidida por Arturo Illia, no interior do contexto de democracia tutelada pelos militares, entre a deposição de Juan Domingo Perón, em 1955, pela autodenominada *Revolución Libertadora* (Spinelli 1992; 2003) e o golpe de Estado de 1966, igualmente autodenominado *Revolución Argentina*, nos quadros internacionais da Guerra Fria impactados pela revolução em Cuba (Cavarozzi 2009; De Riz 2000; Donghi 2000; Gambini 2008; Paradiso 2003; Potash 1994; Romero 2004; Scirica 2008). O presidente, natural de Pergamino, na província de Buenos Aires, fizera carreira profissional e política na província de Córdoba. Médico de profissão, exercida por longos anos em Cruz del Eje, interior cordobês, até 1963 não detinha projeção nacional condizente com o cargo que então ocupava. Fora eleito com frágeis 25% do total de votos diretos, com apoio relativamente constrangido de pequenos partidos no Colégio Eleitoral (Sánchez 1983; Pandolfi e Gibaja 2008). Seu próprio partido, a *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRP), constituíra-se há cerca de seis anos, a partir da cisão da *Unión Cívica Radical* (UCR), tradicional organização partidária argentina, surgida na última década do século XIX, cujo personagem ícone, Hipólito Yrigoyen, presidira o país por duas vezes, em 1916 e 1928, liderando reformas de caráter social, econômico e institucional, as quais contestavam a ordem liberal-oligárquica fundada na exportação primária, esgrimindo as bandeiras da industrialização, do nacionalismo anti-imperialista e da incorporação dos trabalhadores, tutelada pelo Estado, à vida política do país. Vítima do golpe oligárquico-conservador de 1930, a UCR seria, nos anos 1940/50, a principal força político-partidária de oposição ao peronismo, em que pese a similaridade formal das bandeiras políticas, em seus fundamentos.

Nessa perspectiva, o governo illia, que tentava implementar um programa que se pretendia *de partido*, enfrentava forças opositoras extraordinariamente poderosas, que se localizavam em praticamente todo o espectro político do país, para as quais o golpe no Brasil certamente significava um apontar de rumos, embora em direções bem diversas, segundo o ponto de vista de quem o lia como notícia internacional, considerando as tradicionais relações de cooperação e rivalidade entre ambos os países (Scenna 1976; Bandeira 2003; Cavlak 2007; Rapoport e Laufer, 2000). Dentre tais forças, partidárias e corporativas, encontrava-se a outra fração do radicalismo, a *Unión Cívica Radical Intransigente* (UCRI), à qual se somavam, embora não necessariamente de forma articulada, socialistas, comunistas e diversos ramos de uma chamada *Nova Esquerda* (Terán 1993; Sigal 2002), bem como *demócratas* liberais-conservadores e outros setores à direita (Senkman 2001). Tais forças haviam composto o governo de Arturo Frondizi (1958-1962), baseado em uma frente política, fracassada com a intervenção militar de 1962, que incluía o peronismo e seu líder no exílio em

Madrid. A fração majoritária do Exército, liderada pelo general reformado Juan Carlos Onganía, a Marinha, a hierarquia oficial da Igreja Católica, as diversas faces do movimento estudantil, as principais organizações empresariais, como as poderosas *Sociedad Rural* e *Unión Industrial* (Míguez 2014; 2015) eram igualmente forças que se opunham a Illia. Todas propunham intervenções mais ou menos profundas na ordem institucional e socioeconômica que, em todo caso, iam bem além da política governamental, considerada em si mesma. Era o caso particularmente do primeiro foco revolucionário inspirado na experiência cubana que se instalara em Salta desde 1963. Nesse contexto, a grande imprensa informativa empresarial argentina, como se destacará adiante, em termos gerais, alinhava-se às forças oposicionistas/golpistas, caracterizando no período o que se chegou a denominar *golperiodismo*.

Clarín e Primera Plana: Dois Pilares do Jornalismo Argentino

Em 28 de agosto de 1945, com a primeira página de logotipo vermelho dominada pelas notícias referentes ao término da Guerra, com 150.000 exemplares de 20 páginas, ao preço de 5 centavos, cerca da metade daquele dos grandes diários, como *La Nación* e *La Prensa*, aparecia nas ruas de Buenos Aires o matutino *Clarín*, em formato tablóide, inspirado no inglês *The Mirror* e à semelhança do argentino *El Mundo*. Tratava-se de um empreendimento do político, jornalista e estancieiro Roberto Jorge Noble, dissidente do socialismo argentino na década de 1920. Noble, nos anos 1930, alinhando-se a grupos anticomunistas, fundara o chamado socialismo independente e chegara a ocupar a pasta de ministro do interior do governo conservador da província de Buenos Aires, presidido por Manuel Fresco.

Ao que parece, o *Clarín* representava para seu proprietário um projeto de natureza tanto política quanto comercial, confluência de campos característica, aliás, do jornalismo empresarial moderno. Para tentar superar a relativa obscuridade, por um lado, e lucrar com o empreendimento, por outro, Noble vendera uma de suas principais propriedades rurais para efetivar a compra de bobinas de papel, artigo bastante caro nas condições do pós-guerra. Assim, com um investimento inicial da ordem de 1.250.000 dólares da época, o *Clarín* surgia em sede muito modesta, na rua Moreno, com pessoal reduzido, embora qualificado e experiente, alugando as impressoras de *Noticias Gráficas* e com um futuro bastante incerto. Sobre o surgimento do novo jornal portenho, Carlos Ulanovsky afirma que:

Clarín salió a la calle con la idea de apoyar los cambios de un país tradicionalmente agrícola-ganadero que ahora aspiraba a hacerse fuerte en grandes, medianas y pequeñas industrias y a desarrollarse más dentro de fábricas que en el campo (Ulanovsky 2005, 109).

Durante o primeiro governo de Perón, segue o autor, *Clarín* construiu uma imagem pública de independência, não sofrendo controle excessivo por parte do regime que se implantava, o qual

parecia não lhe reconhecer poder de influência, em que pese o crescimento permanente de sua circulação e vendas (Ulanovsky 2005, 111-112). De resto, o *Clarín* iria atravessar a era peronista, até 1955, usufruindo dessa posição, posta como independente, em contraste inicial com os matutinos *La Prensa*, *La Nación* e *El Mundo* e os vespertinos *La Razón*, *Crítica* e *Noticias Gráficas*, que mantiveram, a princípio, posição abertamente hostil ao líder popular e sua política, desde os tempos de Perón como ministro do trabalho e previdência do governo Farrell. No pós-1955, sob a égide da tutela militar sobre o sistema político argentino oriunda da *Revolución Libertadora*, *Clarín* manteria posição estritamente legalista sob os governos Frondizi e Illia, representantes, respectivamente, das duas facções em que se cindira o radicalismo.

Ao final da década de 1950, o campo jornalístico argentino via os efeitos de um intenso processo de modernização e renovação em parte determinado pela abertura do país aos mercados e centros de informação internacionais, notadamente a partir de Frondizi como se viu. O *Clarín* não ficaria alheio aos novos tempos:

[...] los cambios llegan a *Clarín*. Conducida por Moisés Scherbor Jacoby y Luis Clur, la redación reunía a muchos consagrados de *Crítica* (...) y a jóvenes como Esteban Peicovich, Roberto Cossa, Rodolfo Rabanal y Valentin Vergara. Por decisión de Jacoby, el logo de *clarín*, hasta entonces en rojo, pasa a imprimirse en negro, pero son otras las cuestiones que dan color al diario: la sección económica que maneja Oscar García Rey y la información militar que abastece, entre otros, Enrique Ramos de Madariaga (Ulanovsky 2005, 170).

A renovada redação do *Clarín* abrigava, na virada da década de 1950, nomes que em seguida teriam enorme relevância no jornalismo argentino: Hector Ricardo Garcia, que fundaria o diário *Crónica*, Jacobo Timerman, que criaria o diário *La Opinión* e as revistas *Primera Plana* e *Confirmado*, Julio Ramos, de *Ámbito Financiero* e Bernardo Neustadt, que dirigiria *Todo*. Desse modo, o diário de Noble, que viria a falecer em 1969, afirmava-se como grande empresa jornalística em um cenário de intenso crescimento e diversificação do campo. Apesar de sofrer relativa perda na competição por publicidade, juntamente com *La Nación* e *La Prensa* no começo dos anos 60, em 1963 o *Clarín* torna-se o jornal de maior circulação na capital argentina (Longhi e Silveira 2010, 158), posição que se consolidaria nos anos seguintes.

O primeiro número da revista semanal *Primera Plana*, estampando John Kennedy na capa, aparece em Buenos Aires, em novembro de 1962, sob a presidência do já então renomado jornalista Jacobo Timerman, que liderava uma redação dirigida por Luis E. Gonzáles O'Donnell e composta por jovens e igualmente já então destacados jornalistas, como Tomás Eloy Martínez, Armando Alonso Piñeyro, Ramiro de Casabellas, Tomás Moro Simpson, Osiris Troiani, Raúl Urtizberea, Julián J. Delgado, Santiago Pinnetta, Horacio Trigall e Carlos Villar Araujo (Piñero 2002). Muitos deles marcavam uma diferença geracional no campo, determinada pela formação universitária e pelas relações de toda ordem com os campos literário e político.

Jacobo Timerman, primeiro diretor da revista e futuro ganhador do prêmio Pulitzer estadunidense, nasceu a 6 de janeiro de 1923, em Bar, uma pequena cidade da Ucrânia e chegou à Argentina em outubro de 1928. Sofrendo uma infância de privações, conseguiu concluir os estudos secundários e ingressou no curso de admissão à Engenharia, na Universidade Nacional de La Plata. Abandonou os estudos universitários e passou a sobreviver de pequenos empregos em várias cidades argentinas. Seu primeiro contato significativo com o jornalismo foi a participação na revista semanal *Qué*, geralmente apontada como precursora do estilo de *Primera Plana*, trabalhando posteriormente em *Noticias Gráficas*.

Em setembro do ano em que surge *Primera Plana*, a Argentina assistira ao dramático enfrentamento armado entre “azules” e “colorados”, as duas facções que então dividiam as Forças Armadas do país. Os “azules”, em contraste com os “colorados”, tendiam a ver no peronismo um fator de poder cujo nacionalismo cristão poderia barrar a penetração comunista, sendo, por outro lado, uma força organizada permanente e inafastável do cenário social argentino. Nesse sentido, propugnavam pela formação de nova frente política nacional, que viesse a incorporar, de forma controlada, as heterogêneas hostes peronistas e a oferecer uma saída eleitoral imediata para a crise, em que pese o recente fracasso do “frondizismo” nessa direção.

Foi exatamente um grupo de coronéis pertencente à vitoriosa facção “azul”, liderada pelo general Juan Carlos Onganía, que procurou Jacobo Timerman com o projeto de “crear un órgano ‘novedoso’, ‘moderno’ y ‘atractivo’ para la convincente difusión de su proyecto político” (Taroncher 1998, 152). Teve-se inicialmente a ideia de batizar a nova publicação com a denominação *Azul*, que foi abandonada em nome do caráter apartidário, objetivo e atual que deveria marcar o projeto jornalístico em construção. Nesse sentido, a revista deveria ser porta voz, para além das posições políticas imediatas do grupo civil-militar “azul”, da imagem e do projeto de uma Argentina “moderna”, inserida na ordem ocidental contemporânea e apta a superar os entraves tradicionais de toda sorte.

Tratava-se de inserir a nova publicação no contexto de abertura e de internacionalização econômica e cultural do pós-1955, que marcava a vida nacional, ou pelo menos de Buenos Aires e das províncias mais industrializadas. Situado nesse contexto de aguda crise político-institucional e de acelerado processo de modernização socioeconômica, o nascimento de *Primera Plana*, ao mesmo tempo que diretamente ligado à perspectiva político-ideológica “azul”,

[...] significó un punto de inflexión en el proceso de modernización del periodismo argentino; de manera significativa en el universo de la gráfica y específicamente en el de los semanarios; pero su influencia afectó al conjunto de los medios masivos nacionales” (Bernetti 1998, 1).

Assim, *Primera Plana*, suporte da ideologia autoritário-modernizadora “azul”, que culminaria no golpe de estado de junho de 1966, liderado por Onganía, do ponto de vista formal vinha a preencher o espaço ocupado pelas publicações estrangeiras junto ao público de classes média e alta na Argentina, inspirada nos moldes renovadores da chamada *newsmagazine* norte-americana, onde se podem situar *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*, bem como as congêneres *L'Express*, francesa, *Der Spiegel*, alemã, e a italiana *Panorama*. No contexto dos anos 1960, tratava-se fundamentalmente para essas publicações de enfrentar a concorrência da televisão, ampliando o conceito de reportagem “em profundidade” e utilizando massivamente imagens, com fotografias, *charges* e ilustrações de toda ordem (Acosta 2015).

A partir dessa formatação jornalística – à qual se associava uma seleção rigorosa de profissionais, alguns dos quais acima nominados, a quem se ofereciam salários bem acima da média nacional – *Primera Plana* articulava sua posição política imediata (“azul”) à veiculação de uma perspectiva modernizadora bem mais abrangente e com vistas ao longo prazo da vida argentina. A partir dessa ótica de futuro,

[...] se (auto)presentaba como rectora de un ‘saber vivir’ urbano, de un ‘saber hacer’ cultural y de un ‘deber ser’ nacional el que se concebía integrado a un ‘primer mundo’ desarrollado, exitoso y eficiente, un mundo tal como lo querían y proponían las principales empresas multinacionales, la banca y el mundo de los negocios argentinos que anunciaban en sus páginas (Taroncher 1998, 154).

Em seus primeiros meses de existência, *Primera Plana* alcançou uma tiragem média semestral de 25.000 exemplares, a qual se elevou, ao menos até 1966, a 50.000. Neste ano, segundo atesta Elena Piñero (2002, 5), utilizando-se um coeficiente estimado de número de leitores por exemplar, aplicado a publicações semelhantes, chega-se a uma média de 300.000 leitores semanais.

Quanto à estrutura da publicação, cabe aqui destacar a relevância da seção “América y el Mundo”, após separada em duas seções, a qual “presentaba la realidad internacional desde una ‘mirada argentina’” (Taroncher, 1998, 155). Ainda nessa direção, *Primera Plana* contava com serviços exclusivos do exterior fornecidos por *L'Express*, *Enterprise*, *L'Expansion*, *Newsweek*, *Vita* e a agência *Novosti*. Eram correspondentes internacionais permanentes: Mario Vargas Llosa, em Londres, Armando R. Puente, em Madri, Cesar Fernández Moreno, em Paris, Alberto Giovanini, em Roma e Kurt Doning, em Berlim Ocidental.

Distinguindo-se assim no campo jornalístico e cultural, notadamente junto a seu público leitor, como órgão de primeira qualidade, sob as noções de renovação, modernidade e promoção do novo espírito da época, *Primera Plana* desenvolverá uma progressiva e sempre relativa autonomia em relação às posições político-partidárias mais imediatas do grupo civil-militar “azul”, sem, todavia, jamais deixar de veicular e promover formas de consenso para

[...] el proyecto político de un determinado grupo de actores cuyo objetivo era provocar un cambio estructural que permitiera la modernización y el desarrollo económico de la nación por la vía autoritaria (Piñero 2002, 3).

É assim que, fracassado o intento “azul” de constituir uma frente nacional capaz de incluir, com limitações, a um *peronismo sem Perón* e oferecer uma alternativa eleitoral viável, a eleição e o governo de Arturo Illia, apoiado inicialmente pela facção militar “colorada”, serão frontalmente combatidos por *Primera Plana* (De Riz 2000, 13-30). O semanário será um dos principais articuladores na mídia argentina de uma imagem pública acentuadamente negativa do presidente (Gringauz e Settanni 2008), associado ao provincianismo, à ineficiência, à lentidão, ao “populismo” etc. e, por extensão, ao governo, aos partidos e ao jogo político posto como tradicional (Taroncher 2009; Díaz 2007).

Os Sentidos do Golpe no Brasil Segundo *Clarín*

Na edição de 1º de abril, as notícias da crise política brasileira ocupam a primeira página do *Clarín*. Sob uma grande chamada, “Brasil en Armas”, põe-se em destaque central uma radiofoto da agência noticiosa AP, exclusiva para o periódico argentino, focando um militar do IV exército brasileiro, sediado no epicentro golpista em Minas Gerais, aparentemente armando uma metralhadora de solo, em uniforme de combate, segundo informa a legenda. Ao longo de seis páginas da edição, o diário equilibra matérias da AP, da AFP e da ANSA, dando voz aos líderes golpistas, com destaque para Magalhães Pinto, Olympio Mourão Filho e Adhemar de Barros, bem como aos pronunciamentos do governo, sobretudo do próprio Goulart.

O discurso dos amotinados reafirma os pontos essenciais da justificativa para a ruptura institucional, fundados na “comunização” iminente do país, ora liderada, ora permitida pelo presidente da república, o que coloca o golpe como ação preventiva, em nome de princípios, mais que políticos, nacionais, e mesmo civilizatórios, no interior de um mundo referencial consolidado no contexto da Guerra Fria. Os manifestos presidenciais reproduzidos mostram, por outro lado, um Goulart energicamente disposto a defender seu governo e a ordem constitucional, se necessário no plano militar, a partir do I Exército, cujo comando ordenara ações de invasão e censura a órgãos da mídia oposicionista. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) aparece com grande destaque, em manchetes desde a primeira página, declarando greve geral em apoio ao governo. As agências internacionais dão destaque, reproduzido timidamente no *Clarín*, à voz de um Juscelino Kubistchek conclamando à paz e à conciliação nacional, sem referir exatamente em que termos. Uma das principais manchetes da cobertura é retirada da manifestação do governador paulista Adhemar de Barros e parece informar a expectativa que se constrói: “La Lucha Puede Prologarse Varios Meses” (*Clarín*, 1º de abril de 1964, p. 5).

Juntamente com este material das agências, o *Clarín* publica na mesma edição, o primeiro texto do enviado especial ao Brasil, que, como tal, representa, segundo os fundamentos estruturais e ideológicos do campo jornalístico, uma voz “propriamente argentina”, ligada institucionalmente ao periódico e à construção da notícia internacional que por variados meios ali se opera. O texto recebe a significativa manchete “Cuando Pelean los de Arriba” (*Clarín*, 1º de abril de 1964, p. 4).

O jornalista-autor relembra inicialmente a seu leitor argentino a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, como origem mais próxima do que põe como o presente “redemoinho” no mar da política do país vizinho. Logo a seguir, trata de construir a narrativa, de resto recorrente na imprensa, da “apatia popular” diante da extrema gravidade dos “acontecimentos”, *de arriba*:

[...] a primera vista, para un marciano que caiga en la Avenida Rio Branco, por ejemplo, aqui no pasa nada. Al hombre común parece importarle poco el momento dramático por que atraviesa Brasil, y en que posiblemente se este jugando el destino de la democracia y de las instituciones en ese país. Parece importarle poco, pero no es así: lo que pasa es que se siente impotente.

Como testemunho dessa apatia impotente, dá-se voz a um taxista carioca com quem supostamente falara o autor-jornalista, enquanto o dito personagem “se empeñaba en violar sistemáticamente, una a una, todas las normas de tránsito”, em imagem de um assim posto “espírito popular” brasileiro, construída no colorido estilo *new journalism*:

[...] qué quiere que le diga...Esto seguramente va a terminar como todas las peleas que hubo siempre entre ‘los de arriba’: uno gana, el otro pierde, y nosotros seguimos como antes. Además, yo no puedo hacer nada; bastante trabajo tengo con ganar una feijoada para mi mujer y mis cuatro hijos... Y no se olvide – nos dice al final – que en Brasil las cosas se arreglan siempre solas.

Além de construir o título, como se viu, a partir dessa suposta fala do *homem comum*, o autor constrói uma racionalização inicial sobre a crise brasileira em torno desta característica referente da vida nacional brasileira, segundo a qual as coisas “se ajeitariam por si mesmas”, sem grandes atos de vontade coletiva, a qual se incorpora ao discurso jornalístico na qualidade de um mundo referencial para o leitor argentino, onde se põe como “mais um mistério” do Brasil. Todavia, indaga retoricamente o autor, referindo-se ao momento presente: “Y el día en que no se arreglen” A resposta é significativa para uma interpretação de fundo dos acontecimentos constituídos como notícia para o leitor argentino: “Ese día temblaremos todos, porque los que temen que Brasil pueda llegar a ser otra Cuba, se quedan muy cortos: si Brasil se da vuelta, no va a ser otra Cuba; será otra Rusia, lo que es muy distinto”.

É com base nessa possibilidade catastrófica para o olhar anticomunista latino-americano, que o jornalista argentino trata de preservar sua posição *objetiva* frente à indefinição de rumos na política brasileira, afirmando que “resulta harto difícil decir quién va a salir vencedor en esta ‘cinchada’ política” e que “todos tienen un poco de razón y un poco de culpa”. Após distribuir razões e culpas entre o governo e os golpistas, o enviado especial não deixa de ser fiel ao espírito

legalista do periódico que o emprega, sustentando que “pregonar abiertamente la subversión del orden institucional, eso no tiene justificación alguna”.

A edição de 2 de abril ainda apresenta a crise brasileira dominando a primeira e mais seis outras páginas do *Clarín*. Na grande chamada em manchete que encabeça inteiramente a primeira página, lê-se: “Goulart: dispuesto a resistir la Rebelión” (*Clarín*, 2 de abril de 1964, p. 1). Abaixo, ocupando mais da metade direita da página, radiofotos da AP de Olympio Mourão Filho, chamado na legenda de “líder rebelde” e do presidente da Câmara de Deputados Ranieri Mazzili, cuja legenda vem com a indagação “otra vez presidente”. Entre ambos, uma formação de tanques em frente ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Igualmente em grandes manchetes, o leitor argentino, em um passar de olhos pela vertical direita, fica informado dos fatos segundo os quais Carlos Lacerda anunciara a renúncia de Goulart, de que oito estados haviam se sublevado, de que houve confrontos militares no Rio, de que Goulart instalara sede de governo em Porto Alegre, capital de seu Estado natal, Rio Grande do Sul.

Nas páginas interiores, as notícias são detalhadas, sempre com base em material das agências AP, AFP e ANSA, cuja seleção pela redação do *Clarín* parece obedecer a um equilíbrio quantitativo razoável, no jogo de informações e contra-informações, entre as favoráveis ao governo e aquelas a favor dos “rebeldes”, dentro dos padrões ideológicos da *objetividade* jornalística. Todavia, por coincidência ou não, a primeira dessas páginas interiores, de número 2, é inteiramente dominada por *notícias* que tendiam a indicar a vitória golpista. A grande manchete que encabeça a página é: “Anunciaron los Rebeldes que Dimitió el Presidente y que Había Asumido Mazzili” (*Clarín*, 2 de abril de 1964, p. 2).

O texto guia inicial em destaque compõe breve narrativa, cujo teor, de fundo *informativo*, parece colocar o golpe em posição francamente favorável ao olhar anticomunista: “El Ministerio de Guerra anunció esta noche que el presidente Goulart renunció a consecuencia de la poderosa rebelión político-militar contra su régimen izquierdista”. As construções “poderosa rebelião político-militar” e “regime esquerdista” dispensam comentários nesse sentido. Importa destacar, de fato, o potencial político-ideológico de um mundo possível assim constituído pela *notícia*.

Ao longo dos parágrafos de detalhamento das informações, na mesma página, com material das mesmas agências, veem-se operações análogas. Dá-se ali voz unicamente a Carlos Lacerda - que surge na cena dos *acontecimentos* atacado pela infantaria da marinha no palácio da Guanabara, prometendo lutar “até a morte” em nome da democracia e, em seguida, na televisão, anunciando a vitória próxima e a vacância da presidência da República em virtude do “desaparecimento” de Goulart – e a Adhemar de Barros, que aparece advertindo que “la mala hierba de la infiltración comunista continúa siendo amenazadora”. No plano militar, noticiam-se os fatos alusivos à adesão

ao movimento golpista do II Exército, com base em São Paulo, e uma divisão de forças no I Exército. Com destaque, no canto superior direito da mesma página, cercado por demarcação, coloca-se texto, com base em material da AP, sob a chamada “Festajaron en Copacabana el Anuncio de la Renuncia”. Se Copacabana simboliza, para um olhar estrangeiro, e mesmo nacional, um certo *espírito* do Brasil, é extraordinariamente significativa, como potencial legitimação do golpe em processo, a *notícia* assim constituída no centro dos *acontecimentos*:

[...] la noticia del derrocamento del régimen del presidente João Goulart creó esta noche ambiente de carnaval en el distrito de Copacabana. Desde las ventanas de los altos edificios la gente agitaba sábanas, toallas blancas y pañuelos. ‘Ahora nos toca a nosotros’, gritava la gente en las calles. ‘Viva Lacerda’. En la Avenida Atlántica de la playa y en la Avenida de Copacabana, la principal calle comercial del distrito, se reunieron centenares de automovilistas que tocaban las bocinas de sus vehículos. Otros millares de ciudadanos paseaban por la calle agitando banderas y emitiendo gritos de alegría. Desde lo alto de los edificios, los vecinos lanzaban nubes de papel picado de múltiples colores.

A página que se segue é composta por material das agências com teor supostamente favorável ao governo em resistência, compondo o equilíbrio informativo antes mencionado, o qual, ao sublinhar a *objetividade* do discurso jornalístico, mais reforça o potencial político das *notícias*, na direção em que vimos aqui discutindo. A página é encabeçada pela manchete “Goulart Resistirá en Porto Alegre” (*Clarín*, 2 de abril de 1964, p. 3) sob a qual põe-se o texto introdutório em destaque:

[...] el presidente y su familia salieron esta noche en avión desde el aeropuerto militar de Brasilia con destino a Porto Alegre, donde su cuñado Brizzola (sic) tiene bajo su control al Tercer Ejército.

E segue: “Al tomar el avión, Goulart prometió que ‘luchará hasta la muerte para defender su mandato como presidente’”. Seria a última vez em que a imagem de um Goulart enérgico e decidido na defesa de seu governo apareceria nas páginas do *Clarín*. E de todos os jornais do mundo que optaram pela utilização do material da AP assim composto.

Favorecendo ainda a Goulart, o *Clarín* destaca no canto superior direito, encerrada em marcação pontilhada, a mensagem presidencial, em material da ANSA, na qual o primeiro mandatário brasileiro reafirma sua intenção de opor resistência ao golpe, bem como sublinha os projetos de reforma de seu governo e sua filiação democrática e cristã. Abaixo, em destaque, as ações de Brizola, anunciando em cadeia de rádio a fuga do governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, da capital do Estado, o controle legalista do III exército, a mais poderosa divisão do país. O cunhado do presidente aparece igualmente realizando comício, no qual solicitava voluntários para a defesa armada do governo e instava os sargentos a deter os oficiais em todas as guarnições do país, seguindo o exemplo da quinta divisão de cavalaria de Bagé (RS). Considerando-se a imagem já amplamente consolidada na grande imprensa de um Brizola “comunista” e “agitador”, a matéria, pondo o deputado pela Guanabara no comando prático da resistência,

certamente pode ter tido um efeito dramaticamente contrário à continuidade da ordem constitucional no Brasil, ao menos para certo público leitor argentino.

Em meio a tais notícias, compostas e distribuídas com base em material das agências, o *Clarín* posiciona em grande destaque o texto de seu enviado especial, Luis Sciutto, com título que encabeça totalmente a página: “Rio: una Ciudad en Confusión” (*Clarín*, 2 de abril de 1964, p. 4). Situando pessoalmente a análise a partir de impressões sombrias de uma chuvosa Rio de Janeiro, cuja população seria “la parte viva, tangible, de esta tragedia”, o autor trata de definir para seu público leitor argentino o que seriam os dois “bandos” em confronto na crise brasileira: por um lado,

[...] los que exigen imperiosamente la destitución de Goulart bajo la doble acusación de violar la Constitución y actuar bajo la influencia comunista; por el otro, los que se apoyan – o los que dicen apoyarse – en las legiones populares a las que el ascetismo, el desalliento y, por qué no decirlo, la desesperación, colocaron en evidente posición hacia la izquierda”.

O aparente caráter descritivo dos termos sumários da pugna assim posta não esconde, antes revela sem afirmar – o que potencializa sua provável performance – que um dos lados tem acusações diretas a apresentar; o outro constitui-se a partir de um apoio, que de resto poderia ser somente retórico, em massas populares difusas e “desesperadas”, jogadas irracionalmente, em virtude deste desespero, para certa posição política, a qual, exatamente, compõe a acusação dos primeiros... Os termos recorrentes do discurso anticomunista latino-americano aí estão, sem explicitarem-se na análise jornalística do autor, cujo texto sempre busca a condenação, tão somente, da *situación* conflitiva como um todo.

Essa direção sutil de uma provável leitura do texto é reforçada quando o autor relata a seu público o que chama de guerra radiofônica. Como só lhe fora possível ouvir a governista Rádio Nacional, Sciutto afirma que até a metade do dia anterior, a vitória de Goulart parecia certa pelos informes e manifestações que ali se ouviam. À medida, porém, que o presidente se vira forçado a deixar a antiga capital federal, “poco menos que en plán de fuga”, seus apoiadores teriam se tornado progressivamente violentos nas manifestações radiofônicas:

[...] las emisiones radiales transmitidas desde el palacio de Jango Goulart perdieron censura y se manifestaron rápidamente furibundas. Como elementos sitiados en una fortaleza y convencidos de que la resistencia es imposible los informes de Radio Nacional fueron aumentando la violencia de sus ataques. A las 14:30 se escucharon cosas como éstas: ‘Es esta una lucha de las izquierdas contra las derechas, una lucha de liberación nacional sin conciliación posible, porque en ella se enfrentan los que quieren la justicia social contra los que quieren mantener sus privilegios’.

O texto diz, sem absolutamente explicitar, que, à medida que o conflito se agudizava e Goulart perdia o controle direto sobre suas forças de apoio, o caráter *comunista* – ou *populista* ou anticonstitucional de alguma forma, ao gosto potencial de uma certa comunidade de leitores - destas forças se revelava por inteiro em sua violência política, excludente de qualquer conciliação.

E, em tom levemente irônico e sempre sem julgamento explícito de méritos ou conteúdos políticos das forças em contenda, o autor trataria de lembrar a seu público a similitude das conjunturas brasileira e argentina:

[...] para quien llega de Buenos Aires, no puede sorprenderle ni la guerra radiofónica, ni el despliegue de carros de guerra por calles y avenidas. Estábamos tan familiarizados con este tipo de entretenimiento que periódicamente se ofrecía a nuestros conciudadanos, que (...) hallamos una gran similitud fraterna entre aquellos denominados planteos y este grave trance.

A aparente leveza formal e o tom irônico do texto reforçam notavelmente a possível atuação política do discurso jornalístico, no sentido de colocar a situação crítica no país vizinho como espelho para “democracia tutelada” argentina, na qual o peronismo em suas faces partidária e sindical seguiam em atuação, não obstante a proscrição legal e o exílio do líder maior, ou mesmo como uma naturalização dos golpes de Estado, em uma certa imagem da América Latina como um todo.

Na edição de 3 de abril, o *Clarín* noticiava ao público argentino o desenlace inicial da crise no país vizinho. A primeira página era totalmente encabeçada pela manchete “Fue Deposto Goulart” (*Clarín*, 3 de abril de 1964, p. 1), vindo abaixo, juntamente com radiofoto da AP, na qual Mazzili recebe cumprimentos pela posse no Congresso, os textos introdutórios das matérias que estariam presentes em seis páginas internas. Neles informa-se que Goulart estaria em paradeiro desconhecido no estrangeiro e que fora decisiva a adesão do III Exército à “revolução”, termo que aparece pela primeira vez, ao menos nas edições aqui examinadas. A página seguinte, que abre a série de matérias sobre a queda do presidente brasileiro, novamente por coincidência ou não, confere destaque de chamada para uma grande comemoração carioca (brasileira?) em torno do desenlace da crise. A manchete que encabeça a página refere: “Brasil: Al Triunfar la Rebelión Joao Goulart Dejó Porto Alegre”. E logo: “En Río, un millón de Personas Aclamó su Caída” (*Clarín* 3 de abril de 1964, p. 2). O texto, com base em material da AP, repete a descrição de um grande júbilo popular:

[...] más de un millón de alborzados brasileños recorrió hoy las calles principales de Rio de Janeiro, en tumultuosa celebración por la caída de Goulart, y de la vitoria de los dirigentes políticos y militares que actuaron para impedir lo que calificaron como una ocupación estilo Cuba. La multitud fue la mayor que se ha visto en Rio de Janeiro en cualquier acto político, y colmaba diez quadras de la Avenida Rio Branco. [...] Lo más impresionante era el enorme número de banderas brasileñas. Uno de los grupos de manifestantes llevaba un retrato del presidente Kennedy y un emblema de la cooperación brasileña-norte-americana en la Alianza para el Progreso. [...] En un punto de la demostración cerca de veinte cuadras estaban completamente ocupadas por la gente. Algunos cálculos hicieron ascender el número de la multitud a dos millones de personas.

A construção *verossímil* dos *acontecimentos* assim posta parece emoldurar o desfecho do golpe no Brasil com um respaldo popular a ser avaliado – ou não – pelos leitores argentinos, e dos demais jornais do mundo que recepcionaram o material da AP. A cobertura da mesma edição confere

destaque, sempre com base em material das agências, ao respaldo do governo e da grande imprensa, base da ideologia da *Opinião Pública*, dos Estados Unidos à deposição do presidente constitucional brasileiro. O conjunto do material informativo a respeito é encimado pela manchete: “EE. UU. Robustecerá sus Relaciones con Brasil” (*Clarín*, 3 de abril de 1964, p. 4). A seguir, reproduz-se parte da mensagem do presidente Johnson, cumprimentando Ranieri Mazzilli e apontando para um rápido estreitamento das relações de amizade e cooperação bilaterais. As opiniões dos principais jornais estadunidenses são igualmente reproduzidas e dentre elas parece emblemática, em muitos sentidos, a do *New York Times*:

[...] una vez más el Ejército está demostrando que es el árbitro de la situación política brasileña. João Goulart es y fue siempre hombre de izquierda. Se le podía calificar de socialista de salón. Su más grande desventaja es la ineficacia sin remedio que há demostrado. Sus enemigos no pueden probar que quiso hacer pasar a Brasil al campo comunista, pero sí que llevó el país al caos.

Nota-se, pois, que as matérias *informativas* que constroem o desfecho da crise brasileira como *acontecimento* no *Clarín* – e, de resto, em inúmeros outros órgãos da imprensa empresarial latino-americana, inserida, como tal, no fluxo internacional de informações via agências – constituem potencialmente variados sentidos para o golpe de Estado: como fato respaldado por boa parte da população e, no jogo internacional da Guerra Fria, conduzindo o país a relações privilegiadas com Washington, para além do afastamento, já longamente requerido, de um presidente inapto e sujeito ao controle de forças políticas que pensava controlar. Uma indiscutível *verossimilhança* de tal mundo possível, consubstanciada pelo discurso jornalístico moderno, é, como aqui se discute, precisamente o fundamento maior de uma legitimação da solução autoritária, ao menos para certa parcela do público habilitada a uma leitura com base nos princípios mais ou menos explícitos do conservadorismo anticomunista de variados matizes de um certo mundo referencial.

Todavia, se o discurso jornalístico assim posto pode ser uma instância poderosa de construção e difusão de sentidos para a solução autoritária da crise brasileira, como um momento político supostamente de transição ou mesmo de depuração anticomunista - talvez como paradigma para crises análogas no cenário sul-americano, particularmente argentino - este mesmo discurso é, pela natureza institucional da instância que o produz e veicula, absolutamente inconciliável com o estabelecimento de uma nova *ordem*, de caráter ditatorial, que tenda a violar, pela censura e repressão extra legal sistemáticas, em longo prazo, o ordenamento básico do Estado de Direito, essencial para a própria existência institucional da grande imprensa moderna, em seu *liberalismo profissional* como fundamento discursivo básico. Não é de estranhar, pois, que boa parte da grande imprensa, no Brasil e na Argentina, a qual, direta ou indiretamente, constituiu sentidos explicativos e legitimadores para as rupturas institucionais ali postas como transitórias e *depuradoras*,

em 1955, 1964, 1966, para exemplificar, diante da conformação de regimes autoritários de longo prazo, passou a ostentar, mais ou menos rapidamente, posição francamente opositora a estes, sofrendo os efeitos em larga escala dos sistemas de censura e repressão, como largamente sabido, e constituindo-se posteriormente em ator fundamental nas chamadas *redemocratizações*.

Nessa direção, é emblemático o posicionamento do enviado especial do *Clarín* ao Brasil. Em seu primeiro texto diante do desfecho da crise que viera cobrir, na edição de 3 de abril, Luis Sciutto reafirma os termos fundamentais da construção de sentido para o golpe. Novamente *culpa* fundamentalmente Goulart, conferindo-lhe inaptidão, descontrole de suas bases de apoio excessivamente à esquerda e possível iniciativa golpista em seus derradeiros momentos na presidência, sem deixar de sugerir analogia com a situação argentina:

[...] enfrentando a Carlos Lacerda, el hombre de derecha, y apoyado por Leonel Brizzola, exaltado izquierdista teórico y además su cuñado, Jango se refugió en Porto Alegre. Se montó paralelamente una ficción de CGT, con su secretariado de profesionales que alardeaban de tener el movimiento obrero en sus manos (los argentinos conocieron este juego). Algún inspirado consejero ideó la locura de los marineros y de los sargentos. Trabajando con elementos tan endebles, Jango jugó y perdió. [...] A esta hora [...] ya habrá atravesado la frontera. Brasil con su nuevo presidente declara su libertad recuperada y su democracia restablecida. La Libertad y la Democracia: siguen siendo bellas palabras.

A frase final indicava as apreensões do autor-jornalista com os primeiros sinais de uma ordem que parecia surgir da tão bem *justificada* ruptura: o controle militar do Executivo e a ditadura. Na edição do dia seguinte, *Clarín* apresentava matéria com texto de seu enviado especial, a qual informava, em manchete, que “Oficiales de las Tres Fuerzas Exigen que se Nombre a un Presidente Militar” (*Clarín*, 4 de abril de 1964, p. 3). Em seu texto de análise da mesma edição, Sciutto, diante dos primeiros sinais da ditadura, apela para um nome que lhe parece essencial para conferir uma boa direção à ruptura institucional pela qual *culpara*, como praticamente toda a imprensa empresarial na Argentina e no Brasil, a Goulart, “más un soñador que un gobernante” (*Clarín*, 4 de abril de 1964, p. 4). O nome salvador vinha na chamada da matéria: “En la Hora de Kubitschek”. Apesar dos maus sinais, o autor ainda mostrava confiança em lideranças, que reputava democráticas, simbolizadas pelo ex-presidente, para efetivar o caráter transitório da ruptura, o que não deixa de dar uma certa continuidade à construção de sentidos para o golpe.

Todavia, na edição de 5 de abril, em seu penúltimo texto desde o Rio de Janeiro (o último seria uma extensa entrevista exclusiva com Juscelino Kubitschek, publicada na edição seguinte), o enviado do *Clarín* parece já perder esperanças com o rumo da situação brasileira, antecipando notavelmente um tipo de racionalização que tardaria ainda meses, ou anos, para aparecer de forma hegemônica na imprensa empresarial, no Brasil e na Argentina:

[...] pero apenas se disiparon las nieblas de la confusión de tras de cuyos celajes cada actor emboscó sus intenciones, queda claro que Brasil, con el pretexto de la amenaza comunista, va camino de organizar un gobierno fuerte ejercido por militares, disfrazado de constitucionalidad y de duración

sin término de tiempo. Políticos, intelectuales de las camadas arcaicas y periodistas de la máxima influencia en el sector de la victoria democrática que celebra Brasil, piden hoy la dictadura. Lo piden en otros términos: ‘todo el poder al ejército’, para que el gobierno que suceda al de Goulart esté libre de influencias políticas. Y la democracia, en cuyo santo nombre se hizo la revolución?

A manifestação do enviado especial assim fixada no *Clarín* explicita o *liberalismo profesional* do campo e não deixa de representar as formas complexas e contraditórias das muitas formas de atuação da imprensa empresarial no espaço público contemporâneo da América Latina.

***Primera Plana*: o Novo Jornalismo Apresenta o Golpe no Brasil**

Fiel às características inovadoras do Novo Jornalismo, que de muitas formas implantava na Argentina, o semanário dirigido por Jacobo Timerman enviara ao Rio de Janeiro, no final de março de 1964, um de seus chefes de redação, o já consagrado jornalista Luiz E. Gonzáles O’Donnel, para realizar entrevista exclusiva com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Por feliz coincidência jornalística, portanto, *Primera Plana* contava no Rio de Janeiro com um de seus mais marcantes e talentosos redatores, desde a semana anterior ao golpe de Estado, que será assim assistido e reportado *in situ* por O’Donnel. A seção “Carta al Lector”, redigida por Timerman e que se constituía em guia de leitura do exemplar, destacava:

Luis Gonzáles O’Donnel se hallaba en Rio de Janeiro celebrando una larga entrevista exclusiva con Carlos Lacerda, uno de los hombres más discutidos de Brasil e importante promotor del derrocamiento de Goulart, como antes había sido el eficaz autor del derrumbe de Vargas y la renuncia de Janio Quadros. [...] La actualidad mundial vista por ojos argentinos iba llegando así a los lectores de PRIMERA PLANA (*Primera Plana*, 14 de abril de 1964, p. 4).

Certamente em atenção ao advento do golpe no país vizinho, a chamada para a longa entrevista com Lacerda ganhará a capa da referida edição de número 75, a segunda após o golpe no Brasil, que estampava a manchete: “Carlos Lacerda el hombre que derrocó a tres presidentes” (Idem) – ao lado de reprodução solene em *bico de pena* do busto do governador, com rosto crispado e olhar grave direcionado ao horizonte. O texto de O’Donnel, mostra-se de agilidade vibrante, recheado de metáforas e alusões vivas a variados aspectos de mundos de referência do público a que se destina, na construção das imagens cruzadas de protagonistas e figurantes na cena do *acontecimento*. É associado eventualmente ao texto da redação que apela ao discurso acadêmico de intelectuais-especialistas, em operação aqui chamada de verificação, para legitimar e objetivar racionalizações e considerações conclusivas, no melhor estilo jornalístico, enfim, de *Primera Plana*. Ter-se-á assim a construção de um mundo possível no qual o golpe no Brasil será posto para o leitor argentino na condição de referencial *fático* – e em parte paradigmático – da solução autoritário-modernizadora para a crise, sempre compatível, como se vem insistindo, com o *liberalismo profesional* do campo.

Nessa perspectiva, a cobertura de *Primera Plana* dos acontecimentos do começo de abril de 1964 no Brasil será aqui examinada em três unidades de análise complementares e entrecruzadas, mobilizando aspectos referenciais e fáticos: a imagem do Brasil construída em perspectiva histórico-sociológica frente àquela da Argentina; as diversas formas de culpabilização do regime deposto e o caráter do golpe, associado a seus protagonistas e supostas situações condicionantes.

A imagem do Brasil em *Primera Plana* é de um país com problemas históricos tão grandes quanto sua dimensão territorial. O caráter crônico de tais problemas conduziu a um estado presente de gravidade extrema, próxima ao caos, a exigir medidas de corte profundo e excepcional de sentido incerto, mas com cuja necessidade todos os setores políticos e sociais aparecem de acordo. Todavia, para tal exigência não se mostravam aptas as elites políticas postas como tradicionais, que se confrontavam e se articulavam no interior de um jogo que parecia, segundo a imagem construída, fechar-se em regras peculiares e em objetivos autocentrados, de conquista e preservação de nichos de poder, rigorosamente intrassistêmicos e sem canais efetivos de relação concreta ou eficaz com o conjunto da esfera social. Nesta, os diferentes grupos e fatores reais de poder surgem na construção discursiva padecendo de extremada descrença e afastamento em relação àquele mundo político, sempre caracterizado pela ideia central de “jogo” destituído de efetividade e eficácia concretas.

É assim que, em texto introdutório ao primeiro informe de Luis Gonzáles O’Donnel sobre a situação imediata do pós-Golpe no Brasil para a seção *El Mundo* e sob a manchete “Brasil: Siguen sin Solución los Problemas”, afirma a redação de *Primera Plana*: “desde hace vários años, Brasil es un enorme cuerpo enfermo que no logra resolver sus problemas económicos y sociales” (*Primera Plana*, 7 de abril de 1964, p. 12). Já no primeiro parágrafo do texto de O’Donnel, emerge a caracterização do Brasil como “un país que, por su extensión y la dispersión de centros de poder, por tensiones étnicas y la espantosa miseria del pueblo es llamado a menudo ‘China de América’”. A cidade do Rio de Janeiro é incluída de modo privilegiado no painel de atraso e miséria, operando no texto como palco mais concreto para o cenário brasileiro do golpe: “durante los cuatro días de casi incruentas operaciones, llovió sobre la tenebrosa Rio de Janeiro, algunos de cuyos Barrios se alunbran con velas” (*Primera Plana*, 7 de abril de 1964, p. 15).

Enquanto a intervenção militar produzia no mundo político uma ruptura cujo sentido frente à crise socioeconômica ainda estava por esboçar-se, o texto de *Primera Plana* de várias formas constrói a imagem de uma população que a tudo assiste, de forma tão distanciada e passiva quanto cética, relativamente a possíveis resultados concretos, fossem positivos ou negativos, confirmando um cenário que, como se viu, já fora estampado no *Clarín*. Nesse sentido, sustenta O’Donnel para o público argentino de *Primera Plana* que, enquanto se processava o golpe de Estado,

[...] la población del país, de 70 millones, estaba evidentemente embargada en la atención de problemas más apremiantes, como, por ejemplo, allan el modo de procurarse diariamente el plato de arroz con frijoles que permitiera sobrellevar el proceso inflacionista más agudo registrado actualmente en el mundo”. E conclui o quadro: “el pueblo, por tanto, no tenía voluntad para leer periódicos ni para apasionarse con las fintas de un Parlamento que – trasladado a medias a Brasília hace cuatro años – habita lujuriosas selvas de la Goiania, lejos de las principales ciudades.

Note-se, nessa direção, o enviado especial e chefe de redação de *Primera Plana* compondo o contraste entre o que considera como jogo político tradicional brasileiro e a suposta visão popular:

[...] los caudillos políticos y militares del Brasil gustan de abrumarse mutuamente con formidables amenazas, pero terminan negociando. ‘Fogo de palha’, decían los mulatos, levantando la mirada socarrona hacia el cielo.

Nas classes média e alta, faz crer o repórter, igualmente dominaria o mesmo estado de espírito, de ceticismo e distância calculada, em relação aos acontecimentos do universo político. Aqui o discurso apela para a estratégia típica do Novo Jornalismo, de dar voz aos figurantes cariocas, elementos postos como tipificadores da cena brasileira. Desse modo:

Jango quiere meter medo a Juscelino – opinó el sábado 28 de marzo, en Rio, Marilu Novais, una vendedora de tienda, mientras metía la cabeza en un secador de cabello en la peluquería, preparandose para el baile de la noche – después siempre se arreglan.

Na mesma direção, traços da imagem cotidiana de um chuvoso Rio de Janeiro enquanto se dava o golpe:

[...] poca gente circulava por las calles. En las esquinas, ‘garotos’ y ‘meninhas’ (sic) (muchachos y chicas) suspendían, por momentos, ancestrales juegos eróticos para escuchar sus rádios a transistores. De veras iban a chocar las tropas? La mayoría de los transeuntes se mostraban escépticos. ‘Fogo de palha’, repetían al unísono y, mientras caía, lenta, la llovizna, sentenciaban: ‘Paja mojada no enciende fuego’.

O’Donnel trataria ainda de criar breve narrativa, talvez completamente ficcional, como requer o estilo, para constituir poderosa imagem jornalística evocando um mundo possível das classes altas brasileiras no qual assoma o acontecimento do golpe de Estado. O cenário é uma mansão em Copacabana, na noite em que chegara ao Rio a notícia de que Jango deixara Brasília em direção ao Rio Grande do Sul e Lacerda fora à TV portando ostensivamente uma arma de fogo. Ocorria ali uma festa, aparentemente habitual, na qual “bohémios de classe alta apuraban la controversia ideológica entre vasos de whisky”. Comenta, não sem fina ironia, O’Donnel: “‘el comunismo intelectual’ cosecha abundantes prosélitos en ese sector. Pero ahora estaban atónitos, perplejos. Qué pretendia Jango? No habia ido demasidamente lejos?’. E segue a narrativa, cheia da voz de seus personagens:

‘Jango es un genio político’, porfiaba todavía una joven señora con lágrimas en los ojos. ‘Fascinerosa, bolchevique!’, le gritava su suegra, sacando a relucir un escapulario. Hijo de la una y marido de la outra, el dueño de casa asumió el papel de cínico: ‘esto me hubiera encantado veinticinco años antes;

ahora tengo treinta y cinco, gano bien, cambio el coche cada dos años; la revolución social me parece una bellaquería'. Bostezó y se fué a dormir. El grupo se traslado a otro lugar para seguir bailando hasta la madrugada.

Assim, por intermédio da pena habilidosa nos jogos de estilo do Novo Jornalismo, notadamente na criação das imagens contrastantes fato-cotidiano, compunha-se para o leitor argentino a imagem de uma país em crise, com graves problemas estruturais, a exigir transformações profundas e eficientes em diversos planos da vida nacional, com um povo descrente ou afastado, de diversas formas, do jogo tradicional da elite política. Dessa composição essencial se extrairá um mundo possível contendo o sentido e a natureza do golpe de Estado, bem como as racionalizações das supostas culpas e erros de cálculo do governo deposto.

Essa imagem do país e dos diversos segmentos de sua sociedade na relação com a esfera política será complementada na edição de 21 de abril de *Primera Plana*, na qual se somarão aos textos anteriores de O'Donnell - repletos de metáforas, narrativas semi-ficcionais e referências supostamente cotidianas - interpretações acadêmicas da realidade brasileira, na operação de verificação do discurso jornalístico, discutida anteriormente.

Refere, nesse sentido, o texto de *Primera Plana* que:

Brasil es – en mas de sus dos terceras partes – un país estructuralmente conservador, en lo económico y en lo social. Es una idea muy difundida entre los sociólogos y economistas brasileños describir a Brasil como 'dos países dentro de las fronteras de uno solo' (*Primera Plana*, 21 de abril, p. 12).

Adotando assim a perspectiva acadêmica “dualista” de análise científica da realidade socioeconômica brasileira, para em seguida reforçar, a partir dela, a legitimidade de sua posição acerca da natureza do golpe de Estado no país, o texto faz referência a obras de autores então consagrados. Dentre estes, Celso Furtado, posto na condição insuspeita para as conclusões do texto como “teórico goularista”, o latinoamericanista francês, Jacques Lambert, sobre quem se destaca o fato de haver residido muitos anos no Brasil, Franklin de Oliveira e o então pesquisador da Universidade de São Paulo, Juarez Rubem Brandão Lopes. A este último, *Primera Plana* dá diretamente voz, citando artigo recentemente publicado pelo autor na revista brasileira *Senhor*. Destaca assim *Primera Plana*, apoiada em Brandão Lopes, a convivência de dois países em um só:

[...] un Brasil nuevo constituido principalmente por grandes ciudades [...] incrustado en una estructura social arcaica, constituída principalmente por toda el área restante, incluidas también las pequeñas ciudades tradicionales del interior del país.

A partir da indagação sobre como pensaria e viveria esse “Brasil arcaico”, o texto se vale novamente, em clássica operação verificadora do discurso jornalístico, da autoridade acadêmica de Brandão Lopes para registrar, em tom weberiano, que “esencialmente se trata de una estructura paternalista, de poder y autoridad no racional, sino tradicional”. Difunde-se desse modo em

linguagem jornalística a tese sociológica clássica, segundo a qual, nesse mundo arcaico, o caráter essencial das relações do *povo* com as elites seria pessoal e paternalista.

Primera Plana evoca assim a autoridade genérica e potente de “los estudiosos brasileños” para veicular tese associada àquela, e não menos clássica, pela qual se sustenta que:

[...] casi todos los contenidos psicológicos de esa estructura 'nacional' 'paternalista' han sido trasladados, en buena medida, aun a la vida de las grandes ciudades modernas, a las islas de riqueza y progreso.

A partir dessa base de legitimidade fornecida pelas teses acadêmicas acerca do assim posto “populismo” brasileiro, o discurso jornalístico da revista argentina pode enfeixar a racionalização sobre a “passividade” diante do golpe, apresentada mesmo pelos grupos aparentemente mais comprometidos com o regime deposto:

[...] también en los sindicatos y en las izquierdas, entre los sargentos rebeldes y entre los obreros de la moderna industria de San Pablo, la conducción y la estructura del poder son paternalistas: cuando Goulart y los amos izquierdistas fueron derrotados, las masas, sencilla y desinteresadamente, como los vasallos que e la edad media contemplaban los combates entre caballeros, se abstuvieron de tomar partido activamente y terminaron por aclamar a los nuevos amos.

Deriva daí um mundo possível em que se situa o “erro” político essencial cometido pelo governo deposto, o qual não teria residido absolutamente no ímpeto reformista em si:

[...] el básico error de Goulart, lo que echó por tierra con su régimen y lo condenó al exilio, fue la intenciona de romper las reglas del juego político entre las minorías dirigentes: algo así como llamar a los vasallos a empuñar armas y tomar partido en el torneo. Por cierto, ni las otras minorías ni, en lo íntimo, los mismos vasallos pudieron perdonárselo.

Na mesma raiz explicativa encontra-se, então, a caracterização da natureza do golpe como uma saída “realista, conservadora, mas não reacionária”, para a crise estrutural e conjuntural do Brasil e, possivelmente, como única possibilidade real de implantação de reformas necessárias de longo alcance social – sem ineficazes e equivocadas formas de mobilização política - ou ao menos de uma depuração prévia da ordem política para tanto. Desse modo, a intervenção das Forças Armadas ocorreria “para restablecer las reglas del juego o, lo que en terminos de ciencia política es equivalente, para *conservar* la constitución real del Estado, ya que no la constitución escrita” (grifo no original).

Note-se o caráter essencialmente formal conferido à Constituição escrita, posta diante de uma suposta realidade nacional profunda, a ser levada em consideração por qualquer projeto que se pretendesse eficaz diante da igualmente profunda “crise”. Sem dúvida, a situação brasileira assim constituída como notícia internacional, para o público argentino de *Primera Plana* concorreu para reforçar de modo significativo um mundo possível no qual se sobressaía a potência da solução autoritário-modernizadora preconizada pelo semanário, conforme discutido.

Nessa direção, O'Donnel já havia explicitamente referido, em texto da edição anterior, que, nos novos rumos da ordem política brasileira, “los generales tendrán la última palabra”. Entretanto,

[...] lo que se puede vaticinar es que en la política y en el Ejército tunfará quien encarne nuevamente el nacionalismo brasileño y la conciencia de una inevitable reforma social. Pero que no se equivoque sobre la forma y el momento de hacer las cosas” (*Primera Plana*, 7 de abril de 1964, p. 15).

O discurso poderia perfeitamente referir-se à Argentina de Arturo Illia.

Diante do que denomina “desconfiança ideológica” que o novo regime brasileiro despertava em parte da imprensa internacional, sobretudo latino-americana, bem como frente ao que caracteriza como “las más extremas interpretaciones para juzgar a la revolución [brasileira]” – desde a Rádio Moscou, que falava em “nazismo brasileiro” até a revista *Time*, que saudava a “revolta contra o comunismo” –, *Primera Plana* dará visibilidade à fala e a uma certa caracterização da figura de Humberto Castelo Branco, sempre construindo o sentido da ruptura institucional brasileira como saída “realista, conservadora e não reacionária” para uma crise com raízes profundas.

Nesse sentido, confere-se grande destaque ao fato de o marechal brasileiro ser “uno de los pocos jefes militares latinoamericanos que en la Segunda Guerra Mundial pelearon contra los nazis”. Torna-se visível, de igual forma, parte destacada da manifestação pública de Castelo Branco, feita a 15 de abril, na qual o marechal referia que “nos consta que el remedio a los males de la extrema izquierda no será, sin duda, hallado en el refugio de una extrema derecha reaccionaria” (*Primera Plana*, 21 de abril de 1964, p. 12).

O entrecruzamento de falas e imagens de figuras protagonistas, diretamente envolvidas no acontecimento noticiado, com imagens e falas de “pessoas comuns”, imersas em ações cotidianas, associado à mobilização legitimadora do discurso acadêmico vão compondo o notável painel jornalístico no qual o Golpe, como acontecimento, encontra pleno sentido ao ser inserido em um mundo possível nacional. *Primera Plana* constituía a atualidade brasileira, assim como o fizera *Clarín*, como um grande espelho para a Argentina, ainda que com distorções inevitáveis de imagens.

Referências bibliográficas

Acosta, Marina. “La Modernización del Periodismo Gráfico em Argentina Durante las Décadas del Sesenta y Setenta. Los Casos de Primera Plana, La Opinión y Crisis”. *Revista Académica de la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social*, n. 90 (2015).

Aelo, Oscar H. e Branda, Pablo P. “La Revolución Cubana en el Diario Argentino *La Nación*. Euforia, Decepción, Condena (1959-1962)”. *Estudios Ibero Americanos*, 35, n. 2 (2009): 105-126. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2009.2.4046>

Alsina, Miquel R. *A Construção da Notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bandeira, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

- Bernetti, Jorge Luis. “El Periodismo Argentino de Interpretación en los Años 60 y 70. El Rol de *Primera Plana* y *La Opinión*”. IV Congreso ALAIC, Recife, Brasil, setembro de 1998.
- Cavlak, Iuri. “As Relações entre Brasil e Argentina no Início da Guerra Fria”. *História: Debates e Tendências*, 6, n. 2 (2007).
- Cavarozzi, Marcelo. *Autoritarismo y Democracia (1955–2006)*. Buenos Aires: Ariel, 2009.
- Chalaby, Jean. “O Jornalismo Como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o Desenvolvimento do Jornalismo Francês e Anglo-Americano (1830-1920)”. *Mídia & Jornalismo*, 3 (2003): 29-50.
- Charaudeau, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2013.
- De Riz, Liliana. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- Díaz, Marcela. “Industrias Culturales y Formas de Identificación Política. *Primera Plana* y su Rol en la Caída de Illia”. Em *El Gobierno de Arturo Illia y la Restauración Institucional: Las Relaciones Económicas Internacionales y la Crisis de Gobernabilidad, 1963-1966*, org. Maria de Monserrat Llairo. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.
- Donghi, Tulio H. *La Democracia de Massas*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- Gambini, Hugo. *Historia del Peronismo: La Violencia (1956-1983)*. Buenos Aires: Vergara, 2008.
- Gringauz, Lucrecia e Settani, Sebastián. “Un modesto galeno pueblerino. la construcción de la figura de Arturo Illia en Clarín y La Nación”. *Question/Cuestión*, 1, n. 18 (2008).
- Hall, Stuart. “A redescoberta da ideologia: o retorno do recalcado nos estudos de mídia”. Em *Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia*, org. Ana Paula G. Ribeiro e Igor Sacramento, 279-329. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- Longhi, Raquel R. e Silveira, Mauro C. “A convergência de linguagem nos especiais do Clarín.com”. *Revista de Estudos da Comunicação*, 11, n. 25 (2010): 157-166. <https://doi.org/10.7213/rec.v11i25.22338>
- Míguez, Maria C. “La Sociedad Rural Argentina y el Golpe de Estado de 1966: el Accionar Político de una Corporación Económica”. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, 3, n. 6 (2014): 20-39.
- Míguez, Maria C. “La Unión Industrial Argentina y el Gobierno de Illia. Los Sectores Civiles y el Golpe de Estado de 1966”. *H-industri@*, 9, n. 17 (2015): 64-91.
- Paradiso, José. *Um Lugar no Mundo: A Argentina e a Busca de identidade Internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Pandolfi, Rodolfo e Gibaja, Emilio. *La Democracia Derrotada: Arturo Illia y su Época*. Buenos Aires: Lumiere, 2008.
- Piñero, Elena T. “Medios de Comunicación y Representación Política: el Caso de Primera Plana (1962-1966)”. *Temas de Historia Argentina y Americana*, n. 1 (2002).
- Potash, Robert. *El Ejército y la política en la Argentina, 1962-1973*. Buenos Aires: Sudamericana, 1994.
- Rapoport, Mario e Laufer, Rubén. “Os Estados Unidos Diante do Brasil e da Argentina: os Golpes Militares da Década de 1960”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43, n. 1 (2000): 69-98. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100004>
- Romero, Luis A. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- Sánchez, Pedro. *La Presidencia de Illia*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
-

- Scenna, Miguel. *Argentina-Brasil. Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1976.
- Schudson, Michael. *Descobrimdo a Notícia: Uma História Social dos Jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Scirica, Elena. “Proscripción, Modernización Capitalista y Crisis. Argentina (1955-1966)”. Em *Historia Argentina Contemporánea: Pasados Presentes de la política, la Economía y el Conflicto Social*, org; Mabel S. Scaltritti *et al.*, 213-250. Buenos Aires: Dialektik Editora, 2008.
- Senkman, Leonardo. “La Derecha y los Gobiernos Civiles, 1955-1976”. Em *La Derecha Argentina: Nacionalistas, Neoliberales, Militares y Clericales*, org. David Rock *et al.*, 275-320. Buenos Aires: Vergara, 2001.
- Sigal, Silvia. *Intelectuales y Poder en Argentina. La Década del Sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- Sodré, Muniz. *A Narração do Fato: Notas para Uma Teoria do Acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Spinelli, Maria E. “La construcción del Frente Nacional en la Argentina post-peronista, 1955-1958. ¿Una estrategia electoral o un proyecto político modernizador?”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 3, n. 1 (1992): 93-108.
- Spinelli, Maria E. “Ideas Fuerza en el Debate Político Durante los Años de la Libertadora, 1955-1958”. *Estudios Sociales*, 24, n. 1 (2003): 61-88. <https://doi.org/10.14409/es.v24i1.2504>
- Thompson, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Taroncher, Miguel A. “Un Caso de Renovación Periodística en la Argentina de los Años Sesenta: La Revista Primera Plana”. *Estudios Ibero-Americanos*, 24, n. 2 (1998): 143-167. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1998.2.27258>
- Taroncher, Miguel A. *La Caída de Illia: La Trama Oculta del Poder Mediático*. Buenos Aires: Javier Vergara, 2009.
- Terán, Oscar. *Nuestros Años Sesentas. La Formación de la Nueva Izquierda Intelectual Argentina, 1956-1966*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1993.
- Traquina, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São Como São*. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.
- Ulanovsky, Carlos. *Paran las Rotativas: Diarios, Revistas y Periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.
- Wolf, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido: 10 de novembro 2021
Aprovado: 17 de fevereiro de 2022

Dossiê: História recente da política externa da América Latina
uma questão de elites?

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.36663>

**Todo o mundo é um palco: viagens de campanha nas eleições presidenciais
brasileiras de 1989**

All the world's a stage: campaign travels in the 1989 Brazilian presidential elections

*Todo el mundo es un escenario: viajes de campaña en las elecciones presidenciales
brasileñas de 1989*

Guilherme Casarões*

<https://orcid.org/0000-0002-8887-6538>

RESUMO: As eleições presidenciais brasileiras de 1989 representam um dos principais marcos da consolidação democrática no país. Como uma das características mais marcantes daquele processo, diversos candidatos passaram períodos consideráveis de campanha fora do Brasil. O que explica esse movimento internacional dos presidenciáveis? Argumentamos que as viagens internacionais realizadas pelos principais candidatos à presidência permitiram-lhes importar para o debate político nacional pautas, ideias e personagens que pudessem legitimar suas próprias agendas, no contexto do ocaso da Guerra Fria, servindo de importante plataforma política. Trata-se de algo particularmente visível no caso da política exterior de Fernando Collor de Mello, um político sem tradições partidárias ou convicções públicas anteriores que pudessem jogar luz sobre aquilo que viria a ser governo em questões internacionais. A partir de fontes primárias e jornalísticas, o objetivo deste artigo é reconstruir a narrativa da corrida presidencial de 1989 a partir das questões internacionais, mostrando como essas ideias, as pautas e os personagens foram incorporadas ao repertório das principais candidaturas.

Palavras-chave: Eleições. Política externa. Nova República. Viagens internacionais. Campanha presidencial.

* Doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas (Programa San Tiago Dantas). É professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e coordenador do Observatório da Extrema Direita. Pesquisa temas ligados à política externa brasileira, extrema direita e nacionalismos religiosos em perspectiva comparada. E-mail: casaroes@gmail.com.

ABSTRACT: The 1989 Brazilian presidential elections represent one of the main milestones of democratic consolidation in the country. As one of the most striking characteristics of that process, several candidates spent considerable campaign time abroad. What explains this international strategy of presidential candidates? We argue that the international trips made by the main presidential candidates allowed them to import agendas, ideas and political figures into the national political debate in such a way they could legitimize their own agendas at home. International travels served as an important political platform at the Cold War's end. This is something particularly visible in the case of the foreign policy platform of Fernando Collor de Mello, a politician without party traditions or previous public convictions that could shed light on what would become government on international issues. Drawing on primary and journalistic sources, the aim of this article is to reconstruct the narrative of the 1989 presidential race from international issues, showing how these ideas, agendas and political figures were incorporated into the repertoire of the main candidacies.

Keywords: Elections. Foreign policy. New Republic. International travel. Presidential campaign.

RESUMEN: Las elecciones presidenciales brasileñas de 1989 representan uno de los principales hitos de la consolidación democrática en el país. Como una de las características más llamativas de ese proceso, varios candidatos pasaron períodos considerables de campaña fuera de Brasil. ¿Qué explica este movimiento internacional de candidatos presidenciales? Sostenemos que los viajes internacionales realizados por los principales candidatos presidenciales les permitieron importar al debate político nacional agendas, ideas y personajes que pudieran legitimar sus propias agendas, en el contexto de la guerra fría, sirviendo como una importante plataforma política. Esto es algo particularmente visible en el caso de la política exterior de Fernando Collor de Mello, un político sin tradiciones partidistas ni convicciones públicas previas que podría arrojar luz sobre lo que sería gobierno en temas internacionales. A partir de fuentes primarias y periodísticas, el objetivo de este artículo es reconstruir la narrativa de la carrera presidencial de 1989 a partir de temas internacionales, mostrando cómo estas ideas, agendas y personajes fueron incorporados al repertorio de las principales candidaturas.

Palabras clave: Elecciones. Política exterior. Nueva República. Viajes internacionales. Campaña presidencial.

Como citar este artigo:

Casarões, Guilherme. "Todo o mundo é um palco: viagens de campanha nas eleições presidenciais brasileiras de 1989". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 88-117.

As eleições presidenciais brasileiras de 1989 representam um dos principais marcos da consolidação democrática no país. Em quase trinta anos, foi a primeira oportunidade que muitos

eleitores tiveram de votar diretamente para escolher seu principal mandatário. O ineditismo do pleito, somado à efervescência do sistema político no contexto da aprovação da Constituição de 1988 e ao sentimento generalizado da necessidade de mudanças, fez com que aquelas eleições fossem não somente recordistas em termos de mobilização eleitoral, mas também em termos de candidatos – 22 no total (Kinzo 2004, 30).

Outro elemento novo da primeira disputa presidencial da Nova República diz respeito ao fato de que diversos candidatos passaram períodos consideráveis de campanha fora do Brasil. Viagens ao exterior não são usuais em corridas eleitorais, salvo em casos bastante específicos, como a busca de apoio ou votos junto a comunidades de nacionais em diáspora – o que não corresponde à realidade brasileira. Curiosamente, no pleito imediatamente anterior, em 1960, o candidato conservador Jânio Quadros, vinculado à União Democrática Nacional, realizou uma inusitada (e controversa) visita ao governo revolucionário cubano de Fidel Castro, consolidando a dimensão anti-imperialista que serviria de base a seu ambicioso projeto da Política Externa Independente (Arquivo Nacional 2019). A diferença, 29 anos depois, é que praticamente todos os principais contendores – Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Paulo Maluf – fizeram do mundo palanque para suas candidaturas.

Essa situação revela um aspecto inexplorado de nossa realidade eleitoral: o eventual uso das conexões internacionais para a formação das identidades políticas em disputa. Apesar de a política externa ter sido, por décadas, assunto secundário – ou mesmo inexistente – no debate presidencial brasileiro (Lopes; Faria 2014), as eleições de 1989 foram marcadas pela recorrente busca de apoio internacional, na forma de associações político-partidárias transnacionais, declarações favoráveis de líderes estrangeiros ou mesmo singelos *photo-ops* com mandatários conhecidos.

O que explica esse movimento internacional dos candidatos à sucessão presidencial de 1989? É razoável dizer que o Brasil vivia, naquela quadratura histórica, uma crise de identidades políticas: o colapso do modelo nacional-desenvolvimentista inaugurado por Getúlio Vargas, somado ao prolongado desgaste político proporcionado pela ditadura civil-militar instaurada em 1964, limitava o raio de ação das principais lideranças nacionais, que não mais poderiam buscar no passado seus referenciais identitários. A opção, portanto, foi olhar para o mundo – e importar, para o debate político nacional, pautas, ideias e personagens que pudessem legitimar suas próprias plataformas, no contexto do ocaso da Guerra Fria. No caso da esquerda, representada por Brizola e Lula, o apelo estava nos movimentos socialistas modernos – respectivamente, a Internacional Socialista europeia, do ex-chanceler alemão Willy Brandt e do presidente francês François Mitterrand, e o novo sindicalismo americano. No caso da direita, representada por Collor e Maluf,

as figuras de grande apelo eram os governantes neoliberais do mundo anglo-saxão, Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Outras figuras prestigiosas da época, como o socialdemocrata Felipe González, premiê da Espanha, e o Papa João Paulo II, foram cortejados por todos os candidatos.

Neste artigo, argumentamos que as viagens internacionais realizadas pelos principais candidatos à presidência serviram-lhes de importante plataforma eleitoral. Trata-se de algo particularmente visível no caso da política exterior de Fernando Collor de Mello, um político sem tradições partidárias ou convicções públicas anteriores que pudessem jogar luz sobre aquilo que viria a ser governo em questões internacionais. Tudo o que o candidato do PRN apresentou ao longo da campanha representava reações – em geral, pouco elaboradas – ao que o *mundo demandava do Brasil* e que eram, em certo sentido, pontos críticos à credibilidade internacional brasileira. Ora apresentando-se com um socialdemocrata europeu, ora vestindo a túnica do neoliberalismo britânico, Collor apropriava-se de *imagens* – mais do que de *ideias* – para fins exclusivamente eleitorais. Mesmo que nunca tenha admitido ir ao exterior buscar apoio político, ao contrário do que fizeram Brizola ou Lula em seus contatos entre os socialistas europeus, o candidato do PRN apresentou-se, às lideranças mundiais, como aquele que poderia conduzir o Brasil no caminho da *modernidade* – oferecendo-lhes, para tanto, propostas relativamente ousadas (embora ingênuas, por vezes) em temas que estavam na crista do debate internacional, como ecologia ou integração regional. Mais do que simplesmente uma questão de identidades políticas, parece ter havido, no decurso da campanha de 1989, uma espécie de disputa por *prestígio*, isto é, uma corrida entre os principais candidatos para ver quem era mais bem aceito entre os grandes nomes das relações internacionais.

O objetivo deste artigo é reconstruir a narrativa da corrida presidencial de 1989 a partir das questões internacionais, mostrando como as ideias, as pautas e os personagens foram incorporadas ao repertório das principais candidaturas. Utilizaremos um conjunto vasto de fontes primárias – documentos de campanha, entrevistas de época e conversas com o autor – além de uma cuidadosa cronologia baseada na leitura dos principais jornais brasileiros – Folha de S. Paulo (FSP), O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo. As seções a seguir foram organizadas de modo a percorrer os principais movimentos da disputa presidencial, de maio a novembro de 1989.

Collor vai à Europa em busca de identidade política

“Preciso sair uns dias do centro do tiroteio nacional”. Assim, o pré-candidato à presidência da República, Fernando Collor, justificava sua viagem à Europa, a ser realizada em algumas semanas. Era maio de 1989 e Collor, que havia se apresentado como uma alternativa na corrida presidencial um mês antes, já abria 13 pontos de vantagem nas pesquisas eleitorais com relação ao

segundo colocado, Leonel Brizola (FSP 28/05/1989, A-6). Os ataques ao candidato do PRN subiam na mesma proporção.

Não eram poucos que encaravam com estranheza a ascensão meteórica de Collor. Pelos resultados do Ibope, o candidato do PRN passara de 5% das intenções de voto, em 5 de fevereiro, para nada menos que 32% no início de maio (Veja 17/05/1989, 40). No dia da divulgação do resultado da pesquisa Datafolha, 28 de maio, em que o desconhecido governador de Alagoas aparecia com 30% das intenções de voto, dois colunistas da Folha de S. Paulo atacaram sua candidatura a partir de críticas semelhantes. Clóvis Rossi sugeria que o “fenômeno Collor” era produto da combinação de dois fatores básicos, a “desinformação de uma parcela substancial da sociedade brasileira” e o “desencontro profundo e generalizado para com os políticos” (Rossi 1989, A-2). Carlos Eduardo Lins da Silva, por sua vez, tratava Collor como “o candidato de plástico” no contexto de uma corrida presidencial marcada pela “disputa para ver quem consegue ser mais vazio de conteúdo” (Lins da Silva 1989a, A-2).

Havia certo fundamento no que diziam. Apresentando-se como candidato jovem e renovador, Collor conseguiu granjear apoios e popularidade pelo fato de expressar o anseio generalizado de combate à corrupção e aos desmandos da máquina pública. Seus esforços de autopromoção eram estudados e, por vezes, estridentes, o que só reforçava a impressão de que havia pouca substância por trás do tom combativo de seus discursos. Mas o candidato soube, como poucos, adaptar-se às transformações pelas quais passava o mundo, ao fim da década de 1980. A longa viagem que faria à Europa, mais do que simplesmente uma decisão de esquivar-se dos ataques políticos que vinha sofrendo, também corporificava um cosmopolitismo que, no entendimento de Collor, estava em sintonia com os anseios por um Brasil moderno.

Abraçar precocemente o “thatcherismo”, uma alternativa privatista e modernizante em ascensão ao redor do mundo, foi a maneira que o governador alagoano encontrou de distinguir-se, pela direita, da “geleia geral” – termo habilidosamente empregado por André Singer – que se tornara o debate da sucessão presidencial e, ao mesmo tempo, conectar-se às tendências internacionais da era da globalização (Singer 1989, A-2). Pela esquerda, buscava aproximar-se dos socialistas espanhóis – que haviam empreendido a mais bem-sucedida experiência de pacto social pós-autoritário – e costurar um “Pacto de Moncloa” à brasileira (O Globo 01/06/1989, 3).

Enquanto os outros candidatos estiveram fadados a construir suas identidades políticas a partir de referências do passado, herdadas dos tempos de Getúlio ou dos militares, Collor – proponente de uma espécie de antipolítica que lhe serviu de impulso eleitoral – valeu-se mais livremente dos vínculos internacionais que costurava como seu cartão de visitas. Por isso mesmo, aproveitou os dias que passaria fora do país para colecionar oportunidades fotográficas e

apresentar-se, tanto para o público doméstico quanto para os espectadores externos, como a “nova cara” do Brasil.

O mundo, um capítulo particular da batalha presidencial

Fernando Collor não foi o único a realizar viagens internacionais como parte da campanha à sucessão, mas talvez tenha sido o que lhes conferiu maior importância, uma vez que faziam parte da construção de seu discurso modernizante. A agenda dos demais candidatos, em contraste, era eminentemente defensiva. Na viagem de Lula à Europa, em março de 1989, a principal pauta trazida na conversa com políticos socialistas na França e na Itália girava em torno do temor que o candidato tinha da possibilidade de, caso eleito, ocorrer uma manobra para impedir sua posse. O candidato do PT defendeu a formação de uma “frente democrática” de governos e partidos europeus para preservar o processo democrático no Brasil (OESP 03/03/1989, 6)¹. No caso da visita a Washington, em maio, Lula encontrou-se com Stanley Gacek, uma das lideranças do novo sindicalismo norte-americano, fortalecendo os laços com a Central Única dos Trabalhadores e o movimento sindical brasileiro (Aith 2002; FPA 2012). No início de julho, o candidato do PDS, Paulo Maluf, passou três dias na Bolívia reunindo-se com diversos grupos políticos e representantes da sociedade civil (OESP 13/07/1989, 7). Seu intuito principal era conhecer, em detalhes, a concepção e implementação do plano econômico do ministro Gonzalo Sánchez de Lozada, responsável por conter a hiperinflação do país, avaliada em 28.000% entre 1983 e 1985 (Sachs, 1987).

O principal candidato da esquerda, Leonel Brizola, também realizou viagem à Europa. Passou por Portugal, França e Suécia, encontrando-se com os presidentes Mário Soares, em Lisboa, e François Mitterrand, em Paris. Tratou, com ambos, de temas caros à política brasileira, como a questão da dívida externa e do meio ambiente – assunto particularmente sensível às autoridades francesas, que vinham aumentando o tom contra a depredação ambiental no Terceiro Mundo (FSP 20/06/1989, A-4). Com relação aos juros da dívida, Brizola apoiou iniciativa francesa de redução das taxas de juros sobre os empréstimos à Polônia e sugeriu que esse modelo poderia ser aplicado no caso brasileiro. No que concerne à ecologia, o candidato do PDT prometeu criar uma secretaria exclusiva para assuntos ambientais, recebendo garantias do presidente francês de que a soberania

¹ O giro de Lula ficou circunscrito a Itália, Vaticano e França. O candidato foi recebido pelo Papa João Paulo II, no dia 2 de março, mas o contato limitou-se a um rápido aperto de mão – que refletiu o momento delicado pelo qual passavam as relações entre o Vaticano e a Igreja progressista do Brasil, identificada com o PT. Na Itália, Lula encontrou-se com representantes da Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos, de linha comunista. Em Paris, Lula encontrou-se com o ex-primeiro ministro e presidente da Assembleia Nacional, o socialista Laurent Fabius, além do primeiro-ministro francês, Michel Rocard, e o secretário-geral da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Jean Kaspar (OESP 04/03/1989, 4).

dos países não seria colocada em risco em função das preocupações ambientais globais. Em Estocolmo, participou do Congresso da Internacional Socialista (IS), do qual se elegeu vice-presidente. Conduzindo o PDT a membro efetivo da IS, Brizola ampliaria suas possibilidades de discutir problemas em nível global, como dívida externa e ecologia (FSP 22/06/1989, A-6).

Embora a turnê europeia de Brizola tenha sido propositiva, sua motivação para cruzar o Atlântico estava diretamente ligada a Collor, seu principal concorrente. Com viagens marcadas para a mesma semana, ambos se envolveram numa espécie de “disputa de prestígio” entre os mais importantes líderes socialdemocratas (OESP 20/06/1989, 6). Antecipando-se ao ex-governador de Alagoas, Brizola apressou-se para marcar audiências de alto nível, valendo-se da ampla rede de lideranças socialistas que havia construído nos tempos de exílio, para ofuscar a passagem de seu rival pela Europa. A propósito dessa disputa, escreveu Tales Faria que “Brizola deve ter marcado pontos esta semana na corrida [presidencial] (...). Conseguiu dividir com Collor igual espaço no noticiário [e] abafou, até agora, todo o trabalho de marketing que a assessoria de Collor havia preparado para sua turnê pela Europa” (Faria 1989, A-2).

A queda de braço com Brizola não impediu que o candidato do PRN colhesse dividendos em solo europeu. Tratava-se, afinal, de viagem muito mais ambiciosa e longa, em que seriam percorridos sete países em quase vinte dias. Durante seu período no exterior, fez da política externa um dos pilares de seu discurso, apresentando-se como contraponto a um governo que havia contribuído, no entendimento de alguns, para uma corrosão (quase terminal) da imagem internacional do país (Waack 1989, 2).

A construção errática de uma agenda internacional

Foram exatamente os problemas econômico, financeiro e ecológico que Collor buscou atacar em seus encontros de alto nível na Europa, iniciados no dia 19 de junho. Preocupava-o, em particular, como o Brasil se tornaria uma economia competitiva e aberta, após a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista que prevalecera até o fim daquela década; como o país poderia renegociar sua dívida externa e abrir caminho para a retomada do crescimento; como se poderiam superar as críticas internacionais com relação à preservação ambiental e à questão amazônica, mais especificamente.

Tratava-se, contudo, de esboços de ideias, muitas das quais refletiam não somente voluntarismo como, também, certa ingenuidade. Collor buscava blindar-se de possíveis derrapadas confessando ser “um homem do Nordeste, com uma visão pouco aprofundada da realidade internacional”. Aparentemente, tinha menos interesse em granjear apoios e mais vontade de estabelecer contatos com as lideranças europeias, em busca de um ponto de sustentação ideológica

que pudesse ser incorporado à sua identidade política. Mas não havia clareza sobre que orientação tomaria Collor, quando voltasse ao Brasil. Questionado, na viagem, se suas ideias convergiam com a social-democracia, o candidato negou e se autodenominou um “reformista de centro” – interessado tanto nos socialistas franceses e portugueses quanto nos liberais britânicos. Chegou até a elogiar o modelo econômico de Gorbachev, dizendo que ele “se compatibiliza com minha base programática” (OESP 20/06/1989, 7).

Na primeira parada, em Lisboa, Collor reuniu-se com o primeiro-ministro português, Cavaco Silva. Ambos debateram, no encontro, o papel que Portugal poderia desempenhar como eixo fundamental da necessária aproximação entre os países da América Latina e a Comunidade Econômica Europeia. O candidato, que tentava vender domesticamente a reputação de “caçador de marajás”, também sugeriu que criaria, se eleito, uma procuradoria especial para combater crimes de corrupção (FSP 20/06/1989, A-5). Collor também almoçou com o presidente português, Mário Soares. À ocasião, propôs a criação de um “imposto sobre poluição”, para taxar os países que poluem o meio ambiente. Baseada na tese do professor Samuel Isaac Benchimol², a proposta sugeria que um organismo designado pelas Nações Unidas cobrasse esse imposto dos países de acordo com a carga de poluição jogada nos rios, mares ou ar. Os fundos arrecadados deveriam ser revertidos para países que tivessem projetos consistentes de combate à poluição. Confrontado com a afirmação de que a ONU não é um governo e que não pode, por conseguinte, impor multas ou impostos, Collor tergiversou: “se houvesse algum órgão com poder para isso, seria exatamente a ONU” (FSP 19/06/1989, A-6).

No dia 21 de junho, o ex-governador rumou para Paris, onde desembarcou ainda sem saber se seria recebido por François Mitterrand. Collor foi o quarto candidato a visitar a capital francesa no contexto da sucessão presidencial, sendo precedido por Ulysses, Lula e Brizola. Foi o primeiro, contudo, a ser criticado pela imprensa local antes mesmo de chegar à França: numa reportagem sobre o “fenômeno Collor”, o periódico *Le Monde* chamou o candidato de “vazio”, “vago de ideias”, “filho dourado da oligarquia” e uma reprodução de um “fenômeno acontecido há 30 anos”, em referência à eleição de Jânio Quadros (FSP 21/06/1989, A-6). Sem agenda por praticamente dois dias – o primeiro-ministro Rocard não poderia encontrá-lo imediatamente, já que o candidato havia antecipado a viagem possivelmente em função das movimentações de Brizola – Collor aproveitou parte de seu tempo livre para conversar com jornalistas sobre seus projetos de política externa e dirimir a imagem negativa com a qual pousara em solo francês. Não por acaso, o primeiro

² Entrevista de Collor ao programa Roda Viva, agosto de 1989. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/829/collor/entrevistados/fernando_collor_de_mello_1989.htm

encontro foi com o diretor do Le Monde, André Fontaine. Mas Collor também falou com diversos correspondentes brasileiros que cobriam sua viagem.

Nas conversas, buscou explicar em detalhes sua proposta sobre a renegociação da dívida externa, na qual tiraria o aval do governo sobre os débitos contraídos por estados e municípios. Além disso, revelou que uma de suas sugestões aos líderes europeus seria um “perdão substancial” da dívida. Esmiuçou, por fim, seu plano do imposto internacional aos países poluidores, segundo o qual seria calculada uma tarifa de US\$ 100 por tonelada/ano de emissão poluente a ser cobrada das nações, com mediação da ONU. A *Folha de S. Paulo* desqualificou a ideia como uma proposta inviável: somente de Estados Unidos, União Soviética e China seriam cobrados, respectivamente, US\$ 120 bilhões, US\$ 75 bilhões e US\$ 50 bilhões anuais. “Precisa ser muito ingênuo para imaginar que pelo menos estes três países – membros do Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto – estejam prontos a entregar essa soma, anualmente!”, ironizou o periódico (FSP 23/06/1989, A-6).

Não foi a única gafe que Collor cometeu. Após encontro com Valéry Giscard d’Éstaing, o candidato fez referência ao ex-presidente francês (de centro-direita) como um “social-democrata”, categoria em que também incluiu a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Collor também exaltou as privatizações realizadas pelo socialista Mitterrand, sendo que o então presidente não só havia interrompido as vendas de estatais, como nacionalizara alguns setores da economia em seu mandato (Watkins 2003).

Ao ser perguntado sobre as razões que o levaram a buscar apoio junto aos líderes europeus, Collor foi taxativo: “só me interessa o apoio da sociedade civil brasileira”. Tudo indicava que, a despeito da determinação em se apresentar como um candidato cosmopolita, as propostas levadas à Europa eram balizadas pelo mesmo voluntarismo que caracterizava sua campanha desde o princípio.

A única reunião de alto nível que Collor conseguiu na França foi com o primeiro-ministro Rocard, no dia 23 de junho. Levou ao Palácio Matignon uma versão traduzida de sua proposta do imposto sobre poluição, mesmo tendo sido alertado por jornalistas, poucos minutos antes da audiência, que os valores sugeridos originalmente eram impraticáveis, sobretudo aos grandes poluidores globais³. Outro tema central abordado na conversa com Rocard dizia respeito à dívida externa brasileira. Ao contrário das expectativas, o candidato do PRN não apresentou a proposta

³ Collor admitiu que não havia realizado os cálculos dos montantes finais, mas que o valor proposto de US\$ 100 por tonelada/ano serviria apenas como um “elemento de partida”. Ao sair da reunião com Rocard, o candidato disse que o primeiro-ministro havia recebido a proposta “com simpatia”, embora não pudesse aceitá-la prontamente porque precisaria, antes de tudo, submetê-la a setores da sociedade francesa (FSP 24/06/1989, A-11).

da retirada do aval das dívidas setoriais, sobre a qual comentara longamente aos jornalistas no dia anterior. Ainda assim, Collor disse haver “aprofundado” a discussão sobre a dívida externa, sobretudo a respeito de suas implicações sociais, e obtido o apoio do primeiro-ministro na busca do reescalonamento da dívida e no repúdio às teses “monetaristas”, de alto custo social, que prevaleciam entre os operadores do Fundo Monetário Internacional até a eleição do francês Michel Camdessus, em 1987. O máximo que o candidato conseguiu extrair de Rocard, entretanto, foi uma vaga manifestação de simpatia ao “terceiro-mundismo” (OESP 24/06/1989, 5).

Limites e contradições da estratégia internacional de Collor

As preocupações de Collor começavam a mudar após a passagem pela França. A viagem estava sendo conturbada, em função das questões de agenda, e a exposição nos meios de comunicação haviam revelado diversas incongruências nas propostas “modernas” do candidato. Do outro lado do oceano, brigas internas corroíam a já frágil base partidária do PRN, que acabava de perder algumas lideranças importantes em Santa Catarina e no Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo, eclodia um escândalo potencialmente destrutivo à sua candidatura: descobriu-se que Collor havia contratado, na última semana de seu mandato como prefeito de Maceió, nada menos que 1.463 novos servidores, sem concurso, para a Secretaria de Educação.

Por fim, rumores de uma candidatura “surpresa” poderiam colocar a vantagem de Collor em xeque. Especulações de que Jânio Quadros sairia candidato à presidência, aos 72 anos, traziam um componente adicional de ansiedade à (já pulverizada) corrida eleitoral do fim do ano. Esse foi o foco da primeira entrevista concedida pelo candidato ao desembarcar na Itália. Demonstrando confiança em sua candidatura, Collor negou a jornalistas que acreditasse no retorno de Jânio e arrematou: “a candidatura Collor tem uma dimensão que não é a mesma das demais, que pertencem ao sistema e já foram metabolizadas e desmetabolizadas pelo próprio sistema. A minha candidatura é anti este sistema que está aí” (FSP 24/06/1989, A-11).

Em Roma, o ex-governador alagoano encontrou-se com Amintore Fanfani, ministro do Orçamento e da Programação Econômica. Também teve uma audiência com o vice-presidente do Conselho de Ministros, Gianni de Michelis, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti. Pela primeira vez, Collor não expôs aos jornalistas a pauta das conversas e de suas propostas junto às lideranças italianas. Preferiu, em vez disso, frisar que seu único objetivo era o de conhecer as opiniões dos políticos europeus. A única menção à conversa com Andreotti, por exemplo, foi feita pelo próprio ministro, que disse a correspondentes brasileiros que apoiava a ideia de Collor de “tornar o pagamento do débito do Brasil mais leve” e que o candidato tinha “ideias claras” sobre ecologia (FSP 25/06/1989, A-8). Collor tampouco reagiu às acusações que haviam

sido feitas sobre as contratações em Maceió, deixando para seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, a explicação aos jornalistas. Além de dizer que as listas de contratações excessivas foram “enxertadas” pelos vereadores da capital alagoana, Cláudio Humberto fez questão de frisar que “Alagoas é um capítulo encerrado”, como forma de evitar novos desgastes e não tirar o foco da viagem de Collor (FSP 25/06/1989, A-8).

No dia 26 de junho, o candidato do PRN dirigiu-se ao Vaticano para um encontro com o papa João Paulo II. O sumo pontífice já tinha recebido Lula alguns meses antes, mas sem dar-lhe tratamento especial. Collor, ao contrário, conseguiu uma audiência privada – articulada, mesmo fora do prazo, pelo embaixador brasileiro no Vaticano, Arinos Filho, com a devida intercedência do cunhado de Collor, Marcos Coimbra, então embaixador em Atenas (Veja 05/07/1989, 36). Como estava em seu segundo casamento, o ex-governador não contou com a companhia sua mulher, Rosane, aconselhada por diplomatas brasileiros a não acompanhá-lo⁴. Apesar disso, o encontro em si – “a audiência mais importante desta viagem”, segundo Collor – foi um sucesso, sobretudo após a negativa de Mitterrand em recebê-lo em Paris, dias depois de uma longa conversa com Brizola. Na queda de braço simbólica das viagens internacionais, o candidato do PRN ganhava a dianteira: afinal, muito mais gente sabia quem era João Paulo II do que o presidente da França. Aos jornalistas, o candidato relatou que trataram dos problemas atuais do Brasil, como a “excessiva concentração de renda e o estado de miséria absoluta” e que pedira uma bênção para o Brasil e a América Latina. Seguiu-se à conversa com o papa um encontro com o diretor da FAO, Eduard Sauma, em que falaram sobre projetos de irrigação no Nordeste brasileiro (FSP 27/06/1989, A-6).

Em seu retorno à Itália, no dia seguinte, Collor encontrou-se com o secretário-geral do Partido Socialista Italiano, Bettino Craxi, e com o representante de relações exteriores do Partido Comunista Italiano, Giorgio Napolitano. Tratou, com o primeiro, dos temas ecológicos e financeiros que preocupavam o Brasil, conquistando a solidariedade do socialista. Após o encontro, considerado o “ponto alto” de sua passagem pela capital italiana, Collor reiterou a afinidade entre seu próprio partido, o PRN, e os partidos socialistas europeus: “O socialismo europeu busca a eficiência da máquina do Estado, busca sempre as necessidades básicas, o bem-estar social e, nesse ponto, estamos de acordo”. Com Napolitano, fez uma reunião mais protocolar, em que o

⁴ Inicialmente, Collor havia dito que Rosane o havia acompanhado. Na coluna “Painel”, da FSP, lia-se uma nota com informação divergente daquela oferecida pelo candidato no dia anterior. “À audiência, entretanto, não pôde comparecer a mulher de Collor, Rosane. O casamento deles, feito por uma certa Igreja Católica Brasileira, já que Collor é divorciado, não é reconhecido pela Igreja Apostólica Romana. Rosane já havia se preparado, comprando um véu preto em uma loja romana no dia anterior, quando foi avisada pelo Itamaraty que sua presença poderia trazer constrangimento” (28/06/1989, A-4). As informações foram confirmadas na Revista Veja, dias depois (05/07/1989, 36). Meses mais tarde, circulou uma foto do encontro entre Collor e o papa em que Rosane aparecia.

comunista declarou que o entendimento de seu partido era com o candidato Lula (FSP 28/06/1989, A-7).

A crescente disputa pelo centro

Enquanto Collor rumava a Bonn, capital da Alemanha Ocidental, o jogo doméstico ficava cada vez mais intenso. Se, por um lado, as acusações contra suas contratações incomuns na prefeitura de Maceió foram parcialmente ofuscadas pela descoberta de problemas mais graves em contratações no Rio de Janeiro, no governo Brizola, outros candidatos passam a ameaçar diretamente Collor naquilo que ele tinha de mais singular: seu discurso modernizante. Ao longo daquela semana, Maluf havia repetido diversas vezes que o Brasil precisava de uma “Thatcher de calças”, oferecendo-se a desempenhar este papel (FSP 30/06/1989, A-6).

O candidato com maior potencial de neutralizar a retórica “collorida”, entretanto, era Mário Covas. Seu discurso de lançamento de campanha, saudado pelos colegas tucanos como “discurso de estadista”, foi feito tardiamente, no dia 28 de junho. Abandonando a retórica estatista e nacionalista que havia caracterizado, em algum sentido, sua trajetória política, Covas atacou Collor (“não me submeterei (...) a qualquer jogo de aparência ou a truques de persuasão publicitária. Apresento-me ao povo brasileiro sem maquiagem, como sempre fiz”), reiterou a necessidade da política para a democracia e, mais importante, abraçou as teses modernizantes que prevaleciam à época – e que, até então, eram identificadas com o adversário do PRN: “o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios” (OESP 29/06/1989, 4). Em relação à política externa, Covas ressaltou que “o país deve participar da nova ordem econômica internacional” (FSP 30/06/1989, A-10), em referência às forças da globalização que, aparentemente, se tornavam irresistíveis.

Em meio aos rápidos encontros com o chanceler alemão, Helmut Kohl, e o ministro das Relações Exteriores, Hans Dietrich Genscher, analistas políticos e correligionários do PRN já questionavam a efetividade de uma viagem ao exterior tão longa. O encontro com os líderes germânicos não foi capaz de atrair a atenção do público como os anteriores. A jornalista, Collor disse que esses contatos lhe dariam mais força para defender os interesses brasileiros junto aos europeus (OESP 30/06/1989, 5), mas a agenda do candidato na Europa já se tornara repetitiva: meio ambiente e dívida externa dos países do Terceiro Mundo, sem nenhum acréscimo ou novidade. A coluna de Newton Rodrigues, contudo, faz um balanço favorável da viagem até aquele momento:

Tecnicamente, no esporte, como na política, é desaconselhável chegar ao máximo de desempenho antes do momento decisivo. Collor estava correndo esse risco e, desse ponto de vista, a folga lhe foi benéfica. Quanto ao chamado fracasso de entrevistas resume-se, até agora, a não ter sido recebido por Mitterrand e pelo primeiro-ministro da Itália. A lista de encontros inclui, entretanto, Mário Soares, Cavaco, Rocard, Bettino Craxi, Kohl e o papa (...). Nenhum desses personagens vota no Brasil, é verdade, o que vale para todos os casos e todos os candidatos. Por outro lado, no Brasil, algumas adesões importantes ocorreram no mesmo período (Rodrigues 1989, A-2).

De volta da rápida passagem pela Alemanha, a última parada oficial de Collor em solo italiano foi em Bologna, onde se reuniu com Romano Prodi, presidente do Instituto da Reconstrução Industrial. Um dos maiores conglomerados estatais do mundo, o IRI foi responsável pela recuperação econômica de empresas italianas e por sua posterior privatização, sendo um dos pilares do “milagre econômico” do país nas décadas de 1950 e 1960 (Araujo 2014). O candidato, acompanhado de sua assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, tratou de um aspecto importante de seu futuro programa de governo, as privatizações de estatais brasileiras. Queria ouvir de Prodi a melhor maneira de vender estatais deficitárias sem prejudicar o patrimônio público. “A modernização e o reaparelhamento do Estado é muito importante para nossa política econômica”, disse Collor, na saída do encontro. Sua ideia era continuar debatendo o tema com empresários e economistas de outros países europeus (OESP 30/06/1989, 5).

A próxima parada de Collor era Madri, onde se encontrou, numa apertada agenda de um só dia, com o rei Juan Carlos, com o ex-primeiro-ministro Adolfo Suárez e com o atual, Felipe González. Na pauta das conversas, além da dívida externa e da questão ecológica, o candidato retomou uma discussão que havia iniciado em Portugal: a integração da América Latina com os países europeus. As nações ibéricas eram consideradas portas de entrada para o aprofundamento das relações latino-americanas com o velho continente (OESP 04/07/1989, 4). Collor sugeriu uma possível explicação em entrevista ao programa Roda Viva, um mês mais tarde, ao ponderar que a integração era necessária “já que somos um reflexo do continente europeu”⁵. Por trás de uma formulação primária, pode-se depreender uma interpretação de fundo de que, a despeito das enormes diferenças que nos separavam das nações mais desenvolvidas da Europa, o Brasil guardava mais semelhanças com os ibéricos, de quem éramos reflexo, do que com países do Terceiro Mundo – dos quais Collor ainda não havia manifestado o desejo de se distanciar, mas que passaria a negar, em termos mais contundentes, a partir de sua eleição.

Em Londres, último destino de Collor antes de retornar ao Brasil, ele se encontrou com a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, em sua residência oficial na Downing Street 10 – naquilo que foi qualificado como uma “reunião de cortesia” pelo porta-voz do governo britânico. “Concordamos em quase tudo, menos na questão da dívida externa”, disse o candidato a jornalistas.

⁵ Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/829/entrevistados/fernando_collor_de_mello_1989.htm

Segundo ele, Thatcher permaneceu irredutível quanto à necessidade de pagamento integral da dívida externa, não aceitando o pedido de Collor para que a primeira-ministra utilizasse sua influência na busca de apoio dos países ricos a iniciativas para reduzir o encargo dos débitos das nações em desenvolvimento. Por outro lado, o candidato reportou que Thatcher elogiou a proposta de ampla desestatização da economia brasileira que lhe foi descrita, além de considerar a ideia do Imposto Mundial sobre a Poluição Ambiental oportuna, prometendo seu apoio aos esforços para viabilizá-la no âmbito das Nações Unidas (FSP 05/07/1989, A-7).

Após a reunião de meia-hora com a “dama de ferro”, Collor participou de almoço oferecido, em sua homenagem, pela Câmara Brasileira de Comércio na Grã-Bretanha, que contou com representantes do Ministério do Comércio e da Indústria, das grandes companhias e de quase todos os bancos britânicos, além de gerentes de empresas brasileiras com escritórios em Londres. Em seu discurso, em inglês, Collor afirmou que o “Brasil não pretende o isolacionismo”, mas sim “integrar-se à economia mundial de modo soberano e compatível com o necessário progresso econômico e o desejável desenvolvimento social” (OESP 05/07/1989, 4). Ao ser saudado por sir William Harding, presidente da Câmara de Comércio, como o “galã latino-americano que derreteu o coração da Dama de Ferro”, Collor fixava, diante de um público europeu, a imagem de estadista que queria construir no exterior.

O balanço da viagem

Os dezoito dias de ausência dividiram assessores. Na opinião de Cleto Falcão (PRN-AL), chefe da assessoria política do candidato, apesar dos bons contatos políticos mantidos ao redor da Europa, abriu-se um flanco na candidatura, uma vez que pouco espaço midiático lhe foi garantido durante o período. “Só o candidato consegue criar fatos para a imprensa”, completou Paulo Octávio, também dirigente do PRN nacional (OESP 04/07/1989, 5). O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva faz uma avaliação mais ponderada sobre a viagem, considerando-a bem sucedida, seja na contribuição para a formação de uma imagem de estadista, seja como válvula de escape diante das fortes pressões que se colocavam a um candidato que “estava tão por cima que o desgaste era inevitável na sequência”. O terreno perdido, para ele, era menor do que se ele tivesse ficado no Brasil, sendo bombardeado por perguntas constrangedoras e movimentações igualmente problemáticas, como o desmantelamento de algumas bases regionais do PRN. Conclui Lins da Silva:

De longe, Collor se exibiu com papa, rei, primeiros-ministros (...). [C]onseguiu se reunir com mais chefes de Estado do que qualquer um de seus concorrentes. Alguns, como João Paulo 2º e Juan Carlos, podem até render algum dividendo eleitoral num país tão fascinado por igreja e nobreza, como é o Brasil. O encontro com Thatcher serviu para consolidar a falsa imagem de que Collor é o

representante do liberalismo extremado (...), reforça a impressão de que ele é o Thatcher brasileiro (Lins da Silva 1989, A-4).

De volta ao Brasil, Collor encontrou uma situação doméstica conturbada. Sua base partidária não deslanchava, os empresários permaneciam céticos em relação ao candidato, e seus concorrentes já se posicionavam com mais clareza no contexto da corrida presidencial. O discurso de Covas ao Senado foi visto como um divisor de águas em sua campanha, pois representou um movimento para ocupar o centro do espectro político – falando, por exemplo, em “choque de capitalismo” – sem perder espaço entre os eleitores de uma esquerda mais moderada. Aureliano Chaves, do PFL, também oficializou sua candidatura poucos dias antes da volta de seu adversário do PRN, dirimindo as inseguranças quanto a um potencial retorno de Jânio Quadros, mas consolidando-se como uma alternativa à direita.

Não parece coincidência que, desde a chegada a Madri, Collor tenha se definido, reiteradas vezes, como um “reformista de centro” (OESP 04/07/1989, 4) – como fizera em Portugal –, na esperança de não deixar o centro político ser ocupado por alguma outra candidatura. No entanto, com o centro já preenchido por variadas forças mais à esquerda – como Brizola e Lula – e com um discurso “moderno”, como Covas, o candidato do PRN seria forçado a caminhar para a direita como forma de se distinguir daqueles que poderiam minar sua liderança na campanha.

Poucos dias depois do retorno ao Brasil, Collor ainda arriscou uma alternativa: vender-se como herdeiro político de Juscelino Kubitschek, na esteira do apoio de sua filha, a deputada federal do PMDB Márcia Kubitschek. Em vão: depois de Collor declarar, em Belo Horizonte, que estava “reconquistando o sentimento de mineiridade que a herdeira direta de JK me transfere”, a própria Márcia foi rápida em rebater as declarações do candidato: “Não vamos confundir as coisas: o Juscelino foi Juscelino, e o Collor é o Collor (...). Eu o apoio em meu nome, não no nome do meu pai” (OESP 08/07/1989, 5). Restava ao ex-governador de Alagoas, portanto, continuar buscando sua identidade política em algum lugar entre Madri e Londres.

Collor tampouco poderia deixar de travar a batalha política no centro. Foi pego de surpresa, assim que voltou ao país, pela manobra em curso por parte de líderes moderados do PMDB e empresários expressivos do eixo Rio-São Paulo, que se dispunham a apoiar a candidatura de Covas como uma alternativa à dele para barrar a possível eleição de um candidato de esquerda. Escreve Ricardo Noblat que, diante do risco de perder apoios que já tinha como certos, Collor foi ao encontro de Roberto Marinho, no Rio, e ameaçou renunciar à candidatura, sugerindo que “ele e os demais empresários que escolhessem outro candidato para derrotar Brizola e Lula” (Noblat 1990, 247). Em todo caso, o candidato do PRN deveria sofisticar seu discurso, buscando equiparar-se, em termos de consistência e profissionalismo, ao caminho que a candidatura do PSDB vinha

trilhando. E Collor sabia que seu principal adversário ao centro, mesmo com o apoio de setores empresariais, teria alguma dificuldade em apresentar-se como alternativa palatável ao grande público (Dimenstein 1989a, A-2).

É bem possível que essa comparação com Covas – que rendeu até mesmo uma brincadeira por parte de Delfim Netto, então deputado, que se referia a Collor como “o Covas de Alagoas” e ao candidato tucano como “o Collor de São Paulo” (Dimenstein 1989b, A-2) – tenha forçado do ex-governador alagoano a apresentar um programa consistente de governo, a respeito do qual havia se mantido estrategicamente em silêncio até então. E ele o fez no dia 12 de julho, exatamente uma semana após seu retorno ao país. Tratava-se não de um documento escrito, mas de um discurso de quase duas horas, proferido em ocasião da Convenção Nacional do PRN na qual se oficializou sua candidatura. Collor abriu sua fala declarando “guerra permanente aos piores males que infelicitam a nação: a inflação e a corrupção”. Dividindo o discurso em vinte capítulos, passou – entre propostas mais concretas e generalidades – por praticamente todos os assuntos que os institutos de pesquisa identificavam como preocupações e anseios do eleitorado brasileiro (FSP 13/07/1989, A-8).

A consolidação do programa de governo

Os temas de política externa permearam o discurso de lançamento da candidatura de Fernando Collor. Conforme argumentamos anteriormente, é possível identificar um forte componente *sistêmico* no teor das propostas, ou seja, elas mais representavam reações a pressões que nos eram colocadas vindas de fora (e devidamente assimiladas, de maneira habilidosa, pelo candidato do PRN) do que demandas societárias, derivadas da opinião pública ou de grupos de interesse particulares. Apesar disso, havia certo refinamento nas proposições que destoavam daquelas que marcaram a viagem à Europa. Parte da explicação deve-se ao fato de que, ao longo da viagem, Collor foi naturalmente amadurecendo suas posições, a partir das conversas com autoridades europeias.

Por outro lado, pode-se supor que, nos dias entre o retorno da viagem e o lançamento da candidatura, o candidato tenha sido assessorado, na formulação das propostas, por alguém do próprio Itamaraty. É o que sugere, por exemplo, matéria da *Folha de S. Paulo*, de 18 de agosto de 1989, segundo a qual se cotava o então embaixador brasileiro no GATT, Rubens Ricupero, para ser chanceler de seu eventual governo. A ele, Collor dedicara “expressões generosas” ao longo da viagem a Europa. Quem o instruíra em assuntos internacionais, até então, era sua assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, cujos conceitos “não chegaram a impressionar”, trazendo “muito ‘economês’ e pouca intimidade com os conceitos das relações internacionais” (FSP

18/08/1989, A-7). Essa leitura foi confirmada em entrevista ao embaixador Ricupero, na qual afirma que, por intermédio de Marcos Coimbra, o candidato havia-lhe solicitado um *briefing* sobre a política externa brasileira (Ricupero, 2014)⁶. O texto, entregue a Collor no contexto da viagem a Europa⁷, foi publicado em compilação de artigos do embaixador Ricupero alguns anos mais tarde. Nele – que compararemos com as propostas enunciadas por Collor – lê-se o seguinte:

Qual poderia, então, ser uma plataforma para uma política externa moderna e atualizada? A resposta é que esse tipo de política deveria estar dirigido a facilitar a inserção do Brasil num contexto internacional marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, de maneira a permitir superar nossos estrangulamentos econômicos e retomar o desenvolvimento. É claro que essa política não poderia ser feita no vácuo, isoladamente, sob pena de faltar-lhe toda credibilidade interna e externa. Ela teria de ser uma das pernas de um tripé, do qual as outras duas bases de sustentação seriam um vasto programa de reconstrução e reestruturação econômica e uma ação eficaz no âmbito da proteção ambiental, dos índios e dos direitos humanos (Ricupero 1995, 189)

Todos esses elementos se faziam presentes no longo discurso de campanha, cuja maior inovação estava ligada à dívida externa. O candidato propunha que a União retirasse seu aval dos débitos contraídos pela iniciativa privada e pelos governos e empresas estatais de âmbito estadual ou municipal junto aos credores internacionais. A medida subdividiria a dívida total – avaliada, naquele momento, em US\$ 110 bilhões – em fatias a serem renegociadas separadamente. Enquanto a proposta, em si, enquadrava-se sem dificuldades numa atitude nacionalista, interessada em maximizar a margem de manobra no árduo processo de renegociação da dívida – e aparentemente desinteressante aos credores – a postura do candidato o colocava, em termos retóricos, em campo bastante diverso das posições à esquerda. “Não quero, não pretendo nem desejo brigar com o FMI. Estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI”, disse Collor, para espanto de boa parte da plateia que o ouvia, especialmente de Zélia Cardoso de Mello, sua principal auxiliar econômica (Collor de Mello 1989, 107). No texto original do capítulo sobre a dívida, redigido por Zélia, não havia menção ao Fundo Monetário Internacional – entidade demonizada por amplos setores da sociedade e pelo próprio governo Sarney, que havia acabado de acusar os credores internacionais de colocarem o Brasil em “quarentena” financeira (FSP 13/07/1989, A-4). O trecho havia sido inserido por Collor, de próprio punho, momentos antes do discurso (Veja 19/07/1989, 34).

Havia uma razão para tal. Se as viagens lhe haviam servido de lição, Collor sabia que, se eleito, não encontraria interlocutores dispostos a aceitar a proposta da retirada do aval sem que o Brasil se apresentasse como um país crível. A questão da credibilidade havia se tornado ponto

⁶ “Não é que eu pretenda que isso tenha influído, mas eu achei curioso porque, na pior das hipóteses, se ele não seu ou não se ligou, pelo menos mostra que era uma ideia que estava no ar, que eu tinha, que ele tinha, bem como outras pessoas (...). Você está, assim, num certo “comprimento de onda” (...), todo mundo sente mais ou menos a mesma coisa, apenas uns são mais capazes de exprimir isso mais claramente do que outros” (Ricupero 2014).

⁷ Embora, aparentemente, Collor e Ricupero não tenham se encontrado pessoalmente àquela ocasião (Collor 2011).

crítico nos estertores do governo Sarney. “O Brasil de Sarney carrega uma fama mundial de trambiqueiro e incendiário de florestas”, ironizava Paulo Francis (1989, B-4). Na semana que antecedeu o discurso de lançamento da candidatura, o Brasil deixara de honrar o pagamento de US\$ 800 milhões em juros ao Clube de Paris, e mais US\$ 30 milhões, além de decretar a centralização das operações de câmbio. Tudo indicava que o país rumava para uma situação de moratória, ainda que não declarada.

O que o governo Sarney talvez compreendesse, mas não apresentasse condições de contornar, é que mais do que simplesmente os rumos da economia, era a imagem do país que estava em jogo. México e Venezuela encontravam-se em meio a duras negociações das suas próprias dívidas, que envolviam um embate entre o Tesouro americano – disposto a aliviar parte dos devidos, no espírito do Plano Brady – e os bancos privados dos EUA, muito menos flexíveis⁸. Se estes países estavam logrando algum avanço no encaminhamento de seus próprios problemas junto ao governo Bush, isso se devia à credibilidade que haviam construído diante dos olhos americanos. E isso tinha muito menos a ver com estabilidade das instituições democráticas ou com a lisura do processo político, e mais com quão confiáveis eram os devedores em cumprir com as regras impostas por quem emprestava, nos marcos do *Consenso de Washington*.

Ao tratar do problema econômico em seu *briefing* entregue ao candidato, Ricupero aborda a questão da dívida da seguinte forma:

Um programa [de reestruturação econômica], do qual o plano anti-inflacionário, de saneamento de déficit e outras medidas, constituirá o ingrediente central, terá de ser vendido lá fora, aos governos dos principais países industrializados e às agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial (...) *Para isso, a solução terá de ser buscada dentro do sistema e não contra ele, por negociação e persuasão e não por confronto, dadas as condições adversas da correlação de forças* (Ricupero 1995, 190).

Além da semelhança nas ideias defendidas por Collor e Ricupero em questões ligadas à dívida, havia também uma preocupação ambiental bastante cara a ambos. A conclusão do embaixador sobre a necessidade de uma “estratégia internacional integrada” passa, exatamente, por uma política efetiva de proteção ambiental e de defesa dos direitos humanos, aí incluídas as questões indígenas e os conflitos agrários.

Esses temas, cada vez mais entrelaçados, vêm desencadeando contra o Brasil uma onda perigosa de hostilidade que penetra os mais diversos setores da opinião pública internacional e está na raiz de crescentes estrangulamentos para atrair não só empréstimos do Banco Mundial e do BID mas até de investimentos privados (Ricupero 1995, 192).

Ecologia: um tema de particular interesse eleitoral

⁸ “O presidente George Bush telefonou pessoalmente ao diretor-presidente do Citibank, John Reed, e pediu-lhe que fizesse um ‘esforço extra’ para ajudar o México, e Reed convocou, desde quarta-feira passada, uma reunião com os 15 diretores-presidentes dos principais bancos dos EUA” (Francis 1989, A-2).

A questão ecológica já vinha se transformando há algum tempo na agenda brasileira, mas nenhum dos principais presidenciáveis havia lhe dado a devida atenção até aquele momento⁹. O país encontrava-se, nos idos de 1988, no epicentro da “segunda onda do meio ambiente” que informava o debate global sobre ecologia. Alguns acontecimentos tornaram o Brasil não somente exposto ao escrutínio internacional, como também vulnerável às pressões vindas das potências industrializadas, para as quais o tema da preservação ambiental havia ganhado novo significado. O primeiro deles relacionava-se à ampla divulgação do Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), documento publicado em 1987 no âmbito das Nações Unidas e que refletia as preocupações ambientais de uma nova geração dos países desenvolvidos, principalmente europeus (United Nations 1987). A poluição – tema presente nos debates ambientais desde a Conferência de Estocolmo, em 1972 – havia dado lugar, dentre as preocupações da opinião pública, a temas como mudança do clima e perda de biodiversidade (Corrêa do Lago 2006, 147).

Com efeito, o aumento das queimadas na Amazônia recebeu particular destaque na imprensa internacional, uma vez que se relacionava com os novos temores dos ambientalistas. Alguns artigos contribuíam para o cenário aparentemente catastrófico, como aquele publicado no *The New York Times*, em agosto de 1988: “A destruição e a queima de florestas aqui [no Brasil] é tão vasta, dizem os cientistas, que ela pode ser responsável por pelo menos um décimo da emissão antrópica de dióxido de carbono, que se acredita estar causando um aquecimento da terra por meio do efeito estufa” (NYT 12/08/1988). Outros chegavam imputar responsabilidade sobre o governo brasileiro. Apesar de todos os problemas internos – das negociações da Assembleia Constituinte à crise econômica pós-Cruzado – o presidente José Sarney decide tomar medidas que fossem capazes de apaziguar, interna e externamente, a animosidade da opinião pública, sinalizando o compromisso do país com a questão ecológica, como o lançamento do Programa Nossa Natureza e a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A resposta brasileira também se manifestou no campo diplomático. O Itamaraty vinha acompanhando, ao longo do ano de 1988, o crescimento das críticas de grupos ambientalistas e da

⁹ A óbvia exceção era Fernando Gabeira, do PV. Originalmente cotado para assumir o lugar de vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, a excessiva ênfase de Gabeira nos temas ambientais e a fragilidade eleitoral do PV fez com que fosse preterido, em favor do senador José Paulo Bisol (PSDB-RS), após uma longa discussão das lideranças que compunham a *Frente Brasil Popular*. A incorporação de Gabeira foi duramente combatida, entre outros, por Francisco Weffort, que comparou, em texto de opinião no dia 21 de junho, a escolha de Gabeira – “um brilhante porta-voz de temas de minoria (...), limitação fatal em uma campanha eleitoral de massas de alcance nacional” – a um “retorno ao gueto” político (Weffort 1989, A-3). Ainda que a posição de Weffort tenha sido publicamente censurada por alguns importantes correligionários (Dallari 1989; Dirceu 1989; Genoíno 1989), a nomeação de Bisol, um tucano desgarrado, no lugar de Gabeira, político sintonizado com uma das questões mais candentes da agenda internacional, demonstra o pragmatismo do PT em sua necessidade de manter a frente unida e flertar com um eleitor de centro-esquerda.

imprensa internacional aos problemas ambientais brasileiros. Aliados às dificuldades financeiras e à desaceleração da economia, tais problemas “constituíam importantes barreiras para que aspectos mais positivos da sociedade brasileira, como a redemocratização e o processo de elaboração da nova Constituição, pudessem ser percebidos no exterior”. Foi, portanto, do Ministério das Relações Exteriores que partiu a ideia de sediar a Conferência de 1992 no Brasil, manifestada pelo então embaixador junto às Nações Unidas, Paulo Nogueira Batista, em discurso na Segunda Comissão da Assembleia Geral, em 6 de dezembro de 1988. Do ponto de vista político, sobretudo em relação à credibilidade internacional do Brasil, o governo tinha consciência de que tinha mais a ganhar do que a perder ao tomar essa decisão – cujo risco mais evidente era ampliar a exposição brasileira às preocupações ecológicas (Corrêa do Lago 2006, 151).

Mas era claro para os diplomatas que articularam a candidatura brasileira em 1988 – entre os quais Nogueira Batista e o Secretário-Geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima – que o Brasil não queria assumir, com a decisão de sediar a Conferência, uma posição de alinhamento às prioridades dos países desenvolvidos. Continuava, portanto, a defender os corolários diplomáticos do desenvolvimento econômico e da soberania inalienável sobre seus recursos naturais. O que não se esperava era que, com o assassinato de Chico Mendes – seringueiro e ambientalista de prestígio internacional – duas semanas após a decisão brasileira de realizar a Conferência, o tom das críticas ambientais internacionais aumentaria. Trazia-se à tona o entendimento (que já ganhava espaço em alguns círculos no hemisfério Norte) de que a floresta amazônica, por se tratar de um bem público global, deveria ser transferida para controle internacional caso o Brasil seguisse colocando em risco sua integridade. Era o conceito do *direito de ingerência*, criada pelo jurista Bernard Kouchner em 1987 e outrora aplicado a questões humanitárias, agora sendo estendido a “massacres ambientais”.

A pressão internacional manifestava-se de diversas maneiras: de protestos de ambientalistas destinados ao governo brasileiro a declarações de lideranças mundiais, a credibilidade brasileira estava sendo colocada em xeque. Em janeiro de 1989, uma delegação de vinte norte-americanos – dentre os quais os senadores Timothy Wirth, Albert Gore e John Heinz, os deputados John Bryant e Gerry Silkorski e o biólogo Thomas Lovejoy, do Smithsonian Institute – veio ao Brasil, reunindo-se com o presidente Sarney e com autoridades e ativistas locais na região amazônica. Ao fim da viagem, Wirth declarou que o governo brasileiro subestima a questão ambiental, que o problema ecológico no país é “extremamente complicado” e que o salvamento da Amazônia é “absolutamente crucial” (FSP 20/01/1989, C-4). Al Gore – que mais tarde transformou-se num defensor vocal da causa ecológica – chegou a ponto de declarar que “ao contrário do que creem os brasileiros, a Amazônia não é sua propriedade, ela pertence a todos nós” (NYT 18/05/2008).

Dois meses mais tarde, na Conferência Internacional sobre Proteção da Atmosfera do Globo, na Haia, os representantes brasileiros, Flecha de Lima e Bernardo Pericás, ouviram diretamente do primeiro-ministro da França, Michel Rocard, que o Brasil não era capaz de cuidar da Amazônia (Corrêa do Lago 2006, 153). O presidente francês, François Mitterrand – um dos proponentes da Conferência, junto com os chefes de Estado de Holanda e Noruega – foi mais longe, acrescentando que achava natural que alguns países de Terceiro Mundo renunciassem “a parte de suas soberanias” em questões ambientais. O Itamaraty trabalhou para evitar, na reunião multilateral, que se criasse – como era a vontade dos proponentes – uma “polícia ecológica internacional”, ou um “ministério público ecológico” (FSP 12/03/1990, C-3).

As crescentes pressões internacionais nas questões ambientais, que compreendemos como um atributo das dinâmicas próprias de um sistema internacional em transformação, inspiraram um capítulo inteiro da proposta de governo lançada por Collor. Intitulada “O Desenvolvimento Não-Predatório”, o trecho faz referências gerais à situação do debate ambiental, tece críticas à incapacidade do governo Sarney em proteger os ecossistemas locais, e propõe soluções multilaterais para a crise ecológica – como o Imposto Internacional sobre Poluição, já apresentado em sua viagem à Europa. Mais importante, contudo, é a afirmação de que “o controle ambiental, a manutenção dos ecossistemas e o problema de poluição *têm que ser tratados soberanamente pelas nações*”. Prossegue o candidato do PRN, a título conclusivo, que “o planejamento de um desenvolvimento não-predatório faz parte, conseqüentemente, de nossas responsabilidades para com o resto da humanidade e, fundamentalmente, para com o nosso próprio futuro como nação soberana” (Collor de Mello 1989, 124-5).

Questões internacionais e a reta final da campanha

Desde a apresentação do programa de governo e a definição da corrida eleitoral, os temas internacionais passaram a ocupar lugar menor nas campanhas, inclusive na de Fernando Collor. Agosto, no entanto, começou com uma declaração polêmica que o perseguiu pelo restante do mês – sem grandes implicações eleitorais, mas com o potencial de criar um mal-estar de maiores proporções. No dia 2, durante debate no clube “A Hebraica”, em São Paulo, Collor emitiu uma série de opiniões “nitidamente pró-semitas”, em seus próprios termos. Disse ser contra a criação de um Estado palestino nos territórios árabes ocupados por Israel e discordou da devolução de Gaza e da Cisjordânia para esses fins. “Israel vem lutando muito, por tantos anos. Que não mexam com os territórios que já foram ganhos”. Aplaudido com entusiasmo pelas quase mil pessoas que lotavam o auditório do clube, o candidato também deu pistas de como seria sua política externa com relação ao conflito israelo-palestino. Em primeiro lugar, manifestou-se contrário ao voto dado

pelo Brasil nas Nações Unidas, em 1975, equiparando o sionismo ao racismo. Disse, ademais, não concordar com o estabelecimento, no Brasil, de um escritório de representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) – que qualificou como uma entidade “terrorista”. Se eleito, não receberia seu líder, Yasser Arafat, com honras de chefe de Estado (FSP 04/08/1989, A-5).

Se suas posições certamente soaram bem aos ouvidos da comunidade judaica, elas causaram espanto não somente entre os árabes, mas entre os apoiadores da causa palestina em geral. Nos dias que se seguiram imediatamente às declarações, a Federação das Entidades Árabe-Palestinas Brasileiras e a Federação das Associações Muçulmanas do Brasil enviaram telegramas de protesto ao comitê de Collor. Algumas lideranças tentaram contemporizar, como o representante da Liga Árabe no Brasil, Mohamed Adnan Baghdady, ao afirmar que o candidato “fez esta declaração num momento inadequado”. Outros, como Tawfiq Awad, da Confederação Palestina Latino-Americana, foram mais longe ao dizer que Collor “revelou sua face racista”. O Itamaraty também recebeu uma série de queixas de diplomatas árabes, temerosos de que, com a eleição de Collor, a posição histórica do governo brasileiro – que reconhecia a OLP como “única e legítima representante do povo palestino” – fosse colocada em risco. Na Câmara Municipal de São Paulo, cidade de grande população descendente de árabes, uma frente suprapartidária – composta pelos líderes de PT, PDS, PCB, PCdoB e PDT – assinou manifesto em repúdio às declarações de Collor (FSP 05/08/1989, A-6). Em Foz do Iguaçu, o presidente do Centro Cultural Árabe-Brasileiro, Mohamed Barakat, organizou um protesto de cerca de 400 pessoas e bloqueou parte da estrada que dá acesso à cidade quando o candidato foi visitá-la (FSP 27/01/1990, A-7).

As manifestações obrigaram Collor a retroceder. Na semana seguinte, o candidato publicou uma nota oficial em que pregava o entendimento entre árabes e judeus, de uma perspectiva de equidistância. Recebeu elogios, embora com certo tom de condescendência, por parte de Gilberto Dimenstein, que escreveu em sua coluna:

A nota mostra que, se Collor ainda está imaturo politicamente, incapaz de medir o efeito de suas palavras, vem aprendendo alguma coisa. Tanto que melhorou os termos de sua posição em relação ao conflito do Oriente Médio, certamente acalmando o ambiente que iniciava uma radicalização (...). A eterna crise no Oriente Médio serve como exemplo de que o destempero não compensa (Dimenstein 1989c, A-2).

No dia 15 de agosto, o candidato do PRN almoçou na casa do embaixador da Arábia Saudita como forma de dirimir o mal-estar das declarações realizadas no começo do mês. No evento, doze embaixadores e o novo representante da OLP no Brasil, Ahmad Sobeh, ouviram uma promessa de Collor de Mello: caso eleito presidente, trabalharia para estreitar as relações diplomáticas e ampliar o comércio e os investimentos com o mundo árabe. O candidato também falou em favor da paz no Oriente Médio e em favor da autodeterminação dos povos. Ao final,

tanto Collor quanto o embaixador saudita, Abdullah Saleh Hababi, declararam que as divergências estavam resolvidas (OESP 16/08/1989, 7).

A querela, contudo, durou mais alguns dias. Em primeiro lugar, nem alguns membros da comunidade judaica nem dos árabes aceitaram, pelo valor de face, as declarações mais recentes do candidato. O presidente da Confederação Israelita do Brasil e do Congresso Judaico Latino-Americano, Benno Milnitzky, afirmou que Collor “se precipitou por duas vezes”, lamentando sua inconstância de posições e alegando que ela poderia acirrar ainda mais o estado de ânimo entre as duas comunidades. Hussein Mohamed El Zoghbi, presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil, qualificou as declarações do ex-governador de Alagoas “um atentado à inteligência” e completou: “nós resistiremos a essa candidatura durante toda a campanha”. As reações mais exaltadas vieram de Abdo Nassif, presidente do Centro Cultural Árabe-Brasileiro, para quem a reunião de Collor com os embaixadores não fará com que a comunidade esqueça suas graves declarações. “Nem o presidente mais conservador dos EUA faria tais declarações. Eu gostaria de saber quanto custou o seu discurso na Hebraica, porque só pode ter sido pago” (FSP 18/08/1989, B-5).

Além disso, os demais candidatos buscaram capitalizar as polêmicas declarações de Collor. Maluf e Brizola rapidamente demarcaram suas posições, surpreendentemente semelhantes, de apoio à criação de um Estado palestino, com a permanência e a segurança de Israel, bem como a manutenção do escritório da OLP no Brasil. Em entrevista a jornalistas estrangeiros, na Confederação Nacional do Comércio, no Rio, Paulo Maluf disse que a criação da Palestina é uma forma de acabar com a crise do Oriente Médio. No debate da TV Bandeirantes, o candidato do PDT disse ser “contra qualquer tipo de repressão” (OESP 16/08/1989, 7). Dias mais tarde, em almoço semelhante àquele do qual havia participado Collor, na residência oficial do embaixador saudita, disse que trabalharia, se eleito, pelo reconhecimento soberano da Organização para a Libertação da Palestina (FSP 24/08/1989, B-3). O próprio Jânio Quadros, que quase foi candidato, disse que seu apoio ao alagoano estaria condicionado a ele “não cometer mais besteiras”, como as posições hesitantes sobre o conflito israelo-palestino (FSP 17/08/1989, B-4).

A última cartada de Collor, Maluf e Brizola

Com a poeira mais baixa, na segunda metade de agosto, Collor cogitou fazer outra viagem ao exterior, dessa vez ao México e aos Estados Unidos. Internacionalmente, o momento era auspicioso. No início daquele mês, em participação no 7º Encontro da Comissão Binacional Estados Unidos-México, secretário Baker anunciou: “os Estados Unidos não têm amigo mais importante do que o México” (Veja 16/08/1989: 55). A declaração, claramente destinada a selar o

início de uma nova era nas relações entre os dois países, era entendida como reflexo da mudança de comportamento do governo mexicano, sob o comando de Salinas de Gortari, com relação ao seu vizinho do norte. O México, que já vinha ganhando tratamento diferenciado na condução do problema da dívida, agora era elevado à condição de parceiro preferencial. A Collor interessava conhecer os detalhes do acordo firmado pelos mexicanos com os bancos credores – ainda que houvesse certo ceticismo, por parte dos principais assessores econômicos do candidato, quanto às vantagens do acordo (O Globo 15/08/1989, 3).

Para Collor, atrelar sua imagem à do presidente que havia causado uma reviravolta positiva nas relações com os EUA e na situação da dívida poderia ser uma boa alternativa ao duelo de campanha que se acirrava. No roteiro, também estava incluído um jantar na residência oficial do embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, para o dia 7 de setembro, além de encontros com o presidente da Câmara dos EUA, Tom Fowley, com empresários do *Council of America* e com os secretários de Estado, James Baker, e do Tesouro, Nicholas Brady. Se conseguisse uma reunião com Bush, aliás, Collor seria um dos raros casos em que um candidato era recebido, antes das eleições, pelo presidente norte-americano – exceção que havia sido aberta, recentemente, pelo próprio Salinas de Gortari (FSP 18/08/1989, B-5).

Os dias se passaram e não se falou mais da turnê de Collor de Mello pela América do Norte, por mais avançadas que estivessem as tratativas para os encontros de alto nível. O cancelamento da viagem convida a pelo menos três explicações. Em primeiro lugar, pode ser que não se tenha conseguido a audiência com Bush, o que reduziria drasticamente os benefícios relativos dos dez dias de ausência – os demais encontros, por relevantes que fossem, não causariam o mesmo impacto eleitoral. É também possível que a desistência estivesse ligada à tendência de estagnação em que o candidato se encontrava nas pesquisas. A sondagem do Datafolha realizada entre 19 e 20 de agosto, bem como a do Ibope, do dia 25 de agosto, mostrava que Collor atingira o teto das intenções de voto – estacionando em 41%, no primeiro caso, e em 44%, no segundo, o que o mantinha distante dos demais candidatos, mas não garantia a vitória no primeiro turno (Veja 18/10/1989, 46-7). Por fim, pode-se conjecturar que o candidato do PRN decidiu cancelar sua ida ao exterior em função de outro candidato que, à semelhança do que fizera Brizola em junho, tomou a dianteira e embarcou primeiro rumo aos Estados Unidos: Paulo Maluf.

Maluf havia resolvido viajar “furtivamente” aos EUA no dia 3 de setembro – data originalmente aventada para o início da excursão de Collor – ao fim de uma semana de conquistas eleitorais importantes. Depois de muito esforço, o pedessista conseguira polarizar o debate com Brizola, ameaçando-lhe a segunda colocação e criando embaraços ao ex-governador do Rio. Causou certa estranheza, portanto, a decisão do candidato do PDS de desaparecer por cinco dias

em vez de prosseguir ocupando os espaços abertos por Brizola. Percebendo, por outro lado, que dificilmente tiraria votos de seu principal oponente, Maluf decidiu atuar numa seara na qual Collor havia se saído bem: as viagens internacionais, vinculando seu nome ao de um estadista estrangeiro. O escolhido era Ronald Reagan, considerado o “político do século” dos EUA e de quem Maluf, segundo ele próprio, era amigo pessoal (FSP 10/09/1989, B-3).

O plano, contudo, não saiu como o esperado: Reagan não permitiu que fossem veiculadas imagens do encontro. Não bastasse isso, ao chegar em Nova York, o candidato do PDS foi vaiado por brasileiros residentes na cidade, ao participar de uma missa em comemoração ao Dia da Independência do Brasil. Diante do fiasco da viagem, Maluf tentou se esquivar de várias maneiras. Disse, por exemplo, que não tinha interesse de usar fotos de dirigentes estrangeiros na campanha e que seus objetivos na viagem eram muito maiores do que uma foto com o ex-presidente norte-americano. “Posso garantir que não é turismo que estou fazendo por aqui”, afirmou Maluf a jornalistas, ainda em sua primeira parada, Los Angeles (OESP 05/09/1989, 4). Quanto às vaias, o candidato acusou ter sido um caso isolado, tendo partido de uma única mulher, que “sofre das faculdades mentais”. O episódio, segundo ele, serviria para comprovar a “péssima” imagem do país no exterior (FSP 10/09/1989, B-3). A experiência de Maluf, avaliada pelo próprio comitê de campanha como um fracasso, era símbolo claro dos perigos de tentar-se atrelar a candidatura a alguma figura no exterior. Na medida em que a batalha eleitoral se acirrava, os custos de uma viagem internacional aumentavam dramaticamente.

Leonel Brizola foi o último a tentar capitalizar uma ida ao exterior antes do início da campanha na televisão, aproveitando um momento em que o pedetista estava em ascensão e sofrendo ataques de Collor, candidato em queda relativa nas intenções de voto. A estratégia, semelhante àquela que ele próprio e seu adversário haviam utilizado alguns meses antes, era a de se vincular a figuras importantes do cenário político europeu como forma de, a um só tempo, assegurar uma aura de credibilidade à candidatura e distinguir-se dos adversários à esquerda – já que Lula não tinha a mesma entrada nos círculos socialistas europeus – e à direita – já que Collor havia tentado se aproximar de alguns líderes da social-democracia do velho continente, mas sem sucesso. Na véspera do embarque para a Europa, Brizola participou do programa *Palanque Eletrônico*, na Globo, e deu a seguinte declaração:

Os partidos socialistas, sociais democratas e trabalhistas na Europa, aos quais somos ligados – (...) [têm] os governos mais avançados, as propostas mais modernas de governo. O Brizola caudilho, o Brizola que é tão desprezado pelas elites aqui foi acolhido lá. Imaginem que se me honraram escolhendo meu nome para Vice-Presidente da Internacional Socialista, alguma coisa viram no Leonel Brizola (...). Os nossos vínculos no mundo são com aquela constelação de nações e com aqueles estadistas: Mitterrand, Mário Soares, Felipe González, Craxi e com aquele homem

extraordinário, cheio de carisma, que até hoje a sua corrente não encontrou outro que o substituisse, que é o Willy Brandt. Enfim, nós nos colocamos aí (O Globo 10/09/1989, 16).

Em solo europeu, Brizola e sua esposa, Neuza Goulart, foram recebidos pelo papa João Paulo II no Vaticano. Apesar de não ser católico praticante, o candidato do PDT prometeu comportar-se como o Sumo Pontífice, se eleito presidente, dedicando um dia da semana a atender pessoalmente à população, a “todos aqueles que se sentirem desprezados pelos poderosos” (FSP 14/09/1989, B-3). A decisão de visitar a Santa Sé foi criticada pelos adversários que disputavam o segundo lugar nas pesquisas com Brizola: em entrevista com os candidatos à sucessão, Lula e Covas, que participaram juntos do programa de rádio, condenaram a atitude do pedetista. Para o tucano, “Igreja não deve ter candidato nem partido”. O petista preferiu a ironia: “Brizola deve ter muitos pecados” (OESP 13/09/1989, 4). Questionado por jornalistas se a audiência com o Papa tinha alguma ligação com o processo eleitoral no Brasil, Brizola disfarçou: “Não tem ligação direta, mas é natural que se divulgue o comportamento pessoal de Leonel Brizola de reverência, de respeito, de apreço pelos sentimentos religiosos de nosso povo” (OESP 14/09/1989, 5). Além do papa, o candidato do PDT encontrou-se com o primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi, e com seu contraparte espanhol, Felipe González.

A estratégia de Brizola teve impacto eleitoral pífio. O Datafolha dos dias 23 e 24 de setembro indicava 33% para Collor (contra 41% do mês anterior), 15% para Brizola (contra 14%) e 7% para Lula (contra 5%). Da mesma forma, o Ibope de 22 de setembro apontava 39% para Collor (contra 44% da pesquisa do dia 8 de setembro), 14% para Brizola (contra os mesmos 14%) e 7% para Lula (contra 6%) (Veja 18/09/1989, 57-8). A tendência de queda de Collor relacionava-se pouco com Brizola, que seguia estagnado, ao passo que Lula crescia pela esquerda (FSP 29/09/1989, A-2).

Nos meses seguintes, até a data do primeiro turno das eleições – 15 de novembro – os temas internacionais não voltaram a balizar as campanhas. Àquela altura, as identidades políticas dos candidatos já estavam relativamente consolidadas e não houve nenhum evento político de nível global que canalizasse as atenções políticas no Brasil. O único episódio que merece destaque no contexto da campanha ocorreu em fins de outubro, quando os embaixadores dos sete países mais industrializados do mundo, reunidos no Grupo dos Sete (G-7), promoveram encontros com cada um dos candidatos à presidência, com o objetivo de clarificar suas posições quanto a temas internacionais, em particular o tratamento à dívida externa e ao capital estrangeiro. Preocupava aos embaixadores, em particular, a radicalização dos discursos dos políticos que disputavam a presidência.

Dos sete principais candidatos, o único com quem os representantes do G-7 não conseguiram conversar foi Collor – que havia, recentemente, despertado a indignação dos países industrializados ao chamar os credores de “safados”. Segundo um assessor do candidato do PRN, “o Fernando não tem tempo disponível em sua agenda. Estamos na reta final da campanha. *Nossa preocupação agora é interna*” (O Globo 20/10/1989). A estratégia deu certo, e Collor sagrou-se o candidato mais votado no primeiro turno das eleições de 1989, com quase 29% dos votos válidos.

As eleições de 1989 e a queda do muro de Berlim

No mês transcorrido entre os dois turnos eleitorais, os candidatos não se debruçaram especificamente sobre temas internacionais, embora a campanha de Collor e Lula tenha ocorrido no contexto das repercussões da queda do muro de Berlim, iniciada na noite de 9 de novembro. Com ela, a dicotomia ideológica que pautara as décadas de Guerra Fria, bem como a retórica socialista, baliza de diversas campanhas que participaram da corrida presidencial, começavam a causar uma estranheza que seria impensável alguns meses antes. Ao passo que se dissolviam as fronteiras da cortina de ferro soviética, os projetos oferecidos pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, outrora progressistas, revestiam-se de incômodo anacronismo.

Isso serviu à campanha de Collor, que se esforçou em traçar uma linha muito clara entre o moderno, representado por ele, e o arcaísmo da frente de esquerda. A pouco mais de uma semana do pleito decisivo, o programa do candidato Fernando Collor de Mello anunciava, com uma voz em *off*, uma das virtudes que haviam permeado a imagem e o discurso daquela campanha nos intensos meses que precederam ao pleito: a modernidade. “Para fazer o programa mais moderno dos candidatos, Collor viajou muito, pelo Brasil e pelo exterior; único estadista que pode por o Brasil ao lado das nações mais desenvolvidas do mundo”. Às vésperas da eleição, no último debate entre os contendores – que deixou sua marca na história pela edição tendenciosa ao candidato à direita, que o impulsionou na reta final –, Collor demarcava, apropriando-se do espírito do tempo, as diferenças profundas entre ele próprio e Lula: “De um lado está a candidatura do centro democrático, por mim representada, do outro lado está uma candidatura que esposa teses estranhas ao nosso meio, teses marxistas, teses estatizantes, teses que não primam pelos princípios democráticos consagrados na nova carta constitucional” (FSP 11/12/1999).

Aos 17 de dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello sagrava-se vitorioso nas urnas, com mais de 35 milhões de votos. O primeiro presidente eleito pela via direta após três décadas de turbulências e exceções políticas havia chegado ao cargo máximo da República com a promessa de levá-la rumo à modernidade, colocando o Brasil no rol das nações desenvolvidas, o que envolvia um imbricado jogo entre pactos domésticos, decisões econômicas e barganhas internacionais.

Conduzir o Brasil ao Primeiro Mundo exigiria de Collor e seu governo, a um só tempo, recompor a economia do país e adequá-la a um mundo em transformação, marcado pelo aprofundamento da interdependência financeiro-comercial e pelo rearranjo das forças políticas e econômicas. Nesse esforço do novo presidente de conformar do Brasil às expectativas e prognósticos globais, somente restava-lhe saber por onde começar.

Considerações finais

No momento em que este texto foi originalmente escrito, em 2014, ainda não era possível identificar um padrão na estratégia internacional de candidatos à presidência da República. Nos ciclos eleitorais posteriores a 1989, nenhum presidenciável fez campanha no exterior. O cenário, contudo, mudou radicalmente no pleito de 2018, graças ao então deputado Jair Bolsonaro. Logo que apresentou sua pré-candidatura, embarcou em uma série de missões parlamentares – Israel, em 2016; Estados Unidos, em 2017 e Japão, Coreia do Sul e Taiwan, em 2018 – como parte integrante de seus esforços de campanha. O triunfo eleitoral de Bolsonaro, amparado por boas relações com comunidades judaica e evangélicas, com o mercado financeiro e com um amplo espectro da população identificado com o anticomunismo, evidencia que a escolha dos destinos estrangeiros não foi fortuita: cada um dos países visitados possuía significado simbólico e material junto a grupos que o apoiaram. Mais que isso, reforçam o argumento, ainda carente de teorização específica, de que candidatos à presidência (no Brasil ou no mundo) costumam recorrer a viagens internacionais para consolidar certas identidades políticas, na ausência de referenciais domésticos. Às vésperas de um novo ciclo eleitoral no país, já é possível notar movimentos específicos rumo ao exterior, sobretudo da parte do atual presidente, Bolsonaro, e do ex-presidente Lula, seu principal oponente na corrida presidencial. Desta vez, por uma razão diferente: em vez de buscar identidades novas, ambos necessitam defender seu legado político, tanto dentro quanto fora do Brasil.

Referências bibliográficas

- Aith, Marcio. “Desafios e euforia do amigo americano de Lula”, *Folha de São Paulo*, 09 de dezembro de 2002.
- Araujo, Motta. “A história do Istituto per la Ricostruzione Industriale”, 15 de maio de 2014. Disponível em <http://jornalggn.com.br/noticia/a-historia-do-istituto-per-la-ricostruzione-industriale>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.
- Arquivo Nacional. “Jânio Quadros visita Cuba”, 2 de maio de 2019. Disponível em <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/67-surpresa/154-janio-quadros-visita-cuba.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.
- Collor de Mello, Fernando. “Projeto Brasil Novo”. Em: Claret, Martin. *O Fenômeno Collor*. São Paulo: Martin Claret, 1989, p. 107.

- Corrêa do Lago, André Aranha. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2006.
- Dallari, Pedro. “Quem tem medo de Lula e Gabeira?”, *Folha de São Paulo*, 22 de junho de 1989, p. A3.
- Dimenstein, Gilberto. “Covas versus Covas”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989a, p. A-2.
- Dimenstein, Gilberto. “Delfim ironiza Covas”, *Folha de São Paulo*, 05 de julho de 1989b, p. A-2.
- Dimenstein, Gilberto. “A OLP e as eleições”, *Folha de São Paulo*, 15 de agosto de 1989c, p. A-2.
- Dirceu, José. “De volta à cúpula”, *Folha de São Paulo*, 23 de junho de 1989, p. A-3.
- Faria, Tales. “Raposas à solta”. *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 1989, p. A-2.
- Folha de S. Paulo (FSP), New York Times (NYT), O Estado de S. Paulo (OESP) e O Globo, Veja, diversas edições.
- FPA (Fundação Perseu Abramo). “O PT e as eleições presidenciais de 1989”. **Documentos**, no. 8, ano 6, 2012.
- Francis, Paulo. “George Bush intercede pelo México, mas não pelo Brasil”, *Folha de São Paulo*, 08 de julho de 1989, p. B-4.
- Genoíno, José. “O PT entre o arcaico e o moderno”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989, p. A-3.
- Kinzo, Maria D’Alva G. “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, no. 54 (2004): 23-41. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>
- Lins da Silva, Carlos Eduardo. “O candidato de plástico”. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1989, p. A-2.
- Lins da Silva, Carlos Eduardo. “Ausência veio na hora certa”, *Folha de São Paulo*, 04 de julho de 1989, p. A-4.
- Lopes, Dawisson e Carlos Aurélio Pimenta de Faria. “Eleições presidenciais e política externa brasileira”. *Estudos Internacionais*, vol. 2, no. 2 (2014): 139-147.
- Noblat, Ricardo. *O Céu dos Favoritos: o Brasil de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990.
- Ricupero, Rubens. “Um projeto de política externa para o Brasil”. Em: *Visões do Brasil*, org. Ricupero, Rubens, 188-192. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- Ricupero, Rubens. Entrevista ao autor, 30 de outubro de 2014.
<https://doi.org/10.21134/22553568.2014.6.EJA>
- Rodrigues, Newton. “Viagem de candidato”, *Folha de São Paulo*, 1º de julho de 1989, p. A-2.
- Rossi, Clóvis. “Collor, visto de perto”. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1989, p. A-2.
- Sachs, Jeffrey. “The Bolivian Hyperinflation and Stabilization”. *AEA Papers and Proceedings*, May 1987. <https://doi.org/10.3386/w2073>
- Singer, André. “Acabou a geléia”. *Folha de São Paulo*, 23 de julho de 1989, p. A-2.
- United Nations. “Report of the World Commission on Environment and Development: our common future”, 1987.
- Waack, William. “De Paris a Mombaça, tudo é festa”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de julho de 1989, p. 2.
-

Watkins, Thayer. “Privatization in France”, *Economic Department of San Jose State University*, 2003.

Weffort, Francisco C. “De volta ao gueto?”, *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 1989, p. A-3.

Recebido: 18 de dezembro de 2021

Aprovado: 03 de fevereiro de 2022

O Levante de Varsóvia entre a historiografia soviética e ocidental

The Warsaw Uprising between Soviet and Western historiography

El levantamiento de Varsovia entre la historiografía soviética y occidental

Dennison de Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0002-9120-5938>

Moisés Wagner Franciscon**

<https://orcid.org/0000-0001-7795-3270>

RESUMO: Por meio do levantamento bibliográfico das historiografias dos aliados ocidentais e a historiografia oficial soviética procurou-se evidenciar as transformações e interpretações contenciosas proporcionadas por ambos os lados durante a Guerra Fria e além desta para um dos episódios que anunciavam a nova realidade de uma Guerra Fria interaliada substituindo o conflito em curso. A troca de acusações e inversões de narrativas, se contidas a princípio, conduziram os trabalhos historiográficos das décadas subsequentes. Sua condução permitiu a elaboração de justificativas para o quadro geopolítico dominante. O destino da Polônia permaneceu incontestável pela realidade da disposição das forças, mas não em sua moralidade. Permitiu a acusação da natureza traiçoeira e autoritária formulada por ambos os lados ao rival político-econômico-ideológico, dissimulando os interesses mutuamente imperiais.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Historiografia soviética. Levante de Varsóvia.

* Professor Titular do Departamento de História da UFPR. Bacharel e Licenciado em História (UFPR, 1987), Mestre em Ciência Política (UNICAMP, 1990), Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995), Pós-Doutor em Estudos Estratégicos (INEST/UFF, 2014). Autor de *Os soldados alemães de Vargas*. Curitiba: Juruá, 2008; *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Juruá, 2008; *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015; *Extermine o inimigo: blindados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015, entre outros. E-mail: dennisondeoliveira@gmail.com.

** Professor SEED-PR, membro da seção de História do NRE-Campo Mourão. Licenciado em História (UEM, 2003), Mestre em História (UEM, 2013), Doutor em História (UFPR, 2019), Pós-Doutorado em andamento (UFPR, 2021-). Autor de *A revista Veja e o bloco soviético, do império do mal ao fracasso do comunismo: 1985-1991*. Curitiba: CRV, 2013. E-mail: mw.franciscon@hotmail.com.

ABSTRACT: Through the bibliographic survey of the historiographies of the Western allies and the official Soviet historiography, we sought to highlight the transformations and contentious interpretations provided by both sides during the Cold War and beyond this for one of the episodes that announced the new reality of a combined Cold War replacing the ongoing conflict. The exchange of accusations and inversions of narratives, if contained at first, led the historiographic works of the subsequent decades. Its conduction allowed the elaboration of justifications for the dominant geopolitical framework. Poland's fate remained unchallenged by the reality of the forces' disposition, but not in their morality. It allowed the accusation of the treacherous and authoritarian nature formulated by both sides to the political-economic-ideological rival, concealing the mutually imperial interests.

Keywords: Second World War. Soviet historiography. Warsaw uprising.

RESUMEN: A través del relevamiento bibliográfico de las historiografías de los aliados occidentales y la historiografía oficial soviética, buscamos resaltar las transformaciones e interpretaciones contenciosas proporcionadas por ambos bandos durante la Guerra Fría y más allá de ésta para uno de los episodios que anunciaban la nueva realidad de una Guerra Fría combinada, reemplazando el conflicto en curso. El intercambio de acusaciones e inversiones de narrativas, si se contenía en un principio, condujo a los trabajos historiográficos de las décadas posteriores. Su conducción permitió la elaboración de justificaciones del marco geopolítico dominante. El destino de Polonia no fue desafiado por la realidad de la disposición de las fuerzas, pero no por su moralidad. Permitted the accusation of treason and authoritarianism formulated by both sides to the political-economic-ideological rival, concealing the mutually imperial interests.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial. Historiografía soviética. Levantamiento de Varsovia.

Como citar este artigo:

Oliveira, Dennison de; Franciscon, Moisés Wagner. "O Levante de Varsóvia entre a historiografia soviética e ocidental". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 118-146.

Introdução

O Levante de Varsóvia¹ é entendido por alguns como o primeiro episódio da Guerra Fria (Lucas 1975). Porém, as relações soviético-americanas mal foram conturbadas (não mais que outros

¹ O Levante de Varsóvia foi uma revolta ocorrida entre 1 de agosto de 1944 e 2 de outubro de 1944, promovida por membros de grupos clandestinos poloneses com o intuito de expulsar as tropas alemãs na capital e declarar um governo polonês, aproveitando-se do enfraquecimento daquelas pela aproximação do Exército Vermelho. Contando com o apoio anglo-americano, mas sem o soviético, que sequer fora informado para montar e coordenar o auxílio com antecipação, o levante foi derrotado e Varsóvia, destruída.

pontos de discórdia entre seus diplomatas em acontecimentos anteriores), ao contrário das anglo-soviéticas. E, mesmo estas, deslançaram novamente no fim do mesmo ano de 1944 quando o comando aliado (e Churchill, em especial) pediu a Stalin que a nova ofensiva soviética ao longo dos rios Vístula e Oder fosse antecipada, de forma a desafogar os exércitos anglo-americanos em dificuldades nas Ardenas. Além do criterioso cumprimento, por parte da URSS, do “Acordo das Porcentagens” estipulado com a Inglaterra, que, por sua vez, sepultou durante algum tempo a questão polonesa.

Se, no momento de sua eclosão até seu encerramento, o levante não provocou uma crise realmente séria na aliança antinazista, após a guerra, com o início de fato da Guerra Fria e das sucessivas e crescentes tensões entre as superpotências, a historiografia de ambos os lados se debruçou sobre o episódio, que ganhou o vulto que não conheceu em sua própria época. Apesar de semear novas dúvidas entre os aliados, não se tratou de uma dinâmica original em suas relações e desconfianças mútuas.

Parte considerável da historiografia ocidental concordou com o argumento surgido em meios conservadores contemporâneos à sublevação² – e nos diários do primeiro-ministro inglês – de que o fracasso do levante deveu-se exclusivamente aos planos expansionistas de Stalin. Alguns historiadores conservadores posteriores (inclusive aqueles impelidos com a nova guerra fria³ entre o Kremlin e Washington devido à expansão da OTAN para as fronteiras russas – Polônia em 1999, Báltico em 2004, a ruptura do Tratado INF por parte dos EUA em agosto de 2019, e avessos a própria imagem e lembrança do comunismo) foram além do âmbito político-diplomático em suas acusações, envolvendo também a sorte da população local e de “aliados” ocidentais. A historiografia oficial soviética, por sua vez, era impelida por três elementos: caracterização da

² Davies (2006, 353-354) afirma que até o dia 11 de agosto a imprensa ocidental manteve uma postura apaziguadora com os soviéticos, publicando suas motivações para a interrupção do avanço no sentido Vístula-Berlim. Neste dia, um artigo no *L'Osservatore Romano*, o jornal diário do Vaticano que também serve de imprensa oficial da Santa Sé, acusou a URSS de paralisar os ataques deliberadamente, com fins políticos. Os jornais ingleses inicialmente atacaram o diário, que pretendia promover uma fissura na aliança que combatia o Eixo. Nos dias seguintes, no entanto, os jornais britânicos de linha conservadora, a começar pelo *Manchester Guardian*, em 22 de agosto, e a coluna do jornalista George Orwell no *Tribune*, adotaram a crítica vaticana (Orwell ainda se notabilizaria pelas notas da discussão com o historiador Geoffrey Barraclough, que criticara o levante e o AK, em primeiro de setembro). No dia seguinte ao artigo no *L'Osservatore Romano*, Churchill teria confidenciado a Anthony Eden, sucessor de Stafford Cripps como líder da Câmara dos Comuns, seus temores quanto a boa-fé de Stalin. Em seguida, comunicaria o mesmo aos americanos e também ao Ministro da Informação do Reino Unido, seguido de uma carta a este, em que se queixa da pouca ressonância do “comportamento estranho e sinistro dos russos” quanto à Varsóvia (Davies, 2006, 355;399;362).

³ Não se refere aqui à Nova ou Segunda Guerra Fria, como apontada por Halliday (Munhoz 2005; 2020), que marcou a maior parte dos anos 1980, mas a um novo período de tensão que se segue ao do fim da Guerra Fria com os subsequentes anos Yeltsin e que tem marcado as relações russo-americanas em um crescente desde a chegada de Putin ao poder e a reafirmação do status de potência pela Rússia (Cohen 2019). O Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, INF, assinado por Gorbachev e Reagan em 8 de dezembro de 1987 eliminava os mísseis de médio alcance soviéticos e americanos em solo europeu, cuja implantação levou à crise dos euromísseis em 1983.

possibilidade de libertação europeia do nazismo em sua área de influência apenas pela ação soviética; o empenho dos futuros líderes da Polônia (reconhecidos em Moscou) em comum acordo com o Kremlin e gozando do suporte da população polonesa; a negação das acusações dos historiadores ocidentais entendidos como antissoviéticos ou antissocialistas. A historiografia ocidental, uma vez que raramente aborda a versão soviética sobre o ocorrido⁴, não repete o último item constituinte da narrativa historiográfica soviética. No entanto, possui os demais, com o sinal inverso, realçando a importância ocidental no evento. Os grupos que se digladiavam pelo poder na Polônia liberada dos nazistas foram alardeados por seus respectivos patrocinadores em Londres e Moscou como os únicos e verdadeiros representantes da Liberdade – o que o passado e o futuro de ambos punham em dúvida para o observador que desejasse manter o mínimo de imparcialidade sobre os campos em conflito.

A guerra iniciou-se eventualmente pela manutenção por parte da Inglaterra e da França dos compromissos assumidos com a Polônia do regime dos coronéis ou Sanacja, ao contrário do desfecho tchecoslovaco. O Levante foi a oportunidade última para Londres gerar uma situação justificadora para a guerra. Para seu império, a guerra faria sentido com a absorção da Polônia da órbita alemã para a sua própria⁵, mas não o faria se caísse sob influência de um novo rival continental. Sua história também permitiria aos anglo-saxônicos desculpar seu abandono dos poloneses livres no pós-guerra em vista dos esforços para uma vitória do governo polonês no exílio londrino. Para a URSS, significa a existência ou não de um antigo inimigo, de suma importância estratégica na Guerra Fria que se esboçava como substituta das políticas de supressão ou não-reconhecimento.

O levantamento bibliográfico realizado, que coligiu os principais trabalhos realizados por ambas as historiografias (inclusive envolvidos diretos, como Churchill e Zhukov) durante e após a Guerra Fria, em edições primordialmente em português, secundariamente em espanhol e marginalmente em russo, mostra que ambos os lados da Cortina de Ferro pretenderam dar a vitória para sua própria versão, sem conseguir abafar completamente as vozes dissonantes internas⁶,

⁴ A exceção fica com o jornalista e correspondente de guerra russo de nascimento, mas radicado na Inglaterra desde a Revolução, Alexander Werth (1966). Em geral, quando a versão soviética é citada, é negada logo em seguida. Werth, que entrevistou os generais soviéticos nos subúrbios de Varsóvia e acompanhou a atividade do exército soviético de perto, reforça a versão de incapacidade de ação militar.

⁵ Em 1934 os dois regimes fascistas assinaram um pacto de não-agressão que aproximou a ambos, e que foi denunciado por Hitler em abril de 1939. Interessante lembrar a flutuação de zonas de influência formada pelas ditaduras europeias e disputadas pelas aliadas Itália e Alemanha (Cienciala 2011).

⁶ O Levante permaneceria na vida política polonesa por muitos anos. Em 1976 a oposição na sociedade civil ao governo socialista fundou o Comitê de Defesa dos Trabalhadores, *Komitet Obrony Robotników*, KOR, para prestar assistência para além da esfera estatal e dar publicidade à oposição. Dois de seus membros principais era antigos oficiais do AK (Kotkin 2013, 161). Andrzej Wajda, valendo-se do ambiente de desestalinização e da vitória da propriedade camponesa da terra sobre a coletivização, rodaria seu filme *Kanal* (1957) com uma representação nada elogiosa para os soviéticos e o POP.

utilizando interpretações opostas e interessadas dos mesmos fatos, bem como elegendo fatos diferentes como base para suas narrativas.

Historiografias em conflito

Historiadores soviéticos, em geral, preferiam silenciar-se sobre o levante. Seu fato central é o estabelecimento do governo polonês pró-soviético em Lublin, e não os acontecimentos na capital. Quando lembrados⁷, são classificados como uma aventura reacionária, sob comando de um grupo elitista de exilados a serviço do imperialismo britânico, inconscientes e inconsequentes da situação no front e sem chances reais de sucesso contra os alemães. O contrário pode ser afirmado sobre a historiografia ocidental⁸. Seu fato central é o Levante, e o Comitê Polonês de Libertação Nacional (CPLN) de Lublin é que se torna o fato acessório e secundário, origem de um governo ilegítimo de fantoches pró-soviéticos. Ambos os lados procuram validar seus respectivos governos e desclassificar o rival. Cada qual assegura que os aspirantes ao poder na Polônia a si alinhados defenderam a libertação e democracia no país, enquanto o poder antagonista pretendente omitiu-se. Assim, para os soviéticos, os nacionalistas preferiram resguardar suas energias para combater as forças progressivas, comunistas e o próprio Exército Vermelho em seu avanço através da Polônia para Berlim, em vez de atacar os nazistas. Para os poderes ocidentais e seus historiadores militares, o inverso, com a denúncia da inexistência no país de uma organização e atividade de guerrilha ou exército nacional (o Exército de Berling ou 1º Exército, *Pierwsza Armia Wojska Polskiego*, é visto como marionete ou mesmo a falsificação de oficiais e soldados russos sob a bandeira bicolor polonesa (Prazmowska 2003, 123-125)⁹ ou filiação partidária comunista realmente de massa ou a paralização do Exército Vermelho nos subúrbios de Varsóvia, abandonando os combatentes

⁷ Muitas vezes, não o são, como em Nikolaev e Israelian (1970), Riábov (1983), Rozanov (1963), e o marechal Ivan Konev (1970), apesar de comandar a 1ª Frente Ucrâniana na Operação Lvov-Sandomierz, atingindo o Vístula no mesmo momento, quase não menciona o teatro polonês.

⁸ Há historiadores ocidentais que analisam o evento de maneira equilibrada, mas ainda assim enfatizam a questão de Varsóvia e não Lublin. O brigadeiro britânico Peter Young (1980, p.198) menciona essa importante linha que afirma que “Stalin deixa massacrar os insurretos de Varsóvia” por os considerar inimigos de classe, tendo os nazistas realizado seu trabalho futuro, um novo massacre de Katyn, ainda descrevendo uma Varsóvia esvaziada de forças alemãs, um Rokossovsky que se nega a falar com o AK e com tropas e armas soviéticas que se sentam e calam do outro lado do rio Vístula (Cartier, 1977, p.595; 598).

⁹ Enquanto os poloneses de Anders são lembrados pelos historiadores militares do Ocidente pela bravura de optar por continuar lutando ao lado de ingleses e americanos, Zaloga (2013) afirma que os soldados poloneses de Berling, retirados de campos de prisioneiros, entre soldados soviéticos de sangue polonês e voluntários, precisavam optar entre lutar e trabalhar no Gulag. 40% dos oficiais seriam soviéticos da Ucrânia e Bielorrússia, e a proporção seria muito maior entre técnicos da aviação, artilharia ou comunicação e seus controladores. Assim, dois exércitos poloneses lutaram contra a Alemanha após a rendição do país. A grande maioria oriunda das tropas polonesas rendidas pelos soviéticos em agosto de 1939. O contingente que lutou no teatro ocidental sob o comando inglês e em seguida americano, os homens de Władysław Anders, formou-se primeiro e, em seguida, os que lutaram no teatro oriental, sob comando soviético, os homens do general Zygmunt Berling.

adeptos do governo exilado em Londres à própria sorte, nas mãos dos nazistas (por ex., Kotkin 2013, 167-168).

Mesmo uma obra destinada a combater a “falsificação” da história pelos colegas dos países ocidentais (Kulkov; Rjchevski; Tchelichev 1985) não se importa em reafirmar a versão soviética deste cenário da guerra, apesar de seus esforços no caso Katyn. Vagamente se refere à entrada dos soviéticos no território polonês. Os autores preferem reforçar o mote oficial de que “ao enviar as suas forças armadas para a libertação dos países da Europa e da Ásia, a União Soviética nunca se imiscuiu nos seus assuntos internos”, citar o número de soviéticos mortos na tarefa libertadora (600 mil na Polônia) e a força da atividade revolucionária local (a passagem dos membros do partido comunista na Polônia de 4 mil membros em 1942 para 20 mil em 1944), demarcando o estabelecimento do novo regime como fruto das forças sociais internas e não de sua própria atuação, e a luta polonesa antifascista como exclusivamente socialista (Kulkov; Rjchevski; Tchelichev 1985, 307; 311; 329). O general do Estado-Maior Sergei Shtemenko, que participara da organização e condução da Operação Bagration (até junho coordenara a 2ª Frente Bielorrussa, que tentaria forçar o Vístula imediatamente ao norte de Varsóvia logo depois. A partir de julho, no entanto, foi deslocado para a 3ª Frente Báltica, ao norte), prefere passar dos avanços ao norte junto à Prússia Oriental para o sul, na Romênia, sem citar Varsóvia. Afirma que os planos originais previam cruzar a Prússia Oriental até a foz do Vístula no Báltico, porém o esgotamento das tropas impôs “objetivos mais modestos” (Shtemenko 1985, 312). Tal movimento isolaria Varsóvia.

Uma exceção é a narrativa detalhada do próprio marechal Zhukov, que reforça a história oficial. Ainda em julho, Stalin expressava mais interesse em Lvov do que no Vístula: “Usted [Zhukov] y Kónev propenden a tomar antes el Vistula. Pero el río no se nos va a escapar. Terminen cuanto antes el asunto de Lvov” (Zhukov 1970, 602). A antiga Leópolis/Lemberg seria renomeada pelos poloneses para Lwów em 1919, se tornaria Lvov com os soviéticos em 1939, Lemberg com os alemães em 1941 e novamente Lvov/Lviv em 1944. Afirmando que Varsóvia nunca foi um objetivo sério permite maior justificativa para a ação soviética. Apesar do fato óbvio da corrida para as capitais europeias para se obter o controle de todo o território a ser finalmente decidido poucos meses depois, na Conferência que se avizinhava em Yalta (por exemplo, a ação inglesa em Atenas, ou, posteriormente, o fim da guerra para os soviéticos no dia 9 e não 8 de maio, legitimando o controle sobre Praga, ou o debate sobre o rumo para Berlim entre os aliados). Zhukov desempenhou papel importante. Foi enviado de Moscou para a região de Varsóvia para averiguar a situação da 1ª e 2ª Frentes Bielorrussas e do estado das tropas após os esforços da Bagration. Refirma que nem Moscou, nem os comandantes soviéticos no front e nem os poloneses de Berling

foram avisados do Levante, Stalin enviou dois paraquedistas para servirem de ligação com os sublevados, mas seu líder, Bór-Komorowski, os mandou embora. Ainda assim as tropas soviéticas e polonesas pró-soviéticas procuraram atingir e se unir com os revoltosos. Mas com o desgaste, contra-ataque alemão, e a falta de qualquer coordenação entre as forças, recuaram¹⁰. Em seu retorno ao Kremlin, no dia 2 de outubro, Stalin e Molotov pressionavam pela captura de Varsóvia. Zhukov e Rokossovski explicam que apenas uma manobra de envolvimento, impossível no momento, poderia ser vitoriosa. Não era o momento para a insurreição¹¹. Caberia ao marechal o controle da 1ª Frente Bielorrussa, que libertaria definitivamente a capital em janeiro de 1945.

Outra narrativa detalhada está presente no livro do então marechal, membro do Politburo e ministro da Defesa entre 1967-76, Andrei Grechko (fora general do 1º Exército da Guarda na 4ª Frente Ucraniana na Hungria e Áustria), comemorando os 30 anos do fim da guerra (publicado em russo em 1975, e em português em Moscou em 1985, quando a retórica da missão internacionalista e libertadora do Exército Soviético ganha novo significado no Afeganistão), em parceria com outros oficiais-historiadores, como o famoso coronel Mikhail Semiriaga. Desde o início procura afirmar o POP (Partido Operário Polonês) como legítimo representante do povo polonês. Lembra

¹⁰ “Por orden del mando del 1er. Frente Bielorruso cruzaran el Vístula y ocuparan el malecón de Varsovia tropas soviéticas y polacas. Pero Bor-Komarovski tampoco esta vez hizo nada por cooperar con ellas. Pronto los alemanes allegaran fuerzas considerables al malecón y comienzan a presionar sobre nuestras unidades [...]. Yo pude comprobar que nuestras fuerzas habían hecho todo lo posible por ayudar a los insurgentes, pese a que, repito, el alzamiento no había sido concertado en absoluto con el mando soviético. Todo el tiempo – antes y después de la retirada forzosa de nuestras tropas – el 1er. Frente Bielorruso prestó ayuda a los insurgentes, lanzando desde aviones víveres, medicamentos y municiones. Recuerdo que la prensa occidental propaló al respecto no pocas noticias tendenciosas susceptibles de confundir a la opinión pública [...] Yo no participé em la organización de esa ofensiva, cuya finalidad operativa me era incomprendible, y que tanto quebrantaba a nuestras tropas. K. K. Rokossovski era de la misma opinión, pero, según dijo, el Gran Cuartel General exigía que el 47º ejército saliera al Vístula en el sector Modlin-Varsovia y ampliara la cabeza de puente en el río Nárev. Telefoné al Supremo, informándole de la situación, y le pedí permiso para suspender los combates ofensivos en el sector del 1er. Frente Bielorruso, toda vez que no abrían perspectiva alguna, y ordenar que pasaran a la defensiva las tropas de su ala derecha y las del ala izquierda del 2º Frente Bielorruso, para que descansaran y recibirán los necesarios refuerzos” (Zhukov 1970, 610-611).

¹¹ “Despliego el mapa y explico. Veo a Stalin nervioso: se acerca al mapa, se aleja, vuelve, me mira fijamente a mí, escruta la carta, a Rokossovski. Deja a un lado la pipa, síntoma inequívoco de estar desasosegado y descontento por algo.

- Camarada Zhúkov – me interrumpió Mólto - , usted propone suspender la ofensiva cuando el enemigo, quebrantado, no está en condiciones de aguantar la presión de nuestras tropas. ¿Acaso es razonable lo que sugiere?

- El enemigo ha logrado ya establecer su defensa y alegar las reservas necesarias – le repliqué -. Ahora está rechazando con eficacia nuestros ataques. Y nosotros padecemos bajas, absolutamente injustificadas.

- ¿Usted respalda la opinión de Zhúkov? – Pregunta Stalin a Rokossovski.

- Sí. Estimo que hay que dar a las tropas descanso y tiempo para que se recuperen, después de una tensión tan prolongada [...].

- Bien, ¿y si se apoya al 47º ejército con aviación y se le refuerza con tanques y artillería, será capaz de llegar al Vístula entre Modlin y Varsovia? [...]. ¿Y qué opina usted? – inquirió el Supremo, dirigiéndose a mí.

- Me parece que esta ofensiva no nos depara más que pérdidas – reiteré -. Y desde el punto de vista operativo, no nos es imprescindible la zona noroeste de Varsovia. Varsovia hay que tomarla flanqueándola por el sudoeste, asistiendo al mismo tiempo un poderoso golpe tajante en la dirección de Lodz-Poznan. En el frente no tenemos ahora fuerzas para eso” (Zhukov 1970, 611-612).

de sua fundação ainda em janeiro de 1942. O governo do exílio é citado episodicamente¹², conspirando contra os libertadores soviéticos e a favor do antigo regime militar polonês¹³. A forte presença de soviéticos (ucranianos e bielorrussos dos territórios em litígio na fronteira soviética-polonesa epicentro da Guerra Polonesa-Soviética de 1919-1920 e da invasão soviética em 1939) nos grupos guerrilheiros e exército pró-soviético poloneses¹⁴, é vista como prova da luta comum contra o nazismo e da necessidade da liderança soviética. Ao mesmo tempo, elenca que tanto a política do Governo do exílio quanto os nazistas constituíam um desafio à democracia no país. “As tropas soviéticas estavam determinadas a derrotar os Exércitos alemães e a auxiliar o povo polonês em seus esforços para libertar-se do jugo do invasor alemão e para estabelecer uma Polônia independente, forte e democrática” (Grechko 1985, 64). O ressurgimento das forças armadas não é atribuído ao AK (unidades de combatentes regulares e irregulares sob controle dos exilados em Londres), mas sim à fusão do Armia Ludowa com o 1º Exército polonês num único exército, o

¹² “Enquanto o POP prosseguia defendendo a idéia da luta armada ativa contra o invasor, o Governo polonês exilado em Londres e seus representantes na Polônia ocupada recorreram à tática da procrastinação passiva – “resistência com as armas no chão”. A Armia Krajowa, uma organização militar conspiradora subordinada ao Governo no exílio, recebeu também ordens estritas para aderir a esta tática. Tal tática, desenvolvida na esperança de que a Polônia fosse libertada pelos aliados ocidentais, pretendia preservar a Armia Krajowa para que ela tivesse forças para trazer o Governo burguês reacionário de volta ao poder no país. Mas as forças patrióticas polonesas não pretendiam esperar passivamente enquanto o Exército soviético combatia o invasor nazista, e destacamentos da Armia Krajowa e guerrilheiros poloneses passaram a cooperar com frequência cada vez maior com a Gwardia Ludowa. Muitos oficiais e soldados soviéticos que haviam fugido de campos de prisioneiros de guerra também participaram ativamente da luta armada dos patriotas polacos. Um destacamento comandado pelo Primeiro-Tenente F.N. Kovalev foi um dos primeiros a se unirem à Gwardia Ludowa” (Grechko 1985, 54-55). Por direito e por lei o poder pertenceria aos pró-soviéticos e não aos pró-ingleses, que sequer deteriam o controle certo do AK.

¹³ “O desejo das massas polonesas de iniciarem a luta armada pela libertação social e nacional e as vitórias decisivas do Exército soviético sobre os alemães forçaram o Governo polonês no exílio a renunciar a sua política temporizadora. Obedecendo às suas instruções, o Quartel-General Central da Armia Krajowa elaborou um plano conhecido como “Tempestade”, que previa uma série de golpes sobre as forças alemãs em retirada, capacitando assim os representantes do Governo polonês em Londres a estabelecerem o controle sobre certas regiões do país logo após a chegada das tropas soviéticas – ou seja, a tomarem o poder”; “O Governo polonês no exílio em Londres baseava sua política no anti-sovietismo, e em sua atividade contra as forças progressistas polonesas e contra a União Soviética, apoiavam-se os círculos dominantes ingleses e norte-americanos, que desejavam restabelecer a antiga ordem burguesa e reacionária na Polônia e assim manter o país sob sua influência. Tentaram por todos os meios convencer a União Soviética a reconhecer o Governo polonês no exílio, e defenderem as pretensões deste último às áreas ocidentais da Bielo-Rússia e da Ucrânia. Entretanto, o Governo soviético considerou que só o desenvolvimento democrático da Polônia poderia resolver a questão polaca”; “A participação do 1º Exército polonês em batalhas no território da Polônia enfatizou o fato de que na libertação de que na libertação da Polônia, enquanto Estado soberano, suas próprias forças tiveram um papel bem definido, atuando em íntima cooperação com o Exército soviético. A entrada do Exército soviético e do 1º Exército polonês na Polônia e seu avanço em direção ao Vístula despertou grande entusiasmo no povo polonês. A população das regiões libertadas recebeu calorosamente o Exército soviético e as tropas polonesas e expressou a eles sua profunda gratidão. Os patriotas poloneses ajudaram ativamente as tropas soviéticas” (Grechko 1985, 55; 57; 62-63) e não o AK. Coube ao CPLN (e não aos londrinos) “o renascimento de uma Polônia forte e independente”.

¹⁴ Grechko menciona que soviéticos compunham 85% de duas das cinco brigadas polonesas formadas em 1944 na região de Kielce, além da ação de 7 grandes formações e 26 destacamentos independentes de partisanos soviéticos operando no leste da Polónia (Grechko 1985, 56). Da mesma forma, a escolha do então Coronel-General Nikolai Bulganin, figura de relevo e membro do Stavka (alto-comando soviético), futuro ministro da Defesa e presidente da URSS, para ser o representante soviético para o CPLN (e que para os ocidentais significaria o controle de perto do Kremlin sobre os fantoches locais) é vista como sinal da importância da nova aliança forjada (Grechko 1985, 65).

Wojsko Polskie, em 21 de julho: “pela primeira vez na história da Polônia, suas forças armadas seriam o baluarte dos trabalhadores”. Vários trechos são uma negativa da ingerência soviética na administração, fronteiras, forças armadas, economia, política nacional ou das localidades libertadas. Ao contrário dos aliados ocidentais.

Os Governos inglês e norte-americano abordaram a questão polaca de um ângulo completamente diferente. Aumentaram seu apoio ao Governo polonês no exílio, a despeito do fato de ele estar isolado e não expressar os interesses e aspirações do povo polonês, além de ter sido incapaz de unir-se às forças democráticas que apoiavam as políticas doméstica e externa do CPLN (Grechko 1985, 56).

Tal governo, ilegítimo por seu elitismo, antissovietismo, se recusar a lutar e permanecer distante do país, não poderia conceber uma operação militar que correspondesse à realidade do momento, às forças do inimigo, à dos aliados e à própria, pondo a perder a população, os soviéticos e o próprio AK¹⁵. Se havia unidades em Praga, o flanco direito estava a 150 quilômetros de distância. As duas alternativas do Stavka, abrir caminho imediato para defender o flanco ou permanecer sob ameaça, não eram uma possibilidade diante dos reforços e do contra-ataque

¹⁵ “Não dando importância à situação na frente de batalha e sem informar o comando soviético, condenando, assim, o levante ao fracasso. Os primeiros 30.000 insurgentes a entrarem em ação tinham apenas 1.000 fuzis, 300 submetralhadoras, 67 metralhadoras, 1.700 pistolas e munição para apenas dois ou três dias. Por seis semanas, os líderes do levante não quiseram contactar o Comando soviético, e só o fizeram no meio de setembro, depois da libertação de Praga. Os elementos reacionários planejavam assumir o controle de Varsóvia antes da chegada das tropas soviéticas e estabelecer o poder do governo no exílio na capital. Quanto aos planos de seus organizadores e sua substância política, o levante era de caráter anti-soviético e buscava evitar a vitória do governo popular na Polônia. O Governo soviético, que soube do levante depois que ele já começara, declarou que a ação em Varsóvia era um jogo imprudente e temerário, que custaria um alto preço à população. Este, afirmou, não seria o caso se os quartéis-generais soviéticos tivessem sido informados com antecedência da ação em Varsóvia e se os poloneses tivessem mantido contato com eles. Com as coisas como estavam, o Comando soviético teve de declarar-se dissociado da aventura de Varsóvia. Cegos pelo ódio de classe, os reacionários não avaliaram a situação militar e convocaram o povo quase desarmado a lutar contra divisões de tanques, artilharia e força aérea alemãs. E mesmo assim o levante foi uma centelha que incendiou os corações da população de Varsóvia. Destacamentos da Armia Ludowa e muitos voluntários uniram-se aos insurgentes. O levante foi apoiado pelo povo, que acreditava que sua liderança havia combinado suas ações com o Exército soviético. A despeito das condições desfavoráveis, os combates duraram 63 dias” (Grechko 1985, 66).

alemães¹⁶, o que não impediu a URSS de se engajar, sem efetividade¹⁷. A contrapartida dos londrinos fora a traição.

Com exceção da *Istoria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza*, publicada entre 1960 e 1965, todas as publicações soviéticas utilizadas foram traduzidas para o espanhol ou o português para a distribuição nos ainda países que empregam essas línguas¹⁸. As editoras soviéticas publicavam a partir de Moscou em outras línguas, como inglês, francês, alemão, etc., como forma de sua versão chegar aos simpatizantes e curiosos fora da Cortina de Ferro. O que reforça o caráter reativo¹⁹ da

¹⁶ “Nas duas primeiras semanas de setembro de 1944, só pequenas forças da 2ª e da 1ª Frentes Bielo-Russas ainda mantinha operações ofensivas locais na Polônia, no curso das quais tomaram uma cabeça-de-ponte no Narew em Rozan e Serock e capturaram Praga, um subúrbio de Varsóvia na margem oriental do Vístula. O Comando alemão defendera Praga tenazmente, encarando-o como base para um ataque na direção sul contra o flanco leste e a retaguarda da 1ª Frente Bielo-Russa. Esta cabeça-de-ponte inimiga constituía uma ameaça constante à Frente, e impedia o desdobramento das tropas para um ataque contra Varsóvia que poderia ser de muita ajuda à sua população que, a 1º de agosto, se levantara em armas contra os alemães” (Grechko 1985, 62). Sobre o desgaste soviético, menciona que apenas durante aquele verão, morreram 97 mil soviéticos em território polonês e 340 mil foram feridos. “Na maioria das divisões de infantaria havia duas companhias por cada batalhão, e algumas companhias não tinham mais de 25 ou 30 homens. O redesdobramento da força aérea em novas bases reduziu sua atividade. De 18 a 20 de julho, os aviões da 1ª Frente Bielo-Russa fizeram 9.000 sortidas, ou seja, 3.000 por dia, enquanto de 1 a 13 de agosto fizeram apenas 3.170 sortidas, ou seja, 240 por dia. No início de agosto as tropas soviéticas estavam a 500 quilômetros de suas bases de suprimento. Havia dias em que a falta de combustível impedia os corpos blindados de participarem na luta” (Grechko 1985, 63; 67).

¹⁷ “O 1º Exército polonês começou a cruzar o Vístula para ajudar os insurgentes em Varsóvia na noite de 15 de setembro, logo que o subúrbio oriental de Praga foi libertado [...]. As tropas soviéticas foram vítimas de verdadeira traição. Deveriam aportar em pontos mantidos pelos insurgentes. Mas no último minuto os líderes do levante recolheram seus homens à cidade e aqueles pontos foram retomados pelos alemães [...]. Logo que se estabeleceu contato com os insurgentes, o Comando soviético começou a prestar-lhes toda a assistência possível. De 14 de setembro a 1º de outubro de 1944, aviões soviéticos lançaram de pára-quadras 156 morteiros, 505 bazucas, 2.667 fuzis e metralhadoras, 41.780 granadas, 3.000.000 cartuchos de munição, 113 toneladas de rações e 500 quilos de remédios para os insurgentes. Em 21 de setembro a situação nas cabeças-de-ponte piorou a tal ponto que o Comando da Frente teve de evacuar as unidades do 1º Exército polonês que haviam cruzado o Vístula em Varsóvia. Grupos de insurgentes e civis também foram evacuados. O Comando da Armia Krajowa recusou-se a unir-se às tropas polonesas e ao Exército soviético e rendeu-se a 2 de outubro, entregando o destino dos insurgentes que haviam sobrevivido nas mãos dos nazistas. O povo polonês pagou um preço alto pelo aventureirismo dos reacionários poloneses. As baixas dos insurgentes atingiram 22.000 vidas, o 1º Exército polonês perdeu 5.600 soldados e oficiais e as baixas entre a população civil da capital chegaram a 180.000 vidas” (Grechko 1985, 67). “As medidas progressistas efetivadas pelo Governo popular desagradaram bastante os círculos dominantes dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os reacionários poloneses, particularmente irritados com a cooperação frutífera e as relações amistosas entre a União Soviética e a Polónia, tentaram solapar por dentro o jovem Estado democrático, recorrendo ao terror contra os líderes e ativistas do Partido Operário Polonês e de outros partidos do bloco democrático. O Governo polonês no exílio e seus agentes na Polónia centraram sua atividade em provocar uma guerra civil nas áreas libertadas do país. Mas a presença do Exército soviético, que ajudava de todas as formas possíveis o novo Governo democrático da Polónia, frustrou estes planos” (Grechko 1985, 70), ao contornar a sabotagem, coações e deserções no novo Exército polonês.

¹⁸ Esses livros poderiam ser importados por pedidos feitos a jornais comunistas, como *Novos Rumos* e *Voz operária*, que promoviam tais livros em suas páginas, como os das editoras moscovitas Nauka (Conhecimento), Progreso/Progresso e Ediciones en Lenguas Extranjeras. Também existiam editoras nacionais ligadas ao partido comunista ou que reproduziam material comunista, como as fluminenses Livraria Ciência e Paz, Revan e Editorial Vitória. Após a Revolução dos Cravos outra opção era a lisboeta Editorial “Avante”. Outras editoras, como a portenha Partenon e a Zig-Zag de Santiago (uma das maiores do Chile) produziam segundo oportunidades de mercado. Mesmo a Bibliex, do Exército Brasileiro, recentemente (2015) lançou as memórias de Zhukov, por razões do perfil da editora, militar, e de demanda.

¹⁹ Por exemplo, na passagem: “os escudeiros da ‘guerra fria’ tem afirmado repetidamente que supostamente o comando soviético parou deliberadamente suas tropas nos limites de Varsóvia e, assim, condenou” os rebeldes poloneses (Pospelov 1962, 243).

historiografia levantada. Porém, mesmo na versão em russo da *Istoria*, destinada ao público interno, apresenta-se fortemente a mesma preocupação em citar brevemente para em seguida negar (ou mesmo inverter) as acusações ocidentais.

Historiadores ocidentais

O relato de Churchill, em seus seis volumes de *A Segunda Guerra Mundial*, escritos entre 1948-53 (o que lhe garantiu o Nobel de Literatura de 1953 – o segundo historiador a ganhá-lo, após Theodor Mommsen, em 1902), acabou por tornar um modelo fundador para parte da historiografia²⁰:

A partir de 14 setembro, a Força Aérea soviética passou a lançar suprimentos; mas poucos dos paraquedas se abriram e muitos dos pacotes se esfacelaram, tornando-se inúteis. No dia seguinte, os russos ocuparam o subúrbio de Praga, mas não foram adiante. Queriam ver os poloneses não comunistas destruídos até o fim, mas, ao mesmo tempo, manter viva a ideia de que estavam indo em seu socorro [...]. Um destino aterrador abateu-se sobre a população. Muitos foram deportados pelos alemães. Os apelos do general Bor ao comandante soviético, marechal Rokossovsky, ficaram sem resposta. A fome imperou [...].

Quando os russos entraram na cidade, três meses depois, encontraram pouco mais do que ruas destroçadas e mortos insepultos. Foi essa a sua libertação da Polônia, onde hoje eles governam. Mas esse não pode ser o fim da história (Churchill 1995, 969-970).

Os exércitos soviéticos chegaram até os arredores de Varsóvia e empacaram à espera da destruição da liberdade polonesa pelos nazistas, de acordo com o plano de Stalin de substituir um regime opressor por outro, sem encontrar oposição, eliminada de antemão pelos alemães na capital. Os aviões anglo-americanos foram proibidos de usar os aeroportos soviéticos, impossibilitando o socorro aos combatentes²¹. Stalin traía seus aliados em virtude de seus sonhos (russos e comunistas) de conquista global. A narrativa ainda contou com desdobramentos: os soviéticos primeiro estimularam a revolta ao assegurar sua presença e conclamar a luta na cidade, para, assim que estourasse, abandonar os poloneses à própria sorte e à destruição certa, seguida da tirania

²⁰ Para a transformação das relações amistosas de Churchill com os soviéticos – que previam a definição de áreas de influências recíprocas sendo a Polônia esfera soviética, garantida pela posterior declaração de guerra ao Japão (o que permitiria ao Império Britânico reaver suas colônias orientais com maior facilidade) e a busca pela amenização do poder soviético na Polônia – no discurso historiográfico de má fé de Stalin, bem como a passagem da acusação da causa das poucas tensões entre as duas potências passar de figuras secundárias soviéticas (como o chanceler Molotov) para responsabilidade plena do próprio Stalin, ver o trabalho de Reynolds (2005, 438-480), que demonstra o poder de fixação do discurso histórico por parte do então ex-primeiro ministro britânico. O autor também comenta as mudanças enviadas por Churchill para seu editor inseri-las no texto das *Memórias* com o crescente mal-estar inglês com o governo polonês pró-soviético em 1948 (Reynolds 2005, 138-139).

²¹ O fechamento dos aeroportos soviéticos não pode ser considerado de maneira séria como parte do jogo político de Stalin contra o governo polonês de Londres. Constituía, na realidade, o padrão soviético, cioso de informações sobre seu território. Os americanos também não conseguiram liberar aeroportos soviéticos para a investida de Doolittle sobre Tóquio em 18 de abril de 1942. Os B-25 precisaram atravessar a China ocupada para aterrissar. O aparelho que desceu em Vladivostok, sem permissão, foi confiscado pelos soviéticos e a tripulação internada por um ano (Chun 2006, 83). Após negociar transferência de tecnologia (a mira Norden para bombardeiros), os americanos obtiveram a base de Poltava, na Ucrânia, para abastecer seus aviões. No entanto, não a utilizaram para suprir Varsóvia (Davies 2005).

comunista e da perseguição, encarceramento e morte²² dos membros da resistência (Deschner 1975) ou quaisquer pessoas suspeitas aos olhos do novo regime (Davies 2006).

A oportunidade para o levante teria sido adequadamente analisada pelo comandante do Armia Krajowa (ou AK, Exército Interno), Bór-Komorowski (Churchill 1995, 963). Afirmção que isenta o próprio Churchill tanto da deflagração do conflito quanto da real fraqueza em que se encontraram os combatentes. Sobre os líderes políticos e militares do Armia Ludowa (ou AL, Exército do Povo), do Polska Partia Robotnicza (ou PPR, Partido dos Trabalhadores Poloneses) e do Krajowa Rada Narodowa (ou KRN, Conselho Nacional de Estado, ou ainda, Governo de Lublin), afirmava que “logo se evidenciou que os poloneses de Lublin eram meros títeres da Rússia. Haviam aprendido e ensaiado tão cuidadosamente seu papel que até seus mestres sentiam, visivelmente, que eles estavam exagerando” sobre a aceitação de Lublin da transferência de Lvov para a URSS. “Olhei para Stalin e vi um brilho sagaz em seu olhar expressivo, como se ele dissesse: ‘Que tal isso como mostra de nossos ensinamentos soviéticos?’”. No entanto, reconhece que o próprio governo polonês exilado em Londres foi responsável em parte pelo fracasso nas negociações sobre a Polônia do pós-guerra: “Stalin era contrário à tentativa de formar um governo polonês unificado sem que se chegasse a um acordo sobre a questão da fronteira. Caso ela fosse resolvida, ele estaria perfeitamente disposto a aceitar que Mikolajczyk chefiasse o novo governo”. Porém Lublin e URSS, de um lado, e o governo polonês em Londres, de outro, negaram-se a fazer quaisquer concessões (Churchill 1995, 1009-1010). O primeiro-ministro inglês também é responsável por uma das descrições mais vívidas da luta em Varsóvia²³.

Os telégrafos Churchill-Stalin evidenciariam uma “resposta rápida e sombria” por parte dos soviéticos. O primeiro-ministro lembra seu compromisso diante dos rebelados, ao ordenar o lançamento de suprimentos por via aérea, a partir da base aérea britânica em Brindisi, na Apúlia: dois aviões ingleses em 4 de agosto e três aviões em 8 de agosto (Churchill 1995, 965). A intenção

²² É o caso do relatório de Beria para Molotov de 24 de novembro de 1945, que costuma ser citado em obras escritas após a abertura dos arquivos soviéticos: “Em 20 de outubro, os campos da NKVD detinham 27.010 cidadãos poloneses presos e internados em território polonês durante o período 1944-45, no curso da operação de limpeza realizada na retaguarda do Exército Vermelho em operações. De acordo com as instruções do Camarada Stalin, 12.289 deles deverão ser libertados e retornar à Polônia. O restante, pelo final deste ano. Um certo número dos detidos por espionagem e sabotagem continuará preso” (Volkogonov 2004, 375). Beevor (2015, 679) afirma que Stalin “mentiu para os Aliados dizendo que [o AK] haviam matado 200 homens do Exército Vermelho”, como forma de justificar a repressão ao AK, apesar de outros autores afirmarem o embate entre ambas as forças na fronteira leste.

²³ “A batalha também campeava, literalmente, no subsolo. O único meio de comunicação entre os diferentes setores defendidos pelos poloneses era a rede de esgotos. Os alemães atiravam granadas de mão e bombas de gás pelos bueiros e postigos de inspeção. Havia batalhas em plena escuridão entre homens mergulhados no excremento até a cintura, às vezes lutando corpo a corpo ou munidos de facas, ou afogando seus oponentes no lodo (Churchill 1995, 968). A batalha também campeava, literalmente, no subsolo. O único meio de comunicação entre os diferentes setores defendidos pelos poloneses era a rede de esgotos. Os alemães atiravam granadas de mão e bombas de gás pelos bueiros e postigos de inspeção. Havia batalhas em plena escuridão entre homens mergulhados no excremento até a cintura, às vezes lutando corpo a corpo ou munidos de facas, ou afogando seus oponentes no lodo” (Churchill 1995, 968).

de Churchill, diante de membros do governo inglês, seria a de lançar ajuda em Varsóvia e aterrissar à força na URSS. Caso as tripulações inglesas fossem maltratadas em território soviético, os comboios do *lend-lease* deveriam ser suspensos. Porém diante do esforço de guerra, eram necessárias “concessões terríveis e até mesmo humilhantes em nome do objetivo global. Assim, não propus essa medida drástica” que poderia ter vingado “com homens do Kremlin que eram regidos pelo calculismo, e não pela emoção” (Churchill 1995, 965-968).

A historiografia oficial soviética

Se no Ocidente a historiografia tomou por base a narrativa de Churchill, na URSS foram os discursos e pronunciamentos emitidos pelos líderes enquanto o conflito se processava é que exerceram esse papel. Com as idas e vindas em torno da figura de Stalin e de seu círculo, em alguns momentos esses documentos recebem a referência de seus autores. Em outros, os indivíduos são substituídos pelo cargo que ocupavam, pelo órgão de poder que representavam, ou simplesmente são suprimidos pelo “partido” e pelo “governo” soviéticos. A preocupação com a crítica à historiografia ocidental e sua negação, bem como a afirmação do papel e do desempenho soviéticos – ou impecável ou com problemas circunstanciais e mais do que desculpáveis e necessários – continuou a nortear a historiografia oficial soviética nas reiteradas versões da *Istoria* (1960-65; 1970; 1984), produzidas concomitantemente à ascensão de novos governos ao Kremlin. Stalin, em seu *A Grande Guerra Pátria da União Soviética*, de fevereiro de 1945, suprimiu referências ao evento, preferindo citar a extensão do avanço soviético ante os alemães²⁴.

Os volumes Quatro e Cinco da *Istoria* que tratam da batalha por Varsóvia foram escritos, respectivamente, em 1962 e 1965. A Era Krushev não modificou apenas o sistema político soviético, com o retorno da liderança coletiva e das tendências centrífugas, resultando em uma nova história soviética (traduzida na *História do Partido Comunista da União Soviética*, de 1962). As relações diplomáticas com os satélites e vizinhos foram igualmente modificadas, com a aproximação com a Iugoslávia Titoísta, um ensaio fracassado com a China e um relaxamento em todo o Leste Europeu. No entanto, a história das relações soviéticas com os países libertados pelo Exército Vermelho não sofreu alterações, ao contrário da própria história soviética.

Segundo a *Istoria*, o interesse do comando soviético ao se acercar de Varsóvia era reduzir a linha de frente: de 4400 quilômetros para 2200 quilômetros. Assim, Varsóvia nunca foi um

²⁴ “En la campaña de verano de 1944, el Ejército Rojo avanzó en combate desde Kishinev hasta Belgrado más de 900 kilómetros, desde Zhlobin hasta Varsovia más de 600 kilómetros, desde Vitebski hasta Tilsit 550 kilómetros. La guerra ha sido trasladada ahora al territorio de la Alemania fascista” (Stalin 1946, 126). O livro foi publicado como comemoração dos 27 anos do Exército Vermelho. Termina com as instruções dadas por Stalin para os festejos, de 28 de fevereiro de 1945. A guerra duraria mais dois meses.

objetivo em si²⁵. Apenas estava no caminho para o encurtamento das linhas (Pospelov 1962, 26). Mesmo no começo de janeiro de 1945, algumas das melhores unidades alemãs ainda protegiam Varsóvia e seus arredores, dificultando o avanço soviético, vitoriosos apenas em decorrência da tática dos generais do Exército Vermelho²⁶. A derrota alemã em Varsóvia, a 17 de janeiro de 1945, teria sido uma surpresa tão grande que os comandantes locais sofreram a ira de Hitler: “o comandante do Grupo de Exércitos “A”, o coronel-general I. Harpe, acusado no acidente no Vístula, foi substituído pelo coronel-geral F. Schemer, e o comandante do 9º exército alemão, general S. Lyutvits, pelo general de infantaria T. Busse” (Pospelov 1965, 77). Apesar dos esforços soviéticos, os nazistas teriam destruído a cidade²⁷. Enumerar as tropas inimigas na região rebatia a afirmação frequente na historiografia ocidental de que Varsóvia estava pouco protegida. Se esta procura ressaltar a resistência polonesa como essencialmente pró-Londres e vinculada ao AK, a historiografia soviética afirma o contrário, ligando-a ao partido comunista local e mesmo a ações coordenadas com partisans soviéticos e o Exército Vermelho²⁸, sem jamais citar o número de

²⁵ A posse das capitais era um elemento político importante na estratégia militar tanto dos aliados quanto dos soviéticos. Estes se esforçaram para conquistar Viena e reconheceram a rendição alemã apenas no dia seguinte a rendição em Reims. Oficialmente, para que esta fosse assinada diante de todos os representantes da aliança – a rendição em Reims não contou com os soviéticos. Porém, ao reconhecer o fim da guerra na Europa no dia 9, os soviéticos puderam terminar sua conquista de Praga. Já os ingleses começaram sua ocupação da Grécia por Atenas. Para ver o jogo político entre americanos, ingleses, e os diferentes grupos franceses em torno da libertação de Paris, ver Beevor (2015, 681-684).

²⁶ “Na Polônia ocupada, ao sul de Varsóvia, estavam na defensiva no dia 9 [janeiro de 1945], 4 Exército de Tanques e as principais forças do 17º Exército Nazi, do grupo de exércitos “A”, comandado pelo coronel-general Harpe. O grupo de reserva eram o 40º e o 24º corpo de tanques, que foram colocados contra as cabeças de ponte de Magnuszewsky e Sandomierz. No total, os três exércitos, tendo em conta a reserva, atingiam 30 divisões (incluindo 4 blindadas e 2 de infantaria) e 2 brigadas” (Pospelov 1965, 55).

²⁷ “A cidade libertada era uma visão horrível. A antes florescente Varsóvia, uma das mais belas capitais europeias, já não existia. Os invasores fascistas alemães com ferocidade sem precedentes destruíram e saquearam a capital polaca. Com a retirada apressada, os nazistas incendiaram tudo o que poderia queimar. Uma única casa, que abrigava a Gestapo, permaneceu de pé na rua Schuch. A área da Cidadela foi fortemente minada. Os vândalos fascistas destruíram todas as instalações médicas e educacionais, uma rica propriedade científica e cultural foi destruída, como a Catedral de S. João na Stare Miasto - a maior catedral de Varsóvia, o Palácio Real na Praça do Castelo, o edifício do Ministério do Interior, a principal estação de correios na Praça de Napoleão, a Câmara Municipal, foi fortemente danificado o Palácio Stashytsa, que abrigava muitas instituições científicas em Varsóvia, o Museu Nacional, Belvedere, a construção de estações dos correios, o Palácio Krasinski, o Teatro, os nazistas destruíram muitas igrejas [...]. A cidade foi bombardeada e quase todos os monumentos da história e da cultura do povo polonês sofreram danos enormes pelo inimigo, incluindo os monumentos à Copérnico, Chopin, Mickiewicz, ao soldado desconhecido, a coluna do rei Sigismundo, parques e praças da cidade [...]. Os nazistas destruíram os principais serviços públicos da capital, explodiram uma estação de energia, pontes, todas as fábricas de equipamentos mais valiosos. Destruindo Varsóvia, os nazistas procuraram [...] insultar os sentimentos nacionais dos poloneses” (Pospelov 1965, 77-78).

²⁸ “Durante a preparação da 1ª Frente Ucraniana, uma nova ofensiva dos guerrilheiros ucranianos em estreita cooperação com os guerrilheiros poloneses realizou operações de combate contra as comunicações inimigas. Em Maio-Junho, guerrilheiros soviéticos e poloneses incapacitaram por quase um mês as ferrovias Lvov-Varsóvia, Rava-Rússia-Yaroslav e destruiu 13 grandes guarnições inimigas [...]. Os guerrilheiros estavam operando sob a liderança de organizações partidárias e estavam intimamente associados com o povo. Nas condições difíceis do regime de ocupação, os trabalhadores ajudaram os partisans a lutar contra o inimigo” e a possibilitar a investida profunda que o Exército Vermelho lançaria em breve. As ações guerrilheiras, sempre atribuídas ao PPR e ao AL, são realçadas tanto no período anterior ao levante na capital, como no posterior, contribuindo para a libertação polonesa levada a cabo pelas tropas soviéticas: “No verão e no outono de 1944, se fortaleceu o movimento de guerrilha nas regiões ocidentais da Polônia.

membros do partido polonês²⁹. Se a resistência dos comunistas poloneses passa despercebida entre os autores do Ocidente, os soviéticos repetem as afirmações do governo moscovita ainda durante as operações na Polônia. O AK, ao se negar a lutar pela via da guerrilha ou do terrorismo, perceberia como inimigos não os alemães, mas sim a URSS e as forças progressistas polonesas. Sua inação, por si só condenável, ocultava o propósito de guardar energias para o combate armado contra o Exército Vermelho e as organizações dos trabalhadores poloneses, em especial o PPR. Além de pôr em dúvida a real existência e legitimidade de um “governo secreto” polonês pró-Inglaterra oculto na Polônia ocupada.

A *Istortria* afirma que a decisão do AK, ou Home Army³⁰, de promover um levante na capital se deu apenas após a constituição do governo de Lublin, pró-soviético e operário. Como a decisão foi tomada apenas em 24 de julho, foi impossível organizar uma rebelião que fosse capaz de derrotar os alemães. O levante deveria ter início ao menos 13 horas antes da entrada dos soviéticos em Varsóvia. O governo no exílio em Londres teria aprovado o plano no dia 25³¹. Um relatório de Bór-Komorowski de 14 de julho revelaria o real interesse no levante do AK³². A rebelião e a chegada do primeiro-ministro do governo londrino, Stanislaw Mikołajczyk, à Moscou, foram concomitantes. O que significaria uma tentativa de se impor diante do governo de Lublin e da

Nas províncias de Cracóvia e Kielce, no distrito de Plock, perto de Radomska (distrito de Częstochowa), novas equipes foram formadas pelo Exército do Povo” (Pospelov 1962, 205;249).

²⁹ Quando cita números, relaciona apenas os poloneses que aderiram ao Exército Popular Polonês, LWP, também chamado Exército Polonês na URSS (considerado pela *Istortria* como criação do PPR e do KRN), e não aos membros efetivos do PPR na Polônia. No terceiro trimestre de 1944 o Exército Popular atingiu os 150 mil homens e no fim do mesmo ano, 286 mil, com 10 mil jovens trabalhadores na escola de oficiais e a adesão de 500 membros do PPR. A URSS forneceu 700 mil fuzis e metralhadoras, 3.500 canhões, 1.000 tanques, 1.200 aviões, mais de 1.800 veículos. O exército polonês era formado por 10 divisões de infantaria, uma Brigada de Cavalaria, um corpo de tanques, duas brigadas de tanques independentes, 12 de artilharia e uma brigada de morteiros, 3 divisões de artilharia antiaérea, 5 equipes de engenheiros-sapadores, 4 divisões de aeronaves (Pospelov 1962, 241). Beevor (2015, 677) fala que “em Varsóvia, os comunistas eram apenas quatrocentos, porém, se tomassem a prefeitura e içassem a bandeira vermelha quando o Exército Vermelho entrasse na cidade, alegrariam ser os líderes da Polónia”. Forczyk (2009, 25) afirma que o 1º Exército Polonês foi reforçado com a conscrição forçada de combatentes do AK.

³⁰ Surgiram diferentes traduções para o nome das tropas do governo no exílio londrino, como Exército Territorial. Davies (2005) afirma que uma versão possível seria a de Exército da Pátria, e que Exército Interno ou Exército Clandestino possibilitaria aos soviéticos dissociar o AK de suas bases nacionais para em seguida nominá-lo como Exército Ilegal.

³¹ Davies (2005, 252) apresenta um quadro mais complexo. Eram elaborados planos desde 1940. As transformações estratégicas forçavam sua constante recriação: em 1940 previa-se um levante local seguido do desembarque dos poloneses livres em aviões ingleses; em 1943 esperava-se um avanço conjunto das forças polonesas livres e inglesas através da Itália, Hungria e Polónia, cercando os soviéticos, conforme os planos de Churchill; por fim, o levante de leste para oeste para impedir o avanço soviético e mesmo uma variante na qual não haveria levante e o AK permaneceria oculto a espera de novas orientações numa Polónia soviética. O governo exilado e Churchill não se entendiam, apesar da promessa de auxílio inglês, e Londres foi informada coerentemente da eclosão da rebelião apenas no terceiro dia da luta.

³² “Os reacionários poloneses declararam abertamente e cinicamente que o objetivo da rebelião não era prestar assistência real para o Exército Vermelho, mas sim criar um obstáculo para a sua libertação da Polónia, portanto impedir a oportunidade de ajuda para os trabalhadores na construção de um estado novo, democrático. Eles esperavam que através da captura da capital, seriam capazes de estabelecer a sua autoridade e prevenir o sistema democrático popular no país” (Pospelov 1962, 242).

URSS nas discussões sobre a composição mista (entre Londres e Lublin) do novo governo polonês (o que parece entrar em conflito com as afirmações anteriores: se o levante deu-se de maneira tão incerta e urgente, como poderia coincidir com uma reunião agendada?). Mikołajczyk teria exigido que 80% das cadeiras do novo governo pertencessem ao governo londrino e que a “constituição fascista”³³ de 1935 fosse restabelecida.

A urgência do comando do levante não levou em consideração a falta de armas³⁴ e uma organização mínima³⁵. A *Istoria* não nega o engajamento popular no conflito. Pelo contrário, o

³³ A Constituição de 1935 serviu de base para a “polaca”, a Constituição de 1937 por meio da qual Vargas instituiu o Estado Novo. Permitiu o expurgo e prisão de opositores e o monopólio do poder pelo grupo político que se formou em torno do ditador e marechal Józef Piłsudski, conhecido internamente como regime Sanacja, ou de saneamento, e no exterior, como regime dos coronéis (Schwartzman 1983).

³⁴ O AK possuiria 16 morteiros leves, dois morteiros pesados, 29 armas antitanque, 47 metralhadoras pesadas e 145 metralhadoras leves, 30 lança-chamas, 2.629 fuzis, 627 submetralhadoras, 406 granadas antitanque, 44 mil granadas e munição para três dias (Pospelov 1962, 242). Segundo Davies (2005, 370), as 19 entregas aéreas da RAF teriam provido o movimento com 250 lança-rojões PIAT, mil submetralhadoras *sten gun*, 19 mil granadas e dois milhões de cartuchos. Beevor (2015, 685) fala em apenas 2 lança-rojões PIAT lançados de paraquedas. Forczyk (2009, 23;24-25) aponta 21 PIAT dentro de Varsóvia. Até 1941 e a primavera de 1944 a RAF teria entregue 314 desses lança-rojões, além de 600 ton. de outras armas e munições – como 8.900 *sten guns*. Além de boa parte desse material nunca ter entrado na cidade devido à fiscalização, na primavera, após o confisco de 20% de suas armas quando a Gestapo encontrou um dos paíóis secretos, Bór-Komorowski redistribuiu o armamento pela zona rural e outras regiões da Polônia. Com a eclosão do levante, a unidade mais bem equipada do AK, o Batalhão Zaremba, possuía armados apenas 38% de seus homens. O autor lista outras fontes de armas do AK, como fábricas precárias e clandestinas ou mesmo oficiais alemães corruptos que as vendiam. Os uniformes, quando existentes, eram ainda mais precários, como a conjugação de peças do Exército Polonês anteriores à ocupação nazista com peças da Wehrmacht. Os oficiais do AK garantiam para si insígnias que, além de afirmar a hierarquia, os impediriam de serem classificados como bandidos por alemães e soviéticos, e assim serem tratados como combatentes, segundo a Convenção de Genebra (pelos alemães, que a assinaram).

³⁵ Vários grupos clandestinos do AK espalhados por Varsóvia e as florestas ao redor da capital sequer foram informados do levante ou receberam instruções. A falta de informação teria impedido a vitória do levante nas primeiras horas. Não se conseguiu tomar as estações de comunicação, qualquer uma das pontes sobre o Vístula (ainda segundo a *Istoria* imprescindíveis para que o auxílio do Exército Vermelho fosse possível), nem surpreender os alemães, que tiveram a oportunidade e o tempo para se reorganizarem. O fracasso do primeiro dia de luta teria demonstrado a alguns líderes do AK que o levante não poderia triunfar, e por isso deixaram Varsóvia para se internar nas florestas e campos ao redor da cidade (Pospelov 1962, 243). Deschner (1974, 40) aponta que o Serviço de Inteligência (não detalha se Abwehr ou SD) obteve os planos do QG de Bór-Komorowski e os entregou ao comando da *Wehrmacht* entre 11:30 e 12:00 horas do dia 1 de agosto. Assim, os alemães obtiveram no mínimo sete horas para se preparar contra a rebelião programada para as 17:00. Algumas unidades do AK foram informadas apenas às 16:00. Outras, sem coordenação, irromperam o combate entre 14:30 e 16:30, anulando o já escasso efeito-surpresa. O levante já era esperado quando as primeiras diretrizes e alertas foram emitidos no dia 25 de julho, e interceptados logo em seguida. O comando alemão contava com planos elaborados segundo uma análise da atuação do AK na Operação Burza – a primeira tentativa de rebelião de leste para oeste (segundo a fronteira do Tratado de Riga. Deveria se desencadear a partir de Lvov e Vilna, em seguida Bialystok, Lublin e por fim, Varsóvia) para barrar o avanço soviético, um mês antes, e que terminou com a derrota do AK frente aos alemães. Davies (2005, 272) afirma que em outras ocasiões, na antiga fronteira de 1939, como a libertação de Vilnius ou Kovel, o AK se viu desarmado e incorporado ao Exército de Berling, o 1º Exército Polonês na URSS, ou em conflito aberto com os soviéticos. Processo que se repetiria com frequência por todo o avanço na Polônia. Deschner (1974, 31-32; 49) lembra que quase todos os objetivos importantes programados – pontes, estradas, quartéis, QGs, não foram conquistados. Sequer um dos dois aeroportos da capital, que poderiam ser utilizados pelos ingleses para enviar suprimentos e tropas sem a necessidade de auxílio soviético. Um paiol de munição e o prédio mais alto da cidade foram exceções. Forczyk (2009, 34;25) aponta que apenas 20 mil dos 44 mil combatentes do AK foram informados do levante com antecipação. Apesar de planificar a ação por dois anos, a ação se deu de improviso. Não houve coordenação entre os combatentes dentro de Varsóvia e os dos campos ao redor. Com exceção de uns poucos rádios britânicos, alguns ramais no esgoto e o trabalho de mensageiro de crianças e mulheres, a dispersão e fragmentação das unidades de combate do AK impossibilitou qualquer contato, para ordens ou entrega de suprimentos.

louva. No entanto, afirma que o povo polonês não conhecia “os verdadeiros objetivos dos organizadores do levante”. Mesmo o AL foi enganado pelo AK, demonstrando “heroísmo e abnegação”, bem como as massas de Varsóvia. Estas, sem experiência de combate, se tornaram alvos fáceis para as veteranas tropas alemãs³⁶. “Nos dois primeiros dias perderam dois mil homens, enquanto os alemães durante 27 dias perderam apenas 3.860 soldados e oficiais” (Pospelov 1962, 243).

O movimento, condenado desde o princípio, demonstrou sinais de esgotamento claramente a partir da segunda quinzena de agosto. A *Istoria* cita o telegrama de Stalin a Churchill do dia 16 de agosto, sem mencionar seu nome. É substituído por “governo soviético”. A nova coligação de facções do Partido Comunista da União Soviética no poder na URSS, encabeçada por Krushev, condenou a Stalin e as facções dentro do PCUS que continuaram fiéis ao seu projeto ou memória. no entanto não alterou o significado histórico de sua diplomacia, agora atribuída ao caráter colegiado do poder soviético, estendido retroativamente à Lenin. O poder colegiado conheceu distorções provocadas pelo culto à personalidade e o poder personalista de Stalin. As passagens condenáveis são atribuídos aos erros do antigo secretário-geral e o que o novo governo considera ações adequadas, às virtudes do sistema político soviético e suas instituições. Assim pode repetir as mesmas palavras de Stalin, condenando o levante por ser “aventureiro”³⁷, uma “aposta imprudente”, “criminoso” por não ter sido avisado com antecipação para a construção de uma ação conjunta e coordenada com o Exército Vermelho, e, por ter sido informado oficialmente apenas dias após sua eclosão³⁸, não poderia tomar outra decisão que não a de “se dissociar da aventura de Varsóvia”. Logo em seguida, o governo reviu sua posição, não por pressão da imprensa e dos aliados ocidentais, mas porque “o governo soviético, vendo que o levante teve a participação

³⁶ Deschner (1974, 34) além de inventariar os 2 mil mortos do primeiro dia, aponta que constituíam 15% do efetivo do AK dentro de Varsóvia.

³⁷ Deschner (1974, 49) acusa o AK de desempenhar papel aventureiro não por motivos políticos, como a historiografia soviética, mas sim pelo amadorismo militar. Dividiu suas forças num sem número de objetivos simbólicos – poucos com expressão militar e estratégica, dissipando suas poucas forças em ações sangrentas e sem sentido.

³⁸ O Serviço de Inteligência inglês em Bletchley Park não decifrou os confusos códigos emitidos por radioamadores do QG de Bór-Komorowski em Varsóvia antes da tarde do dia 2 de agosto. Até esse momento, a imprensa e o Gabinete de Guerra britânicos não teriam conhecimento da rebelião. Stalin receberia do NKVD relatórios baseados na ideologia do regime ou no que os burocratas pensavam que era o seu desejo ler. Assim, os informes eram o de que a maioria do movimento de resistência era comunista. O impacto de descobrir o contrário teria levado a decisão de sustar o avanço das tropas (Davies 2005, 36-47). No entanto, as unidades avançadas soviéticas que atingiram o Vístula e os subúrbios de Varsóvia no dia anterior já estavam – como todo o setor do Exército Vermelho – em franca retirada diante da contraofensiva alemã lançada no mesmo dia 2. Neste dia, Stalin ordenara a Rokossovsky deter o avanço até que as linhas fossem fortalecidas e a logística reorganizada. A Primeira Frente da Bielorrússia avançara ininterruptamente desde 22 de junho, com a deflagração da Operação Bagration, e atravessara a Bielorrússia e a Polónia desde Rogachev e o bolsão de Bobruisk (Werth 1966). Para que o modelo de Davies fosse possível, ter-se-ia que considerar que aquele mesmo serviço de inteligência falhou que criou relatórios falsos era, na verdade, mais rápido e preciso que o serviço inglês, em contato direto com o comando do AK.

de dezenas de milhares de patriotas em Varsóvia, e que a reação polaca, perseguindo seus estreitas e egoístas interesses de classe, os abandonando a uma morte certa, fez todo o possível para ajudar a reduzir o número de vítimas rebeldes” (Pospelov 1962, 243).

A 1ª e 2ª frentes da Bielorrússia atingiram a fronteira polonesa (segundo a Linha Curzon e não a fronteira do Tratado de Riga) na segunda quinzena de julho³⁹. O avanço em direção a Varsóvia se fazia cada vez mais lento e custoso em material e homens. A linha de suprimentos se estendia, o que ameaçava o Exército Vermelho numa contraofensiva alemã. O colapso do Grupo de Exércitos Centro incentivou o comando alemão a reorganizar suas tropas do outro lado do Vístula e a melhorar suas defesas. Tanques e caminhões enfrentavam desgaste e falta de combustível; as unidades de infantaria estavam desfalcadas e com pouca munição; a artilharia não conseguia se deslocar para a frente; os aeroportos conquistados ainda não estavam operacionais, os usados no início da Bagration estavam longe demais⁴⁰. Os próprios alemães reconheceriam que os soviéticos não possuíam condições de continuar a ofensiva⁴¹. Em 1 de agosto, a infantaria e tanques soviéticos atingiu Praga, o subúrbio operário de Varsóvia, do lado oriental do Vístula. No mesmo dia foram expulsos pelos panzers alemães. O recuo do Exército Vermelho teria ocorrido não pelo contra-ataque desferido pelos alemães, mas para reforçar suas linhas exatamente para evitar essa contraofensiva. Prudência, e não derrota⁴². O movimento de tropas a partir de Praga e

³⁹ A Operação Bagration, deflagrada a 22 de junho, avançou de 6 a 10 km por dia. No dia 18 de julho o rio Bug foi cruzado. A 28, a fortaleza de Brest-Litovsk, fronteira soviética de 1939, foi retomada. Em 22 Lublin foi libertada. A 29, o Vístula foi cruzado 100 km ao sul de Varsóvia, com o estabelecimento da cabeça de ponte de Sandomierz. Essa operação significou a destruição do Grupo de Exércitos Centro (Erickson 1983). A *Istoria* (Pospelov 1975, 319) lembra que na Bielorrússia o avanço foi de 500-600km, e ao sul, na direção Lvov-Sandomierz, 300 km, ao norte da Bielorrússia, no sul do Báltico, de 120 a 220 km.

⁴⁰ A *Istoria* indica que mesmo a superioridade aérea soviética fora comprometida: a 1ª Frente da Bielorrússia fez de 1 a 13 agosto 3170 incursões, os alemães, 3316 (Pospelov 1962, 244). Tchuikov afirma em Lublin a velocidade de avanço já havia diminuído tanto que a travessia de ribeirões era difícil, bem como que o ataque no Vístula empregou três vezes mais homens e cinco vezes mais artilharia e tanques do que possuíam os alemães (Tchuikov 1980, 20;47). Comentários sobre a superioridade numérica não são muito frequentes em obras soviéticas, que preferem destacar bom planejamento e destreza.

⁴¹ Davies (2005, 338) e Deschner (1974, 22) afirmam o contrário. A certeza de que Varsóvia seria conquistada pelos soviéticos assombrava os alemães, desmoralizados após a fuga dos remanescentes do derrotado 9º Exército através de Varsóvia para se reagrupar na retaguarda. No dia 26, a ordem do Governador de Varsóvia para que 100 mil poloneses se apresentassem para a construção de defesas da cidade, não foi obedecida. Entre 24 e 30 de agosto as tropas foram evacuadas de Varsóvia para participarem da reorganização da linha de defesa, restando na cidade 2 mil soldados. O governador Fisher fugiu. Forczyk (2009, 37) indica que não havia qualquer ordem para a conquista de Varsóvia. A ordem de Stalin de 27 de julho indicava que o 2º Exército de Tanques – sem o acompanhamento de infantaria – deveria se dirigir no sentido Varsóvia, para aprofundar os bolsões em torno de Brest-Litovsk e Siedlice e firmar uma cabeça de ponte ao norte, sobre o Narew, em Pultusk. Tchuikov (1980, 50) afirma que “o 8º exército da Guarda recebeu quatro ordens e em nenhuma delas figurava a missão da travessia do rio Vístula”. No dia seguinte a ordem era apenas a de atingir a margem do mesmo rio. Tchuikov e Rokossovsky aproveitaram festejos polacos, com piras acessas, para se vestirem de civis e fazerem o reconhecimento do Vístula, até o dia 29.

⁴² Por volta do dia 18 de agosto o Exército Vermelho havia sido repellido pelo 9º Exército alemão a meio caminho entre os rios Vístula e Bug Ocidental. Uma distância de Varsóvia de cerca de 80km. (Davies 2005). Segundo Beevor (2015, 680), Stalin reconheceu diante de Churchill que a contraofensiva alemã expulsara suas tropas e que a incapacidade de auxílio militar aos rebeldes era “em parte verdade”.

dos rios Bug e Narew durou agosto e o início de setembro. Incapaz de avançar, foi difícil manter as cabeças de ponte sobre o Vístula, ao sul. Enquanto isso, os alemães recebiam reforços⁴³. Ao contrário da historiografia ocidental, os soviéticos teriam combatido junto aos sublevados. Em 10 de setembro o 47º Exército da 1ª Frente Bielorrussa e uma divisão polonesa entraram em Praga, que foi liberada no dia 14. No dia 15, o 1º Exército Polonês fez a primeira tentativa de travessia do Vístula e de junção com o AK. Foi apoiado por artilharia, engenheiros, aviação e unidades anfíbias soviéticas (Pospelov 1962, 244-245).

A cabeça de ponte conquistada no dia 16 sofreu ataques constantes dos alemães nos dias subsequentes. No dia 21 a situação tornara-se insustentável e, para evitar o cerco, Berling (mencionado apenas como “comandante do 1º Exército Polonês”) evacuou suas tropas para o lado oriental do Vístula. A retirada durou até o dia 23, sofrendo pesadas baixas. Além de operações militares diretas, o auxílio ao levante se deu por via aérea⁴⁴. “Muitos milhares de soldados soviéticos deram suas vidas pela libertação do povo polonês”⁴⁵. Todo esse esforço perdeu-se pois o AK “abandonou a ação conjunta com o Exército Soviético e as tropas polonesas [do LWP]”, negando-se a discutir a coordenação entre as diferentes forças, alegando que “o representante soviético não teria autoridade para conduzir negociações políticas”. A recusa de Bór-Komorowski cindiu o AK. Várias unidades debandaram e o conde assinou a rendição diante dos alemães (Pospelov 1962, 246). “A Revolta de Varsóvia foi, por um lado, heróica luta abnegada dos rebeldes com os invasores, e, por outro, um ato de política anti-soviética criminosa do governo Mikolajczyk e os

⁴³ Duas divisões blindadas, cinco de infantaria e quatro brigadas motorizadas (Pospelov 1962, 244). Guderian recebeu o Comando Supremo da Frente Oriental em 21 de julho e deslocou a Divisão Blindada de Paraquedistas Hermann Göring e a Divisão Panzergrenadier SS Wiking (Deuschner 1974, 22), além do regimento Dirlwanger e a Brigada Kaminski, da RONA (Forczyk 2009, 31).

⁴⁴ Segundo a *Istoria*, o início das entregas aéreas soviéticas se deu no dia 14 de setembro, constituídas por armas, munição, alimentos e medicamentos. Ficou a cargo do 16º Exército do Ar e da 9ª Divisão de Bombardeiros Noturnos do coronel Rasskazova. Na noite do dia 14, foram 644 missões e 45 ton. de alimentos, 500 rifles, 60 morteiros, 6.020 granadas e outros equipamentos militares. Entre as noites de 14 de setembro e 1 de outubro ocorreram 2.243 surtidas, com a entrega de 156 morteiros, 505 rifles antitanque, 2.667 metralhadoras e fuzis, 41.780 granadas, 3 milhões de cartuchos, 113 ton. de alimentos e 500 quilos de medicamentos (Pospelov 1962, 245). Autores ocidentais afirmam que, ou não aconteceram, ou que as remessas soviéticas eram entregues sem paraquedas, inutilizando seu conteúdo. Davies (2005, 493) pertence aos últimos. Aponta, utilizando o rebelde e historiador Alexander Gieystor, que os aliados ocidentais despejaram 36 ton. de suprimentos dentro da cidade – 16 ton. numa única missão americana, efetuada com mil aviões. Já os soviéticos, a partir do dia 13 de setembro enviaram material todas as noites, no total de 150 ton. Dado que invalida o discurso antissoviético, da qual Davies participa. O mesmo autor acaba revelando a falta de precisão americana e as dúvidas soviéticas sobre a real disposição dos aliados. Em uma das missões, em 18 de setembro, 100 B-17 fizeram a rota Inglaterra-Poltava. Mais de 80% dos 1.284 pacotes caíram em zona alemã e não nas mãos do AK. Para os soviéticos, era indicação de que armavam os nazistas na esperança de barrar o avanço do Exército Vermelho (Davies 2005, 447).

⁴⁵ Na 1ª Frente Bielorrussa o número de mortos e feridos no território polonês em agosto e na primeira metade de setembro de 1944 ascendeu a 166.808 soldados, e as baixas da 1ª Frente Ucraniana apenas em agosto foram de 122.578 (Pospelov 1962, 245).

líderes poloneses no exílio de Londres”. A conta de sua aventura foi paga pelo povo polonês⁴⁶. A derrota do AK em Varsóvia teria aumentado a tensão e os confrontos com o Exército Vermelho⁴⁷.

O único outro movimento/partido do conturbado cenário político polonês citado nominalmente pela *Istoria* durante o levante é o NSZ, Forças Armadas Nacionais, antibolchevique e fascista. O caráter multipartidário da democracia popular polonesa, apesar do “papel protagonista” do partido comunista, é referido pela historiografia soviética com falta de entusiasmo⁴⁸. Tanto os autores soviéticos quanto os ocidentais apagam a atuação de outras agremiações – para além do AL e do AK.

A segunda versão da *Istoria*, publicada originalmente em russo em 1970, nos anos Brezhnev, possui algumas modificações. Berling (1896-1980), que havia trocado acusações com o comando de Lublin e que após a morte de Stalin em 1953 foi transferido da Academia de Estado-Maior polonesa para cargos sem importância (vice-ministro da Indústria, da Agricultura e, por fim, inspetor-geral da Caça), em 1963 tornou-se membro do POUP. Se na *Istoria* de 1962 aparece brevemente em três ocasiões, ao lado de oficiais poloneses do segundo escalão, em 1970 seu nome figura ao lado dos célebres generais soviéticos que irromperam pelo Bug em direção à Varsóvia: Tchuikov, Gúsev, Kolpakchí, Belov, Popov e dos marechais Rokossovsky e Zhukov (Pospelov 1975, 312). A Polônia demonstrara-se o país em que o partido comunista local demonstrava menos apoio popular e controle efetivo sobre o país. A carga ideológica aumentou⁴⁹. Talvez por ser a versão para publicação no exterior, resumida da original, em russo, de 1970.

⁴⁶ Nesse momento, a *Istoria* cita o discurso do então secretário-geral do PPR (e, em 1962, secretário-geral do POUP, o sucessor do PPR), Władysław Gomułka: “um terrível crime cometido pela reação contra o povo polaco [...]. As montanhas de cadáveres dos heroicos defensores de Varsóvia foram considerados pela reação apenas como um meio para o poder [...], o baixo desejo egoísta de poder [...]. O comando do AK cometeu crimes sem precedentes contra o povo. Este crime arranca a máscara da face da reação. Ao mesmo tempo, foi um fator decisivo para a morte política aos olhos de todas as pessoas” (Pospelov 1974, 246).

⁴⁷ “Com a libertação do país se exacerbou a luta de classes, aumentou a resistência da reação, que operava a mando do governo polonês no exílio. Os círculos reacionários da Polônia, vendo que sua tentativa de impor ao povo o governo de Londres no exílio falhara, recorreram a novas táticas destinadas a minar o jovem sistema democrático do país. Eles exigiram a ativação de forças contrarrevolucionárias no país, o fortalecimento do terror contra os líderes e ativistas do Partido dos Trabalhadores Polacos e outros membros do bloco democrático, contra figuras do Comitê Polaco de Libertação Nacional e os representantes do Exército Vermelho” (Pospelov 1962, 247).

⁴⁸ “Um papel ativo na transformação do estado polonês pertencia ao Partido dos Trabalhadores Poloneses, que funcionava como uma frente unida com outros partidos e organizações democráticas. Suas atividades foram facilitadas pelo fato de que a Polônia foi liberada pelo Exército Vermelho - o libertador dos polacos. Esta agitação revolucionária, segundo Bolesław Bierut [presidente (1947-54) e secretário-geral do partido (1948-56) da Polônia], foi possível porque as libertadas massas trabalhadoras da Polônia ‘...encontraram no Exército Vermelho seu aliado de classe que não só trouxe a libertação dos povos escravizados pelo hitlerismo, mas a sua presença paralisou o campo da reação e privou-o da possibilidade de iniciar o uso de armas contra o movimento revolucionário” (Pospelov 1965, 154). Outra passagem é: “o reforço da aliança com outros partidos do bloco democrático opôs vigorosas reações ao PPR” (Pospelov 1962, 247-248). Outros partidos, como o Partido Socialista (PPS) e o Partido Camponês (PSL) não são mencionados, apesar de formarem parte do bloco ou frente de partidos capitaneados pelo PPR (Partido Operário Unido Polonês, POUP, ou PZPR, a partir de 1949) na era socialista polonesa.

⁴⁹ A *Istoria* de 1970 possui passagens como: “Los trabajadores de Polonia acogieron con alegría el Ejército Rojo, ejército libertador. En ciudades y pueblos se celebraron mítines espontáneos en los que se exaltó la amistad soviético-

A última versão da *Istoria*, a de dezembro de 1984, no original em russo, publicada no fugaz governo Chernenko, estava carregada pelo clima da Segunda Guerra Fria⁵⁰. Explana com mais detalhes como a Bagration e os preparativos no Vístula facilitaram a atividade anglo-americana na Normandia (Zhilin 1985, 324). Traz alguns detalhes inexistentes nas versões anteriores⁵¹. A tensão de 1980-81 na Polônia também produziu um texto em que se destacam as concessões soviéticas a esta⁵² e que simplesmente suprimiu qualquer comentário sobre o levante, que passa em branco inclusive na linha do tempo ao final do volume de 469 páginas, ao contrário da Grécia.

Os planos soviéticos de avanço indireto não eram recentes. Em agosto de 1940, Timoshenko e Meretskov apresentaram à Stalin um novo plano estratégico, revisão das contribuições anteriores e reedições dos marechais Tukhachevsky e Shaposhnikov, que previa, como os antecessores, a absorção do ataque inicial alemão seguido por uma contraofensiva como “operação profunda” no território inimigo. No entanto, ao contrário daqueles, que se preocupavam com o teatro norte, Timoshenko e Meretskov previam que o ataque alemão viria do sul, e que a contraofensiva soviética também deveria iniciar-se nesse teatro, isolando a Alemanha de seus satélites balcânicos, minando sua resistência e vontade de permanecer do lado do Eixo (Kershaw

polaca. Como símbolo de esta amistad, por doquier ondeaban juntas banderas polacas y soviéticas. Muchos patriotas polacos ayudaron todo lo que pudieron al Ejército Rojo”; “Las tropas soviéticas habían recibido la terminante indicación del partido y del Gobierno de no inmiscuirse en los asuntos internos de los Estados que liberaban y de facilitar a los pueblos el derecho a decidir por sí mismos su destino”; “Encabezados por los partidos comunistas y obreros, los trabajadores luchaban heroicamente contra los opresores fascistas. Se enfrentaban también a sus clases gobernantes, que, temiendo sobre todo las revoluciones populares, habían traicionado los intereses de la nación y frenaban el desarrollo del movimiento anti-fascista. La lucha de las masas populares de los países europeos contra los verdugos fascistas y sus cómplices fue un valioso aporte a la causa común de la derrota definitiva de la Alemania hitleriana”; “En el país se implantó un monstruoso régimen fascista. Los fusilamientos y la represión en masa eran fenómenos diarios”; “La reacción temía como el diablo a la cruz la victoria del pueblo y su subida al poder. Por eso, en vez de oponer resistencia a los invasores alemanes, hizo todo lo posible para debilitar el movimiento democrático antifascista, escindir sus filas y aislar del pueblo al” PPR; “Se ametrallaba por la espalda a los miembros del POP [PPR] y a los soldados y oficiales soviéticos. Se difundirán abyectas calumnias contra el Ejército Rojo”; “Con su presencia [o Ejército Vermelho] impidió a la reacción lanzarse a acciones armadas e influyó positivamente en la actividad de las masas trabajadoras. Esta conducta del Ejército Rojo, que era el reflejo de la justa política del partido y del Gobierno, fue característica de sus relaciones no sólo en Polonia, sino también en los otros Estados de Europa liberados por él” (POSPELOV, 1975, 313;333;334;335;338). A *Istoria* conta ainda com fotos para ilustrar a amizade entre as tropas soviéticas e as polonesas (de Berling), a saudação do povo polonês em Praga e a chegada de farinha ao povo de Varsóvia. A Polónia passara por revoltas, greves e agitações em 1953, 1956, 1968, 1970.

⁵⁰ “La actitud de EE.UU. e Inglaterra fue distinta: ellos procuraban cambiar la composición de los órganos de poder popular en Polonia y los demás países liberados (por ejemplo, en Francia) para hacerlos dóciles” (Zhilin 1985, 356).

⁵¹ Por exemplo, a de que o primeiro contato dos soviéticos com o Tiger VI ocorreu na cabeça de ponte de Sandomierz, em 12 de agosto de 1944. Três Tiger foram destruídos por alguns T-34 emboscados (Zhilin 1985, 323). A estreia do Tiger ocorreu pouco antes (18 de julho), na Normandia.

⁵² “Por la frontera con la URSS se tomaba la línea Curzon, con algunas modificaciones en favor de Polonia. Se previa la entrega a Polonia de la parte sur de Prusia Oriental y de la ciudad de Danzig y su región. El Gobierno soviético se comprometía a apoyar, a la hora de fijar la frontera entre Polonia y Alemania, la exigencia polaca de que dicha frontera fuera establecida por los ríos Oder y Neise, incluyendo Stettin en la composición de Polonia [...]. El Gobierno polaco en emigración [...] se proponía restaurar en el país [...] el poder de los terratenientes y capitalistas. No aceptaba que la frontera pasara por la línea Curzon. Sus representantes exigían que se les devolvieran extensos territorios ucranios y bielorrusos” (Zhilin 1985, 356).

2008, 325-326). Varsóvia, portanto, estava fora dos planos soviéticos – como eixo de avanço – desde antes da guerra. A preocupação soviética não era o confronto direto, tradição do país e desejo dos aliados ocidentais, mas sim bordejar as forças alemãs, atacar seus fracos aliados e privar a Alemanha de recursos valiosos.

Liddell Hart (1999, 394-396) comenta a adesão dos soviéticos a noções mais refinadas de estratégia, com o contorno de Varsóvia pelas cabeças de ponte ao sul, em Sandomierz. Ou a conjugação de golpes consecutivos em diferentes frentes, fortalecendo as linhas após um avanço enquanto novos ataques se sucediam em direções que não eram óbvias – o abandono do avanço direto para Berlim passando por Varsóvia pelo inesperado desbordamento da Romênia, ao sul, em direção à Hungria e Iugoslávia⁵³. Quando os soviéticos atacaram novamente de maneira frontal numa zona em que havia a expectativa de ataque e em que o inimigo já havia se fortificado, sofreram perdas enormes que atrasaram seu avanço, como prova a parada seguida da travessia do Oder, ou o desvio das forças de Rokossovsky, às portas de Varsóvia, para a primeira tentativa de invasão da Prússia Oriental. Avançar em dois frentes ao mesmo tempo incorreria contra a lei de dispersão excessiva. O que de fato sucedeu ao avanço russo no começo de 1945, dividido entre a travessia do Oder para Berlim e o cerco a Budapeste.

Os fatores diplomáticos foram tão importantes quanto os militares, fossem logísticos, táticos e estratégicos. O Tratado Anglo-Soviético⁵⁴ assinado em Londres em 26 de maio de 1942 pelos ministros das Relações Exteriores Anthony Eden e Viatcheslav Molotov foi a primeira tentativa de definição de áreas de influência entre soviéticos e britânicos. Estes concordaram com a Linha Curzon como fronteira soviético-polonesa, o que significava a devolução dos territórios conquistados pelo Tratado de Riga de 1921, após a Guerra Polaco-Soviética de 1919-21 e o estabelecimento de uma nova fronteira, similar à de 1945, sem que nenhum dos dois governos consultasse os poloneses exilados em Londres. A busca por limites definitivos permeou importantes discussões da Quarta Conferência de Moscou, de 9 a 19 de outubro de 1944 – poucos dias após a rendição dos últimos redutos do levante. No dia 10, Churchill e Stalin chegaram ao

⁵³ Enquanto os alemães esperavam o ataque ao norte, no Báltico, a Bagration se deu no centro, na Bielorrússia. Esperando a continuidade da ofensiva nessa direção, os alemães retiraram forças do sul para enviá-las ao centro. Nesse momento, a ofensiva paralisou-se no centro e desdobrou-se no sul (Beevor 2015, 652). Tchuiikov afirma, em suas memórias, que ataques alternados entre as várias frentes impediam aos alemães saberem onde o novo choque se daria, e a necessidade de mobilizar discretamente recursos para obter a supremacia numa determinada frente, a *maskirovka* (Tchuiikov 1980, 13).

⁵⁴ O tratado estabelecia o auxílio mútuo contra a Alemanha (daí o auxílio material britânico e a antecipação de ofensivas militares soviéticas como no Bulge) durante 20 anos, além de promessas de amizade e de uma organização para a manutenção da paz e da economia (Snyder; Brandon 2014, 241).

“Acordo das Porcentagens”⁵⁵, retificado e confirmado em Yalta, em fevereiro de 1945. Definiu-se que a influência sobre a Romênia seria dividida em 90% para a Rússia e 10% para a Inglaterra; a Grécia, em 90% para a Inglaterra e 10% para a Rússia; a Iugoslávia, 50/50%, a Hungria, 50/50%, a Bulgária, 75% Russa e 25% britânica.

Como Rasor (2000, 113) frisa, para o caso polonês, o controle de fato estava com os soviéticos e a Inglaterra nada poderia fazer. Ao contrário da retórica de Churchill, a Inglaterra não possuía a capacidade de pressionar a URSS pois dependia dela para o futuro ataque na Manchúria, como alívio para a recuperação das colônias asiáticas inglesas em mãos japonesas⁵⁶. Sua melhor esperança era a de limitar a influência soviética e inserir alguma presença britânica através de um governo misto com membros dos governos de Londres e Lublin – tática que se esfumava diante do avanço soviético, da impotência militar do AK e da obstinação dos poloneses de Londres em não efetuar as concessões que Churchill pedia, como forma dos soviéticos concordarem com esse governo misto. A Polônia não constou do acordo, pois Varsóvia e as fronteiras ocidentais ainda não foram libertadas e ambos os lados esperavam obter os maiores pontos de apoio possíveis para essa última divisão. Stalin contava com seu rolo compressor, e Churchill não perdera todas as esperanças com a continuidade de sua “estratégia mediterrânea” na Itália como uma avalanche sobre a Europa Central, da qual a continuidade de Trieste como italiana e não iugoslava foi um prêmio de consolação (Bevor 2015). Além disso, se em 1944 o eleitor inglês estava mais preocupado em derrotar a Alemanha (e em setembro de 1944 com a ameaça das V-2, disparado contra Londres pela primeira vez no dia 6), em 1945, ano de eleição (julho), ele estaria preocupado com o futuro do país que levou a Inglaterra à guerra. Qualquer influência no novo governo polonês era importante.

Durante as várias conferências realizadas entre os aliados durante a guerra, o status e controle dos territórios libertados era tema recorrente. Com o tempo, alguns pontos tornaram-se tácitos diante das posições mútuas. Um deles era o de que o território libertado por cada aliado seria área de influência prioritária dele, uma vez que os pedidos de concessões e partilhas não foram atendidos. A URSS solicitara que dentro do teatro mediterrâneo a antiga colônia italiana da

⁵⁵ Churchill procura narrar o Acordo das Porcentagens em suas *Memórias* como uma brincadeira que foi levada a sério pela má fé de Stalin (Churchill 1995, 1005-1008). Para sua infelicidade, Stalin dobrara e guardara no bolso o papel assinado por ambos. Obviamente, veio à tona com a disputa por redefinições das áreas de influências em 1947. Posteriormente, Churchill referir-se-ia ao acordo assinado numa simples folha de caderno como “documento impertinente” (Rasor 2000, 269), ou “papel travesso”, ou “maroto”, segundo a tradução adotada.

⁵⁶ A promessa de Stalin de atacar os japoneses, assim que a Alemanha fosse derrotada, foi feita para Churchill exatamente durante a Conferência de Moscou, no dia 13 de outubro, três dias após o Acordo das Porcentagens entre ambos (Gilbert 2014).

Tripolitânia⁵⁷, parte da Líbia, se tornasse área sob a sua tutela, ou que seu controle fosse compartilhado. A recusa dos aliados ocidentais em repartir o controle sobre suas conquistas gerou o precedente para que o aliado oriental adotasse a mesma postura. Além de sedimentar o preceito do reconhecimento das respectivas zonas de influência de cada potência.

As diferentes aspirações imperialistas de cada aliado também selaram o destino dos insurgentes de Varsóvia. Stalin, que criticara o imperialismo capitalista – em especial o inglês – antes e depois da Segunda Guerra, se viu à mesa dividindo esferas de influência com Churchill, como nas conferências europeias sobre a África colonial. A Inglaterra, que conquistara influência sobre a Iugoslávia e demais reinos balcânicos após a Primeira Guerra Mundial e a derrocada do Império Austro-Húngaro, queria estender seu poder sobre a Europa Central, em especial a Polônia⁵⁸, que fora aliada francesa nos anos 1920 e se aproximou da Alemanha durante parte significativa dos anos 1930. Por sua vez, os americanos desconfiavam dos impérios europeus à moda antiga. Confiantes em sua capacidade de expandir sua influência em decorrência de sua competitividade econômica e poder militar, desejavam o fim dos impérios coloniais como forma de estabelecerem o seu próprio, de novo feito, sem restrições.

A historiografia conservadora ocidental acusa Roosevelt de fazer o jogo de Stalin ao não apoiar os planos de Churchill e assim “salvar” a Polônia. A historiografia soviética não vê nenhuma tensão entre os dois aliados ocidentais, imperialistas (apesar das possíveis tensões entre duas potências dessa natureza). Ambos pecam por não perceber o grau e a natureza do conflito entre os objetivos ingleses e americanos⁵⁹.

⁵⁷ Segundo o plano soviético, as três diferentes províncias da Líbia italiana deveriam ser divididas: a Tripolitânia ficaria sob sua guarda, Fezzan-Ghadames, sob os franceses, e a Cirenaica, com os ingleses. No acordo final, os territórios da Cirenaica e da Tripolitânia ficaram com os ingleses, e Fezzan-Ghadames, com os franceses. Na Conferência de Potsdam, entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945, os soviéticos submeteram seu pedido mais uma vez, novamente negado (Zabecki 1999, 1281).

⁵⁸ Churchill não escondia seu desgosto com o regime Sanacja, que via como traiçoeiro, nem as dificuldades com a intransigência do governo polonês no exílio em Londres, no primeiro volume de suas *Memórias* (Churchill 1995, 167-168). Com a eclosão da Guerra Fria e a derrota para os trabalhistas em 1945 (que o incentivava a reforçar sua retórica conservadora como meio para retornar ao cargo de primeiro-ministro – o que de fato conseguiu em 1951-55), sua visão sobre o passado das relações anglo-polonesas foi alterada nos volumes subsequentes de suas *Memórias*.

⁵⁹ Beevor (2015) mostra o quanto a desconfiança entre os aliados ocidentais era elevada. Cada governo temia receber um peso desproporcional nos custos da guerra e em seus benefícios. Essa tensão levou à crise entre França e Inglaterra e ajudou a precipitar o colapso de ambos os aliados no continente em maio de 1940. A última coisa que o eleitorado americano (e seu governo) queria era ser arrancado de seu isolacionismo para sacrificar seus cidadãos e bens materiais numa guerra para salvar o Império Britânico (com seus monopólios que excluía a atividade econômica americana) e expandi-lo Europa Central adentro. Da mesma forma, os britânicos e seu primeiro-ministro não queriam travar uma guerra para que parte de seu império caísse em mãos americanas, ou que estes impusessem um novo modus operandi. A frase expressa por Churchill em 31 de dezembro ao seu Ministro das Colônias, “hands off the British Empire” se dirigia não contra os revolucionários comunistas na Índia ou Malásia britânicas, mas contra os americanos, como mote pré-Yalta e os temores de ser “enganado” por estes (Farrell 2011, 27).

Considerações finais

A historiografia de cada lado procura identificar a liberdade da Polônia com o grupo associado ao respectivo governo. Entre o governo no exílio em Londres, remanescente do regime dos coronéis de Pilsudski com o hibridismo de partidos pró-britânicos impostos pelos ingleses após a fuga do governo polonês, e o Comitê de Lublin, muito mais dócil à Stalin do que Sikorski ou Mikołajczyk à Londres, a liberdade parecia muito incerta para os poloneses. A experiência da libertação da Grécia e a Ditadura dos Coronéis serve de controle frente a libertação soviética e a Democracia Popular do POUP.

O lado ocidental, com algumas ressalvas (como Werth), insistia na traição política de Stalin às portas de Varsóvia, abandonando um aliado com o intuito de escravizá-lo, e minimizava ou silenciava razões técnicas, táticas e estratégicas puramente militares. Os soviéticos, por seu turno, priorizavam tais impedimentos materiais para a continuidade do avanço, e preferiam esquecer-se do Levante. As relações políticas polaco-russas, sempre tensas ao menos desde os Tempos Turbulentos, *Smutnoye Vremya*, que terminaram com a ascensão dos Romanov em 1613 (Montefiore 2016, 38-76) acabam despidas de quaisquer tons nacionais para se limitar às críticas deslegitimadoras do Governo de Londres como apêndice do fascismo polonês do pré-guerra. Quando lembrado, o Levante tratava-se de uma aventura desastrada e mal concebida fadada ao fracasso, diante da qual o Exército Vermelho nada poderia fazer. A inexistência *de fato* de uma aliança entre o governo no exílio e Moscou não é citada, como as biografias de comandantes do AK que lutaram contra a URSS em 1920, como o próprio Bór-Komorowski (Zamoyski 2013). Ao apagar a luta política direta (e raramente aludindo aos confrontos militares entre “aliados” concomitantes ao combate contra os nazistas) que existia entre os líderes do AK e a URSS, procurava-se amortecer os sentimentos nacionais que se tornaram agudos após séculos de avanços e recuos de fronteiras e tentativas (vitoriosas ou não) de conquista completa mútua do vizinho, num novo cenário geopolítico no qual ambos eram aliados e o governo polonês, subalterno. No ocidente, alimentava-se o mote de que os soviéticos não eram traiçoeiros e expansionistas, que por sua vez era uma barreira contra tratados, ao desarmamento, a contenção do crescente complexo militar-industrial e de seus interesses políticos e econômicos. A desconfiança mútua levaria em alguns meses à Operação Impensável, proposta por Churchill, que defendia armar os nazistas vencidos e atacar a URSS (Munhoz 2020), aos planos de bombardeio atômico americano às cidades soviéticas, ao uso da bomba atômica contra o Japão para forçar o fim da guerra e travar o avanço territorial soviético no Oriente acordado com Roosevelt. Quanto ao melodrama dos Poloneses

Livres abandonados ao fim da guerra, segundo Davies (2006), tal memória era útil para assegurar o voto de grupos militaristas ou de descendentes.

Stalin sabia o quanto a Grécia era importante estrategicamente para os britânicos⁶⁰. Além de assegurar o domínio do Mediterrâneo, ao lado de Gibraltar e Malta, Creta guarnecia o delta do Nilo e Alexandria. A vitória dos guerrilheiros comunistas ELAS, Exército Popular de Libertação Nacional, não seria admitida por Londres, que interviria, enfraquecendo qualquer possibilidade de paz entre as duas potências após a derrota alemã. Com as áreas mais ricas do país devastadas e o objetivo de constituir sua própria esfera de influência para além da Mongólia, este era um cenário que o Kremlin não desejava. Enquanto um concerto com Tito, auxiliado tanto por ingleses como soviéticos, se demonstrou possível após o fim da Guerra Civil Grega (a Iugoslávia aderiu ao Plano Marshall, mas permaneceu socialista, não-alinhada com a URSS ou o Ocidente, nem com o Pacto de Varsóvia ou a OTAN), a guerrilha na Grécia incomodava Moscou e Londres. O reconhecimento da Grécia como zona inglesa pelo Acordo das Porcentagens significava para Stalin que a Inglaterra reconheceria seu domínio de fato sobre a Polônia, especialmente após o fracasso inglês de fazer o governo no exílio fazer concessões ao Comitê de Lublin, à presença militar soviética, as fronteiras e ao caso Katyn. Ao ignorar o ELAS e não prosseguir rumo ao sul e a Atenas após ocupar Sófia em 16 de setembro, Stalin esperava que Churchill abandonasse o governo de Mikołajczyk – o que de fato ocorreu por algum tempo⁶¹, até a questão polonesa ser reavivada com a Guerra Fria e uma conveniente construção da memória histórica segundo o momento.

Acreditar que Stalin deveria ter agido em Varsóvia significa desconsiderar os planos soviéticos elaborados com antecedência que previam a continuidade do avanço mais ao sul. Significa pensar que Stalin sacrificaria as desgastadas forças do Exército Vermelho numa travessia difícil do Vístula⁶² apenas para assentar na Polônia um regime formado por políticos que inimizaram a URSS no entreguerras e mantiveram-se indiferentes ou francamente hostis aos soviéticos durante a guerra, num cenário que já se percebia como bipolar e vincado pela rivalidade e confronto capitalismo versus socialismo (Munhoz 2020). Como frisou Davies (2005), que faziam

⁶⁰ Um “aviso” foi a tentativa de desembarque britânico na Bulgária, após o pedido do regime local, temeroso da ocupação soviética. Fracassou, uma vez que o Exército Vermelho agiu antes que as tropas inglesas.

⁶¹ Em 13 de outubro, três dias após o Acordo das Porcentagens, tropas britânicas desembarcariam em Atenas (abandonada pelos alemães durante a noite, que já estavam em retirada em decorrência da ameaça soviética ao norte, na Bulgária) antes que os guerrilheiros pudessem entrar na capital e assim declarar um novo regime. Em seguida, dariam início a repressão às guerrilhas comunistas com o apoio dos grupos políticos gregos que haviam apoiado os alemães e que agora compunham o governo sob a tutela inglesa.

⁶² Tchuikov (1980 57; 62) afirma que o silêncio soviético do outro lado do Vístula por dias e dias era falso, pois ocorreu o reforço que permitiria a vitória. Que em 3 de agosto, o cenário da luta não era apenas por Varsóvia, com o AK, mas também nas regiões próximas, contra a SS Viking, Totenkopf, e a leste de Praga, a Hermann Göring, que impediam qualquer adiantamento da ofensiva, desencadeada em janeiro.

questão de demonstrar que eram aliados dos ingleses e que os ingleses o eram dos soviéticos, mas que eles mesmos não eram aliados dos soviéticos e nem poderiam ser, por questões ideológicas, fronteiriças e o Massacre de Katyn. Essa Polônia formaria uma cunha de influência inglesa no meio da esfera soviética, o que seria inadmissível para os soviéticos – principalmente com o fantasma de desentendimentos futuros e a tradição da Polônia de ser transformada em corredor para a agressão militar contra a Rússia ou a URSS. Significa que Stalin deveria ter dado mais apoio a rivais do que os seus próprios mantenedores ocidentais, mais ocupados com o atoleiro da Normandia, o desembarque em Toulon e Cannes, a libertação de Paris, a captura dos portos estratégicos de Antuérpia e Calais, com os preparativos para o desembarque nas Filipinas, e incapazes de liberar o número de bombardeiros e material que o governo polonês pediu para abastecer Varsóvia (ou mesmo enviar os poloneses livres). Que Stalin concederia a Polônia aos ingleses ao mesmo tempo em que abandonaria os guerrilheiros comunistas na Grécia e que não aceitaria negociar com os ingleses, ambos em busca de áreas definidas para exercer sua hegemonia.

Referências bibliográficas

- Academia das Ciências da URSS. *A Grande Guerra Pátria do povo soviético e a actualidade*. Moscou: Nauka, 1985.
- Beevor, Antony. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- Bezimenski, L. *O militarismo alemão com/sem Hitler*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- Cienciala, Anna. “The Foreign Policy of Józef Piłsudski and Józef Beck, 1926-1939: misconceptions and interpretations”. *The Polish Review*, Illinois, 56, n. 1-2 (2011): 111-151.
- Chun, Clayton. *The Doolittle Raid, 1942*. Oxford: Osprey, 2006.
- Churchill, Winston. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- Cohen, Stephen. *War with Russia? From Putin & Ukraine to Trump & Russiagate*. 2019. Nova York: Hot Books, 2019.
- Davies, Norman. *O Levante de 44*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- Deschner, Günther. *O Levante de Varsóvia*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.
- Farrell, Brian. *Churchill and the Lion City*. Cingapura: NUS Press, 2011. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1ntggr>
- Forczyk, Robert. *Warsaw 1944: Poland's bid for freedom*. Oxford: Osprey, 2009.
- Gilbert, Martin. *A Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- Grechko, A. *Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985.
- Hart, Basil Henry Liddell. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1999.
- Ieremeev, Leonid. *A União Soviética na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.
- Jvostov, V., e L. Zukok. *História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

- Kershaw, Alex. *Dez decisões que mudaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Kotkin, Stephen, e Jan Gross. *Sociedade incivil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- Kulkov, E., O. Rjchevski, e I. Tchelichev. *A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Editorial “Avante”, 1985.
- Leffler, Melvyn; Painter, David. *Origins of the Cold War: an international history*. Nova York: Routledge, 2005.
- Lukas, Richard. “Russia, the Warsaw uprising and the Cold War”. *The Polish Review*, Champaign, 20, n. 4 (1975): 13-25.
- Maiski, I. *Quién ayudó a Hitler*. Moscou: Progreso, s/d.
- Montefiore, Simon Sebag. *Os Romanov, 1613-1918*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Munhoz, Sidnei. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.
- Munhoz, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. p.261-281.
- Poliakov, L., A. Leltchuk, e A. Protopopov. *História da Sociedade Soviética*. Moscou: Progresso, 1979.
- Ponomariov, B., org. *Historia del Partido Comunista de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1962.
- Pospelov, P., org. *Istoria Velikoi Otecestvennoi Voyny Soiuza*. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v.
- Pospelov, P., org. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Progreso: Moscou, 1975.
- Prazmowska, Anita. *Civil War in Poland, 1942-1948*. Houndmills: Palgrave, 2004. <https://doi.org/10.1057/9780230504882>
- Rasor, Eugene. *Winston S. Churchill, 1874-1965*. Westport: Greenwood, 2000.
- Revunenkov, V. *História dos Tempos Atuais*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- Reynolds, David. *In command of history*. Penguin: Londres, 2005.
- Riábov, Vassili. *O grande feio do povo soviético e do seu exército*. Moscou: Progresso, 1983.
- Schwartzman, Simon, org. *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: UnB, 1983.
- Shtemenko, S. *El Estado Mayor Central durante la Guerra*. Moscou: Progreso, 1985.
- Smith, Joseph. *The Cold War, 1945-1965*. Nova York: Basil Blackwell, 1989.
- Snyder, Timothy; Brandon, Ray. *Stalin and Europe: imitation and domination, 1928-1953*. Oxford: Oxford University Press, 2014. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199945566.001.0001>
- Stalin, José. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Buenos Aires: Partenon, 1946.
- Tchuikov. *O Fim do Terceiro Reich*. Moscou: Progreso, 1980.
- Volkogonov, Dmitri. *Stalin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- Werth, Alexander. *A Rússia na Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- Zabecki, David. *World War II in Europe: An Encyclopedia*. Nova York: Routledge, 1999.
- Zaloga, Steven. *The Polish Army 1939-45*. Oxford: Osprey, 2013.
- Zamoyski, Adam. *Varsóvia, 1920*. Record: Rio de Janeiro, 2013.
- Zhilin, P., org. *La Grand Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-1945*. Moscou: Progreso, 1985.
-

Zhukov, G. K. *Memorias y meditaciones*. Santiago: Zig-Zag, 1970.

Recebido: 13 de maio de 2021
Aprovado: 14 de julho de 2021

A ideologia integralista no Paraná: o periódico “A Razão”, 1935

The integralist ideology in Paraná: the periodical “A Razão”, 1935

La ideología integralista en Paraná: el periódico “A Razão”, 1935

Rafael Athaides*

<https://orcid.org/0000-0003-3647-0509>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o conteúdo ideológico do jornal de militância integralista “A Razão”, que circulou no Paraná e em outros Estados em meados da década de 1930. Para tanto, foram estudados vinte e sete números do periódico, publicados entre maio de novembro de 1935, em Curitiba. Tal análise nos permitiu visualizar a seleção de conteúdos ideológicos distribuída aos militantes locais e sua adequação aos cânones da ideologia integralista, a partir das escolhas temáticas entre os temas-motores dos doutrinadores maiores do movimento.

Palavras-chave: Ideologia integralista. Estado do Paraná. Imprensa partidária.

ABSTRACT: This present article aims at analyzing the ideological subject matter found in the Brazilian integralist militancy newspaper “A Razão”. Such paper was propagated in the state of Paraná and other states in the mid-1930s in Brazil. To conduct the study, twenty-seven issues were evaluated. They were published between May and November of 1935 in Curitiba. This analysis unveiled a selection of ideological content distributed to local militant groups as well as revealing the adequacy of such material to the dogma of integralist canons in which the chosen topics came from a list of main themes of the movement’s major indoctrinators.

Keywords: Integralist ideology. State of Paraná. Partisan press.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar el contenido ideológico de la revista de militancia integralista “A Razão”, que circuló en Paraná y otros estados a mediados de la década de

* Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Autor do livro “O Partido Nazista no Paraná (1933-1942)”, publicado pela EDUEM, em 2011. Desenvolve pesquisas e tem interesse nos seguintes temas: fascismos, política externa do Partido Nazista, Integralismo, imprensa fascista e grande imprensa. E-mail: rafael.athaides@ufms.br.

1930. Veintisiete números de la revista, publicados entre mayo de 1935, en Curitiba, fueron estudiados. Este análisis nos permitió visualizar la selección de contenidos ideológicos distribuidos a los militantes locales y su adaptación a los cánones de la ideología integralista, basadas en las opciones temáticas entre los temas motores de los principales doctrinadores del movimiento.

Palabras clave: Ideología integralista. Estado de Paraná. Prensa partidista.

Como citar este artigo:

Athaides, Rafael. “A ideologia integralista no Paraná: o periódico *A Razão*, 1935”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 147-170.

Introdução: o Integralismo no Paraná

O braço paranaense da Ação Integralista Brasileira, a chamada Província do Paraná, foi fundado em 1934, menos de dois anos após o lançamento oficial do Integralismo no país. O seu auge foi no ano seguinte, quando chegou a congregar aproximadamente 40 mil filiados, elegeu um prefeito, vereadores e se tornou a segunda maior força política eleitoral nas maiores cidades do Estado. Dada essa força, a AIB no Paraná desafiou o equilíbrio do poder regional, já sacudido pelo movimento de 1930, em um delicado jogo de forças, que incluiu uma repressão precoce durante o interregno democrático brasileiro de 1934 a 1937.

Depois de uma malograda semente lançada na cidade de Ponta Grossa, ainda em 1932, sob a coordenação de Brasil Pinheiro Machado, o Integralismo se estruturou de fato no Paraná após um processo de refundação a partir de Curitiba. Tal processo se deu no ano de 1934, sob a liderança de Manoel Vieira Barreto de Alencar, catedrático da Faculdade de Direito do Paraná e, também, um dos fundadores da Universidade do Paraná¹. Entre os militantes iniciais, estavam indivíduos oriundos tanto da classe média ilustrada (professores, jornalistas, engenheiros, músicos, advogados, estudantes), quanto da “classe média inferior” (Trindade 1979, 136-137) (pequenos proprietários, comerciantes de pequeno porte e burocratas).

A maioria compunha um grupo formado por jovens com no máximo 38 anos de idade, de origem luso-brasileira. O contingente de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros não alcançava números

¹ Manoel Vieira Barreto de Alencar nasceu no dia 20 de fevereiro de 1873, em Mata Grande, Estado de Alagoas. Seu pai, João Vieira Damaceno, era Coronel da Guarda Nacional na comarca de Paulo Afonso. De longa carreira jurídica e política no Paraná, ocupou cargos como o de Juiz e Deputado Estadual (na Primeira República) e Professor Catedrático da Universidade do Paraná. Seu perfil, no que tange ao quesito geracional, difere dos demais líderes integralistas do Estado e do país, que em geral nasceram na primeira década do século XX. Alencar faleceu em 20 de janeiro de 1960.

superiores aos das proporções desses grupos na própria sociedade paranaense. Eram majoritariamente nascidos no Paraná (80%) e, em geral, seus pais pertenciam a uma classe média e média-alta intelectualizada. Quase todos os filiados cresceram sob a influência do fervor nacionalista dos anos 1920 e 1930.

Entre agosto de 1934 e início de 1936, a AIB chegou a 35 mil filiados, depois da criação e consolidação de núcleos nas regiões interioranas a partir de seis ‘cidades-polo’ integralistas (Ponta Grossa, Guarapuava, Rio Negro, Paranaguá, Jacarezinho e Lapa), abrangendo todas as regiões habitadas do Estado. Com esse dado, a Província do Paraná, em número de inscritos, dividia com a do Espírito Santo a 8ª posição entre as 23 Províncias Integralistas. Em números relativos (militantes/número de habitantes), o Paraná ocupava a 5ª posição nacional.

Nas eleições municipais em setembro de 1935, ficou visível a força que o movimento adquirira em menos de um ano. Nas maiores cidades, em números absolutos por partido, a AIB apareceu quase sempre em segundo lugar, somente atrás do PSD, partido do governador Manoel Ribas. Contabilizou-se 24 vereadores eleitos, em 8 municípios, mas, como existem lacunas nos dados, é possível que esse número seja ainda maior. Em Curitiba, foram eleitos três vereadores, em Ponta Grossa e Rio Negro, metade das Câmaras Municipais vestiu a camisa verde. Um prefeito foi eleito, na cidade de Teixeira Soares e outro ganhou na justiça a prefeitura, em Rebouças. A primeira cidade entrou para a memória da AIB como a cidade que elegeu e empossou o primeiro prefeito camisa-verde do Brasil.

O sucesso dessas eleições acirrou os ânimos do governo estadual, que, em 1935, já apresentava abertamente suas discordâncias em relação à AIB. Depois de censurar o maior periódico do movimento no Estado, proibiu o funcionamento dos núcleos em pleno período democrático (abril de 1936); e em seguida, estabeleceu forte campanha repressora sobre quaisquer manifestações integralistas. Sedes foram fechadas à força, bandeiras e símbolos amplamente censurados, cerimônias proibidas.

Depois de intensa campanha nacional, a AIB conseguiu reabrir as portas no Paraná em fins de 1936, contudo, funcionaria apenas mais um ano, sob franca vigilância do governo do Estado. Com o golpe de Getúlio Vargas que instituiu o Estado Novo, em novembro de 1937, todos os partidos políticos foram fechados. O Integralismo, proscrito de qualquer participação no novo regime, desfechou um malfadado golpe em maio de 1938, na tentativa de capturar o Catete e matar Getúlio Vargas. O resultado foi a repressão sistemática aos ex-militantes e o exílio de Plínio Salgado na Europa. No Paraná, Manoel Ribas permaneceu no poder, novamente como Interventor Federal e logo se gabou em uma de suas primeiras entrevistas: “Apresso-me a dizer-lhes que já fui apontado

como inimigo número um do Integralismo, título, aliás, que muito me honra [...]” (Albuquerque 1994, 57).

O lançamento do periódico A Razão

O grande veículo da militância integralista no Paraná, nos anos 1930, foi o hebdomadário *A Razão*, publicado entre maio e novembro de 1935, cujo nome é uma referência ao jornal pré-integralista de mesmo título, publicado por Plínio Salgado em São Paulo, em 1932. Há menções na documentação sobre uma segunda fase do *A Razão* paranaense, iniciada no período da clandestinidade em julho de 1936, não obstante, nenhum exemplar dessa fase foi encontrado nos arquivos examinados (Anauê! jul. 1936, 23)².

Depois de breve circulação de um jornal intitulado *O Integralista*, publicado em Curitiba em 1934, as lideranças paranaenses, juntamente com um corpo de redatores e gráficos voluntários, lançaram o novo periódico oficial da AIB, o *A Razão*, em primeiro de maio de 1935. De qualidade superior em relação ao seu antecessor e com nova equipe de redatores, *A Razão* não era muito diferente dos jornais de circulação geral do Estado: suas 6, 8 ou 12 páginas apresentavam boa qualidade de impressão³ e, por meio de seus patrocinadores, apropriadas condições financeiras. Entretanto, não era um jornal feito por profissionais. A administração e redação estavam a cargo de universitários e funcionários do comércio de Curitiba, que em horas vagas se desdobravam nas oficinas gráficas. A tiragem inicial foi de 2000 exemplares, mas os frequentes pedidos, inclusive externos ao Paraná, fizeram o hebdomadário aumentar algumas vezes esse número⁴. O jornal poderia ser adquirido de forma avulsa em Curitiba na Papelaria Requião, na Rua Muricy ou na Banca do Jorge, na Rua XV; a assinatura anual custava 6\$000 e a semestral, 4\$000⁵.

João Alves da Rocha Loures Sobrinho⁶, assim como fazia no *O Integralista*, era o redator-chefe; para a direção do jornal foi escolhido um jovem e importante quadro da militância

² Além do *A Razão*, circularam no Paraná outras 5 folhas de militância: *O Integralista*, de Curitiba; *Brasilidade e Folha do Oeste*, de Guarapuava; *Brasil Novo*, de Ponta Grossa; *O Legionário* e *A Voz do Sigma*, periódicos de Castro e Curitiba, respectivamente, que surgiram somente em 1937 (Monitor Integralista 7 out., 1937, 10).

³ Apesar da discrepância topográfica, a maioria dos jornais regionais integralistas, reunidos no conglomerado “Sigma Jornaes Reunidos”, tinham características semelhantes a essas (Oliveira 2009). Alguns desses periódicos, como o paulista *Ação*, em função de seu sucesso, chegaram a ter 20 páginas por edição, publicando segmentos especializados – economia, cultura, esportes, seção feminina etc. (Barbosa 2007).

⁴ Em julho de 1935, o jornal chegou a atender 6.300 assinaturas (*A Razão* 30 jul. 1935, 5) e, no mês seguinte, a direção explicou a um militante que o periódico estava em processo de “aquisição [de] máquinas maiores para aumentar a tiragem” (*A Razão* 15 ago. 1935, 3).

⁵ Como incentivo às assinaturas, a partir do número 11, a direção do periódico disponibilizou uma apólice de seguros gratuita, com prêmios de até 20 contos de Réis, por meio da Empresa Construtora Nacional, de São Paulo. A partir de setembro de 1935, as assinaturas passaram a custar 10\$000 anuais.

⁶ João Alves da Rocha Loures Sobrinho descendia de uma família tradicional do meio jurídico paranaense. Nascido em Palmeira, em 1913, foi um ativo militante dos quadros universitários da AIB no Paraná; antes de cerrar fileiras no Integralismo, chegou a participar do Centro de Cultura Filosófica, fundado por Erasmo Pilloto, um reduto de intelectuais de tendências anticlericais e humanísticas (Silva 2009). As razões para a sua guinada ao espiritualismo católico são desconhecidas. Em intensa militância ao lado de outro entusiasmado universitário, Jorge Lacerda, Loures

integralista local, Jorge Lacerda⁷. O expediente ainda apresentava o tipógrafo Frederico Carlos Allende⁸, como gerente, o comerciante e fotógrafo Oscar Witt⁹, como secretário, Valdemir Bueno, Angelo A. Dallegrave¹⁰ e Lourival Wendler como auxiliares.

Em maio de 1935, a pauta política da imprensa brasileira gravitava em torno do debate sobre Lei de Segurança, a Lei Monstro, recentemente promulgada. Isso não seria diferente em um jornal de militância integralista, já que a AIB se encontrava entre os alvos da referida Lei. Jorge Lacerda provavelmente foi o autor do discurso inaugural da folha, lançado em primeiro de maio e dedicado “ao humilde e pobre operário”, que desferiu sutis ataques ao governo Vargas e à Lei de Segurança Nacional¹¹. Depois de apontar a militância a qual se propunha a AIB, “contra uma civilização burguesa, materialista, decadente, e contra todas as forças desagregadoras da nação”, o autor apresentou os intentos finais da cosmogonia integralista:

Uma Grande Marcha para um novo tipo de Civilização para a Quarta Humanidade Prophetizada por Plínio Salgado! E esta Marcha, que é Marcha irresistível do Brasil, há de acordar a Civilização, que dorme no seio maravilhoso da Atlantida lendária! E no Continente Sul Americano, há de despontar o esplendor eterno da Civilização Atlantida! Galvanizados pela fé, hão de erguer com os olhos fitos numa só idéia, os Estados Integralistas Sul Americanos! Bolívar, que não pode effectivar o seu sonho, como imperio de sua espada, há de se surpreender um dia, vendo Plínio Salgado, realizando-o somente com a força de sua fé e de sua palavra! Esta Grande Marcha traz consigo o impulso de 400 anos de sacrificios, de anseios, de inquietudes e de luctas mallogradas... (A Razão 1 mai. 1935, 1)¹².

Em seguida, o texto exprime a revolta contra a Lei de Segurança:

Sobrinho liderou o Departamento Universitário da Província até ser designado para o Departamento de Estudos. Após o fechamento da AIB, o militante teve sua prisão decretada pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas pôde responder em liberdade; o processo não se concretizou, pois Rocha Loures Sobrinho faleceu em 2 de maio de 1939 (DOPS/PR, 1939, 1).

⁷ Jorge Lacerda nasceu em Paranaguá, em outubro de 1914. Estudou medicina na Universidade do Paraná nos anos 1930, período em que foi um dos porta-vozes do radicalismo militante na Província. Lacerda participou da Sociedade de Estudos Políticos, fundada por Plínio Salgado no início de 1932, precursora da AIB e, posteriormente, entrou para o Integralismo como um dos líderes da Província do Paraná, ocupando cargos de chefia no Departamento Universitário e na Secretaria de Imprensa. Mais tarde, teve participação na chamada Intentona Integralista de 1938 e seguiu carreira no Partido de Representação Popular no pós-guerra. Foi eleito Deputado Federal por Santa Catarina (em dois mandatos) e Governador do Estado, na década de 1950. Sua carreira foi interrompida pelo trágico acidente aéreo ocorrido em São José dos Pinhais, em 1958, no qual também faleceu o ex-presidente da República, Nereu Ramos.

⁸ Frederico Carlos Allende nasceu em Santos, São Paulo, em 1904. Profundamente ligado ao laicado católico, nos anos 1920 e 1930, Allende dirigiu as publicações da revista *A Cruzada* (impresa em suas oficinas, assim como o *A Razão*) e o jornal *Cruzeiro*; também participou da fundação do Círculo de Estudos Bandeirantes, em 1929 (Campos 2004 e 2005).

⁹ Oscar Witt era responsável pela biblioteca integralista da Sede Provincial e correspondente do *A Razão* em Santa Catarina. Também era um exímio fotógrafo, tendo tirado boa parte dos “retratos” que foram publicados no jornal.

¹⁰ Angelo Antonio Dallegrave seria posteriormente um reconhecido professor, congregado mariano, poeta e escritor de livros católicos, além de Bibliotecário da Biblioteca Pública do Paraná entre 1950 e 1976, ano da sua morte. Dallegrave ficou conhecido na imprensa dos anos 1960 por ter representado a voz oficial da Igreja Católica contra o culto à “Maria Bueno”, divindade popular curitibana não reconhecida pela Santa Sé (Jurkevics 2004).

¹¹ Nos textos de Lacerda é comum a utilização de três asteriscos para indicar quebras temáticas. No texto inaugural, embora não haja a indicação do autor, está presente essa marca tipográfica distintiva.

¹² A “Quarta Humanidade” seria a síntese das três humanidades anteriores: a “humanidade politeísta”, anterior ao cristianismo, a “humanidade monoteísta”, do medievo, e a “humanidade ateísta” oriunda do renascimento (Salgado 1995). O historiador e comandante da milícia integralista, Gustavo Barroso, também elaborou sua versão filosófica da história ‘em fases’, porém enfatizando os tipos de “exploração judaica” em cada uma delas (Barroso 1935).

Não há leis, que possam paralizar a marcha consciente de uma Nação! Abafaram porém, o rumor de seus tambores, de suas milícias e de seus clarins! Mas que são esses rumores, já abafados, diante dos rumores revoltados da própria consciência nacional, que não se abafam nem com leis, nem com decretos? (A Razão, 1 mai. 1935, 1).

A crítica presente no discurso de Lacerda foi suavizada por outro texto publicado no mesmo número inaugural do jornal (inclusive na mesma página), de autoria do Chefe Provincial. A presença desse texto, em certa medida contradizendo o primeiro, é a primeira demonstração da existência de certa tensão entre o afoitamento dos jovens radicais, dirigentes do jornal e as posições comumente comedidas de Vieira de Alencar. Trata-se dos primeiros embates típicos da fase do “enraizamento político” dos fascismos, na qual os movimentos buscam suavizar discursos ou abafar militantes radicais internamente, na busca de resultado político concreto (Paxton 2007). Vieira de Alencar cumpriu muito bem esse papel no período aqui analisado, haja vista a suma obediência às suas ordens em diversas ocasiões em que os jovens estiveram a um passo da radicalização.

Alencar, depois de explicar detalhadamente as implicações da Lei para a Província, tentou apagar o fogo ateadado por Lacerda na matéria de abertura do jornal:

Devemos agradecer ao governo, a atenção especial que nos dispensou, visando-nos particularmente no art. 47 da lei de segurança. Isso é a melhor demonstração força e eficiência. É o reconhecimento de nosso poder. Tranquilisem-se, pois, os integralistas do Paraná. Nosso movimento está amparado pela própria lei de segurança. Nenhuma força poderá detel-o. Para a frente, sempre para a frente! (A Razão, 1 mai. 1935, 6).

As admoestações de Vieira de Alencar não surtiram muito efeito. Lacerda insistiu no tema em outros discursos verbais e textuais, demonstrando sua linha de combate menos condescendente com o *status quo*. Com efeito, essa foi a uma das características principais do periódico: longe de se calar diante das arbitrariedades praticadas contra a AIB, o *A Razão* se posicionou como porta-voz da revolta dos integralistas contra delegados, prefeitos e governadores de Estado (especialmente contra o governador de Santa Catarina, Nereu Ramos)¹³. Quando a censura pesou sobre o jornal em fins de 1935, Rocha Loures e Lacerda fecharam suas portas, antes que fossem fechadas. De qualquer forma, o *A Razão* nos permite acompanhar a trajetória da AIB naquele ano (entre maio e novembro), seus avanços, percalços, o cotidiano do Movimento e, sobretudo, a ideologia integralista que se queria semear entre os militantes paranaenses.

A ideologia integralista no A Razão

O *A Razão* começou sua história recebendo comentários significativos de outros periódicos, a maioria deles com expressa positividade: *Gazeta do Povo* e *O Dia* (Curitiba), *Diário dos*

¹³ Os integralistas do Paraná acompanhavam de perto as atividades da AIB em Santa Catarina, de forma que o *A Razão* trouxe em quase todos os seus números informações sobre o movimento nos principais municípios do estado. Quando a repressão recaiu sobre os camisas-verdes catarinenses, o jornal paranaense tomou suas dores e Jorge Lacerda lançou diversos ataques contra Nereu Ramos (o homem que morreria ao seu lado num acidente de avião, em 1958).

Campos (Ponta Grossa), *Der Kompass* (jornal franciscano teuto-brasileiro de Curitiba) e *A Notícia* (de Joinville). Os elogios, em geral, circulavam ao redor do nacionalismo e, sobretudo, do anticomunismo do movimento. No entanto, a despeito das opiniões genéricas de grupos jornalísticos díspares, uma análise qualitativa dos textos do *A Razão* nos mostrará que o periódico ultrapassava esse caldo comum de cultura política nacionalista e conservadora: tratava-se de um jornal de doutrinação e militância fascistas, que expressou com maestria os componentes do fascismo genérico (Athaides, 2014).

Um resumo popular da ideologia que os militantes liam no *A Razão* aparece em um sucinto texto do nº 3, destinado “Ao Operário” e intitulado “O que o integralismo combate”:

1.º - Todos os partidos políticos, que dividem o Brasil em grupos de homens que só querem o interesse do seu partido, esquecendo-se dos interesses da Pátria. 2.º - A grande burguesia gosadora e materialista, despreocupada também dos destinos do Brasil e dos seus direitos. É a grande aliada desses partidos políticos. 3.º - O capitalismo judaico internacional, que escraviza o Brasil por intermédio dos juros dos empréstimos federais, estaduais, e municipais e ainda por intermédio dos dividendos e juros de muitas empresas particulares. A situação do Brasil é tão miserável, que nem pôde saldar sequer os juros de suas dívidas! 4.º O comunismo, que quer o homem sem religião, sem Pátria e sem família. Os integralistas combatem o comunismo, operários brasileiros, porque ele é inimigo da Nação brasileira, da tua família e da tua religião, sejas tu protestante, espírita ou católico. O comunismo chega ao ponto de negar a existência de Deus e pretende destruir aquelas tradições. 5.º Toda espécie de parasitas da Nação e do Trabalho [...] (*A Razão*, 17 mai. 1935, 5).

Além de tais ‘combates’, costumeiros em vários números, o jornal apresentava sessões de doutrinação explícita: textos da tríade doutrinária da AIB (Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso) e artigos de doutrinadores locais (como Jorge Lacerda, Rocha Loures ou de autores anônimos). Além disso, uma seção intitulada *Estudos Integralistas* buscava trazer, em linguagem simples, aspectos cruciais e práticos do futuro Estado Integral, na forma de perguntas e respostas. Sobre a função dos sindicatos, por exemplo, a referida sessão veiculou:

O SYNDICATO é uma das células do organismo nacional e tem, em particular, as mesmas características da Nação: é um órgão de finalidade étnicas, políticas, econômicas e culturais. Como tal, não é apenas uma força posta a serviço de interesses imediatos e uma sociedade civil de resistência na luta social. O sindicato, no Estado Integral, é um órgão de direito público, sob imediata fiscalização e proteção do Estado, o qual – sob o ponto de vista econômico – é a Federação dos sindicatos e das corporações. É através dos sindicatos que se realiza a representação econômica. Na Nação integralizada, não há lugar para os partidos políticos, cuja missão está então finda. Os partidos políticos hoje existentes não são mais do que organizações de caráter econômico, disfarçadas sob um rótulo político. – O INTEGRALISMO É A REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA SOCIAL (*A Razão*, 28 jun. 1935, 5).

Na mesma seção, sobre a questão da luta de classes, em 12 de julho de 1935, podemos ler:

Num Estado em que os trabalhadores têm todas as garantias e todos os meios de defender os seus direitos, a luta de classes é fenômeno mórbido. Ela só se compreende no Estado liberal indiferente às questões sociais. O Integralismo estabelece uma Magistratura especial para as questões do Trabalho. Os juizes devem resolver as pendências dos grupos, assim como hoje resolvem as questões surgidas entre os indivíduos, pois ninguém pôde fazer justiça pelas próprias mãos: a greve e o “lock-out” só se justificam ante a indiferença sistemática do Estado Liberal Democrático (*A Razão*, 12 jul. 1935, 4).

Assim se sucederam em diversos números as perguntas e respostas, sempre apregoando os princípios do Estado corporativo intervencionista e a ineficácia do Estado liberal. A partir do nº 11, o jornal passou a publicar um longo estudo de História, realizado pelo professor Nilo Brandão, à época professor do Ginásio Paranaense, intitulado *O sentido da Revolução Integralista*. No dito estudo, Brandão fez um resgate histórico percorrendo da Antiguidade Clássica ao Integralismo, com a finalidade de demonstrar o lugar do movimento de Plínio Salgado no devir humano. Na realidade, os textos são um amontoado de deturpações e anacronismos, em que Nilo Brandão contrapõe, por exemplo, um Platão e um Licurgo comunistas a um Aristóteles inspirador do Estado fascista e harmonizador das diferenças sociais. Platão inspirou “Rousseau e o seu bucolismo ingênuo”, o “regresso ao individualismo radical” que “negava a utilidade da organização social e condenava a civilização”:

Nada vale pra êle o ter o homem evoluído do escuro abrigo das cavernas e das cabanas formadas de folhagens, para os palacios de hoje e para a magnificencias e esplendores da sociedade atual. Que de penas e aflições, que de trabalho e de sofrimentos empregaram os nossos antepassados para nos legar tão brilhante civilização. E Rousseau queria voltar ao primitivismo! (A Razão, 12 jul. 1935, 5).

As adaptações do passado à luz do ‘fórceps’ do Integralismo são a marca de toda a série de artigos de Brandão. Até mesmo para o renomado educador, a “lógica da ideia” (Arendt, 1989) integralista era inescapável, na medida em que reformulou o passado num festival de anacronismos¹⁴. Com efeito, Brandão procurou o comunismo em todas as etapas da história: transformou estóicos em “comunistas, anarquistas e internacionalistas” numa Roma invadida pelo “sonho social comunista” e encontrou um Tomás de Aquino ferrenho combatente do credo vermelho.

Ao observarmos o jornal como um todo, percebemos que as ênfases em um ou outro aspecto da doutrina variaram ao longo da sua história, reflexo das transformações ocorridas no plano nacional, estadual (sobretudo no aspecto político) e na própria trajetória da AIB. Antes do fechamento da ANL, a inimiga imediata do movimento verde, há uma constante preocupação em atacar o comunismo, enquanto ideologia ou a própria ANL, tida como o representante imediata de Stálin. Prevalecem nesse período os textos antimaterialistas, que ressaltam a necessidade do homem abandonar as ‘ideologias do estômago’ e se entregar ao primado do espírito. A partir de julho de 1935, data do fechamento da ANL, paulatinamente o comunismo deixa o centro dos textos

¹⁴ Em Esparta, conforme Nilo Brandão, “Licurgo [...] transformou [...] completamente, a ordem económica, estabelecendo o regime comunista em bases sólidas”. Depois de encaixar o regime do líder espartano no seu modelo de comunismo, o professor explicou o seu insucesso: “Sem interesses próprios a defender, os espartanos perderam o incentivo. Não lograram atingir a felicidade almejada. A coexistência social tornou patente a desigualdade que lá no fundo de cada um já existia em potência”; o resultado foi o despertar espartano para “a cubiça”, então, “rompeu-se o equilíbrio com sanguinosas lutas intestinas, dando lugar a desigualdades ainda mais violentas do que antes”. Por fim, “desmoronou se [...] toda a Grécia, infeccionada pela moléstia oriunda de Esparta e que se havia propagado por todo o país” (A Razão, 15 ago. 1935, 4).

doutrinários. Os inimigos diretos agora, interpostos na representação do materialismo, são os maçons e os judeus. Por fim, os últimos números do *A Razão*, representam sua fase agonizante: apresentam muito mais o combate momentâneo das forças políticas estaduais, frequentemente chamadas de “liberalóides”, contra os camisas-verdes. Vejamos agora, em mais detalhes, alguns textos e características dos principais componentes ideológicos integralistas apresentados pelo *A Razão*.

O Antimaterialismo: Anticomunismo e Antiliberalismo

No silencio soturno das noites brasileiras; noites negras, de angustias e anseios crueis, sempre quando retorno á casa para repousar, acompanham-me duas figuras, que, lado a lado, andam commigo... [...] Uma das sombras, a mais velha e alquebrada, chamo-a: liberal-democracia! [...] vejo a segunda sombra, a mais jovem, contaminada pelos vícios e instinctos hediondos, Intitulo-a: comunismo! Sinto-a tambem – como a outra, como o seu fructo – tão pequenina e misera, diante dos olhos, e fastada das superiores finalidades humanas! (*A Razão*, 5 ago. 1935, 2).

Invariavelmente, as matérias anticomunistas do *A Razão* trazem a crítica superior ao materialismo, colocando liberalismo e comunismo num mesmo plano. Poucas ou de tamanho reduzido são as matérias somente antiliberais. De acordo com Araújo (1988), liberalismo e comunismo eram, na concepção pliniana, frutos do apego ao materialismo e da ausência de elevação de espírito e moral. “A REVOLUÇÃO Integralista”, dizia o jornal em nota chamativa de topo de página, “é a Revolução do Espirito contra a Revolução da Materia, manejada pelo comunismo judaico sem alma” (*A Razão*, 28 jun. 1935, 6).

O comunismo era, portanto, a “última phase” do “estado materialista”, derivação do liberalismo desenfreado: o Estado de tipo soviético seria último grande capitalista (*A Razão*, 10 mai. 1935, p. 2). Em outras palavras “A marcha do Capital, dentro das prerrogativas que lhe concedeu o Estado Liberal, modelou o estado bolchevista – o supercapitalismo”, segundo o militante paranaense Oscar Witt (*A Razão*, 15 ago. 1935, 4).

Provavelmente pelas ruas, cafés ou mesmo ‘infiltrados’ em reuniões da ANL (fato comum de ambos os lados quando as reuniões eram abertas), os integralistas de Curitiba ouviram a máxima: “Deus, Patria e Familia, já os possuiis, o que necessitaes é de pão e trabalho”. Ao retrucar, por meio de um artigo no *A Razão*, o autor anônimo afirmou:

Óra, que colossal absurdo! Justamente o contrario, pão e trabalho existem em abundancia por toda a parte, e si não os tendes, ide pedir contas áquelles que vós repudiaram, porque acima de todos os bens humanos, collocaram o “estomago”. É o estado materialista do século, cujos efeitos aterradores vindes sentindo, e do qual sabeis qual a última phase: o COMUNISMO! [...] Pão e trabalho há-os para todos. O que se torna preciso é que os communistas e liberaes democratas elevem o seu espirito a um plano superior, onde a vida se mistura com a eternidade [...] (*A Razão*, 10 mai. 1935, 2).

Essa explicação do comunismo inserida na crítica materialista é mais elaborada, adentrando ao nível da doutrina pliniana (que, obviamente, só faz sentido em seus termos). Contudo, o grosso

do anticomunismo no *A Razão* é o de tipo “primário”, como o adjetivou Héglio Trindade (1979), composto por imagens detratoras, desprovidas propositadamente de qualquer suporte empírico.

A crítica antiliberal integralista no *A Razão*, por sua vez, encontra um pouco mais sua razão de ser fora do universo lógico do ódio integralista, muito presente no anticomunismo primário. Em muitos excertos, essa crítica ao liberalismo se assemelha à própria crítica da esquerda marxista, porém o divisor axiomático entre elas é, sem dúvida, o combate paranoico do Integralismo ao materialismo.

O Liberalismo foi invariavelmente apontado como um sistema falido em sua própria origem, inadaptável à sociedade tupiniquim e a causa dos males nacionais. Problemas econômicos como a desvalorização da moeda nacional aparecem frequentemente após a interrogativa: “Para onde nos levas oh miserável Liberal Democracia?” (*A Razão*, 31 mai. 1935, 3).

Na visão integralista, isso era uma “insofismável verdade brasileira”. Essa assertiva figurou num interessante artigo do nº 5, intitulado “Bifurcação”. Nele, o autor não teve medo de posicionar a AIB entre as categorizações esquerda e direita (até porque o Movimento combatia também a direita liberal tradicional, estando ele ‘à direita da direita’). Segundo o artigo, em virtude da impossibilidade de

continuação desse regime falido [...] a bifurcação se nos apresenta inexorável, exigindo de cada um de nós um raciocínio e um desprendimento capaz, ao enveredarmos para a Direita, com DEUS, PATRIA E FAMILIA, ou para a Esquerda com TERROR, VIOLENCIA E MATERIALISMO (*A Razão*, 31 mai. 1935, 2).

Um redator anônimo ficou furioso quando o deputado estadual Frederico Faria de Oliveira (do PSD) alocou Integralismo e ANL no mesmo patamar, “metidos” em uma “porfia”: “[...] nada disso corresponde ao genio do povo brasileiro, naturalmente liberal”, apontou Oliveira (*A Razão*, 22 jun. 1935, p. 1). O *A Razão* retrucou:

Os Integralistas não querem mal ao sr. Frederico Faria de Oliveira, que vive a namorar a Doutrina do Sigma. Pena é que elle se casou há tanto tempo com essa velha rabugenta que se chama liberal-democracia. Tanto é assim, que o sr. Frederico tem dito que está de acôrdo com a doutrina integralista menos no que diz respeito ao combate á inefável liberal-democracia, de coração tão branco... Coisas interessantes! A essência desse “regime ideal” é fugir da logica e jogar os pobres mortaes para o inferno das confusões. E no entanto, o sr. Frederico já chegou a escrever que a philosophia integralista apresenta aspectos muitos frageis [...]. O liberal-democrata faz questão de ignorar o pensamento philophico ou o reino dos fins. Gosta de viver por conta do atôa (*A Razão*, 22 jun. 1935, 1).

Segundo Arendt, a ideologia se constitui totalitariamente em virtude de três elementos: 1) explicação total da história corrente: passado, presente e previsão infalível do futuro (como vimos em Nilo Brandão); 2) emancipação em relação à realidade e à experiência, na defesa de uma “realidade ‘mais verdadeira’”; 3) método coerente, portanto, inexistente na realidade, de demonstração dos fatos a partir de um axioma: aversão a toda e qualquer contradição (1989, p. 522-524). Esse último ponto está expresso de forma muito clara na crítica ao liberalismo: “A

essência desse ‘regime ideal’ é fugir da logica e jogar os pobres mortaes para o inferno das confusões” (A Razão, 22 jun. 1935, 1)¹⁵.

Contrariando a ideia da “índole liberal” do povo brasileiro, proposta por Frederico Faria, o redator sobrepôs a da “índole belicosa”, já que a “essência [do] demoliberalismo é a covardia”, que, em sua opinião:

Tem mêdo da luta. Arrepiá-se quando se lhe depara um pouco de tragedia, que é o fundamento das grandes vidas. Mas o povo brasileiro, estão todos elles muito enganados, sempre gostou dos “encontros”, quando gritasse o seu profundo sentimento de honra (A Razão, 22 jun. 1935, 1).¹⁶

Em outro excerto, o militante Oscar Witt refletiu sobre os avanços do mundo materialista no pós-Revolução Industrial. Nele, figura claramente a crítica marxista ao Estado Liberal e a apropriação dos meios de produção. Contudo, a resposta para o problema do capital era obviamente outra:

A machina, que deveria trazer o conforto ao seio dos homens, sufocou-lhes apenas o espirito e acordou-lhes o instinto. Hoje o mundo é transformado num imenso teatro, onde a massa inteira encena um drama torpe e avassalador [...] No Estado liberal o individuo subtrahiu a machina ao controle do Estado e, acumulando a renda do seu produto, realizou o *Capital*. Esta, com o decorrer do tempo, tornou-se uma enorme força economica á serviço do individuo, pela qual declarou guerra á força social e legislativa do Estado e venceu-a, tornado o estado, pusilanime e fraco. Era a primeira conquista do capital porém o seu poder absorvente não terminou ahí: vae além a sua ignominia, pesando sobre a cabeça dos povos. Veem os trusts, os carteis, os açambarcamentos, os monopolios e cada vez mais aumenta a força do Capital (A Razão, 15 ago. 1935, 4).

Nesse ponto, o autor fez uma proposital pausa, para não ser confundido com o comunismo e esclareceu:

Necessito [...] fazer um parentheses [sic], e lembrar, antes de prosseguir, que em absoluto não me manifesto contra o capital nas mãos de indivíduos, uma vez que sob o controle justo e preciso do Estado. Elle é mesmo uma necessidade decorrente da vida econômica (A Razão, 15 ago. 1935, 4).

Depois de apresentar a teoria do comunismo como o “supercapitalismo”, Witt, aproximando-se de Lenin, postulou que o Capital gerou um inimigo muito mais avassalador que o comunismo: o “imperialismo”, ou “capitalismo internacional”, cuja finalidade seria “sorvêr todas as industrias e produções [...] do mundo inteiro”. O pior dos futuros possíveis não seria, portanto, o mundo comunista, mas, antes, a situação de termos “num mesmo ponto do mundo [...] um só

¹⁵ Essa reflexão nos permite pensar inclusive o nome do periódico: “*A Razão*”. Além de uma homenagem ao primeiro jornal proto-integralista de Salgado, o sentido atribuído a essa **razão** é o de **lógica**: a lógica interna e inescapável de uma ideia, que uma vez posta em funcionamento se assemelha a um labirinto sem portas, cujas possibilidades são predeterminadas pelo seu construtor.

¹⁶ Os “encontros”, obviamente, não significavam debates na arena política, mas sim guerras: “Encontros no drama da conquista. Encontros na reação nativista. Encontros nas guerras dos judeus-holandeses, ingleses, franceses. Encontros na Guerra de Independência. Encontros em Montevideu e Buenos Aires. Encontros no Paraguay que cimentou para sempre a integridade da Patria. Encontros nas mashorcas da Republica, mediante as quaes um povo fazia ecoar os seus gemidos. Encontros, nos dias tremendos que estamos vivendo, contra o capitalismo judaico-internacional, aliado do communismo sovietico, que se disfarça em aliança Nacional Libertadora, para tramar contra a Patria Brasileira, com o paio expresso ou tácito de burgueses, que afogaremos no nosso sangue que se derramará num drama formidavel, pela conquista da nossa plena emancipação” (A Razão, 22 jun. 1935, 1).

órgão que absorvesse toda a economia, todas as rendas e produções dos homens sobre a terra”; isso “marcaria [...] a ultima phase do capitalismo” quando “os homens seriam todos transformados em automatós fantoches” (A Razão, 15 ago. 1935, 4).

Os múltiplos nacionalismos

Uma curiosa matéria, intitulada “Inacreditável”, no número 2 do *A Razão*, chama-nos a atenção por envolver um ilustre historiador do século XX. Os redatores do jornal se mostraram indignados pela contratação de um professor francês para ministrar aulas de História do Brasil na Universidade de São Paulo: Fernand Paul Achille Braudel. A reboque, o autor do texto comentou a chegada de um “americano-judeu” (Horácio Davis) para “ensinar *Bolcheviquismo*”, no curso de Sociologia da USP; a matéria conclui:

Ah! Povo desgraçado e decadente, quando buscarás em tuas próprias energias o remédio que te fará forte e sadio [...]. Mas, si vem um sabio estrangeiro falar em francês de nossa história passada; um homem, ou melhor um super-homem, um caboclo gritou na amplidão da mataria brasileira, o esplendor da nossa historia futura (A Razão, 10 mai. 1935, 4).

A princípio, para os integralistas, o problema não era o fato de Braudel ser francês, a questão era: sendo ele francês, como ensinaria História do Brasil?

Esse nacionalismo exclusivista (do tipo ‘o Brasil para os brasileiros’) está amplamente presente no discurso do jornal, mas, se ramifica em três facetas: (1) lírica/telúrica ou de exaltação e afirmação das raízes e valores nacionais, cujos expoentes são Antonio Alceu de Araújo e Jorge Lacerda; (2) econômica, em combate ao dito “liberalismo usurpador”; e (3) econômica/antissemita, em combate ao dito “judeu usurpador”¹⁷.

É patente que a AIB rechaçava qualquer adjetivação ou tripartição desse tipo em seu nacionalismo. Ainda assim, a divisão é válida, na medida em que tais facetas aparecem claramente delimitadas nos textos – não raramente sobrepostas. O primeiro tipo de nacionalismo, “a fantasmagoria autonomística” cultural, nos termos de Gilberto Vasconcellos (1979), aparece no *A Razão*, inicialmente, sob sua forma primordial: como fruto das reflexões de Plínio Salgado sobre a geografia nacional e a ambivalência, nela presente, entre sertão e litoral. Em artigo do historiador e jornalista curitibano, Ernani Silva Bruno¹⁸, o litoral aparece como um ambiente passivo e violado pelo estrangeirismo, amorfo e

dissolvido na configuração geral dos aspectos exteriores da civilização. Talves pretendendo, no equivoco da sua posição passiva, se tornar universal pela abstração da propria personalidade, num universalismo theorico e artificial, sem raizes nas realidades cósmicas. Permanecendo como trecho de humanidade indefinido. Nem estabilidade moral tem (A Razão, 24 mai. 1935, 4).

¹⁷ Esse último tipo de nacionalismo combativo será trabalho no subitem que trata do antisemitismo.

¹⁸ Silva Bruno era colaborador do periódico nacional integralista *A Offensiva* e trabalhava no Departamento de Estudos da Província Integralista de São Paulo.

A epígrafe do texto de Silva Bruno, retirada do livro de Plínio Salgado *O Estrangeiro*, informa-nos o sentido do seu nacionalismo: “e apesar de todas as luzes de uma civilização cosmopolita, o Boitatá accende o seu fogo no sertão...”. Esse sertão foi descrito como um impenetrável lugar, que modelou “suas formulas sociaes á margem da cultura importada do estrangeiro”:

Esse sim. É a das populações que não sentem nada dessas influencias do nivelamento internacional. Das populações que evoluíram muito expontaneamente, com simplicidade e humanidade, bebendo na Terra todos os seus elementos de formação e desenvolvimento. Das populações das villas, dos arrieas, das fazendas, dos sitios, do matto, nos seus clans primitivos [...] (A Razão, 24 mai. 1935, 4).

O dilema das duas civilizações convivendo, impenetráveis e opostas, era fulcral para o autor. Sua não resolução figurava como um problema para os integralistas, em virtude do tipo específico de nacionalismo pregado pelo movimento: um ‘monstro totalitário’, penetrante em todas as esferas da estrutura social travestido de adaptação às peculiaridades nacionais:

Nacionalismo para nós, é todo um programma de reajustamento da nossa estructura social em face de nossas realidades mesológicas, e de reajustamento da nossa estructura política em face de nossas realidades sociaes. É todo o processo de criação de uma civilização brasileira no duro mesmo. De uma cultura brasileira. De um pensamento brasileiro. De uma arte brasileira. De uma literatura brasileira, De não sei o que mais, brasileiro. É todo um processo de compreensão entre o littoral e os sertões, entre a luz electrica e o fogo do Boitatá. É principalmente o processo pelo qual as realidades profundas da Terra e da Gente, na sua parte característica, inspiram e condicionam as nossas formulas políticas e juridicas. É preciso não ter medo de ficar diferente dos “povos civilizados” (A Razão, 24 mai. 1935, 4).

A conclusão de Silva Bruno é a completa inadapabilidade dos modelos políticos advindos da Ilustração para as formações social e geográfica específicas do Brasil: a ineficiência do voto universal, em virtude da formação de parentelas submetidas ao coronelismo (chamadas pelo autor de “clãs”), é uma decorrência dessa inadequação estrutural. Daí, a formação histórica das formas bizarras da política democrática no Brasil.

O suffragio universal promiscuo, das democracias de typo liberal como a nossa, póde ter sido adaptavel a povos de formação economica estavel e equilibrada, de formação social particularista, de formação cultural homogenea. Ora, em nosso paiz, devido a contingencias de colonização, de meio physico, etc., se fundou o latifúndio e as populações ruraes se nuclearam em clans. Essa estructura social não supporta uma applicação legitima do voto universal e do liberalismo. O suffragio fica falseado, os partidos e as instituições se deformam e perdem se significado. E apparecem, por cima de tudo, o personalismo e o caudilhismo, como marcas de realidade varando o corpo débil das theorias. Portanto, nacionalismo tal como o entende o integralismo, é consciencia de realidades nacionaes, e influxo dessa consciencia sobre a vida politica e a civilização geral do paiz (A Razão, 24 mai. 1935, 4).

O nacionalismo de tipo econômico figura de múltiplas e curiosas formas no *A Razão*. Uma das mais peculiares é o anúncio das marcas de farinha que usam “trigo nacional” – recorrente em todos os números: “Integralistas! Dolores, Sara e Delia, são marcas de farinhas que contêm TRIGO NACIONAL. Deveis preferil-as ás de qualquer outra marca” (A Razão, 1 mai., 1935, 3).

Tal viés do nacionalismo se apresenta de forma mais agressiva, como postula Trindade (1979), e expõe claramente as características do que Vasconcellos (1979) chama de “fantasmagoria

autonomística” econômica, além da utopia da moralização e desmaterialização das relações econômicas.

O Integralismo não pretende, como estes [comunistas e anarquistas], em nome da questão econômica, criar o homem TERMITA, o homem gregário, que vive só em função do estomago. Não confunde Pátria Explorada com capitalismo explorador, que tem nas mãos o poder de centralizar toda a produção do orbe, transformando o trabalho em mercadoria. O Integralismo quer e pode emancipar a Pátria dos tentáculos desse polvo de Londres e Wall Street, chamando para o Estado Corporativo o controle, o poder centralizador e harmonico que deve presidir as relações de trabalho e produção, fazendo do primeiro o sujeito do segundo, sem destruir a iniciativa individual, que já não é nociva desde que se coloca debaixo dos interesses superiores da nação (A Razão, 24 mai. 1935, 2).

A agressividade contra o dito ‘estrangeiro usurpador’ aparece em vários números, mas, tomou contornos enérgicos mediante uma reportagem publicada no jornal britânico *Financial News*. O texto escandalizou o redator do *A Razão*, que em tons xenófobos escreveu um artigo intitulado “O Brasil Mandado Por Extrangeiros!”:

Depois de se dizer amigo do Brasil, mette o seu rubicundo nariz britannico nas nossas cousas, dizendo, com a maior naturalidade deste mundo, o seguinte: “Para melhorar a administração do Brasil só ha, na minha opinião, um meio: reorganização total dos negocios governamentais. Essa reorganização *não pode ser efectuada, no começo, pelos proprios brasileiros*. Como latinos, os brasileiros são extremamente inteligentes e logicos, mas falta-lhes o conhecimento e a experiencia de um bom governo. [...] Semelhante operação *só pode ser executada por estrangeiros* que tenham adquirido no decurso dos séculos um nível administrativo mais elevado do que o dos brasileiros. [...] Oh Brasileiros que ainda tendes brio e dignidade! Lêde mais uma vez, o que acabastes de lêr! Parece mentira! Ainda somos considerados incompetentes e inexperientes para dirigir a nossa propria casa! Os Inglezes se riem de nós! Elles têm razão... A miseravel Liberal Democracia não tem gente para governar o Paiz! Mas esperem! Quando em breve o Integralismo tomar conta do poder, a Inglaterra verá, si temos ou não temos brasileiros para dirigir e governar o Brasil! Não é preciso esperar muito tempo! (A Razão, 24 mai. 1935, 2).

Em geral, o nacionalismo se manifestou no *A Razão* de maneira reativa: sempre em oposição a um ente usurpador e/ou interveniente. Quer na cultura e costumes, quer na economia, o problema brasileiro era o da não-identidade, mediante a interferência de algum agente/ideologia internacionalista. Essa militância se torna mais direcionada, quando o antissemitismo se escancara no jornal, como veremos mais adiante.

A identificação com os fascismos

Embora recusassem, com certa justeza, serem chamados de servos de Berlim ou Roma, no *A Razão* os integralistas manifestaram empolgação com o avanço dos fascismos ao redor do mundo. Ao mesmo tempo em que Salgado tentava demarcar a distância por meio de alguns artigos¹⁹, para os jornalistas do movimento, não havia muitos problemas em se empregar o termo

¹⁹ Às vezes Salgado tropeçava no seu próprio ardid, quando tentava explicar as diferenças entre Fascismo, Nazismo e Integralismo. Em entrevista publicada no nº 13 do *A Razão*, o Chefe Nacional frisou: “o Integralismo é completamente diferente do Fascismo e do Hitlerismo, porque a nossa missão é muito maior. Na Itália e na Alemanha existia

“fascismo” para se referir à AIB. Em artigo denominado “Tres Estados”, o *A Razão* sintetizou em três correntes filosóficas o panorama ideológico mundial, indicando, ao final o tipo de Estado ao qual se identificava:

Essas três correntes são: a *individualista*, que originou o Estado Liberal; a dos interesses *raciais-judaicos*, que fez nascer o Estado Bolchevista; e a ultima, a unica que póde restabelecer a paz e a concordia no seio dos homens, possui o *sentido heroico*, do amor ao proximo, da honra e do dever, e deu origem ao Estado Collectivista ou Fascista (A Razão, 12 jul. 1935, 3).

Em seguida, o autor teceu algumas considerações sobre os três tipos de Estado, respectivamente; no entanto, no momento de aludir ao Estado Fascista, o denominou sem hesitar de “*Estado Integral*” (A Razão, 12 jul. 1935, 3).

Claramente, os jornalistas militantes se sentiam integrantes de uma mesma linhagem de movimentos políticos e não temiam ventilar publicamente esse fato em diversos números do periódico:

Duas correntes estão se transformando na forja da dor e da miséria que atormentam as raças. As formas da liberal-democracia são incompletas e doentias para o espirito humano que aspira a liberdade. E duas formas antagonicas se apresentam diante do sentimento humano: - Ou Roma, ou Moscou! A humanidade está afflicta diante desde dilemma: - Ou o fascismo, ou o bolchevismo russo. Com este, cavarão a sua propria ruina. Com aquelle, a gloria e a vida das nações civilizadas (A Razão, 5 jul. 1935, 2).

Até mesmo os pouco conhecidos fascistas holandeses, seguidores de Anton Adriaan Mussert, foram lembrados pelo jornal positivamente.

Hu Zee! A saudação dos fascistas da Hollanda

O movimento nacionalista vem surgindo em todos os países do mundo. A hollanda tambem se levantou á voz de Mussert, o grande chefe do Partido Nacional Socialista dos Paizes Baixos. Nas ultimas eleições, obtiveram 20% dos votos, o que constitue uma victoria. Lá os nacionalistas não podem usar seu uniforme na rua. A sua saudação consiste em levantar o braço, exclamando *Hu Zee! Hu Zee* é a antiga exclamação de estímulo e de incitamento dos marinheiros holandeses: - *Hu Zee! – Aguenta o mar*. Inspiraram-se nas suas tradições, assim como nós integralistas, que arrancamos a nossa saudação, do grito barbaro do glorioso indígena da terra selvagem do Brasil (A Razão, 5 jul. 1935, 2).

Neste excerto o pertencimento fascista é aberto e positivo. O redator chega a reconhecer que os diferentes fascismos se originam de um tronco comum e que se apropriam das especificidades culturais locais para criar sua simbologia e ritualística.

O moralismo cristão

O discurso moralista figurou no *A Razão*, amiúde, sob três formas: (1) em artigos e notícias do cotidiano de Curitiba, (2) em comentários contra a imoralidade praticada em outros países (obviamente, todos sob o regime liberal democrático ou comunista) e (3) em comentários sobre

anteriormente o ‘espirito nacional consciente’, existia uma Nação. No Brasil nada disso existia” (A Razão, 30 jul. 1935, 3). Em outras palavras, Plínio afirmou que o trabalho fascista seria o mesmo, porém, no Brasil teria uma proporção maior.

livros que pregavam práticas consideradas imorais. As principais práticas pecaminosas, com efeito, eram o sexo das ruas, as jogatinas e o alcoolismo.

Jorge Lacerda se enfureceu quando em Curitiba foi aberto um cabaré batizado de “Brasil”; na própria edição inaugural do periódico, o fato foi alvo da crítica moralista, combinada com o ufanismo, guardião dos símbolos nacionais:

Não é novidade para ninguém que sabe lêr e escrever que o Brasil está mais do que desmoralizado no estrangeiro. Mas, o que poucos percebem, é que ele está também sendo desmoralizado aqui dentro... Compreende-se... O regimen permite que em Curityba haja um cabaret com o nome de Brasil. A Liberal Democracia acha que o Brasil é um nome commum... Mas nós integralistas achamos que Brasil, é um nome proprio, é o nome de uma grande nação, é o nome da nossa Patria e não o nome de um cabaret! (A Razão, 1 mai. 1935, 3).

O acadêmico Aldo Silva, no nº 3, teceu as mais ácidas críticas à ‘velha geração’, entretanto, lembrou-se de que a nova também foi criada “no vicio e sem a menor noção de que o tempo passa e que a Patria dela dependera”. O pessimismo de Silva, em certa medida, se contradiz aos devaneios positivos de Lacerda sobre a “nova geração que se levantaria”, moralizada e pura:

[...] Ninguem se lembra que o produto desta falta de moral e de vergonha, há de ser muito peior. Que os moços de hoje, vendo os velhos, os experientes, encurvados, febris sobre o panno verde ou em orgias tremendas; vendo a destruição da harmonia do lar; vendo até respeitaveis senhoras nas mesas de jogo, escutando anciosas, o barulho das fichas, seguem-lhes o exemplo e com todo o ardor da mocidade, nessa imitação do mal, dão tudo que tem de vida e de energia. Quem são os responsaveis pela imoralidade atual e maior depravação futura? São os homens de ontem e de hoje, principalmente estes que crearam os cabarets officiaes e casas de tavolagem, esses antros de perdição e de libertinagem [...] (A Razão, 17 mai. 1935, 5).

Na matéria “Holywood”, o autor anônimo definiu a cidade do cinema como “um ponto negro que assignala uma fatalidade para aquelle povo” e prosseguiu:

Hollywood – a cidade dos risos hypocritas e dos beijos sexuais; dos sonhos, das desilusões e das fantasias, de cerebros mesquinhos. A cidade que ensina ao mundo como se profanam os lares e como se praticam actos de banditismo. Hollywood é a miragem do deserto, que ascena ao longe, mas que desaparece quando se pensa tel-a nas mãos; é a luz inebriante que attrahe os insectos, para depois queimal-os e destruíl-os [...]. A arte, essa grande criação do espirito humano, foi por ella reduzida a um simples mostruario de pernas feminis e contorno sexuais [...] (A Razão, 23 jul. 1935, 4).

Em outro texto, o vice de Vieira de Alencar, Valle Sobrinho, censurou os “cinemas vehiculares das abjeções materialistas, das atitudes immoraeas e das concepções provocadoras dos baixos instinctos, sob a aparência de arte” (A Razão, 23 jul. 1935, 6). Na realidade, para o autor, o problema da falta de moral residia nas “concepções materialistas da vida”, que eram “em todas as suas modalidades, expressões”

ejaculadas em conferencias publicas e prelecções didacticas, sob falsos pretextos de “educação sexual, combate a moléstias venereas, artes plásticas, nós estheticos, etc.,” mas com o exclusivo objectivo de excitar a animalidade nos moços, ou lhes empanar o brilho da espiritualidade [...] (A Razão, 23 jul. 1935, 6).

Quanto ao terceiro tipo de publicação moralista (o combate a textos que defendiam posturas consideradas anticristãs), o exemplo mais elucidativo é o comentário do militante Eloi da

Cunha Costa contra o livro “Problemas de Nosso Tempo”, do jurista Hermes Lima, publicado em 1935. O defeito maior da obra, para Costa, era o capítulo que versava sobre o divórcio, no qual o autor “revela-se um divorcista de mão cheia”. Na verdade, Costa propôs – à luz das transformações sociais, culturais e econômicas – que o artigo 144 da Constituição fosse alterado, de forma a permitir aos contraentes de núpcias que optassem pelo tipo de regime matrimonial – algo análogo ao sistema que vigora atualmente.

É falso pretender provar que a indissolubilidade do matrimônio é incompatível com as novas condições de vida, e que essa crise familiar inclusive o decréscimo da natalidade é oriunda da atual organização familiar. O mal não é da atual organização, mas daquilo que o sr. H. Lima chamou “deslocamento do centro de gravidade da vida familiar”, sendo este originado pelas atrações da vida urbana, cinemas-teatros (e que eu denominaria atrações judaicas), a facilidade e abundância de transportes, a industrialização das comodidades e dos alimentos, em síntese o senso materialista da vida. Aqui reside a causa desta crise familiar, e ela está em função deste senso materialista de vida. Espiritualisemos os homens e teremos resolvido a questão, tenhamos uma nova concepção de vida e veremos o aumento da natalidade (A Razão, 8 nov. 1935, 2).

Mais uma vez, e seguindo a máxima fascista, o materialismo – por vezes, judaico – é o grande culpado dos males do mundo moderno. O militante, inclusive, aponta os resultados práticos da introjeção do materialismo na legislação matrimonial: na França, onde já vigorava sistema semelhante, o resultado social foi “a polygamia” e a “promiscuidade” (A Razão, 8 nov. 1935, 2).

A nova geração e “o velho”

Outra temática constante nos discursos do *A Razão* é o combate ao “velho”, aos “carcomidos” caracteres e sujeitos que se apegavam às tradições, aos séculos passados, sobretudo, ao século XVIII e seu corolário político, o XIX. Vários artigos abordam a luta entre as gerações, ao mesmo tempo em que colocam os camisas-verdes como instrumentos de uma “marcha inevitável” da nova geração: uma mocidade a quem “unicamente pertence, este século” (A Razão, 24 mai. 1935, 3); eles seriam os representantes da única geração que ouviu, teleologicamente, “o conscio grito que partiu da Eternidade [...]” um “grito do novo século, para realizar a grande revolução da Idéa!” (A Razão, n. 4, 24 mai. 1935, 3).

Num artigo anônimo publicado no nº 1, sobre os “Mestres Que Envelhecem...”, podemos ler:

Há Mestres por este Brasil afóra, que olhando para o futuro, encanta-lhes o século do lampeão e da carreta puxada a bois... Nada de progresso de espirito... E o interessante é que se revoltam contra a Marcha do Seculo. Por isto, é que o Integralismo, que é a doutrina actual e que construirá a grande Civilização do Futuro, é tão combatido por eles... E há Exemplo em todo o Brasil, destes Mestres que nos combatem propagando idéas velhas e empoeiradas. Há muitos, que por dezenas de anos propagam doutrinas, mas até agora não contam com 2 adeptos sequer... O Integralista tem que se tornar interessante, mesmo que elles não queiram, pelo seguinte: Plínio Salgado, um simples caboclo dos sertões de São Paulo, em menos de 3 annos de propaganda de sua doutrina, já conta com 400.000 brasileiros que juraram deante da vida e deante da morte, acompanha-lo na grande lucta... (A Razão, 1 mai. 1935, p. 2).

Jorge Lacerda, diretor do jornal, era um dos mais combativos militantes nessa peleja geracional construída e fomentada pela AIB. Num artigo de capa do nº 3, “A LUCTA DE DUAS GERAÇÕES”, as posições do jovem militante ficam claras:

Estamos assistindo agora no crepúsculo do século XX, o conflito de duas gerações! Uma geração velha e cambaleante tenta lutar ainda num supremo e derradeiro esforço com uma geração moça que já vem despontando victoriosa. É a lucta decisiva entre duas Civilizações! Uma civilização burguesa, materialista, treme deante de uma nova Civilização heroica e formidável que se ergue no hombros dos moços! [...] O Integralismo veiu despertar no Brasil, esta lucta gigante. E as energias moças da Raça que foram despertadas, imprimiram um novo rythmo de vida e aceleraram o choque dessas duas épocas e dessas duas mentalidades. E hoje mesmo, em quanto lares brasileiros vemos paes cheios da velha mentalidade liberal-democrata, discutindo com seus filhos que defendem uma idéa nova, a idéa integralista! Quantos paes communistas ouvem no recesso de seus lares, os anauês empolgantes da mocidade sadia de seus filhos! Camisas-verdes! Nós somos a força barbara da Terra que se levanta! Somos uma Civilização que se desponta! Somos a nova Geração! (A Razão, 17 mai. 1935, 1).

Para Lacerda, a inevitabilidade da luta de gerações suplantava qualquer outro laço social, inclusive o familiar. Um exemplo concreto foi por ele apresentado na sequência do texto citado acima. Em determinada ocasião, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado Cirillo Junior retrucava alegações do polêmico deputado integralista João Carlos Fairbanks²⁰ sobre a falência da liberal-democracia. Como era de costume, os militantes encheram as galerias da Assembleia que “estrugiram com o fragor de seus aplausos” (A Razão, 17 mai. 1935, 1):

Porém, no meio das galerias, que prorompiam em estrepitosos anauês, destacava-se o filho do próprio Cirillo Junior que applaudia o deputado integralista. Era a geração nova que se erguia revoltada contra a velha! E no fim da sessão, quando centenas de camisas-verdes foram felicitar o nosso deputado Fairbanks, o filho de Cirillo Junior, não se conteve e abraçou-o exclamando: “METTA O PÁO NO VELHO!”. Nesses pequenos factos, é que percebemos nitidamente a lucta de duas gerações (A Razão, 17 mai. 1935, 1).²¹

Evidentemente, o discurso da ojeriza ao ‘velho’ era muito conveniente num movimento com o perfil geracional do Integralismo. As constatações do estudo pioneiro de Héliqio Trindade mostraram, espantosamente, a juventude dos militantes: o próprio Plínio Salgado era uma exceção “porque tinha ultrapassado os 35 anos” (1979, 145). Stanley Payne, no mesmo sentido, apontou que “a maioria dos membros e mesmo os líderes provinciais e locais [da AIB] tinham menos de trinta anos” (1995, 345).

²⁰ Como os integralistas paranaenses não elegeram nenhum deputado para a constituinte estadual, o *A Razão* apresentou várias peripécias do Deputado paulista. Invariavelmente Fairbanks dava ‘shows’ em sua atuação na Constituinte: sempre de camisa-verde, enchia as galerias com seus pares e discursava sem nenhuma moderação contra liberais e esquerdistas. No seu juramento de posse, afirmou: “Prometo trabalhar pelo bem de São Paulo e, por conseguinte, fazer todo o mal à liberal-democracia” (Dotta, 2010, 392).

²¹ No mesmo sentido, numa série de orientações destinadas aos plinianos que encontravam resistência paterna para o ingresso nas fileiras integralistas, o *A Razão* recomendou: “se afinal o pae pôr ser communista, cerceia a liberdade do filho, pretendendo arrastal-o para o lamaçal do communismo, a dignidade do filho deve insurgir-se contra a baixeza daquele que não era digno de ser seu pae” (A Razão, 23 out. 1935, 4).

O Antissemitismo

Pela leitura sequencial do *A Razão*, tem-se a impressão, até o número 10, de que o antissemitismo não seria um tema visitado com recorrência pelo jornal. Até aquele número, apenas uma matéria se dedicou exclusivamente à detração aos judeus; os textos apresentavam um antissemitismo esporádico, diluído nos textos anticomunistas, antiliberais, ou imerso no antimaterialismo de forma genérica. Seguindo as ideias de Gustavo Barroso e dos “Protocolos dos Sábios de Sião” (livro fraudulento por ele traduzido pioneiramente no Brasil), acreditava-se que por trás de todos os ditos males do mundo ocidental estariam os judeus, agindo de forma oculta e conspirativa.

A partir daquele número do periódico, contudo, as evidências não nos permitiram ignorar os ataques diretos aos judeus e que extravasavam a barreira do “antissemitismo econômico”, como queria Reale, ou da “coincidência” de Salgado²². Da leitura atenta dos números seguintes, tornou-se cada vez mais difícil depreender divisões estanques nas representações do antissemitismo (por exemplo, ‘econômico’, ‘religioso’ e ‘racial’).

No nº 10 foram apresentados trechos ‘amontoados’ e descontextualizados de uma tradução do Talmud, feita por “conhecedores da língua hebraica”, uma demonstração do antissemitismo primário:

Os judeus são o povo predilecto de Deus, os portadores do espirito de Deus, são homens; os pertencentes a outros povos não são chamados homens, mas sim, gado, animaes. Deus nunca está desgostoso com os judeus, mas sim, com os não judeus. A alma de um judeu vale diante do trono de Deus, mais que mil almas dos não judeus. Todos os judeus são filhos de príncipes, reis, imperadores. Quem dá uma bofetada num judeu merece a morte, pois é como se fosse dada a Deus. O dinheiro na mão de um não judeu é considerado dinheiro sem dono; o primeiro judeu que vem, toma-o. Quando um judeu está explorando um não judeu e surge um outro judeu, este segundo judeu fica obrigado a auxiliar o primeiro na exploração, tendo direito a uma gratificação correspondente ao auxilio prestado (*A Razão*, 05 jul. 1935, 6).

Como corolário, o comentário de “João do Sul” (pseudônimo de um ‘tímido’ parnanguara antissemita, que publicava frequentemente no *A Razão*)²³ ganhou contornos políticos:

É o cumulo! Com tal conceito religioso esta gente pretende instalar o communismo no mundo (pois não conheço judeu que não seja communista). Que bello communismo! Lá em cima os judeus como

²² Miguel Reale afirmou nesse sentido: “nós brasileiros devemos nos libertar do jugo do capitalismo financeiro e do agiotarismo internacional, sem que para isso abandonemos os princípios éticos para descambarmos até os preconceitos racistas. A moral não permite que se distinga entre o agiota judeu e o agiota que se diz cristão” (Reale, 1983, 231). Interessante observarmos que subjaz a essa frase a ideia de que no cristianismo integralista a agiotagem e a religião são excludentes. Ou seja, o judeu tem na sua índole o agiotismo. Isso corrobora, em certo sentido, a ideia de Tucci Carneiro, que vê em Reale um racismo travestido de “aparências formais” (2001, 294) – agradeço a indicação destas referências a Odilon Caldeira Netto. Plínio Salgado, por sua vez, sempre tentou abrandar o antissemitismo incrustrado em setores do Movimento mais ligados a Barroso. Em carta aberta, publicada na revista de estudos integralista Panorama, podemos ler, por exemplo: “Quanto ao capitalismo judeu, na realidade ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência; mais de 60% do agiotismo internacional está nas mãos israelitas. Isso não quer dizer que sejam eles responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo” (Salgado apud Trindade, 1979, 242).

²³ Trata-se de uma referência ao pseudônimo de Gustavo Barroso, João do Norte, pelo qual publicou seu primeiro livro, em 1912. (Caldeira Neto, 2014, 138).

príncipes, condes, duques, reis e imperadores, os nobres da criação, e lá em baixo, a humanidade, uma grande carneirada, as bestas de carga e do trabalho, adorando e venerando os seus amos. É o sonho de Israel!... Tome cuidado, brasileiro, para não te tornares carneiro, animal... (A Razão, 05 jul. 1935, 6).

João do Sul reaparece no nº 11, elaborando associações cada vez mais escabrosas e aumentando o tom da agressividade. Intitulando o governo soviético de “capitalista-judaico-russo”, afirmou que o Estado soviético “permite que os judeus residentes na Rússia tenham suas famílias e que frequentem suas sinagogas”, embora tenha destruído as bases da família e da religião em toda sociedade Russa. O texto prossegue:

Além de milhões de vidas humanas sacrificadas com esta loucura, os templos cristão são convertidos em cinemas, salões de baile, sedes de clubes, etc. Isto tudo está de acordo com o Talmud (a Bíblia judaica) que considera os judeus como povo superior, eleito de Deus, a raça superior, e os demais como um rebanho de carneiros, para os quais os dez mandamentos de Moisés, não tem aplicação. Brasileiros! O comunismo vem aqui, como Aliança Libertadora, atrás da qual se esconde Israel, para, na hora própria dar o bote e impor as leis talmudicas ao povo brasileiro (A Razão, 12 jul. 1935, 4).

É fato que alguns discursos assinados por João do Sul se parecem mais antijudaicos que antissemitas. Entretanto, às vezes o parnanguara ultrapassava o antijudaísmo e assinava por artigos racistas vindos de pesados jornais antissemitas europeus, como do francês *Libre Parole Populaire*. Em texto dirigido ao problema da “infiltração judaica” nos EUA, o redator começou por enaltecer o “saneamento do [...] povo” que “os alemães iniciaram com coragem”; em seguida, lamentou o fato de que na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, “as medidas de defesa contra as terríveis tentativas de domínio mundial pela raça judaica” ainda eram “fracas”. (A Razão, 30 jul. 1935, 3). Contudo, nos Estados Unidos, o problema se mostrava crítico:

Esse paiz, de immensas riquezas, offereceu á fantasia comercial, infinitas possibilidades. Que bello campo de acção para esta raça atrevida, que sempre está prompta a abandonar sua ultima patria adoptiva e procurar os paizes novos em via de revelação de suas riquezas. Nunca se encontrará entre os pioneiros que recortam novos territorios e trazem á luz as suas riquezas. Eles deixam para os outros povos o árduo trabalho aliado ao sacrificio de vida e bens, que sempre se dão nas novas empresas. Mas, mas apparecem as primeiras riquezas, os judeus, um bando de aves de rapina, sahido dos ghettos europeus voam para estes paizes a procura do lucro fácil (A Razão, 30 jul. 1935, 3).

Os judeus, segundo o texto, esperaram o crescimento das cidades e das riquezas norte-americanas, para aparecerem no país apenas no século XIX (!): “Só agora se observa a vinda dos judeus, sujos, barbados, nojentos, esfarrapados para explorar esse jovem povo confiante em suas forças, ingênuo e hospitaleiro”. Na sequência, por fim, o autor tentou mapear todos os importantes cargos do governo Roosevelt nas mãos dos judeus (A Razão, 30 jul. 1935, 3).

Se João do Sul oscilava entre o antissemitismo e o antijudaísmo. Não é o caso de Raymundo Valle Sobrinho, nº 2 da Província Paranaense da AIB. Em “Tempora Mutantur...”, o texto mais complexo publicado no jornal, carregado de simbologia, Valle Sobrinho profetizou, para um tempo não muito distante, o fim da “absorção do espirito pela materia” e do “desperdicio das energias do homem, nas expansões exageradas da animalidade”. Em seguida, escreveu:

A profecia, para desespero de Israel, se não realizará, ainda, desta vez. Aries lhe não será sacrificado neste século. Mais cem annos de cogitações para o “povo eleito”! Mais vinte, lustros de machinações diabolicas, ou quem sabe? E quem dera!, de sua reconciliação plena com a Humanidade, pois na expressão veemente da terna Clotilde “é índigo dos grandes corações espalharem as perturbações que sentem” (A Razão, 23 jul. 1935, 6).

Na sequência, o ex-Chefe integralista do Maranhão reforçou o primado da evolução irrepitível do curso da história: “A grande massa humana, marcha, sempre, no sentido ascensional”. A repetição do passado é uma falsa impressão gerada por “phenomenos sociais” que, na realidade, promovem “ligeiros recuos ao passado, onde se firma, para haurir forças de quebrar entraves oppostos á sua ascenção e realizar o surto compensador do retardo transitorio e nefasto [...]” (A Razão, 23 jul. 1935, 6). Cada fenômeno de retrocesso corresponderia a “uma phase compensadora, de bonança e de progresso”. Até aqui, o autor viu com positividade os ‘recuos’, pois, tratava-se de eventos necessários ao avanço da humanidade. O grande problema para Valle Sobrinho residia nos fenômenos de retrocesso provocados por judeus:

Falta-lhe o cunho da expontaneidade. É fructo das machinações de uma nação que, sem territorio que lhe caracterise a personalidade juridica internacional, mas, aferrada ás suas tradições de sangue e religião, estabeleceu, ou, melhor, enxertou, no organismo de todos os povos, cellulas que se desenvolveram, atravez dos seculos, dentro do mais rígido exclusivismo e cujos membros são, desde a infancia, norteados, sob a mais rigorosa disciplina, no sentido de se organisarem, politicamente, ahi, mercê da cidadania adquirida pelo nascimento, de maneira a trazer sob seu jugo os incautos hospedeiros e garantir a Israel o império do Mundo, com o governo do Grande Despota (A Razão, 23 jul. 1935, 6).

Esse fenômeno, que ameaça subjugar toda a humanidade, constitui-se num

plano traçado, com indizível má fé, por uma raça, excessivamente mystica e apegada a crença prophetica, cada vez mais viva, de que Jeovah lhe conferirá fatalmente o domínio absoluto sobre todos os povos que, incautos acolheram no seu seio. Só quem seja destituído de olhos de vêr, ouvidos de ouvir e faculdade de raciocinar, se não aperceberá de que o Communismo é obra do judeu, de que as agitações e a confusão reinantes em todos os sectores da terra, são consequentes de seus machiavelicos manejos e que o celebre “olho de Moscow”, nada mais é que o seu proprio olho, que nos espreita em todas as manifestações da nossa actividade [...] (A Razão, 23 jul. 1935, 6).

Foi a primeira vez que surgiu no periódico uma referência à “questão judaica” enquanto raça. Não temos como medir a reação que tal escrito provocou nos leitores do *A Razão*, contudo, sabemos que uma segunda parte de “Tempora Mutantur...”, prometida pelo jornal, nunca foi publicada.

Invariavelmente, tais estardalhaços antissemitas eram suavizados no *A Razão* com a explicação tradicional de Plínio Salgado de que o problema dos judeus no Brasil era “moral e não ethnico” (A Razão, 27 set. 1935, 6). Não obstante, existem poucas razões, além da semântica integralista, para utilizarmos divisões internas do antissemitismo camisa-verde, uma vez que nos textos aqui analisados os elementos se misturam.

Considerações finais

Uma parte significativa da história do Integralismo no Paraná só pôde ser resgatada pela sobrevivência do jornal *A Razão*. Veículo privilegiado de comunicação do movimento local, o jornal narrou a origem e a própria trajetória da AIB, permitindo inúmeras ramificações na pesquisa que originou o presente artigo. Para além dessa trajetória, o jornal de militância se mostrou um fiel difusor da ideologia integralista entre os militantes. A partir de uma análise qualitativa, pudemos depreender os conteúdos ideológicos, com suas ênfases, desaguados na militância local.

Embora boa parte do anticomunismo se apresente em sua forma primária – constatação pioneira de Hélios Trindade (1979) e que se repete aqui – o anticomunismo do jornal é claramente inserido na crítica maior ao materialismo e, portanto, equalizado à crítica ao liberalismo. A origem do mal, para o pensamento integralista, é o materialismo oriundo da Ilustração, na medida em que restringe o homem à sua condição terrena e física, em detrimento dos valores espirituais. Dessa ‘árvore maligna’, brotou o ramo comunista, cujos desdobramentos vão do ateísmo ao Estado como último e único capitalista. O liberalismo, por sua vez, figura como o regime fraco, que prioriza o indivíduo, valor pétreo da Ilustração, e que permite, pela via do culto à liberdade, o surgimento do comunismo.

Embora não concordemos que o nacionalismo se constitui em uma ideologia propriamente dita (Anderson, 1991), como tema ou componente mobilizador as manifestações do nacionalismo fazem parte do arcabouço da cosmogonia integralista. Assim, no *A Razão*, o tema foi explorado nas dimensões clássicas que figuram no pensamento dos líderes integralistas: telúrica e econômica. Esta última, se ramificando no combate ao liberalismo, ou ao “supercapitalismo usurpador”, e ao “capitalismo judaico”.

Outro elemento fulcral para a compreensão da ideologia veiculada pelo jornal é a identidade do movimento integralista no bojo dos demais fascismos da época. O jornal paranaense, seguindo uma linha já presente no jornal nacional *A Offensiva*, nunca escondeu sua simpatia e até mesmo irmanação em relação aos fascismos europeus ou mesmo latino-americanos. Inclusive, ao reproduzir matérias do *A Offensiva*, o *A Razão* trocava termos genéricos como “países corporativos” por “países fascistas”, mostrando maior desinibição quanto à família de movimentos.

Altas doses de moralismo cristão também fazem parte do conjunto de temas explorados pelo jornal. As ditas libertinagens do mundo moderno, praticadas pelos jovens, oriundas do materialismo, são veiculadas pelo jornal e, em nosso entendimento, fazem parte da contribuição católica ao movimento. Os exemplos de transgressão aos princípios morais cristãos vinham, naturalmente, dos países expoentes do liberalismo e do comunismo (EUA e URSS). Além disso, é

preciso assinalar que boa parte dos problemas morais do Brasil estão ligados à ideia da contaminação externa, porta essa aberta pelo cosmopolitismo dos grandes centros urbanos brasileiros.

Se os problemas morais estão mais ligados à juventude, isso não quer dizer que as gerações anteriores foram poupadas. Como sustenta Payne (1995), os fascismos sempre pregaram a luta geracional, em clara glorificação da juventude. Isso fica patente mesmo numa leitura rápida do *A Razão*. Os jovens são a força motora do futuro Brasil integralista, enquanto as velhas gerações ainda se apegam a valores dos séculos XVIII e XIX.

Por fim, o antissemitismo, mais presente no pensamento integralista de Gustavo Barroso (tangenciado por todos os ideólogos), apresenta sua faceta religiosa, econômica e racial. Isso demonstra o quanto o pensamento de Barroso tinha força no integralismo local. Para além disso, extravasando as tradicionais associações do judeu ao campo econômico, o antissemitismo mostrou no *A Razão* uma faceta racista escancarada.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, Mário Marcondes de. *Manoel Ribas: o Mito que ficou*. Curitiba: s. ed., 1994.
- Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- Araújo, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução. O integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- Athaides, Rafael. “O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo”. *Diálogos*, 18, n. 3 (2014): 1305-1333. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v18i3.929>
- Barbosa, Jefferson Rodrigues. “Sob a sombra do eixo: Camisas verdes e o jornal integralista “Acção” (1936-1938)”. Dissertação de mestrado, Marília/SP, UNESP, 2007.
- Barroso, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- Caldeira Neto, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2014.
- Campos, N. *A presença do laicato católico no Paraná (1926-1938)*. *História. Questões e Debates*, v. 43 (2005): 168-182. <https://doi.org/10.5380/his.v43i0.7868>
- Campos, N. Laicato católico: o papel dos intelectuais no processo de organização do projeto da igreja católica do Paraná (1926-1938). In: *V Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Igreja, Estado e Sociedade Civil: instâncias promotoras de ensino. Évora: Universidade de Évora, 2004.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- Dotta, Renato A. “Apontamentos para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938)”. Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo, III Simpósio do LAHPS – Ideias e Experiências Autoritárias no Brasil Contemporâneo, Juiz de Fora, Brasil, maio de 2010.
- Jurkevics, Vera Irene. “Os Santos da Igreja e os Santos do Povo: devoções e manifestações de religiosidade popular”. Tese de doutoramento, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2004.
-

Paxton, Robert Owen. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Payne, Stanley. *A History of Fascism. 1914-1945*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

Oliveira, Rodrigo Santos de. “Imprensa Integralista, Imprensa Militante (1932-1937)”. Tese de doutoramento. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

Reale, Miguel. *Obras Políticas: 1ª fase – 1931 – 1937*. Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

Salgado, Plínio. *A Quarta Humanidade*. 5ª ed. Edições GRD/Espaço Cultural Plínio Salgado: São Bento de Sapucaí/SP, 1995.

Silva, Rossano. “A arte como princípio educativo: um estudo sobre o pensamento educacional de Erasmo Pilotto”. Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

Trindade, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

Vasconcellos, Gilberto Felisberto. *Ideologia Curupira: Análise do Discurso Integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Fontes Consultadas

DOPS/PR, *Pront. 1775, João Alves da Rocha Loures Sobrinho*, top. 375, Departamento de Arquivo Público do Paraná.

Jornal A Razão, números 1 a 27, Curitiba, maio a novembro de 1935 – Espaço Delfos de Documentação e Memória Cultural, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul, Porto Alegre/RS (fotografia digital).

Jornal Monitor Integralista, n. 22, 7 de outubro de 1937. Fundo Plínio Salgado, Arquivo Público Municipal de Rio Claro, Rio Claro/SP.

Revista Anauê!, números 1 a 21, Rio de Janeiro, 1935-1937 - Fundo Plínio Salgado, Arquivo Público Municipal de Rio Claro, Rio Claro/SP e Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa/Central de Documentação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR (fotografia digital).

Recebido: 19 de maio de 2021
Aprovado: 16 de julho de 2021

Sobre zebras na América do Sul: a noção de entrelugar e a escrita do espaço em história ambiental

On zebras in South America: the notion of betweenness, and place writing in environmental history

De cebras en América del Sur: la noción de intermediación y la escritura del espacio en historia ambiental

Jo Klanovicz*

<https://orcid.org/0000-0002-5110-9028>

RESUMO: Este artigo discute a noção de entrelugar, seus limites e possibilidades para a reflexão sobre a delimitação espacial em estudos de história ambiental. O artigo posiciona a discussão a partir de documentos sobre a expedição de García de Loáisá às Molucas (1525), em cotejo com produção historiográfica e interdisciplinar sobre espacialidades, considerando esses documentos como textos ambientais que apresentam narrativas nômades. Os textos ambientais de expedições mostram, assim, o agenciamento de linguagem heterotópica construída sobre lugares novos no deslocamento ambiental dos olhares de quem observa uma nova paisagem.

Palavras-chave: Lugar. Espaço. História ambiental.

ABSTRACT: This article discusses the notion of betweenness, its limits and possibilities for reflection on spatial delimitation in environmental history studies. The article positions the discussion based on documents about García de Loaisa's expedition to the Moluccas (1525), in comparison with historiographical and interdisciplinary production on spatialities, considering these documents as environmental texts that present nomadic narratives. The environmental texts

* Doutor em História, com pós-doutorado em História Global (Freie Universität Berlin). Bolsista CNPq-Pq2. Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário e do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), do Paraná. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua na área de História Ambiental. Este artigo é produto do Projeto “As delimitações espaciais na História Ambiental”, que foi coordenado pelo professor Dr. Gilmar Arruda (Universidade Estadual de Londrina, UEL), com apoio do CNPq. E-mail: jo@unicentro.br.

of expeditions thus show the agency of heterotopic language built on new places in the environmental displacement of the eyes of those who observe a new landscape.

Keywords: Place. Space. Environmental history.

RESUMEN: Este artículo analiza la noción de intermediación, sus límites y posibilidades de reflexión sobre la delimitación espacial en los estudios de historia ambiental. El artículo posiciona la discusión a partir de documentos sobre la expedición de García de Loaisa a las Molucas (1525), en comparación con la producción historiográfica e interdisciplinar sobre espacialidades, considerando estos documentos como textos ambientales que presentan narrativas nómadas. Los textos ambientales de las expediciones muestran así la agencia del lenguaje heterotópico construido sobre nuevos lugares en el desplazamiento ambiental de los ojos de quienes observan un nuevo paisaje.

Palabras clave: Lugar. Intermediación. Historia Ambiental.

Como citar este artigo:

Klanovicz, Jo. “Sobre zebras na América do Sul: a noção de entrelugar e a escrita do espaço em história ambiental”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 171-187.

Introdução

Neste artigo, a proposta é discutir a noção de “entrelugar” como um desafio conceitual para a pesquisa no campo de conhecimento da história ambiental. O contato dessa área de conhecimento com outras, especialmente com a biologia e a geografia, tem permitido a apropriação de conceitos de localização, especialmente a partir da ecologia como campo científico e como metáfora, para tratar dos espaços nos quais as relações de seres humanos e mundo natural foram tecidas no passado. Nesse sentido, “tudo que acontece, acontece em um lugar”, para usar uma expressão do geógrafo Yi-Fu Tuan (2015). O que o entrelugar oferta de desafio para essas pesquisas é pensar o que acontece, quando as coisas acontecem fora do lugar.

Para provocar alguma incursão nesse desafio, presto atenção a um período peculiar do contato entre Europa e novo mundo, que é o da expansão moderna. Ela tem sido estudada, para além da dimensão política, a partir de implicações ecológicas (Diamond 2011; Crosby 2011; Richards 2003; Arnold 2000). A construção do contato com espaços “novos”, do ponto de vista europeu, proporcionou, cada vez com maior intensidade desde o século XVI, a instauração de regimes de dominação e novas relações de poder entre humanos e mundo natural (Radkau 2008),

além de interfaces diferentes de populações humanas, fauna e flora, em sentido global (Crosby 2011; Uekötter 2014).

John Richards (2003) observa que essa expansão acabou constituindo, ora de maneira voluntária e consciente, ora acidental, um sistema global de transporte e comunicação, abrindo rotas e conexões mais ativas, nas quais embarcações cada vez mais equipadas e com tripulações experimentadas foram desenvolvendo competência para zarpar de qualquer lugar para qualquer outro do planeta, sem temeridades.

No cenário de notícias de além mar, que apresentava textos e imagens com circulação cada vez mais intensa em diferentes setores das sociedades europeias, a quantidade e qualidade das informações e sua replicação permitiram o incremento de percepções que buscavam incorporar diferentes facetas do novo mundo, entre elas, sua história natural (Teixeira e Papavero 2009). Os novos espaços serviriam, também, para abrir caminho a novas interações e redefinições da própria ideia de natureza (Markey 2016). Esse processo foi constituindo pessoas e outras espécies em circulação, em movimentos intercontinentais, registrados em diferentes meios, como tapeçaria, cartas, diários, ilustrações e outros objetos do intercâmbio colombiano (Crosby 2011).

Pode-se considerar que os percursos que foram sendo estabelecidos entre Europa o “novo mundo”, mesmo que consideradas as assimetrias de poder e as estruturas de dominação construídas pela violência material e simbólica contra esses espaços, eram ecologicamente fluidos. Gravuras como a de Carlos V exercendo seu domínio sobre o novo mundo demonstram que maravilhamento, admiração e curiosidade pelas Américas eram acompanhados do exercício da violência, da perspectiva de domínio e de vitória sobre um outro espaço ao alcance espanhol (Markey 2016).

No caminho entre Europa e esses espaços, a proposta de pensar a fluidez de imagens, neste artigo, tem relação com as águas do Atlântico e os seus percursos que denomino de “tateantes”. É possível que a formulação das narrativas sobre os novos espaços foi sendo constituída na dinâmica da curiosidade, da incerteza e do caminho cujo horizonte era, por muitos e longos dias, uma linha imaginária que apresentava poucas constantes, tais como o nascer e o pôr do sol, os ventos e o balanço das águas, habitados pelas fronteiras das convenções e da linguagem de gravuras e os contatos porosos entre o fervilhar da imaginação e um realismo possível. Essa experiência que redimensionava mundos, era povoada por entrelugares.

Nos anos 1500, parte significativa da formulação de narrativas que constituem entrelugares habitou os papéis de diários de bordo de expedições que já estavam na transição entre viagens *cortesianas* (como as que margeavam a Califórnia) e viagens mais amplas como as de circum-

navegação (Crespo-Francés 2020, 174). A expedição de Frei Garcia de Loáisa (Figura 1), que zarpu do porto de La Coruña em 5 de abril de 1525 rumo às Molucas, na Ásia (Figura 1), e que tinha como objetivo retomar o caminho de Magalhães-Elcano poucos anos antes (Crespo-Francés 2020, 174) é um caso de texto habitado por entrelugares. Com 450 tripulantes em seis embarcações (Santa Maria de la Victoria – nau capitânia, Sancti-Spiritus, Anunciada, San Gabriel, San Lesmes e o galeão Santiago), para além do relato sobre o cotidiano da expedição, ao descerem de Cabo Verde para a costa da América do Sul, as naus começaram a avistar, na Patagônia, eventos fora do lugar, ou melhor, entre um lugar e outro. Zebras e outros bichos começavam a povoar as páginas do capitão.

Este artigo busca percorrer alguns trechos do diário de bordo de Loáisa, prestando atenção nessas liminaridades que permitem a inscrição, em textos de caráter informativo e oficial, de entrelugares, tomados aqui como eventos dados na linguagem, que precisavam ser incorporados em definitivo nas narrativas náuticas, geográficas e políticas sobre uma parte menos conhecida desse lugar.

Frente à abstração dos espaços e à necessidade de construir termos capazes de incorporar lugares, parte das delimitações que se acomodavam na narrativa de exploração espanhola do início do século XVI residia no texto escrito. Nesse sentido, o diário de bordo da expedição de Loáisa constitui um ponto de materialidade desses esforços de delimitação, e utilizo a obra como um registro discursivo dessas acomodações espaciais. Embora sejam apenas apresentados poucos trechos do texto, que tinha função geopolítica, são justamente alguns termos e tratamentos que chamam a atenção para entrelugares. Nesse sentido, o artigo circunscreve a discussão sobre o caráter da delimitação espacial nos estudos de história ambiental e, depois, na discussão sobre a delimitação dos entrelugares, intercalando documentos da expedição de circum-navegação espanhola de 1525 e produção apropriada pela historiografia para pensar as implicações da temática. O diário de bordo da expedição de Garcia de Loáisa constrói uma paisagem ‘fora do lugar’, tecendo o que estou considerando como uma narrativa nômade – de acordo com Gilles Deleuze (2007) – mas que é profundamente pautando num ponto fixo etnocêntrico. Nesse sentido, busca-se articular uma leitura de proximidade entre história e ecocrítica, lendo o diário de bordo como literatura, ao mesmo tempo em que uma evidência histórica de novas interfaces que estavam sendo constituídas entre seres humanos e não humanos no novo mundo.

O diário de bordo da expedição de Garcia de Loáisa que permite a construção deste texto foi publicado como parte da *Colección de los Viajes y Descubrimientos que Hicieron por Mar los Españoles Desde el Siglo XV*, organizada por Martín F. De Navarrete, em 1837. Naquele momento, a perspectiva da Espanha era compilar as viagens em um amplo processo de modernização da

Marinha. Esse projeto veio a ser redimensionado no final do século XX, quando a Espanha retomou o financiamento da análise histórica sobre tais expedições (Crespo-Francés, 2019).



Figura 1: Itinerário da expedição de Loaisa, 1525-1530. Crespo-Francés 2019.

Narrativas de lugar e historiografia: as delimitações espaciais e a história ambiental

Narrativas que mostravam animais diferentes, coisas fora do lugar, por vezes foram pensadas a partir das percepções da monstruosidade, da fantasia, condizentes com as convenções narrativas do período de transição entre fim do século XV e primeira metade do século XVI (sintetizadas, no caso do Brasil, ainda em 1958 por Sergio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*), mas que também ativavam a expectativa europeia de um mundo prístino da era da expansão (Denevan 1992).

Em meio às navegações que permitiam dar vazão a uma ideia de Europa sem limites a explorar, como observa John Richards (2003), o imperialismo ecológico dava conta do mundo não humano da América do Sul à sua maneira, e as interfaces entre humanos e não humanos ali passavam a ser relatadas na limiaridade e nos entrelugares da linguagem, das listas de classificação de fauna e fora derivada dos *bestiaria* medievais (Aloi 2018, 35), mas já em cotejo com com novas taxonomias.

A circulação de *Bestiaria* desde o século XI, reforçada desde o Renascimento permitiu a constituição de uma semântica da natureza materializada em animais e plantas como objetos moral e simbolicamente revestidos de valor religioso, com um naturalismo teologizado (Aloi 2018, 35). Nesse sentido, as relações entre animais, plantas, textos e ilustrações, até fins do século XV e início do XVI (Aloi 2018, 35) são substancialmente fluidas, com fauna e flora aparecendo como atores

no palco onde o realismo não importava no contexto, já que a representação de animais e plantas não precisava ser presenciada em primeira mão.

Para além das imagens tecidas por europeus sobre o novo mundo e seus não humanos este artigo está interessado em discutir o papel do entrelugar e sua liminaridade como delimitação espacial para estudos de História Ambiental. A construção de um arcabouço teórico-metodológico em torno da delimitação espacial nesse campo de conhecimento tem sido cada vez mais discutida, e montada com a preocupação sobre as boas práticas de escrita e análise (Carvalho 2015). Essa preocupação tem chamado atenção das Humanidades Ambientais como um todo, o que pode ser observado com a reemergência da discussão sobre a noção de “lugar” (Buell 1995; 2001).

A reflexão em torno das delimitações espaciais em História Ambiental e a leitura dos fenômenos como zebras e patos sem asa na América do Sul, como é o caso apresentado aqui como acontecimentos existentes no entrelugar, oportunizam à história ambiental a interpretação desses relatos como textos ambientais que registram narrativas novas sobre a interface de humanos e não humanos em tempos e espaços vivenciados entre Europa e América.

Nesse mesmo espaço-tempo de expansão europeia, o novo mundo, para além dos intercâmbios de fauna e flora, marcado pela circulação de espécies de plantas, sementes, germes e animais entre as embarcações espanholas e portuguesas entre Ásia, África, Europa e América (Fernández-Armiesto 2017; Crosby 2011; Richards 2003; Arnold 2000), é um terreno de exercício profundo de delimitações semânticas da natureza, que inclui a construção de metageografias (Oliveira 2016). Nesse sentido, um diário de bordo pode ser apropriado conforme a denominação proposta pelo ecocrítico Lawrence Buell (1995) como um “texto ambiental”, ou seja, um documento destinado à leitura do mundo natural que realiza representações e interpretações por meio de distorções ou de ficções, no qual o ambiente está presente não apenas como uma moldura para as ações humanas, e sim sugere que a história humana está implicada na história natural (Buell 1995, 103; 7).

Para pensar a noção de entrelugar em relação às delimitações espaciais em história ambiental, é necessário partir de uma constatação: até os anos 1990, esse campo de conhecimento discutia a espacialidade considerando a materialidade dos lugares como um elemento praticamente dado na história (cartograficamente).

Obras como *Dust Bowl: the Southern Plains in the 1930s* (Worster 1979) ou *The Ends of the Earth: Perspectives in Modern Environmental History* (mesmo autor, 1988) ‘aterravam’ os fenômenos a regiões biogeográficas ou territórios ecológicos um pouco mais amplos que até ultrapassavam estados nacionais, mas ainda estavam bem delimitados ecologicamente.

Dos anos 1970 aos anos 2000, Andrew Isenberg (2014) observa que o campo apresentou movimentos de expansão institucional (anos 1970 a 1980), uma relativa estagnação (anos 1990), e um reaquecimento de pesquisas e abordagens a partir dos anos 2000. Nos anos 2000, um movimento de crítica teórico-metodológica começa a ser intensificado, especialmente em virtude de novas relações tecidas entre História Ambiental e campos científicos mais distantes das Humanidades. Esse movimento tem relação com a própria temporalidade das conexões que foram sendo constituídas historicamente entre as humanidades e a problematização de ações na busca por justiça ambiental, o que trouxe para o centro da análise as dimensões historicizáveis da vida de populações e sua realidade biológica e física (Mauch e Trischler, 2010).

As delimitações espaciais voltaram ao centro das preocupações teórico-metodológicas, já que o campo começava a incorporar noções como *ecossistema*, *bioma*, *habitat*, ou outros ligados à espacialidade e localidade de fenômenos naturais e sociais. Temas como transformação das paisagens, preservação de recursos, sociedades de conhecimento sobre a natureza, desastres ou risco, e, em menor medida, imperialismo ecológico (todos eles formando o que Christof Mauch e Helmuth Trischler (2010) qualificaram como as seis grandes abordagens de história ambiental) passaram a dialogar e incorporar delimitações espaciais das ciências biológicas sem prestar muita atenção no papel epistemológico que elas poderiam ter.

Localizar representa escolher uma escala, operar uma ginástica do olhar sobre a paisagem (Claval 2007), mas também nomear, acessar, incorporar, tornar presente, interpretar e talvez governar uma região, um território. Delimitar espaço em História Ambiental tem implicações éticas, sociopolíticas e, claro, ecológicas. Delimitar um espaço não significa, entretanto, atribuir fixidez, imobilidade aos fenômenos de interesse de uma pesquisa histórica num dado local. Isso porque eles podem se desenrolar fora do lugar delimitado ou em qualquer ponto dele. Mas como tratar as coisas que acontecem fora do lugar ou melhor, no entrelugar, como é o caso do ambiente fluido dos oceanos?

Gilmar Arruda (2015) pontua que delimitações espaciais de eventos ambientais despertam desafios teórico-metodológicos fundamentais na área de História Ambiental. Ao coordenar uma pesquisa de fôlego que envolveu investigadores e investigadoras de todo o Brasil em torno da questão, Arruda (2015) observa que as variáveis usadas para definição do recorte espacial precisam ser explicitadas, considerando a impossibilidade de real separação entre natureza e cultura bem como o reconhecimento da existência de processos naturais sobre os quais humanos não têm influência (Arruda 2015).

Em dossiê da Revista de História Regional (volume 20, 2015), a temática foi abordada pela maioria dos/as envolvidos/as no projeto. Haruf Espíndola (2015) observa, nesse sentido, as relações próximas e necessárias entre História e Geografia, atentando para a retomada da reflexão sobre conceitos como poder e território, escala, tempo e agenciamentos, bem como suas consequências para a delimitação espacial em história ambiental (Espíndola 2015).

José Augusto Pádua (2015) abordou a constituição dos territórios amazônico e da Mata Atlântica numa perspectiva comparada, porém conectando-os a partir da ideia de construção de território nacional e de invenção de território. Já Dora Shellard Corrêa (2015) discutiu como delimitação espacial a concepção de paisagem em obras historiográficas, pontuando limites, possibilidades e abordagens dessa noção. Corrêa aponta para a necessidade de discutir paisagem em documentos e não necessariamente seguir o caminho proposto por muitos historiadores ambientais que tratam da observação direta das paisagens como método de construção de conhecimento. Isso porque sua posição é a de que traçar paisagens pretéritas não é algo que possa ser completada apenas com trabalho de campo, na medida em que há outros testemunhos. O campo pode expor a prática, mas não o pensamento e a circunstância que a gerou (Corrêa 2015). Alessandra I. De Carvalho (2015) discute as paisagens a partir da interação com a cultura em montanhas.

Rogério Ribeiro de Oliveira (2015) discute os paleoterritórios como delimitação espacial de história ambiental, ao trabalhar a história da ocupação passada da Mata Atlântica na sua espacialização de resultantes ecológicas do uso de ecossistemas por humanos. Já Eunice Sueli Nodari (2015) aborda um bioma como delimitação espacial para a pesquisa histórica nesse volume da revista, ao discutir relatos de viajantes argentinos na região de Misiones, na ininterrupta cobertura de Mata Atlântica entre sul do Brasil e a Argentina. Entre as observações importantes do artigo, está justamente a ideia de discutir um bioma como local de história, o que transcende fronteiras políticas entre países. Essa transcendência reflete diretamente os cortes que a história ambiental opera em relação às histórias tradicionais ou sociais ou culturais mormente calcadas na nacionalidade.

Ely Bergo de Carvalho (2015), ao discutir araucárias e Mata Atlântica, pontua que a delimitação espacial é um processo que precisa ser construído de maneira paralela e simultânea à própria narrativa histórica sobre um lugar, não podendo ser construída com um dado *a priori* para a pesquisa. Nesse sentido, uma delimitação espacial em história ambiental não pode ser tomada como um pano de fundo.

O que esse dossiê enfatizou foi que as delimitações espaciais estão amalgamadas às dimensões natural e construída do mundo palpável, ou seja, necessariamente incrustadas na noção de ambiente, que dá forma e filtro a essas mesmas dimensões para a elaboração de uma história ambiental (Buell 2001).

Arruda (2015) aponta, finalmente, para o cuidado de não tomar o procedimento de delimitação espacial como algo tecnicizado. Isso porque a própria diluição do natural no cultural e vice-versa complexifica o delineamento espacial em qualquer investigação na medida em que impede que possamos apenas efetivá-la a partir de uma perspectiva unicamente material ou natural.

O exercício e a reflexão contínuas sobre as delimitações espaciais são, nesse sentido, uma operação historiográfica que precisa ser cuidadosa, além de constantemente problematizada e instaurada no processo mesmo da escrita de história (Carvalho 2015, 317). Dessa forma, acontece que por vezes a delimitação espacial pode residir na própria textualidade.

Kaia Lehari (1995), ao considerar que textos (literários ou não) constituem ecologias, abre espaço para que se possa considerar o ambiente como *um campo de forças* que não têm existência independente e que está colocado num fluxo constante que não permite separação bem delimitada entre o que é vivo e o que não é. A textualidade permite, nesse sentido, adaptar algo que está fora do lugar a um contexto narrativo (Lehari 1995, 95).

Relatos de expedições marítimas que narram fenômenos a partir de uma posição nômade interessada mais no percurso do que no ponto de partida ou de chegada, constituídos na adaptação das rotinas num fluxo que liga conhecido e desconhecido são exemplos da captura de percepções sobre o entrelugar no texto ambiental dos diários de bordo. São textos produzidos por grupos ou pessoas que estão em movimento de um lugar para outro, em velocidades e ritmos diversos entre um primeiro e um segundo espaços que acabam por constituir um terceiro, que não é um limbo; é um lugar intermediário.

Nesse sentido, Gilles Deleuze observa que ao nômade não interessam os pontos de chegada nem os pontos de partida, mas os trajetos que percorre (Cunha 2015). Na intermediação, no entrelugar, a leitura de espaços pode estar construída na heterotopia ou na justaposição de experiências de espaço entre os pontos de saída, os pontos de chegada e as pausas do nomadismo.

Os textos ambientais são aqueles que são capazes de nos remeter a espaços que não conhecemos, sempre empreendem uma narrativa na qual a natureza ou o mundo natural não é apenas pano de fundo das ações humanas e, mais detidamente, apresentam perspectivas para uma leitura da ética das relações entre humanos e mundo natural (Buell 1995, 13). Eles sempre dão respostas ambidestras que evitam reducionismos opostos: o reducionismo no nível da

representação formal, que nos faria acreditar que o texto replica o objeto-mundo ou que criaria um universo linguístico totalmente distinto dele; e o reducionismo no nível ideal, como que se requeresse de nós a crença que o ambiente a ser considerado seria o maior objeto do documento ou a mistificação de algum outro interesse (Buell 1995, 13).

Como qualquer outra forma de se fazer história, a história ambiental global ou local ou do entrelugar é escrita com base em documentos ambientais que, num primeiro instante, não reparam a biosfera diretamente, mas reorientam leitores e leitoras parcialmente desnaturalizados/as não até uma natureza primordial que não podemos reconhecer nem em realidade nem em fantasia, mas a uma versão artificial do ambiente desenhado para evocar um senso de espaço.

Esses textos trazem os lugares ao ser, não apenas nomeando objetos e agentes, mas também dramatizando-os nos processos que eles importam. Nesse sentido, é inegável que os lugares narrados sofram reduções, uma vez que os espaços são definidos parcialmente no que se é possível fugir deles e parcialmente no que se aceita de suas fronteiras estabelecidas de maneira artificial, mas não aleatória. Esses textos são como que a projeção de desejos que, quando aceitos em sua ontologia, são dessubjetivados. Assim é importante pensar a ecocrítica dos textos ambientais como elemento preponderante para os estudos dos entrelugares e dos lugares, por apresentar estratégias importantes de apropriação de espaços, que são a) a releitura das representações da natureza já canonizadas, baseadas em estereótipos que podem ser estudados como atitudes que são reforçadas nos leitores a partir das próprias ligações entre o local, o lugar, o entrelugar e quem os narra, e b) a discussão do documento como parte do ambiente ou como um sistema ecológico independente. Isso porque cada texto ou item em nosso ambiente está sujeito a influências recíprocas. Para coexistir com o texto, alguém tem que ser familiarizado com ele nos detalhes, tem que ser ciente das conexões entre os detalhes e entre o texto e seu ambiente. Em síntese, todas essas conexões tem de ser analisadas no sentido de encontrar os melhores caminhos para tratar do texto.

Lembremos que a ecologia, na história ambiental, sempre proporciona a chamada de atenção para os princípios da conectividade e das interações entre organismos e ambientes, conforme pontua William Cronon (1990, 130). Assim, perceber o lugar ou o entrelugar como evento espaçotemporal é uma oportunidade para discutir como entidades interagem para reproduzir a dinamicidade das próprias relações entre humanos e mundo natural. Essa interação, por sua vez, se dá num espaço e, por isso mesmo, define e redefine os limites da localidade.

O ambiente prescreve ao sujeito algumas características, de acordo com o organismo como sujeito, enquanto esse reflete significados desses elementos do lugar. Em caso de ambientes

diferentes, todo o sistema de signos muda, definindo ou redefinindo experiências (que são cumulativas) e memórias (que permitem que as experiências prévias sejam reconhecidas).

Zebras e patos sem asa na Patagônia ou o entrelugar de uma narrativa nômade

Em 5 de abril de 1525 uma expedição que aproveitava a experiência de Magalhães, zarpou do porto de La Coruña rumo às Molucas, no Pacífico. As embarcações Santa María de la Victoria, Santi-Spiritus, Anunciada, San Gabriel, Santa María del Parral, San Lesmes e o galeão Santiago enfrentariam inúmeros desafios sob o comando geral de Frei García de Loáisa e de Sebastian Elcano. Motins, deserções e naufrágios compunham o repertório de problemas enfrentados na viagem, especialmente a partir do momento em que a nau San Gabriel aportou na Isla de los Patos (atual Florianópolis, em Santa Catarina) e marinheiros tiveram contato com naufragos de Solis e com indígenas que contaram sobre a existência de prata e ouro para além das montanhas.

Em 14 de janeiro de 1526, pela manhã, acreditando terem encontrado o estreito de Magalhães, as naus Santi-Spiritus, Anunciada, Santa María del Parral e San Lesmes avistaram a boca de um rio. No mesmo dia, uma forte tormenta desbaratou a nau Santi Spiritus, que perdeu mercadorias, artilharia e víveres, naufragando. Elcano subiu à nau Anunciada de Pedro de Vera e, junto com a Santa María del Parral e a San Lesmes, perderam seus batéis. No diário da expedição, entre os meses de janeiro e abril, a nau capitânia registrou zebras (provavelmente vicunhas) nas margens do Rio Santa Cruz, no Cabo das Onze Mil Virgens, enquanto buscava adentrar o território e encontrar a passagem de Magalhães. O diário pontua também o encontro de marinheiros com nativos “patagones”. Um deles era “*grande de cuerpo y feo, y traia vestido una pelleja de cebra, y en la cabeza un plumage hecho de plumas de avestruces, y su arco, y unas abarcas en los pies; y como vió que se hacía noche, aseñaló que le llevasen á tierra*” (De Navarrete 1837, 403).

Os marinheiros encontraram, também, *patos sin alas* (pinguins): “[...] hallamos tantos de patos sin alas, que no podíamos romper por ellos, é dimos todavia sobre los lobos que estaban en tierra” (De Navarrete 1837, 406).

Ao mesmo tempo, o que viram era uma abstração a partir de um espaço oceânico que considero nômade, fluido, constituído no próprio percurso de navegação e eivado de representações de fauna e flora igualmente fluidas e que não estavam necessariamente construídas a partir do realismo, que havia perdido espaço nas artes e nas representações desde a queda do império romano.

Terceiros lugares

Juan Maura (2011) pontua uma certa tradição de vinculação dessas narrativas que aparecem na América sobre o mundo natural a uma espécie de “realismo maravilhoso”, ainda mais em textos de nágrafos e no sul do continente. No que interessa à discussão sobre os entrelugares nessas narrativas ambientais, considero que, mais do que construir espaços do maravilhoso, estabelecem uma linguagem que prescinde, ao mesmo tempo, de precisão porque são documentos oficiais para informar autoridades sobre o andamento da viagem, e que acabam utilizando a própria liminaridade da linguagem descritiva do mundo natural entre o velho e o novo mundos. Esse terceiro lugar habitado pelas coisas vivas fora do lugar, como zembras e patos sem asas, ainda podem estar ligadas às dimensões semânticas da natureza já citadas e presentes nos ecos dos bestiários europeus à época.

Para Elizabeth Grosz (2001), a possibilidade de abertura de um “terceiro lugar” constitui um novo campo marcado pela liminaridade das coisas. Liminalidade e entrelocalidade referem-se ao estado de transição entre dois fenômenos, dois espaços, dois acontecimentos. Espacialmente falando, a posição do entrelugar implica uma meia localização entre dois eventos e espaços opostos tais como dentro e fora, aqui e lá, isso e aquilo. Esse dualismo e binarismo é complicado, porque não abre-se para as complexas construções fugidias sobre o espaço, caracterizadas como simples “resto”. O conceito de *entre* é parte da construção do espaço, já que pode ser discutido como uma entidade *per se*, uma posição corporificada ligando o primeiro espaço, o de origem ou partida e ao segundo, do destino ou da chegada.

O termo *entre* tem sido largamente explorado do ponto de vista dos estudos culturais, principalmente com temas como o estado de liminaridade e linha de borda, sendo frequentemente associado a questões econômicas, políticas e geográficas contemporâneas. É também um status de margem ou de fronteira difusa, frequentemente usado para estudos literários. similarmente, o conceito de entrelugar é usado em trabalhos de artes visuais, dando vazão a significados emocionais e ambíguos, e assim ultrapassado a racionalidade das formas científicas e matemáticas (por exemplo, a teoria aritmética da intermediação ou o termo mais comum da medicina e da física, de interstício).

Pode-se dizer que o clichê do entrelugar está em tudo, e que cada autor tem um nome diferente ou texto para explicá-lo. Mesmo nesses termos “ser entre algo” é frequentemente usado como sinônimo de fusão (exemplo: a cultura da fusão de alimentos). Contudo, quero sugerir que o conceito de *intermediação* e seus correlatos implica em uma forma *inter*, um prefixo que significa justaposição, sobreposição, concorrência, camadas, uma interação dialética entre coisas (objetos,

sujeitos, espaços). Não é apenas fundir ‘dois em um’ ou simplesmente misturar modos, apropriações ou terminologias entre disciplinas. É provavelmente mais dialética a conversão entre dois fenômenos opostos desde que se estabelecem novos pontos de cruzamento e possibilidades de conexão. Cruzar as linhas do entre é corporificar a linha de transição. A locação do entrelugar surge no exato momento em que a linha de fronteira é cruzada e experimentada.

Mas quem, quando, como e onde é que essas questões entram na discussão sobre a construção do espaço? As disciplinas que trabalham com ambiente construído, por exemplo, nos lembram que os entrelugares são espaços por si só, embora seja necessário lembrar, do ponto de vista da história, que os termos ligados à espacialidade são abstratos, definidos por vetores de direção, velocidade e variação de tempo (De Certeau 1998, 117).

A mobilidade [no caso apresentado, de aventureiros marinheiros espanhóis, considerados aqui como nômades] cria espaços contínuos de intercâmbio, deslocamento dos discursos do espaço fixo de permanência para uma nova perspectiva de “espaços do ir,” espaços de passagem, de nomadismo, de transição e de circulação (Careri 2002). É a geografia cultural da viagem, não mais a prevalência da *ágora* da vida pública, mas das aventuras e desventuras do privado-público (Hajer e Reijndorp 2001, 21).

As zebras e os patos sem asa da narrativa nômade dos marinheiros espanhóis da expedição de Loaisa, que poderiam ser reduzidos à existências como as de pinguins avistados por europeus constituem uma terceira paisagem, um terceiro lugar que, por sua vez, revela rotinas intrincadas e comuns das práticas de narrativa diárias a aventura de viajar (Perec 1997).

Ray Oldenburg afirma, em *The Great Good Place* (1999), que a vida cotidiana se dá no balanço de três espaços de experiência: o primeiro é doméstico, o segundo é do trabalho e o terceiro é social. Os locais públicos são aqueles que apresentam grande variedade que acomodam agrupamentos regulares, comunitários, informais de indivíduos em torno de sua casa e de seu trabalho (Soja 2000, 16).

Nas escritas dispersas, a premissa subjacente é a de que os agentes de mobilidade que habitam espaços de transição podem produzir ‘novos’ espaços, uma vez que vão e vem, movem-se em lugares que oferecem novas possibilidades.

A mobilidade e o ato da transição entre espaços dá origem a outros lugares que não são os de sua originalidade (o ponto de partida) nem os da situação (o ponto de chegada). Transitar continuamente cria novas realidades, literalmente um lugar outro que não é intensamente vivido. A mobilidade geral, paradoxalmente, estabiliza esses “lugares espacializados”, congelando-os

momentaneamente na narrativa. Esses lugares são espaço no qual diversos sítios incongruentes e momentos no tempo são justapostos, momentos de passagem, fragmentos de outros espaços.

Esses espaços de transição reassentam a zona espacial da heterotopia, proposta por Michel Foucault em *Des Espaces Autres* (1967), uma zona que acomoda sentidos de tempo e de espaço que se deslocam. De acordo com o autor, a heterotopia é capaz de justapor um lugar real em diversos espaços que são opostos. Nesse sentido, é possível dizer que essa instância do *entre* ou desse lugar de transição é uma zona experimental que é ideológica e literalmente deletada depois do tempo do acontecimento.

Considerações finais: os locais da intermediação na história ambiental

Como a heterotopia, espaços de transição são sistemas de mão dupla totalmente ambíguos que fecham o que foi deixado em aberto antes, e vice-versa. O espaço de transição é esporádico, ao mesmo tempo acessível e invisível.

Teoricamente, a posição do entrelugar é constantemente associada a leituras da mobilidade, do trânsito, da passagem, do nomadismo e da nomadologia, ou limites e liminaridade. Novamente o clichê retorna: a palavra “entre” é parte de nossas rotinas, nossas práticas cotidianas de ir e vir, nossas narrativas móveis e histórias nômades. Quando ocupamos, requisitamos ou exploramos um lugar, interagimos corporalmente com objetos e espaços. Os sujeitos nômades estão em estado constante de transição entre as coisas. Sugere-se que esse tipo de engajamento durante a situação de trânsito, o ato de produzir, consumir e usar locações diferentes, constituem o ponto de partida para caracterizar o entrelugar.

Nesse sentido, a classificação a seguir é uma taxonomia possível, baseada no estudo especulativo. Podemos encontrar a experiência do entrelugar especialmente nas cidades, ou em rotas ou viagens como a expedição que encontrou zebras e os patos sem asa na Patagônia de 1526. O entrelugar está, então, nos espaços limiars de transição ou passagem (Hajer e Reijndorp, 2001), que são físicos e tem a função de transição, limitados por entradas e saídas e espaços de fronteira entre duas esferas opostas ou localidades intangíveis.

Os marinheiros que avistaram animais como patos sem asa ou as peles de zebra são veículos corporificados (Goffman 1963). Esses nômades usam seus corpos como veículos de experiência sensorial, pertencimento, percepção e cognição. Mesmo que eles andem em diferentes velocidades, eles usam seus corpos, seus corpos em movimento. Ao se moverem apresentam diferentes ritmos de lugar para lugar. Locomoção (espaço + movimento) é a habilidade ou poder de mover de espaço para espaço, mas também de autopropulsão do movimento (viagem) ou motivação (a qualidade de ser influenciado por motivos e pelo poder de motivar). Mover-se com um propósito significa usar

tempo e espaço para experiência e narrá-los em termos caseiros mesmo sobre lugares intangíveis que precisam ser traduzidos e adaptados.

O que as zebras e patos sem asa avistados por marinheiros mostram para uma leitura de história ambiental é que textos, ao registrarem narrativas nômades de espanhóis aventureiros, não descrevem uma realidade maravilhosa, mas sim uma paisagem fora do lugar, uma paisagem de entrelugar na qual os animais são hiperbolizados na linguagem. São, assim, as coisas que habitam o entrelugar. Atentar para isso significa que podemos experimentar e explorar novas formas da paisagem e de lugares em história ambiental, a partir da atenção maior sobre o engajamento ativo de narradores sobre o uso cotidiano de sua linguagem, uma vez que o nômade, o marinheiro, o andarilho que vê lugares e os constituem não estão subservientes à forma e à convenção de um dado objeto.

Referências bibliográficas:

Aloi, Giovanni (org.) *Why look at plants? The botanical emergence in contemporary art*. Leiden: Brill, 2018. <https://doi.org/10.1163/9789004375253>

Arnold, David. *La naturaleza como problema histórico*. México: FCE, 2000.

Arruda, Gilmar. “Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 209-231. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0001>

Buell, Lawrence. *The environmental imagination: Thoreau, nature writing, and the formation of American culture*. Boston: Belknap/Harvard University Press, 1995. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1nzfgsv>

Buell, Lawrence. *Writing for an endangered world*. Boston: Belknap Press, 2001.

Careri, Franceso. *Walking as an aesthetic practice*. Barcelona: Gustavo Giliri, 2002.

Carvalho, Alessandra I. de. “Um conjunto de montanhas e de práticas culturais como escala de pesquisa em história ambiental”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 357-397. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0008>

Carvalho, Ely B. de. “Problematizando as representações do mundo natural como delimitação espacial em História Ambiental: entre a Araucarilândia e a Floresta Ombrófila Mista”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 317-342. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0006>

Claval, Paul. *A geografia cultural*. 3.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

Corrêa, Dora S. “Paisagens através de outros olhares”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 252-276. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0003>

Crespo-Francés, José A. “Búsqueda de itinerarios para la primera globalización: 1519-1565”. *Huarte de San Juan. Geografía e Historia*, 27 (2020): 173-204. <https://doi.org/10.48035/rhsj-gh.27.7>

Crespo-Francés, José A. 2019. “Expedición Loaísa: frustración tras la circunnavegación”. <https://dentistasiglo21.com/pdfs1/mas6.pdf>

Cronon, William. “Modes of prophecy and production: placing nature in history”. *Journal of American History*, 76, n. 4 (1990): 130-135. <https://doi.org/10.2307/2936590>

- Crosby, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- Cunha, Carlos F. C. “Gilles Deleuze e o pensamento nômade: a máquina de guerra primitiva”. Disponível em: «<http://pdf.blucher.com.br/philosophyproceedings/viii-sofia/008.pdf>» Acesso em: 10 set. 2015. <https://doi.org/10.5151/phipro-sofia-008>
- Deleuze, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- Denevan, William. The Pristine Myth: The Landscape of the Americas in 1492. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 82, N. 3, p. 369-385, 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1992.tb01965.x>
- De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- De Navarrete, Martín F. *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde el siglo XV*. Tomo V. Madrid, 1837.
- Diamond, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- Espíndola, Haruf S. “A problemática espacial e a história ambiental”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 343-374. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0007>
- Fernández-Armiesto, Felipe. *1492: o ano em que o mundo começou*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Foucault, M. *Dits e écrits: Tome IV. Des espaces autres*. [1967]. Disponível em: «<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>» Acesso em: 10 set. 2015.
- Goffman, Erwin. *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. New York, 1963.
- Grosz, Elizabeth. *Architecture from the outside: essays on virtual and real space*. Cambridge: MIT Press, 2001.
- Hajer, Maarten e Arnold Reijndorp. *In search of new public domain: analysis and strategy*. Rotterdam: NAI, 2001.
- Isenberg, Andrew C. (org.) *The Oxford Handbook of Environmental History*. New York: Oxford University Press, 2014. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195324907.001.0001>
- Lehari, Kaia. “Walker in a landscape”. Em *Aesthetic culture*, Seppo Knuuttila, Erkki Sevânen e Risto Turunen (orgs.), 95-114, Helsinki: Maahenki, 1995.
- Markey, Lia. *Imagining the Americas in Medici Florence*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2016. <https://doi.org/10.1515/9780271078243>
- Mauch, Christof e Helmuth Trischler. *International environmental history*. Munich: RCC Perspectives, 2010.
- Maura, Juan F. *El gran burlador de América: Alvar Núñez Cabeza de Vaca*. 2011. (Colección: Estudios y Libros de Parnaseo-Lemir)
- Nodari, Eunice S. “Florestas em territórios de fronteira: sul do Brasil e Misiones na Argentina”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 300-316. <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0005>
- Oldenburg, Ray. *The great good place: cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons, and other hangouts at the heart of a community*. New York: Marlowe, 1999.
-

Oliveira, Francisco R. de. “Lançando linhas imaginárias: metageografias da Ásia nas descrições geográficas e na cartografia portuguesa do século XVI”. *Scripta Nova*, XX, n. 551 (2016): 1-27.

Oliveira, Rogério R. de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 277-299.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0004>

Pádua, José A. “A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise”. *Revista de História Regional*, 20, n. 2 (2015): 232-251.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0002>

Perec, Georges. *Species of spaces and other pieces*. London: Penguin, 1997.

Radkau, Joachim. *Nature and Power: a global history of the environment*. New York: Cambridge University Press, 2008.

Richards, John F. *An unending frontier: an environmental history of the early modern world*. Berkeley: University of California Press, 2003.

Soja, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden: Blackwell, 2000.

Teixeira, Dante M.; Papavero, Nelson. *Os primeiros documentos sobre a história natural do Brasil: viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonville e da Nau Bretoa*. 2.ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

Tuan, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Editora da UEL, 2015.

Uekötter, Frank. *Comparing Apples, Oranges, and Cotton: environmental histories of the global plantation*. Frankfurt: Campus, 2014.

Worster, Donald. *Dust Bowl: the southern plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 2004 [1979].

Recebido: 26 de abril de 2021
Aprovado: 25 de junho de 2021

Estela no silêncio da dúvida: um estudo sobre as relações afetivas no romance “O Perdão”, de Andradina de Oliveira

Estela under the silence of a doubt: a study about affective relationships in the novel ‘The Forgiveness’, by Andradina de Oliveira

Estela en el silencio de la duda: un estudio sobre las relaciones afectivas en la novela ‘El Perdón’, de Andradina de Oliveira

Carlos Eduardo Millen Grosso*

<https://orcid.org/0000-0001-6815-4290>

RESUMO: Este artigo tem como base documental o romance O Perdão, da porto-alegrense Andradina de Oliveira. O objetivo é analisar o universo de valores e condutas em disputas pelas personagens no que concerne às relações afetivas. Inicialmente, discorre-se sobre o uso da literatura como fonte de pesquisa histórica, abordando o modo escolhido para explorar o material literário. Posteriormente, reflete-se sobre a questão do cânone e sua relação com a produção literária de autoria feminina, explorando os mecanismos de regulação literária no Brasil da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, especialmente no que se refere à produção da autora. Em seguida, apresenta-se as principais obras de Andradina de Oliveira. Por último, a partir dos discursos das personagens, especialmente de Estela, busca-se analisar a dinâmica e a estratégia do sistema de alianças matrimoniais apresentado na obra.

Palavras-chave: Escritoras mulheres. Crítica literária. Andradina de Oliveira. O Perdão.

ABSTRACT: This article is based on the novel *O Perdão* (The Forgiveness), by Andradina de Oliveira, from Porto Alegre, Brazil. Its objective is to analyze the universe of values and behaviors in dispute by the characters concerning affective relationships. Initially, we discuss the use of literature as a source of historical research, approaching the chosen method of exploration of the literary material. Afterwards, we reflect on the issue of the canon and its relation to literary production by women, exploring the mechanisms of literary regulation in Brazil from the second

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: criminalidade, controle social, formas de sociabilidade urbana, literatura e mulheres escritoras. E-mail: cmillengrosso@gmail.com.

half of the 19th century to the first decades of the 20th century, especially regarding the author’s production. Following up, the main works by Andradina de Oliveira are presented. Finally, based on the characters’ discourses, especially that of Estela, we seek to analyze the dynamics and strategy of the marriage system via alliances presented in the work.

Keywords: Women writers. Literary Criticism. Andradina de Oliveira. O Perdão.

RESUMEN: Este artículo tiene como base documental la novela O Perdão (El Perdón), de Andradina de Oliveira, de Porto Alegre, Brasil. El objetivo es analizar el universo de valores y comportamientos en disputa por parte de los personajes respecto a las relaciones afectivas. Inicialmente, se discute el uso de la literatura como fuente de investigación histórica, abordando la forma elegida para explorar el material literario. Posteriormente, se reflexiona sobre la cuestión del canon y su relación con la producción literaria de autoría femenina, explorando los mecanismos de regulación literaria en Brasil desde la segunda mitad del siglo XIX hasta las primeras décadas del siglo XX, especialmente en lo que se refiere a la producción de la autora. Más adelante, se presentan las principales obras de Andradina de Oliveira. Finalmente, a partir de los discursos de los personajes, especialmente de Estela, se busca analizar la dinámica y estrategia del sistema de alianzas matrimoniales que se presenta en la obra.

Palabras clave: Mujeres escritoras. Crítica literaria. Andradina de Oliveira. El indulto.

Como citar este artigo:

Grosso, Carlos Eduardo Millen. “Estela no silêncio da dúvida: um estudo sobre as relações afetivas no romance *O Perdão*, de Andradina de Oliveira”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 188-205.

Introdução

O primeiro romance publicado por Andradina de Oliveira foi produzido em um curto espaço de tempo. Entre o dia 13 de maio e 13 de junho de 1909, Andradina de Oliveira escreveu o romance *O Perdão* (2010) que inicialmente foi publicado no formato de folhetim na revista *Escrínio* a partir do mês de setembro do mesmo ano. No ano de 1910, o romance foi publicado em livro pelas Oficinas Gráficas da Livraria Americana de Porto Alegre.¹

No romance *O Perdão* (2010), alguns temas são colocados em destaque, sobretudo a honra, a traição, o casamento, a maternidade e a sexualidade feminina. A partir dos discursos das

¹ Obra disponível na Coleção de Acervos Especiais (JPE) da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

personagens do romance, busco analisar suas aspirações no que concerne às relações afetivas, assim como o universo de valores e condutas em disputa.

Uso da literatura como fonte de pesquisa: modos de fazer

A base documental desta pesquisa consiste fundamentalmente na análise do romance *O Perdão*, de Andradina de Oliveira (2010). O uso da literatura como fonte de pesquisa não constitui um expediente recente na historiografia brasileira. A lista de pesquisas que tomaram como suporte empírico textos ficcionais é relativamente extensa (Chalhoub 2003; Sevcenko 2003; Pesavento 2002). Isso significa que a realização de um inventário das principais pesquisas demandaria uma mudança de rumo, o que se afastaria inevitavelmente do propósito do artigo. Tomado esse cuidado, procuro refletir sobre as diferentes maneiras como os(as) historiadores(as) vêm tratando o texto ficcional.

De modo geral, essas maneiras se inscrevem num quadro cujas possibilidades são guiadas por dois eixos epistemológicos. A primeira está voltada para “o papel do discurso, da narrativa, no processo de invenção dos objetos históricos”, e a segunda “toma o objeto como algo que preexiste ao discurso, como algo que, estando oculto, seria revelado ou espelhado pelo discurso do historiador” (Albuquerque 2007, 22).

As pesquisas históricas que têm como fonte o texto ficcional, segundo esses dois eixos epistemológicos, resultam em diferentes destinos. Num extremo, o texto ficcional é tratado como registro de percepções e representações, por meio do qual é possível acompanhar os processos de constituição de imaginários e a própria configuração da temporalidade. No outro, o texto ficcional é percebido como um caminho de acesso privilegiado ao tempo pretérito, permitindo ao(à) historiador(a) “desvelar” a História.

Ao contrário da proposta que objetiva “desvelar” a História, o presente estudo está associado com as pesquisas interessadas nas percepções e representações, que se comprometem com a variabilidade e potencialidades das narrativas ficcionais, considerando os diferentes modos de instituição de imaginários e suas construções do presente ou do passado (Bresciani 1994; Pesavento 2002). O texto ficcional, nesse sentido, é tratado como base para análise de percepções, representações e figurações inscritas num quadro de temporalidade. Esta abordagem não visa o vivido na sua literalidade, mas a recriação do próprio produzida pelo texto (Iser 2013, 37). Isto é, ocorre um deslocamento de proporções consideráveis; o interesse da pesquisa está menos na tentativa de provar a capacidade de vinculação com o vivido e mais em analisar os diferentes modos

de construção de imaginários, sem perder as condições de produção ficcional (gêneros, estilos) em suas diferentes historicidades.

O imaginário, conforme Wolfgang Iser, apresenta-se difuso na “imaginação” do(a) escritor(a) que, através dos “atos de fingir”, produz uma narrativa que passa a ser tão real quanto o “real” (Iser 2002, 955-985). Porém, o imaginário, como observa Luiz Costa Lima (1986, 224-226), não deve ser tomado por “fantasia”, uma vez que ligado à dimensão do vivido, satisfazendo expectativas sem oferecer a dúvida. Ou seja, enquanto a fantasia se propõe a estabelecer uma relação de distanciamento com o mundo vivido na tentativa de “esquecer a realidade”, o imaginário realiza justamente um movimento oposto, na qual a realidade “penetra no jogo ficcional”, produzindo um texto ficcional que “mescla” múltiplas situações combinatórias; isto é, nas palavras do Costa Lima (1986, 195), “do que poderia ter havido; o que nele há se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar” .

Nessa perspectiva de análise, o entendimento do que é um autor passa por uma reconfiguração proveniente da tensão entre o real e o imaginário. O imaginário, conforme Costa Lima, tem relação com a capacidade de ampliar o que chama de “ângulo de refração” das experiências pessoais do autor (Costa Lima 1986, 228). Isto é, a expressão é empregada na tentativa de frear a ideia de reduplicação especular, segundo a qual as figuras e personagens construídas pelo autor seriam projeções de seu eu. O imaginário possibilita a “transformação” do autor em personagens que não correspondem com o próprio. No entanto, essa transformação é abastecida pela refração de sua experiência pessoal. Ou seja, o texto ficcional não reflete uma verdade de ordem geral e nem os valores do(a) escritor(a). É necessário salientar que essa dinâmica não configura a eliminação do autor empírico. O autor, nas palavras de Luiz Costa Lima (1986, 232), “inventa possibilidades, sabendo-se não confundido com nenhuma delas; possibilidades contudo que não inventariam sem uma motivação biográfica”.

Uma pesquisa histórica com produção ficcional segundo Paul Ricoeur (2007), não pode ver a narrativa como inequívoca. O uso de fontes literárias deve ocorrer considerando características específicas dos diversos gêneros – desde a literatura de viagens, até os romances, crônicas, poemas e ensaios. Assim como o(a) historiador(a) recolhe e organiza os indícios e escritos para figuração e dotação de sentido do passado, os textos ficcionais também foram elaborados a partir de escolhas, mais ou menos determinadas, de seus criadores. Algumas vezes o esforço para encontrar as intenções do autor faz com que o alcance dos textos ficcionais na sua qualidade de dizer não passe de tentativas de “decifração”, silenciando para as inúmeras perspectivas que podem se abrir ao(à) historiador(a) pelos textos ficcionais.

A crítica literária e as mulheres

Quando se observam as relações da história com o texto ficcional, faz-se também uma análise de como certas interpretações da produção literária do passado são cristalizadas (Chartier 2009, 30). É nesse movimento de construção de um passado literário que se constituem os cânones da história da literatura, quando muitos(as) escritores(as) foram “esquecidos(as)”. O retorno à história da literatura torna possível pensar a respeito do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, incluindo definição do literário e procedimentos de seleção e ordenamento das produções ficcionais na história literária (Schmidt 2017, 126).

É possível compreender a movimentação de exclusão como produtora de diferenças, trazendo à luz outros critérios de valoração de autores(as) e produções ficcionais, que ficaram esquecidos(as) por não se adequarem aos critérios daqueles responsáveis pelo processo de canonização. O interesse é justamente incorporar as abordagens críticas que compreendem a produção de histórias literárias como representações de uma tradição inventada (Schmidt 2017, 121-128). Portanto, os mecanismos de regulação literária contribuem para explicar melhor a relação entre mulheres e literatura.² Ao estabelecer esse caminho, é necessário considerar a produção da crítica especializada, que não reconhecia a escrita realizada por mulheres. A seleção acabava privilegiando a produção ficcional feita por homens em detrimento daquela realizada por mulheres, uma vez que esta estava associada à produção de qualidade inferior. Quando as escritoras eram mencionadas, as pesquisas não se aprofundavam nas respectivas produções ficcionais. Essas pesquisas, portanto, criam um cenário literário marcadamente masculino do final do século XIX e início do século XX.

Entretanto, desde o século XIX, as mulheres produziam literatura e participavam do circuito literário do país. Essa literatura desenvolveu-se num circuito periférico, fora das instituições oficiais. De modo geral, a crítica da época simplificava a produção ficcional das mulheres, apontando para um resultado com “características tipicamente femininas” (Duarte 1997, 91). É este tipo de crítica que produzia o efeito de inferiorização da produção ficcional efetuada por mulheres. Isto é, a análise dos textos ficcionais produzidos por mulheres passa a ser realizado por uma espécie de filtro das política-culturais majoritárias que não assinala a redução biologista ou a construção histórico-social de tal análise.

² É possível revisar os cânones literários, diminuindo a sua importância na construção das histórias da literatura; escritoras como Maria Firmina dos Reis (1825-1917), Júlia Maria da Costa (1844-1911), Inês Sabino (1853-1911), Emília Freitas (1855-1908), Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), Anna Teófila Filgueiras Autran (1856-1933), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Maria Carolina Caldas Wanderley (1876-1954), entre outras, passaram a receber, nos últimos anos, um interesse maior nos estudos literários e menor nas pesquisas históricas.

No entendimento da época, a produção ficcional não correspondia ao mundo destinado à mulher, uma vez que não apresentava condições cognitivas e nem vivência em assuntos denominados “universais”, como política, questionamentos existenciais, entre outros. A mulher da segunda metade do século XIX e início do século XX era descrita pela emotividade. A sua natureza instintiva e irracional não admitia, dentro dessa ótica de caráter determinista biológico, desenvolver práticas ligadas ao intelecto (Rohden 2002, 119-120). E como resultado deste rebaixamento, do ponto de vista da crítica especializada, a produção literária realizada por mulheres ocupa um espaço periférico. (Santiago 1995, p.99-102). Acreditava-se que os enredos estariam ligados à vivência doméstica das mulheres, como criação de filhos e outros afazeres. Além disso, quando eventualmente um texto ficcional realizado por uma mulher ganhava o respeito estético da crítica, a valorização ocorria de acordo com as características do masculino: forte, viril, duro (Duarte 1997, 91).

No panorama da crítica literária brasileira dos anos 1870 ao desenvolvimento do Modernismo, os trabalhos de José Veríssimo colaboram imensamente para a formação dos cânones literários. No livro *História da Literatura Brasileira*, o crítico realiza um amplo levantamento da produção ficcional brasileira (Veríssimo 1969). Adotando uma organização evolutiva-gradualista, Veríssimo percorre uma gama de escritores agrupados por duas grandes divisões: período colonial e período nacional. Nessa pesquisa, Veríssimo não citou nenhuma mulher na produção literária. Outro estudo de relevo no cenário da crítica literária da primeira metade do século XX é *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870 a 1920)*, de Lúcia Miguel Pereira (1988). Publicado originalmente em 1950, percorre cinco décadas de produção ficcional no Brasil, analisando detidamente vinte e três autores da ficção brasileira agrupados por semelhança de traços estilísticos. No estudo, Pereira realiza um levantamento sobre a produção ficcional e identifica apenas doze mulheres escritoras (Pereira 1988, 59).

No que se refere à produção crítica realizada no Rio Grande do Sul, o estudo *História da literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar, publicado originalmente em 1956, merece destaque pela investigação de abrangência regional (Cesar 1971). Do levantamento exaustivo da produção ficcional, Cesar elencou algumas mulheres escritoras, como, por exemplo, a poetisa Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, que foi editora do periódico monarquista *Bellona Irada Contra os Sectários de Momo* (1833-1834) e colaboradora do jornal também monarquista *Idade de Ouro* (1833-1834) (Cesar 1971, 86-7). O crítico compreende que as produções ficcionais de maior aceitação estariam ligadas ao universo familiar, uma vez que era o ambiente “natural” das mulheres. Em função dessa restrição social, segundo o crítico, as mulheres não estavam preparadas intelectualmente e nem

possuíam vivência suficiente para desenvolver temas relacionados ao universo masculino, tais como a política (Cesar 1971, 159).

Sobre a produção ficcional de Andradina de Oliveira, o crítico Guilhermino Cesar situa a autora entre os escritores que se dedicaram ao teatro. O nome da autora é arrolado ao lado de outras mulheres escritoras, como Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951), Julieta de Melo Monteiro (1855-1928) e Revocata Heloísa de Melo (1853-1944). Nenhuma das escritoras tiveram sua produção ficcional explorada. Novamente, Andradina de Oliveira é mencionada na seção destinada à prosa de ficção, tendo sido destacada a obra *O Perdão*. Oliveira foi agrupada no grupo dos escritores de tendência naturalista, como, por exemplo, Raul Augusto de Villeroy (1874-1930) (Cesar 1971, 259-260).

No estudo *Literatura no Rio Grande do Sul*, a pesquisadora Regina Zilberman (1992) reserva um capítulo às mulheres escritoras gaúchas. Zilberman discorre sobre a pouca participação das mulheres ao longo do século XX, especialmente nos anos anteriores a 1970. A pesquisadora, entretanto, destaca que, no século XIX, a participação das mulheres, especialmente das poetisas, teve destaque no Rio Grande do Sul. A escritora Andradina de Oliveira é mencionada somente no apêndice do livro, na seção *Quadro cronológico da literatura gaúcha* (Zilberman 1992, 193).

Vida e obra da escritora Andradina Oliveira

Andradina de Oliveira nasceu em Porto Alegre no dia 12 de junho de 1864. No ano de 1881, Andradina de Oliveira, com 17 anos, casou com o alferes do 12º Batalhão de Infantaria, tendo dois filhos: Adalberon e Lola. Professora formada pela Escola Normal de Porto Alegre, hoje Instituto de Educação General Flores da Cunha, Andradina de Oliveira, após a morte precoce do marido, passou a dedicar-se ao jornalismo e ao magistério em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul: Pelotas, Rio Grande, Bagé e Porto Alegre (Hollanda 1993, 55-56; Schmidt 2004, 835-859; Shumaker 2000, 87-89).

A produção de Andradina de Oliveira é relativamente extensa para o período em que se manteve ligada ao jornalismo e à literatura. A sua produção é também diversificada: artigos de jornais, contos, romances, poesia. Entretanto, a maioria do que foi produzido acabou se perdendo e sobrou muito pouco em bibliotecas, especialmente nas cidades de Rio Grande e Porto Alegre (Gautério 2015). Além do romance *O Perdão* (2010), há outros dois livros que merecem destaque: *A mulher rio-grandense: escriptoras mortas* (1907)³ e *Divórcio* (2017).

³ A obra não recebeu nova edição. Existem poucos exemplares disponíveis para a consulta. O exemplar consultado está disponível na Coleção de Acervos Especiais (JPE) da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

No livro *A mulher rio-grandense: escriptoras mortas* (1907), Andradina de Oliveira traz treze nomes de escritoras mortas, seguidos de pequenos textos bibliográficos e fotografias: Delfina Benigna da Cunha (1791-1857); Maria Josefa Barreto (1775-1837); Ana Eufrosina Eurídice Barandas (1806-1863); Revocata dos Passos Figueiroa e Melo (?); Rita Barém de Melo (1840-1869); Amalia dos Passos Figueiroa (1845-1878); Clarinda dos Passos Siqueira (1818-1867); Maria Helena da Câmara Andrade Pinto (?); Luciana de Abreu (1847-1880); Maria Benedita de Bormann (Délia) (1853-1895); Leocadia Grecco (?); Luiza Cavalcante Filha (?) e Alaide Ulrich (?). A preocupação de Andradina de Oliveira em valorizar as escritoras de sua época encontrou um forte obstáculo: “sobre muitas das figuras desta galeria são deficientes dados que estampo; é que me não foi possível obtê-las mais completos” (Oliveira 1907, 8). A própria autora constata a dificuldade de se trabalhar com escritoras muito em função do próprio desinteresse da época com a produção ficcional realizada por mulheres.⁴

O livro *Divórcio* (2017), publicado em 1912, é produzido num período de intenso debate sobre um novo projeto que tramitava no Congresso Nacional acerca do divórcio. A participação de escritoras mulheres foi intensa por meio de textos literários e artigos para periódicos que promoviam o debate sobre os limites à liberdade e aos direitos da mulher (Brandolt 2017).⁵ A exemplo de Carmen Dolores (1852-1910)⁶ e Francisca Clotilde (1862-1935)⁷, Andradina de Oliveira foi uma das escritoras da época que se dedicaram a refletir sobre o tema do divórcio. Dividida por cartas escritas por mulheres e homens, o livro discorre sobre a indissolubilidade da instituição do matrimônio. Cada carta, do total de 25, explora um argumento sobre a importância do divórcio expondo uma série de restrições impostas às mulheres: casamentos arranjados por interesse das famílias, qualificação profissional, independência financeira. O livro foi alvo de inúmeras críticas de setores sociais ligados à Igreja Católica e ao Positivismo do estado do Rio Grande do Sul.

⁴ Se estendermos para os dias atuais, verificaremos situação parecida. A dificuldade de encontrar informações detalhadas e produções ficcionais completas de escritoras do século XIX e início do século XX no Brasil permanece grande (Muzart 2003, 267-278).

⁵ A amplitude da campanha era resultado de inúmeras tentativas de projetos recusados ao longo dos primeiros anos do regime republicano. O primeiro projeto foi elaborado pelo deputado Érico Coelho em 1893, sendo rejeitado por 78 votos contra 35 votos. Depois houve mais algumas tentativas até a campanha de 1912, que se estendeu até o ano de 1916 (Senna 2016). Na lei em vigor, a separação do casal não desfazia o vínculo do matrimônio, uma vez que o mesmo seguia o critério de indissolubilidade, o que resultava em forte preconceito para com as mulheres “separadas”. A proposta do deputado Floriano Britto consistia no divórcio “pleno”, isto é, desfazer o vínculo conjugal de modo que se permitisse a constituição de uma nova família. O divórcio absoluto foi somente introduzido no Brasil em 1977, com a Lei do Divórcio, que organiza a matéria no âmbito da legislação civil e processual civil.

⁶ A escritora Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, tem como obra mais conhecida *A luta* (2001), publicada em 1911.

⁷ A escritora e educadora publicou, no ano de 1902, o romance *A Divorciada* (1996), que abordava a temática da mulher e do direito ao divórcio.

Entre os anos de 1915 e 1920, Andradina de Oliveira realiza uma série de conferências remuneradas sobre a emancipação feminina nas cidades de Montevideu (Uruguai), Buenos Aires (Argentina), Assunção (Paraguai), Cuiabá (Mato Grosso). Residindo na cidade de Jaú, município do estado de São Paulo, a escritora veio a falecer em 1935, aos 71 anos de idade.

O Perdão

O romance *O Perdão* (2010), publicado pelas Oficinas Gráficas da Livraria Americana de Porto Alegre em 1910, descreve as novas formas de sociabilidade e subjetividades experienciadas pelos diversos atores urbanos em decorrência do impulso urbanizador e do desenvolvimento cultural da cidade de Porto Alegre que marcou as primeiras décadas do regime republicano. Andradina de Oliveira constrói uma narrativa na qual o urbano adquire, nos termos de Lúcia Maia (2015, 15), o “estatuto de protagonista” no romance. As personagens são construídas com elementos ligados ao urbano.

A escritora traz expressões e formas coloquiais para as personagens, especialmente aquelas ligadas à cidade. Na época da publicação do livro, a maioria da produção ficcional do Rio Grande do Sul privilegiava ambientes rurais, destacando as atividades do homem do campo (Aguiar 2016, 30-31). Isso faz com que o romance apresente características singulares que seriam intensamente desenvolvidas apenas duas décadas depois por escritores canonizados como Érico Veríssimo (1905-1975) e Dyonélio Machado (1895-1985). Segundo Rita Terezinha Schmidt, com o romance *O Perdão*, Andradina de Oliveira é uma das precursoras da literatura social urbana rio-grandense (Schmidt 2017, 358). Ao contrário desses autores, Andradina de Oliveira gozou de pouco prestígio junto ao grupo de críticos especializados.

*

O romance *O Perdão* (2010) é estruturado em duas partes: a protagonista Estela residindo na casa dos pais Leonardo e Paula e depois casada morando com o marido Jorge. A primeira parte do romance desenvolve-se totalmente na casa do patriarca Leonardo, que é um bem-sucedido fazendeiro, vivendo entre a cidade de Porto Alegre e a de Pelotas, local onde fica a sua fazenda. Na segunda parte do romance, o cotidiano do casario da rua Independência perde espaço para a nova residência de Estela, que está casada com o comerciante Jorge.

Na primeira parte do romance, a história se concentra no cotidiano do casario da Independência, retratando a convivência harmoniosa e cosmopolita dos moradores. O casal Leonardo e Paula tem três filhas – Estela, Lúcia, Celeste –, agregados e muitos criados. A família reside na rua da Independência “com seus belos e vastos jardins, ladeando os elegantes palacetes

de construção moderna” (Oliveira 2010, 53). Mesmo estando na proximidade da área mais populosa e comercial da cidade, a rua “era calma e formosa sob a escumilha do luar”. Como existia a predominância de casarios e palacetes de influências arquitetônicas europeias, a região apresentava um ambiente bastante distinto do restante da cidade, com calçamento, iluminação e automóveis. A residência da família não diferia da vizinhança. Apresentando imponência, a casa ostentava uma série de cômodos: biblioteca musical, “a mais completa da mais escolhida que havia em Porto Alegre” (Oliveira 2010, 46), alcovas espaçosas, luxuosas salas de visitas, e, completando o ambiente, o grande jardim com “bosque de bambus” ao fundo.

O mobiliário onde ocorriam os recitais era repleto de elementos que ligavam o ambiente à Europa. As filhas e esposa estavam “preparadas” para demonstrar seus dotes com a destreza típica de quem está totalmente ambientado nos valores burgueses, ocupando um papel social no qual as mulheres recitavam poesias, tocavam piano e cantavam (D’Incao 2004, 223-240). A filha mais velha, Estela, era dotada de uma voz potente, própria de um “soprano dramático absoluto”, e muitos viam nela a potencialidade de fazer fortuna como atriz. Além disso, Estela era conhecedora do francês e do italiano. Essa educação era um privilégio das famílias urbanas abastadas, cujas mulheres dedicavam-se basicamente ao aprendizado da leitura e escrita, à música e aos idiomas estrangeiros. O objetivo era qualificar as mulheres para que pudessem exercer com excelência a função de esposa e mãe (Gusmão 2012).

A situação que vai representar o fim desta fase é justamente o diálogo da filha Estela com a mãe Paula. A conversa que Estela tem com a sua mãe sobre o casamento aciona as ações que serão responsáveis pelo desenvolvimento da segunda parte do romance: “(...) sabes que já tenho vinte anos, quero ter um lar, porque só dentro dele somos verdadeiramente rainhas” (Oliveira 2010, 69). De alguma forma, a passagem sintetiza toda a força dramática que ganhará contorno na segunda parte, estabelecendo a percepção de Estela sobre o futuro casamento com Jorge. Mesmo que as demandas pessoais baseadas na afetividade e no amor passem a ser um elemento importante na escolha de um namorado, marido ou amásio, a escolha de um cônjuge que pudesse ajudar ou até mesmo atender totalmente o sustento da família poderia facilitar o processo de manutenção social. Como afirma Jurandir Freire Costa “a prática amorosa desmente radicalmente a idealização. Amamos com sentimentos, mas também com razões e julgamentos” (Costa 1998, 17).

Na segunda parte do romance, o cotidiano do casario da rua Independência perde espaço para a nova residência de Estela. O corte temporal é relativamente grande. Estela e Jorge possuem dois filhos e acolhiam também o sobrinho dele, chamado Armando, que, oriundo do Rio de

Janeiro, estava matriculado na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Armando deixara a mãe e as irmãs na cidade do Rio de Janeiro para cursar Direito em Porto Alegre. Ele recebera o incentivo emocional e financeiro de seu tio Jorge. A família de Armando passava apuro financeiro depois que seu pai perdera tudo em jogo. E foi por apoio financeiro de Jorge que Armando chegou a Porto Alegre com o objetivo exclusivo de estudar. Conforme prometido, Jorge fornecia um apoio financeiro diário, bem como supria outras despesas ligadas ao curso. Estela convivia diariamente apenas com as crianças e os funcionários da casa. A presença que destoava deste ambiente era a figura “simpática” de Armando.

Armando é descrito como alto, moreno, forte e rosado, considerado pelas pessoas próximas como “um belo tipo de rapaz de vinte quatro anos”. Numa tarde, enquanto conversavam, Estela pensava: “Eram lindíssimos os seus dentes, os lábios rubros, o bigode novo, preto, farto” (Oliveira 2010, 95). Armando percebendo algo lança um olhar demorado e perturbador. Estela fica desconsertada, com a face toda corada. De maneira arrojada, Armando arrisca um comentário sobre a vestimenta e compreensão física de Estela:

– Fica-lhe tão bem este traje branco, leve...Foi sempre nutrida assim, tia?

– Não. Em solteira era delgada.

– Gosto de mulher com carnes.

[...]

– Ah! Que blasfêmia! A tia é gorda e é lindamente ideal (Oliveira 2010, 95).

Com o tempo, Estela passou a temer esses encontros. Sentia-se perturbada na presença de Armando. Ela fora tomada por uma torrente de dúvidas relacionadas com o sentimento que guardava de Armando. Além disso, ficava contrariada com o encaminhamento do relacionamento, percebendo que ele não a tratava mais com o antigo respeito. Estela percebia que ele dera para “dirigir-lhe galanteios, a olhá-la com olhos desonestos”. Esse comportamento diário de Armando fazia com que ela pensasse em pedir ao marido colocá-lo em alguma república. Estela evoca a imagem da mulher como frágil e indefesa frente à cobiça masculina. O entendimento de Estela fundamenta-se na concepção assimétrica da época entre homens e mulheres. O homem viril teria como qualidade intrínseca ao seu temperamento o desejo. Ela contava com a repressão social do marido para refrear o sentimento de Armando. Estela achava que os maridos “não deviam expor assim, as mulheres à tentação, desde que a honra delas está guardada na fragilidade da carne, e a carne é pecadora”. Ao mesmo tempo, ela temia a força do desejo ligado ao corpo. “Os sentidos atraíam muitas vezes o melhor caráter. Sabia, mas não temia nada” (Oliveira 2010, 100). Estela

vivia tentada a continuar o seu casamento de anos ou arriscar-se ao desconhecido, dominado pelos desejos do corpo.

Num exercício diário de reflexão, tentando abolir essa encruzilhada moral, Estela percebia que cada escolha vinha carregada de valores e consequências específicas. A noção imperante na época de que o prazer feminino, diferente do masculino, não está no sexo em si, mas na maternidade, vinha corroborar os preceitos do comedimento e a negação às mulheres de viver uma vida sexual plena. Caso optasse pela continuação do casamento, ela estaria reiterando os valores aos quais fora educada. Um mundo no qual as mulheres deveriam ser recatadas, reservadas sexualmente ao marido e devotas à família (Corrêa 1992).

Neste mundo, o limite é fortemente demarcado, sem a possibilidade de ultrapassá-lo, uma vez que a mulher que decidisse retornar traria consigo o outro mundo. E dificilmente a mulher conseguiria se desfazer da mácula que veio com ela. Ou seja, caso Estela optasse pelo mundo do casamento, ela já estaria internamente consumida pela culpa, uma vez que ela se sentia em alguns momentos não merecedora da sua família. “Havia sido muito covarde! Se dissesse à mãe aquele amor logo que lhe lavrou no peito...Se fosse franca, então, mesmo com o marido...Se tivesse o brio de expulsar Armando quando ele, na primeira vez, a desrespeitou...Teria evitado aquele infortúnio” (Oliveira 2010, 197). Estela se responsabiliza pelo desfecho, tem a sensação que poderia ter feito algo para frear a aproximação de Armando.

Entretanto, se Estela optasse pelo outro mundo, fiel oposto, ela estaria renegando totalmente o mundo de origem. Era um movimento de que não haveria retorno sem denegrir a sua pessoa. Estela estaria maculada para sempre, carregando a insígnia da “desonra”. Esse mundo era justamente o oposto daquele nomeado pelo pensamento burguês. Ou seja, a valorização dos desejos ligados ao sexo e a valorização de um amor real eram condenados no mundo no qual temia perder. Esses dois mundos são tratados de maneira separada na maior parte do romance. Entretanto, essa separação nem sempre se exhibe de maneira tão demarcada e dividida. Existe uma relação de complementariedade e de influência mútua, na qual a existência de um só é possível pela presença do outro.

Na tentativa de aplacar esses sentimentos, Estela pede a Jorge que ele se ocupe menos das suas atribuições junto à loja. Jorge se mostra resoluto a não mais se dedicar às demandas da loja fora do horário comercial. A presença do marido parece ter acalmado a sua mente, que andava há muito atormentada por remorsos e dúvidas do tipo. Isso ajudava a manter, ainda que provisoriamente, a “tranquilidade” da casa. Adriana Prospero, ao descrever a honra feminina, explica que “para as mulheres, a honra estava ligada ao sexo, e os responsáveis por ela eram os

homens” (Prosperi 2010, 23). Isto é, a honra seria manifestada pela vigilância desempenhada pelo marido, pelos pais e pelos irmãos acerca da vida sexual da mulher. A honra precisaria ser mostrada coletivamente pelo rigoroso domínio sexual feminino, ao preço da desmoralização social a que as famílias se sujeitariam na ocorrência de suas mulheres terem sido “desonradas”.

No entanto, essa condição não perdurou muito. Jorge teve que se afastar por mais tempo da sua casa. Ela se via novamente sozinha com Armando. Estela foi tomada por aqueles sentimentos que a atormentavam constantemente nas semanas anteriores. Com aspecto febril, Estela não desenvolvia os assuntos com os quais estavam acostumados a tratar. A conversa parecia pender para o lado que Estela mais temia. Armando, percebendo o estado bastante atormentado de Estela, passou a acalmá-la com frases de efeito. A conversa enveredou para manifestações de profundo sentimentalismo de ambas as partes; tanto Estela quanto Armando foram tomados por uma espécie de torpor amoroso e desferiram palavras de encorajamento, todas elas ligadas à vida futura, em que ambos viveriam plenamente o amor que nutriam um pelo outro.

Resolveram então que, na manhã do outro dia, aproveitariam a ausência de Jorge e fugiriam. A noite que ambos passaram foi acordada. Ambos estavam acometidos de um misto de coragem, nervosismo e receio. Esse fluxo de sentimentos provocou um estado alerta em Estela.

Febrilmente, alucinadamente, Estela, no quarto de vestir abri cômodos, guarda-vestidos e, tonta, sem saber o que escolher, o que levar, ia pondo, de mistura, nas malas enormes e escancaradas em meio ao aposento, trajes ricos de concerto, cetins claros e rendas múltiplas [...] (Oliveira 2010, 195).

Ela repassava incessantemente o plano de fuga, as histórias que deveriam ser contadas para os funcionários e para os passageiros do vapor que pegariam. Entre uma arrumação e outra, Estela era tomada por coragem, que a deixava elétrica e resoluta sobre a sua decisão de ser “livre” e, principalmente, “feliz”. Não obstante, a lembrança dos filhos em alguma peça no quarto fazia com que ela passasse ao estado de profunda melancolia e remorso.

Quão miserável se sentia! Pois era possível que fosse abandonar, para sempre, aquelas doces criaturinhas que o seu enlevo fazia?!...Deixar os filhos!...Até então não podia compreender como houvesse mulheres que enjeitassem os frutos das suas entranhas. Considerava-as verdadeiros monstros (Oliveira 2010, 200).

A honra sexual, no início do regime republicano, era proveniente de um projeto de regulação do comportamento social do país, segundo o qual as mulheres teriam a responsabilidade sobre a reprodução e a educação familiar, bem como sobre os cuidados com a higiene da prole e sobre a conservação da moral sexual no domínio privado (Rago 1989; Ismério 1995; Coulouris 2010). Um aspecto essencial desse discurso diz respeito à função reprodutora da mulher. A maternidade era entendida pela literatura médica e política do período como um assunto sagrado, e o instinto materno intuído de maneira naturalizada (Pedro 1997, 281).

Assim como a imoralidade sexual, o desprendimento em relação aos filhos era considerado erro gravíssimo no comportamento feminino. Conforme as representações difundidas no período, não amar um filho era crime incompreensível, uma vez que a vontade de maternidade estaria inscrita na “natureza feminina”. Georgiane Vázquez explica que “as mulheres que negavam uma gravidez ou o ‘produto’ dela deveriam ser tratadas como anormais ou loucas. A maternidade era vista como um tema sagrado e o ‘instinto’ materno percebido de forma naturalizada” (Vázquez 2007, 50). Nesta perspectiva, a mulher que apresentasse comportamento impróprio em relação à norma corria o risco de ser diagnosticada pelos médicos e psiquiatras como uma exceção patológica. Estela era possuída um por um sentimento de raiva, evidenciado quando refletia sobre sua “fraqueza de luxuriosa, que fascinara com a sua sensualidade, que a dominava com a beleza varonil dos seus vinte e quatro anos, que a arrastava ao pecado, que ia arrojá-la, para sempre, ao negro, ao tenebroso abismo do adultério” (Oliveira 2010, 200).

Sem pregar os olhos no travesseiro, Estela sai resoluta em direção à porta principal da casa e solicita que seu motorista a leve apressadamente para a estação. Ele tinha pressa em sair de casa e tentar “esquecer” as dúvidas. O encontro com Armando ocorreu no próprio vapor. Assim como na noite anterior, Estela novamente apresentou um comportamento que oscilava entre a certeza e a culpa. Era acometida de uma culpa voraz em relação aos filhos, ao marido e aos seus pais. Essas preocupações foram se avolumando na sua mente ao ponto de querer ficar sozinha no quarto. A presença de Armando a incomodava, e principalmente aquilo que ela percebia dele: uma despreocupação desmesurada, o oposto do que ela estava passando. Estela permanecera remoendo pensamentos nem um pouco alegres no camarote da embarcação. Num movimento intenso e frenético, via imagens dos filhos, imaginava o que as pessoas pensariam dela, o que o seu pai e mãe sentiriam, questionava-se se Armando tomaria alguma atitude drástica, do que ela viveria. A partir da ruptura social provocada pela saída de casa com o amante, Estela passa a sentir a exacerbação da culpa, uma vez que sua atitude passa a ser discutida pela sociedade. As relações sociais e afetivas estabelecidas pelas mulheres deveriam ter como princípio regulador a manutenção da honra individual e, a partir desta conservação, sua aceitação social e até mesmo afetiva. Segundo Raquel Soihet, “[...] a honra da mulher está vinculada à defesa da virgindade ou na fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, da qual o homem é legitimador, já que esta é dada pela ausência através da virgindade ou pela presença legítima com o casamento” (Soihet 1989, 303).

Em outro momento, Armando foi convidado por um conhecido que estava a bordo para prestigiar um concerto que ocorreria dentro em pouco. Armando estava pronto para declinar do convite, quando Estela o exortou a ir. “-Vai! Vai! Deixa-me só...”. Estela, a partir deste instante,

pôde se entregar totalmente ao “desespero pungente do seu remorso, à angústia suprema da saudade dos filhos que não veria”. Do silêncio do quarto, Estela podia escutar trechos do concerto e perceber que Armando participava ativamente do evento musical, sendo inclusive festejado por sua interpretação num trecho difícilíssimo de Richard Wagner. “A sua voz de barítono, poderosamente arrebatadora, tinha um timbre impressionante, uma doçura veludosa e quente” (Oliveira 2010, 238). Enquanto Armando cantava, Estela continuava “desesperada”, pensando que, enquanto ele podia cantar, ela “se estorcia de desespero!”. As ideias se sucediam uma atrás da outra. “Cruel! monstro que arrojara ali naquele horrendo repúdio que ia ser a sua vida” (Oliveira 2010, 239). Ela estava num estado de profundo disparate emocional. Não havia um encaminhamento benéfico, que viesse agraciá-la com a sensação de contentamento. Era um “suplício do repúdio”, cuja personagem encontraria “sem mais o amor da família, sem mais o apreço da sociedade, sem mais as honras do mundo”.

Numa lucidez impressionante, Estela realiza uma reflexão que vai ao âmago dos valores que organizavam a sociedade, especialmente no aspecto da honra feminina. Estela percebe o quanto Armando está tranquilamente adaptado à nova situação. A voz de Armando que chega ao camarote passa um destemor em relação ao desfecho amoroso e às consequências destes no futuro dele. Estela resume em poucas palavras o contexto no qual ambos estavam inseridos: “Ele, o amante, lá estava, onde ela não podia entrar. É que a desonra só atingira a ela”. Foi nesse momento que Estela praticamente freou a tormenta de sensações que a deixavam com aspecto febril. Ela adquiriu uma postura realista e fatalista da sua situação em sociedade. Dentro de um quadro de valores da época, a desonra só atingira a ela. Na sociedade na qual vivia, a responsabilidade da fuga recairia somente sobre Estela. Não haveria nenhuma concessão ao seu comportamento, considerado “vil” e “torvo”.

As pessoas que se dizem honradas, que se presumem de honestas não hesitam, pois, em apertar a destra infamada do homem que arrojou à ignomínia uma infeliz; mas a esta, a transviada, a que tombou pela miséria, pela sedução, pela cegueira de um amor tresloucado pelo indomável temperamento ou pelo fatal destino, a esta se volta a face, no império frágil da honra, bem frágil como todos os mais da ilusória vida terrena (Oliveira 2010, 240).

Numa “intuição dolorosíssima”, Estela já imaginava o “desprezo horrível” de que seria alvo. Estaria, com certeza, exilada do convívio social e ficaria “esquecida” de todos. Assaltada pela desconfiança, acreditava que esse desprezo já corresse pelos corredores do vapor, que a sua história já teria provocado espanto e conversas que insinuavam uma série de adjetivações voltadas exclusivamente ao seu perfil, enquanto Armando desfrutava das garantias imputadas aos homens. Estava circulando entre os convivas e esbanjando sorrisos confiantes e atitudes elegantes. Do interior do camarote, Estela imaginou que o seu amado estaria sendo “olhado pelos olhos

cobiçosos de outras mulheres, ainda honestas, que se deliciavam com a sua voz e o seu sedutor” (Oliveira 2010, 240). Numa sequência amarga, Estela conclui: “para todos os crimes do homem há atenuantes; para os erros da mulher só há agravantes. Não se lhe perdoa a ignorância, a paixão, o verdor dos anos, a inexperiência da vida”. E prossegue: “uma vez tombada, embora a alma ascenda até Deus, será a eterna condenada pelas desumanas e monstruosas leis da sociedade” (Oliveira 2010, 240).

Já era madrugada e Estela continuava inconformada com sua atitude, “devorada de febre e de remorsos”. Tomada por ideias funestas, não conseguia dormir. Ela se levantou e foi na direção da porta, com os cabelos desgrenhados e pés descalços. A visão do amante provocava-a uma “onda de nojo e ódio”. Estela se sentiu impelida a ir para a área externa. “Era grandioso o espetáculo da noite! O infinito azul...o fulgor dos astros...o luar argenteando a vastidão e intérmina das águas...o silêncio religioso da hora...a paz do céu...e a paz do mar... deslumbraram Estela!” (Oliveira 2010, 304). Estela foi invadida por uma sensação de serenidade, “inteiramente purificada, redimida da grande culpa!”. Com olhar fixo para o oceano imenso, pensou: “Toda aquela água não lavaria a mácula do seu corpo?!”. E prosseguiu: “O céu era doce e tranquilo...Lá encontraria o seu Perdão...” (Oliveira 2010, 304).

Considerações finais

O romance *O Perdão* aborda os temas da honra, evidenciando a infidelidade, a culpa e a sexualidade feminina. A partir da personagem Estela, o romance analisa o impacto das convenções sociais da virada do século XIX sobre a trajetória individual da personagem principal. Por mais que a atitude de Estela de sair de casa com Armando tenha se transformado em culpa, é inegável reconhecer a tentativa da personagem de romper com os paradigmas sociais e de enfrentar a condenação do grupo social.

Refletindo sobre a duplicidade de critérios de julgamento aplicados a homens e mulheres, Estela percebe a impossibilidade de realizar seus desejos numa sociedade profundamente conservadora. A personagem, portanto, busca se redimir do adultério com uma atitude extremada, visando recompor os valores da sociedade patriarcal.

Referências bibliográficas

Aguiar, Thiago Moreira. “Andradina de Oliveira: tentativa de contextualização histórica”. Dissertação de mestrado, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

- Brandolt, Marlene Rodrigues. “Entre o fim do século XIX e o início do século XX: a luta pelo divórcio e as escritoras brasileiras”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- Bresciani, Stella, org. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1994.
- Clotilde, Francisca. *A divorciada*. Fortaleza: Terra Bárbara, 1996.
- Cesar, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- Chalhoub, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Chartier, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Corrêa, Sílvio Marcus de Souza. “Sexualidade e Poder na Belle Époque de Porto Alegre”. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1992.
- Costa, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudo sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1998.
- Costa Lima, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- Coulouris, Daniella Georges. “A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.
- D’Incao, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. Em *História das mulheres no Brasil*, org. Mary Del Priore, 223-240. São Paulo: Contexto, 2004.
- Dolores, Carmen. *A luta*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2001.
- Duarte, Constância Lima. “O cânone literário e a autoria feminina”. Em *Gênero e Ciências Humanas*, org. Neuma Aguiar, 86-94. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997.
- Gautério, Rosa Cristina Hood. “Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- Gusmão, Emery Marques. “Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho.” *Revista Estudos Históricos*, 25, n.50 (2012): 269-289. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862012000200001>
- Hollanda, Heloisa Buarque, e Lucia Nascimento Araújo. *Ensaístas Brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991*. Rio Janeiro: Rocco, 1993.
- Iser, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de antropologia literária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- Iser, Wolfgang. “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. Em *Teoria da literatura em suas fontes*, org. Luiz Costa Lima, 955-985. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Ismério, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- Maia, Lúcia. *Porto Alegre, Belle Époque: a paixão segundo Andradina*. Porto Alegre: CORAG, 20015.
- Muzart, Zahidé Lupinacci. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. Em *História da literatura, teorias, temas e autores*, org. Maria Eunice Moreira, 267-278. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- Oliveira, Andradina de. *A mulher rio-grandense: escriptoras mortas*. Porto Alegre: Americana, 1907.
-

- Oliveira, Andradina de. *Divórcio?* Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora das Mulheres, 2017.
- Oliveira, Andradina de. *O Perdão*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- Pedro, Joana Maria. “Mulheres do Sul”. Em *História das mulheres no Brasil*, org. Carla Bassanezi, e Mary Del Priori, 278-320, São Paulo: Contexto, 1997.
- Pereira, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870-1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- Pesavento, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- Prosperi, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- Ricouer, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- Rohden, Fabíola. “Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX”. *Horizontes Antropológicos*, 8, n.17 (2002): 101-125. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100006>
- Santiago, Silviano. “Arte masculina?”. Em *A desconstrução do masculino*, org. Sócrates Nolasco, 99-102. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- Schmidt, Rita Terezinha. “Andradina América Andrade de Oliveira”. Em *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*, org. Zahidé Lupinacci Muzart, 835-859. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- Schmidt, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- Senna, Adriana Kivanski. “As tentativas de implementação do divórcio absoluto no Brasil e a imprensa rio-grandina (1889-1916)”. Tese de doutoramento, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Shumaker, Shuma, e Érico Vital Brazil. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- Soihet, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- Vázquez, Georgina G. H. “Ludibriando a natureza: mulheres, aborto e medicina”. *História, Questões & Debates*, n.47 (2007): 43-64. <https://doi.org/10.5380/his.v47i0.12110>
- Veríssimo, José. *História da Literatura Brasileira*. 5º ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.
- Zilberman, Regina. *Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

Recebido: 22 de março de 2021
Aprovado: 03 de junho de 2021

A obra manuscrita de Oliveira de Cadornega na Biblioteca Nacional de Portugal: a história da Angola seiscentista encomendada pelos Marqueses de Alegrete

The manuscript work of Oliveira de Cadornega in the National Library of Portugal: the history of 17th century Angola commissioned by the Marquises of Alegrete

La obra manuscrita de Oliveira de Cadornega en la Biblioteca Nacional de Portugal: la historia de la Angola del siglo XVII por encargo de los Marqueses de Alegrete

Priscila Maria Weber*

<https://orcid.org/0000-0001-5385-2651>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o manuscrito da obra *História Geral das Guerras Angolanas*, cuja autoria é atrelada a António de Oliveira de Cadornega, e que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Através de características textuais e paleográficas do documento, podemos observar que se trata de uma cópia datada de meados do século XVIII, um século depois da escrita da versão manuscrita a próprio punho por Cadornega, e que hoje encontra-se no acervo da Academia das Ciências de Portugal. Ao contextualizar a feitura desta cópia manuscrita, observamos que ela foi mandada fazer pelos Telles Silva, os Marqueses de Alegrete, com o intuito de assegurar a sua posição nobiliárquica quando de um período de manutenção do espaço ultramarino português. Essa análise importa, pois discute manuscritos amplamente utilizados pela

* Pesquisadora de pós-doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (Brasil), professora substituta na Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Doutora e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil), com estágio de doutorado-sanduiche na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Portugal). Vale salientar que todas as formações acadêmicas da pesquisadora, no Brasil e no exterior, foram feitas com financiamento do governo federal à pesquisa através da concessão de bolsas de estudos CNPq e CAPES. Tem experiência de pesquisa em instituições no exterior: em Portugal na Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Municipal de Évora, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino; na França na Bibliothèqu Nationale de France - Richelieu Louvois; e na Inglaterra na British Library. Atuou como professora na educação básica em redes educacionais particulares e públicas, experiência que possibilitou a escrita e desenvolvimento de materiais didáticos. É membro fundadora e coordenadora do GT África da Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisas Interinstitucional Áfricas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil). Principais temas de pesquisa: História da África; História de Angola; História Atlântica; Ensino de História e Educação das Relações Étnico-Raciais. E-mail: priscilamariaweber@gmail.com.

historiografia que trabalha com Angola seiscentista, contribuindo para a construção da história de Angola e de Portugal, bem como de suas conexões atlânticas.

Palavras-chave: História Geral das Guerras Angolanas. António de Oliveira de Cadornega. Marqueses de Alegrete. História de Angola. História de Portugal.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the manuscript of História Geral das Guerras Angolanas, written by António Oliveira de Cadornega, which is part of the National Library of Portugal's collection. Given the textual and paleographic characteristics of the document, we observe it is a version that dates back to mid-18th century, a century after Cadornega himself wrote the manuscript version, which can now be found in the Science Academy of Portugal. Contextualizing the manufacturing of this manuscript version, we found that it was ordered by the Telles Silva, the Marquises of Alegrete, with the purpose of assuring their nobility position during a maintenance period of Portuguese domains overseas. This study is relevant, given that it analyzes manuscripts that were largely used in historiography of 17th century Angola, thus contributing to the writing of Angolan history, as well as Portuguese history, as well as its Atlantic connections.

Keywords: História Geral das Guerras Angolanas. António Oliveira de Cadornega. Marquises of Alegrete. History of Angola. History of Portugal.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar el manuscrito de la obra História Geral das Guerras Angolanas, cuya autoría está vinculada a António de Oliveira de Cadornega, y que forma parte de la colección de la Biblioteca Nacional de Portugal. A través de las características textuales y también paleográficas del documento, podemos observar que se trata de una copia datada de mediados del siglo XVIII, un siglo después de que la versión manuscrita fuera escrita por Cadornega, y que ahora se encuentra en la colección de la Academia das Sciences de Portugal. Al contextualizar la realización de esta copia manuscrita, observamos que fue ordenada por los Telles Silva, los Marqueses de Alegrete, para asegurar su noble posición durante un período de mantenimiento del espacio ultramarino portugués. Este análisis es importante, ya que discute manuscritos ampliamente utilizados por la historiografía que trabajan con la Angola del siglo XVII, contribuyendo a la construcción de la historia de Angola y Portugal, así como sus conexiones Atlánticas.

Palabras clave: História Geral das Guerras Angolanas. António Oliveira de Cadornega. Marqueses de Alegrete. Historia de Angola. Historia de Portugal.

Como citar este artigo:

Weber, Priscila Maria. “A obra manuscrita de Oliveira de Cadornega na Biblioteca Nacional de Portugal: a história da Angola seiscentista encomendada pelos Marqueses de Alegrete”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 206-228.

Este trabalho objetiva compartilhar com a historiografia que trabalha com História de Angola e de Portugal seiscentista, uma análise da versão dos manuscritos da obra *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega, que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e que, através de investigações textuais e paleográficas, apresentou características que o distingue como uma cópia mandada fazer pelo Telles Silva, ou os Marqueses de Alegrete, um século mais tarde da escrita dos manuscritos que consideramos o traslado definitivo da obra, ou seja, escritos a próprio punho por Cadornega, entre 1670 e 1681, em Luanda.

Esta análise se faz importante pois, além de noticiar sobre a existência de uma cópia manuscrita de uma das fontes mais utilizadas pela historiografia que trabalha com Angola seiscentista, revela que havia por parte de uma elite nobiliárquica a intenção de manter relações com a corte Bragantina em um período de manutenção do império marítimo português. Esses fatos podem ser interpretados nesse trabalho através da investigação das atividades diplomáticas dos Marqueses de Alegrete, bem como o local de origem daquela família e os motes que os levaram a adquirir uma cópia dos tomos da obra *História Geral das Guerras Angolanas*.

É matéria desse trabalho, também, observar que há múltiplas fontes manuscritas em diferentes períodos cuja autoria é atrelada a Oliveira de Cadornega, embora tenham sido copiadas por autores outros. Todos esses manuscritos possuem valor historiográfico e são importantes para a construção da história de Angola seiscentista, sobretudo pelo contexto em que foram copiados, revelando particularidades do “mundo ultramarino” português que aqui não é foco essencial de análise, mas que não se pode deixar de citar. Assim, em seguida, descrevemos aspectos da trajetória de Oliveira de Cadornega e da importância de sua obra como fonte para história de Angola, e examinaremos sobre de onde provinham e qual o interesse dos Marqueses de Alegrete em copiar a obra *História Geral das Guerras Angolanas*, bem como características textuais e paleográficas deste documento, que contextualizadas nos contam um pouco sobre a colônia portuguesa de Angola e sobre Portugal.

O autor António de Oliveira de Cadornega e as múltiplas versões manuscritas da obra *História Geral das Guerras Angolanas*

António de Oliveira de Cadornega foi um cristão-novo português que embarcou em 1639 em Lisboa e rumou para Angola (Cadornega, Cota 77 e 78, tomo I: 03) com um ofício¹ de soldado

¹ Sobre a compra e venda de ofícios e mercês, sugere-se: Olival 2003, 745-753; Domínguez Ortiz 2000, 1159; Castillo 2012, 187.

adquirido junto a Casa dos Bragança.² Deixou para trás família e estudos para fugir das agruras inquisitoriais. Viveu durante quarenta anos em Angola, entre Massangano, entreposto para o escoamento de escravaria e Luanda, onde a administração lusa acontecia (Parreira 1989, 196).³ Em virtude das trocas do oficialato que estavam ocorrendo após a Restauração Portuguesa,⁴ ou quando os Bragança se voltavam para as colônias com o intuito de captar receita e cobrir dividendos resultantes das guerras pós-restauração (Torgal 1993, 163-164; Martins 2007, 311; Oliveira Marques 1998, 361), Cadornega começava a escrever a obra *História Geral das Guerras Angolanas*. Em 1681 o autor conclui a obra e a dedica ao então príncipe regente de Portugal, D. Pedro II (Cadornega, Cota 77 e 78, Tomo I, Dedicatória a D. Pedro II).

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* escrita a próprio punho por Cadornega possui três tomos com quase 1200 páginas manuscritas. Essas páginas trazem laudatórias descrições de sucessos bélicos e administrativos lusos, no qual o autor forja um sentimento de fidelidade para

² Sobre a fundação da Casa dinástica dos Bragança o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhoriação de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais” (Cunha 2011, 49).

³ Angola era, no contexto Atlântico dos seiscentos, fornecedora de mão-de-obra à agricultura e minas do continente americano. Luanda e Benguela possuíam os mais importantes portos de embarque de escravos situados no centro e no sul do litoral angolano. Já Massangano situada na confluência dos rios Cuanza e Lucala era o ponto mais avançado dos portugueses no sertão africano. Reproduzimos aqui citação de Alberto da Costa e Silva, quando descreve como se encontrava a colônia de Angola nesse período, especialmente o cenário encontrado pelos “conquistadores” que lá aportavam: “a galeria de retratos desses administradores é de provocar repulsa e tristeza. Aspiravam todos às riquezas de Goa, mas eram mandados, quase sem meios e com vencimentos insuficientes, para um porto calorento, sujo, insalubre, cheio de poeira e de mosquitos, onde se contavam as casas de telha e nada havia que alegrasse os olhos, exceto o mar. Desde a chegada, tinham de conviver com intrigas e perfídias. Uma política vil enodava tudo, conduzida por colonos velhacos, que escondiam passados criminais ou vergonhosos, por padres traficantes ou polígamos, por pés-rapados enriquecidos no roubo, por fidalgos amargurados, ressentidos, frustrados, neuróticos, e transtornados pela solidão ou ilusões perdidas. Os governadores enroupavam com pretensões e grandeza o desencanto humilhante – não era aquele cargo que lhes haviam prometido ou com que tinham sonhado. Não demorava muito, e se revelavam agressivos, mesquinhos, mandões, soberbos, irascíveis, vingativos e tirânicos. Tratavam a colônia como se fosse coisa deles, porém mais atentos aos ganhos do comércio de escravos, a que quase todos se dedicaram, do que ao bem comum” (Silva 2002, 419).

⁴ Para compreender o que foi a Restauração Portuguesa, se faz importante observar, também, o que foi a União da Península Ibérica. A casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581 (Boxer 2002, 144).

A Restauração da casa dinástica dos Bragança em 1640, segundo Oliveira Martins, principiou disputas já em 1641 que terminavam apenas em 1668 entre o reino de Portugal e Espanha, e dividiam-se em quatro períodos. O primeiro que vai até 1641 inclui a vitória de Montijo e demonstra aos portugueses a inutilidade de operações ofensivas. O segundo são dez anos perpassados pelo dispersar de guerrilhas sem importância. No terceiro, em 1660, os espanhóis tentam uma ofensiva mais profícua, mas são detidos nas linhas de Elvas. Por fim, a paz é marcada com a recuperação do Altanejo através das batalhas do Canal e Montes Claros (Martins 2007, 311).

com os Bragança através dos serviços prestados por gerações de seus familiares àquela Casa⁵ dinástica (Cadornega, Cota 77 e 78, tomo I: 01). Talvez como moeda de troca para permanecer em Angola, visto que sua família estava sendo perseguida e desmantelada pela inquisição, retornar a Portugal se fazia desinteressante (Weber 2018, 54),⁶ ou ainda por compor uma elite luandense onde se inseriu no mercadejo de escravaria e angariou cargos e títulos como vereador e juiz ordinário (Heintze 2007, 13; Demaret 2011, 110), Cadornega não pretendia regressar. Outra possibilidade seria a tentativa de se promover para driblar os encaixos inquisitoriais com a proteção dos Bragança, caso houvesse um forçado retorno (Heintze 2007, 138).

Essa versão manuscrita compõe atualmente o acervo da Academia das Ciências de Lisboa (Cadornega, Cota 77 e 78, 1681) e pelas suas características textuais e paleográficas a consideramos uma versão definitiva, escrita por Cadornega a próprio punho, que teria saído de Luanda em 1681, chegando em Lisboa em 1683, e aprovada nesse mesmo ano pelo Santo Ofício, que autorizou a sua entrada no reino, bem como a sua cópia.⁷ Há outras versões da obra de Oliveira de Cadornega, ou manuscritos que compõem acervos de diversas bibliotecas europeias, são elas: a Bibliothèque Nationale de France (Cadornega, Cota: Portugais 2-4), a Biblioteca Municipal de Évora (Cadornega, Cota CXV 2-4), a British Library (Cadornega, Cota 15183) e a Biblioteca Nacional de Portugal (Cadornega, Cota A.T./L. 54//1-2) cujos manuscritos serão nossa fonte de análise nesse trabalho.

Através de análise paleográfica e documental (Fachin 2008; Andrade 2009; Berwanger 2015), observamos que essa versão da obra *História Geral das Guerras Angolanas* é uma cópia encomendada pelos Marqueses de Alegrete em meados do século XVIII, e se difere em vários aspectos do manuscrito trasladado de Luanda e escrito por Oliveira de Cadornega (Cadornega, Cota 77 e 78, 1681). Provenientes da região do Alentejo, lugar de nascimento de Cadornega e passo ducal que assenhoreou os Bragança durante as governanças Filipinas de união peninsular (Boxer 2002),⁸ os Marqueses de Alegrete possuíam circulação entre a Casa Bragantina desde o período

⁵ O termo “Casa” era utilizado para distinguir um indivíduo ou família em relação ao seu pertencimento dinástico. Segundo Pedro Cardim, a acepção em relação a esse termo é “reforçada em um manuscrito anônimo de meados do século XVII, intitulado “Tratado em que se declara que couza seja Plebeu, Escudeyro, Caualeyro, Fidalgo e chefe de huma Casa ou família”. Nesse documento, pode ler-se que a fidalguia provinha de linhagem, acrescentando-se que também eram fidalgos “aquelles que el Rei cria e filha por fidalgos”.” (Cardim 2002, 14).

⁶ Sobre a trajetória de António de Oliveira de Cadornega tanto em Portugal, quando em Angola, bem como análises sobre as diferentes versões manuscritas da obra *História Geral das Guerras Angolanas* que se tem notícia, sugere-se ver a seguinte tese doutoral: Weber, 2018.

⁷ Documentação consultada: Cadornega. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, Qualificação do Santo Ofício por Frei Chistovão de Foyos.

⁸ No caso dos Filipes, a Casa da Áustria ascendeu ao trono português em decorrência da crise sucessória instaurada com o desaparecimento de Sebastião de Portugal na batalha de Alcácer-Quibir. Sem descendentes, e com a derrota do então considerado sucessor legítimo, seu tio-avô o Cardeal-Rei D. Henrique, Filipe II de Espanha acabou por ser

pós-restauração portuguesa, ocupando cargos, inclusive diplomáticos (Hespanha 1984).⁹ É a partir de questões diplomáticas que podemos averiguar o ensejo dos Alegretes em apreciar a história através dos “*feitos bélicos*” de Portugal, o que tornava Cadornega uma literatura interessante (Weber 2018, 170). Observaremos neste texto os motes que levaram os Alegretes a solicitar cópia de tal manuscrito; como essa cópia foi parar no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e, ainda, as modificações que essa cópia sofreu em relação aos tomos trasladados de Luanda e o que isso infere nos conteúdos que compõem tal obra.

Vale dizer que todas essas versões manuscritas possuem características distintas, e a historiografia que trabalha com Angola seiscentista, tanto a brasileira, quando a dos demais países do sul e norte global, por exemplo, utilizam ainda outra versão para suas análises, ou seja, uma edição impressa datada da década de 40 e 70 do século XX (Cadornega 1940), copiada do manuscrito que está na Bibliothèque Nationale de France.¹⁰ Isso acontece devido a circularidade dessa edição, pois a sua impressão durante o regime Salazarista português, garantiu que circulasse em diversas bibliotecas do mundo todo, especialmente nas bibliotecas das colônias portuguesas.¹¹

Há valor historiográfico em todas as versões manuscritas e impressas, bem como em todos os trabalhos de análise que utilizaram cópias da obra de Cadornega como aporte documental e, o que se quer nesse trabalho é ir em um sentido complementar ao que já foi feito pela historiografia, pois quando um manuscrito é copiado, muitos conteúdos são inseridos e suprimidos a revelia do autor. Uma análise que contemple alguma versão manuscrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas* pode, não apenas observar a história de Angola seiscentista, mas no caso dos manuscritos copiados por autores outros que não Cadornega e em séculos posteriores aos seiscentos, como o caso do manuscrito aqui analisado, a história e sociedade do local de cópia ficam também em evidência. Logo, perpassa também esse trabalho caracteres historiográficos sobre o império português e o que chamamos de “diplomacia nobiliárquica”, ou famílias querendo manter seus títulos e suas relações com a Coroa portuguesa em um período de manutenção da expansão ultramarina.

reconhecido como rei de Portugal por ser o parente mais próximo nas Cortes de Tomar de 1581. Para informações mais detalhadas sugerimos a leitura de Boxer 2002, 144.

⁹ Sobre a Restauração do Império Português: Torgal 1993; Carvalho 2011.

¹⁰ Para citar apenas alguns trabalhos que utilizam a obra de Oliveira de Cadornega como fonte documental: Souza 2018; Silva 2002; Alencastro 2000; Heywood 2019; Thornton 1978; Miller 2002; Parreira 1989; Heintze 2007; Henriques 2003; Birmingham 1965.

¹¹ Para entender sobre o salazarismo português, sugere-se consultar: Alexandre 2000; Catroga 2006; Castelo 1998; Marques 1990; Gil 1995.

Os Marqueses de Alegrete e o interesse em copiar a obra de Oliveira de Cadornega

Entre a aristocracia portuguesa de fins dos seiscentos e meados dos setecentos havia dois marqueses considerados eruditos e que participaram ativamente da fundação da Academia de História Portuguesa em 1720.¹² São eles o I Marquês de Alegrete, Manuel Telles da Silva e o II Marquês de Alegrete, Fernão Telles da Silva. Esse último parece ter desempenhado papel mais ativo junto da Academia, pois a ele foi atribuído a escrita de obras como “*De rebus gestis Joannis II*” ou “*A vida de el rey D. João II*”, datada de 1689. Sobre os escritos e sobre o gosto de Fernão por história, observemos o que diz D. Antonio Caetano de Souza, clérigo e também fundador da Academia de História Portuguesa:

(...) Foy hum dos mais excellentes Ministros de Estado que teve este Reyno, com grande talento para os negocios, e admiravel modo na resolução delles; prompto nas execuçoens, e com grande erudição na Historia profana, e muita applicação, e genio ás bellas letras; compoz com grande pureza, e elegancia na língua Latina, como se vê na vida Del Rey D. Joaõ II, que temos impressa, a segunda vez na Haya no anno de 1712, e a primeira em Lisboa no de 1689 (Souza 1735-1749, 338-339).

Para além das atividades na Academia de História, Fernão Telles da Silva foi deputado da Junta dos Três Estados, órgão administrativo criado por Dom João IV em 1643, pós Restauração Portuguesa. Com o Conselho Ultramarino e o Conselho de Guerra compunha um tripé de aconselhamento do monarca. Em 1707 foi quem liderou a comitiva que buscou Ana Maria da Áustria para, com D. João V, casar-se. O I Marques de Alegrete, Manuel Telles da Silva também desempenhara enquanto aristocrata funções de grande monta junto a Casa Bragantina. Foi ele que negociou o casamento de Maria Sofia Isabel de Neuburgo com D. Pedro II,¹³ e também o tratado de Methuem (Serrão 1984, 229).¹⁴

Todas essas informações importam para conjecturarmos a respeito do interesse dos Marqueses de Alegrete em obter uma cópia da obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” e mantê-la em sua biblioteca. Vale considerar que entre o último quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, uma família que por juro e herdade obtém um título nobiliárquico concedido por D. Pedro II¹⁵ investiria na manutenção de relações estreitas com os Bragança, haja visto o interesse na continuidade dos cargos e competências que a coroa atribuía aos Telles Silva (Monteiro 2003, 148).

¹² Documentação consultada: Lamas 1907.

¹³ Foi inclusive após esse feito que, em 19 de fevereiro de 1687, é agraciado com o título de Marquês. Apenas para mensurarmos a importância dos arranjos matrimoniais entre a corte, vale a leitura de Borges 1982.

¹⁴ Tratado de Methuem ou Tratado de Panos e Vinhos, foi um acordo onde os portugueses se comprometiam em consumir os têxteis ingleses e, em contrapartida, a Inglaterra consumira os vinhos de Portugal (Serrão 1984, 229).

¹⁵ A partir da Restauração (1640) que o processo de ascensão à Grandeza dos titulares das casas nobres se cristaliza como uma “elite de corte” fortemente ligada à dinastia Bragantina ou Brigantina. (Monteiro 2003, 144).

Como já mencionamos, os Marqueses de Alegrete eram provenientes do Alentejo, local de nascimento de Cadornega e também do Passo Ducal que assenhoreou a casa Bragantina durante o período de administração Filipina e, também com isso, podemos inferir que havia por parte dos Marqueses de Alegrete um interesse de cariz diplomático em copiar uma obra dedicada a D. Pedro II não apenas porque ela laudava o “sucesso” da coroa nas terras de África, mas porque seu autor era tomado também como um conquistador e servo dos Bragança. O que enseja atentarmos para a possibilidade da reprodução dos manuscritos de Oliveira de Cadornega por outras famílias aristocratas: histórias do império marítimo português que ainda precisam ser contadas.

Essas relações nobiliárquicas importam caso indaguemos qual o mote para existir na Biblioteca Nacional de Portugal apenas os tomos I e II dos manuscritos de Oliveira de Cadornega? Queremos com isso dizer que não havia interesse em copiar o tomo terceiro, pois os conteúdos que esses tomos carregam são basicamente características etnográficas, bem como suas aquarelagens com os hábitos dos “*gentios*”, que não importavam aos marqueses, pois na altura preocupavam-se sobremaneira em sustentar erudição que compreendesse uma história que se pretende, em palavras de Caetano de Souza (Souza 1735-1749, 338-339), profana, pois edifica os feitos de Portugal através do poderio e pujança bélica.¹⁶ Não havia ninguém melhor para “contar” essa história dos êxitos de Portugal em África do que Cadornega, um súdito que tal como a chancela de Alegrete, respondia aos Bragança.

Catálogo e características dos manuscritos de Cadornega no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal

Na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, há dois tomos de manuscritos catalogados como “Ao m.to alto e mui poderozissimo principe D. Pedro nosso Sr. Offerece a seos reais pes esta hestoria das guerras angolanas Antonio de Oliveira de Cadornega cap.am reformado e cidadam de S. Paulo da Assumpçam, natural de Villa Viçosa”.¹⁷ O título atribuído junto da catalogação é na

¹⁶ A história dita profana nos XVI ou XVII, quando olhada aos olhos de hoje pode parecer ambivalente. Se por um lado há acesso documental, por outro o que importa é mais a retórica e estilística. A história profana se ocupava da “arte de reinar, a ciência da guerra, os princípios do governo, as regras da política e as máximas da sociedade civil e da conduta da vida para todas as idades e todas as condições”. Todas essas temáticas eram expressas de forma erudita, com conhecimento de línguas e revisitando os “antigos”. Isso quer dizer que “a história era, antes de mais nada, percebida como provedora de modelos de comportamentos. Ela devia servir à instrução do leitor: era *magistra vitae*, “mestra da vida”, de acordo com a célebre máxima do *De Oratore* (de Cícero). A história antiga era então considerada uma reserva de *exempla* destinada à instrução e à edificação dos leitores.” Cícero e Tucídides, por exemplo, eram evocados em obras dos seiscentos e setecentos, e ainda mais, o retorno a eles sinalizava uma espécie de legado, como se observa na obra de Charles Rollin, de 1731: “Com razão, a história foi chamada de testemunha dos tempos, de tocha de verdade, de escola da virtude, de guardião dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da antiguidade.” (Payen 2011, 103-122). Rollin 1831. (Acessamos apenas a edição de 1831). Para a “*Historia Magistra vitae*” sugere-se: Catroga 2006.

¹⁷ Catálogo disponível em: [http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota A.T./L. 54//1-2](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=Cota%20A.T./L.54//1-2) Acesso em: 18/07/2017

verdade a dedicatória do autor, que oferece a obra a D. Pedro II. Já nas primeiras páginas podemos perceber que se trata da obra “*História das Gerações das Guerras Angolanas*”, como quer o título atribuído pelo copista e também pelo autor, António de Oliveira de Cadornega.

Esses manuscritos podem ser facilmente localizados nos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal e possuem as seguintes características físicas: tomo I com 224 fólios e tomo II com 238 fólios. Ambos os tomos possuem uma encadernação com capa dura que possivelmente foi anexada aos fólios posteriormente a sua escrita/cópia. Essa hipótese é baseada tanto pelo seu bom estado de conservação, quanto por haver diversos outros manuscritos com a mesma capa. Em virtude disso presume-se que há uma encadernação padrão de conservação na biblioteca em questão, o que igualmente ocorre em outras bibliotecas (Cadornega, Cota A.T./L. 54//1-2).

É já nas primeiras páginas que se observa o registro de que o manuscrito é proveniente da biblioteca particular do Marquês de Alegrete. No “*Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a Condessa de Tarouca*”,¹⁸ datado de 1898, tem-se alguma base do que seria a então biblioteca, cuja criação foi entusiasmada pelo conde de Vila Maior, ou Manuel Telles da Silva, I Marquês de Alegrete, título de herdade (Nascimento 2009, 80) constituída por Dom Pedro II no ano de 1687.¹⁹

Corre ainda no “*Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*”, escrito no ano de 1755, que os Marqueses de Alegrete são oriundos da província do Alentejo, e descendentes dos antigos reis de Leão.²⁰ A biblioteca dos Marqueses localizava-se em um palácio de propriedade da família à rua da Mouraria, em Lisboa. Pelo que se tem notícia, no decorrer do século XIX e XX a família foi perdendo propriedades e o palácio foi sendo fracionado. Abrigou diversos estabelecimentos

¹⁸ *Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca*. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

¹⁹ Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólios 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

“A outorga de um ofício estava inserida num ato de liberdade tal qual inúmeros outros atos de ‘graça’ do rei português”. (Nascimento 2009, 79).

“A chancelaria régia era a repartição responsável pela redacção, validação (mediante a aposição do selo régio) e expedição de todos os actos escritos da autoria do próprio Rei. Os serviços da chancelaria régia podiam também reconhecer e conferir carácter público a documentos particulares que lhe fossem submetidos para validação. Presidia aos serviços da chancelaria o chanceler do Rei (cancellarius ou notarius curiae), ao qual estavam confiados os selos régios e que, desde a formação do Estado Português, é sempre referenciado como um dos mais próximos ministros do Soberano. De início cabia ao chanceler despachar directamente com o Rei, tendo, frequentemente, exercido uma influência política decisiva.” In. “Chancelaria Régia”. Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). Mattoso, 1998. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

²⁰ Documentação utilizada: Souza, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syviana. MDCCLV.

comerciais e após 1946 foi demolido (Gago 2016, 81-121). Talvez por esse motivo, parte do acervo da Biblioteca dos Marqueses de Alegrete constitui hoje fundos da Biblioteca Nacional de Portugal.

Os tomos encontrados na Biblioteca Nacional de Portugal apresentam uma caligrafia volumosamente arabescada e são essas as cópias dos manuscritos de Oliveira de Cadornega que mais carregam essas características, ou ornamentos de expressão gráfica, sendo especialmente nas iniciais de cada capítulo que elas são apresentadas. Vale lembrar que o século XVII e XVIII foi um período de intensa movimentação barroca em Portugal (Serrão 2003),²¹ com repercussões também na caligrafia que, apesar de ser enquadrada no estilo cursivo humanístico (Fachin 2008; Andrade 2009; Berwanger 2015),²² conforme orientações paleográficas, se insere igualmente no contexto artístico da época, visto que os tomos da *História Geral das Guerras Angolanas* pertencentes a Biblioteca dos Marqueses de Alegrete foram copiados na Europa e, por todas as informações supracitadas, suspeitamos que em meados do início dos XVIII.

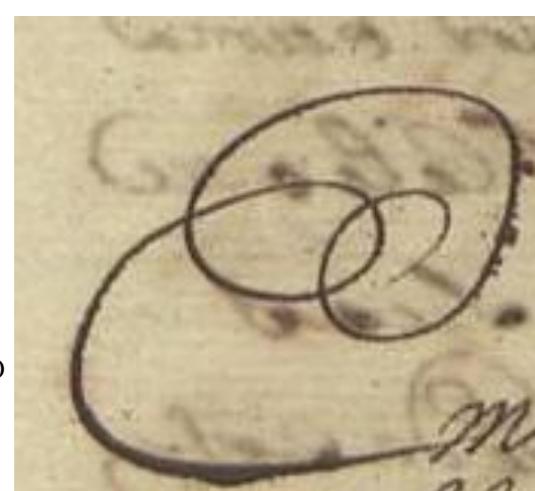
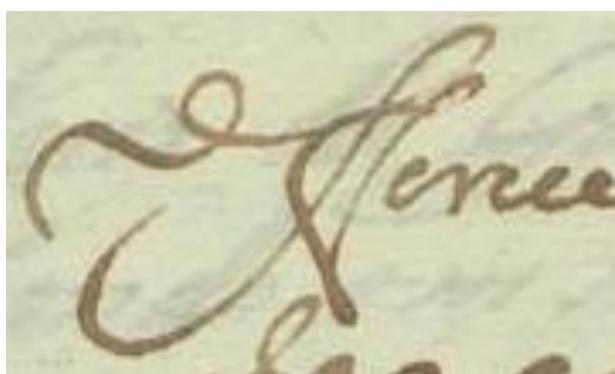
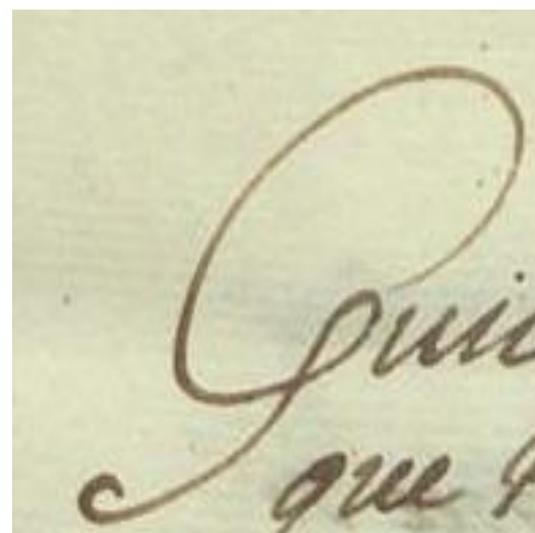
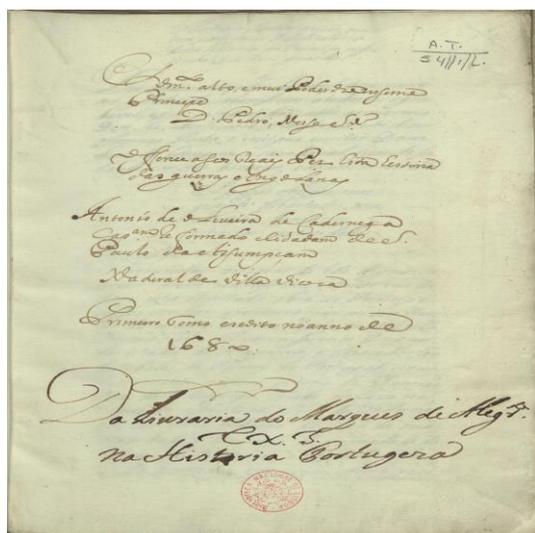
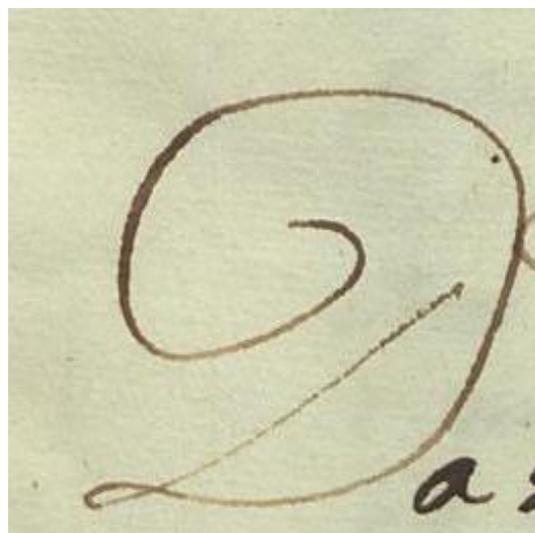
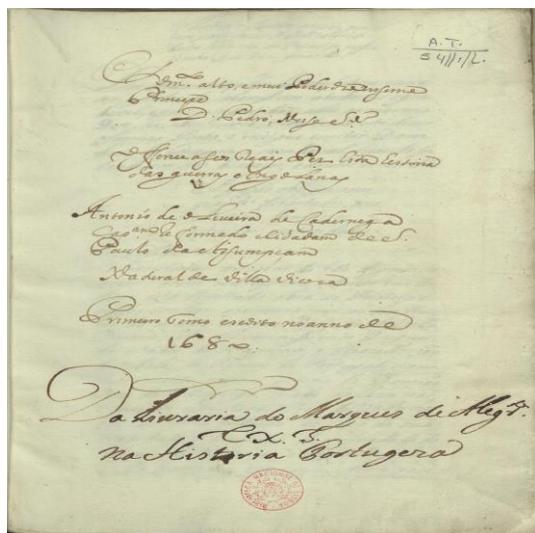
Há na obra “*História Geral das Guerras Angolanas*” copiada a pedido dos Telles Silva, ou dos Marqueses de Alegrete, pelo menos três letras ao longo dos tomos. O tomo de número um é composto por duas letras mais arabescadas que a letra que compõe o tomo de número dois. Essa última letra é ligeira e displicente, no entanto, também é possível enquadrá-la no mesmo estilo de escrita, ou a humanística, vigente e popular na Europa nos setecentos. Notamos que no tomo primeiro há um menor equívoco na transcrição das palavras que foram copiadas, possivelmente, dos tomos que hoje estão na Academia das Ciências de Portugal, ou de alguma outra cópia derivada destes manuscritos. O fato é que mesmo no tomo de número I onde houve um cuidado maior na leitura e transcrições há, mesmo que sutilmente, palavras e frases que são substituídas ou suprimidas.

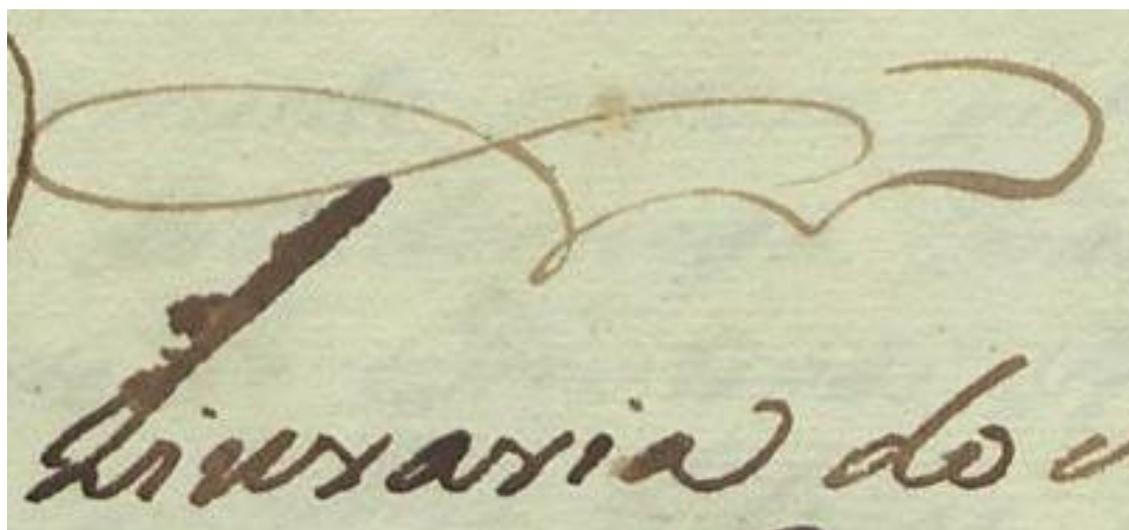
²¹ O barroco é marcado pela monumentalidade, teatralidade e exuberância de uma estética que carrega uma ideia de excesso. Essa nova linguagem foi fomentada como afirmação e diferenciação em um novo período, ou a Restauração Portuguesa. Se é bem verdade que anteriormente, nos XVI, o barroco já se fazia notável em Portugal, pós restauração e, especialmente com D. João V, ele ganhou nova roupagem e eloquência. Os minérios de ouro e pedras preciosas brasileiras puderam sustentar o gosto de D. João V, que fomentava o estilo fortemente, inclusive incentivando os artistas portugueses, com a criação de escolas e o envio dos mesmos para estudar no exterior, o que promovia ainda mais a hibridização de estéticas e influências. Como exemplo citamos os padrões arabescados, termo que significa “à moda árabe” e que se difundiu primeiro na Itália dos XVII para identificar os desenhos com padronagens geométricas vistos tradicionalmente em tapetes e arquitetura de tradição muçulmana. Esse padrão atribui uma nova roupagem a azulejaria portuguesa, por exemplo, mas também a arquitetura e a caligrafia. (Serrão 2003, 14; Pereira 1993, 10-15; Smith 1968, 15-23).

²² A Escrita Humanística foi introduzida na Península Ibérica no século XV como uma reação dos intelectuais e artistas à escrita gótica, considerada uma representação que guardava as “trevas” do medievo. Baseada em outra escrita, a carolíngia, que na altura era tomada como clássica romana, mas que na verdade era ainda mais típica do período medieval, a escrita humanística foi amplamente difundida na Europa e também colônias, visto que a maior parte da documentação produzida em ambos os continentes nos XVII e XVIII está registrada com o estilo humanístico. Baseado em Berwanger 2015, 47.

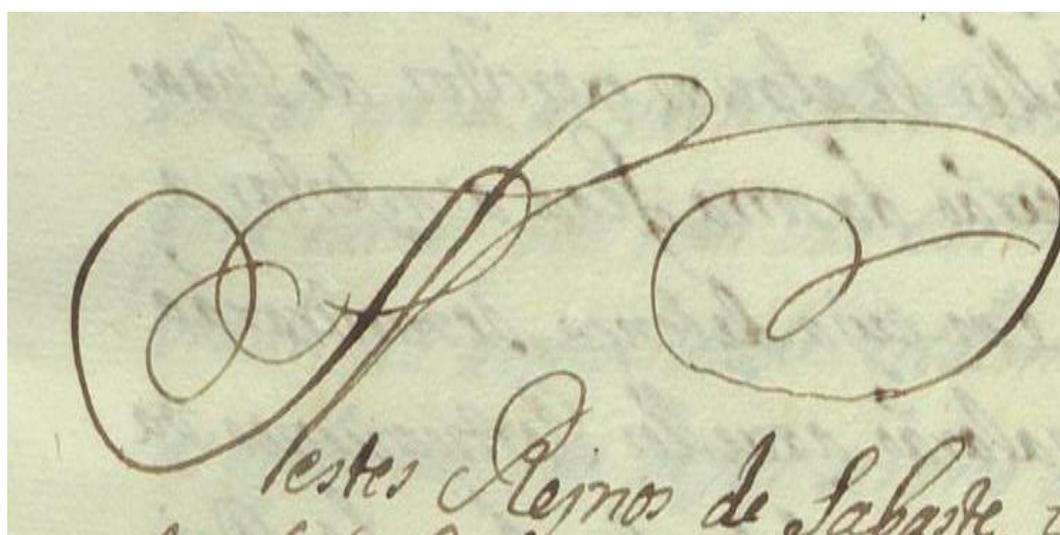
Outro fato relevante refere-se a estrutura da obra, pois nas cópias dos Alegretes ela não foi mantida, ou seja, são subtraídas muitas partes, especialmente aquelas onde o autor introduz a obra e expressa os motes que o levaram a escrever, bem como expõe caracteres relativos à sua vida e embarque para a África. O que ficou são as descrições dos governos, atividades bélicas e diplomáticas. No entanto, mesmo nas seções remanescentes notamos uma redução de pelo menos 30% no corpo da obra, visto que os manuscritos da Academia das Ciências possuem no primeiro tomo cinco partes com trinta e oito capítulos e os tomos da Biblioteca Nacional de Portugal trazem em torno de 30 capítulos.

Consideramos que a história dos manuscritos que hoje fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional de Portugal ainda está por ser feita. Por ora, nossas considerações buscam apenas entender um pouco melhor as dinâmicas de como foram copiados os tomos dos manuscritos da “*História Geral das Guerras Angolanas*” que atualmente se tem notícia. Logo, reforçamos que a obra cuja autoria é atrelada a António de Oliveira de Cadornega mas que foi mandada copiar pelos Marqueses de Alegrete é, por todas as considerações supracitadas, claramente uma cópia. Nas páginas que seguem será possível apreciar parte da principal documentação utilizada nesse trabalho, e como exemplificação comparativa apresentamos as letras que compõem os tomos que estão na Biblioteca Nacional de Portugal, em relação aos tomos considerados o traslado definitivo, escritos a próprio punho por Oliveira de Cadornega e que estão atualmente na Acadêmica das Ciências de Lisboa.





L



N seguido de R

Figura 1: Iniciais Arabescadas – tomos pertencentes a Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Fólios utilizados para exemplificação: 1, 5, 30.

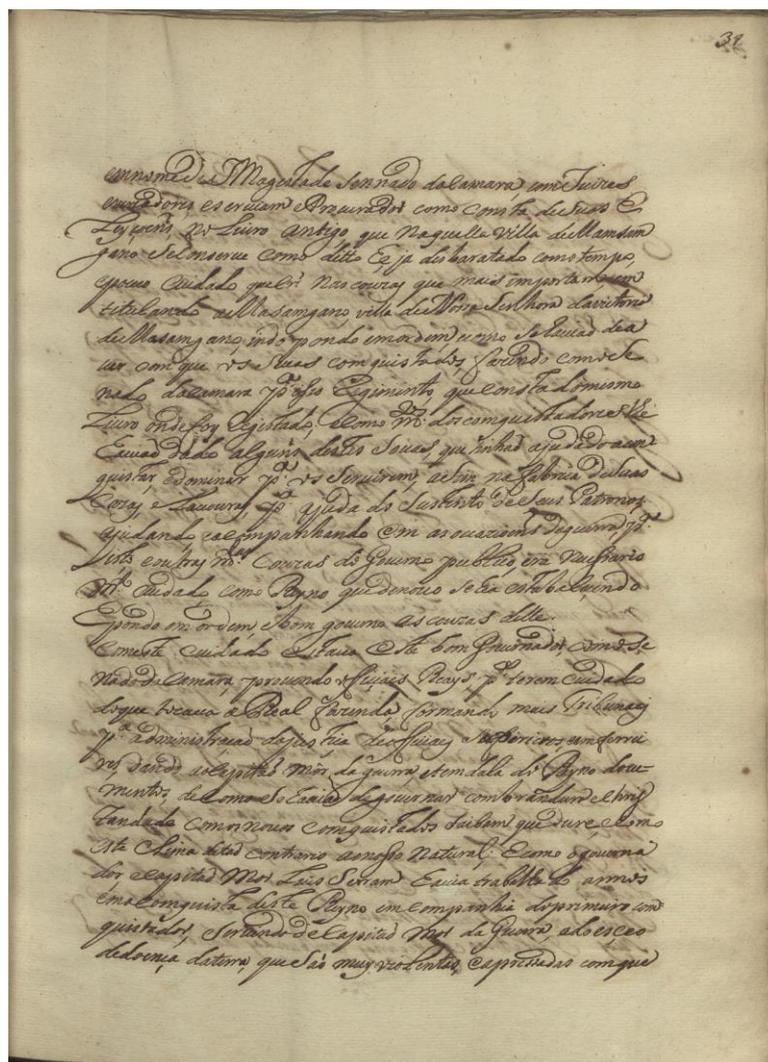


Figura 2: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Letra corrente arabescada em Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2. Fólio 38.

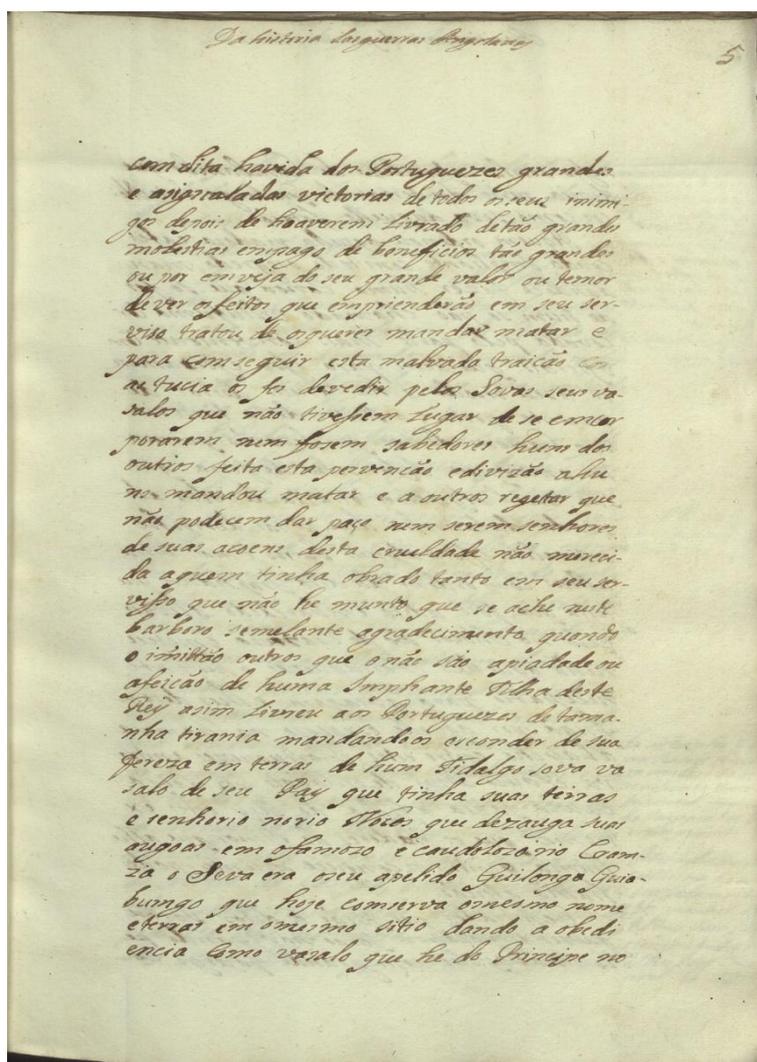


Figura 3: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Tomo I: fólio 05. Letra 01.

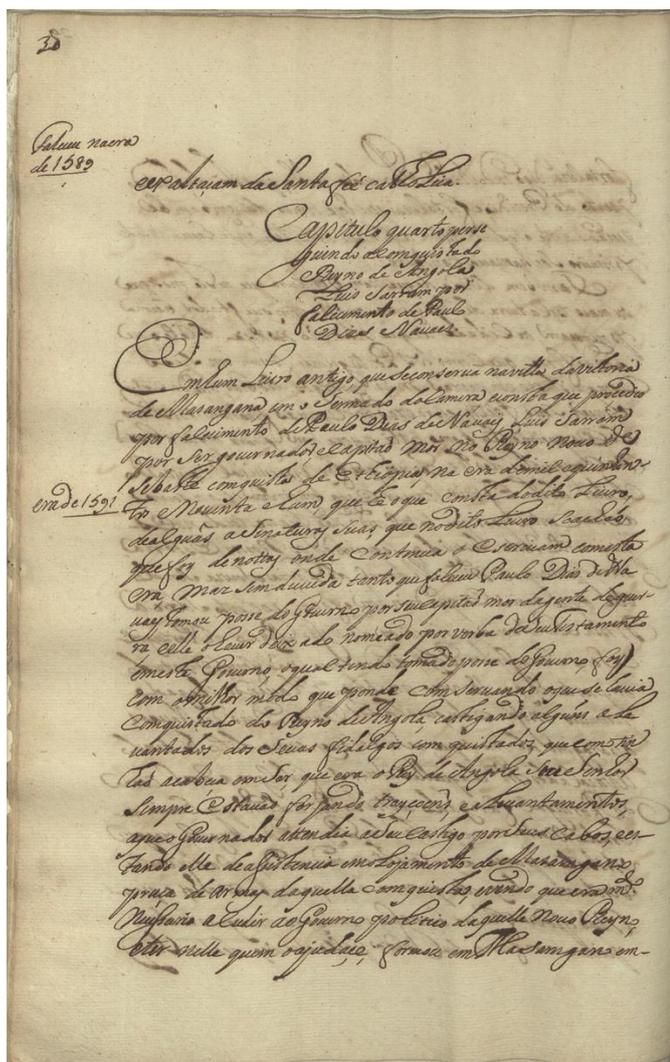


Figura 4: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2. Tomo I, fólio 30. Letra 02.

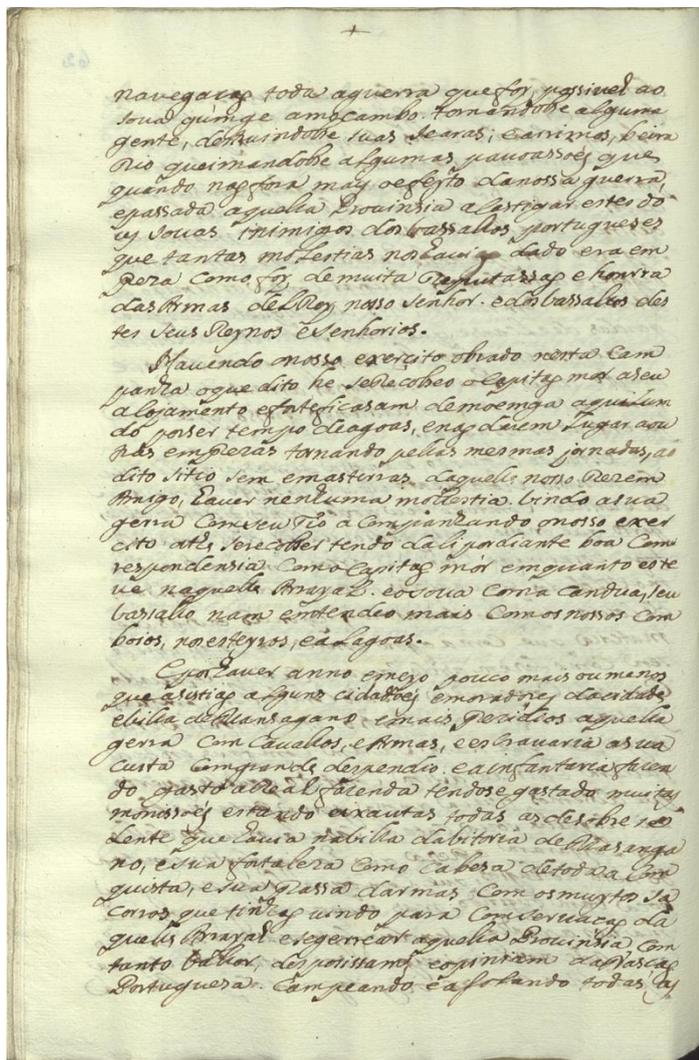


Figura 5: Comparativo das diferentes letras presentes nos manuscritos de Oliveira de Cadornega que compõe o acervo da Biblioteca Nacional de Portugal. Fonte: Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54/1-2. Tomo II: fólio 61. Letra 03.



Figura 6: Letra corrente em todo o tomo da obra considerada o traslado definitivo da *História Geral das Guerras Angolanas*, ou cópia feita a próprio punho por António de Oliveira de Cadornega em Luanda, entre 1670 e 1681, e que se encontra no acervo da Academia das Ciências de Lisboa. Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscritos da Academia das Ciências de Portugal. Tomo I e III. Catálogo de Manuscritos Série Vermelha, Cota 77 e 78, 1681.

Considerações finais – a *História Geral das Guerras Angolanas* como cópia

Este trabalho trouxe alguns apontamentos e análises sobre uma versão existente na Biblioteca Nacional de Portugal dos manuscritos da *História Geral das Guerras Angolanas* de António de Oliveira de Cadornega. Observamos que essa versão manuscrita é uma cópia, devido aos diversos padrões caligráficos existentes nos textos, bem como dados paleográficos que sugerem que as escritas que os tomos carregam datam do correr dos setecentos, e não dos seiscentos, período em que a obra escrita a próprio punho por Oliveira de Cadornega foi produzida, ou seja,

entre 1670 e 1681. O traslado de Luanda para Lisboa ocorreu entre 1681 e 1683, visto que a qualificação do Santo Ofício que autoriza a entrada no reino e cópias data de 1683.

Com esses dados, e demais características dos tomos, descrevemos que havia por parte da aristocracia portuguesa a intenção de reproduzir obras que guardassem os “grandes feitos de Portugal”, como as vitórias bélicas e diplomáticas, os homens ilustres não assentes no sangue, mas nas batalhas e guerras. Por todo esse cenário que a literatura e história viviam em Portugal, bem como pelos Telles Silva ou Marqueses de Alegrete que eram entusiastas e fundadores da Academia de História Portuguesa, não é surpresa que obras como a de Cadornega fossem copiadas, ainda mais se considerarmos o fato de que ambas as famílias, dos Telles Silva e a do Cadornega, pertenciam a região alentejana e possuíam relações estreitas com a Casa Bragantina.

Nesse momento, não temos como mensurar o quão a historiografia utiliza os tomos oriundos da Biblioteca Nacional de Portugal como fonte documental. Acreditamos que esta obra não é utilizada de forma recorrente, pois ainda é um manuscrito desconhecido dos trabalhos que enfocam Portugal e Angola nos seiscentos/setecentos. Sabe-se que a versão das obras de Cadornega mais utilizadas são as edições de 1940 e 1975, e conjecturamos que isso ocorre em virtude da sua circularidade, pois foi impressa e está em diversos acervos e bibliotecas. A versão manuscrita que está na Academia das Ciências de Lisboa, ou o traslado definitivo que está na Academia das Ciências ainda são pouco utilizados pela historiografia. Talvez pelo fato da leitura desses tomos exigirem esforço paleográfico. Todos os manuscritos de Oliveira de Cadornega possuem valor documental e histórico, e as mudanças em seus conteúdos, suprimidos ou inseridos a revelia do autor, são também sintomáticos do que importava em determinada época e sociedade.

Uma análise dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal pode auxiliar para que se historicize uma Angola seiscentista, mas também pode revelar as necessidades da aristocracia portuguesa em um período pós-restauração de 1640, onde as coisas e, logo, os cargos, ainda estavam se estabelecendo. Embora haja conteúdos suprimidos ou modificados nesses tomos, como se tivessem sido resumidos pelo copista, esse manuscrito desconhecido tem um imenso valor para que se conheça/revisite/reescreva a história de Angola seiscentista, e a história de Portugal setecentista. Assim como Charles Boxer fez na década de 1960 (Boxer 1961), noticiando a existência de um tomo dos manuscritos de Oliveira de Cadornega na British Library, em Londres, estamos noticiando à historiografia sobre a versão manuscrita da obra *História Geral das Guerras Angolanas* existente na Biblioteca Nacional de Portugal, e que seus manuscritos ainda possuem histórias que precisam ser contadas em análises mais demoradas.

Referências bibliográficas

Fontes documentais - Obras

Cadornega, António. *História Geral das Guerras Angolanas*. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: Cota A.T./L. 54//1-2.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito da Bibliothèque Nationale de France. Cota: Portugais 2-4.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Biblioteca Municipal de Évora. Cota CXV 2-4.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito British Library. Cota 15183.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, 1681.

Cadornega, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

Lamas, Arthur. Medalha comemorativa da Instituição da Academia Real da História Portuguesa. Em.: *O Archeologo português*. Coleção Ilustrada de Materiais e Notícias. Museu Ethnographico Portugues, v. 12, Lisboa: Imprensa nacional, 1907.

Souza, António Caetano de. *História genealógica da casa real portuguesa: desde a sua origem até o presente*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Silva, Impressor da Academia Real, 1735-1749.

Souza, D. Antonio Caetano de. *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Syiviana. MDCCLV.

Rollin, Charles. *Histoire ancienne*. Paris: Rayanal, 1831.

Fontes documentais - Catálogos

Catálogo Biblioteca Nacional de Portugal. Cota A.T./L. 54//1-2 Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile> Acesso em: 18/07/2017

Catálogo dos manuscritos da antiga livraria dos marqueses de Alegrete, dos condes de Tarouca e dos marqueses de Penalva e pertencente à sua actual representante a condessa de Tarouca. Lisboa: Imprensa de João Romano Torres, 1898. Arquivo Histórico Ultramarino, cota AHU-L14889.

Fontes documentais - Documentos avulsos

Chancelaria de D. Pedro II, livro 18, fólhos 14 e 111. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota microfilmada PT/TT/CHR/S/1/18.

"Chancelaria Régia". Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo: Instituições do Antigo Regime, Administração Central (1). MATTOSO, José. Lisboa: ANTT, 1998. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3813585> Acesso 30/07/2017.

Bibliografia

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- Alexandre, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.
- Andrade, Elias Alves de. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia Linguística Portuguesa USP*, n. 10-11, (2008/2009). <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p149-172>
- Berwanger, Ana Regina. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.
- Birgmingan, David. *The portuguese conquest of Angola*. London: Oxford Univ. Press., 1965.
- Boxer, Charles. *A "História" de Cadornega no Museu Britânico*. Separata da Revista Portuguesa de História. Coimbra: Faculdade de Letras Uni. Coimbra, 1961.
- Boxer, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- Catroga, Fernando. Ainda será a história mestra da vida? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial, n. 2, (2006): 7-34. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2006.s.1347>
- Castelo, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- Castillo, Francisco de Andújar. "Venalidade de ofícios y honores. Metodologia de Investigacion." Em Stumpf, Roberta e Nandini Chaturvedula, p. 175-198. *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa, Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.
- Cardim, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade dos seiscentos. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, jul. (2002): 13-57.
- Carvalho, Flávia Maria. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental, In. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. N. 07, (2011). <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2011.88793>
- Cunha, Mafalda Soares. Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII. *Revista Monumentos 32*: Lisboa, (2011).
- Demaret, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. Em *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.
- Domínguez Ortiz, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. Em *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, vol. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000.
- Fachin, Phablo Roberto. *Descaminhos e dificuldade: leitura de manuscritos século XVIII*. Goiânia: trilhas Urbanas, 2008.
- Gago, Maria Alexandra Trindade da Câmara, Coelho, Teresa Campos. O palácio dos marqueses de Alegrete à Mouraria: do palácio ausente à memória do sítio. *Cadernos do Arquivo Municipal*. ISSN 2183-3176. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016).
- Gil, José. *Salazar: A retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'água Editores, 1995.
-

- Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- Henriques, Isabel Castro. *O pássaro de mel – Estudos de História Africana*. Lisboa: Colibri, 2003.
- Hespanha, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Heywood, Linda. *Jinga de Angola. A rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2019.
- Marques, Silvino. Salazar e a defesa do ultramar. *Revista de Estudos Africanos da Universidade do Porto*: Porto, n. 7, (1990).
- Martins, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.
- Miller, Joseph. *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal: 1750-1832*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- Nascimento, Denise da Silva. *O poder negociado: os crimes contra a pessoa e sua honra no reinado de D. João II*. Tese de doutorado PPGH-USP, São Paulo, 2009.
- Olival, Fernanda. Mercado de hábitos de serviços em Portugal. *Revista Análise Social*, v. XXXVIII 168, (2003).
- Oliveira Marques, H. A. de. *História de Portugal – do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Editorial Presença, 1998.
- Payen, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *Revista História da historiografia*: Ouro Preto, (2011). <https://doi.org/10.15848/hh.v0i6.250>
- Parreira, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na Época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- Pereira, José Fernandes. Resistências e aceitação do espaço barroco: a arquitectura religiosa e civil. Em *História da Arte em Portugal*. Volume 8 - O limiar do Barroco. Lisboa: Publicações Alfa, (1993).
- Serrão, Veríssimo. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1984.
- Serrão, Vítor. *História de Arte em Portugal, o Barroco*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.
- Smith, Robert. *Art of Portugal: 1500-1800*. New York: Meredith Press, 1968.
- Silva, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.
- Silva, Alberto da Costa e. *A enxada e a Lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- Souza, Marina de Melo. *Além do visível. Poder, catolicismo e comércio no Congo e Angola (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2018.
-

Souza, Marina de Mello e. Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVIII. Anos 90: *Revista do PPGH/UFRGS*, v. 21, n 40, Porto Alegre: dez (2014). <https://doi.org/10.22456/1983-201X.46181>

Souza, Marina de Mello e. Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.

Souza, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista – História da Festa de Coroação de rei Congo*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

Thornton, John. A Resurrection for the Jaga. *Cahiers d'études africaines*, vol. 18, n°69-70, (1978). <https://doi.org/10.3406/cea.1978.2407>

Thornton, John. The art of war in Angola, 1575-1680. Em *Comparative studies in society and history*, v. 30, n. 2, abril 1998, Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/S0010417500015231>

Thornton, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsivier, 2004.

Thornton, John. Elite women in the kingdom of Kongo: historical perspectives on women's political power. *Journal of African History*, 47 (2006): 437–60. <https://doi.org/10.1017/S0021853706001812>

Torgal, L. R. Restauração e razão de estado. Em *Penélope: fazer e desfazer da história*. Lisboa: Cosmos, 1993.

Weber, Priscila Maria. *Angola como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (Século XVII)*. Tese de doutorado em História, PPGH Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

Wheeler, Douglas e René Pélissier. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Recebido: 20 de julho de 2021
Aprovado: 13 de outubro de 2021

Primo Levi e a literatura de testemunho: uma (in)definição*

Primo Levi and the testimony literature: a (in)definition

Primo Levi y la literatura testimonial: una (in)definición

*Cleber Vinicius do Amaral Felipe***

<https://orcid.org/0000-0002-3930-3936>

RESUMO: Este artigo propõe a “literatura” de Primo Levi como uma “zona” de confluência/litígio na qual categorias díspares e paradoxais se chocam/se contradizem e produzem efeitos de leitura, muitos deles amparados nas (im)possibilidades de representar a vida no interior dos campos de concentração. Sem a pretensão de esgotar sua produção letrada, sugere-se que o testemunho pode ser lido como um “entre”, como um *locus* no qual se encontram/tensionam o sublime e o abjeto, experiências e expectativas, o passado e o presente, as convenções e o inaudito, o aqui e o além.

Palavras-chave: Primo Levi. Literatura de Testemunho. campos de concentração.

ABSTRACT: This article proposes Primo Levi's “literature” as a confluence/litigation “zone” in which disparate and paradoxical categories clash/contradict and produce reading effects, many of them supported by the (im)possibilities of representing life in concentration camps. Without the intention to cover all his Works, it is suggested that the testimony can be read as a “between”, as a *locus* in which dualities such as the sublime and the abject, experiences and expectations; the past and the present; the conventions and the unprecedented; the here and the beyond can be found/tensioned.

* O texto é fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento em andamento, realizada junto à Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), sob supervisão do prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas.

** Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde atua nos cursos de graduação, de pós-graduação e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Autor, entre outros livros, de *Heroísmo na singradura dos mares*: histórias de naufrágios e epopeias nas conquistas ultramarinas portuguesas. São Paulo: Paco, 2018. E-mail: cleber.ufu@gmail.com.

Keywords: Primo Levi. Testimonial Literature. concentration camps.

RESUMEN: Este artículo propone la "literatura" de Primo Levi como una "zona" de confluencia/litigio en la que categorías dispares y paradójicas chocan/contradicen entre sí y producen efectos de lectura, muchos de ellos apoyados en las (im)posibilidades de representar la vida en el campo de concentración. Sin la intención de cubrir todos tus trabajos, se sugiere que el testimonio pueda leerse como un "entre", como un *locus* en el que se encuentran/tensan lo sublime y lo abyecto, las vivencias y expectativas, el pasado y el presente, las convenciones y lo inaudito, el aquí y el más allá.

Palabras clave: Primo Levi. literatura testimonial. campos de concentración.

Como citar este artigo:

Felipe, Cleber Vinicius do Amaral Felipe. "Primo Levi e a literatura de testemunho: uma (in)definição". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 229-244.

Since then, at an uncertain hour.
(Samuel T. Coleridge)

I

Após Auschwitz, as representações, ficcionais ou não, precisaram incorporar expedientes discursivos para figurar as lacunas que as testemunhas carregavam consigo, seja devido a situações traumáticas, seja por ocasião dos desafios que experiências limítrofes impunham à linguagem. Supõe-se, com razão, que a necessidade de narrar e a impossibilidade de fazê-lo constitua uma aporia. No entanto, o testemunho e a ficção costumam colocá-la à prova, buscando meios de relatar o "impossível" ocorrido, de discorrer sobre o irrepresentável, ainda que parcialmente, isto é, apresentando elementos que integram, mas que não recompõem a experiência em sua integralidade/intensidade.

A angústia do sobrevivente é proporcionada, inicialmente, pelo esforço empregado para se entender a natureza do ocorrido. Em seguida, ela se intensifica devido ao ato imperativo de narrar, de transmitir a experiência. Por fim, é preciso ajustar a linguagem para que o relato não indisponha ou impeça o ouvinte de compreendê-lo. Os prisioneiros que fitaram a Górgona, para utilizar uma expressão de Primo Levi (Turim, 1919-1987), não puderam testemunhar, pois foram aniquilados.

Aos sobreviventes, portanto, faltariam elementos capazes de evidenciar, com precisão, os horrores dos campos de extermínio em sua inteireza.

Sobrevivente de Monowitz-Buna, Levi transitou entre a prosa e o verso, entre a memória e a ficção: escreveu testemunhos, artigos, ensaios, contos, poemas, romances, comentários a obras literárias. Enquadrar tamanha diversidade significaria simplificá-la, mas é possível delimitar algumas características de sua escrita, sempre pautada na clareza e na precisão. Convém admitir, desde logo, que nossa intenção não é comentar toda a sua produção letrada, mas mobilizar alguns expedientes que permitem concebê-la como uma “zona” de convergência e litígio na qual categorias díspares, paradoxais e/ou contraditórias dificultam uma definição ou delimitação precisa do gênero “literatura de testemunho”.

Levi escreveu que, por dois motivos, a utilidade das palavras seria pequena para relatar as experiências vivenciadas nos campos de concentração: por uma questão de “má recepção”, já que “vivemos na civilização da imagem gravada, multiplicada e teletransmitida”, com um público pouco “propenso a fruir a informação escrita”; e por “má transmissão”, decorrente da falta de palavras para descrever um mundo tão radicalmente outro. Segundo o autor, outros gêneros artísticos talvez pudessem apresentar, de forma mais fidedigna, os dramas do *Lager*, como é o caso do teatro, capaz de “contar de maneira mais imediata, fazer reviver, infligir a um público diferente e maior nossa experiência, a nossa e a dos companheiros desaparecidos” (Levi 2016a, 43). Em 1985, Levi organizou uma exposição de fotografias que retratavam Auschwitz e outros campos de extermínio. Para ele, uma imagem pode contar “cem vezes mais do que a página escrita”, sendo mais acessível e, portanto, o “melhor esperanto” (Levi 2016a, 138). Apesar desses juízos e de sua participação, direta ou indireta, em trabalhos radiofônicos, apresentações teatrais e exposições, Primo Levi recorreu às palavras escritas com assiduidade, incorporando elementos cênicos, imagens vívidas e descrições precisas com o intuito de alcançar o leitor/ouvinte e compartilhar traços de sua experiência e de suas reflexões. Resta investigar de que maneira seus escritos se tornam um “lugar de encontro” que pressupõe as dificuldades do relato, as marcas autorais e, finalmente, a importância da interlocução.

II

A presença da tópica do irrepresentável¹ nos relatos dos sobreviventes indica que o narrador é incapaz de reproduzir o vivido por meio de uma narrativa, pois precisaria traduzir sentimentos dolorosos com técnicas convencionais de escrita (De Angelis 2009, 73-108). Os leitores, por sua vez, abstraem os relatos e buscam equivalências em suas experiências particulares,

¹ Um artigo sobre a presença do sublime na obra de Primo Levi encontra-se no prelo, e deverá ser publicado pela revista *Topoi* com o título “Primo Levi e os limites da representação”.

muito distantes do horror concentracionário. Ciente dessas carências, Primo Levi recorreu a comparações e analogias para produzir um entendimento aproximado, mesmo receando a reprodução de estereótipos e simplificações.

Convém recordar que os intelectuais, segundo Levi, sofreram nos campos de concentração porque utilizavam suas energias buscando uma razão para o cárcere. Indivíduos providos de alguma crença, por outro lado, viviam melhor: “Sua fome era diferente da nossa; era uma punição divina, ou uma expiação, ou uma oferta votiva, ou o fruto da podridão capitalista. A dor, neles e ao redor deles, era decifrável e, por isto, não desaguava no desespero” (Levi 2016b, 219). O terror constituía um universo mais amplo, ordenado e passível de redenção metafísica. Ainda assim, algo de fugidivo pairava ao redor dos prisioneiros: “O mundo no qual se precipitava era decerto terrível, mas também indecifrável: não era conforme a nenhum modelo [...]” (Levi 2016b, 28). Sem analogias, não seria possível formular, por meio dos discursos, as experiências dramáticas. De acordo com Ruth Klüger (2005, 101-102), pessoas

[...] que sentiram o pavor da morte em espaços estreitos possuem, por isso, uma ponte para compreender um transporte como o que descrevo aqui. Da mesma forma que, a partir da experiência daquele vagão, tenho algum tipo de entendimento da morte nas câmaras de gás. Ou penso ter tal entendimento. Seria a reflexão sobre circunstâncias humanas sempre algo diferente do que uma derivação daquilo que se conhece para aquilo que se reconhece, que se reconhece como uma afinidade. Sem comparações não se chega a lugar algum.

A comparação seria um caminho para o despertar da empatia, mas mencionar o confinamento no vagão de gado, o ar irrespirável, a temperatura insuportável e a sensação de abandono poderia, também, constranger o ouvinte, abafar a conversa e suscitar o silêncio.

Se questo è un uomo, publicado em 1947, retrata o mundo indecifrável e terrível no *Lager*. A obra se ampara na necessidade de narrar a experiência e na percepção da insuficiência da linguagem. No prólogo, Levi (1988, 8) afirma que não pretendia contribuir com os debates historiográficos sobre o nazismo, mas “fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. Tal relato, lembra Seligmann-Silva (2008, 105), adquiriu um papel de atitude elementar, como resposta à carência absoluta de narrar. O grande obstáculo a ser superado seria o de conciliar as regras de verossimilhança do universo concentracionário com as do “nosso mundo”. Como essa conciliação não existia no cárcere, o prisioneiro temia não encontrar um interlocutor fora dos campos. Além de coletivo, esse receio, segundo Levi (1988, 85) ganhou projeção onírica:

Aqui está a minha irmã, e algum amigo (qual?), e muitas outras pessoas. Todos me escutam, enquanto conto do apito em três notas, da cama dura, do vizinho que gostaria de empurrar para o lado, mas tenho medo de acordá-lo porque é mais forte do que eu. Conto também a história da nossa fome, e do controle de piolhos, e do kapo que me deu um soco no nariz e logo mandou que me levasse porque sangrava. É uma felicidade interna, física, inefável, estar em minha casa, entre pessoas amigas, e ter tanta coisa para contar, mas bem me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio.

A urgência da narrativa é um dos temas abordados no capítulo “O Canto de Ulisses”. Nele, Levi conversa com o jovem Jean Samuel, que demonstrou grande interesse pelo italiano. Levi encarregou-se de apresentar-lhe a língua e recapitulou parte do canto XXVI do *Inferno*, quando Dante Alighieri e Virgílio encontraram Ulisses e Diomedes no oitavo círculo, na fossa dos conselheiros perversos. Ao ser interrogado, o protagonista da *Odisseia* admite que a saudade da família não pôde superar seu desejo de conhecer novas terras e povos. Para isso, ele capitaneou uma nau e dobrou as colunas de Hércules. Para convencer os nautas, Ulisses, com ironia, aludiu à condição humana e nobre de todos: “Relembrai vossa origem, vossa essência: criados não fostes como os animais, mas donos de vontade e consciência” (Alighieri *Inf.* XXVI, 118-120). Cinco meses depois da partida, avistaram um grande promontório coberto de escuridão. Um turbilhão adveio dessas paragens e chocou-se com a proa do navio, causando seu naufrágio e perdição.

Sob o signo da ambivalência, a personagem homérica apresenta traços positivos (amparados na liberdade e no conhecimento) e negativos, muitos deles pautados na soberba (Montemaggi 2020, 127-142). De acordo com Vincenzo Mengaldo (2019), o “Canto de Ulisses” encena uma ocasião em que Levi buscou recordar expedientes de seu patrimônio cultural e humano, construídos nos anos de liberdade. Para Mengaldo, além de justapor poesia e prosa, a disposição não linear do testemunho permite retratar o cotidiano do *Lager*, a fadiga do ato de recordar, as reações de Pikolo (alunha de Jean Samuel), as imprecisões do lembrar. Sendo assim, o episódio apresenta diferentes desdobramentos: evasão mental dos confins do campo, vitória da memória sobre o esquecimento, sobreposição dos versos dantescos à confusão babélica e, ainda assim, consciência amarga do cárcere e da provável “submersão” dos prisioneiros.

Quando Primo Levi fala sobre seu esforço para recordar os versos de Dante Alighieri e convertê-los para o francês, ele destaca não apenas a necessidade de narrar, mas também a importância do ouvir. Como lembra Vittorio Montemaggi (2020, 127), considerar a presença intertextual de Dante em Levi nos ajuda a perceber o valor da amizade, presente na maneira como os traços de um autor ajudam a definir a identidade de outro. Além disso, o ato de traduzir envolve empatia, pois incentiva a produção de um entendimento comum. Tal prática é central porque segue na contramão da lógica dos campos de concentração, onde o desconhecimento do alemão proporcionava inúmeras dificuldades. A tradução também significa assumir uma postura solidária, inclusiva, que admite a diversidade de idiomas e, simultaneamente, a possibilidade do diálogo. A narrativa só se completa quando é ouvida, quando o ouvinte recebe e traduz as palavras de seu interlocutor, criando condições para superar o silêncio.²

² Parte dessa reflexão sobre a presença do Ulisses dantesco na obra de Primo Levi foi desenvolvida em: Felipe 2021, 133-153.

III

Em *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi (2016b, 112) retomou o conteúdo de seu primeiro livro:

A mim a cultura foi útil; nem sempre, às vezes por vias subterrâneas e imprevistas, mas me serviu e talvez me haja salvo. Releio, após quarenta anos, em *É isto um homem?*, o capítulo “O canto de Ulisses”: é um dos poucos episódios cuja autenticidade pude verificar (trata-se de uma operação reconfortante; a distância, como disse no primeiro capítulo, pode-se duvidar da própria memória), porque meu interlocutor de então, Jean Samuel, figura entre os pouquíssimos personagens do livro que sobreviveram.

Para Levi (2016b, 113), a retomada de Dante Alighieri permitiu-lhe “restabelecer uma ligação com o passado, salvando-o do esquecimento”, além de fortalecer sua identidade: “Para mim o *Lager* foi isto também: antes e após ‘Ulisses’, lembro-me de ter assediado, obsessivamente, meus companheiros italianos para que me ajudassem a recuperar este ou aquele farrapo de meu mundo anterior, não obtendo muita coisa e lendo em seus olhos, ao contrário, cansaço e suspeita”.

No cárcere, Primo Levi pôde manter consigo rastros evanescentes de cultura; quando se livrou da experiência concentracionária, não conseguiu dissipar, de todo, os vestígios do horror: “arrasta-se no tempo, e as Erínias, em quem é preciso também crer, não atribulam só o atormentador (se é que o atribulam, ajudadas ou não pela punição humana), mas perpetuam a obra deste, negando a paz ao atormentado” (Levi 2016b, 18). Como afirma Seligmann-Silva (2005, 94),

[...] o autor de testemunhos é um ser embebido de “cultura”, de símbolos. Se no seu discurso podemos vislumbrar erupções metonímicas das ruínas da catástrofe, isso não quer dizer que ele está além ou aquém dos artifícios “poetológicos”. Nesse sentido, podemos falar de uma necessária passagem para o poético na busca da apresentação dos eventos-limite. A poética das ruínas também é uma poética, e não um grau zero da linguagem-coisa. Sendo assim, a “completude” exigida por Aristóteles – e por todas as poéticas até o século XIX – é revertida em uma encenação da incompletude; da impossibilidade de dizer que é mimetizada pelos silêncios.

Por que motivo Levi sentiu necessidade de assinalar, quarenta anos depois, que a aula de italiano aconteceu? Por que salientar que outra testemunha sobreviveu e pôde comprová-la? Possivelmente, uma das razões foi confirmar que, a despeito da condição desumana experienciada, algo de verdadeiro sobreviveu e foi transmitido. Depois de quatro décadas, Levi (2016b, 68) teve oportunidade de perceber e experienciar o prolongamento do suplício iniciado em Auschwitz, “erupções metonímicas das ruínas da catástrofe”, que remete àquilo que o autor não pôde formular ou disse de forma pouco consistente no seu primeiro livro: “O mar de dor, passado e presente, nos circundava, e seu nível subia de ano em ano até quase nos fazer submergir. Era inútil fechar os olhos ou virar-lhe as costas, porque estava inteiramente em torno de nós, em toda direção até o horizonte”.

A permanência da angústia acaba perpetuando a ineficácia das categorias convencionais. Isso fica evidente quando Primo Levi retoma algumas perguntas que foram feitas aos sobreviventes. Sobre a questão “Por que vocês não fugiram?”, por exemplo, Levi (2016b, 124)

afirma que os interlocutores partem de referências conhecidas, muitas vezes proveniente da literatura (como em *O Conde de Monte Cristo*) ou do cinema, que costumam figurar o prisioneiro típico, “homem íntegro, em plena posse de seu vigor físico e moral, que, com a força nascida do desespero e com o engenho estimulado pela necessidade, arremete contra as barreiras, saltando-as ou transgredindo-as”. Nos campos, por outro lado, os prisioneiros encontravam-se extenuados, desprezados, subalimentados, malcuidados, desmoralizados, enfraquecidos. Segundo Levi (2016b, 128), há uma discrepância “que se amplia de ano para ano, entre as coisas como eram ‘lá embaixo’ e as coisas como são representadas pela imaginação corrente, alimentada por livros, filmes e mitos aproximativos. Essa imaginação, fatalmente, desliza para a simplificação e o estereótipo”.

Ainda assim, seus escritos não prescindem de elementos retóricos. Franco Baldasso (2013, 166-184) afirmou que Levi empregou uma linguagem tênue, sóbria, amena, escolhendo as palavras com cuidado para tornar a narrativa credível e transferir ao leitor a responsabilidade pelas interpretações e juízos. Entretanto, como admitiu Levi, um texto inteiramente claro “pressupõe um escritor totalmente consciente, o que não corresponde à realidade”. Todos nós, segundo ele, somos

[...] feitos de Ego e de Id, de espírito e de carne, e também de ácidos nucleicos, de tradições, de hormônios, de experiências e traumas antigos e atuais; por isso somos condenados a arrastar conosco, do berço ao túmulo, um *Doppelgänger*, um irmão mudo e sem sombra, que também é corresponsável por nossas ações, e portanto também pelas nossas páginas (Levi 2016a, 56).

Afetado por compostos químicos, psíquicos, físicos e metafísicos, evocados de forma consciente ou por efeito do hábito, o enunciador carrega consigo uma fonte de desconhecimento e irracionalidade que, segundo Levi (2016a, 56-57), “[...] deve ser aceita, até mesmo autorizada a se exprimir em sua (necessariamente obscura) linguagem, mas não pode ser considerada ótima ou a única fonte de expressão”. Seria um equívoco, portanto, considerar que as experiências concentracionárias só poderiam ser representadas por meio de formulações herméticas. Outro equívoco, não menos grave, seria supor que a narrativa clara é, necessariamente, desprovida de complexidade, pois, em Primo Levi, ela busca tornar a escuridão visível, lançando sobre ela raios de uma luz infernal (De Angelis 2009, 73-108).

Para Domenico Scarpa (2021, 13), a crítica voltada para o trabalho de Levi preferiu questionar os pressupostos que motivaram o autor, e não seus textos. Desse modo, não puderam notar, com precisão, a maneira como Levi, distante de um relato espontâneo, sopesou a narrativa amparado no contraste *chiaro/oscuro*. A clareza, por vezes, traz consigo um excesso de luz que ofusca a visão. Sendo assim, as operações narrativas de Levi seriam similares às do químico: filtrar, destilar, decantar, pesar, separar. Trata-se de um “escritor bidimensional” que escolheu “[...] descrever o mundo deixando-lhe correr uma trilha de palavras, sem cobri-las com uma folha sobre a qual se

incidissem sua aspereza, suas verrugas e suas depressões” (Scarpa 2021, 13). Levi, portanto, está “[...] do lado da clareza, mas também ao lado do difícil; do simples, mas também do complexo: não responde com o caos da escrita ao caos do universo” (Scarpa 2021, 13). Seus escritos buscaram produzir um entendimento sem arquivar o assunto. Sua forma de entender, conforme Scarpa (2021, 18), seria uma maneira de “encontrar paz sem esquecer”:

Entender não deve se resolver no encerramento da própria vivência em um invólucro, mesmo sendo o de uma obra-prima em formato de um livro, mas no ultrapassá-la, no projetar-se além de suas colunas de Hércules sem naufragar e contemplá-las do outro lado da margem.

Agir como Ulisses, mas sem naufragar; ultrapassar limites (representados pelas colunas de Hércules), aderir às forças centrífugas (implicadas no ímpeto que envolve o itinerário rumo ao outro lado da margem) para, só então, entender. Como lembra Montemaggi (2020, 137), a tomar pela conjuntura histórica, é possível interpretar o itinerário de Jean e Levi para além das colunas de Hércules como uma afronta à violência nazista, como expressão de um antifascismo mais geral ou tentativa de afastar Dante da propaganda nacionalista e antisemita. Todas as hipóteses, como se pode ver, são desdobramentos de um esforço que concede ao leitor a oportunidade de contemplar o mal do outro lado do arame farpado e compreender as engrenagens do *Lager*.

Para atingir uma narrativa clara, capaz de produzir entendimento, Levi utilizou, por exemplo, um antigo expediente retórico denominado *écfrase*, destinado à produção de afetos por meio de uma descrição verbal detalhada e impactante. Seus artifícios tendem a exercer sobre o auditório um “efeito de realidade”, pois estabelece uma relação intrínseca entre descrição (*descriptio*) e a vivacidade do que é descrito (*evidentia*), o que leva o leitor a agir como “testemunha ocular”.³ Uma descrição vívida poderia, por exemplo, configurar um *locus horrendus*, um lugar horrendo, como é o caso da ala da enfermaria destinada aos disentéricos, “reino do horror”:

Era uma centena de beliches, a metade, pelo menos, ocupada pelos cadáveres hirtos de frio. Apenas duas ou três velas rompiam a escuridão. As paredes e o teto perdiam-se nas trevas, de tal modo que me parecia adentrar uma enorme caverna. Não havia nenhum tipo de aquecimento, com exceção dos hálitos infectados dos cinquenta doentes que viviam ainda. Apesar do gelo, o mau cheiro das fezes e da morte eram tão intensos que impediam a respiração, sendo preciso forçar os próprios pulmões para obrigá-los a receber aquele ar viciado. Mesmo assim, cinquenta viviam ainda. Estavam aninhados debaixo das cobertas; alguns gemiam ou gritavam, outros desciam com dificuldade dos beliches para evacuar no pavimento. Gritavam nomes, rezavam, imprecavam, imploravam ajuda em todas as línguas da Europa. Arrastei-me tateando ao longo de um dos corredores, por entre os beliches de três andares, tropeçando e cambaleando, às escuras, no estrato de excrementos gelados. Ouvindo os meus passos, os gritos redobram. Mãos aduncas saíam de sob as cobertas, seguravam-me pelas roupas, tocavam-me, frias, o rosto, tentavam impedir-me o caminho (Levi 2010, 68).

As palavras desfilam imagens e episódios cênicos com eficácia, tornando o leitor uma “testemunha ocular” do horror, mas é provável que não atingem a vivacidade dos pesadelos, como aquele relatado no desfecho de *A trégua* (1963):

³ Sobre a *écfrase*, recomenda-se: Hansen 2006, 85-105.

É um sonho dentro de outro sonho, plural nos particulares, único na substância. Estou à mesa com a família, ou com amigos, ou no trabalho, ou no campo verdejante: um ambiente, afinal, plácido e livre, aparentemente desprovido de tensão e sofrimento; mas, mesmo assim, sinto uma angústia sutil e profunda, a sensação definida de uma ameaça que domina. E, de fato, continuando o sonho, pouco a pouco ou brutalmente, todas as vezes de forma diferente, tudo desmorona e se desfaz ao meu redor, o cenário, as paredes, as pessoas, e a angústia se torna mais intensa e mais precisa. Tudo agora tornou-se caos: estou só no centro de um nada turvo e cinzento. E, de repente, sei o que isso significa, e sei também que sempre soube disso: estou de novo no Lager, e nada era verdadeiro fora do Lager. De resto, eram férias breves, o engano dos sentidos, um sonho: a família, a natureza em flor, a casa. Agora esse sonho interno, o sonho de paz, terminou, e no sonho externo, que prossegue gélido, ouço ressoar uma voz, bastante conhecida; uma única palavra, não imperiosa, aliás breve e obediente. É o comando do amanhecer em Auschwitz, uma palavra estrangeira, temida e esperada: levantem, “*Wstawach!*” (Levi 2010, 212-213).

Um lugar ameno e familiar se desfaz em meio a um *locus horrendus* turvo, caótico, gélido. O verbo “desmoronar” é sugestivo: coloca em xeque a eficácia das construções convencionais, mas sem torná-las inoperantes.

IV⁴

A sensação de uma experiência incompreensível e inaudita pode ser intensificada pela solidão:

Quanto aos "muçulmanos", porém, aos homens próximos do fim, nem adianta dirigir-lhes a palavra; já se sabe que eles só se queixariam, ou contariam como comiam bem em sua casa. Para que travar amizade com eles? Não têm, no Campo, conhecidos poderosos, não têm rações extras para comer, não trabalham em *Kommandos* favoráveis, desconhecem qualquer maneira secreta para obter vantagem. E, por fim, sabe-se que eles estão aqui de passagem; que, dentro de umas semanas, deles sobrarão apenas um punhado de cinzas em outro Campo próximo e, no Registro, um número de matrícula riscado. Embora englobados e arrastados sem descanso pela multidão inumerável de seus semelhantes, eles sofrem e se arrastam numa opaca solidão íntima, e nessa solidão morrem ou desaparecem sem deixar lembrança alguma na memória de ninguém (Levi 1988, 130).

O tema da solidão, vivenciada de forma plena pelo “muçulmano”, o “guardião do umbral de uma ética, de uma forma de vida, que começa onde acaba a dignidade”, segundo Agamben (2008, 76), foi retomado em 1981 em *La ricerca delle radici*, uma reunião de trinta fragmentos de textos que marcaram, de alguma forma, sua formação. No último excerto, intitulado “*Siamo soli*”, Levi retoma elementos de um artigo sobre buracos negros escrito pelo físico norte-americano Kip Thorne. Levi utiliza essa reflexão como forma de amplificar a solidão humana, pois qualquer possibilidade de encontrar interlocutores em outros locais que não a Terra é uma ideia cada vez mais remota. Além disso, na medida em que a ciência se aprimora, a ideia de que o homem ocupa o centro do mundo se mostra improvável. O universo ser-lhe-ia hostil, violento e estranho, desprovido de Campos Elíseos e composto por “luz distorcida, comprimida, dilatada, rarefeita numa medida que supera os nossos sentidos e a nossa linguagem”.

Essa reflexão reaparece em um conto, no qual um poeta resolveu consultar um médico.

Certamente não lhe faltavam palavras para descrever o seu mal: sentia o universo (que aliás estudara com diligência e amor) como uma imensa máquina inútil, um moinho que triturava eternamente o

⁴ Alguns elementos deste tópico foram trabalhados em: Felipe 2021, 883-912.

nada para nada; não mudo, ao contrário, eloquente, mas surdo, cego e fechado à dor do germe humano; aí está, cada instante de sua vigília era atravessado por essa dor, a única certeza que tinha; não experimentava outras alegrias senão as negativas, isto é, as breves remissões do seu sofrimento. Percebia com impiedosa lucidez que este, e apenas este, era o destino comum de toda criatura pensante, tanto que frequentemente invejava a felicidade dos pássaros e dos rebanhos. Era sensível ao esplendor da natureza, mas nele discernia um engano a que toda mente nobre era chamada a resistir: nenhum homem dotado de razão podia negar-se à consciência de que a natureza não é mãe nem mestra do homem, mas sim um vasto poder oculto que, objetivamente, reina para o mal de todos (Levi 2005, 368).

Entretanto, a sua angústia

[...] lhe dava trégua: além dos momentos de alegria negativa já mencionados, sentia algum alívio tarde da noite, quando a escuridão e o silêncio do campo lhe permitiam dedicar-se aos estudos, ou melhor, entrincheirar-se neles como numa cidadela. Sim, uma cidadela quente, macia e escura — disse o médico, balançando a cabeça com simpatia. O poeta acrescentou que recentemente tivera um momento de respiro quando fizera um passeio solitário que o conduziu a uma altura moderada. Para além da sebe que limitava o horizonte, colhera por um instante a presença solene e tremenda de um universo aberto, indiferente, mas não hostil; só por um segundo, mas fora tomado de uma inexplicável doçura, que emanava do pensamento de um diluir-se e desatar-se no seio transparente do nada. Fora uma iluminação tão nova e intensa que havia vários dias ele vinha tentando expressá-la em versos (Levi 2005, 369).

Não resta dúvida de que o tal poeta seja Giacomo Leopardi. (1798-1837), grande conhecedor das letras greco-latinas e profundo admirador de Dante Alighieri. Muitos de seus poemas foram reunidos nos *Canti* (1835). Um deles, “*La quiete dopo la tempesta*”, com um encadeamento de versos hendecassílabos e septenários, divide-se em três estrofes: a princípio, o poeta celebra o retorno da quietude para, em seguida, manifestar uma reflexão sobre a condição humana amparada na ideia de sofrimento. Ou seja, num primeiro momento, constrói-se um cenário idílico, caracterizado por circunstâncias amenas; entretanto, a alegria é retratada como uma sensação capaz de conter, temporariamente, a dor característica da natureza, que só cessa com a morte. O fragmento abaixo corresponde à estrofe final do poema:

Ó Natura cortês!
São estes os teus dons,
estes são os prazeres
com que os mortais cumulas? Nosso gozo
é sair de um revés.
Penas concedes a mancheias; dores
vêm espontaneamente: e do prazer
o pouco que um milagre ou um prodígio
tira de raro em raro
do dissabor é um lucro. A criatura
tornada cara aos deuses! Venturosa
assaz te considera, ó prole humana,
se respirar te é dado
de alguma dor: feliz

se a morte em ti todas as dores sana.

(Leopardi 2014, s/p).

O *locus amoenus* formulado pelos versos iniciais do poema cria a ilusão de um desfecho apazível, mas as estrofes finais demonstram que o caráter episódico do prazer não suplanta o *locus horrendus* que a natureza proporciona. Embora o tom não seja otimista, a formulação poética de Leopardi não deixa de supor que a satisfação é possível e pode decorrer do fim da dor.

Em um poema escrito em 1974, Levi não menciona os buracos negros, mas parece intuí-los ao retratar estrelas negras e luzes que sucumbem:

Ninguém mais cante o amor ou a guerra.

A ordem de onde o cosmo ganhava nome se desfez;

As legiões celestes são um emaranhado de monstros,

O universo nos assedia cego, violento e estranho.

O sereno está salpicado de horrendos sóis mortos,

Densos sedimentos de átomos triturados.

Deles emana apenas um desesperado peso,

Não energia, não mensagens, não partículas, não luz;

A própria luz desaba, rompida por sua gravidade,

E nós, germe humano, vivemos e morremos para nada,

E os céus se revolvem perpetuamente em vão.

(Levi 2019, 57).

Emaranhado de monstros, horrendos sóis mortos, germe humano: note-se a gradação, que desloca o olhar do plano celeste para a superfície terrestre. Os suplícios, por sua vez, foram deslocados dos íferos para os súperos, do submundo para a *selva oscura* na qual “vivemos e morremos para nada”.

Nos comentários de Levi a respeito do artigo científico sobre buracos negros, e na ficção (em prosa e verso), a ideia de um universo hostil amplifica o isolamento dos indivíduos. Tal condição é agravada entre aqueles que sobreviveram a Auschwitz:

As coisas vistas e sofridas me queimavam por dentro; me sentia mais perto dos mortos que dos vivos, culpado de ser homem porque os homens edificaram Auschwitz, e Auschwitz engolira milhões de seres humanos assim como muitos amigos meus e uma mulher que levava no coração (Levi 1994, 151).

As “coisas vistas e sofridas” proporcionaram, segundo Levi, três traumas, decorrentes da ausência de solidariedade, do isolamento linguístico (ocasionado pela multiplicidade de idiomas e pela conseqüente falta de comunicação) e da maneira como vítimas e algozes se comunicavam aos gritos e com vasto uso da violência (Caldas 2016, 178). Note-se, portanto, que as três modalidades traumáticas referidas agravam a solidão. Se a concepção de trauma ajuda a compreender as conseqüências do evento catastrófico e as motivações da testemunha, que recorre ora ao silêncio,

ora à narrativa, ela também pode ser encarada como efeito pretendido pelo relato, ou seja, como porta de acesso à realidade transbordante, que irrompe sob o signo do irrepresentável.

Primo Levi narrou por delegação, ou seja, em nome dos “submersos” como Hurbinek, uma criança que, por volta dos seus três anos, não conseguia falar. Antes de padecer, o “filho de Auschwitz” pôde dizer uma única palavra, mas inarticulada, incompreensível. O olhar de Hurbinek, janela de sua angústia, acompanhava os acontecimentos circunstantes, mas o pobre menino era incapaz de formular qualquer sentença audível, por mais que se esforçasse. Seu esforço, segundo Pedro Caldas (2000, 139), é similar ao de Levi que, em sua narrativa de regresso dos campos de concentração, também buscou romper a “tumba do mutismo”, da solidão. As palavras do sobrevivente, portanto, derivam de Hurbinek, pertencem a ele, uma vez que foram forjadas em condições desfavoráveis movidas, igualmente, pela angústia de um olhar que continua a testemunhar o que os mortos viram. “Falar por Hurbinek? Sim. Mas também falar como Hurbinek” (Caldas 2000, 140).

V

As testemunhas “não são nem os mortos, nem os sobreviventes, nem os submersos, nem os salvos, mas o que resta entre eles” (Agamben 2008, 162). O “resto” de Auschwitz, portanto, reside nesse “entre”. É nele que a poética pode significar a experiência, afirmar o não dito, trabalhar o recalcado. O lugar do testemunho situa-se entre o humano e o inumano, cujas fronteiras são tênues e estão sempre em (des)construção. A literatura de testemunho, portanto, é um *locus* de encontro entre passado e presente, entre a destruição e a criação, entre a testemunha e o leitor. Ela é um “entre”, um hiato, um intervalo, uma descontinuidade, o “outro” do negacionismo, a (re)formulação da dor, o choque entre a enunciação e o irrepresentável, entre o particular e o absoluto, entre o sublime e o ordinário.

A cultura, em Levi, é o produto de uma relação dialógica, de um (entre)cruzamento no qual pessoas, ideias, tempos e lugares se (des)encontram. É no lugar onde os caminhos se bifurcam que o sublime e o abjeto se deparam, mas é, também, onde se separam. Se as “estéticas” nazistas mobilizaram o mito para retratar a unicidade absoluta da raça ariana, o herói homérico compareceu na obra de Levi para confrontar o absoluto do regime totalitário com a diversidade/pluralidade do “entre” e com o excesso transbordante (e, portanto, irrepresentável em sua totalidade) de experiência concentracionária. Se não descreveu a própria morte, como fez Ulisses, Levi narrou uma máquina de produzir mortos capaz de tornar indistinta a fronteira entre o aqui e o além. Outro “entre”, indistinto e horrendo, que fabrica aquele que ninguém quer ver (o muçulmano) e um local onde até a morte é negada.

Domenico Scarpa localizou, na obra de Primo Levi, a existência de uma “função-Jó” e de uma “função-Ulisses”. Algumas de nossas reflexões remeteram à primeira. A segunda, igualmente referida há pouco, manifesta a tentativa de mobilizar palavras que possam retratar um “mundo não escrito” que inclua os “submersos”, aqueles que não retornaram dos campos de extermínio e proporcionam ao sobrevivente um misto de culpa e angústia:

Since then, at an uncertain hour,
Desde então, em hora incerta,
Aquele pena retorna,
E se não acha quem o escute
No peito o coração lhe queima.
Revê os rostos dos companheiros
Lívidos na luz primeira,
Cinzas de pó de cimento,
Indistintos na névoa,
Tingidos de morte em sonos inquietos:
À noite movimentam as mandíbulas
Sob as pedras pesadas dos sonhos
Mastigando uma raiz que não há.
Para trás, fora daqui, gente perdida,
Adiante. Não suplantei ninguém,
Ninguém morreu em meu lugar. Ninguém.
Retornem ao seu nevoeiro.
Não tenho culpa se vivo e respiro
E como e bebo e durmo e visto roupas.
(Levi 2019, 111)

De acordo com Scarpa, há, nos versos acima, duas referências que deveriam ser levadas em consideração: o primeiro verso provém do poema *The Rime of the Ancient Mariner* (1798), de Samuel Taylor Coleridge. Nele, um velho marinheiro angustiado busca momentos de paz, possíveis apenas quando encontra alguém disposto a ouvir sua narrativa de infortúnios (representação erudita do pesadelo de Levi, envolvendo o regresso e a indisposição dos convivas diante da narrativa do relato). A outra referência foi rendida a Dante Alighieri que, no canto 33 do *Inferno*, retrata a pena sofrida pelos traidores de hóspedes, confinados em um dos setores do nono círculo, denominado Ptoloméia. Frei Alberigo de Manfredi revela a Dante que a prática de tal pecado faz com que a alma do indivíduo abandone seu corpo e seja lançada nos inferos. O corpo continua a existir, possuído por um demônio. É por esse motivo que Branca Doria, outra alma enregelada na vala dos traidores, ainda habita a terra, “e come e bebe e dorme e veste panos”.

No poema de Levi, o verso de Coleridge remete à solidão, amplificada quando o narrador não encontra alguém disposto a ouvir seu relato; a passagem dantesca, por sua vez, manifesta a culpa, decorrente de uma ideia que o poeta busca extirpar: “Ninguém morreu no meu lugar”. Domenico Scarpa (2021, 34) assegura:

No ato de afastar de si a suspeita de uma sobrevivência usurpada, Levi, com um lapso voluntário, se identifica com o homem-demônio depois de ter feito desaparecer, traiçoeiramente, a vida alheia. A fotografia da angústia de Levi estava aqui, escondida sob o envoltório de duas citações. O italiano lapidar, os clássicos, a língua dos pais, são o invólucro que permite conter a angústia e o instrumento para expressá-la, são o dique e o reservatório. É na citação, no recurso a uma *auctoritas* secular, a uma voz poética tão elevada que se tornou anônima, que o claro e o obscuro na obra de Primo Levi encontram o lugar da sua conciliação e da sua expressão mais pessoal.

Dique, reservatório: metáforas agudas, precisas. O reservatório armazena, represa; o dique contém, mas também desvia. A *auctoritas* funciona como uma zona de convergência/litígio, mas também de conciliação/expressão. O contraste *chiaro/oscuro* pode sugerir a existência de duas margens e de um hiato entre elas, mas a fronteira é tênue e a travessia, possível, mesmo depois que as colunas de Hércules passam a ser divisadas da popa do navio. Primo Levi rascunhou “cartas de marear” em meio ao refluxo das ondas, durante uma tempestade. Sua angústia represada, desviada pelo dique, encontrou o papel. A clareza proveniente dessa experiência não é espontânea, tampouco simplifica a complexidade limítrofe do *Lager*, pois tem cálculo, medida e precisão. É preciso, de fato, deixar de priorizar apenas as supostas intenções, inclinações ou escolhas autorais e voltar a atenção para os pormenores do texto, repleto de fotografias, envoltórios, invólucros e, claro, vozes poéticas anônimas das quais seria inviável prescindir.

No segundo capítulo de *La ricerca delle radici*, Primo Levi retoma uma passagem de Homero situada no canto IX da *Odisseia*. Trata-se do confronto entre Odisseu e o cíclope Polifemo. Levi (1981, 42) considera que a *Iliada*, com suas batalhas, pestes e mortes, orientada por uma guerra estúpida e pela raiva pueril de Aquiles, não se compara à *Odisseia*, que configura a “medida humana” e nasce de uma esperança razoável: o fim da guerra e do exílio. No episódio envolvendo Polifemo, Levi observa a forma como a astúcia do herói superou a violência crua do ciclope, pois um “homem de nada” (*uomo da nulla*) suplantou e regozijou-se perante a torre de carne (*torre di carne*) impotente. A passagem, como lembra Scarpa (2021, 23), une o engano à violência: “ao lado do aniquilado Jó que grita aos céus a sua dor e acusa Deus por ela, há Ulisses que pega em armas para escapar dos problemas e se defender”. Retribuição à agressão sofrida? Talvez. De todo modo, cumpre notar que esse episódio ressalta o dom da hospitalidade, comportamento próprio da espécie humana. O hóspede é identificado pelos gregos como *xénos*, que corresponde ao termo latino *hostis*, que originou tanto a palavra *hospes*, hóspede, amigo, como também *hostis*, inimigo. Polifemo fere as regras de acolhida ao estrangeiro: além de zombar dos deuses, não atende às súplicas dos forasteiros como bom anfitrião. Logo, é impossível estabelecer com ele qualquer tipo de aliança (Gagnebin

2006, 13-27). Mesmo a retomada da *auctoritas* por parte de Levi admite desvios de interpretação e permite conjugar o mundo que há (experiência) e o mundo possível (expectativa). As sinuosidades da obra de Levi instituem deslocamentos, impasses, inconclusões. Por isso, sua literatura não se esgota em si mesma, pois repercute no leitor, na audiência. A mesma audiência que, em seu pesadelo, mostra-se indisposta ao ouvir sobre as experiências do *Lager*. A atualidade do testemunho de Primo Levi é indiscutível e, por isso, seu relato pode ser retomado “desde então, em hora incerta”.⁵

Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- Alighieri, Dante. *A divina comédia*. Tradução de Cristiano Martins. Belo Horizonte: Garnier, 2019.
- Baldasso, F. B. “The Other as the Judge: Testimony and Rhetoric in Primo Levi’s *Se questo è un uomo*”. *MLN*, 128, 1 (2013):166-184. <https://doi.org/10.1353/mln.2013.0005>
- Caldas, P. S. P. “O Espelho deformante: Um estudo sobre ‘É isto um homem?’, de Primo Levi”. Em *As Formas do Romance: Estudos sobre a historicidade da literatura*, orgs. Felipe Charbel, H. B. Gusmão e L. L. S. Mello, 177-198. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.
- Caldas, P. S. P. “O evento limite em Primo Levi: uma leitura de *Os afogados e os sobreviventes*”. *Literatura e Sociedade*, v. 25, n. 32 (2020): 51-72.
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i32p51-72>
- De Angelis, L. “Nell’oscurità le parole pesano il doppio. Note a Primo Levi”. Em *Mémoire oblige Riflessioni sull’opera di Primo Levi*, org. A. Neiger, 73-108. Trento: Università degli Studi di Trento, 2009.
- Felipe, C. V. A. “Depois da tempestade, o relato: experiência e narrativa em Primo Levi”. *Varia Historia*, 37, n. 75 (2021): 883-912. <https://doi.org/10.1590/0104-87752021000300010>
- Felipe, C. V. A. “O canto de Ulisses: as (im)possibilidades da narrativa em Primo Levi”. *ArtCultura*, 23, n. 42 (2021): 133-153. <https://doi.org/10.14393/artc-v23-n42-2021-61856>
- Gagnebin, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- Hansen, J. A. “As categorias epidíticas da ekphrasis”. *Revista USP*, n. 71 (2006): 85-105. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i71p85-105>
- Homero. *Odisseia*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- Klüger, R. *Paisagens da memória: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- Leopardi, G. *Cantos*. Florianópolis: Nephelibata, 2014.
- Levi, P. *71 contos de Primo Levi*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Levi, Primo. *A tabela periódica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- Levi, P. *A trégua*. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

⁵ Tradução de “Since then, at an uncertain hour”, primeiro verso da *Balada do velho Marinheiro*, de Coleridge.

- Levi, P. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- Levi, P. *La ricerca delle radici*. Torino: Einaudi, 1981.
- Levi, Primo. *Mil sóis*: poemas escolhidos. Seleção, tradução e apresentação de Maurício Santana Dias. São Paulo: Todavia, 2019.
- Levi, P. *O ofício albeio*: com um ensaio de Ítalo Calvino. Tradução de Silvia Massimini Felix. São Paulo: Editora Unesp, 2016a.
- Levi, P. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016b.
- Mengaldo, P. V. “Il Canto di Ulisse”. Em *Per Primo Levi*, org. P. V. Mengaldo, 119-128. Turim: Einaudi, 2019.
- Montemaggi, V. “Primo Levi e Dante”. Em *Innesti*. Primo Levi e i libri altrui, eds. G. Cinelli, R. Gordon, 127-142. Oxford: Peter Lang, 2020.
- Scarpa, D. “O claro e o obscuro em Primo Levi”. *Fênix*, v. 18, n. 1 (2021): 5-36. <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v18i1.1049>
- Seligmann-Silva, M. “Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes”. *Gragoatá*, 24 (2008):101-117.
- Seligmann-Silva, M. *O local da diferença*: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.

Recebido: 14 de maio de 2021
Aprovado: 14 de julho de 2021

Liberdade para o capital: intelectuais do IBRE-FGV e as legislações sobre capital estrangeiro no Brasil (1951-1967)

Freedom for capital: IBRE-FGV intellectuals and the laws about foreign capital in Brazil (1951-1967)

Libertad para el capital: los intelectuales del IBRE-FGV y las leyes sobre el capital extranjero en Brasil (1951-1967)

Rafael do Nascimento Souza Brasil *

<https://orcid.org/0000-0002-8517-1866>

RESUMO: Em 1951, uma poderosa agência da sociedade civil surgiu sob o crivo da Fundação Getúlio Vargas: o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), unidade que desde cedo elaborou e veiculou estratégias para a construção de um consenso em torno da “modernização conservadora” das estruturas capitalistas do país. Diversas esferas da vida social foram remodeladas após 1964: as relações e direitos trabalhistas, o arcabouço da administração pública, a previdência social, além dos sistemas judiciário, eleitoral, bancário, partidário, tributário e fiscal. No centro desses eventos históricos, a FGV não apenas participou como instituição em alguns momentos, como também forneceu personagens que atuaram vigorosamente no palco e nos bastidores dessa remodelagem estatal. Este artigo investiga as vinculações entre as propostas de intervenção econômica formuladas por intelectuais conectados ao IBRE-FGV e as diretrizes reformadoras implantadas durante o primeiro governo ditatorial pós-64.

Palavras-chave: Modernização-conservadora. Reformas estatais. Intelectuais.

ABSTRACT: In 1951, a powerful civil society agency emerged under the sieve of the Fundação Getúlio Vargas: the Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) - a unit that from early on elaborated and conveyed strategies for building consensus around the "conservative modernization" of the country's capitalist structures. Several spheres of social life were remodeled after 1964: labor relations and rights, the framework of public administration, social security, as well as the judicial,

* Docente EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – campus Arraial do Cabo. Doutor em História Social (PPGHIS-UFRJ), as suas áreas de investigação incidem em ensino de História, ditadura empresarial-militar, marxismo e militares na política. E-mail: rafael.brasil@ifrj.edu.br.

electoral, banking, party, tax and fiscal systems. At the center of these historical events, FGV not only participated as an institution at some moments, but also provided characters that acted vigorously on the stage and behind the scenes of this state remodeling. This article investigates the links between the proposals for economic intervention formulated by intellectuals connected to the IBRE-FGV and the reform guidelines implemented during the first dictatorial government after 1964.

Keywords: Conservative modernization. State reforms. Intellectuals.

RESUMEN: En 1951, surgió una poderosa agencia de la sociedad civil bajo el tamiz de la Fundação Getúlio Vargas: el Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), una unidad que desde el principio elaboró y transmitió estrategias para construir un consenso en torno a la "modernización conservadora" de las estructuras capitalistas del país. A partir de 1964 se remodelaron varias esferas de la vida social: las relaciones y los derechos laborales, el marco de la administración pública, la seguridad social, así como los sistemas judicial, electoral, bancario, de partidos, tributario y fiscal. En el centro de estos acontecimientos históricos, FGV no sólo participó como institución en determinados momentos, sino que también aportó personajes que actuaron vigorosamente en el escenario y entre bastidores de esta remodelación del Estado. Este artículo investiga los vínculos entre las propuestas de intervención económica formuladas por los intelectuales vinculados al IBRE-FGV y las directrices de reforma aplicadas durante el primer gobierno dictatorial después de 1964.

Palabras clave: Modernización conservadora. Reformas del Estado. Los intelectuales.

Como citar este artigo:

Brasil, Rafael do Nascimento Souza. "Liberdade para o capital: intelectuais do IBRE-FGV e as legislações sobre capital estrangeiro no Brasil (1951-1967)". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 245-270.

Em 14 de julho de 1944, um Decreto-Lei expedido pelo presidente da República, Getúlio Vargas, e redigido pelo presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Luís Simões Lopes, garantiu os primeiros passos na gênese da Fundação Getúlio Vargas. Estabeleceu-se que a Fundação seria uma entidade de interesse público, mas com o estatuto jurídico de direito privado. Seu principal órgão deliberativo (a Assembleia Geral) reuniu doadores, fundadores e representantes das entidades que contribuíram para a criação da FGV, abrangendo 90 entidades públicas (29%), 78 empresas privadas (26%) e 137 pessoas físicas (45%). A primeira

reunião pública ocorreu em 20 de dezembro de 1944 e contou com a presença de seus 305 instituidores, que lhe garantiram a composição de um Fundo Patrimonial no valor de CR\$ 105.364.781,90. Esse volume de recursos à disposição da FGV ultrapassava o montante reunido das despesas previstas para o DASP (CR\$ 18.248.100,00), Departamento de Imprensa e Propaganda (CR\$ 14.165.160,00), para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CR\$ 19.137.600,00) e para o Conselho Nacional do Petróleo (CR\$ 50.021.000,00), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 7.191, de 23 de dezembro de 1944.

Impressiona o peso que uma complexa teia de relações políticas e pessoais desempenhou nesse processo de formação da FGV: todos os interventores estaduais e dos territórios enviaram representantes comprometidos a realizar doações, assim como os prepostos das prefeituras das duas mais importantes cidades do país (Distrito Federal e São Paulo) e de diversas autarquias. Dificilmente poderíamos medir o grau de ingerência que a reunião desses fatores provocou (interventores, diretores e presidentes de agências estatais indicados pelo governo optaram pela doação de recursos a uma nova instituição, preconizada pelo presidente do organismo estatal, o DASP, responsável pelo orçamento do Governo Federal e membro do círculo íntimo de poder no período varguista), mas não poderíamos deixar de registrar uma suposição contrafactual: talvez nenhuma outra instituição, com os mesmos objetivos, pudesse surgir naquele contexto histórico com tamanho grau de concentração de recursos econômicos e políticos. Essa profunda ligação com os círculos governamentais estendia-se a grupos empresariais e servia ao discurso legitimador da Fundação, na medida em que creditava seu nascimento à “união das classes produtoras, dos homens de pensamento e do Governo” (FGV 1966, 15).

Surgida como uma instituição destinada a formar pessoal qualificado para as exigências da administração pública e privada, ancorados nos princípios da organização racional e científica do trabalho, a FGV ampliou, no decorrer de sua história, o seu leque de atividades, tornando-se um centro produtor e irradiador de concepções político-pedagógicas nos campos das ciências administrativas, políticas, econômicas e do direito. Nesse sentido, difundiu ideias assimiláveis em outras instituições formativas através de cursos, eventos e sistemáticos trabalhos editoriais, consolidando-se, ao longo de sua trajetória, como um importante aparelho privado de hegemonia dedicado à formulação e à propagação da hegemonia burguesa no país. Essa linha estratégica esteve vinculada, política e economicamente, a uma produção teórica abundante e a uma elaboração ideológica refinada: a ideologia “modernizante-conservadora”.

Referimo-nos ao corpo teórico-político emergente no campo internacional das ciências políticas do pós-guerra (1945), balizado na percepção de que o desenvolvimento de um país

envolvia sua “modernização” econômica e política. Essa ideologia foi revestida por conceitos científicos, ganhando, inclusive, o estatuto de teoria – para que, de certa forma, fosse despida de quaisquer conteúdos políticos e ideológicos, podendo, assim, ser veiculada com a suposta neutralidade inerente à ciência. A “modernização-conservadora” transformou-se ao longo das décadas do segundo pós-guerra em uma visão de mundo hegemônica, divulgada a partir dos EUA e com alcance planetário, sobretudo gerada a partir da expectativa estadunidense de conformar as mudanças globais naquele contexto histórico. Uma ampla rede de profissionais ligados a diferentes agências estatais e variados aparelhos privados de hegemonia das frações das classes dominantes ao redor do planeta, mas inspirados desde as terras estadunidenses, engajaram-se no movimento de investigações, reflexões e proposições para o atendimento das novas demandas do capital internacionalizado: economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos e administradores (Escobar 2007).

Os debates políticos e acadêmicos em torno da questão do “desenvolvimento” e da “modernização” exerceram enorme influência (sem contar as diferentes modalidades de pressões) nas políticas estatais dos países periféricos. Para prevenir o emperramento do processo “modernizador”, convulsionado, talvez, por um caos político, eram necessárias mudanças nas estruturas das sociedades periféricas: institucionalizar a autoridade do governo, oferecer treinamento de pessoal adequado às tarefas “modernizantes” e, por fim, munir o Estado de instrumentos jurídico-políticos condizentes com seu programa “modernizador”. Do ponto de vista deste trabalho, a presença e a influência da ideologia “modernizante-conservadora” nos rumos da FGV e na atuação dos intelectuais orgânicos do capital a ela associados, ao longo das décadas de 1950 e 1960, configuraram esse “esforço intelectual” capaz de mobilizar novas e antigas áreas de conhecimento consideradas essenciais nas tarefas da “modernização”.

Exprimindo esse conjunto de preocupações, a Fundação organizou, em 1946, o Núcleo de Economia, uma importante agência de economia aplicada, dedicada ao estudo de áreas pouco ou quase nada desenvolvidas no país: o cálculo da renda nacional e a elaboração do balanço de pagamentos. Vale lembrar que tais índices e dados eram estatísticas essenciais à implantação de políticas para o planejamento econômico de inspiração keynesiana. Em pouco tempo, o Núcleo reuniu uma constelação de professores e estudantes universitários, empresários e intelectuais que circulavam por diferentes agências do Estado restrito, como Américo Barbosa de Oliveira, Antônio Dias Leite, Arízio de Viana, Eugênio Gudín, Guilherme Pegurier, Jorge Kafuri, Jorge Kingston, Octávio Gouvêa de Bulhões, Rafael Xavier e Richard Lewinsohn. Pouco depois, em 1951, essa agência e outras unidades de pesquisa econômica existentes na FGV, como a Equipe de Estudos

da Renda Nacional e o Centro de Análises da Conjuntura Econômica, reuniram-se sob nova denominação: o IBRE, sob a presidência de Gudín e a vice-presidência de Bulhões, além da presença de Roberto Campos, Jorge Kingston e Alexandre Kafka na diretoria.

Loureiro chegou a afirmar, em sua pesquisa acerca da trajetória dos economistas brasileiros, que “esta instituição constituiu durante várias décadas o polo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde esta disciplina assumiu sua dimensão prática”, tornando o IBRE uma espécie de agência-chave para todos que desejassem galgar os degraus mais altos na condução de políticas econômicas no país (Loureiro 1997, 41). Trabalhando com a coleta de informações e a produção de estudos em áreas até então inexploradas pelos organismos governamentais – ainda que os frutos dessas pesquisas e análises fossem fundamentais na tarefa do planejamento econômico a ser implantado pelo Estado e suas agências – o IBRE dedicou-se a áreas de extrema importância naquele contexto: o cálculo das rendas nacionais, a preparação do balanço de pagamentos e a composição dos índices econômicos/preços por atacado¹.

No espaço de uma década, o IBRE ampliou seu espectro de influência na medida em que assumiu a tarefa de formação político-pedagógica de intelectuais: em 1961, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) viabilizou a continuidade do preparo de recém-formados economistas brasileiros, oriundos de 19 faculdades de ciências econômicas distribuídas em 9 capitais do país (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), que recebiam bolsas financiadas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* – USAID). Além disso, até 1965 os alunos mais bem avaliados internamente pelo Instituto eram encaminhados a universidades estrangeiras pré-determinadas (em sua maioria, cursavam os programas universitários nos EUA, embora outros fossem direcionados à Alemanha, França ou Inglaterra) para completarem seus estudos, patrocinados pela USAID ou pela Fundação Rockefeller. Em janeiro de 1966, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) – fruto da reelaboração do CAE em 1964 – passou a ofertar o curso de mestrado em economia.

Dados e levantamentos produzidos pelas pesquisas realizadas sob a orientação do IBRE eram publicizados por meio de importantes periódicos: a *Revista Brasileira de Economia* (RBE) e a *Conjuntura Econômica*. A RBE originou-se no Núcleo de Economia da FGV em fins de 1947, sob a direção de Arízio de Viana, e possuía a pretensão de divulgar estudos e análises teóricas acerca de

¹ “É fácil perceber um fundo comum nas avaliações feitas pelos pioneiros e os fundadores do IBRE: a produção de informações capazes de dimensionar a economia nacional, e sobretudo projetá-la para o futuro, requeria um conjunto de iniciativas interligadas e simultâneas” (Motta e Rocha 2008, 19).

problemáticas econômicas no país. A revista *Conjuntura Econômica*, também de 1947, coordenada por Richard Lewinsonh, era bem mais acessível ao grande público, tendo em vista seu caráter informativo e linguagem menos eivada de conceitos do campo da economia. Daí ter alcançado certa popularização, o *status* de periódico mais comercializado da FGV e aquele que obtinha o maior fluxo de arrecadação em publicidade. O conjunto de periódicos editados pela Fundação exercia a função de caixa de ressonância dos ideais e projetos da intelectualidade orgânica, que empenhava-se em conquistar cada vez mais espaços na sociedade civil e no Estado restrito através da disseminação de ideias “modernizantes”, da projeção de etapas a serem observadas rumo ao desenvolvimento do país e da produção de sugestões reformadoras das estruturas mais amplas do sistema nacional, tendo em vista o estreitamento de espaços entre pesquisas aplicadas e políticas públicas em áreas diversas.

No âmbito da FGV, há, ao longo de sua história, uma grande proximidade entre os membros da instituição e segmentos de diferentes governos brasileiros, resultando em financiamentos e convites para integrar os altos e médios escalões da burocracia estatal. Com efeito, em uma rápida pesquisa por organismos governamentais e centros de estudos e debates econômicos existentes no Rio de Janeiro, nas décadas que antecederam o golpe de 1964, é possível perceber a intensa circulação de um grupo seletivo de atores políticos que transitavam entre aquelas instituições. Constituiu-se, assim, uma verdadeira rede de intelectuais que partilhavam experiências, sob as bênçãos do Estado restrito, formulando políticas públicas e construindo laços pessoais que serão ativados ao longo de suas carreiras profissionais e políticas. O longo e diversificado *curriculum* desses profissionais não deve encobrir o essencial em suas trajetórias: eles se inseriam em uma vasta teia de relações interpessoais que envolvia diversas agências estatais, órgãos de pesquisa e empresas nacionais e estrangeiras. Como ilustrativo, podemos citar a movimentação de intelectuais ligados ao IBRE entre as décadas de 1950-1960. Há dados (Chacel 1966) informando sobre economistas ali formados que exerciam funções em órgãos de planejamento regional, universidades e em grandes empresas particulares, além de cargos no próprio IBRE, em se tratando apenas do Brasil. Havia, ainda, funcionários no Fundo Monetário Internacional, na Organização dos Estados Americanos e no Banco Interamericano de Desenvolvimento – todos eram grandes organizadores político-econômicos do sistema capitalista. E não nos esqueçamos daqueles que alcançaram os estratos mais altos da administração pública no Brasil: entre 1954 e 1974, o IBRE forjou três

ministros da Fazenda, um ministro do Planejamento, um presidente do Banco Central e um presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social².

Se nos concentrarmos no debate em torno das ideias “modernizante-conservadoras”, defendidas pelos membros do bloco multinacional e associado, e estabelecermos uma conexão com a trajetória de certos integrantes da FGV, veremos que a longa formação político-intelectual desse grupo e a abrangente rede de relacionamentos costurada em organismos governamentais, institutos de pesquisas e circuitos empresariais-militares, proporcionaram um posicionamento ideológico e um senso de ação política comuns, expressos na elaboração e veiculação de projetos hegemônicos para o capitalismo brasileiro. Desde o início, a articulação entre integrantes da FGV com círculos dirigentes estatais e segmentos empresariais-militares, “justamente os que percebiam mais de perto os obstáculos decorrentes da defasagem entre as novas metas da sociedade brasileira e o instrumental para alcançá-las” (Costa 1986, 43), converteu-se em sua marca constitutiva.

A legislação sobre capital estrangeiro no Brasil pós-1945

A trajetória histórica do Brasil está entrelaçada com a movimentação internacionalizada de capitais, quer analisemos sua fase colonial, quer pesquisemos a sua constituição enquanto país independente politicamente na primeira metade do século XIX. Nossos marcos temporais são menos dilatados no tempo e focam a conjuntura histórica que se principia no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e se estende até a década de 1960. A conjuntura aberta com a cessação do conflito mundial em 1945 produziu impactos no funcionamento do sistema capitalista, alterando o fluxo de capitais, sobretudo ao longo da década de 1950, que passou a direcionar-se com intensidade para os países periféricos. Conjuntamente, é possível indicar as pressões promovidas por uma espécie de ‘onda liberal pós-45’, reverberando por diversas regiões do globo por meio de uma ofensiva protagonizada pela principal potência capitalista do período, os EUA, a demandar um retorno às livres transações dos negócios internacionais: a Conferência de Bretton Woods (1944) foi um elemento importante neste movimento (Mandel 1982).

Mas o ‘retorno’ carregava as sementes da novidade - a doutrina de contenção do comunismo internacional por parte dos EUA confere, no âmbito da Guerra Fria, uma marca cerceadora de determinadas políticas de planejamento econômico dos países periféricos. Os EUA utilizaram diversos expedientes diplomáticos, econômicos e militares para tolher práticas de nações que caminhassem em rota contrária, ou, pelo menos, mais autônoma à sua política de ‘incentivo’

² Respectivamente: Eugênio Gudín, Otávio Gouvêa de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, João Paulo Reis Velloso, Dênio Nogueira e José Garrido Torres.

ao livre-cambismo. Nessa conjuntura, grandes empresas internacionalizadas, acompanhando a exportação de capitais, passaram a deslocar unidades produtivas para áreas periféricas dotadas de condições estruturais mínimas para o seu recebimento – parte desses capitais tinha origem no continente europeu, parte provinha do Japão e, em menor medida, originavam-se de terras estadunidenses.

Esse processo condicionou novas formas de interdependência, modificando a dinâmica das relações internacionais e o desenvolvimento econômico dos países periféricos. Ao mesmo tempo, houve movimentos de articulação de capitais nacionais para associarem-se aos capitais forâneos, forjando laços de profunda dependência econômica, tecnológica e financeira. Os grupos sociais que expressavam a internacionalização da economia nestas regiões – ancoradas, principalmente, na expansão do setor de bens de consumo duráveis – passaram a se destacar e, com isso, a influenciar (ou promoverem tentativas nesse sentido) os rumos decisórios das políticas estatais, afetando o relacionamento entre as classes na periferia e, conjuntamente, as formas e mecanismos de poder político naqueles países (Cardoso 1972).

No caso brasileiro, as questões sobre o intervencionismo estatal e o papel jogado pelo capital estrangeiro movimentaram o debate político-econômico desde o imediato pós-45, mas foi a partir do segundo governo Vargas (1951-1954) que esta dinâmica se ampliou, impelida pela alteração no modelo de acumulação capitalista no país. Uma diversidade de temas e situações políticas passou a constar na agenda organizativa dos grupos sociais afiliados a distintos projetos de desenvolvimento econômico em discussão no Brasil. O projeto liberal defendia a associação com o capital estrangeiro enquanto única forma possível da “modernização” industrial ser implantada no país, ao passo que seus adversários se engajavam na tarefa de limitar a entrada de capitais forâneos, a fim de estabelecer as bases de um “capitalismo nacional” (Mendonça 1986).

É possível identificar, desde os anos 1930, certas tentativas de controle sobre o capital internacional no país, ao passo que se criavam esforços para a sua atração. A política nacionalista varguista, por exemplo, não esteve marcada por traços anti-imperialistas. O que se buscava era a redefinição do papel do Brasil no sistema internacional capitalista: a sua inserção dependente, mas diferenciada. O volume de reservas cambiais acumulado durante o conflito mundial (1939-1945) condicionou a adoção de uma política econômica de liberdade cambial associada às facilidades para a importação de mercadorias – até mesmo aquelas que não possuíam relação com as demandas do parque industrial brasileiro. Essa conjugação de medidas provocou um esgotamento acelerado daquele volume de reservas – a partir de 1947 houve o retorno à política de controle cambial. As notícias sobre a escassez de divisas e as pressões sobre a balança de pagamentos brasileira eram

comuns e regulares nas seções político-econômicas dos periódicos nacionais, elevando a limitação das remessas de lucros do capital estrangeiro ao rol de assuntos que mobilizavam diversos grupamentos sociais ao longo da segunda metade do século XX. Dessa forma, durante as próximas décadas, tornaram-se centrais na política brasileira os debates em torno da legislação que deveria reger a atuação dos capitais estrangeiros no país, ao passo que os setores multinacionais e associados - e o próprio governo dos EUA - movimentaram-se para a derrubada de ordenamentos legais considerados lesivos aos seus interesses, chegando ao ápice de dedicarem-se à remoção do governo Goulart (Oliveira 1989).

Os primeiros anos do pós-Segunda Guerra, em especial o período 1945-1947, não modificaram o caráter essencial da dinâmica econômica brasileira, originada desde a década de 1930: a ampliação das atividades urbanas e industriais sobre os demais ramos produtivos. No campo econômico, o governo Dutra assumiu uma orientação liberal, ao passo que inexisteram sinais de abandono ao processo de industrialização. Para Bielschowsky, “a conjuntura de 1945/46 pode ser considerada como um momento de clímax no debate por décadas travado entre liberais e industrialistas sobre o protecionismo” (1988, 321). No âmbito dos canais governamentais, havia movimentações que pretendiam ampliar os espaços para a participação estrangeira na economia nacional, fortalecendo o campo ideológico que pregava a primazia da iniciativa privada. Essa corrente liberal esforçava-se em destacar a insuficiência de capitais e técnicas disponíveis no Brasil para aprofundar o processo de “desenvolvimento” econômico. Dessa forma, estimular e ofertar garantias aos capitais estrangeiros era importante para a atração de recursos – a participação direta do Estado não seria aconselhável pois, dentre outras razões, provocaria desperdícios dada a sua “crônica” má gestão econômica (Bielschowsky 1988). Em face desse cenário, não se percebe no Decreto-Lei nº. 9.025, editado em fevereiro de 1946, a presença de direcionamentos em prol de uma industrialização autônoma diante do capital estrangeiro. Os artigos 6º (determinando o limite de 20% para a repatriação de capital previamente registrado) e 8º (restringindo as remessas de juros, lucros e dividendos para até 8% do montante inicial) atingiam mais diretamente as empresas transnacionais, sobretudo aquelas que se expandiram após a instalação no país. Mas, pouco tempo depois (abril/1946), um termo aditivo enfraqueceu seu alcance e, em agosto de 1946, a expedição do Decreto-Lei nº. 9.602 anulou temporariamente seus preceitos legais. As instruções normativas exaradas, posteriormente, pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), não alteraram substancialmente este quadro (Campos 2003).

Em discurso realizado em 31 de dezembro de 1951, o presidente Getúlio Vargas direcionou agudas críticas às empresas transnacionais instaladas no país por conta do montante de capitais

remetidos às suas sedes, denunciando que tais valores haviam sido movimentados através de manobras tortuosas da legislação. O discurso foi marcante nas contendas em torno do relacionamento com o capital estrangeiro por jogar luz sobre um termo que se tornou usual – *reinvestimento*, “isto é, a incorporação da parcela dos lucros obtidos no interior do país e não remetidos ao valor contábil do capital estrangeiro registrado para efeito de cálculo da percentagem de remessa de lucros autorizados por lei” (Vianna 1987, 63).

Poucos dias após o seu discurso, Vargas editou o Decreto nº. 30.363, retomando os princípios elencados no Decreto-Lei nº. 9.025 e ignorando os aditivos exarados posteriormente. O novo decreto de janeiro de 1952 recuperava as taxações de 20% sobre o retorno de capitais e 8% sobre juros, lucros e dividendos, mas inovava ao descrever, com minúcias, a parte do capital relativa ao reinvestimento de lucros, proibindo suas remessas. Seu segundo artigo indicava que apenas o capital “oriundo do estrangeiro” mantinha direito ao retorno. No mais, instaurava um instrumento de controle a fim de retroagir até o capital inicial das empresas estrangeiras, ou seja, todo o capital até então remetido sob a forma de reinvestimentos no passado seria taxado até que o saldo “devedor” (a diferença entre o investimento inicial e as remessas realizadas até 1952) fosse liquidado.

Em face do volume de capitais estrangeiros que eram remetidos às respectivas matrizes, a postura assumida pelo governo varguista tendia a entrar em confrontação com tais interesses. Mas, como sublinhara em seu discurso, o presidente não pretendia desprezar a “contribuição do capital estrangeiro”. Acreditava-se que o regulamento disciplinador não desestimularia a entrada desses recursos internacionais e tampouco colidiria com os interesses de seus representantes associados no país – a expectativa varguista girava em torno da valorização dos capitais externos já instalados no país, que seguiam encontrando facilidades para a exploração do mercado interno e continuavam desfrutando dos incentivos à associação com os capitais nacionais. Por certo que a política de Vargas não eliminava o traço de dependência da estrutura social brasileira, mas objetivava sua redefinição, manobrando diante das fricções que medidas como o decreto de 1952 provocavam e administrando-as para não exacerbar o tom das ameaças, evitando demonstrar um grau de fraqueza que reduzisse o leque de vantagens a serem obtidas. As reações foram imediatas, sobretudo aquelas originadas nos EUA. Mas a dinâmica das negociações resultou não apenas na liberação de recursos por meio da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), como também na revisão do relacionamento com o capital internacional, através da Lei do Mercado Livre (Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953), que garantiu a “liberdade de movimentos

pelo mercado livre de câmbio ao capital estrangeiro no Brasil, além de reconhecer plenamente o direito ao reinvestimento” (Vianna 1987, 83).

O breve governo Café Filho (1955-1956) editou um ordenamento jurídico responsável pela ampliação dos vínculos associativos entre as empresas multinacionais que se instalavam no Brasil e pelo aumento do volume de capitais remetidos para o exterior – tratava-se da Instrução nº. 113, de 17 de janeiro de 1955, fruto da conjugação de esforços de dois *efegeveanos*, Eugênio Gudin (ministro da Fazenda) e Octávio Gouvêa de Bulhões (diretor-executivo da Sumoc). Ambos partilhavam preceitos comuns no que tange ao receituário adotado para garantir o desenvolvimento econômico do país sem abrir mão das preocupações com a estabilidade monetária, através da captação e facilitação do fluxo de capitais estrangeiros, da limitação das atividades econômicas estatais e do amparo mínimo a programas de planejamento. A Instrução facilitava o envio de remessas de lucros ao exterior e permitia à Carteira de Comércio Exterior (CACEX) despachar licenças para a aquisição de equipamentos importados sem quaisquer lastros cambiais, ou seja, tais movimentações implicavam em isenção completa do pagamento de divisas por serem considerados investimentos estrangeiros diretos. Dessa forma, extinguiu-se a tímida limitação sobre bens importados sem cobertura cambial, cuja liberação dependia de prévia seleção do poder estatal conforme os “interesses” da economia nacional.

O expediente preconizado pela Instrução 113 foi deveras funcional para o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, em especial pela via da associação direta, mas também por intermédio das novas demandas de mercado originadas pelo Departamento III (bens de consumo duráveis): o modelo, assentado na instalação das transnacionais, exigia um padrão de eficiência para a produção suplementar às atividades desempenhadas por aquelas empresas, o que contribuía para eliminar o pequeno capitalista do mercado nacional, reforçando a tendência à oligopolização. O financiamento da acumulação industrial harmonizava-se, assim, com a expansão do grande capital internacional que rumava para os países periféricos – expressão da nova etapa da acumulação capitalista internacional.

O Estado brasileiro precisou importar cada vez mais insumos para acompanhar o ritmo interno do Departamento III, já que o Departamento I (bens de capital) não satisfazia a demanda. Tal fato aumentou o grau de dependência e a própria entrada de capitais estrangeiros no país pela via dos empréstimos, já que o Estado também definia as prioridades de investimento e dirigia os recursos privados para essas áreas através de mecanismos de planejamento. Os enormes estímulos concedidos aos setores da burguesia brasileira para estabelecerem associações diretas com o capital internacional não impediram que outras frações burguesas obtivessem ganhos, materializados na

elevação tecnológica e na ampliação da capacidade produtiva de vários ramos industriais nacionais (Mendonça 1986).

Esta temática assumiu um grande protagonismo no cenário de debates acerca do desenvolvimento nacional. Em geral, os projetos políticos em confrontação polemizavam em torno de três eixos: o patamar de autonomia política nacional diante do capital internacional; o grau de sua contribuição ao desenvolvimento do país (determinando, assim, os formatos de vinculação); e, por fim, a definição sobre as condições para a sua remuneração. Os *efegeveanos* Gudín e Bulhões eram ferrenhos adeptos da inserção, com ampla margem de liberalidade, de capitais estrangeiros no mercado brasileiro, opondo-se sistematicamente ao que denominavam de “nacionalismo econômico exagerado”, empunhado por grupos sociais adversários de suas concepções. Em artigo redigido para a RBE, Bulhões considerava-se defensor do “desenvolvimento” brasileiro, compatibilizando a valorização do capital estrangeiro, dada a insuficiência da poupança nacional, e a desqualificação dos chamados “nacionalistas”, contrários a este ator econômico. Julgava, pois, descabida a diferenciação, operada pela lei, entre capital original e capital reinvestido e que, a rigor, o volume de capitais expedidos às matrizes estrangeiras estava compatível com a lei, uma vez que o equívoco residia em bases cambiais (Bulhões 1952).

Em conferência realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 1957, o diplomata *efegeveano*, Roberto Campos, expôs sua conformidade com essa perspectiva condescendente que o governo brasileiro deveria manter na relação com o capital estrangeiro, a fim de assegurar sua participação rumo ao desenvolvimento econômico: ampliando a margem interna de poupança, expandindo a capacidade brasileira de importação ou garantindo a absorção de tecnologia externa. Para Campos, “aceitar ou não uma contribuição de capital externo não é questão de amor ou ódio: é uma necessidade técnica que deriva da condição de insuficiente desenvolvimento” (Campos 1963, 266). No entanto, Gudín, Bulhões e Campos implicaram outros companheiros *efegeveanos* nessa jornada em defesa da liberdade de ação do capital estrangeiro no âmbito da economia brasileira, dada a sua insuficiência de poupança interna³ e instabilidade monetária: José Garrido Torres e Dênio Nogueira.

³ Mário Henrique Simonsen compartilhava esse entendimento: “O investimento estrangeiro direto costuma trazer, em princípio, três vantagens para a economia nacional: o reforço da capacidade interna de poupança, o aporte de divisas para o balanço de pagamentos e a contribuição tecnológica. A contrapartida, e que representa o preço inevitável dessa contribuição, é a transferência para o exterior de uma componente do poder decisório sobre a produção e os investimentos no país” (Simonsen 1976, 162). Trata-se do depoimento que deu à Comissão de Inquérito, em 1976, instituída durante a ditadura para investigar o comportamento e a influência das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil.

Torres e Nogueira desenvolveram um trabalho em conjunto, sob os auspícios da Fundação Ford, versando sobre a trajetória da participação histórica dos capitais estrangeiros no Brasil, com destaque para o papel “indissociável” que cumpriram em prol do “desenvolvimento nacional”. A pesquisa apresentada, em 1959, na Universidade de Columbia, nos EUA, expôs as modificações na legislação vigente no país para o bom acolhimento desses investimentos externos (citando a lei de 1953 e a Instrução 113 da Sumoc). Para os autores, os capitais estrangeiros não desempenhavam apenas uma função essencial no processo de desenvolvimento econômico “nos países em condição de subdesenvolvimento”, mas revestiam-se da importante tarefa contrarrevolucionária preventiva, qual seja: contribuir para a contenção de “doutrinas extremistas”, disseminadas por grupos comunistas e que poderiam aflorar no seio dos agrupamentos sociais mais empobrecidos da população (Penholato 2017, 32).

O envolvimento dos intelectuais *efegeveanos* nos debates públicos sobre o papel exercido pelos capitais estrangeiros no processo de “modernização” da economia brasileira e dos aparatos elaborados para o enquadramento jurídico do tema se fez a partir tanto de suas posições ocupadas no interior do Estado restrito, quanto nas atividades que desempenhavam no seio da sociedade civil. Estas intervenções se intensificaram durante os primeiros anos da década de 1960. A aprovação da Lei de Remessa de Lucros, durante o governo Goulart, aprofundou ainda mais a movimentação desses intelectuais “modernizante-conservadores”. É válido, ainda, ressaltar que os agentes “modernizante-conservadores” *efegeveanos* atrelados ao IBRE apresentavam um verniz ideológico inigualável naquela conjuntura: suas intervenções político-econômicas, os textos que redigiam, as aulas ministradas, as entrevistas concedidas, suas declarações públicas, enfim, revestiam-se de uma couraça técnica justamente pelo protagonismo desses economistas na elaboração do balanço de pagamentos, elemento fundamental nas disputas em torno da legislação sobre capital estrangeiro no Brasil. Manejando seus conhecimentos técnicos, experiência prática e decisões racionais, os *efegeveanos* do IBRE apresentavam-se (ou eram assim referenciados) como especialistas apolíticos, estudiosos que configuraram aquela área de estudo. Esse elemento é fundamental para compreender a dimensão de suas ações, posto o destaque que assumiram no palco ou nos bastidores da cena política nacional, circulando por uma ampla rede de agências estatais e construindo laços pessoais e profissionais no âmbito de instâncias da sociedade civil.

A década de 1960 se iniciou pagando pesados tributos a sua antecessora: a política industrializante posta em prática pelo presidente Juscelino Kubitschek provocou a elevação do endividamento externo, agravado pelas pressões que o capital estrangeiro passou a exercer sobre a economia brasileira (dado o volume crescente de remessas internacionais de juros, lucros e

dividendos). Por conta da retração no volume de exportações, ampliaram-se as dificuldades na geração de divisas a serem empregadas no alívio das pressões provocadas pela balança de pagamentos – as contradições do novo modelo de acumulação, gestado ao longo da década anterior, expandiam-se, pois o processo industrializante esteve atrelado às necessidades de importação de produtos (máquinas, equipamentos etc.) que não podiam ser paralisadas, sob pena de estancar o processo de “modernização” capitalista.

Foi nesse contexto que o recém-empossado presidente da República, Jânio Quadros, a fim de amenizar as dificuldades impostas pela balança de pagamentos e combater o aumento dos índices do custo de vida, adotou um novo plano, ancorado na Instrução 204 da Sumoc, de 13 de março de 1961 – lembremos que Bulhões era o superintendente da Sumoc nesse contexto. A medida trouxe manifestações de apoio por parte dos segmentos industriais e agroexportadores, através de suas associações de classe, sobretudo em relação à simplificação e liberalização do câmbio. Mas as restrições creditícias e os impactos que o aumento do custo de vida poderiam gerar na dinâmica salarial da classe trabalhadora modificaram essas avaliações positivas perante a “realidade cambial” instituída por Quadros. Do ponto de vista dos setores nacional-reformistas, houve uma explosão de insatisfações frente à previsão do aumento do custo de vida, graças à elevação dos preços de importação de determinados produtos que impactavam em um item básico da alimentação popular, o pão, e ainda, no consumo dos jornais – devido à majoração do papel para a imprensa.

Mas, foi no governo João Goulart (1961-1964), que as tensões políticas se elevaram a outro patamar no contexto dos debates travados no Congresso Nacional sobre a Lei de Remessa de Lucros. Durante o seu mandato, Jânio Quadros encaminhou à Câmara, em julho de 1961, um projeto de lei elaborado por Bulhões e Clemente Mariani (ministro da Fazenda) destinado a corrigir os lucros de empresas, nacionais e estrangeiras, através do imposto de renda. Sua apreciação, no entanto, ocorreu no período parlamentarista da presidência de Goulart. Após os debates parlamentares, foi aprovado um projeto substitutivo, apresentado pelo deputado Celso Brant (Partido Republicano-MG), restringindo o quantitativo das remessas de lucros e dividendos às matrizes internacionais e considerando reinvestimentos como capital nacional, inviabilizando, assim, sua remessa - o que repercutiu como um retorno aos termos da discussão durante o segundo governo Vargas. Desde o início das atividades do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)⁴,

⁴ Era composto, basicamente, por banqueiros, industriais, militares, grandes comerciantes e representantes de entidades da agricultura. O Instituto atuava na articulação de um bloco de forças político-partidárias no Congresso Nacional ou em cursos para militares e empresários, assumindo o protagonismo no processo de desestabilização do governo Goulart. A postura anticomunista, os vínculos econômicos com empresas transnacionais (por meio de participações

1961-1962, os intelectuais ipesianos se mobilizaram para a elaboração e apresentação de um projeto acerca da remessa de lucros para o exterior. Na classificação dos temas a serem contemplados por comissões de estudo da entidade, o assunto era considerado de máxima urgência, por conta das discussões do projeto de lei sobre a matéria em andamento no Congresso Nacional. Para tanto, foi constituído um Grupo de Estudos de Remessa de Lucros, composto por José Garrido Torres, M. H. Simonsen (coordenador e relator), Dênio Nogueira, General Heitor Herrera, Jorge Oscar de Melo Flores, José Luiz Moreira de Souza, Gilbert Huber Jr., Harold C. Polland e Glycon de Paiva.

Alguns dos *efegeveanos* que militavam no IPES já haviam produzido intervenções político-intelectuais ao longo daquele ano de 1962, mas pareciam surpresos diante da incapacidade de suas articulações produzirem o efeito esperado – a reversão ou mesmo a suspensão do projeto de lei sobre a limitação das remessas de lucros, juros e dividendos do capital estrangeiro atuante no Brasil, cujo fluxo de tramitação prosseguiu no Congresso Nacional. Sob o título “Situação cambial e remessa de lucros”, o texto publicado no primeiro número da revista *Conjuntura Econômica*, que contava com a direção e redação de ipesianos como Garrido Torres, Dênio Nogueira e Estanislau Fischlowitz, sinalizou que as taxas cambiais “flutuaram com extraordinária violência no mês de dezembro”, oscilações explicadas por dois acontecimentos: a aprovação na Câmara Federal, em 30 de novembro, de projeto “visando disciplinar capitais nacionais e estrangeiros e alterar a legislação cambial” e a greve geral deflagrada em São Paulo. Reclamava, também, sobre a injustiça que se praticava por concentrar o debate nas remessas de lucros, já que “as cifras oficiais parecem demonstrar com toda a clareza que se trata de quantias de somenos importância que não constituem problema algum e muito menos merecem inclusão entre as chamadas reformas de base” (FGV 1962, 43-44).

Quando o substitutivo de Celso Brant chegou ao Senado, foi constituída uma comissão mista de parlamentares para debaterem o documento. Um novo projeto foi encaminhado à Câmara, sob o nome de seu relator, Mem de Sá (Partido Liberal-RS), prevendo serem livres todas as remessas de lucros do montante dos capitais aplicados em atividades produtoras de bens e serviços – deixando à margem da taxação empresas transnacionais. Em nova batalha na Câmara Federal, o projeto de controle da remessa de lucros foi aprovado nos termos da proposta elaborada por Celso Brant, em 3 de setembro de 1962, transformando-se na Lei nº. 4.131 ou Lei de Remessa de Lucros,

acionárias ou pelos laços de dependência técnico-financeira) e os anseios reformistas conservadores eram os elementos que soldavam seus integrantes. Na conjuntura pós-golpe, o IPES procurou reunir forças para coordenar as tarefas de readequação da máquina estatal aos seus objetivos, discutidos no decorrer de sua trajetória (Dreifuss 1981).

como ficou mais conhecida⁵. Todavia, a lei não especificava se os reinvestimentos dos lucros praticados antes da sua promulgação estariam liberados para registro de capital perante à Sumoc – em caso positivo, os setores multinacionais poderiam remeter volumes maiores de lucros para o exterior; em caso negativo, a lei estenderia o seu entendimento retroativamente, ao caracterizar que os lucros obtidos no desenvolvimento das atividades estrangeiras no país seriam considerados capitais nacionais e, portanto, impedidos de constituírem remessas. Apenas a regulamentação presidencial poderia dirimir o imbróglio. Se durante o governo Vargas, em um cenário com menor grau de internacionalização da economia e menor índice de associações entre empresas multinacionais e brasileiras, as pressões se avolumaram contra o projeto que pretendia retroagir na caracterização de reinvestimentos como capitais nacionais e impor limitações de 20% nos volumes remetidos, é possível perceber as implicações político-econômicas que a nova lei provocou no complexo multinacional e associado.

Novos debates político-jurídicos marcaram a trajetória da Lei n.º. 4.131 antes da sua regulamentação pelo presidente João Goulart. Da mesma forma, os agentes “modernizante-conservadores” *efegeveanos* que mantinham laços com o IPES permaneceram em atuação nas múltiplas trincheiras político-econômicas por onde transitavam. A revista *Conjuntura Econômica* seguiu em defesa da indispensabilidade do capital estrangeiro nos rumos do “desenvolvimento econômico” do país, destacando na sua seção *Ineditorial*, em dezembro de 1963, que o “capital estrangeiro cria riquezas no país em que é aplicado” (FGV 1963, 98). O Decreto n.º. 53.451 foi expedido apenas em 18 de janeiro de 1964, contendo as regulamentações de Goulart, sobretudo a mais polêmica delas: determinando que os reinvestimentos não poderiam ser remetidos ao exterior por serem registrados em moeda nacional – a decisão tinha alcance retroativo, atingindo o volume de lucros possíveis de serem destinados às matrizes das corporações multinacionais e associadas⁶.

⁵ “Essa legislação estipulou restrições quantitativas à remessa de lucros e dividendos de investimentos estrangeiros no Brasil. Investidores estrangeiros só poderiam remeter para o exterior valor equivalente a até 10% do capital social registrado da empresa junto à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Remessas que ultrapassassem esse limite seriam classificadas como retorno de capital, entrando em outro tipo de faixa de tributação e acarretando diminuição do capital registrado para fins de futuras remessas. Estipulou-se ainda que lucros maiores do que 10% do capital registrado, e que não fossem remetidos ao exterior, não poderiam ser integralizados ao capital da empresa. Com isso, reinvestimentos realizados a partir da promulgação da lei não poderiam ser contabilizados para remessas posteriores” (Loureiro 2016, 156).

⁶ “O capital estrangeiro foi definido como os bens, maquinário e equipamentos que entrassem no Brasil destinados à produção de bens ou serviços sem as despesas iniciais de cobertura cambial, bem como investimentos com dinheiro em espécie introduzidos para atividades econômicas. Os novos regulamentos exigiam que todo capital estrangeiro que entrasse no país fosse registrado na Sumoc, assim como toda repatriação de capital e remessa de lucros, dividendos, juros, amortizações, royalties e pagamentos por assistência técnica. O registro do capital devia ser feito em moeda corrente do país de origem. Qualquer depósito no exterior devia ser declarado, sob pena de ser considerado ilegal, com processo criminal instaurado imediatamente contra as partes inadimplentes. Foi outorgado à Sumoc o poder de controlar as operações cambiais externas. Bancos pertencentes a nações que impunham restrições a bancos brasileiros

Obrigava-se, dessa forma, as companhias multinacionais a praticarem algo até então inédito no desenvolvimento de suas atividades no Brasil: investir capital no país por conta da exigência de reinvestimento dos próprios lucros auferidos. Levando-se em consideração a grandeza dos números envolvidos nas operações de remessas de lucros, juros e dividendos é possível compreender o grau de insatisfação que o decreto emitido por Goulart provocou nesses setores. A regulamentação, porém, não permaneceria em vigor por muito tempo: com a deflagração do golpe empresarial-militar em 1964, prevaleceram os entendimentos dos intelectuais “modernizante-conservadores” *efegeveanos* e *ipesianos*, como veremos a seguir.

As diretrizes econômicas pós-64 e suas conexões *efegeveanas*

A modificação das condições de funcionamento da economia brasileira constava na cartilha das tarefas prioritárias assumidas pelas frações sociais que dirigiram o Estado a partir de 1964. Viabilizar um novo ciclo ascendente de desenvolvimento capitalista no país havia sido uma diretriz capaz de agrupar distintas frações das classes dominantes, acompanhadas por amplos segmentos das camadas médias nacionais, no ataque ao regime político populista moldado há décadas no Brasil. Claro que uma composição tão heterogênea de forças sociais não permitia a prescrição de soluções unificadas para o quadro de crise econômica que se arrastava desde 1962 (e que se estendeu até 1967), sobretudo em torno de tópicos que se revestiam de considerável gravidade social (tal qual a temática da reforma agrária), como as possibilidades de atuação das empresas estrangeiras e nacionais no país – uma vez que tinham papel central nas estratégias de acumulação de capital. Dessa forma, a conjuntura pós-golpe foi marcada pela tentativa, protagonizada por intelectuais orgânicos e organizadores políticos, ligados aos interesses multinacionais e associados, de conjugação de esforços que garantissem a readequação da máquina estatal segundo os parâmetros “modernizante-conservadores” há muito debatidos e disseminados, tornando-se necessário ocupar os postos decisórios estatais – ou ao menos manter canais seguros para o encaminhamento de certas demandas político-econômicas.

Os responsáveis pela instituição do arcabouço econômico pós-64 foram dois intelectuais *efegeveanos*: Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, que executaram um amplo programa reformador das estruturas estatais vertebrado pelo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Sua elaboração contou com uma imensa equipe de personagens ligados ao IPES, a

não podiam reter mais de 30% das ações com direito a voto dos bancos nacionais. A remessa anual de lucros não podia exceder a 10% dos investimentos líquidos registrados. A remessa que ultrapassasse essa percentagem seria considerada repatriação de capital, num máximo permitido de 20% anuais. Lucros acima desse limite seriam considerados capital suplementar e não poderiam ser remetidos, devendo ser reinvestidos no Brasil” (Dreifuss 1981, 131-132).

escritórios de consultoria e à Fundação Getúlio Vargas: Eudes Leão, Paulo de Assis Ribeiro, Carlos J. de Assis Ribeiro, Frederico M. Cardoso, Edgard T. Leite, Dênio Nogueira, J. Garrido Torres, Wanderbilt Barros, Eduardo da Silveira Gomes, José Carneiro, Alexandre Kafka, Og Leme, Estanislau Fischlowitz, Mário Henrique Simonsen, Luiz Bulhões Pedreira, Oswaldo Trigueiro, Antônio Casimiro Ribeiro, Walter Lorch, Harold Cecil Polland, Cláudio Cecil Polland, Carlos Almeida, Glycon de Paiva, Luiz Gonzaga Nascimento Silva, Gilberto Ulhoa Canto, Sebastião Sant'Anna e Silva e Edmar de Souza.

Combate gradual à inflação, expansão das atividades exportadoras e retomada do crescimento tornaram-se os eixos da política econômica de Campos e Bulhões. A consecução desses objetivos exigiu, segundo seus elaboradores, uma profunda reformatação das políticas associadas ao campo econômico no Brasil, alcançando as áreas bancária, cambial, salarial etc. Lembremos que uma das tarefas assumidas por esses segmentos dominantes era a interrupção das atividades mobilizatórias de amplas parcelas populares, nas áreas urbanas e rurais, que se tornaram cada vez mais autônomas frente ao sistema de controle presente no regime populista. A ausência de estabilidade política, na perspectiva do poder burguês, impactava negativamente a continuidade de qualquer tipo de planejamento governamental e ameaçava a segurança exigida para que prosseguissem os investimentos privados, nacionais e estrangeiros.

A remoção de entraves à recuperação econômica do país passava, na concepção da dupla Campos-Bulhões, pela realização de mudanças institucionais que: 1) garantissem a redução gradual das taxas inflacionárias; 2) aumentassem o volume do comércio exterior, através da concessão de incentivos fiscais para as exportações, sobretudo agrícolas, e alterações nas taxas cambiais; 3) reordenassem o sistema financeiro nacional, promovendo estímulos ao mercado de capitais e assegurando o controle monetário governamental; 4) incentivassem novas formas regulares para a atração de tecnologia e capitais estrangeiros, elevando o nível de investimentos privados, a partir da remoção de “áreas de atrito” e obtenção de financiamentos de instituições internacionais (Mendonça 1986).

O conjunto de medidas adotado pela equipe econômica de Castelo Branco revela a importância e a influência que os setores multinacionais e associados lograram obter no contexto pós-golpe, pois em curto espaço de tempo procedeu-se à revisão da lei acerca da restrição de remessa de lucros. Removeram-se as “áreas de atrito” com frações do capital transnacionalizado na medida em que foram revistos os valores relacionados à encampação de determinadas empresas nos últimos anos e celebraram-se acordos com a principal potência capitalista da época, os EUA, que se comprometiam a preservar a integridade dos investimentos estrangeiros no país. Tal agenda

econômica, afinada com o pensamento de Roberto Campos, pretendia recuperar a “confiança empresarial”, sobretudo a partir da sinalização quanto “aos limites de intervenção do Estado, que abandonaria sua mania estatizante” e na mudança de postura frente “ao capital estrangeiro, perturbado pelo clima de xenofobia nacionalista, pelos dispositivos da lei de remessa de lucros” e por um cenário de “instabilidade política e as ameaças de esquerdização” que “provocaram uma fuga de capitais, nacionais e estrangeiros” (Campos 1994, 1356).

Após pouco mais de quatro meses como presidente do país, Castelo Branco regulamentou uma nova legislação relativa à remessa de lucros. A Lei nº. 4.390, de 29 de agosto de 1964, alterou o marco legal anterior, de setembro de 1962, revogando os artigos 31 (que impunha uma limitação de 10% sobre o capital registrado a ser remetido como lucro), 32 (que submetia à taxaço qualquer remessa feita acima desse limite, compreendida como retorno de capital) e 33 (capitais suplementares, composto pelos lucros não remetidos, não teriam direito à remessa), bem como o Decreto nº. 53.451, de 20 de janeiro de 1964 (baseado na compreensão de que reinvestimentos de lucros só podiam ser registrados em moeda corrente nacional). O projeto governamental seguiu os prazos determinados para a apreciação do Congresso Nacional – já expurgado politicamente – previstos no Ato Institucional nº. 1 (abril/1964) e tratou de explicitar o seu entendimento acerca de um dos pontos mais polêmicos nas últimas décadas sobre o assunto: a questão do reinvestimento. O art. 7º especificava que tais capitais poderiam ser registrados em moeda estrangeira (“reinvestimentos para os efeitos desta lei, [são] os rendimentos auferidos por empresas estabelecidas no País e atribuídos a residentes e domiciliados no exterior, e que forem reapplicados nas mesmas empresas de que procedem ou em outro setor da economia nacional”), além de assegurar a elevação da alíquota relativa às remessas de lucros de 10% para 12%, removendo, deste modo, alguns dos entraves à livre movimentação de capitais transnacionais, em suas diversas modalidades (investimentos, reinvestimentos, pagamento de juros, *royalties* e pagamentos por assistência técnica). Configurava-se, portanto, uma nova dimensão do grau de dependência da economia brasileira, graças às facilidades concedidas para a repatriação de capital e o retorno dos lucros gerados pelas empresas multinacionais e associadas ao circuito internacional. O novo diploma legal dissolveu quaisquer limitações existentes à repatriação de capital, já que os “lucros reinvestidos também eram legalmente tratados como capital original”. No mais, “qualquer maquinaria ou equipamento importado para utilização em projetos considerados de interesse para o desenvolvimento do país eram classificados como investimento estrangeiro direto, ficando livre de impostos” (Alves 1984, 92) – medida em perfeita sincronia com o espírito da Doutrina de

Segurança Nacional, elaborada pela ESG, que almejava transformar o país em área prioritária do investimento estrangeiro.

Em 1965, parte considerável das agências estatais responsáveis pelas decisões no campo econômico estava ocupada por *efegeveanos*: o Conselho Consultivo do Planejamento (CONSPLAN), órgão criado tanto para assegurar a participação privada no planejamento da economia do país, quanto para obter apoio de parcelas do empresariado, contava com o general Edmundo Macedo Soares (industrial, banqueiro e presidente do Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP-FGV), Antônio Delfim Netto, Antônio Dias Leite, João Paulo dos Reis Velloso e Paulo de Assis Ribeiro; na Sumoc, encontramos Bulhões (presidente), Dênio Nogueira (Carteira de Câmbio e diretor de Assuntos Exteriores), Casimiro Antônio Ribeiro (Carteira de Redescontos do Banco do Brasil – CARED), Roberto Campos (ministério do Planejamento) e José Garrido Torres (BNDE); o recém-criado Banco Central estava sob a presidência de Nogueira e C. Ribeiro integrava sua diretoria; no BNDE, havia o presidente Garrido Torres; C. Ribeiro chefiava a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil; Paulo de Assis Ribeiro integrava o Conselho Nacional de Economia; e, por fim, a partir da criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), em 31 de dezembro de 1964, abriu-se mais um espaço por onde circulavam conhecidos nomes associados à FGV, como Bulhões, Campos, Nogueira, Torres e C. Ribeiro (Dreifuss 1981).

Havia, sem dúvidas, um grau significativo de afinidades político-ideológicas entre estes agentes “modernizante-conservadores”, o que se traduziu, nos primeiros meses de 1965, na formulação e no estabelecimento de instrumentos econômicos facilitadores para a satisfação dos interesses multinacionais e associados, a fim de remover o “clima de xenofobia, estatismo e regulamentação restritiva” em relação ao capital transnacional no país (Campos 1994, 1355). A Instrução nº. 289 da Sumoc, expedida em 14 de janeiro de 1965, permitiu que as empresas em operação no Brasil pudessem solicitar empréstimos externos, direta e simplificada, junto a outras companhias e/ou bancos estrangeiros, através de procedimentos envolvendo a autorização do Banco Central e a compra de moedas através da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Criavam-se, deste modo, circunstâncias privilegiadas para aquelas empresas com capacidade e relações vantajosas de acesso a capital estrangeiro: exatamente aquelas filiais e/ou associadas transnacionais que atuavam no país e contavam com todo o tipo de facilidades para a obtenção de créditos externos junto a suas matrizes e instituições financeiras, garantindo-lhes capital de giro e suporte econômico para o desenvolvimento e a expansão de suas atividades no mercado nacional brasileiro.

O grau de esforço empregado para a injeção de recursos estrangeiros no Brasil relacionava-se, de certa forma, à perspectiva da equipe econômica governamental de que o país sofria, cronicamente, de carência de capitais necessários para o seu desenvolvimento. Deste modo, não foram fortuitas as definições sobre os contornos dessa política, produzindo um considerável aumento no volume de remessa de lucros para o exterior, uma intensificação do processo de “desnacionalização” das atividades industriais no país e um aprofundamento na limitação do acesso das classes populares aos produtos do principal segmento industrial beneficiado nesse cenário (bens de consumo duráveis).

Afinados com este viés, os intelectuais “modernizante-conservadores” presentes na equipe econômica governamental buscaram uma variedade de meios que assegurassem a atração de capitais externos para a economia nacional, dada a pressuposta crônica limitação da poupança interna e que necessitava, assim, de reforços financeiros internacionais, quer por meio de investimentos diretos, quer via empréstimos. Nesse sentido, o Decreto nº. 55.762, de 17 de fevereiro de 1965, expandiu as facilidades de acesso a créditos internacionais, na medida em que flexibilizou a interpretação da lei de remessa de lucros de 1964, impactando no crescimento da dívida externa brasileira e no volume de capitais excedentes remetidos para as matrizes estrangeiras das empresas multinacionais e associadas instaladas no país.

O art. 2º do Decreto não deixava margem para dúvidas quanto ao procedimento reservado ao capital estrangeiro investido no país: “será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas em lei”. Em sua totalidade, a nova regulamentação disciplinava a atuação do capital estrangeiro no Brasil, reforçando a sincronia entre o sistema econômico nacional e as condições demandadas pelo mercado internacional. Assegurava, também, condições privilegiadas ao repatriamento de capitais, ao pagamento de *royalties* e à consecução de empréstimos. Em suma, a livre movimentação de capitais transnacionais no país favorecia, sobremaneira, os segmentos multinacionais e associados responsáveis, em grande medida, pelos eventos políticos que culminaram no golpe de 1964⁷ e atingia, gravemente, o conjunto de empresas locais submetidas a um cenário de severa restrição de créditos e amplas facilidades para atuação das transnacionais. De tal forma que restavam quatro caminhos possíveis a serem trilhados por esses empresários locais envoltos nas dificuldades geradas pela política “modernizante-conservadora” do regime ditatorial:

⁷ “Os empresários brasileiros envolvidos no golpe tinham grande interesse no novo modelo, pois pretendiam assentar um padrão de economia e sociedade capaz de garantir e acelerar o processo de associação ao capital estrangeiro e de concentração de renda que já se articulava nas décadas anteriores, o que não era possível durante o governo Goulart, pois os movimentos sociais constituíam uma barreira a estes projetos” (Kuperman 2018, 61).

‘modernizar’ sua empresa segundo as novas regras, associar-se ao capital internacional, ser assimilado por este capital transnacionalizado ou retirar-se do mercado. Nas palavras de Skidmore: “não pode ser negado que por causa de sua forte dependência de crédito, agora sob rigoroso controle, muitas firmas locais financeiramente deprimidas foram compradas por empresas estrangeiras” com amplo acesso a créditos financeiros disponibilizados por suas matrizes no exterior (Skidmore 1988, 130).

Outras reformas econômicas foram implantadas durante o governo Castelo Branco, embasadas por diagnósticos atrelados ao PAEG e objetivando atender os interesses das frações burguesas multinacionais e associadas. Uma de suas expressões foi a reconfiguração do sistema tributário nacional, a partir da elaboração de novos impostos – como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – que ampliaram a capacidade arrecadatória do Estado brasileiro e concentraram uma massa de recursos econômicos na esfera federal⁸, contribuindo para a redução dos déficits governamentais. Os subsídios para esta reorientação vieram dos trabalhos realizados pela Fundação Getúlio Vargas, responsável por coordenar a Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda (cujos resultados foram incorporados à legislação nacional por meio da Emenda Constitucional nº. 18, de 1965 e do Código Tributário, Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966) e com grandes contribuições dos estudos elaborados por Mário Henrique Simonsen (Campos e Simonsen 1976), muitos deles socializados a partir de suas atividades *efegeveanas* e nos cursos ofertados pelo IPES.

Uma reforma financeira também foi organizada e implantada pelos agentes “modernizante-conservadores” *efegeveanos*, a partir dos referenciais político-ideológicos articulados por M. H. Simonsen, O. G. Bulhões, R. Campos, D. Nogueira, C. Ribeiro e J. G. Torres. Tal constelação de intelectuais orgânicos foi responsável não apenas pelo ordenamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN), através da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com o fito de obter meios de financiamento adequados à sustentação do processo industrializante do país, mas, também, pela sistematização das políticas monetárias através do comando de agências estatais encarregadas por sua execução, normatização e regulamentação.

Os fundamentos político-ideológicos para o surgimento de um Banco Central no Brasil (BC ou BACEN) foram articulados por *efegeveanos* como Bulhões e Nogueira. Aliás, a própria

⁸ É necessário levar em consideração as estratégias político-econômicas de criação de vultosas quantias de recursos oriundos de poupanças compulsórias, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

criação da Sumoc integrou uma das táticas empregadas por Bulhões para o treinamento de pessoal especializado nas tarefas exigidas pela instituição financeira que surgiria com o BC. Além disso, Nogueira foi um dos principais articuladores do projeto de reforma bancária, defendendo a blindagem da diretoria do BC frente às influências políticas – uma das diretrizes implantadas durante o governo Castelo Branco. A criação do Banco Central do Brasil, em 1964, esteve associada às recomendações resultantes da Conferência de Bretton Woods, em fins da Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de dotar o país de uma instituição responsável pelo monopólio do controle sobre as políticas monetárias. Até então, tais políticas estiveram dispersamente associadas a diversas agências estatais como a CACEX (encarregada de executar a política de comércio exterior brasileira), a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) – voltada para o socorro a instituições bancárias – e a CARED (responsável pelo refinanciamento de atividades específicas no âmbito do sistema bancário). Dentre as várias atribuições conferidas, o BC assumiu “a condução das políticas monetária, cambial, de crédito (inclusive a taxa de juros), de relações financeiras com o exterior, a regulação e a supervisão do Sistema Financeiro Nacional e a administração do sistema de pagamentos e do meio circulante” (Kuperman 2018, 67). Conjuntamente, organizou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN), com funções normativas e encarregado das projeções ligadas às áreas monetária, cambial e financeira. Por fim, complementando este quadro reformador, operaram-se mudanças no âmbito do mercado de capitais, a partir da criação de bancos de investimentos⁹.

Considerações finais

Nos diversos depoimentos concedidos ao projeto de história oral da FGV, ou nas linhas memorialísticas redigidas pelos *efegeveanos* (assim como pela própria instituição), encontramos o reconhecimento da influência conferida à longa trajetória comum desses personagens, colaborando tanto para a sintonia ideológica nos princípios seguidos pelas instâncias estatais que estes indivíduos comandavam, quanto na definição em torno das indicações a serem feitas para a composição dessas agências no Estado restrito. Ou seja, a teia de relacionamentos pessoais e profissionais forjada, a partir e, em torno, da Fundação Getúlio Vargas, desempenhou um papel decisivo no estreitamento de perspectivas comuns quanto à reformulação da engrenagem estatal e da associação com outros aparelhos privados de hegemonia, balizadas por perspectivas “modernizante-conservadoras”. Lembremos que suas vidas públicas se conectavam positivamente às operações de corte empresarial.

⁹ Luís Simões Lopes, o mais longo presidente da FGV (1944-1992), tornou-se, nessa época, o presidente do Banco de Investimento e Desenvolvimento Fiducial do Comércio e Indústria (1966 a 1971) e da Associação de Bancos de Investimento e Desenvolvimento (1967-1968).

Durante a sua longa trajetória, o Instituto Brasileiro de Economia auferiu imensos dividendos políticos à Fundação. Feito, inclusive, assentido pela própria entidade, em publicação comemorativa por suas duas décadas de atividades. Na ocasião, a FGV enalteceu o fato de que sua unidade atuante no campo econômico assumiu o caráter de “virtual órgão de assessoramento do Poder Público, que se socorre dos estudos, pesquisas, levantamentos e dados de variada natureza da Fundação para o planejamento econômico” e para projetos reformadores (FGV 1966, 26). Constituir-se como uma reserva político-profissional, onde o Estado e o conjunto das empresas privadas fossem buscar seus quadros dirigentes e assessores técnicos foi, desde o princípio, um dos grandes objetivos perseguidos pela FGV. Por isso, houve um grande empenho para garantir que as pesquisas, consultorias e recomendações traçadas pela instituição não se dissociassem da aura de “neutralidade técnica”, conferindo-lhe legitimidade frente ao conjunto da sociedade.

No entanto, as diversas propostas reformadoras para o conjunto da vida social, desenvolvidas ao longo das décadas de 1950 e 1960, não estiveram imunes a quaisquer interesses setoriais. As diretrizes “modernizante-conservadoras” que deram o sentido a este processo garantiram a satisfação dos anseios mobilizados pelas frações burguesas multinacionais e associadas. O perfil assumido pelo processo industrializante, consagrando o desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis, profundamente vinculado ao capital transnacionalizado, é indicativo dessa conexão. Parte considerável das orientações teórico-políticas manejadas por aqueles intelectuais *efegeveanos*, que se tornaram protagonistas no comando das agências estatais diretamente responsáveis pela condução das políticas econômicas durante o regime ditatorial, foi resultado de amplo e longo trabalho desenvolvido por esse grupo nos anos pré-1964. Nesse sentido, o IBRE foi um ponto fundamental na lenta elaboração e modelagem de perspectivas econômicas que deveriam inserir-se nas decisões estatais neste campo. As pesquisas desenvolvidas, as revistas de divulgação do instituto, os cursos regulares ministrados, os processos formativos envolvendo as universidades estrangeiras e as relações travadas nos circuitos empresariais conformaram certa unidade político-ideológica entre seus integrantes – aqueles que passaram a conduzir os caminhos econômicos do Estado brasileiro durante o governo Castelo Branco. Em entrevista concedida em 1995, Roberto Campos sintetizou, à sua maneira, o perfil do primeiro governo do regime político ditatorial, responsável pelas contumazes medidas reformadoras do Estado brasileiro pós-1964:

Sem dúvida não se pode julgar o governo Castelo Branco apenas em termos de resultados estatísticos da luta contra a inflação, porque foi um governo que se dedicou a grandes reformas institucionais. Na realidade, a ossatura institucional do Brasil moderno foi em grande parte concebida naquela época. Entre os episódios importantes, figurou a criação do Banco Central, em 1964, e a legislação sobre o mercado de capitais, em 1965, com a diferenciação de funções entre bancos comerciais,

bancos de investimento, sociedades de crédito e financiamento e sociedades de crédito imobiliário, além de corretoras que já existiam. Arquitetou-se assim um mercado de capitais. Um terceiro elemento importante foi a criação do FGTS, em substituição à estabilidade de emprego. Imaginem o que teria sido do desenvolvimento capitalista do Brasil se permanecesse a garantia da estabilidade de emprego (Biderman, Cozac, Rego 1996, 51-52).

O último trecho desta citação sintetiza o sentido de classe da “modernização” brasileira, que teve a FGV como uma de suas principais idealizadoras. Ajustar o país às novas condições de desenvolvimento capitalista, franqueando os caminhos para a associação com os setores mais dinâmicos do capital naquele contexto histórico, requereu o planejamento e a implantação de um conjunto de reformas “modernizante-conservadoras” capazes de garantir a efetivação dessa “ossatura institucional do Brasil moderno” a que se refere Roberto Campos. Nada disso foi possível sem a colaboração efetiva daqueles intelectuais *efegeveamos* analisados ao longo deste texto.

Referências bibliográficas

- Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- Biderman, Ciro, Luís Felipe Cozac, e José Márcio Rego. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- Bulhões, Octávio Gouvêa de. “Economia e nacionalismo”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 1 (1952): 91-118.
- Campos, Fábio. “Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o Segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951-1966)”. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- Campos, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- Campos, Roberto de Oliveira. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.
- Campos, Roberto, e Mário Henrique Simonsen. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- Cardoso, Fernando Henrique. “O modelo político brasileiro”. Em *O modelo político brasileiro e outros ensaios*, Fernando Henrique Cardoso, 50-82. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- Chacel, Julian. “O Instituto Brasileiro de Economia”. *Revista Brasileira de Economia*, v. 20, n. 2-3 (1966): 37-46.
- Costa, Jorge Gustavo da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Escobar, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.
- Fundação Getúlio Vargas. *20 Anos de Atividades (1944 – 1964)*. Rio de Janeiro, FGV, 1966.
-

Fundação Getúlio Vargas. “Ineditorial”. *Conjuntura Econômica*, v. 17, n. 12 (1963): 98.

Fundação Getúlio Vargas. “Situação cambial e remessa de lucros”. *Conjuntura Econômica*, n. 1 (1962): 43-53.

Kuperman, Esther. “Tons de chumbo: o papel do Banco Central do Brasil no modelo econômico implantado a partir de 1964”. Em *Política econômica nos anos de chumbo*, org. Pedro Campos, Rafael Brandão, e Maria Martins, 55-69. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Loureiro, Felipe Pereira. “A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964)”. *Revista Brasileira de História*, 36, n. 71 (2016): 155-177. https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_007

Loureiro, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Mendonça, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Motta, Marly, e Dora Rocha. “O Brasil em números”. Em *Memórias do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia: depoimentos ao CPDOC*, org. Marly Motta e Dora Rocha, 17-25. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Oliveira, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Penholato, Diego. “José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

Simonsen, Mário Henrique. “O Brasil e as multinacionais”. *Revista de Administração Pública*, v. 10, n. 1 (1976): 161-170.

Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Vianna, Sérgio. “A Política Econômica no Segundo Governo Vargas: 1951-1954”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1987.

Recebido: 25 de março de 2021

Aprovado: 22 de junho de 2021

**Historiografia do sistema político-partidário no Rio Grande do Sul da
Primeira República Brasileira: notas e questionamentos***

*Historiography of the party political system in Rio Grande do Sul of the Brazilian's first
republic: Notes and questions*

*Historiografía Del sistema político del partido em Rio Grande do Sul de la Primeira
República de Brasil: Notas y cuestionamientos*

Rodrigo Dal Forno**

<https://orcid.org/0000-0001-8088-8836>

RESUMO: O presente artigo analisa a historiografia que abordou o sistema político-partidário no estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República do Brasil (1889-1930). A análise foi desenvolvida através da problematização de diferentes contribuições selecionadas a partir dos critérios de pesquisa previamente delimitados. Através de uma reflexão sobre determinadas contribuições produzidas, principalmente durante o século XX, debati os principais fatores explicativos e interpretativos encontrados para compreender as nuances políticas da época. Como resultado central desta investigação é possível identificar que o fator ideológico e seus aspectos correlatos serviram como um elemento determinante nas explicações empreendidas.

Palavras-chave: Historiografia. Política. Primeira República brasileira. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: This paper analyzes the historiography that investigated the political-party system in the state of Rio Grande do Sul during the First Republic of Brazil (1889-1930). The analysis was

* Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi professor substituto no Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Venâncio Aires (2019-2021). Possui interesse e experiência de pesquisa nas áreas de História Social da Política, História do Brasil Republicano, História do Rio Grande do Sul, imagem e poder, elites e partidos políticos. Temas em torno dos quais publicou artigos e capítulos de livros. E-mail: rodrigodalverno@hotmail.com.

developed through the problematization of different contributions selected from the previously defined research criteria. Through a reflection on certain contributions produced, mainly during the 20th century, I discussed the main explanatory and interpretive factors found to understand the political nuances of the time. As a central result of this investigation, it is possible to identify that the ideological factor and its related aspects served as a decisive element in the explanations undertaken.

Keywords: Historiography. Politics. Brazil's First Republic. Rio Grande do Sul.

RESUMEN: Este artículo analiza la historiografía que abordó el sistema político de partidos en el estado de Rio Grande do Sul durante la Primera República de Brasil (1889-1930). El análisis se desarrolló a través de la problematización de diferentes aportes seleccionados a partir de los criterios de investigación previamente definidos. A través de una reflexión sobre determinados aportes producidos, principalmente durante el siglo XX, debatí los principales factores explicativos e interpretativos encontrados para comprender los matices políticos de la época. Como resultado central de esta investigación, es posible identificar que el factor ideológico y sus aspectos relacionados sirvieron como elemento determinante en las explicaciones emprendidas.

Palabras clave: Historiografía. Política. Primera República de Brasil. Rio Grande do Sul.

Como citar este artigo:

Forno, Rodrigo Dal. "Liberdade para o capital: intelectuais do IBRE-FGV e as legislações sobre capital estrangeiro no Brasil (1951-1967)". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 271-295.

Considerações Iniciais

A história das primeiras décadas do regime republicano no estado do Rio Grande do Sul (1889-1930) foi alvo de sucessivas e múltiplas abordagens que propuseram analisar e/ou descrever os principais acontecimentos, grupos, lideranças e ideias políticas do período. O tema, amplamente visitado e revisitado pela literatura, se tornou uma tradição na historiografia: desde os escritos de contemporâneos aos episódios (correligionários ou simpatizantes aos grupos político-partidários da época); passando por pesquisadores com relativo afastamento, temporal e partidário, de seus objetos de investigação; chegando nos estudos desenvolvidas no âmbito acadêmico-universitário na segunda metade dos novecentos até os dias de hoje.

Muitos dos argumentos e interpretações construídos ao longo dessa trajetória mantiveram-se presentes em sucessivas gerações de autores e autoras até o presente. Em alguns casos, estes

elementos se tornaram alvo de repetitivas citações e reproduções. Dentre os principais tópicos identificados é possível destacar alguns: a percepção sobre uma suposta e acentuada politização do Rio Grande do Sul, diferente ou superior àquela do restante do Brasil; o papel “extraordinário” desempenhado pelas “grandes lideranças” nos rumos dos acontecimentos da história regional; a existência de uma coesão e fidelidade partidária peculiar aos sul-rio-grandenses; e o peso do elemento ideológico na atuação dos grupos e agentes políticos, principalmente, em decorrência da influência do fenômeno do positivismo no âmbito estadual.

Partindo deste cenário, o presente artigo¹ tem como objetivo analisar e problematizar um assunto em específico: a ênfase historiográfica no fator ideológico para compreender e explicar os diferentes aspectos do sistema político-partidário do Rio Grande do Sul na Primeira República. Ainda que este elemento esteja profundamente conectado aos outros (politização acentuada, superioridade frente aos demais estados, grandes líderes etc.) - e isto ficará evidente ao longo da exposição -, o que interessa em minha análise é discutir a preponderância e sobrevalorização da dimensão ideológica nos diferentes estudos do tema.

A análise será realizada através da problematização de diferentes contribuições historiográficas² previamente selecionadas e produzidas, principalmente, ao longo do século XX. Diante do amplo e numeroso quadro de escritos sobre o tema seria inviável englobar toda a vasta literatura produzida. Dessa forma, realizei recortes a partir de alguns critérios pré-determinados, como por exemplo, a relevância do texto para a análise proposta, a riqueza de informações e o conteúdo apresentado na obra, a proeminência do autor nos estudos sobre o tema e a relação de cada obra com o contexto político em evidência. Nesse sentido, as obras escolhidas fazem parte de uma seleção, ou seja, uma opção subjetiva e parcial a partir dos interesses e critérios de pesquisa delimitados pelo autor.

Ademais, tentativas de análise historiográfica nunca são tarefas fáceis de serem empreendidas³, tendo em vista os riscos iminentes de deixar de lado contribuições importantes ou falhar em classificações estanques que não deem conta da diversidade e riqueza de cada texto e autor. Apesar

¹ As reflexões apresentadas nesse artigo fazem parte de uma discussão mais ampla e aprofundada, resultado da pesquisa de tese de doutorado do autor. O estudo versou sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas principais lideranças entre os anos de 1920 e 1930 (Dal Forno 2020).

² Com objetivo de facilitar a exposição dos argumentos, os diferentes tipos de abordagem e autores serão tratados como “historiografia” ou “estudos históricos”. Ciente dos riscos e peculiaridades de cada um deles, o termo serve apenas como aglutinador de um conjunto de textos que versaram sobre o contexto histórico. Cabe esclarecer que a temática “historiografia” se tornou um campo de investigação específico dentro da História. Sobre o tema, ver: Malerba 2006.

³ Durante os últimos anos, alguns pesquisadores realizaram iniciativas interessantes sobre temas aproximados (Gutfreind 1992; Pesavento 1998; Axt 2002; 2011; Boeira 2002; Pezat 2006).

destas dificuldades, esta iniciativa justifica-se por suas potencialidades, principalmente, no sentido de compreender os problemas historiográficos colocados outrora e que continuam relevantes para novos estudos, permitindo uma visão mais ampla daquilo que já foi produzido, com todos os seus méritos e problemas, assim como aquilo que ainda se apresenta como lacuna a ser superada e argumentos a serem revisitados por novos interessados no assunto. Dessa forma, não se trata aqui de esgotar o debate bibliográfico sobre o tema, pretensão que passa longe do esforço atentado. Mas, sim, de contribuir com outros olhares e interrogações, fruto de minhas experiências de leituras e pesquisas com a temática da política na Primeira República.

No pano de fundo das reflexões desenvolvidas ao longo do texto, encontram-se alguns questionamentos centrais: de que forma autores, em diferentes contextos e espaços de produção historiográfica, compreenderam o sistema político em questão? quais foram os principais fatores e elementos identificados como determinantes na política? A partir de que aspectos os partidos e suas lideranças foram caracterizados? Qual a relevância dos aspectos ideológicos ou doutrinários nestes argumentos? Que continuidades e mudanças são possíveis de serem identificados na narrativa historiográfica construída ao longo do século XX até os dias de hoje? Para discutir estas questões, procurei destacar alguns dos argumentos apresentados, problematizando e assinalando para as convergências e divergências presentes em diferentes propostas ao longo do tempo.

Cabe ainda ressaltar que, ao colocar em evidência este debate, não se pretende negar a importância do plano ideológico para o sistema político-partidário republicano, muito menos invalidar as profícuas contribuições apresentadas por diferentes estudiosos. O que se propõem é revisitar o problema, rediscutindo interpretações até então reiteradamente enfatizados pela historiografia. Para atingir este objetivo, o texto se encontra organizado em três partes principais. Na primeira delas apresento alguns comentários e percepções gerais sobre a historiografia do tema. No segundo momento, aprofundo e problematizo algumas contribuições de autores específicos. Por fim, enquanto considerações finais, proponho algumas notas interpretativas para o debate.

Dos contemporâneos aos acadêmicos: a historiografia sul-rio-grandense e a temática da política na Primeira República

Antes de adentrar na análise dos autores e seus argumentos, cabe tecer alguns comentários gerais sobre a historiografia em análise. Conforme mencionado anteriormente, as contribuições sobre o tema perpassam por diferentes tipos de textos. Em primeiro lugar, estão os relatos e narrativas produzidas por historiadores considerados como não profissionais/acadêmicos, escritores contemporâneos aos episódios, partidários ou simpatizantes dos principais grupos políticos da época, Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Partido Federalista (PF) e Partido

Libertador (PL)⁴. Em seguida, situam-se as análises resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico⁵, ou seja, elaboradas de acordo com os critérios, métodos e regras de pesquisas adotados nas universidades. Cabe ressaltar que não cabe aqui proceder um juízo de valor entre os diferentes estudos históricos e seus lugares de produção, a divisão tem como intuito apenas auxiliar na identificação de aproximações, distanciamentos, semelhanças e diferenças entre diferentes obras e autores.

Outra característica importante diz respeito ao fato de que a grande maioria destes textos teve como objeto de análise o PRR e suas principais lideranças (Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e outros), grupo que monopolizou o poder estadual e teve destacada participação na política nacional durante a Primeira República. Deste fato, decorreram duas problemáticas identificáveis. Primeiro, uma concepção de que o partido situacionista poderia ser compreendido como o centro político, ou até mesmo confundido com o sistema político em si, e a partir do qual seria possível compreender toda a política partidária regional, inclusive a atuação dos diversos grupos opositores (republicanos dissidentes, democratas republicanos, federalistas e libertadores). Boa parte destes grupos e lideranças de oposição, na maioria das vezes, acabaram sendo lidos exclusivamente em referência à hegemonia de seus rivais e não através de suas características e dinâmicas históricas próprias⁶.

Além disto, é perceptível a pouca quantidade de estudos aprofundados sobre os grupos e lideranças opositores, quando comparada às numerosas investigações sobre o situacionismo. A preferência historiográfica pelo PRR ao longo dos anos, principalmente nos estudos acadêmicos, pode ser entendida por alguns motivos. Em primeiro lugar, a destacada quantidade e qualidade das fontes disponíveis⁷ sobre o grupo e seus líderes, em contraste ao reduzido número de documentos

⁴ Para destacar apenas alguns: Escobar (1920; 1922), Osório (1930), Russomano (1932), Fontoura (1958; 1963), Mem de Sá (1973), Ferreira Filho (1973; 1974) e Flores da Cunha (1979).

⁵ No Rio Grande do Sul, a profissionalização da atividade de pesquisa em História ocorreu através formação de mestres e doutores historiadores e cientistas sociais a partir dos anos de 1970, em um movimento caracterizado pela especialização de professores sul-rio-grandenses em programas de pós-graduação em outros estados, a fundação dos programas da PUCRS e UFRGS e a presença de pesquisadores que passaram a publicar os resultados de seus estudos sobre temáticas regionais (Pezat 2006, 264-265; Elmir 2011, 279-285). Dentre os diversos nomes neste contexto, é possível destacar alguns: Love (1975), Trindade (1979a; 1979b), Pesavento (1979; 1980), Vélez Rodríguez (1980), Boeira (1980), Noll (1980), Antonacci (1979; 1981), Pinto (1986) e Félix (1987). Boa parte destas análises se tornaram textos referenciais no estudo da política republicana no Rio Grande do Sul. Alguns destes foram recentemente republicados em coletânea (Dal Forno; Lapuente 2019).

⁶ Este foi um dos motes de meu estudo sobre o Partido Libertador, grupo de oposição formado nos anos de 1920. Através do estudo procurei redimensionar a atuação do partido e de suas lideranças, principalmente, na sua atuação no contexto da Aliança Liberal, da revolta de 1930 e dos primeiros anos do governo Vargas (Dal Forno 2020).

⁷ Dentre os diversos acervos com documentações do PRR destaca-se o Arquivo Borges de Medeiros, mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre/RS e alvo de diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas.

preservados sobre as oposições. Tendo em vista que o grupo empolgou o poder e foi hegemônico no aparelho do Estado e seus órgãos oficiais por sucessivos anos, seja nos quadros municipais, no executivo estadual e na maioria legislativa. Em segundo lugar, algo que me parece ainda mais determinante, trata-se de uma visão, em partes construída e reforçada pela própria historiografia no decorrer dos anos, de que o PRR seria um tema supostamente “mais nobre de ser estudado”⁸ em decorrência da identificação de um conjunto de características “especiais”: um projeto político duradouro e coerente; o “brilhantismo” de lideranças como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; a “consistência e embasamento doutrinário-ideológico” do partido; a “disciplina, coesão e hierarquia partidária interna”; e entre outros aspectos que tornariam o grupo republicano “singular” ou “superior”, tanto em relação aos seus adversários regionais, quanto aos demais partidos e lideranças brasileiras do período⁹.

Apesar desta preferência, este quadro parece estar em mudança com o surgimento de diversos estudos sobre os movimentos de dissidência e oposição no cenário estadual¹⁰. Essa proposta de fornecer maior atenção aos movimentos e agentes de oposição também guarda relações com um movimento historiográfico mais amplo, uma tendência de redimensionar o papel da competição política e das possibilidades do oposicionismo no quadro nacional da Primeira República¹¹, com isto desenhando um cenário mais complexo, diferentemente da caricatura de um sistema marcado apenas pela fraude, violência, clientelismo, ausência de direitos e eternização das mesmas oligarquias no poder (Ferreira; Pinto 2017, 437).

Além destes aspectos, é possível identificar a centralidade da dimensão ideológica nesta tradição de estudos. Na grande maioria das abordagens buscou-se em noções e aspectos como “ideologia”¹², “doutrina”, “famílias ideológicas”, “positivismo”, “autoritarismo”, “liberalismo”, as principais fontes de compreensão e explicação para os diferentes problemas políticos. Estes elementos seriam a resposta para quase todas as perguntas colocadas, sejam elas sobre o PRR, sobre os oposicionistas, sobre as guerras civis estaduais, sobre a organização e funcionamento do

⁸ Ao problematizar a ausência de estudos sobre coronelismo no Rio Grande do Sul, Félix identificou “temas nobres” que “refletiam a visão que a classe dominante tinha de si e do mundo”: a glorificação do gaúcho, a democracia sulina, a Revolução Farroupilha, o sentimento de nacionalidade, o espírito do partido, etc. Segundo ela, a historiografia reforçou um sentimento de superioridade do estado, sua “força, bravura e originalidade” e “estabilidade política”, “resultado do republicanismo castilhistaborgista” (Félix 1987, 9-10).

⁹ Uma boa comparação entre os partidos republicanos do Rio Grande do Sul e de São Paulo pode ser encontrada na análise de Renato Perissinotto e Rafael Sêga (Perissinotto; Sêga 2011).

¹⁰ Por exemplo: Aita (2007); Flores (2009), Dal Forno (2015; 2020); Rouston Jr (2016); Saccol (2018).

¹¹ Por exemplo: Holanda (2009), Pinto (2011), Viscardi (2012; 2017) Ricci e Zúlini (2014, 2016); Figueiredo (2017).

¹² Embora não seja objetivo entrar em análises conceituais, cabe assinalar que a noção de ideologia possui variados significados e acepções, com uma larga tradição de reflexão nas ciências sociais e humanas. Uma síntese do problema pode ser encontrada em: Mannheim, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972; Thompson, John B. *Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

regime republicano, sobre as políticas públicas dos governos estaduais, sobre a conduta e trajetórias dos políticos e seus partidos etc.

A percepção sobre a centralidade deste fator, principalmente no que diz respeito ao fenômeno do positivismo¹³, não é uma novidade no debate historiográfico. Ainda no início dos anos 1980, Helga Piccolo destacou ser um traço comum dos estudos, “sejam eles numa linha puramente descritiva ou se constituído em análises”, de “salientar a influência positivista” (Piccolo 1982, 234). Da mesma forma, Sandra Pesavento assinalou a “extrema relevância” que a doutrina assumiu para os estudiosos, pois era vista como um “elemento chave para o entendimento da realidade local, porque ancorada no âmago da elite política” parecia impregnar “todos os setores da vida”, com isto “delimitando especificidades e individualizando, regionalmente, um ‘modo de ser’ e uma história sul rio-grandense” (Pesavento 1998, 60-61). Por outro lado, autores indicaram os perigos em determinados excessos interpretativos: Pesavento alertou “para não transformar o positivismo num marco redutor e explicativo de toda uma realidade [...] nem tudo foi positivismo no Rio Grande” (Pesavento 1998, 64); Nelson Boeira argumentou que a ênfase dominante

funcionou como um engodo e como camisa-de-força para os pesquisadores. A esse defeito correspondeu [...] uma reação de sobrevalorização indevida do positivismo rio-grandense, com frequência apresentado como doutrina coesa, largamente distribuído entre setores da elite local e fonte de orientação para condutas políticas e políticas públicas (Boeira 2002, 240).

Para o autor, na grande maioria dos estudos, o positivismo foi apresentado como um corpo constante de ideias, supondo-se a existência de uma “doutrina mais ou menos identificável, que corresponderia às crenças da maior parte dos positivistas gaúchos”, assumindo-se como definitivo que aqueles “que expressaram tais ideias também as utilizaram orientar suas práticas”, restringindo a “dimensão retórica e legitimadora do positivismo em favor de sua dimensão de orientação efetiva das ações” (Boeira 2002, 241). Em sentido similar, Gunter Axt alertou sobre a visão construída por estudiosos que, “amparando-se exclusivamente no discurso doutrinário” da imprensa partidária, esqueceram de “processar a dívida crítica” ou “excluíram fontes que indicavam os limites dessas teses”, considerando-se o PRR como “promotor do progresso, da modernidade e do bem comum, em um projeto coletivo e funcional”, tudo isto graças ao positivismo (Axt 2011, 26-28; 34).

Conforme aprofundarei a seguir, essa perceptiva de assumir o fator ideológico como determinante pode ser mapeada ao longo dos anos e, guardada suas devidas especificidades, perpassou por diferentes gerações de escritores e estudiosos do tema.

¹³ Paulo Pezat realizou um levantamento sobre as produções em torno do tema, concluindo sobre a centralidade que este assumiu para sucessivas gerações de pesquisadores na segunda metade do século XX (Pezat 2006, 259).

O fator ideológico como determinante: impressões e interpretações sobre o sistema político-partidário

Os primeiros autores a identificarem a preponderância desse elemento, foram aqueles que vivenciaram o período e reproduziram suas opiniões em diferentes escritos. O deputado federalista Wenceslau Escobar¹⁴ criticou os rivais do PRR e sua “ortodoxia positivista comtiana” (Escobar 1922, 287), doutrina materializada através da constituição castilhistas¹⁵, responsável por estabelecer uma “ditadura *científica*” baseada nos “princípios da política positiva de Comte” e fruto da “natureza autoritária do Dr. Castilhos”, “homem intolerante, autoritário e tenaz” (Escobar 1920, 23-30).

Em direção oposta, Joaquim Luis Osório¹⁶ considerou que a “doutrina da escola positivista” esteve presente no programa do PRR, “conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o Estado a uma perfeita organização social”. A teoria estaria presente na constituição, “obra prima de Júlio de Castilhos, monumento de sabedoria política” (Osório 1930, 9-10; 21-25). Em sentido aproximado, Victor Russomano¹⁷, ao analisar as constituições estaduais, destacou aquela produzida por Castilhos, continuadora de uma tradição republicana. Para o autor, seria possível identificar uma suposta “superioridade” na política sul-riograndense devido a sua preocupação com o tema constitucional, sendo o estado “uma verdadeira oficina de ideias republicanas, forjadas no mais puro fogo das suas tradições de guerras pela liberdade” (Russomano 1932, 14-16; 153).

Outras contribuições importantes encontram-se nas obras dos políticos João Neves da Fontoura, José Antônio Flores da Cunha e Mem de Sá. Fontoura¹⁸ caracterizou a política estadual através de, principalmente, o papel das lideranças e a virtude das ideias. Neste sentido, destacou que através da influência de Castilhos, o estado foi balizado pela “rigidez dos princípios”, se afastando das grandes manobras nacionais, especialmente, em decorrência da “formulação filosófica e objetiva da forma de governo [...] convictamente partidário das soluções da política positiva”, no qual o PRR parecia “menos um partido político do que uma escola filosófica, uma religião”. Sobre os adversários, reconheceu como feitos da “mesma matéria prima [...] inflexível,

¹⁴ Foi bacharel em direito, redator de jornais oposicionistas e deputado federal oposicionista. Além das obras em destaque, publicou outros textos sobre o tema. Faleceu no ano de 1938.

¹⁵ A dita “constituição castilhistas” foi escrita por Júlio de Castilhos em 1891, responsável por organizar o regime republicano no Rio Grande do Sul. Seu conteúdo foi amplamente estudado e entendido como uma das principais referências da influência do positivismo na política estadual e uma das causas da revolta federalista de 1893-1895.

¹⁶ Foi bacharel em direito, redator de jornais situacionistas, deputado estadual e federal pelo PRR. Além da obra em destaque, publicou outros textos sobre temas aproximados. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1949.

¹⁷ Foi médico, advogado, jornalista, escritor e deputado federal pelo PRR. Faleceu no final da década de 1930.

¹⁸ Foi importante líder do PRR, deputado federal e participante das revoltas de 1930 e 1932. Suas memórias foram publicadas em dois volumes: “Borges de Medeiros e seu tempo” e “Aliança Liberal e a Revolução de 1930”.

quanto aos princípios e aos homens” e “governados pelo exemplo, pela firmeza, pelo idealismo”. Através desta leitura, definiu o funcionamento da política regional nas primeiras décadas do regime republicano: “era assim, de pais a filhos”, o “partido, como a religião, não admitia transigências” (Fontoura 1958, 14-15; 28-35; 82).

A partir destes aspectos¹⁹, o autor sugere a diferenciação entre a política praticada no estado e no restante do país. Os rio-grandenses possuíam “convicções acima dos interesses”, enquanto os partidos de outras regiões, “não se constituíam em torno de diretrizes ou tendências doutrinárias, salvo exceções [...] não passavam de indecisos contingentes pessoais ou grupos sem conteúdo de princípios”. No seu estado, o quadro era outro, os partidos ostentavam “marca de velhas divergências históricas, até os animava o contraste de ideias”: de um lado, PRR, “presidencialista intransigente” e, de outro, o PF, “batendo-se desde Gaspar Martins, pela implantação do parlamentarismo”, guiados pela “fidelidade a muitas das ideias fundamentais, sempre por nós sustentadas, até pelas armas” (Fontoura 1958, 22; 231-233; 349). Os termos utilizados pelo autor, “seita”, “idealismo”, “contraste de ideias”, “inflexível, quanto aos princípios e aos homens”, apontam para a sobrevalorização da dimensão ideológica e indicam a caracterização que se tornaria vital na historiografia das décadas seguintes: a centralidade dos “conflitos de ideias” e das “grandes lideranças”.

Em sentido similar, Flores da Cunha²⁰ utilizou de sua experiência particular para evidenciar a proeminência das ideias na política estadual. Segundo ele, foi graças ao “ardor cívico” que dedicou aos “ideais republicanos”, “tão-somente pelo amor aos ideais”, que o fizeram “de corpo e alma” defender o seu partido. Ilustrando esta lógica, relatou um interessante diálogo travado com Honório Lemes, um de seus principais rivais no campo de batalhas nas guerras civis gaúchas: “- Então amigo é nessa situação que o venho encontrar? Respondeu-me: - Que quer, doutor, são ideias!” (Flores da Cunha 1979, 12; 32; 120; 136).

¹⁹ João Neves também sugere a relevância da formação histórica do estado, na qual “sua posição geográfica impusera aos habitantes o exercício da política como variante da conscrição militar”. Desta condição de “insularidade política”, resultaram os “hábitos da campanha” e a “necessidade de auxílio entre o fazendeiro e o peão, a fraternidade das urnas e das armas”, fazendo do “Rio Grande um reino da igualdade”, “terra da hospitalidade, da igualdade, do espírito de cooperação, sem discriminação nem de Nação, nem de raças, nem de crenças, nem de cores” (Fontoura 1958, 32-33; 50; 318-319). Esta visão também está presente em Sá (1973) e Marques (2005). Este último destaca o “temperamento democrático que é nato do gaúcho” e a ausência de desigualdade sociais na relação entre estancieiros e peões, um “modo de tratar e de conviver mais ameno, cordial e democrático” (Sá 1973, 101-102), sugerindo uma, entre as diversas facetas da suposta “superioridade” do Rio Grande do Sul frente ao panorama geral brasileiro.

²⁰ Foi uma das principais lideranças do PRR, deputado estadual e federal, combateu nas revoltas de 1923 e 1930 e governou o estado durante a década de 1930. O livro “A Campanha de 1923” foi escrito durante sua prisão pelo Estado Novo no Rio de Janeiro. Sua primeira edição data de 1942, posteriormente, após a morte do autor, foi reeditada pelo filho em 1979, versão utilizada como referência nesta análise.

A mesma linha argumentativa pode ser encontrada nas contribuições de adversários dos republicanos. Na narrativa Mem de Sá²¹ destacam-se três temas interligados: o papel das ideias e suas respectivas divisões político-partidárias; a centralidade das lideranças; e o sentimento de “politização superior do gaúcho”. Segundo o autor, esta politização superior teria algumas causas. Em primeiro lugar, a formação histórica do estado e da “gente gaúcha”, vinculadas ao período de guerras no espaço fronteiriço, com destaque para o “caudilho rio-grandense”, tema também destacado por João Neves da Fontoura. O segundo fator, estaria em “dois gigantes” que “encarnaram e dirigiram duas correntes opostas de pensamento, de ideologia e de posições cívicas”, onde em torno deles, agruparam-se “dois Rio Grandes intransigentes, obstinados, radicalizados, que se conservaram ou em luta aberta ou em choque partidário”: Gaspar Silveira Martins, “o protótipo do liberal”, de caráter “parlamentarista, defensor do sistema de governo de gabinete”; e Júlio de Castilhos, “positivista integral e apaixonado”, “preconizador do presidencialismo e [...] da ditadura científica” (Sá 1973, 15-27). A capacidade de liderança destes teria sido responsável pelo “surgimento, a estruturação e a persistência de dois partidos políticos”, “fortemente organizados, de programação nítida e flagrantemente opostas, que se caracterizaram sobretudo, pela fabulosa combatividade, pela bravura cívica e até pelo heroísmo de seus adeptos na luta constante pela defesa de seus ideários” (Sá 1973, 30-42).

Em suma, para Mem de Sá a “politização do Rio Grande” devia-se fundamentalmente “à criação e existência de dois Partidos, antagonicos e nitidamente diferenciados”, em um contexto caracterizado pela influência e o apego em torno das ideias²² e das lideranças, assim como por um suposto “dogma da fidelidade partidária”²³ (Sá 1973, 69; 100).

O republicano Arthur Ferreira Filho²⁴ elaborou uma síntese sobre a história do Rio Grande do Sul, colocando em evidência as “diferenças programáticas” entre o PRR e os demais partidos, fruto da orientação na “doutrina política de Augusto Comte”, enquanto os demais “apenas seguiam o federalismo presidencialista dos Estados Unidos”. Esta diferenciação acentuou-se com projeto

²¹ Importante membro do PL durante os anos de 1920 e 1930. É autor de duas obras relevantes ao debate proposto: “A politização do Rio Grande” (1973) e “Tempo de Lembrar” (1981).

²² O fator ideológico permanece como um elemento central em diversos momentos da análise: na descrição de Raul Pilla, “inteiramente devotado aos princípios do parlamentarismo”, de “fidelidade às ideias”, “intransigência quanto a princípios”, “um liberal convicto e fervoroso”; a personalidade de Assis Brasil que “não foi jamais um político no sentido vulgar do vocábulo” e sim “um predicador de princípios e um idealista que só por ideias se movia” (Sá 1973, 68; 110; 131-142).

²³ É possível supor que a dita politização sugerida pelo autor, nada mais é do que uma partidarização, fidelidade e adesão irrestrita a um partido, fenômeno fundamentalmente identificada pelos analistas e cronistas como característica central da política durante a Primeira República.

²⁴ Foi engenheiro e membro do PRR. Publicou diversos textos sobre o tema. Sua “História Geral do Rio Grande do Sul”, originalmente lançada em 1950, recebeu diversas reedições ao longo dos anos, sendo a última revisão publicada em 1974, versão utilizada em minha discussão.

constitucional que defendeu a “harmonização do executivo forte com as tradições liberais criadas pelos lutadores de 1835”, “inspirada no Sistema de Política Positivista”. Um dos principais pontos de sua interpretação reside na revolta de 1893. Para o autor, aquele acontecimento fora “um dos raros casos de guerra civil onde não entrou qualquer motivo de natureza econômica”, tendo sido “exclusivamente políticos”, aspectos que estiveram aliados aos “ressentimentos entre homens que, na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos”, acrescidos dos “adversários ideológicos da Constituição [...] Silveira Martins e outros antigos chefes liberais, declarados parlamentaristas” (Ferreira Filho 1974, 151-152; 181-182). Em sentido similar, compreendeu a revolta de 1923 como resultado da luta anterior e de “ordem ideológica”, dada a persistência da inconformidade com o regime de “nítida inspiração positivista”, os ressentimentos com 1893 e as “violências com requintes de crueldade” praticadas no estado (Ferreira Filho 1973, 22).

Até aqui é possível perceber que alguns tópicos aparecem de maneira reiterada²⁵ através do uso de determinados termos, como por exemplo, “partidos das ideias e doutrinas”, “inflexibilidade de princípios”, “amor e luta pelos ideais”, “conflitos ideológicos”, “politização acentuada”, “superioridade do Rio Grande do Sul”. Para estes autores, boa parte daquilo que diz respeito ao mundo político parece ter girado em torno das ideias e das doutrinas, haja visto as avaliações sobre as causas das guerras civis de 1893 e 1923, lidas como, principalmente, em decorrência de “rivalidades e incompatibilidades doutrinárias”. Não obstante, os autores oscilaram na explicação sobre o centro da incompatibilidade ideológica entre situação e oposição: ora apontando para as diferenças entre “positivistas” e “liberais”; ora destacando as divergências entre o presidencialismo e parlamentarismo.

O elemento ideológico permaneceu presente por detrás da construção de uma divisão entre dois diferentes e conflitantes tipos de conceber e fazer política: a “política vulgar” relativa aos interesses pessoais e materiais, troca de favores e cargos; e a política “pura” que se movia apenas pelas ideias. Esta linha divisória constantemente foi utilizada tanto para diferenciar “os gaúchos dos demais brasileiros” destacando um sentimento de superioridade em relação aos demais estados e seus representantes, ou ainda, no jogo político regional, enquanto um instrumento de crítica aos adversários. Esta lógica dividia aqueles que eram detentores de “projetos” e “doutrinas” (geralmente os próprios correligionários, praticantes de uma política “positiva e correta”) e os que

²⁵ Em sua análise, Axt chegou a conclusões similares. Segundo ele, é possível destacar alguns temas dominantes neste segmento de escritores, como por exemplo, “a glorificação do gaúcho, a chamada ‘democracia sulina’, o alto nível do debate político, a firmeza doutrinária, a disciplina partidária, a honra dos políticos e guerreiros e a violência político-partidária”. Nesta ótica, o Rio Grande do Sul foi apresentado como “um ante a parte dentro do Brasil”, “de uma cidadania superior, produto de uma politização mais sólida do que a dos demais brasileiros”, estes “entregue a corrupção e a confusão de princípios em detrimento do bem comum” (Axt 2002, 18).

eram guiados apenas pela ambição e conquista de interesses pessoais e materiais (normalmente os adversários, de cunho pejorativo)²⁶.

A maioria destes autores basearam sua argumentação em fontes repletas de cores partidárias, principalmente, nos editoriais dos jornais político-partidários. Estes dados acabaram sendo, posteriormente, reproduzidos sem maiores cuidados e a devida crítica sobre sua relação circunstancial com os jogos de poder²⁷. Este fator pode ser entendido como uma das possíveis explicações para a ênfase em determinados elementos, observando-se que a temática ideológica, inicialmente utilizada como estratégia de legitimação política, acabou sendo incorporada e reproduzida por diferentes matrizes historiográficas.

Muitos dos elementos destacados até aqui encontram-se presentes de maneira aproximada nas obras desenvolvidas nas universidades na segunda metade do século XX²⁸. Neste segmento, uma contribuição importante veio do “brasilianista”²⁹ Joseph Love³⁰. O estudo³¹, considerado um marco nas análises sobre o tema, debruçou-se, principalmente, sobre o caso do PRR, caracterizando-o como um grupo de jovens unidos pela idade, pela educação, pelos negócios familiares e por “traços ideológicos” que os diferenciava dos demais: a defesa do federalismo, a opinião coesa e radical sobre a abolição da escravidão e a afinidade com a filosofia comteana. Sua coesão estava vinculada, principalmente, à disciplina “em termos de ideologia” e de “lideranças” (Love 1975, 29-30; 53). De maneira pioneira, Love se preocupou em resgatar os fatores relativos às origens sociais e trajetória das principais lideranças do partido, identificando no positivismo o

²⁶ Conforme tive a oportunidade de analisar em minha tese de doutorado através da consulta a imprensa político-partidária e a troca de correspondências entre lideranças políticas, estas “duas formas de ver e fazer política” como incompatíveis e completamente distantes uma da outra trata-se de uma construção da época e instrumento do jogo político-partidário. Ao analisarmos o contexto histórico em foco, é possível perceber que coexistiram e auxiliaram a moldar jogo político no Brasil (Dal Forno 2020).

²⁷ Ao analisar as contribuições historiográficas acerca dos projetos e grupos em disputa na Primeira República, Maria Janotti concluiu que, “apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados por homens da época”, fazendo com que “as visões dos testemunhos entrelaçaram-se as narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico” e, com isto, valorizando determinadas versões e grupos em detrimento de outros (Janotti 2001, 141; 125).

²⁸ Cabe salientar que existem diferenças e especificidades importantes entre as contribuições anteriores e aquelas desenvolvidas no âmbito acadêmico. Nestas últimas, é saliente a maior preocupação com uma roupagem teórica e metodológica refinada para explicar os problemas diversos.

²⁹ Diversos estudiosos de fora do Brasil se interessaram pelo tema. Alguns deles, ainda não receberam tradução ou publicação no país, como Kornweibel (1971), Bak (1977), Cortés (2007) e Silvio Baretta (1991), brasileiro e com estudo desenvolvido no exterior. Mais recentemente, Jens Henstche publicou sua pesquisa sobre o impacto do positivismo na geração de políticos herdeiros de Castilhos, entre eles, Getúlio Vargas. A obra é simbólica acerca da persistência de estudos de “brasilianistas” sobre a política do Rio Grande do Sul, bem como a permanência de instrumentos explicativos voltados para o componente ideológico (Hentschke 2015).

³⁰ Além da obra referencial sobre o “regionalismo gaúcho” e o sistema político da Primeira República no Brasil (Love 1975), o autor também produziu uma síntese sobre o tema em formato de capítulo de livro (Love 2019)

³¹ O estudo foi originalmente defendido como tese de doutorado na Universidade de Columbia (1967), e, posteriormente traduzido e lançado no Brasil (1975). A experiência de estudo do autor foi relatada em entrevista concedida ao pesquisador Flavio Heinz (Heinz 2003).

seu principal elemento constituidor³². Para ele, o PRR “aderiu fielmente” às propostas de Comte que serviram tanto como base doutrinária da agremiação quanto um elemento de distinção, aspectos possíveis de serem percebidos na “política financeira conservadora de Borges”, na forma de tratar do tema operariado sob uma “ótica paternalista positivista”, na defesa da “liberdade de ensino” e entre outros assuntos³³ (Love 1975, 39; 163; 192; 180). Apesar disto, o autor alerta que “para a maioria dos elementos do PRR”, o positivismo foi “um enfeite ideológico de pouco significado” e com diversas incoerências, como por exemplo, adeptos que buscaram em Comte a justificativa do federalismo, enquanto este defendia o Estado centralizado como característica dos tempos modernos (Love 1975, 110-111).

Com argumentação centrada fundamentalmente na análise do positivismo encontram-se as obras dos filósofos Ricardo Vélez Rodríguez³⁴ e Nelson Boeira. O primeiro analisou o pensamento de Castilhos e sua influência na formação daquilo que classificou como “castilhismo”, doutrina embasada pelo positivismo, mas que não correspondeu a uma transposição mecânica e sim uma adaptação às condições históricas locais, inspirando “um governo autoritário, não representativo, que pospõem as liberdades individuais ante o interesse da segurança do Estado, assumindo forte caráter tutelar-moralista e conservador”. Para Rodríguez, existiram diferenças fundamentais entre castilhismo e comtismo: o primeiro, propagou a presença dominante do Estado nos diferentes espaços da vida social e criou “uma infraestrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas”, tendo sido essencialmente mais “totalitário”³⁵ que o segundo (Rodríguez 2000, 14; 271-275).

O estudo de Boeira³⁶ examinou os diferentes aspectos da doutrina positivista no estado, propondo uma leitura múltipla sobre o fenômeno e sua influência em termos de conteúdo, funções,

³² Cabe destacar que a obra de Love não pode ser reduzida a isto. O autor apresentou contribuição primordial na desconstrução da tradicional explicação sobre a “política do café com leite” e a alternância no poder entre mineiros e paulistas na Primeira República, propondo novos elementos para o debate (Love 1975; 264-265).

³³ Apesar da tentativa de localizar os elementos doutrinários, Love foi criticado por Maria Antonacci por não ter analisado “como a ideologia positivista interferiu nas ações do PRR” se limitando a apenas a indicar supostos atos que teriam sido influenciados pela doutrina (Antonacci 1981, 9).

³⁴ A obra original data de 1980. O estudo foi revisado e ampliado em nova publicação (2000). De acordo com Pezat, um dos pontos fundamentais da obra é o fato de Rodríguez apoiar-se em leituras diretamente de Comte, aspecto nem sempre respeitado pelos demais analistas (Pezat 2006, 265-266).

³⁵ A classificação do regime castilhista enquanto “totalitário” me parece um pouco desproporcional aos aspectos identificados no sistema político da Primeira República em comparação a outros regimes usualmente considerados como totalitários. Sobre o tema, ver: Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006; Zizek, Slavoj. *O Totalitarismo*. São Paulo: Boitempo, 2013. Além disto, na leitura do texto é possível identificar um juízo de valor sobre o PRR através de algumas afirmações: “agressivo ciclo castilhista”, “herança negativa”, “hipertrofia do Executivo e o desvirtuamento da representação”, “um passo atrás no esclarecimento alcançado pela consciência brasileira” etc. (Vélez Rodríguez 2000, 275).

³⁶ Tese de doutorado defendida na Universidade de Yale e jamais traduzida para o português. Uma síntese do estudo foi publicada como capítulo de livro, texto utilizado em minha análise (Boeira 1980). Para compreender sua linha de

periodizações, longevidades e públicos variáveis. Neste sentido, reconheceu “três tipos de positivismo” atuando na vida política e cultural entre os anos de 1870 e 1930: “político” (que interessa pontualmente a discussão proposta), “difuso” e “religioso”. Esta multiplicidade indica que a doutrina atuou por vezes como “modismo ou como um vocabulário útil, outras como uma autoridade intelectual ou justificação do autoritarismo, outras ainda como religião ou heresia a extirpar”. Em sua concepção, os historiadores do tema não perceberam “as flutuações da moralidade” e consideraram os “princípios como elementos de frequência e inércia”, sendo necessário avaliar que os políticos facilmente “abandonavam o que não servia ou acatavam aquilo que parecia útil”: os republicanos, quando no poder “defendiam o comtismo” e fora dele “voltavam-se contra os malefícios reais ou presumidos da doutrina”, e a oposição “quando cooptada, elogiava aspectos do positivismo”. Para Boeira, a doutrina esteve sujeita a “omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase”, em movimentos regidos “de um lado pelas variações dos interesses materiais e políticos de seus usuários e, de outro, pelos modismos intelectuais e pelo confronto com seus concorrentes ideológicos”. Além disto, este embasamento foi regulado pela concorrência com doutrinas opostas, a luta com a oposição “serviu para reforçar a unidade ideológica” e “aderir as posições doutrinárias do partido tornou-se uma forma de definir a identidade política” (Boeira 1980, 54; 34-37).

O fenômeno do positivismo também emerge como aspecto fundamental nas análises de três historiadoras: Sandra Pesavento³⁷, Maria Antonacci e Céli Pinto. A primeira, propôs explicar o sistema político através da relação entre o Estado, de “feição positivista e cunho autoritário”, e a economia “de base predominantemente agropecuária”, em um contexto de estruturação das bases do capitalismo e de transformação do setor pecuarista. Em seu entendimento, o Rio Grande do Sul foi o único ente da federação que se “**orientou politicamente segundo uma linha de pensamento de uma ideologia determinada**”. A doutrina comtiana, com “conotações de autoritarismo”, atuou como a “ideologia inspiradora da organização administrativa e das diretrizes políticas”, sendo adaptada às condições locais e servindo como um “reforço na justificativa do autoritarismo vigente”. Esta singularidade não significou que o estado tenha sido “positivista *in*

argumentos, o autor expõem alguns esclarecimentos: 1) o entendimento de que “o positivismo somente teve impacto sobre parcela restrita da elite”, sua decorreu do fato de que esta concentrou grande poder político e seus membros eram dotados de cultura e educação formal; 2) apesar de burocratizado, não significa que o PRR não estivesse comprometido com o coronelismo, embora seja notório a “utilização de uma ideologia com certa estabilidade” e que apesar de ser “incompreendida” por grande parte dos adeptos, “era um critério (entre outros) para o acesso e o avanço na estrutura partidária” (Boeira 1980, 34-35).

³⁷ Da vasta obra bibliográfica da autora, dois textos são fundamentais para a reflexão proposta (Pesavento 1979; 1980).

totum”, mas que foi onde estas ideias encontraram maior eco e exequibilidade (Pesavento 1979, 194-196; 205, grifo meu).

A análise de Maria Antonacci debruçou-se sobre o contexto da década de 1920, discutindo a relação entre crise econômica, oposições políticas e guerra civil de 1923. Segundo a autora, o positivismo foi a ideologia responsável por inspirar o grupo no poder, presente na conciliação entre “ordem e progresso”, no “livre desenvolvimento da iniciativa individual”, na ação reguladora do estado sobre as classes sociais conforme às necessidades do bem público etc. Apesar disto, chama atenção para o fato que os republicanos, para manterem-se hegemônicos, contaram com diferentes fatores, tais como, o apoio do governo federal, o respaldo da política dos governadores, a utilização Brigada Militar e a capacidade de mobilização dos “coronéis” (Antonacci 1981, 20-26; 33). Ao explicar a revolta de 1923, o foco central de sua análise, Antonacci defende que o conflito se tratou de um conflito no interior da classe dominante, revelando o choque entre “projetos distintos” (positivista x liberal-democrático), liderados por Borges de Medeiros e Assis Brasil, em torno da organização do estado e a forma de conformar a sociedade e atender seus interesses (Antonacci 1981, 92).

Por sua vez, Pinto³⁸ analisou a doutrina comtiana enquanto projeto implementado pelo PRR, aspecto que tornou o movimento republicano singular. Sua hipótese é de que o partido desenvolveu um “projeto não oligárquico” na medida em que se apresentou como executor de políticas que “respondiam aos interesses do estado como um todo”, construindo uma base de apoio que lhe deu condições de manter-se hegemônico no governo estadual e de liderar a campanha de 1930 à frente dos grupos de oposição, tendo em vistas a limitação destes em incorporar demandas diversificadas, fruto de suas posições liberais. Segundo a autora, o PRR se diferenciou pela preocupação com a questão ideológica e a disciplina, apresentando-se como defensor de um conjunto de princípios coerentes, perceptíveis “claramente em todas as suas manifestações”, tanto no “proselitismo político de *A Federação*”, quanto “nas declarações oficiais do governo”. O partido, ao contrário dos demais grupos oligárquicos, “governava a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões” (Pinto 1986; 12-13; 24; 67-68).

Outra tendência analítica pode ser visualizada na ênfase sobre a divisão entre “conservadores-autoritários” e “conservadores-liberais” para explicar o sistema político proposta

³⁸ Além da tese citada, a autora produziu diversos outros textos sobre a política do período.

pelo cientista político Helgio Trindade³⁹. O autor investiu na defesa da “singularidade do sistema político rio-grandense” decorrente da “presença hegemônica do PRR, de forte disciplina hierárquica e ideológica e pela constituição de uma oposição política de tradição liberal”. Dessa forma, identificou a característica básica da classe dirigente na cisão por radicalismos ideológicos, em uma “tradição política” de polarização vivida desde os tempos imperiais⁴⁰ e que persistiu no período republicano (Trindade 1979b, 15-18). Neste quadro, o autor destaca a relevância da “persistência de uma **clivagem ideológica entre duas ‘famílias políticas’** que se confrontam através de diferentes movimentos e estruturas partidárias”, os “conversadores-autoritários e conservadores-liberais”⁴¹, vinculados, respectivamente, ao PRR e PF/PL, como resultado de uma divisão no interior da oligarquia regional baseada no setor rural de grande propriedade e de economia agropecuarista. Nesta divisão reside o principal argumento do autor: a percepção de que, por um lado, existe um fosso ideológico que dividiu a classe dominante em grupos incompatíveis e antagônicos em torno do tema da “organização do Estado” e o “relacionamento deste com a sociedade civil” (Trindade 1979a, 119; 187, grifos meus); por outro lado, sugere a origem de ambos em uma mesma composição socioeconômica⁴².

A linha argumentativa proposta por Trindade sobre a polarização entre partidos “bem-organizados” e com “nítida orientação ideológica” (Trindade 1979a, 143) influenciou diversos estudos⁴³, dentre elas, a pesquisa de Maria Izabel Noll⁴⁴. Segundo a autora, as duas correntes

³⁹ O cientista político desenvolveu sua pesquisa durante a década de 1970 e publicou diversas contribuições sobre o tema.

⁴⁰ O estudo de Helga Piccolo indicou similar relevância na cisão político-ideológica durante o período imperial, onde estariam as raízes da bipolarização do período republicano (Piccolo 1974). De acordo com ela, a revolta federalista, por exemplo, tratou-se de um “choque entre dois projetos políticos distintos, entre duas maneiras de pensar a organização política da república” (Piccolo 1982, 127).

⁴¹ Alguns autores sugerem maiores cuidados com o tema: Abreu demarcou a relevância de considerar que doutrina não foi tão marcante para as tomadas de posição da “geração de 1907”, o que permitiu um melhor relacionamento com os opositoristas (Abreu 1997, 31-33); Grijó questionou a “clivagem ideológica”, argumentando que as referências ao “castilhismo positivismo” ou “liberalismo” podem ser facilmente identificados nas “manifestações públicas” (jornais ou pronunciamentos) em espaços “institucionalizados e pretensamente ‘cultos’ e/ou ‘doutos’”, locais onde o jogo político assumia a forma de “disputa retórico-oratória pontuadas por citações dos grandes mestres” (Grijó 1998, 100-101); Axt igualmente criticou o viés explicativo, já que este “reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas e castilhistas, não acrescentando novos elementos a explicação” e na qual “permanece a crença na superioridade política em relação ao restante do Brasil” (Axt 2011, 24-25).

⁴² Esta constatação levou a construção de algumas hipóteses de investigação em minha tese de doutorado: seriam estes agentes de, por exemplo, PRR e PL, tão diferentes em suas concepções políticas? Se problematizarmos sociologicamente suas origens, experiências e formações, assim como apreciarmos suas tomadas de posição, percepções e visões de mundo, não veríamos que se trata de grupos e lideranças similares? Diante deste olhar, a divisão em duas famílias político-ideológicas sectariamente divididas se sustentaria? (Dal forno 2020).

⁴³ Para além dos pontos questionados, o estudo possui méritos e contribuições essenciais para o avanço na compreensão do tema e influenciou diversos pesquisadores. Por exemplo, o estudo de Loiva Félix (1987), apesar de atentar para aspectos alternativos (papel do coronelismo e as relações entre poder local e poder estadual), igualmente reproduziu a divisão entre as famílias político-ideológicas (Felix 1987, 19).

⁴⁴ A obra em análise trata-se da dissertação de mestrado da autora defendida sob orientação de Trindade (Noll 1980).

antagônicas “eram extremamente fiéis aos pressupostos ideológicos de suas agremiações partidárias” e traziam ao debate “o dogmatismo positivista de Júlio de Castilhos e o autoritarismo pragmático de Borges de Medeiros” e “a retórica liberal parlamentarista de Gaspar Silveira Martins e o republicanismo liberal presidencialista de Assis Brasil” (Noll 1980a, 16, grifo meu). Para a autora, estas divisões vinculam-se ao rompimento entre as classes dominantes, com raízes no período imperial e recrudescimento na República. Os grupos tenderam a apresentar um corpo de projetos conservadores, divergindo apenas na forma de organização do sistema: o PRR com uma visão mais autoritária e a oposição com uma concepção mais liberal, de caráter parlamentarista ou presidencialista. As lideranças e grupos permaneceram “extremamente fiéis” a estes princípios e “radicalmente polarizados até a ascensão de Vargas ao poder” (Noll 1980, 16-17).

Sobre o conjunto de estudos elaborados no âmbito acadêmico ao longo da segunda metade do século XX cabe realizar alguns apontamentos. Em primeiro lugar, a existência de duas tendências principais inseridas em um quadro de valorização e predominância da dimensão ideológica⁴⁵: a ênfase no positivismo como elemento determinante; e a centralidade da polaridade entre projetos ideológicos ditos divergentes. Assim como nas contribuições anteriores, percebe-se que o cerne das interpretações permaneceu marcado pela temática das ideias e pela utilização dos discursos político-ideológicos da época. Neste quadro, destacam-se algumas questões relevantes. É possível perceber que grande parte da literatura se encontra de acordo sobre os determinados “preceitos positivistas” identificados no projeto do PRR. Todavia, existem discordâncias pontuais sobre esta influência: Rodríguez e outros consideram que a doutrina influenciou na defesa de um executivo extremamente forte, já Antonacci percebeu a “pouca intervenção do estado” como fruto da mesma determinação; a mesma autora argumentou que a taxa de impostos no setor pecuarista, defendida por Love como uma “discriminação regional contra a campanha”, na verdade fazia parte do “projeto positivista”. Outro exemplo, encontra-se nas interpretações sobre a obra escrita por Borges de Medeiros nos anos de 1930⁴⁶: para Noll e Carlos Cortés, o texto significou uma “transformação ideológica” e atualização de opiniões sobre o sistema político (Noll 1980, 140; Cortés 2007, 100); por sua vez, Rodríguez defendeu que a obra “não passa de uma confirmação das ideias autoritárias” e longe de ser um rompimento com Comte, deixa ver a posição “de um velho inimigo do sistema representativo” (Rodríguez 2000, 144). Ao que tudo indica, muitos

⁴⁵ Neste sentido, sobressaem-se alguns termos: “orientações ideológicas superiores”, “polarização ideológica”, “justificativa e legitimação”, “projetos distintos e divergentes”, “coerência e disciplina de princípios”, “radicalismos entre projetos ideológicos”, “castilhismo positivista”, “liberalismo”, “singularidade”, “padrão nacional versus especificidade regional”, “bipartidarismo”, “etc.

⁴⁶ Obra escrita durante sua prisão, pelo governo de Vargas, na cidade de Recife, Pernambuco. Ver: Medeiros (1933).

autores partiram de um mesmo dado inquestionável, a influência e determinação do embasamento ideológico nas condutas políticas, mas acabaram chegando a conclusões diferentes e, por vezes, até mesmo antagônicas, em um problema que pode de ser entendido à luz da crítica de Boeira de que o positivismo, em alguns casos, atuou como uma “camisa de fora”, levando pesquisadores a encaixá-lo de diferentes formas (Boeira 2002, 240).

Outro ponto importante diz respeito a manutenção de uma ótica sobre a “especificidade” ou “superioridade” dos quadros políticos regionais frente ao demais entes da federação. Esta linha de argumentos, fruto dos discursos políticos da época, permaneceu contaminando as impressões historiográficas desde os escritos de contemporâneos e foi, em partes, reproduzida pelos estudos acadêmicos. Esta visão aparece através de um entendimento de que determinados aspectos do estado foram “diferentes” ou até mesmo “melhores” frente ao panorama geral da história política brasileira, como, por exemplo, na ideia da “tradição de bipartidarismo”: enquanto nas demais regiões vivia-se o “marasmo” dos partidos únicos, no estado sobressaiu a prática democrática de organização e disputa entre grupos divergentes.

Não obstante, é possível identificar a percepção por parte dos estudiosos sobre as incoerências e inconsistências percebidas nas tão propagadas visões de “fidelidade”, “disciplina” e “coesão ideológica”⁴⁷. Estas considerações aparecem nos textos através de passagens que destacam os “posicionamentos tácitos”, as “adequações conjunturais das ideias”, o “poder moldando a ideologia”, a “camuflagem retórica na luta pelo poder”, a “flutuações das ideias”, os “ciclos do discurso diante das fases da luta política” e as “conveniências políticas”. Através disto, pode-se sugerir que muitos autores se preocuparam em apresentar episódios e conjunturas que demonstrassem os diferentes tipos de incoerências, divergências e mudanças de posicionamentos, com isto, abrindo possibilidades de pensar outros elementos e recursos para além da determinação ideológica.

Cabe destacar que este conjunto de autores acadêmicos foi o principal responsável por inserir diversos novos elementos ao debate, bem como ampliar a compreensão de muitos aspectos fundamentais sobre o assunto, tais como: a discussão sobre a ideia de cisão e fração da classe dominante; o exame das diferentes estratégias empenhadas pelos agentes e grupos na luta pelo poder; as relações com outros níveis de poder, como a esfera federal e a importância das bases locais; a presença e influência do coronelismo e aspectos correlatos ao seu funcionamento; o papel

⁴⁷ Neste sentido, principalmente, Rodríguez e Boeira demonstraram maiores cuidados com a influência das premissas ideológicas na política partidária, atentando para leituras múltiplas e conjunturais do fenômeno, destacando a diversidade de ideias, suas diferentes apropriações e a existência de ciclos no discurso.

desempenhado por determinadas lideranças; a construção do regime republicano no âmbito regional; a participação do PRR na política dos governadores; e entre diversos outros tópicos instigantes e fundamentais para um melhor entendimento do funcionamento do sistema político da Primeira República.

Considerações finais

Através da análise das diferentes contribuições selecionadas identifiquei a presença de alguns elementos centrais e problematizados ao longo do texto. Cabe retomar alguns deles e complementar com outras notas interpretativas. Em primeiro lugar, destaca-se uma narrativa que classificou os partidos e líderes do Rio Grande do Sul como guiados exclusivamente por “ideias e princípios”, com isto, afastados das “mazelas e problemas” que supostamente contaminaram a política brasileira ao longo do período. Esta visão de excepcionalidade esteve vinculada à concepção de “pureza” e “superioridade” praticada na política partidária regional. Neste quadro situa-se a íntima conexão entre lideranças e ideologias. Estes dois aspectos aparecem interligados nas explicações propostas, sendo os líderes, na maioria das vezes, descritos enquanto “brilhantes” e “superiores” justamente pela sua capacidade de “doutrinação”, embasamento e atuação fiel e coerente com o plano das ideias. Afastados dos interesses materiais e das ambições pessoais de poder, estes agentes seriam “homens de princípios”, guiados por uma constelação de ideias definidas e coerentes ao longo de sua trajetória de vida.

Estes aspectos permitem refletir sobre a relação entre os políticos e o plano doutrinário. De maneira geral, ao analisarmos a historiografia, tem-se a impressão de que todos aqueles políticos dominavam amplamente estes códigos e teorias. Obviamente, estas concepções encontravam-se presentes em nomes como Assis Brasil, Júlio de Castilhos e muitos outros, os quais materializaram seus pensamentos e visões através de publicações como programas partidários, artigos, livros, projeto de constituição e manifestos. Mas, seria possível aplicar esta mesma percepção a todos os demais? Todos aqueles inseridos no mundo político eram leitores, pensadores e possuíam o domínio das teses liberais ou positivistas como parecem crer as análises historiográficas? Da mesma maneira, é possível identificar a presença de uma “ilusão biográfica”, tal qual denunciada por Pierre Bourdieu, segundo a qual um percurso de vida poderia ser lido como um projeto definido e inteligível, com início, meio e fim coerente e linear (Bourdieu 2001, 185-190). A figura de Castilhos, por exemplo, em diferentes contribuições aparece reiteradamente descrito como condutor de determinados posicionamentos desde jovem nos bancos acadêmicos até sua ascensão política e partidária, sempre fiel a doutrina que empolgava suas tomadas de decisões.

Além disto, a centralidade de determinadas lideranças específicas, tema já amplamente visitado e debatido⁴⁸, também pode ser apreendido através do elevado número de biografias ou estudos produzidos em torno de determinadas personalidades, como por exemplo, Júlio de Castilhos⁴⁹, Borges de Medeiros⁵⁰, Gaspar Silveira Martins⁵¹ e Joaquim Francisco de Assis Brasil⁵². Neste sentido, em paralelo ao fator ideológico, os personalismos e as explicações voltadas para os conflitos pessoais parecem ter sido as principais fontes de argumentos, principalmente entre os “historiadores não acadêmicos”, mas, ainda relativamente presente nas abordagens desenvolvidas nas universidades.

A combinação entre ideologias e “grandes lideranças” podem ser consideradas duas linhas-mestres na construção das mais diferentes interpretações. Para citar apenas dois exemplos sobre o funcionamento desta lógica: as explicações sobre o processo de formação do Partido Libertador, caracterizadas pelo enfoque excessivo na atuação de Assis Brasil e na discussão sobre a centralidade dos conflitos e dificuldades em conciliar parlamentarismo e presidencialismo no programa partidário (Fontoura 1958, 302-310; Sá 1972, 67-69; Cortés 2007, 35-41; Trindade 1979a, 168-169); ou ainda, no destaque ao perfil “conciliador” de Getúlio Vargas para a formação da Frente Única Gaúcha e da campanha da Aliança Liberal, bem como na ideia de construção de um “projeto liberal de salvação da república brasileira” empreendido pelas elites (Love 1975, 242; Pesavento 1979, 225; Trindade 1979, 166-167; Noll 1980, 23-24; Félix 1987, 157-158; Grijó 1998, 200).

Outro ponto importante, é de que a linha argumentativa sobre ideologias influenciou na construção de uma visão de singularidade e superioridade na trajetória histórica dos sul-rio-grandenses em comparação aos demais entes da federação. Os partidos e políticos do estado seriam mais “politizados”, apresentariam uma “fidelidade partidária” mais destacada e um “corpo de doutrinas e princípios” mais coerente e coeso. Estes argumentos faziam parte do contexto histórico em análise, eram também instrumentos do jogo político-partidário, formas de legitimar a si e criticar os adversários, mas que, igualmente, acabaram contaminando as análises posteriores.

Por fim, cabe destacar que se nem tudo foi “positivismo” ou “liberalismo” na política do estado sulino, nem tudo foi ideologia nas explicações e descrições historiográficas propostas. Nas narrativas e análises de diferentes autores emergiram outras possibilidades de pensar a temática: a discussão sobre a ideia de cisão e fração da classe dominante; o exame das diferentes estratégias

⁴⁸ Trindade (1979), Antonacci (1981) e Axt (2011) criticaram as vertentes de estudos que se preocuparam em demasia com determinadas lideranças e reduziram as explicações sobre o tema em torno de determinados nomes.

⁴⁹ Por exemplo: Campos 1903; Rosa 1928; Franco 1967; Soares 1991; Bakos 2006.

⁵⁰ Por exemplo: Almeida 1928; Medeiros 1961; Civita 1970; Pesavento 1990.

⁵¹ Por exemplo: Porto 1891; Martins 1929; Orico 1935; Jacques 1960; Alves 2001.

⁵² Por exemplo: Souza 1958; Brossard 1989; Osório 1986; Reverbel 1990; Aita 2006.

empenhadas pelos agentes e grupos; as relações com outros níveis de poder, como a esfera federal e a importância das bases locais; a presença e influência do coronelismo e aspectos correlatos ao seu funcionamento⁵³; a construção do regime republicano no âmbito regional; e entre diversos outros tópicos instigantes.

O objetivo dessa análise não foi de negar a importância do elemento ideológico no sistema político do Rio Grande do Sul republicano, muito menos desconsiderar uma série de profícuas e instigantes contribuições produzidas em torno do tema. Mas sim, identificar e problematizar sobre de que forma este elemento paulatinamente se constituiu como determinante nas explicações historiográficas, contribuindo para sucessivas e repetidas interpretações e visões sobre o contexto histórico, ao mesmo tempo em que encobriu outros tópicos importantes para a compreensão do jogo político da época, como por exemplo, as relações clientelares, os acordos e pragmatismos das elites, a importância das suas bases e interesses socioeconômicos, a atuação dos grupos e agentes de oposição e muitos outros assuntos que ainda estão por serem estudados e/ou aprofundados pela historiografia.

Referências bibliográficas

- Abreu, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- Aita, Carmen. “Liberalismo & república: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil”. Tese de doutorado, Porto Alegre, PUC, 2007.
- Almeida, João Pio de. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- ALVES, Francisco das Neves. *O tribuno do império: Gaspar da Silveira Martins sob o prisma da imprensa*. Rio Grande: FURG, 2001.
- Antonacci, Maria Antonieta. “A Revolução de 1923: as oposições na República Velha.” *Em: RS: economia e política*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (orgs.). p. 229-253. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- Antonacci, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- Axt, Gunter. “Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas”. *Métis (UCS)*, v. 1, n.1 (2002): 39-70.
- Axt, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- Bak, Joan Lamayson. “Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The Case of Rio Grande do Sul, 1890-1937”. Tese de Doutorado, EUA, Yale University, 1977.
- Bakos, Margaret. *Júlio de Castilhos: Positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

⁵³ O fenômeno é tema antigo e recorrente. Para o caso sul-rio-grandense, um dos principais trabalhos a aprofundarem o tema e inaugurar um novo campo de estudos foi produzido por Félix (1987).

- Baretta, Sívio Rogério Duncan. “Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil”. Tese de Doutorado, EUA, University of Pittsburgh, 1991.
- Boeira, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”. EM: *RS: cultura e ideologia*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (Orgs). p. 34-59. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- Boeira, Nelson. “O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa”. Em: *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Reckziegel, Ana Luiza; Félix, Loiva Otero (org). p. 237-246. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- Brossard, Paulo. *Ideias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989.
- Campos, Emílio de. *Júlio de Castilhos: sua ação política e social no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1903.
- Civita, Victor. *Borges de Medeiros: 1863-1961*. São Paulo: Abril Cultural, 1970.
- Cortés, Carlos E. *Política Gaúcha (1930 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- Dal Forno, Rodrigo; Lapuente, Rafael (orgs.). *Clássicos de história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- Dal Forno, Rodrigo. “O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920.” Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- Dal Forno, Rodrigo. “Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)”. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- Elmir, C. P.; Machado Junior, C. S. “A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2011)”. Em: *Do passado para o futuro*. Raquel Glezer. (Org.) v. 1, p. 275-290. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.
- Escobar, Wenceslau. *Apointamentos para a história da revolução Rio-Grandense de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920.
- Escobar, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.
- Ferreira Filho, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- Ferreira Filho, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- Ferreira, Marieta M.; Pinto, Surama. “Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas.” *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 23 (2017): 25. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230301>
- Félix, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- Figueiredo, Vitor. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017. <https://doi.org/10.24824/978854441836.9>
- Flores, Ericson. “Um posto de combate e uma tribuna de doutrina: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932).” Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: UPF, 2009.
- Flores da Cunha, José Antônio. *A Campanha de 1923*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- Fontoura, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.
-

- Fontoura, João Neves da. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- Franco, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- Grijó, Luiz Alberto. “Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907””. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- Gutfreind, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- Heinz, Flávio; Love, Joseph. “Entrevista com Joseph L. Love.” *Estudos Históricos*, v. 32, n.32 (2003) 165-177.
- Hentschke, Jens. *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- Holanda, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.
- Jacques, Paulino. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1960.
- Janotti, Maria de Lurdes. O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- Kornweibel, Richard. “Júlio de Castilhos and the Republican Party of Rio Grande do Sul.” Tese de Doutorado, Santa Bárbara: University of Califórnia, 1971.
- Love, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Love, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. Em: *Clássicos de história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Dal Forno, Rodrigo; Lapuente, Rafael (orgs.), p. 73-107. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- Marques, Antero. *Mensagem a Poucos e do Ibirapuitã ao Armistício*. Porto Alegre: Edigal, 2005.
- Martins, José Júlio Silveira. *Silveira Martins*. Rio de Janeiro: São Benedicto, 1929.
- Medeiros, Borges de. *O Poder Moderado na República Presidencial*. Recife: S. A. Diário de Pernambuco, 1933.
- Medeiros, Poty. *Borges de Medeiros: alguns aspectos de sua vida*. Porto Alegre: s/e, 1961.
- Noll, Maria Isabel. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul - 1928-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 1980.
- Orico, Oswaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- Osório, Pedro Luís. *Assis Brasil*. Porto Alegre: Tchê! 1986.
- Osório, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- Perissinotto, Renato Monseff; Sêga, Rafael Augustus. "Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)". *Revista Almanack*, n°2, julho/dezembro de 2011: p. 101-113. <https://doi.org/10.1590/2236-463320110207>
- Pesavento, Sandra. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”. Em: *RS: economia e política*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (orgs.). p. 193-255. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
-

- Pesavento, Sandra. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- Pesavento, Sandra. “O velho/novo positivismo.” Em: *Revisitando o positivismo*. GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (orgs). p. 59-64. Canoas: Editora La Salle, 1998.
- Pezat, Paulo Ricardo. “O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha.” *Anos 90*. v. 13 (2006): 255-285. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6404>
- Piccolo, Helga. *A política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- Piccolo, Helga. “A História do Rio Grande do Sul: uma História em Processo de Revisão e Elaboração. O movimento republicano no século XIX - 1a. Parte”. *Revista Brasileira de História*, n.4 (1982): 233-242.
- Pinto, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: LPM, 1986.
- Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.
- Porto, José Mariano. *Apontamentos biographicos de Gaspar da Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1891.
- Ricci, Paolo; Zulini, Jacqueline. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2 (2014): 443-479. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>
- Ricci, Paolo; Zulini, Jacqueline. “Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República.” Em: *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (Org.). p. 195-225. Porto Alegre: PUCRS, 2016.
- Rosa, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- Rouston Jr., Eduardo. “A oposição federalista na Câmara dos Deputados: atuação, ideias e trajetórias de algumas lideranças políticas (1906-1926).” Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- Reverbel, Carlos. *Assis Brasil*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- Russomano, Victor. *História Constitucional do Rio Grande do Sul*. Pelotas: O Globo, 1932.
- Sá, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- Sá, Mem de. *Tempo de Lembrar*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- Saccol, Tassiana. “De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)”. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- Soares, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- Souza, J. P. de Coelho. *O pensamento político de Assis Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- Trindade, Helgio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937)”. Em: *RS: economia e política*. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.) p. 119-191. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979^a.
- Trindade, Helgio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1889-1937*. Porto Alegre: Sulina, 1979b.
-

Trindade, Helgio (Org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

Viscardi, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

Viscardi, Cláudia. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Véléz Rodríguez, Ricardo. *Castilbismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST, 1980.

Véléz Rodríguez, Ricardo. *Castilbismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

Recebido: 09 de abril de 2021
Aprovado: 11 de maio de 2021

Uma diversão civilizada para um bairro moderno: o hipódromo de Vila Isabel (Rio de Janeiro; 1884-1890)

A civilized entertainment for a modern neighborhood: the Vila Isabel racecourse (Rio de Janeiro; 1884-1890)

Una diversión civilizada para un barrio moderno: el hipódromo de Vila Isabel (Rio de Janeiro; 1884-1890)

*Victor Andrade de Melo**

<http://orcid.org/0000-0002-1983-1475>

RESUMO: Na metade inicial dos anos 1870, foi criada a Vila Isabel, primeiro bairro planejado do Rio de Janeiro, uma iniciativa privada. O objetivo deste estudo é discutir a experiência de um hipódromo que, nessa localidade, por quase seis anos manteve-se em funcionamento, buscando compreender sua relação com os processos de urbanização, especialmente com os intuítos do empreendimento imobiliário. Como fontes, foram utilizados periódicos publicados entre 1884 – ano em que o Prado foi inaugurado, e 1890 – quando se encerrou sua trajetória. O intuito é lançar um olhar para a história da cidade a partir de um indicador de urbanidade – a estruturação de entretenimentos públicos. Ao fim, conclui-se que o hipódromo investigado foi entendido como estratégia de produção do espaço, uma agência interveniente no desenvolvimento e forja de um perfil do local – uma diversão civilizada para um bairro moderno.

Palavras-chave: História do Rio de Janeiro. História do Esporte. Vila Isabel. Turfe.

ABSTRACT: In the early half of the 1870s, Vila Isabel was created, the first designed neighborhood in Rio de Janeiro, a private initiative. The objective of this study is to discuss the experience of a racecourse that, in this location, for six years has remained in operation, seeking to understand its relationship with the urbanization processes, especially with the intentions of the real estate

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estudos de Pós-Doutorado em História (UFF/2010). Últimas publicações: Inglaterra, França, Argentina: circulação de ideias na imprensa esportiva do Rio de Janeiro do século XIX. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-17, 2020; Educação do corpo nas escolas do Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020. Área de estudos: História do esporte e do lazer. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

company. As sources, were used newspapers and magazines published between 1884 – the year in which the racecourse was inaugurated, and 1890 – when its trajectory ended. The aim is to take a look at the history of the city from an urbanity indicator - the structuring of public entertainments. In the end, it is concluded that the investigated racecourse was understood as a space production strategy, an agency intervening in the development and forging a profile of the place – a civilized diversion for a modern neighborhood.

Keywords: Rio de Janeiro History. Sports History. Vila Isabel. Horse racing.

RESUMEN: A principios de la década de 1870, se creó Vila Isabel, el primer barrio planeado en Río de Janeiro, una iniciativa privada. El objetivo de este estudio es discutir la experiencia de un hipódromo que, en este lugar, durante seis años se ha mantenido en funcionamiento, buscando comprender su relación con los procesos de urbanización, especialmente con las intenciones del emprendimiento inmobiliario. Como fuentes, se utilizaron revistas y periódicos publicados entre 1884, año en que se inauguró el hipódromo, y 1890, cuando terminó su trayectoria. El objetivo es lanzar una mirada a la historia de la ciudad a partir de un indicador de urbanidad: la estructuración de los entretenimientos públicos. Al final, se concluye que el hipódromo investigado ha sido entendido como una estrategia de producción del espacio, una agencia que intervino en el desarrollo y forja de un perfil del lugar – una diversión civilizada para un barrio moderno.

Palabras clave: Historia de Río de Janeiro. Historia del deporte. Vila Isabel. Turf.

Como citar este artigo:

Melo, Victor Andrade de. “Uma diversão civilizada para um bairro moderno: o hipódromo de Vila Isabel (Rio de Janeiro; 1884-1890)”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 296-322.

Introdução

A Vila Isabel, situada onde era a Fazenda dos Macacos, vai ser, graça aos bondes que fazem o trajeto em meia hora, uma povoação florescente, destinada a ser absorvida no espraçamento incessante da capital. Por ora, que ainda não nasceu, quem desce do bonde vê-se no centro de uma campina verdejante, que está mesmo a pedir que lhe abram ruas e nelas edifiquem casas. Na verdade, está ali um pequeno paraíso (O Mosquito 11/10/1873, 3).

A Vila Isabel, localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, nos dias atuais é conhecida por sua relação com o samba e a boêmia. No século XIX, todavia, se tornou notória por ser o primeiro bairro planejado da cidade, construído por uma iniciativa privada. Em 1872, as antigas terras da Fazenda dos Macacos, propriedade da família imperial, foram adquiridas por João Batista Viana Drummond, empresário progressista, abolicionista, homem sintonizado com as mudanças da

sociedade fluminense, antenado com os crescentes movimentos de adesão ao ideário e imaginário da modernidade (Albernaz 1985; Benchimol 1992; Santos, Leite e Franca 2003).



Figura 1: Em azul, o Centro. Em vermelho, o bairro de Vila Isabel. Em laranja, o local do hipódromo de Vila Isabel. Em preto, o Jockey Club. Em marrom, o Turf Club. Em lilás, o Derby Club. Em verde, o Hipódromo Nacional. Greiner, Ulrik. Planta da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios. [190-?]. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O bairro começou a ser habitado em 1874. Inspirado em modelos franceses, o projeto foi da lavra de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, um dos engenheiros mais destacados do país no século XIX (Benchimol 1992; Santos, Leite e Franca 2003). Professor da Academia Imperial de Bellas Artes e da Escola Politécnica, foi um dos líderes da criação da Sociedade Propagadora das Belas-Artes e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. São de sua autoria as plantas de algumas importantes edificações da cidade, entre as quais a ampliação do Colégio Pedro II, a Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória (atual Colégio Estadual Amaro Cavalcanti) e a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro (hoje o Centro Cultural Banco do Brasil) (Sobral Filha 2013).

A construção da Vila Isabel deve ser compreendida no cenário de aumento de preocupações com a ordenação, saneamento e planejamento do espaço urbano do Município Neutro da Corte, manifesta de forma explícita no Plano de Melhoramentos da Cidade (1875-1876) (Pechman e Fritsch 1985; Andreatta 2016). Essas iniciativas tinham em conta promover intervenções para adequar a cidade a ideais de civilização e progresso que se tornavam cada vez mais circulantes. Neste artigo, trabalhamos essas duas noções a partir do que infere Azevedo (2014, 6):

A noção de progresso à qual buscava associar-se a monarquia brasileira não se afigurava tão fortemente vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse. A noção de progresso brasileira estava ligada à ideia de civilização, na qual se encontrava compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua “atualização histórica” na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do “progresso da civilização” dos principais países europeus.

Residia na associação dessas duas ideias – progresso e civilização – a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira de universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo que a inseria em um movimento superior, meta-histórico. Progresso, como entendido e propagado pela Coroa significava um movimento de melhoria contínua na qual, necessariamente, encontrava-se compreendido o aperfeiçoamento da civilização. Portanto, no entender da Coroa, a noção de civilização era percebida não como parte integrante do progresso, mas como algo consubstancial a este, intuito superior do seu movimento, razão orientadora de sua manifestação.

Segundo esse autor (2014, 22), houve uma importante diferença dessas noções com o que era concebido na mesma ocasião na Europa e com o que seria estruturado no Brasil republicano:

(...) de maneira distinta do que já ocorria na Europa, a ideia de progresso presente no Brasil das últimas décadas do Segundo Reinado não se postava no campo do desenvolvimento material, mas antes como um avanço moral, intelectual, social, político, cultural e artístico. Como observamos, de maneira distinta do que ocorrera na República, no Brasil monárquico, quando se desejava aludir ao desenvolvimento material a palavra preferencialmente empregue era prosperidade, e não progresso. Essa noção foi percebida nas últimas décadas do Império como desenvolvimento de uma civilização no tempo, enfim, como um valor relativo, que adquiria o seu estatuto de legitimidade a partir de sua imbricação com o ideal de civilização, valor maior a ser exaltado no processo de construção da nação.

Nesse cenário, a ideia dos responsáveis pela concepção e construção de Vila Isabel era que fosse um bairro padrão, incorporando tudo que havia de mais moderno no momento: “o saneamento e a higiene, aliados ao progresso, eram o discurso constante” (Santos, Leite e Franca 2003, 57). Vale ter em conta que a criação e desenvolvimento do empreendimento, entabulados pela Companhia Arquitetônica de Vila Isabel, se articularam com a fundação e funcionamento da Companhia Ferro-Carril da Vila Isabel: “Nesse caso, os próprios concessionários da empresa de bondes se envolveram concomitantemente nos dois negócios (Weid 1994, 13).

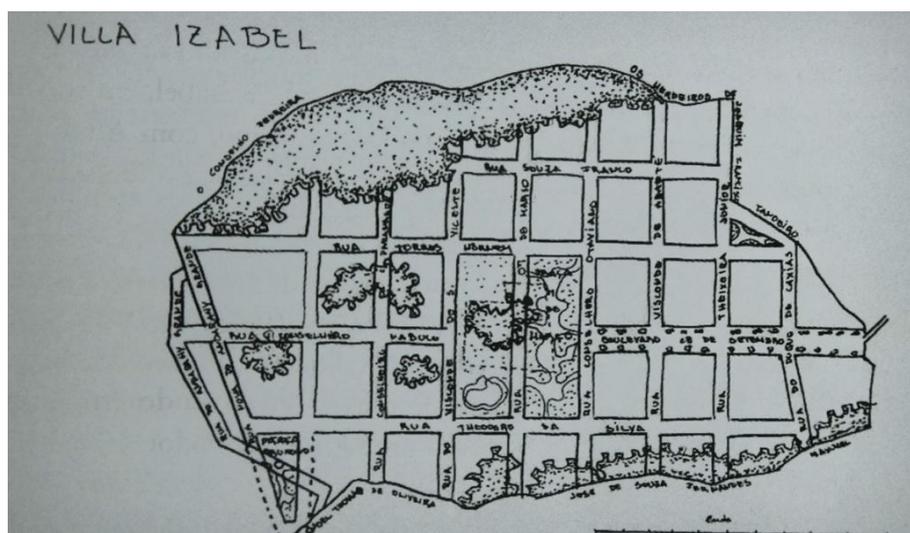


Figura 2: Planta das ruas de Vila Isabel, 1872. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/noticia/2015/05/rio-450-anos-bairros-rio-vila-isabel>

Não surpreende, portanto, que datas e nomes de pessoas ligadas a ideias progressistas tenham sido utilizados para denominar as ruas do novo bairro que já nascia com ares de avanço civilizacional. Seu logradouro mais importante e simbólico é uma expressão do que se esperava consagrar com o empreendimento: a Boulevard 28 de setembro celebrava tanto a influência francesa quanto a data de promulgação da lei do Ventre Livre¹.

Vale observar que contribuiu para o aspecto progressista de Vila Isabel, bem como para gerar uma maior diversificação social, a instalação de fábricas nas suas fronteiras, entre as quais merece destaque a Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial (Benchimol 1992). Perceba-se que um de seus dirigentes, o comerciante e banqueiro Manoel Salgado Zenha, atuou com Drummond em uma de suas realizações mais conhecidas no bairro: o primeiro e mais antigo Jardim Zoológico do país, concebido como um lugar moderno, higiênico, sintonizado com os novos tempos e com novidades que havia em cidades europeias (Magalhães 2005).

Entre 1872 e 1890, a população do Rio de Janeiro aumentou 90%, passando de 274.972 para 522.651 moradores. O Engenho Velho, do qual Vila Isabel fazia parte, foi a Freguesia urbana que proporcionalmente mais cresceu – 135%, passando de 15.756 para 36.988 (Abreu 1987). O novo bairro certamente deu um contributo para esse incremento, sendo a instalação de meios públicos de transporte um elemento fundamental para seu desenvolvimento.

¹ Uma matéria publicada pela Biblioteca Nacional faz um bom levantamento de alguns dos homenageados com a denominação de ruas do bairro. Um exemplo é Bernardo de Souza Franco, abolicionista e presidente da província do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/noticia/2015/05/rio-450-anos-bairros-rio-vila-isabel>. Acesso em 16 mai. 2021.

Vejamos mais alguns dados coligidos por Abreu (1987) para melhor delinear um possível perfil do bairro a partir da Freguesia. Em 1890, era a segunda em número de moradores que atuavam como profissionais liberais, perdendo apenas para a Glória. Era a primeira em pessoas que vivem de renda. Isso é, havia gente de estratos alto e médio habitando na localidade.

De outro lado, havia como moradores, especialmente nas suas fronteiras, bom número de empregados domésticos, da indústria e do comércio que ocupavam habitações populares (Albernaz 1985). Esses também eram alvo das ações de modernização do bairro, tanto por motivos simbólicos (garantir a difusão de certos ideais e apresentar publicamente as lideranças) quanto comerciais (ampliar o público consumidor).

Drummond percebeu a ampliação do interesse pelos divertimentos públicos (Melo 2017) e desejou inserir seu empreendimento imobiliário nesse cenário, vislumbrando também uma possibilidade de potencializar os lucros da Companhia Arquetônica (Mota e Pamplona 2020). Ainda que os primeiros movimentos de criação do Zoológico tenham surgido em 1884, e as obras iniciadas em 1885, somente foi inaugurado em 1888².

O bairro que fora concebido e apresentado como exemplo de civilização e progresso precisava mesmo, no olhar dos responsáveis pela iniciativa, de diversões públicas para conformar esse perfil, como já era usual em experiências semelhantes de urbanização. Isso ia também ao encontro das expectativas que estavam sendo geradas entre parte da população do Rio de Janeiro. O Jardim Zoológico, contudo, não foi o primeiro entretenimento estabelecido em Vila Isabel. Entre outros que antes houve, durante quase seis anos manteve-se em funcionamento um hipódromo.

O objetivo deste estudo é discutir a experiência desse hipódromo, buscando compreender sua relação com os processos de urbanização do Rio de Janeiro, especialmente com os intuitos do empreendimento imobiliário que deu origem à Vila Isabel. Pretende-se investigar como o prado foi mobilizado como uma estratégia de “produção do espaço”.

Para Henri Lefebvre (2006, 6), se “o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com ‘as sociedades’, se se quiser exprimir assim. Portanto, há uma história do espaço”. Como infere Carlos (2019, 472), no diálogo com o intelectual francês, esse processo está relacionado aos “ritmos impostos pela racionalidade humana, como momento da modernidade que

² O Zoológico acabou também conhecido pelo surgimento do jogo do bicho, a princípio concebido como uma estratégia para ajudar na sua manutenção (Magalhães 2005).

vem acompanhado por uma consciência da efemeridade e da fugacidade impostas pelas separações (...) projetadas nos lugares”.

Henri Lefebvre percebe que uma das inferências do capitalismo na conformação das cidades é a “cisão da vida real em setores definidos e separados em suas funções e organizados como momentos referentes: aquele do trabalho, o da vida privada e o dos lazeres” (Carlos 2019, 462), algo que ajuda a pensar a estruturação de diversões públicas, como é o caso do hipódromo.

No caso de Vila Isabel, há que se ter em conta outra percepção do intelectual francês – a ocupação das “franjas” da cidade com beneplácito do Estado, intermediada pelo protagonismo do setor imobiliário, ainda mais claro em situações marcadas pelo planejamento e explícita comercialização de terras:

O conceito de urbano tal como formulado por Lefebvre permite descrever um duplo processo: o da implosão-explosão da cidade antiga, o que significa que a sociedade urbana se constitui sobre a ruína da cidade – o momento em que o processo de reprodução se realiza em outro patamar –, e o da produção/reprodução do espaço como necessidades da produção de novos espaços de acumulação, acompanhada da instauração do cotidiano como produto do desenvolvimento da história (Carlos 2019, 467).

Silva, Ornat e Chimin Junior (2019, 74), também no diálogo com Lefebvre, chamam a atenção para que se perceba a articulação entre a produção e a reprodução, manifesta inclusive na citada fragmentação das atividades laborais e de entretenimento. Isso é, “as ideias de Lefebvre sustentam que o espaço é resultado não apenas da produção de objetos e bens materiais, mas também de práticas sociais, conhecimento, estruturas sociais e instituições”.

O planejado bairro de Vila Isabel era fruto de uma cidade que passava por mudanças, se espalhando territorialmente e aderindo progressivamente ao ideário e imaginário da modernidade. O esporte, entre os quais o pioneiro turfe, também era um indicador desse cenário, entendido como símbolo de civilização e progresso. O que nos motiva é perceber como a experiência do hipódromo de Vila Isabel ajuda a compreender as estratégias entabuladas no processo de urbanização tendo em conta a conformação de um perfil para a localidade, a produção do espaço.

Certamente, há que se considerar que nesse processo de “enquadramento das experiências corpóreas” manifestam-se resistências de distintas naturezas, para Lefebvre sinais das dissonâncias entre o percebido, o concebido e o vivido, entre as “representações do espaço” e os “espaços de representação” (Seabra 1996; Silva, Ornat e Chimin Junior 2019). Reconhecemos que, neste estudo, só tangencialmente vamos tocar nessa questão, investindo mais na percepção daquilo que foi idealizado por um conjunto de lideranças tendo em vista suas intencionalidades para o bairro. Isso é, temos em conta as intervenções no espaço promovidas por esses agentes, um grupo de capitalistas que estruturava seus investimentos a partir de certas concepções e inspirações.

Para alcance do objetivo, como fontes, foram utilizados periódicos publicados no Rio de Janeiro entre 1884 – ano em que o hipódromo foi inaugurado, e 1890 – quando se encerrou sua trajetória³. A maior parte das informações coletadas são de caráter indicador, notícias sobre as iniciativas. Quando se tratou de posicionamentos sobre as experiências, procurou-se ter em conta o perfil do periódico e do autor, quando possível e sem estabelecer uma relação linear entre ambos.

Teve-se em conta que a imprensa não só já era um importante fórum de repercussão das mais diferentes ocorrências públicas, como também era mobilizada pelos diversos grupos que interferiam no cotidiano urbano, inclusive pelos responsáveis pelas iniciativas do bairro de Vila Isabel. Há que se considerar que também publicavam de forma paga, mas também difundiam de maneira gratuita, as informações que interessavam aos líderes dos empreendimentos. De outro lado, também acolhiam e exerciam o papel de críticos a alguns dos limites de suas realizações.

O intuito é lançar um olhar para a história da cidade a partir de um indicador de urbanidade – a estruturação de entretenimentos públicos. Isso é, estamos sugerindo que a compreensão do papel desempenhado pelas diversões pode ser útil para melhor entendermos certas ações entabuladas no sentido de constituir o tecido urbano, o processo de urbanização, a produção do espaço.

Um novo prado no Rio de Janeiro

A Vila Isabel vai ser amanhã o *rendez vous* da elegância, do chique e do bom gosto. (...). O clube de Vila Isabel vai amanhã conter em si o que há de melhor no Rio de Janeiro (Gazeta da Tarde 21/06/1884, 2)⁴.

Já nos seus primeiros anos, alguns divertimentos se estruturaram em Vila Isabel. Em dezembro de 1873, se inaugurou um pequeno teatro com uma exibição da companhia de Joseph Arnaud (A Vida Fluminense 20/12/1873, 1657), um francês que esteve envolvido com muitas iniciativas dramáticas no Rio de Janeiro do século XIX, entre as quais com o famoso e polêmico Alcazar, que apresentava espetáculos à moda dos cabarés parisienses (Dias 2012).

Embora pouco anunciado nos jornais, parece ter tido um frequente funcionamento o modesto teatro, algo que dependeu do crescimento do bairro e do aperfeiçoamento do serviço de bondes. Perceba-se que eventualmente as notícias de Vila Isabel eram apresentadas em seções destinadas aos subúrbios (Diário de Notícias 14/01/1888, 1). Até que os transportes públicos

³ Os periódicos foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foram acessadas as informações em todos jornais e revistas disponíveis fazendo uso de palavras-chave.

⁴ A Gazeta da Tarde foi dirigida por José do Patrocínio, importante personagem da história nacional que, morador de São Cristóvão, entre outras características, dedicava grande atenção para as ocorrências dessa região da cidade, sempre com um olhar generoso, ainda que, por vezes, crítico. Teve diversos envolvimento com agremiações esportivas, inclusive com o Prado Guarani (Melo e Chevitaese, 2018). Há também que se ter em conta que foi um jornal engajado nas causas abolicionistas, simpático a certos processos de modernização da sociedade fluminense.

melhor se estruturassem, a localidade não era tão facilmente acessada se considerarmos o ponto de vista de quem vivia na mais valorizada e habitada região central.

Em 1879, esse primeiro teatro se incendiou por completo, mas já no início dos anos 1880 houve outra casa oferecendo animadas funções na Boulevard 28 de Setembro. Tornaram-se conhecidos os bailes populares promovidos pela Companhia Arquitetônica nos seus belos jardins, por vezes com apoio da municipalidade. A iluminação de tais eventos noturnos era mobilizada como uma propaganda do projeto do bairro, uma estratégia para conformar e divulgar sua vocação moderna (O Paiz 09/08/1885, 1).

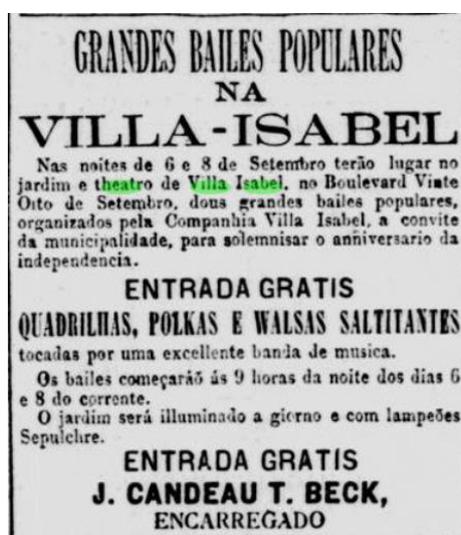


Figura 3: Anúncio de bailes promovidos no Teatro de Vila Isabel. Jornal do Comércio 05/09/1885, 6.

Além de receber companhias, atrizes e atores profissionais, o teatro acolhia também as apresentações do Clube Dramático Vila Isabel, uma das primeiras experiências associativas do bairro, responsável pela dinamização da casa de espetáculos. Na ocasião, agremiações congêneres se espalharam pela cidade, tornando-se importantes fóruns de organização de distintos grupos sociais, “espaços legítimos de participação e ação política que garantiam a cidadania de seus associados” (Penna-Franca 2016, 220).

Outras agremiações houve no bairro. Na década de 1880, o Clube Musical Terpsychore de Vila Isabel foi transformado em Clube de Vila Isabel, que logrou sucesso com seus saraus e concertos promovidos na sua sede da 28 de Setembro (Diário de Notícias 24/09/1888, 2). Também gozava de respeitabilidade o Clube Musical e Familiar de Vila Isabel (Gazeta da Tarde 27/10/1884, 2).

Essas iniciativas são indicadores de que o bairro começava a se consolidar. Eram espaços de reunião dos moradores desejosos de participar do grande concerto cidadão. Foi no Teatro de Vila Isabel, em outubro de 1884, que se reuniram alguns desses para criar um clube de turfe, o Prado Vila Isabel.

A proposta era que fosse uma sociedade de ações, designando-se como depositário dos pagamentos Manoel João de Segadas Vianna (Gazeta da Tarde 27/10/1884, 2), conhecido capitalista, sócio da Companhia Confiança, dirigente da Sociedade Propagadora das Belas Artes, parceiro de Drummond em muitas iniciativas, inclusive na diretoria da Companhia Ferro-Carril da Vila Isabel e do Jardim Zoológico. Tratava-se de uma importante liderança ligada aos novos negócios urbanos, adepto de ideais de modernidade. Tornou-se um dos personagens importantes do turfe fluminense.

No Rio de Janeiro, corridas de cavalos foram organizadas desde os anos 1810. Em 1849, foi fundada a primeira agremiação de turfe da cidade, provavelmente a pioneira esportiva do Brasil: o Club de Corridas, de curta duração (Melo 2001). Depois de cerca de 20 anos em que a modalidade teve uma trajetória errática, em 1868 foi criada uma sociedade mais estável, responsável por passos mais sólidos na consolidação do esporte, ativa até os dias de hoje – o Jockey Club⁵ que, durante um bom tempo, reinou sozinho. De toda forma, mesmo enfrentando dificuldades organizacionais, o turfe foi largamente encarado por certas lideranças e pela imprensa como um indicador de modernização e avanço civilizacional (Melo 2015).

Na verdade, antes do Prado Vila Isabel houve outras agremiações turfísticas no bairro. O pioneiro foi o Club de Corridas Vila Isabel, fundado em janeiro de 1884, com evento inaugural promovido em abril do mesmo ano (Diário do Brazil 22/04/1884, 2). Adriano Alves de Almeida foi o primeiro presidente. Morador de São Cristóvão, também esteve envolvido com os negócios da Companhia Arquitetônica. Foi despachante da alfândega, juiz de paz, oficial da Guarda Nacional, bem como uma liderança do turfe fluminense, destacando-se por sua atuação no Derby Club.

Segundo informaram os cronistas, o hipódromo do Club de Corridas era modesto, pequeno e sem grande conforto, ainda que elegante (A Folha Nova 21/04/1884, 2^o). Isso não parece ter sido impeditivo para atrair, segundo os olhares dos periodistas, um bom público, o que possivelmente aumentava as receitas da Companhia Ferro-Carril, instada, inclusive, a oferecer

⁵ O atual Jockey Clube Brasileiro é resultado da fusão, na década de 1920, do Jockey Club com o Derby Club.

⁶ A Folha Nova dedicava atenção às ocorrências do cotidiano do Rio de Janeiro, destacando-se por veicular a produção de importantes literatos. Muitos de seus cronistas anunciavam posições favoráveis ao processo de modernização da cidade.

maior número de bondes para atender os interessados nos dias de páreos. Ao redor da iniciativa, articulavam-se claramente os intuítos comerciais e simbólicos dos responsáveis pela construção de Vila Isabel.

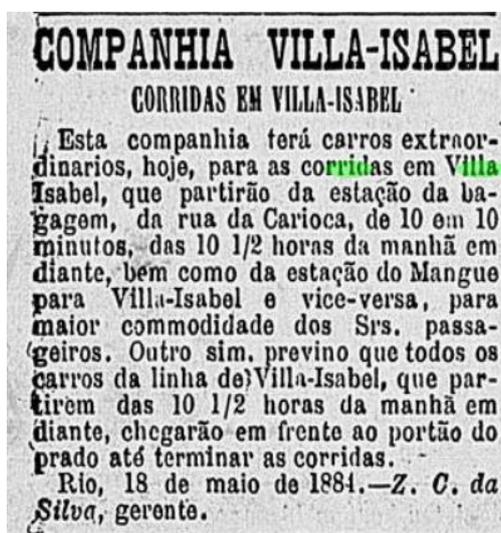


Figura 4: Anúncio da Companhia Ferro-Carril da Vila Isabel tendo em vista evento do Club de Corridas. Gazeta de Notícias 18/05/1884, 4.

O hipódromo do Club de Corridas se encontrava nos limites nortes do bairro, próximo da estação de bondes, num terreno da Companhia Arquitetônica que se localizava de frente para o que no futuro seria o Zoológico (esquina de Visconde de Santa Isabel com Barão do Bom Retiro). A crer numa informação de que a Companhia Ferro-Carril desejava abrir na Rua Barão de Mesquita um caminho para facilitar o acesso ao Prado (O Paiz 20/08/1887, 1), podemos perspectivar o tamanho da instalação, menor do que o Jockey Club e os futuros Derby Club, Turf Club e Hipódromo Nacional.

Frontin, que se tornaria um dos grandes nomes da modalidade – ao liderar o Derby Club, e do país – por ter participado de importantes obras nacionais, inclusive das reformas urbanas no Rio de Janeiro promovidas nos anos iniciais do século XX, na gestão municipal de Pereira Passos e federal de Rodrigues Alves.

Na verdade, Frontin já era presidente do Club de Corridas de Vila Isabel desde maio (Diário do Brazil 07/05/1884, 2), numa diretoria que tinha outros nomes importantes da região, como João Maggessi de Castro Pereira – futuro renomado gestor da Floresta da Tijuca, bem como Bento José da Costa Pereira Beirão e João Antônio D’Orvil Ferreira – conhecidos comerciantes do ramo de vestimentas (as lojas Casas dos Três Leões e Regeneração, ambas localizadas na Rua do Hospício).

No satírico periódico *Distração* (06/11/1884, 1), um cronista ironizou: “Pergunta-nos o senhor porque o Club Vila Isabel mudou o nome para Derby Fluminense. Não o sabemos. Ignoramos igualmente a razão porque o senhor se chama Nunes, em vez de se chamar Soares”. A mudança, na verdade, não era despropositada. Tentava-se uma refundação. Nesse processo, na visão dos sócios, a questão do terreno e do hipódromo tornou-se central para o sucesso da iniciativa, mobilizando os esforços dos envolvidos.

Todavia, foram promovidos no mesmo hipódromo do antigo Club de Corridas os primeiros páreos do Derby Fluminense, realizados em outubro de 1884 (*A Folha Nova* 18/10/1884, 4). Percebe-se a intenção de oferecer programas mais bem elaborados, superando a experiência da antiga agremiação que ocasionara muitos conflitos entre os sócios em função de não cumprimento de determinados procedimentos usuais à modalidade⁷.

⁷ Ver, por exemplo, *Gazeta de Notícias* 24/05/1884, 2. Esses conflitos citados no periódico se referem a problemas com os pagamentos das apostas vitoriosas.



Figura 6: Anúncio de evento do Derby Fluminense com indicação de bondes extraordinários para atender o público. Brazil 01/11/1884, 4.

Um dos diferenciais desse novo momento foi o estabelecimento de uma articulação mais intensa com as Companhias Arquitetônica e Ferro-Carril tendo em conta os intuitos de desenvolvimento do bairro. De fato, a novel agremiação seguiu organizando suas corridas no antigo hipódromo, celebrados eventos, um deles contando, inclusive, com a presença do Imperador e sua família, um sinal de prestígio (Brazil 23/11/1884, 4). Chegou a ser registrada a escassez de bondes para dar conta do número de frequentadores.

O hipódromo se estabelecia como uma referência para a cidade e para o bairro. Nele, por exemplo, foi criado e promovia suas atividades o Club Sport Vila Isabel, dedicado às corridas a pé e de velocípedes, mais uma agremiação que ajudou a consolidar o caráter moderno da localidade⁸. Assumiu a presidência João Vieira de Segadas Vianna, membro de uma família de capitalistas já envolvidos com o esporte. Seu irmão Manoel, como vimos, uma das lideranças do turfe, tornou-se um dos diretores da nova sociedade atlética (Gazeta de Notícias 28/11/1884, 2).

Parece ter logrado algum sucesso a iniciativa a crer na informação de que a Companhia Ferro-Carril aumentava o número de bondes nos dias de evento a fim de atender os interessados. Uma vez mais se vê a articulação das lideranças em torno dos interesses de desenvolvimento do bairro⁹.

⁸ Tratou-se de um momento no qual surgiram várias agremiações dedicadas às corridas a pé, encaradas como estratégias de cuidado com o corpo, saúde e higiene (Melo 2019; Melo 2020).

⁹ Outros envolvidos com o turfe também participaram do Club Sport Vila Isabel, entre os quais Adriano Alves de Almeida.



Figura 8: Anúncio do Club Sport de Vila Isabel com informação de bondes extras para atender o público. Gazeta da Tarde 13/12/1884, 3.

Um indício das ambições dos envolvidos com o Derby Fluminense, bem como de certas tensões no seu interior, foi o fato de que, em março de 1885, em uma série de reuniões, os associados tenham decidido pela liquidação da agremiação e sua transformação em Derby Club. A nova diretoria era praticamente a mesma da iniciativa anterior: Frontin na presidência, Adriano Alves de Almeida na vice, Afonso César Lopes¹⁰ como secretário, entre outros. Dessa vez, foi mesmo adquirido um novo terreno, de propriedade da Condessa de Itamaraty, e construído um hipódromo maior, mais confortável e elegante, inaugurado em agosto do mesmo ano (Anuário das Estações Sportivas do Derby Club 1885-1931).

O novo hipódromo foi construído nas redondezas, mas não em Vila Isabel (se encontrava exatamente onde hoje está o Estádio Mário Filho, Maracanã). O bairro, todavia, não ficaria sem corridas de cavalos. Desde o final de 1884, se estruturara melhor o já citado Prado Vila Isabel, em dezembro sendo eleito como presidente Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior (O Paiz 16/12/1884, 1). Filho do Visconde de Ouro Preto, deputado, intelectual reconhecido (foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras), seguiu no cargo praticamente até o fim da agremiação. Destacar-se-ia como secretário o intendente (vereador) e oficial da Guarda Nacional Manuel José de Paiva Júnior, no futuro um dos líderes do Turf Club.

O Prado Vila Isabel ocupou o antigo hipódromo do bairro e teve uma trajetória mais longa.

¹⁰ Criador de cavalos, empresário, teve longa trajetória nas agremiações de turfe, especialmente no Derby Club.

O Prado e o bairro

Em fevereiro de 1885, o Prado Vila Isabel realizou seu evento inaugural, depois de promover elogiadas reformas no antigo hipódromo do bairro¹¹. Nos periódicos acessados, podemos identificar que, no decorrer desse ano, a agremiação funcionou frequentemente, oferecendo corridas que usualmente contaram com bom público e foram elogiadas por sua organização.

Em muitas ocasiões, são perceptíveis críticas à Companhia Ferro-Carril por não atender adequadamente os interessados, um indício de que as iniciativas turfísticas atraíam muita gente de outros bairros. Certa feita, observou um cronista:

No Prado de Vila Isabel houve ontem mais uma corrida que, como sempre, esteve animada, sendo para notar a grande concorrência de espectadores, apesar da má condução apresentada pelos bondes da Companhia de Vila Isabel que, sendo a que mais lucra com a festa, não serve ao público como deve (Gazeta de Notícias 01/06/1885, 2)¹².

Esses problemas constantes, na visão de alguns cronistas, se tornaram um dos principais limitantes para o maior desenvolvimento do turfe no bairro, algo inaceitável e incompreensível: “que a companhia não tenha em conta o interesse de bem servir ao público, vá lá; mas que não tenha em consideração os próprios interesses, (...), eis o que custa a compreender” (O Paiz 01/06/1885, 3)¹³.

Essa demonstração pública de incompetência, a seu ver, impactaria a própria imagem do empreendimento imobiliário: “Dessa forma, o Prado Vila Isabel em vez de dar incremento ao bairro, há de, ao contrário, repelir dele os amadores das corridas” (O Paiz 01/06/1885, 3). A ideia de que se tratava de um lugar moderno poderia ser maculada por esse mau funcionamento do sistema de transporte, um aspecto considerado central para seu desenvolvimento.

Tendo em conta que estavam articulados os interesses da Companhia Ferro-Carril e da Companhia Arquitetônica, e que para ambas era atraente o bom funcionamento do hipódromo, possivelmente aos dirigentes das empresas não passaram despercebidas as críticas. O que ocorre é que sempre foi difícil – e em certa medida ainda é – garantir o adequado transporte do público que comparecia aos maiores eventos. Isso de alguma forma também era uma expressão de uma cidade que crescia rapidamente e tentava melhor se estruturar.

¹¹ Vários periódicos elogiaram a iniciativa. Um exemplo pode ser obtido em: Gazeta da Tarde 09/02/1885, 3.

¹² Vale ter em conta que a Gazeta de Notícias demonstrava simpatia e engajamento em causas progressistas, como a abolição da escravatura e a proclamação da República. Maior destaque merece o fato de que foi um periódico inovador e popular, tratando amiúde do cotidiano do Rio de Janeiro até mesmo em função da valorização das crônicas.

¹³ O Paiz foi um dos mais engajados jornais do século XIX: abolicionista e republicano, estava sempre atento às novidades que desembarcavam no país, ainda que também crítico à não execução plena de alguns projetos de modernização.

Vale citar que o tramo que ia do Centro até o Engenho Novo era um dos mais lucrativos da Companhia Ferro-Carril da Vila Isabel, que procurava aumentar o número de passageiros transportados, menor do que os de suas congêneres (a Jardim Botânico e a São Cristóvão) (Albernaz 1985). Portanto, o deficiente atendimento do público nos dias de corridas talvez se devesse mesmo a dificuldades estruturais.

De outro lado, desde o momento no qual Drummond deixou de ser diretor e presidente da Ferro-Carril da Vila Isabel (1880), a empresa passou a investir mais em outras regiões. Segundo Albernaz (1985, 36), ampliou-se a autonomia entre “o serviço de transporte” e “o loteamento e venda de terrenos”, que seguiu nas mãos da Companhia Arquitetônica. De toda forma, para além das questões simbólicas, interessava a ambas a maior ocupação de uma área do bairro que demorou mais a ser habitada (Albernaz 1985).

Vale observar que se chegou a especular a instalação de um ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II supostamente para atender o Prado (Diário de Notícias 17/06/1885, 1). Na verdade, era uma motivação para ampliar o alcance da linha férrea, a estendendo para um bairro que crescia e rapidamente se constituía como um novo importante polo da cidade. Citemos que foram instituídas estações para servir tanto ao Derby quanto ao Jockey Club (Melo 2001). Em 1888, tendo em vista facilitar o acesso do público ao hipódromo de Vila Isabel, foram oferecidos trens especiais partindo da Central até o Engenho Novo, integrados com bondes da Companhia Ferro-Carril (Diário de Notícias 30/05/1888, 3).

Uma observação merece ser feita: eram oferecidos bondes especiais que saíam do Centro em direção a Vila Isabel, mas também havia os que vinham do Engenho Novo. Isso é, outra Freguesia da cidade estava se desenvolvendo e tornava-se motivo de atenção por parte dos responsáveis pelas alternativas de entretenimento.

Perceba-se que os associados e dirigentes do Club de Corridas, Derby Fluminense, Derby Club e Prado Vila Isabel, muitos já citados no decorrer deste estudo, guardavam semelhanças – gente com uma visão progressista, de estratos altos e médios, atuantes nos diversos negócios urbanos. É interessante notar como, mobilizado por lideranças com esse perfil, o relativamente novo bairro tornou-se um dos centros do turfe da cidade, algo que contribuiu material e simbolicamente para sua consolidação e o forjar de um imaginário moderno a seu redor.

Assim se posicionou um entusiasmado cronista ao comentar mais um dia de evento animado, no qual esteve lotado o hipódromo: “O Prado Vila Isabel é hoje um ponto obrigado de reunião de nossa sociedade” (Gazeta da Tarde 23/03/1885, 1). O bairro ganhava notoriedade naquela cidade que crescia e se espraiava territorialmente, no olhar de um periodista se tornando o

“centro mais procurado pelo público quando precisa passar um dia duplamente alegre: assistindo a um divertimento que causa as melhores impressões e oxigenando os brônquios em meio à atmosfera puríssima do campo” (Gazeta da Tarde 18/05/1885, 1).

Graças ao turfe, na sua percepção, frequentavam a Vila Isabel a aristocracia que conhecia o “*chic* e a beleza fluminense”, “os burgueses”, “os empregados do comércio”, “a gentil leitora” (Gazeta da Tarde 03/10/1885, 1). Ao considerar esses elogios, temos que observar que os periódicos manifestavam simpatia por iniciativas de modernização da cidade, bem como poderiam ter algum interesse comercial nesse relacionamento com as sociedades turfísticas e seus dirigentes. De toda forma, são importantes representações acerca do papel desempenhado pela agremiação do esporte dos cavalos.

Vila Isabel ainda era representada, em certa medida, como um belo arrabalde, um lugar do campo, “uma graciosa *corbeille* que a natureza suspendeu entre o verde-negro de montanhas alcantiladas” (Gazeta da Tarde 12/04/1886, 2), mas também como exemplo de modernização. Assim como os esportes náuticos tinham feito antes com Botafogo (Melo 2015), o turfe tinha tornado o bairro um lugar de encontros, de diversão, de *rendez vous*.

Um Prado no contexto do turfe, um bairro no cenário citadino

Na 2ª metade da década de 1880, consolidou-se a trajetória do Prado Vila Isabel. Percebe-se que, no final de 1884, fora também criado, nas redondezas de São Cristóvão, o Prado Guarani, hipódromo que sofreu durante seu tempo de existência (permaneceu ativo até 1890) uma série de restrições por parte de outras agremiações (Melo e Chevitarese 2018).

Já o Prado Vila Isabel se articulou plenamente com as ações do Jockey Club e do Derby Club, inicialmente no que tange à defesa da manutenção e centralização das apostas nas mãos das sociedades turfísticas, postura encarada como uma forma de viabilizar o esporte que por muitos seguia sendo considerado útil para o progresso do país (A Semana 19/09/1885, 6).

Aqueles anos 1880 foram marcados por muitos conflitos a caminho do encerramento da experiência monárquica. Desde o fim da Guerra do Paraguai, sentiu-se em vários âmbitos seus desdobramentos – entre os quais a crescente pressão pela abolição da escravatura e pela adoção da República. No âmbito econômico:

As consequências financeiras para o Brasil foram desastrosas. As despesas públicas cresceram em mais de mil por cento. O governo viu-se forçado a aumentar os impostos, emitir moedas e contratar empréstimos internos e externos no valor de 76 mil contos de réis. O custo total da guerra foi calculado pelo governo em 614 mil contos, cerca de US\$ 49 milhões (Carvalho 2012, 106).

Deram-se também sequência às muitas iniciativas de estruturação da burocracia estatal entabuladas no longo ministério liderado pelo Visconde do Rio Branco (1871-1875): reformas da polícia, do sistema judiciário e da Guarda Nacional; consolidação de políticas consideradas importantes como o incentivo à imigração; realização do primeiro recenseamento nacional; implantação da telegrafia entre o Brasil e a Europa; construção de mais trechos ferroviários; melhoria nas condições de navegação, entre outras.

Avançou o processo de industrialização e o espraiamento territorial da cidade. Com o desenvolvimento da urbanização, a conformação de maior diversificação societária e a intensificação da adesão a parâmetros de civilização e progresso, melhor se estruturou o setor do entretenimento (Melo 2017). Nesse cenário, houve grande debate público ao redor dos jogos de azar, discussões sobre sua pertinência e problemas ocasionados numa urbe que se pretendia moderna.

As corridas de cavalos eram também procuradas – talvez até prioritariamente, em função da possibilidade de apostar. Como nunca antes se venderam *poules* na cidade, até mesmo porque rapidamente aumentou o número de clubes. Segundo Melo (2001, 163), isso teve relação com o fato de que o quartel final do século XIX foi “marcado por uma grande irrupção de capitais de origem internacional, pela valorização da ostentação do luxo, pelo gosto gratuito de gastar dinheiro. Ao redor da popularização das apostas havia, sem dúvida, um interesse financeiro, mas também era valorizado o ato de apostar em si”.

Em função dessa preponderância do caráter de jogo, houve uma série de problemas nos hipódromos. A combinação de resultados e/ou erros de julgamento das provas não raramente desencadearam distúrbios – música, maxixe, tribofe eram termos que designavam essas trapaças e conflitos. Para alguns, a solução para dirimir essas ocorrências era a proibição das apostas.

Os jornais deram espaço e constantemente se posicionaram acerca do tema, uns mais a favor da manutenção das apostas, outros contundentemente contra. O governo participou ativamente desses debates tomando, de forma errática, algumas ações de controle. Os clubes, por sua vez, a fim de manterem uma das suas principais fontes de renda, tentaram se articular para melhorar o funcionamento dos hipódromos, corrigindo equívocos de premiação e combatendo trapaças. O Prado Vila Isabel integrou essa iniciativa.

Outra ação de articulação das agremiações foi a proibição de que jóqueis punidos por um clube participassem de provas promovidas por outro. Tratava-se de mais uma decisão que tinha em conta a “moralidade” do esporte, uma estratégia para tentar coibir as trapaças. O envolvimento do Prado Vila Isabel nessa iniciativa foi encarado como demonstração do “espírito de solidariedade

e harmonia que anima os distintos diretores da associação” (O Paiz 13/09/1886, 2). Além disso, junto com o Jockey e o Derby, proibiu de correr aqueles que tomassem parte em eventos do Prado Guarani (O Paiz 16/10/1886, 2), considerado um hipódromo que não zelava pela lisura dos páreos.

A despeito dos problemas, o turfe foi se desenvolvendo cada vez mais no Rio de Janeiro. De tal forma, que passou a ser um problema as datas dos páreos para que não coincidissem entre as agremiações turfísticas ou mesmo com os eventos de outros clubes esportivos. Formular um calendário único passou a ser uma necessidade. Tendo em vista esse intuito, bem como criar um Stud-Book nacional e um código único de corridas, realizaram várias reuniões o Derby, o Jockey e o Prado Vila Isabel (Gazeta da Tarde 18/10/1886, 1). Perceba-se como a associação que investigamos integrava a elite do esporte, como tentava fazer o bairro no que tange à cidade.

Durante anos, ainda que fosse mais modesto do ponto de vista estrutural, o Prado Vila Isabel foi muito elogiado, encarado como portador de status similar ao do Derby e do Jockey. Uma crônica nos permite notar como o hipódromo do bairro se inseriu, para alguns mais abastados, num circuito que incluía estabelecimentos considerados requintados, como os restaurantes Cailtau e Maison Moderne, os Cafés Londres e Oriente, a charutaria O Globo, o Hotel Daury, os teatros Eden e Recreio (O Sport 26/11/1887, 2).

O resultado financeiro de 1887 foi comemorado. Mesmo tendo enfrentado problemas com autorizações governamentais para a realização de corridas (Gazeta de Notícias 05/03/1887, 1), uma ocorrência que ocasionou polêmicas públicas, conseguiu promover 32 eventos nos quais distribuiu vultuosa quantia de prêmios. Ao fim do ano, pagou a reforma do hipódromo, honrou parte da dívida contraída com a aquisição do terreno junto à Companhia Arquitetônica e ainda teve sobra de caixa (A Semana 30/12/1887, 5). Sobre essa temporada, se posicionou um cronista: “O Prado Vila Isabel deixa nessa temporada um histórico tão notável quanto o do Derby, quanto o do Jockey Club. Suas corridas tiveram sempre a concorrência da fina flor do esporte, seus páreos foram sempre formados pelos parceiros da primeira fila do turfe” (Cidade do Rio 26/12/1887, 2)¹⁴.

Além dos antigos personagens dos tempos da fundação, nesse momento se destacou na direção, na condição de vice-presidente, o vereador Thomaz Rabello, importante liderança política e do turfe, futuro memorialista de destaque da modalidade¹⁵, um dos que lutava pela moralidade do esporte. Em Vila Isabel, os conflitos preocupavam sobremaneira os diretores, se cruzando com

¹⁴ Uma vez mais, José do Patrocínio esteve à frente de um periódico. Cidade do Rio, do ponto de vista do Rio de Janeiro como um todo, manteve uma abordagem crítica. Dedicou, contudo, olhares generosos para as iniciativas da região de São Cristóvão, Tijuca, Maracanã, Vila Isabel.

¹⁵ Foi o autor de “História do Turf no Brasil” (Rio de Janeiro: Leuzinger, 1901).

os interesses daqueles que pugnavam pela valorização do bairro. Não fazia bem à sua imagem cenas de brutalidade nos hipódromos.

O Prado se tornou reconhecido como um dos que, de forma mais eficiente, combateu os conflitos, como certa feita observou elogiosamente (e ironicamente) um cronista: “Dado o conhecimento que todos nós temos da irritação do Zé-Povo, dos seus modos bruscos, das suas fantasias e das suas tendências para os protestos enérgicos, (...), é motivo de regozijo livrar-se um hipódromo das iras populares” (Cidade do Rio 28/11/1887, 3).

De fato, a agremiação promoveu muitos investimentos para consolidar seu nome na cidade. Suas instalações foram constantemente reformadas a fim de ampliar a capacidade de público e se tornarem mais confortáveis e elegantes. Inaugurou-se nas redondezas o Hotel Prado Vila Isabel, para os que desejavam passar um dia no bairro e assistir às corridas (Gazeta de Notícias 14/02/1886, 4).

Tudo indicava que o ano de 1888 seria uma nova temporada brilhante. A abertura do Jardim Zoológico, em frente ao Prado, poderia funcionar como mais um atrativo para o bairro de Vila Isabel. Em abril, com pompa foram apresentados à imprensa os melhoramentos do hipódromo (Cidade do Rio 14/04/1888, 3). Em maio, sócios da agremiação participaram do préstito festivo de comemoração da abolição da escravatura (O Paiz 21 e 22/05/1888, 2), um sinal de que o clube integrava as iniciativas cidadinas. Em junho, foi inaugurado um restaurante que prometia serviço farto e de qualidade.

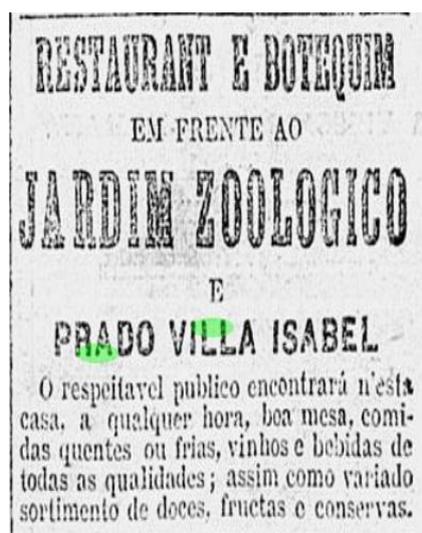


Figura 9: Anúncio do restaurante instalado nas redondezas do Zoológico e Prado Vila Isabel. Gazeta de Notícias 18/06/1888, 4.

Alguns contratemplos, contudo, atrapalharam os planos mais ousados da diretoria. Houve muitos dias chuvosos, em alguns deles o público se deslocando para o Prado sem o devido aviso de que o evento tinha sido cancelado, o que causava descontentamento generalizado (Cidade do Rio 30/04/1888, 3). Também a morte de um jóquei em uma corrida festiva na qual estava lotado o hipódromo teve grande repercussão pública e causou transtornos por alguns meses¹⁶.

O pior mesmo foi o aumento do controle policial. O subdelegado Carlos Augusto Cesar Plaisant ficou famoso pelo que alguns consideraram excesso de controle e exagero de exercício de sua autoridade. Ainda assim, percebe-se, no decorrer do ano, o crescimento do número de conflitos no Prado, a diretoria sendo constantemente pressionada em função de tais problemas. Além disso, houve tensões internas que levaram ao afastamento de alguns dirigentes.

O ano de 1889 não foi melhor, ainda mais que foi criada nas redondezas mais uma agremiação: o Turf Club. As reuniões para fundar essa sociedade foram realizadas no Prado Vila Isabel, já se anunciando a instalação de seu hipódromo nas terras dos herdeiros do Visconde de Niterói (Diário do Comércio 8/10/1889, 2), bem próximo ao Derby Club, onde hoje se encontra o campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Perceba-se que foi uma iniciativa de sócios do Sport Club (sediado no Prado Guarani) e do Prado Vila Isabel. Chegou-se a aventar uma fusão das agremiações, algo que dependia de apreciação das assembleias (Diário do Comércio 13/10/1889, 2). Frente à não aprovação da proposta, muitos associados se transferiram para o Turf Club.

No mesmo ano surgiria a notícia de fundação do Hipódromo Nacional, cujo Prado seria instalado onde hoje se encontra a Praça Afonso Pena (Tijuca), próximo, portanto, como vimos no mapa anteriormente apresentado, dos outros clubes. Mesmo que fosse crescente o interesse pelo turfe, o aumento da concorrência impactou o funcionamento das agremiações, não somente no que tange ao público como também no tocante aos cavalos e jóqueis inscritos.

Em 1889, em várias ocasiões, os periódicos deram conta de que no Prado Vila Isabel foi “regular a concorrência” (Constitucional 15/05/1889, 2), algo pouco usual nos anos anteriores. Houve, sim, sucessos, e para alguns cronistas o hipódromo seguiu sendo considerado um charmoso e animado local de diversão. A diretoria chegou a, uma vez mais, reformá-lo e aprovar a compra de terreno mais amplo a fim de construir uma nova sede. Muitos sócios discordaram dessa decisão (O Paiz 05/04/1889, 2). Os conflitos internos se tornaram cada vez mais aparentes.

¹⁶ Esse fato foi abordado por muitos jornais. Um exemplo pode ser visto em: Gazeta de Notícias 11/05/1888, 1.

Em novembro de 1889, o Prado Vila Isabel promoveu suas últimas corridas no hipódromo do Derby Club (Diário de Notícias 04/11/1889, 2). Segundo Cássio Costa (1961), isso se deu por não ter mais condições de pagar as prestações relativas ao terreno do hipódromo. O ano terminou com apenas nove eventos organizados. Mais ainda, fracassou uma assembleia convocada para 30 de dezembro com o intuito de discutir o futuro da agremiação (Diário de Notícias 31/12/1889, 2).

Em janeiro de 1890, ainda foi eleita uma nova diretoria, presidida por João L. C. Moreira (Diário de Notícias 12/01/1890, 2). Logo, contudo, a pauta tornou-se a liquidação da agremiação, algo que se tornou difícil tal o esvaziamento de sócios pela qual passou. Várias foram as tentativas de instituir uma comissão liquidante, processo que durou pelo menos até 1892.

Chegava ao fim a trajetória da sociedade turfística. No lugar do hipódromo, no decorrer do tempo, surgiram loteamentos e logradouros. Durante muito tempo, especialmente nos anúncios de vendas de terrenos, se lembrou da agremiação. Houve mesmo uma Rua do Prado de Vila Isabel.

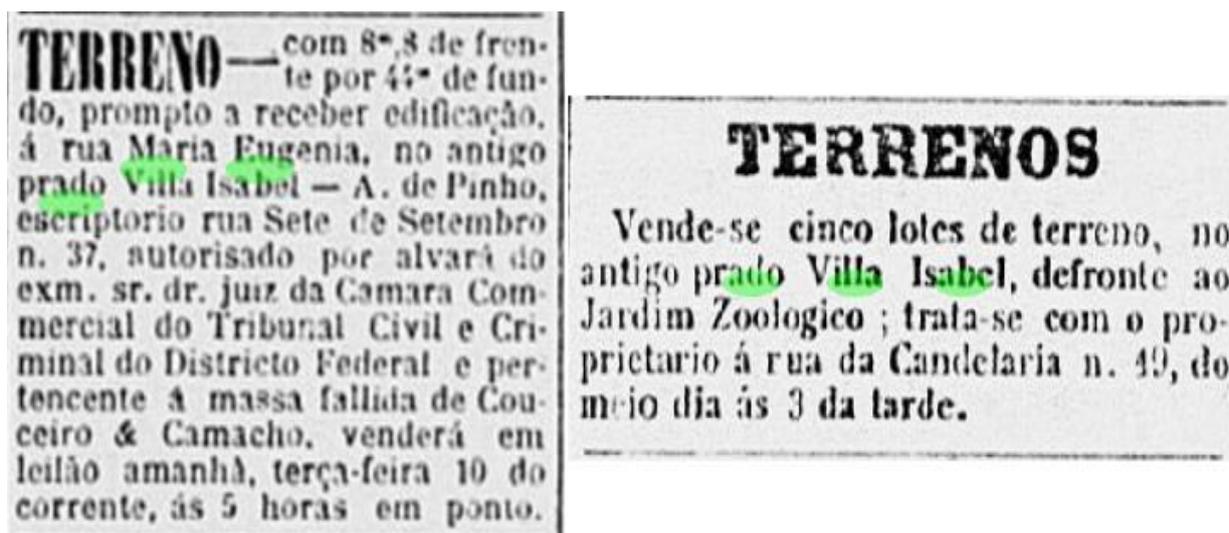


Figura 10: Anúncios de vendas de terrenos no local onde havia o Prado Vila Isabel. Jornal do Brasil 09/06/1902, 3; Gazeta de Notícias 20/03/1910, 12.

Encontramos referências ao Prado até o fim dos anos 1920 (Jornal do Comércio 12/04/1929, 14), um indício de que deixou marcas na memória local, ainda que atualmente quase não se lembre mais de sua existência, dos dias de glória nos quais atraiu grande público para aquele bairro que recém surgira, celebrando ideais de modernidade que as lideranças desejavam conformar como perfil de Vila Isabel.

À guisa de conclusão

Num cenário em que se tornou mais notável o empreendimento imobiliário da Companhia Arquitetônica de Vila Isabel, iniciativa que se articulou com as ações da Companhia Ferro-Carril da Vila Isabel – no bairro de Vila Isabel, primeiro planejado do Rio de Janeiro, o hipódromo investigado, criado em 1884, acolheu três agremiações: o Club de Corridas, o Derby Fluminense (que depois deu origem ao notório Derby Club) e o mais longo Prado Vila Isabel.

Lideradas por importantes personagens da cidade, gente que possuía um perfil empreendedor e progressista, alguns envolvidos com os negócios urbanos, essas associações ajudaram a consolidar a ideia de que o bairro de Vila Isabel era marcado por um caráter moderno, pela adesão a ideais de civilização e progresso.

Mais do que uma questão simbólica – apresentar o imaginário de uma experiência organizada sob um formato moderno em vários aspectos, tratou-se claramente de uma estratégia de conformação de um certo padrão de urbanidade e difusão de certos princípios que enquadravam o comportamento dos moradores e frequentadores do bairro, ainda que esses, em diversas ocasiões, fugissem dos protocolos em função de problemas dos próprios organizadores dos eventos, como a falta de transporte adequado, ou de discordâncias com as posturas esperadas, como no caso dos conflitos diversos no que tange às apostas e resultados.

Da mesma forma, a instalação do entretenimento numa área ainda pouco habitada do bairro chamou a atenção e induziu seu desenvolvimento, potencializando os lucros das Companhias envolvidas. Durante décadas, loteamentos e logradouros que foram construídos nos terrenos onde se encontrava o hipódromo fizeram referência ao Prado Vila Isabel.

Parece relevante destacar como uma diversão foi tanto um resultado quanto um estímulo ao processo de urbanização, tanto um desdobramento quanto um agente do processo de produção do espaço.

Referências bibliográficas

- Abreu, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.
- Albernaz, Maria Paula. “As vilas: uma contribuição à história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano”. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.
- Andreatta, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- Azevedo, André Nunes de. “Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico”. *Intellêctus*, XIII, n. 1 (2014): 1-23.
-

Benchimol, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.

Carlos, Ana Fani Alessandri. “Henri Lefebvre: a problemática urbana e sua determinação espacial”. *Geosp - Espaço e Tempo*, 23, n. 3 (2019): 458-477. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.163371>

Carvalho, José Murilo. “A vida política”. Em *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)*, org. José Murilo Carvalho, 83-130. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Costa, Cássio. *O turfê de outrora*. Rio de Janeiro: Vida Turfista, 1961.

Dias, José. *Teatros do Rio: do Século XVIII ao Século XX*. Rio de Janeiro: Funarte, 2012.

Lefebvre, Henri. *A produção do espaço*. Rio de Janeiro, 2006.

Magalhães, Felipe Santos. “Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)”. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

Melo, Victor Andrade. *Cidade Sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001.

Melo, Victor Andrade. “O sport em transição: Rio de Janeiro, 1851-1866”. *Movimento*, 21, n. 2 (2015): 363-376. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.49489>

Melo, Victor Andrade de. “Uma diversão civilizada – a patinação no Rio de Janeiro do século XIX (1872-1892)”. *Locus*, 23, n. 1 (2017): 81-100. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2017.v23.20843>

Melo, Victor Andrade. “Trânsitos culturais: as experiências dos primeiros clubes athleticos do Rio de Janeiro (1873-1883)”. *Movimento*, 25 (2019): e25098. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.90653>

Melo, Victor Andrade. “Novas performances públicas: os clubes athleticos e a educação do corpo (Rio de Janeiro, 1884-1889)”. *Cadernos de História da Educação*, 19, n. 3 (2020): 1051-1068. <https://doi.org/10.14393/che-v19n3-2020-23>

Melo, Victor Andrade e André Leonardo Chevitaese. “Embates na sociedade fluminense: a experiência do Prado Guarany (1884-1890)”. *Revista Brasileira de História*, 38 (2018): 235-258. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-11>

Mota, Isabela, e Patrícia Pamplona. *Vestígios da paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

Pechman, Sérgio; Fritsch, Lilian. “A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”. *Revista Brasileira de História*, 5, n. 8/9 (1985): 139- 195, set.1984/abr.1985.

Penna-Franca, Luciana. “Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático, espetáculos e periodismo (1871-1920)”. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2016.

Santos, Alexandre Mello, Márcia Pereira Leite, e Nahyda Franca. *Quando a memória e a história se entrelaçam*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

Seabra, Odette Carvalho de Lima. “O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia”. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 74 (1996): 7-21.

Silva, Joseli Maria, Marcio Jose Ornat, e Alides Baptista Chimin Junior. “O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada”. *Caderno Prudentino de Geografia*, 3, n. 41 (2019): 63-77.

Sobral Filha, Doralice Duque. “Bethencourt da Silva e a sublimidade da arte”. *19&20*, VIII, n. 1 (2013).

Weid, Elisabeth Von Der. “O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro”. *Siglo XIX*, n. 16 (1994): 78-103.

Periódicos

A Folha Nova, Rio de Janeiro, 21/04/1884.

A Folha Nova, Rio de Janeiro, 18/10/1884.

A Semana, Rio de Janeiro, 19/09/1885.

A Semana, Rio de Janeiro, 30/12/1887.

A Vida Fluminense, Rio de Janeiro, 20/12/1873.

Brazil, Rio de Janeiro, 01/11/1884.

Brazil, Rio de Janeiro, 23/11/1884.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 28/11/1887.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 26/12/1887.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 14/04/1888.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 30/04/1888.

Constitucional, Rio de Janeiro, 15/05/1889.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 17/06/1885

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 14/01/1888.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 30/05/1888

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 24/09/1888.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 04/11/1889.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 31/12/1889.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 12/01/1890.

Diário do Brazil, Rio de Janeiro, 22/04/1884.

Diário do Brazil, Rio de Janeiro, 07/05/1884.

Diário do Brazil, Rio de Janeiro, 18/10/1884.

Diário do Comércio, Rio de Janeiro, 8/10/1889.

Diário do Comércio, Rio de Janeiro, 13/10/1889.

Distração, Rio de Janeiro, 06/11/1884.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 21/06/1884.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 14/10/1884.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 27/10/1884.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 13/12/1884.

Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 09/02/1885.
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 23/03/1885.
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 18/05/1885.
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 03/10/1885.
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 12/04/1886.
Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 18/10/1886.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18/05/1884.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 24/05/1884.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28/11/1884.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 01/06/1885.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14/02/1886.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 05/03/1887.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 11/05/1888.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18/06/1888.
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 20/03/1910.
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09/06/1902.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 05/09/1885.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 12/04/1929.
O Mosquito, Rio de Janeiro, 11/10/1873.
O Paiz, Rio de Janeiro, 16/12/1884.
O Paiz, Rio de Janeiro, 01/06/1885.
O Paiz, Rio de Janeiro, 09/08/1885.
O Paiz, Rio de Janeiro, 13/09/1886.
O Paiz, Rio de Janeiro, 16/10/1886.
O Paiz, Rio de Janeiro, 20/08/1887.
O Paiz, Rio de Janeiro, 21 e 22/05/1888.
O Paiz, Rio de Janeiro, 05/04/1889.
O Sport, Rio de Janeiro, 26/11/1887.

Recebido: 07 de março de 2021
Aprovado: 10 de maio de 2021

A composição do preço do escravizado no recôncavo açucareiro da Bahia colonial: um estudo de caso a partir da escravaria de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

The composition of the price of the enslaved in the sugarcane region of colonial Bahia: a case study based on the slavery of Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

La composición del precio de los esclavizados en la región cañera de la Bahía colonial: un estudio de caso a partir de la esclavitud de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

Augusto Fagundes da Silva dos Santos*
<https://orcid.org/0000-0003-1700-2689>

RESUMO: O presente artigo busca através da amostragem obtida a partir dos dados extraídos do inventário *post-mortem* do senhor de engenho Custódio Ferreira Dias analisar o perfil e o valor econômico da população cativa no recôncavo açucareiro da Bahia na segunda metade do século XVIII. A grande quantidade de terras e os quatro engenhos de açúcar desse senhor demandaram uma imensa escravaria composta por 336 almas, que permitiram examinar importantes variáveis quantitativas e demográficas da população escravizada na região, tais como: idade, origem étnica, gênero, condição de saúde, nível de qualificação e composição do preço do cativo. Além da

* Professor de História Econômica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisa História do Brasil Colônia e se interessa principalmente pelos seguintes temas: História Econômica; História Institucional; História da Bahia; Crédito; Elites; Riqueza e Escravidão. É autor do livro “História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII”, publicado pela Quarteto editora em 2015. É autor individualmente e em coautoria de vários artigos, dentre os quais destacam-se: “A primeira Caixa Econômica da Bahia: Gênese e atividades iniciais (1834-1850). Areas-Revista Internacional De Ciencias Sociales, v. 1, p. 27-37, 2021; O mercado creditício na Bahia Colonial (1777-1808). Saeculum (UFPB), v. 26, p. 251-265, 2021; A importância da paleografia para o estudo das escrituras públicas. REVISTA DE FONTES, v. 5, p. 55-63, 2019; Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. CADERNOS DE HISTÓRIA, v. 19, p. 142-168, 2018; O patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII. Faces da História, v. v.2, p. 179-201, 2015; A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777). HISTÓRIA E ECONOMIA, v. 13, p. 77-96, 2014 e Doações: principal fonte de receitas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII. Revista Debate Econômico, v. 1, p. 54-85, 2013. E-mail: augustofagundes@uefs.br.

apresentação de dados inéditos, este trabalho possibilita o questionamento de algumas visões tácitas presentes na historiografia.¹

Palavras-chave: História quantitativa. Demografia histórica. Escravidão. Período colonial. Recôncavo da Bahia.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the profile and economic value of the captive population in the sugarcane region of Bahia in the second half of the 18th century through the sampling obtained from the data extracted from the post-mortem inventory of mill lord Custódio Ferreira Dias. The large amount of land and the four sugar mills of this lord required an immense slavery composed of 336 souls, which allowed the examination of important quantitative and demographic variables of the enslaved population of the region, such as: age, ethnic origin, gender, health condition, qualification level and composition of captive prices. In addition to presenting unpublished data, this work makes it possible to question some tacit views present in historiography.

Keywords: Quantitative History. Historical demography. Slavery. Colonial period. Reconcavo of Bahia.

RESUMEN: El presente artículo busca, a través del muestreo obtenido a partir de los datos extraídos del inventario *post mortem* del dueño de la plantación Custódio Ferreira Dias, analizar el perfil y el valor económico de la población cautiva en la región cañera de Bahía en la segunda mitad del s. el siglo XVIII. La gran cantidad de tierra y los cuatro ingenios azucareros de este señor demandaron una inmensa esclavización compuesta por 336 almas, lo que permitió examinar importantes variables cuantitativas y demográficas de la población esclavizada en la región, tales como: edad, origen étnico, género, condición de salud, nivel de calificación y composición de precios cautivos. Además de la presentación de datos sin precedentes, este trabajo permite cuestionar algunas visiones tácitas presentes en la historiografía.

Palabras clave: Historia Cuantitativa. Demografía Histórica. Esclavitud. Período colonial. Recôncavo da Bahia.

¹ Agradeço pela leitura atenta, pelas críticas e sugestões de Maria de Fátima Novais Pires, Luiz Fernando Saraiva e Rita de Cássia da Silva Almico, bem como aos meus colegas do grupo de pesquisa em História Econômica da UFF, Demétrio Santos, Matheus Sinder e Artur Porto.

Como citar este artigo:

Santos, Augusto Fagundes da Silva dos. “A composição do preço do escravizado no recôncavo açucareiro da Bahia colonial: um estudo de caso a partir da escravaria de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 323-354.

Considerações iniciais

O presente artigo busca tratar de algumas variáveis demográficas e econômicas dos escravizados no norte do recôncavo da Bahia, mais especificamente, em terras de Custódio Ferreira Dias, um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Além dessas considerações iniciais e finais, o presente texto é formado por mais cinco sessões. Na primeira sessão “Críticas à fonte”, buscamos apresentar os limites e as possibilidades da utilização de inventários *post-mortem* como fonte para o estudo da demografia histórica da escravidão. Na segunda sessão, procuramos apresentar a trajetória do negociante Custódio Ferreira Dias. Na sessão três, uma vez que já havia sido feita uma breve exposição quanto ao processo de constituição da riqueza de Custódio Dias, caracterizamos a sua população escravizada, considerando aspectos como gênero, faixa etária e origem étnica. Na quarta sessão, mapeamos a quantidade de indivíduos por função e pelas atividades desempenhadas. Uma vez que já conhecíamos a fonte utilizada no artigo, a trajetória econômica do grande escravocrata e variáveis importantes de sua população cativa, tais como: gênero, idade e origem étnica, bem como as características e o quantitativo das atividades, funções e ofícios desempenhados pelos escravizados, trazemos na quinta e última sessão as variáveis na composição do preço do cativo no recôncavo da Bahia ao final do período colonial.

Críticas à fonte

São muitas as possibilidades de utilização dos inventários *post-mortem* para as pesquisas demográficas. Os inventários são documentos ainda muito pouco explorados com essa finalidade. Quando se trata do período colonial, época em que não há dados demográficos sistematizados, esses documentos tornam-se ainda mais importantes para a caracterização da população escravizada (Florentino, 1997; Salles, 2008, Marcondes, Bacellar, Klein, Luna). No entanto, há de se considerar que os inventários *post-mortem* não foram produzidos com finalidades demográficas,

mas com o objetivo jurídico principal de garantir o direito de sucessão e a partilha de bens do inventariado entre os herdeiros (Cunha, 2015).

Admite-se ainda, que as fases da vida de um senhor se refletiam na composição de sua escravaria (Gutman, 1976). Sendo assim, um inventário *post-mortem* retrata um momento específico da trajetória de um sujeito, o seu final. Portanto a sua riqueza, e, por conseguinte, a sua escravaria, variaram para mais ou para menos ao longo de sua trajetória.

Apesar da afirmação de Gutman, acreditamos que os 336 escravizados pertencentes à Custódio Ferreira Dias ao final da vida, representaram um de seus maiores contingentes de escravizados ao longo de toda a sua trajetória. Sua biografia econômica nos ajuda a pensar essa questão, pois sendo negociante de origem, demandava em seus trapiches uma quantidade de escravizados imensamente menor do que nos quatro engenhos que por endividamento e execução de hipotecas contra os seus devedores, passou a possuir no último terço de vida.²

Um inventário *post-mortem* é composto basicamente por duas partes principais. Na primeira parte consta o levantamento e a avaliação de todos os bens do inventariado, tais como: móveis, utensílios, jóias, semoventes, bens de raiz, dinheiro de contado, dívidas ativas (vendas a prazo, dinheiro emprestado e ou serviços prestados) e dívidas passivas, desde despesas ordinárias até despesas médicas, gastos com o funeral e com a custa do próprio processo de inventário, além do monte-mor.

Já a segunda parte trata do auto de partilha, no qual é apresentado o quinhão de cada herdeiro, ou seja, a relação de bens deixados pelo inventariado que cabe ao cônjuge e aos filhos. Entre essas partes podem aparecer: certidões do contraste do avaliador do ouro e da prata, além de declarações e petições diversas.

Para a produção deste artigo utilizamos apenas uma parte da avaliação dos bens do inventariado, aquela que contém a descrição dos escravizados. Nos inventários do período escravista no Brasil, os escravizados são descritos como semoventes juntos ao gado *vacum*, cavalari, dentre outros, sendo tratados, portanto, com a mesma importância social de um animal, ou nas palavras de Kátia Mattoso, como “uma mercadoria como as outras” (Mattoso, 1988, 127).

A partir do inventário é possível obter as seguintes informações dos escravizados: nome, nação (origem étnica), atividade e valor econômico, como no caso do escravizado Manoel que foi descrito da seguinte maneira: “Manoel de nação Angola oficial de alfaiate foi avaliado em cento e cinquenta mil réis”.

² Para saber sobre a trajetória de Custódio Ferreira Dias. Cf: Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. Nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

Com alguma frequência, além das informações já citadas, mencionava-se também a faixa etária do escravizado como nos casos de “Jozé de Nação Nagô ainda moço que o avaliaram em cem mil réis” ou de “Caetana de Nação gege já velha que avaliaram os ditos avaliadores em quarenta mil réis”.³

Com menor regularidade, apontavam-se as características físicas do escravizado, geralmente para indicar alguma doença, a exemplo do escravizado Manoel “crioulo velho e por estar estoporado se lhe não dão valor” ou “Cipriano gege muito doente de erisipelas que por incapaz não lhe deram valor algum.

Custódio Ferreira Dias e sua trajetória econômica

A escolha de Custódio Ferreira Dias como sujeito histórico se justifica por ter sido ele um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Contabilizamos um total de trezentos e trinta e seis almas escravizadas que somadas foram avaliadas na vultosa cifra de 35:018\$000 réis. Além dessa imensa escravaria, Custódio Dias foi senhor de quatro engenhos: o Macaco, o Buraco, o Mamão e o Caruassú, todos localizados ao norte do recôncavo e avaliados em mais de 121 contos de réis. Grande proprietário de terras, fazendeiro de gado, homem de negócios atuando no comércio transatlântico de mercadorias e no tráfico transoceânico de escravizados.

³ Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. N° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

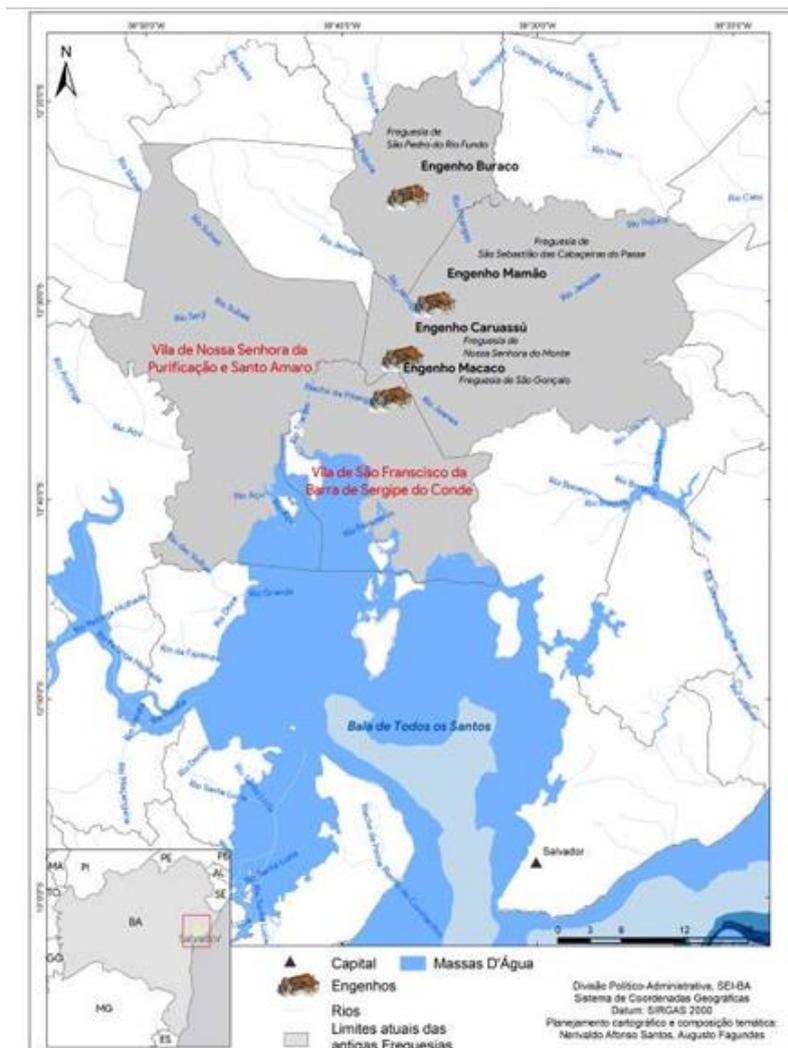


Figura 1: Mapa com a localização dos engenhos de Custódio Ferreira Dias ao norte do recôncavo da Bahia. Fonte: Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. N° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

Nota-se através do mapa que todos os seus quatro engenhos se localizavam ao norte do recôncavo da Bahia nas terras mais valorizadas e produtivas de solo massapê. Percebe-se ainda que as unidades produtivas estavam instaladas próximos aos rios Jacuípe, Pojuca, Joanes e Pitanga, o que deve ter facilitado a produção e, sobretudo, o seu escoamento em direção à cidade da Bahia.

Todo esse poderio econômico representado nos engenhos e na grande escravaria originou-se da atividade mercantil. Custódio Ferreira Dias nasceu na Província do Douro, região do Porto em Portugal no ano de 1751 e veio para o Brasil ainda jovem onde buscou a sorte como mercador. Em Salvador se estabeleceu como comerciante e, no último quartel do século XVIII já figurava entre os maiores homens de negócio da praça comercial da Bahia e faleceu em 17 de agosto de 1801 aos 50 anos de idade.

Nesse meio século de vida de Ferreira Dias, Salvador passou por transformações importantes, dentre elas, deixou de ser capital da colônia. Essa diminuição de poder político não significou enfraquecimento econômico, pois uma série de acontecimentos permitiu a retomada da produção e dos preços dos principais produtos baianos no mercado externo, tais como: a Revolução Industrial e a guerra de Independência na América Inglesa, que provocaram aumento da demanda por algodão e a Revolução escrava na colônia francesa de São Domingos em 1791, que desorganizou a maior região produtora de açúcar e de café mundial à época, contribuindo decisivamente para o recrudescimento da economia baiana no final do período colonial. A esses fatores exógenos, inclui-se a preocupação do Estado português, a partir do período pombalino em ampliar e diversificar a produtividade agrícola como elemento fundamental na implementação das reformas econômicas (Barickman, 2003, 49-52).

Essa conjuntura econômica positiva da economia baiana no final do período colonial foi decisiva para que Custódio Ferreira Dias deixasse de ser um simples comerciante para se tornar um dos indivíduos economicamente mais poderosos da Bahia no período. Na amostragem de Maria José Rapassi Mascarenhas, Dias aparece como indivíduo mais rico, com fortuna avaliada em 304:165\$494 réis (Mascarenhas, 1998, 269).

Custódio Ferreira Dias possuiu muitas propriedades localizadas na área urbana e no termo de Salvador. Além da principal residência da família, uma casa de sobrado construída de pedra e cal na Conceição da Praia, matinha também uma casa de descanso situada na Boa Viagem, extramuros da cidade. Detinha ainda algumas moradas de casas térreas para aluguel situadas na Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo.

Além das propriedades residenciais para usufruto e aluguel, Custódio Ferreira Dias possuía algumas propriedades urbanas de cunho comercial, como um grande Trapiche na “pancada do mar” e dois armazéns náuticos próximos a ele. Esses trapiches e armazéns ocupavam papel central nos negócios de carregação do negociante, pois era na Conceição da Praia que os açúcares produzidos nos seus engenhos situados no termo da Vila de São Francisco do Conde eram armazenados antes de serem enviados para a Europa ocidental. A soma das cifras das avaliações das propriedades urbanas do negociante atingiu a quantia de 18:300\$000 réis.

Com negócios bastante diversificados, Dias se consolidou como um expressivo financista na Salvador do último quartel do setecentos, pois, suas dívidas ativas montavam em 125:000\$000 réis, cerca de 40% do total de seu patrimônio.

Caracterização da população escravizada de Custódio Ferreira Dias: gênero, faixa etária e origem étnica

O Gráfico n° 1 demonstra que Custódio Ferreira Dias, assim como a maioria dos senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, optaram por adquirir muito mais homens do que mulheres como força de trabalho. Dos trezentos e trinta e seis escravizados contabilizados, duzentos e quinze eram do sexo masculino e cento e vinte e um do sexo feminino, como se pode verificar no gráfico a seguir:

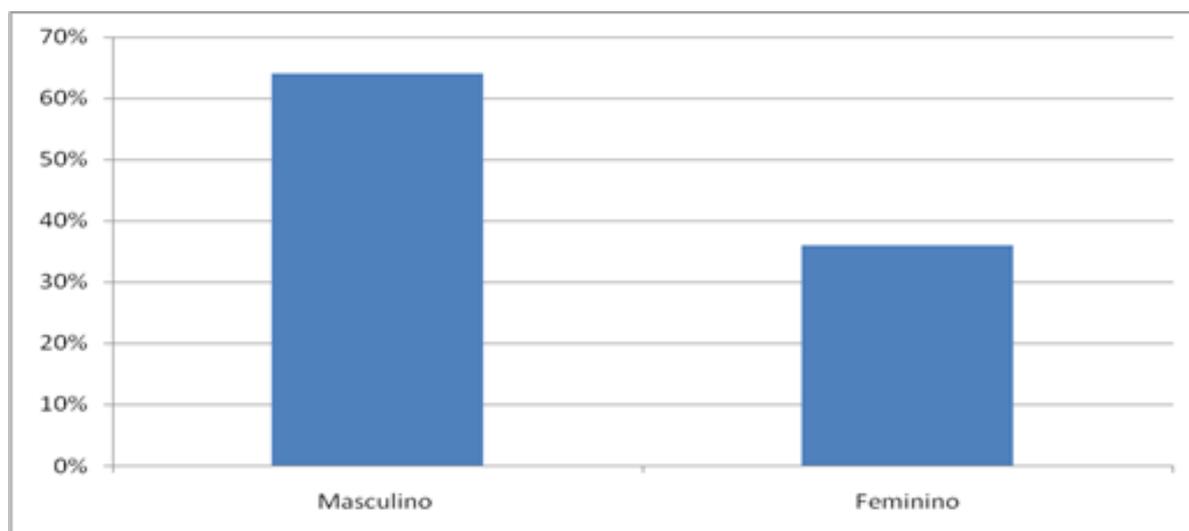


Gráfico 1: Divisão dos escravizados por gênero. APEB. Seção Judiciária, n° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

A quantidade de homens em relação à de mulheres escravizadas foi significativa. Em termos percentuais 64% dos escravizados de Custódio Dias eram do gênero masculino contra 36% do gênero feminino. Schwartz considera que a predominância masculina pode ter sido causada pela preferência dos senhores de engenho pela força de trabalho de homens, pela pouca atenção que se deu à capacidade reprodutiva das mulheres no período colonial⁴ e pela menor disposição dos fornecedores africanos em disponibilizar mulheres e crianças para o tráfico com os europeus (Schwartz, 1988, 286).

Antes de apresentarmos os dados sobre a faixa etária dos cativos, cabe uma nota prévia sobre a nomenclatura adotada resultante de uma análise criteriosa das fontes. Adotamos as definições estabelecidas por Kátia Mattoso (2003) com algumas alterações, segundo a qual molequinho/molequinha eram indivíduos com idade que variavam entre zero e sete anos.

⁴ Esta afirmação vem sendo contestada por pesquisas recentes. Cf. (Nogueira, 2011); (Ribeiro, 2012).

Moleque/moleca era o termo adotado para se referir a crianças escravizadas com idade entre oito e quatorze anos. Molecão/molecona seriam os escravizados com idade entre quinze e dezoito anos.

Os termos negro/negra e moço/moça eram empregados para designar escravizados em fase adulta, com idades que variavam entre os dezenove e os trinta e cinco anos. A nomenclatura velho/velha foi utilizada pela autora quando se tratava de escravizados com trinta e cinco anos ou mais (Mattoso, 2003, 86).

Além destas classificações, incluímos mais duas categorias etárias, a primeira relacionada aos escravizados muito jovens, “os molequinhos”. Entendemos que o termo molequinho adotado por Mattoso (2003) não dá conta das complexas variações dentro da tenra idade, por isso desdobramos o termo molequinho em dois grupos menores, criando um subgrupo para a primeira fase da vida. Denominamos esta nova categoria de “escravizados de peito/de colo” para designar escravizados com faixa etária entre zero e três anos de idade.

Já a terminologia “molequinho” foi mantida e utilizada para representar os escravizados entre quatro e sete anos de idade. Essa definição permite um olhar mais aprofundado por temáticas importantes da escravidão no período colonial, tais como: taxa de natalidade, crescimento vegetativo da população escravizada e taxa de mortalidade. Ademais, a variação de preço entre os escravizados “de peito/ de colo” e os “molequinhos ou crioulinhos”, ou seja, negros que já sabiam andar e falar, era significativa. Este aspecto não deve ser negligenciado, haja vista que é um elemento que está intimamente relacionado ao exame das taxas de mortalidade infantil no período colonial, índice que deve ter sido muito alto, sobretudo quando envolveu a população escravizada.

Outra adequação que fizemos a partir das definições de Mattoso (2003) estão relacionados aos “velhos”. Para a autora, a partir dos trinta e cinco anos, um escravo na Bahia do século XIX já era considerado velho. Consideramos que essa definição relacionada ao “escravo velho” é demasiadamente vaga e não dá conta das especificidades endógenas dessa categoria. Por isso, também nesse caso, criamos outro subgrupo que denominamos como “muito velhos”. Essa terminologia permite perceber com maior profundidade a taxa de depreciação no preço do cativo na Salvador colonial, além de se aproximar com mais exatidão da expectativa de vida da população escravizada na Bahia do final do período colonial.

Consideramos como “muito velhos” os escravizados que possuíam idade igual ou superior aos cinquenta anos. Este termo aparece algumas vezes na documentação e tem um padrão que permite distingui-los dos demais. Essa distinção fica mais evidente quando comparado à categoria “velhos”, ou seja, enquanto os “velhos” possuíam valor econômico reduzido, os considerados “muito velhos” apesar de definidos e classificados no inventário, eram considerados uma propriedade sem nenhum valor econômico.

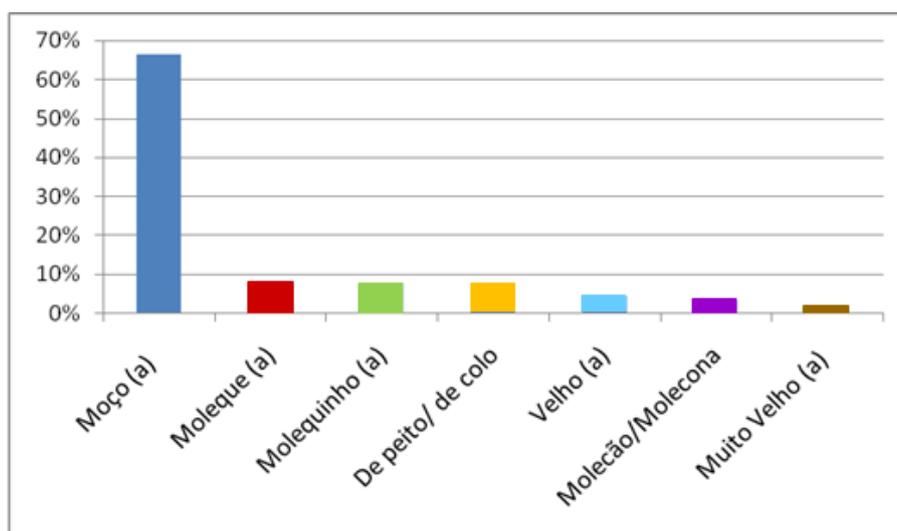


Gráfico 2: Divisão dos escravizados por faixa etária. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Gráfico nº 2 que representa a divisão dos escravizados de Custódio Ferreira Dias por faixa etária, demonstra a forte presença do escravizado adulto em relação às demais faixas etárias. Enquanto o escravizado adulto representou quase 70% do quantitativo total, as demais faixas etárias não atingiram sequer 10% do universo de escravizados.

A estrutura etária dos engenhos da Bahia colonial era de fato formada por poucas crianças. Schwartz (1988) analisando seis engenhos baianos em 1816 encontrou apenas 14% dos cativos com idade inferior a oito anos. Segundo o autor, mesmo com a ampliação da faixa etária para quatorze anos, este número não chegaria a 20% (Schwartz, 1988, 289).

As crianças escravizadas abaixo dos oito anos de idade representaram 16% do total de escravizados de Ferreira Dias. Quando ampliamos para a faixa denominada “moleques”, ou seja, escravizados com idade até os quatorze anos, este percentual sobe para 24%.

A despeito de a Bahia ter se constituído ao longo do período colonial como um dos terminais mais relevantes do tráfico transoceânico de escravizados e apesar de Custódio Ferreira Dias não estar alheio a essa conjuntura, mas pelo contrário, atuou intensamente tanto no tráfico, quanto na utilização da mão de obra cativa em seus engenhos de açúcar. O fato é que a taxa de natalidade em suas propriedades rurais esteve acima da média dos dados apresentados por Schwartz (1988).

Acerca da origem étnica, percebe-se que dos trezentos e trinta e seis escravizados pertencentes à fortuna de Custódio Ferreira Dias, pelo menos duzentos e quatorze deles, ou seja, 63,7% do total nasceu no continente africano. Schwartz afirma que “a população escrava na Bahia sempre foi composta por grande parcela de estrangeiros, provavelmente possuindo em média 70%

de africanos desde 1600 até o fim da era colonial.” (Schwartz, 1988, 289). O percentual um pouco menor de escravizados importados da África no inventário de Ferreira Dias deve ter sido coberto pela taxa de natalidade ligeiramente superior a amostra de Schwartz. A seguir no Gráfico nº 3 evidenciamos a diversificação étnica desses indivíduos. Foram identificados sete grupos étnicos distintos, como veremos a seguir:

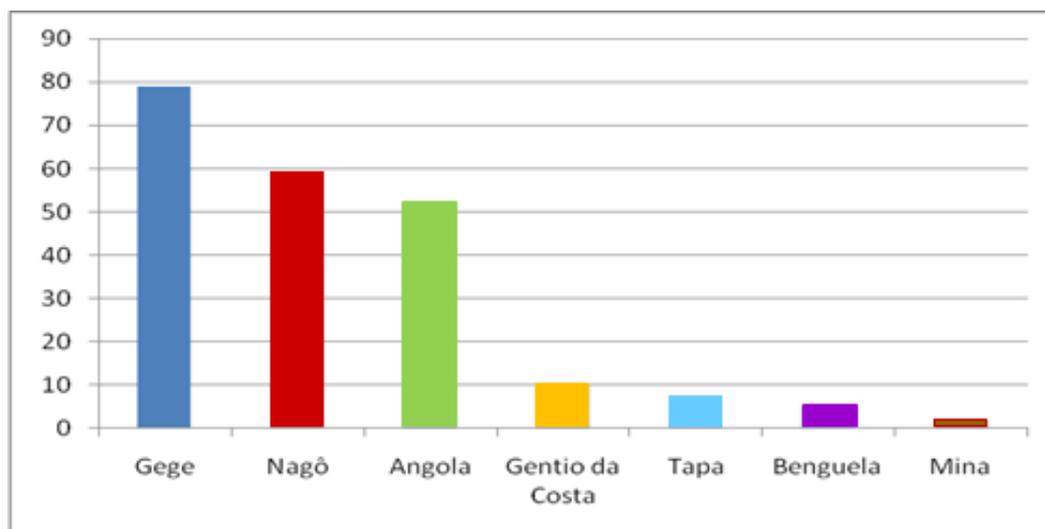


Gráfico 3: Diversificação étnica dos escravizados nascidos na África. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode verificar a partir do Gráfico nº 3 havia predominância de escravizados Gege, Nagôs e Angolas respectivamente, sendo que a presença Gege foi mais destacada em relação a todos os demais grupos étnicos. Ao todo foram identificados setenta e nove escravizados Gege. Os Nagôs vieram em seguida totalizando cinquenta e nove escravizados, número muito próximo ao de escravizados Angolas, cinquenta e dois no total.

Os demais grupos étnicos tiveram participação pequena em relação aos três grupos já apresentados. Foram identificados dez indivíduos como do Gentio da Costa, sete escravizados de nação Tapa, cinco Benguelas e dois Minas.

O Gráfico nº 3 está inserido na conjuntura de “ciclo da Baía do Benin”, ou seja, um período de intensa chegada de africanos na Bahia vindos da África Ocidental, mais especificamente da parte setentrional do Golfo da Guiné. Este ciclo teve início por volta das últimas décadas do setecentos e no limiar do século XIX quando: “sob a pressão da Inglaterra o tráfico é declarado ilegal ao norte do Equador, e sobretudo após 1830, quando se torna inteiramente ilícito, o tráfico brasileiro desloca-se para África Oriental...” (Mattoso, 2003, 37). Por este motivo, há uma grande quantidade de etnias iorubás oriundas da região ocidental da África, a exemplo dos gege e nagôs. A também

relevante presença escravizada de angolas na Bahia do final do período colonial aponta que a ideia cíclica de tráfico pode deturpar a realidade.

Embora se saiba que o porto de São Paulo de Luanda se constituiu naquele período como principal fornecedor de escravizados para as capitanias do sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, (Mattoso, 2003, 36) isto não impedia que a Bahia recebesse um relevante afluxo de escravizados angola (Ximenes, 2013).

Sobre este aspecto, Cristiana Lyrio Ximenes se valendo de uma intervenção de Mariza Soares sobre a importância de estudar as rotas minoritárias diz:

O interesse pelas rotas majoritárias e a importância das pesquisas realizadas sobre elas terminou por provocar uma desatenção sobre as rotas minoritárias. Com isso, por exemplo, uma investigação mais acurada deixava de ser realizada tanto sobre os contratos comerciais, diretos ou indiretos, entre o Rio de Janeiro e a Baía do Benim, quanto às ligações entre Bahia e Pernambuco e Angola. (Ximenes, 2013, 16).

A seguir, o Gráfico n° 4 traz a etnia dos escravizados sem distinguir os nascidos na África dos nascidos no Brasil. Somam-se às sete etnias africanas já mencionadas no Gráfico n° 3 mais quatro terminologias, a saber: crioulo, mulato, cabra e pardo. Incluindo essas quatro últimas nomenclaturas relacionadas à miscigenação, temos no próximo gráfico um quadro bastante representativo do perfil étnico da escravidão na Bahia do final do período colonial. Conseguimos identificar a origem étnica de 97,9% dos trezentos e trinta e seis escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias.

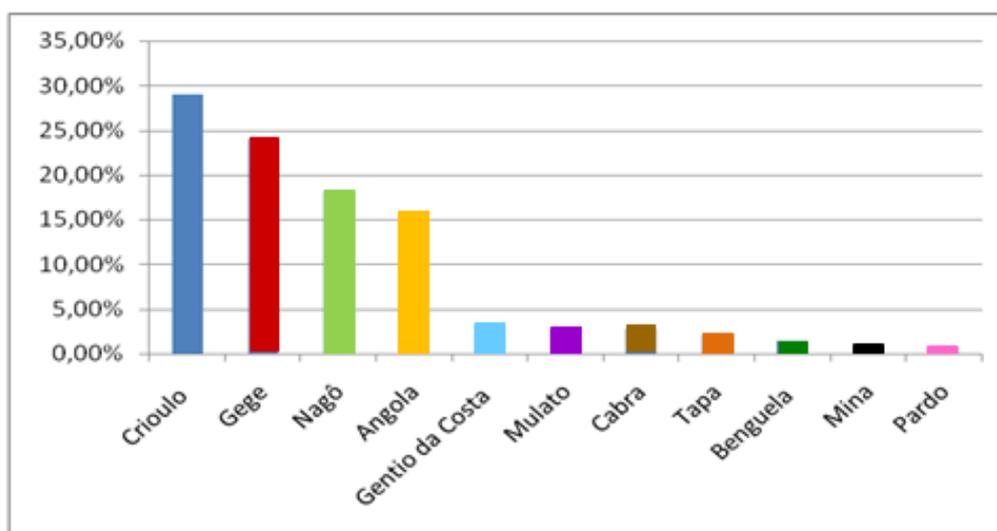


Gráfico 4: Diversificação étnica dos escravizados de Custódio Ferreira Dias. APEB. Seção Judiciária, n° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se verifica no Gráfico n° 4, os escravizados considerados crioulos constituíram o grupo com maior representatividade dentro do universo total dos escravizados de Custódio

Ferreira Dias, representando 29% do total (noventa e cinco escravizados)⁵, seguido dos escravizados de nação Gege que representaram 24% ou (setenta e nove escravizados). Em terceiro lugar, os escravizados nagôs que significaram 18% do total ou (cinquenta e nove cativos). Na quarta posição têm-se os escravizados angola com representatividade de 15,8% do total, o que em termos absolutos significou cinquenta e dois cativos. Na quinta colocação ficaram os cativos classificados como do gentio da Costa representando 3% do montante ou dez escravizados. Empatados na sexta posição ficaram os escravizados mulatos juntamente com os cabras, ambos representaram 2,7 % do computo total, ou nove escravizados cada. Os escravizados de origem Tapa com 2,1 % ou sete almas vieram logo em seguida na sétima posição. Na oitava colocação, os benguela com participação ainda menor, representando apenas 1,5% (cinco cativos), superior apenas aos escravizados mina e os pardos que empatados na última colocação representaram cada, 0,6% dos escravizados, o que significa dois escravizados para cada etnia.

Ao somarmos crioulos, mulatos, cabras e pardos, observamos que cento e quinze ou 35% dos escravizados pertencentes ao inventário de Custódio Ferreira Dias nasceram em terras brasileiras. Esta relativamente alta quantidade de escravizados nascidos no Brasil demonstra como a escravidão estava sendo mantida não apenas pelo tráfico transatlântico de escravizados, mas também pela reprodução natural.⁶ O exemplo dos crioulos nascidos nas terras de Custódio Dias ou adquiridos por meio da compra de outras regiões da colônia permite inferir que havia uma preocupação de alguns senhores em reduzir custos, evitando repor sua força de trabalho por meio da compra de novos cativos, estimulando a ampliação da população escravizada por meio do aumento da taxa de natalidade. Obviamente, o incremento da natalidade entre os escravizados não era apenas resultado da vontade senhorial, mas resultado de diversas formas de resistência, dentre elas a própria constituição da família escrava (Slenes, 1999).

A presente amostra não tem a intenção de questionar o peso do tráfico transatlântico de escravizados na atividade açucareira do recôncavo da Bahia na segunda metade do século XVIII, mas ela é útil para demonstrar que alguns engenhos da região buscaram vias alternativas para a

⁵ Para maior aprofundamento sobre o processo de crioulação e diversificação étnica entre os escravizados na Bahia do final do período colonial (Pares, 2005, 70-101) e (Pares, 2014, 1-32).

⁶ Para melhor exame das taxas de natalidades e outras variáveis importantes sobre demografia histórica da escravidão no Brasil. Cf. LIBBY, D. C.. Demografia e Escravidão. LPH. Revista de História (UFOP), Ouro Preto, v. 3, n.1, p. 267-294, 1992; LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. (Org.) História Econômica e Demografia Histórica. 1. ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002; LIBBY, D. C.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; ANDRADE, C. V. de. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 29, p. 199-206, 2012; MARTINS, Roberto Borges. Crescendo em silêncio: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.

recomposição de sua força de trabalho cativa, não ficando dependente apenas do fornecimento via tráfico.

Seja por atitude deliberada ou como acaso, o fato é que o bom índice de reprodução natural em terras de Custódio Ferreira Dias se assemelhou ao de algumas instituições religiosas que estimulavam a natalidade entre os seus escravizados. Schwartz afirma que alguns jesuítas e principalmente, os beneditinos adotaram:

[...] uma política em favor de proporções mais equilibradas entre os sexos, casamentos e condições propícias à reprodução... Ao contrário de muitos senhores de escravos no Brasil colônia, os beneditinos parecem ter incentivado a formação de unidades familiares...Dados da Bahia indicam que havia algo de verdade nessa crença. Um exame das propriedades beneditinas entre 1652 e 1710 revela números relativamente altos de crianças, variando de 20 a 24% de uma a outra propriedade (Schwartz, 1988, 292-3).

O autor considera que os engenhos administrados por algumas instituições religiosas eram mais propensos a permitir o casamento entre escravizados e que estes casamentos tinham como consequência o estímulo a taxas de natalidade dentro da unidade produtiva.

A nossa pesquisa diverge dos resultados obtidos pelo autor quando este considera que os engenhos laicos possuíam baixa taxa de natalidade entre os escravizados. O número de crianças nas propriedades de Custódio Ferreira Dias foi semelhante ao dos engenhos beneditinos apresentados por Schwartz.

Considerando-se o contexto, sua afirmativa é ainda mais questionável. Os dados expostos por Schwartz estão circunscritos a uma fase desfavorável da economia açucareira, o que permite deduzir que seus números podem estar superestimados quando analisados na longa duração. Em outras palavras, sua análise sobre a presença de crianças nos engenhos beneditinos insere-se entre meados do século XVII e início do século XVIII, período quase todo marcado pela crise da economia açucareira, o que estimularia os produtores de açúcar a buscar medidas alternativas para a reposição da escravaria, minimizando a dependência do tráfico transatlântico. O inverso tenderia a predominar em épocas positivas da economia de exportação, como em quase todo o período de vida do negociante Custódio Dias na segunda metade do século XVIII. Nesta conjuntura de retomada da economia de exportação do açúcar, a confiança dos produtores se restabelecia, permitindo investir mais na reposição de mão de obra cativa por meio do tráfico.

Custódio Dias, sendo o maior credor e um dos mais importantes traficantes e senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, vivendo em um momento áureo da economia açucareira baiana após 1792 com a Revolução em São Domingos, lucrava duplamente com o ativo escravo, seja utilizando-o como mão de obra nos seus engenhos e em suas lavouras, seja como mercadoria, na condição de traficante abastecendo parte da praça comercial da Bahia. Não parece ter tido motivos aparentes para estimular a taxa de natalidade entre escravizados, mas assim o fez.

Seria uma exceção? Ou a premissa de que os engenhos seculares possuíam taxa de natalidade escrava muito maior do que os engenhos laicos é uma falácia? Outra questão seria a taxa de natalidade entre escravizados na Bahia colonial maior do que a apontada pela historiografia sobre a Bahia? Schwartz, ao buscar relacionar os casamentos entre escravizados chancelados pela Igreja e o aumento da taxa de natalidade cativa, preteriu as diversas e variadas formas de arranjos familiares entre escravizados, que igualmente poderiam contribuir para o aumento da natalidade cativa (Schwartz, 1988, 291-299). As modalidades de família escrava foram várias como nos ensina Robert Slenes para o caso da região de Campinas no século XIX, (Slenes, 1999) e Isabel Reis para a Bahia do mesmo período (Reis, 2007).

Kátia Mattoso (1992) defende que por pior que fosse a conjuntura, jamais o número de escravizados nascidos no Brasil ultrapassou a barreira dos 40%. Seja como for, possuir 35% do total de escravizados nascidos em terras brasileiras, não é nada desprezível. 24% do universo total de escravizados de Custódio Dias eram de crianças.

Atividades e ofícios

Antes de apresentar a divisão dos escravizados por qualificação, dividimos estes em três grandes grupos: os que realizavam atividades rurais, os que desempenhavam atividades domésticas e os que detinham algum tipo de função especializada ou ofício. Em um universo de vinte e oito terminologias distintas, a divisão inter-categorias foi a seguinte:

Atividades rurais	11
Atividades domésticas	7
Funções e ofícios	10
Total	28

Quadro 1: Divisão dos escravizados por tipo de ocupação. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

No total, foi possível identificar a ocupação/função/especialização em duzentos e trinta e oito casos, o que representou 70,8% do total de escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias. Destas ocupações, as atividades rurais dos escravizados e a quantidade deles ocupados em cada uma delas foram as seguintes:

TIPO DE ATIVIDADE RURAL	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Serviço de enxada	126
Serviço do Machado	6

Serviço da roça	5
De todo serviço	4
Tangedor de Cavalos	3
Serviço do Engenho	3
Caldeireiro	12
Taxeiro	8
Carreiro	15
Moendeira	13
Purgadeira	4
Total	199

Tabela 1: Quantidade de escravizados por tipo de atividade rural. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Foram onze funções consideradas rurais. Três atividades estavam relacionadas à agricultura, seja da cana-de-açúcar e de demais gêneros alimentícios, a saber: do serviço de enxada, do serviço de machado e do serviço de roça. Identificamos também escravizados vinculados à agricultura, seja para a plantação da cana, seja para a plantação de demais alimentos para o abastecimento interno das unidades produtivas. Nestes casos, podemos mencionar o serviço de enxada, o serviço do machado, o serviço da roça e a função de tangedor de cavalos.

Escravizados do serviço de enxada foram os mais comuns. Com essa designação, registrou-se a quantidade de cento e vinte seis cativos, representando 63,1% de toda a população escravizada de Custódio Dias que desempenhavam atividades rurais, e 37,5% do universo total de escravizados. Estes números indicam uma forte produção agrícola, predominantemente voltada para a lavoura canavieira.

Escravizados do serviço de machado perfizeram o computo total de seis indivíduos. Apesar da proximidade entre as funções, elas não são idênticas, pois os escravizados do serviço do machado possuíam a função principal de fornecer lenhas para o engenho, além de serem responsáveis pelo corte de madeira, seja desmatando áreas para a ampliação do cultivado, seja fornecendo madeiras para as obras de construção, para a confecção de mobiliário doméstico ou para instrumentos e ferramentas necessárias ao funcionamento da unidade produtiva, diferentemente dos do serviço da enxada que tinham seu trabalho voltado para a agricultura da cana-de-açúcar.

Os escravizados do serviço de roça, por sua vez, constituíam-se enquanto mão de obra especializada na agricultura de subsistência, produzindo alimentos para o suprimento da demanda da propriedade. Não obstante, essas três categorias não eram estanques, o que implica que estes

escravizados poderiam ser deslocados entre o machado, a enxada e a roça, conforme a vontade do senhor ou a necessidade da unidade produtiva, que pode estar relacionada a vários fatores, a exemplo da sazonalidade da produção, do clima, da conjuntura econômica e de demandas excepcionais. Isso, no entanto, não anula a percepção de uma relativa organização social do trabalho nas propriedades rurais de Custódio Ferreira Dias.

Por fim, mencionamos mais uma função desempenhada por escravizados relacionados ao âmbito rural, trata-se dos tangedores de cavalos. Foram identificados três escravizados nessa categoria, o que denota a relevância do gado cavalgar, tanto como força motriz na moagem da cana, como também como um eficiente meio de transporte terrestre.

A terminologia “de todo o serviço”, apesar de ser uma nomenclatura demasiadamente genérica, permite inferir que se tratava de escravizados com várias habilidades que poderiam desempenhar múltiplas funções ou que poderiam atuar na função de mando, coordenando algumas atividades ou grupos de escravizados ou ainda, auxiliando em diversas funções.

Seis funções estavam intimamente relacionadas à produção do açúcar. Eram atividades que representam as várias etapas do processo produtivo do engenho, a saber: serviço do engenho, caldeireiro, taxeiro, carreiro, moendeiro e purgadeira.

Nas propriedades de Custódio Ferreira Dias, as atividades domésticas foram realizadas exclusivamente por mulheres. A tabela nº 2 traz a quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica.

TIPO DE ATIVIDADE DOMÉSTICA	NÚMERO DE ESCRAVIZADAS
Costureira	4
Cozinheira	2
Lavadeira	1
Rendeira	1
Bordadeira	1
Que trata das crianças	1
Serviço de casa	7
TOTAL	17

Tabela 2: Quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 2 demonstra que havia sete qualificações das escravizadas relacionadas às atividades domésticas, tais como: cozinheira, lavadeira, costureira, rendeira, bordadeira, que trata

das crias e do serviço de casa. Essas funções eram básicas para a manutenção da grande casa, pois essas mulheres cuidavam da alimentação, do vestuário dos escravizados e ainda da limpeza, condição básica para evitar a insalubridade, o que é fundamental para minimizar a propagação de doenças.

Como se pode observar, dezessete escravizadas ou 7,6% do total da população escrava adulta de Ferreira Dias, destinavam-se para o desempenho de funções domésticas relacionadas ao cotidiano, ao conforto, ao requinte, ao luxo, à pompa, à suntuosidade, ao *status* e ao prestígio do dito senhor e de seus familiares.

A grande quantidade de escravizadas domésticas pode ser explicada dentre várias coisas, pelo grande contingente humano que pertencia à Casa do senhor Custódio Ferreira Dias, formado por: esposa, filhos, genros, noras, demais parentes e agregados, o que promovia uma robusta demanda nos cuidados com a saúde, alimentação, conforto e estética.

TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES E DOS OFÍCIOS	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Carregador de cadeira	7
Marinheiro	4
Carpinteiro	2
Serralheiro	2
Barbeiro	2
Cabeleleiro	1
Alfaiate	1
Pedreiro	1
Ferreiro	1
Sangrador	1
Total	22

Tabela 3: Quantidade de escravizados por tipo de ofício. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Mais uma vez, no caso da Tabela 3, há uma gama variada de ocupações no caso da categoria funções e ofícios, dez no total. Tratava-se de escravizados com um alto nível de qualificação que deveria trazer retorno financeiro para o senhor, seja de forma direta, através do desempenho de suas funções, ou de forma indireta, através da prestação de serviços a outrem por meio do aluguel da mão de obra.

Esses escravizados altamente capacitados possuíam grande poder de barganha em suas estratégias de negociação com o senhor. Encontramos dentre esses, dois barbeiros, um cabeleleiro

e um alfaiate. Certamente, quando não estavam a serviço do senhor e de sua família, eles vendiam os seus serviços nas principais ruas comerciais de Salvador. Do mesmo modo, os escravizados com qualificações para obras de construção, como: carpinteiro, ferreiro, pedreiro e serrador, quando estavam ociosos e não desempenhavam nenhuma função em obras de manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do patrimônio imóvel de Custódio Ferreira Dias, certamente atuavam como escravizados de ganho na urbe baiana setecentista (Andrade, 1988).

Já os quatro escravizados marinheiros, apesar de terem funções especializadas, quase nunca deveriam estar disponíveis para prestar serviços remunerados a outrem, pois, sendo o seu senhor, proprietário de quatro engenhos no Recôncavo, dono de trapiches em Salvador e traficante de escravizados da costa africana para a Bahia, dificilmente estes marinheiros que faziam as viagens de cabotagem entre Salvador e o recôncavo e de longa distância, sobretudo para a África, estariam ociosos.

Os carregadores de cadeira, apesar de ser dentre as funções apresentadas, aquela que exigisse o menor nível de qualificação, nem por isso, era uma função menos importante. Pelo contrário, sua forte demanda social talvez justifique ter sido a ocupação com maior quantidade de escravizados dentro da categoria (atividades e ofícios) da Tabela nº 3.

Utilizada principalmente por mulheres da alta sociedade baiana, as cadeiras de arruar constituíram-se como o principal meio de transporte urbano de curta distância utilizada pelas elites coloniais. A família Ferreira Dias não ficava alheia a essa demanda e utilizava com frequência esse meio de transporte. Isso é revelado não apenas pela quantidade de escravizados que desempenhavam a função de carregador de cadeira, como também pela quantidade desses veículos. Custódio Dias possuía quatro cadeiras de arruar. É provável que devido a essa quantidade acima da média, parte desses veículos fossem exclusivamente para o uso da família, enquanto as demais fossem disponibilizadas para auferir rendimentos diários através da prestação de serviços dos seus escravizados nas ruas da capital da Bahia.

Algumas características específicas eram consideradas para se designar um escravizado para o desempenho da função de carregador de cadeira. Ao que tudo indica os escolhidos para o desempenho dessa função eram escravizados adultos e saudáveis, conhecedores dos principais percursos da cidade.

Por fim, dentre os escravizados especializados mencionados na Tabela nº 3, menciona-se o sangrador. Diante da escassez de médicos especializados na Bahia colonial, a figura do sangrador possuía uma relevância fulcral nesta sociedade (Pimenta, T. S.; Dantas, R. A., 2014). A importância dessa função altamente especializada, principalmente entre os escravizados, revela-se no alto valor econômico que o cativo atingia com essa especialidade.

O escravizado mais valioso encontrado no inventário de Custódio Ferreira Dias no final do século XVIII foi um sangrador estimado em 300\$000 réis. Esse indivíduo deveria realizar sua função de forma itinerante, circulando entre as diversas propriedades localizadas tanto na capital quanto no recôncavo baiano. Acreditamos, no entanto, que pela grande quantidade de escravizados localizados nas zonas de *plantation*, que o trabalho do sangrador de Custódio Ferreira Dias concentrava-se no âmbito rural.

As variáveis na composição do preço do cativo no recôncavo da Bahia colonial

Considerando um dos maiores senhores de escravizados da Bahia no final do período colonial e a despeito de variáveis como: idade, gênero, estado de saúde e nível de especialização, temos que o preço médio geral do cativo na Bahia no período foi de 111\$522 réis. Nas páginas seguintes, buscaremos apresentar o valor da mão de obra escravizada a partir de cada uma das especificidades já mencionadas anteriormente.

GÊNERO	PREÇO MÉDIO
Feminino	93\$642
Masculino	121\$029

Quadro 2: Preço médio da mão de obra por gênero. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar do Quadro nº 2, no recôncavo baiano colonial, o valor do cativo masculino foi superior ao da mulher escravizada. Isso fica evidente no preço, sendo a mulher escravizada em média 30% menos valiosa do que o homem escravizado. Essa valorização da mão de obra masculina em relação à feminina tem relação com a opção dos senhores coloniais em considerar os homens como mais aptos ao trabalho pesado da grande lavoura açucareira. Como já visto, dentre os cativos de Custódio Ferreira Dias, 64% era formado por escravizados do sexo masculino.

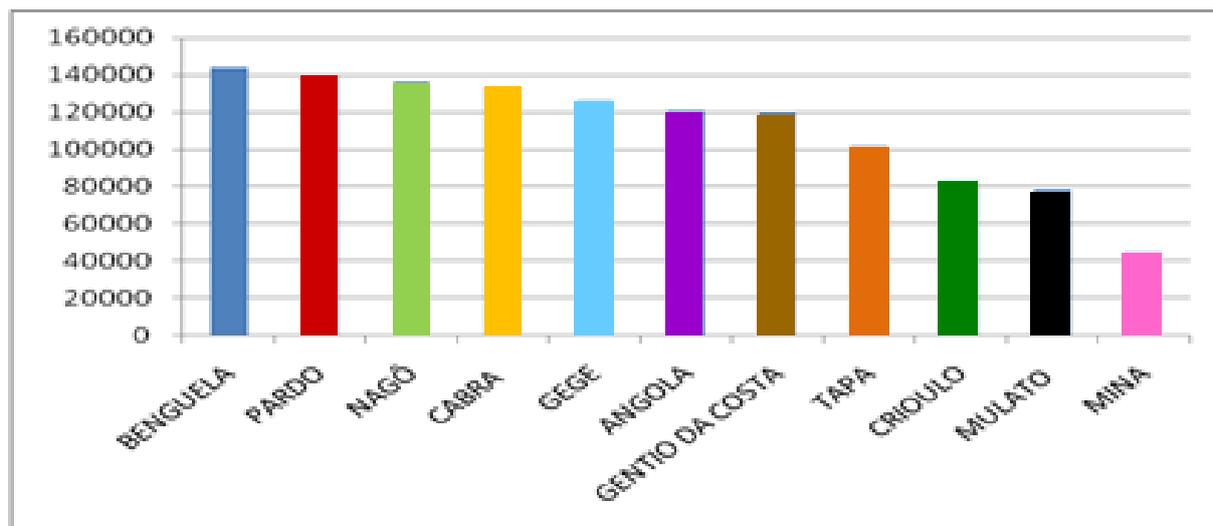


Gráfico 5: Preço médio dos escravizados por origem étnica. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar a partir do Gráfico nº 5, não houve tanta oscilação no valor do cativo quando o critério foi a origem étnica. A maioria das etnias teve preços que variaram dos 120\$000 réis, como são os casos dos escravizados com denominação angola e do gentio da costa a 140\$000 réis aproximadamente, como nos casos dos nagôs, cabras e pardos. Essa pequena variação tem como uma das principais explicações a regularidade da oferta de africanos vindos da África Ocidental entre fins do século XVIII e princípio do século XIX (Verger, 1988, p. 53-210).

O alto valor econômico dos escravizados de denominação angola e benguela demonstra que apesar da presença cada vez maior de navios negreiros portugueses na Costa da Mina, o tráfico com a África Centro-Ocidental continuou ativo na fase do ciclo da Baía do Benim (Verger, 1988, 53-210).

Outro aspecto que se observa no Gráfico nº 5 é o alto valor dos cabras e pardos, com preços semelhantes ao dos escravizados nascidos no continente africano. Parte da historiografia tende a afirmar que isto tem relação com o fato de que os escravizados nascidos no Brasil, por já estarem adaptados ao clima, idioma e cultura local, seriam menos resistentes em aprender as atividades a serem realizadas (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 9).

O inverso acontecia com os escravizados nascidos na África que “...chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida.” (Antonil, 2007, 98). Mas, então como explicar os valores bem mais baixos dos crioulos e mulatos, na faixa dos 80\$000 réis? Sabe-se que a quantidade de homens escravizados na Bahia sempre foi muita alta e tem relação com a preferência dos senhores de escravizados pela mão de obra masculina. Schwartz analisando “1913 escravos arrolados em inventários de engenhos e fazendas de cana mostrou uma proporção global

de 185 homens para cem mulheres, variando de 123 em 1710-50 a 233 durante a expansão da atividade açucareira após 1793” (Schwartz, 1988, 288).

É justamente durante a expansão do setor açucareiro na Bahia que boa parte desta pesquisa está assentada. Não coincidentemente, a quantidade de escravizados encontrados no inventário de Custódio Ferreira Dias foi bastante considerável, de 178 homens para cada 100 mulheres. Terminologias que se refiram a escravizados com forte possibilidade de terem nascidos no Brasil, tais como: pardo, cabra, crioulo e mulato, como nos casos mencionados no Gráfico nº 5, tinham uma tendência de ter uma quantidade maior de escravizados do sexo feminino, o que pressionou o preço médio desses grupos para baixo, já que o valor de mercado da mulher escravizada foi geralmente mais baixo do que o do escravizado.

FAIXA ETÁRIA	VALOR MÉDIO (réis)
De Peito/De Colo	27\$038
Molequinho (A)	85\$517
Moleque (Ca)	122\$500
Molecão (Cona)	126\$666
Moço (A)	131\$325
Velho (A)	64\$285
Muito Velho (A)	\$0

Quadro 3: Preço médio dos escravizados por faixa etária. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Quadro nº 3 reflete o preço médio do escravizado considerando a faixa etária como variável determinante. Como se pode observar, o valor médio do escravizado de peito ou de colo (do zero aos três anos) foi de 27\$038 réis. Quando molequinho, ou seja, a partir dos quatro até os sete anos, com o risco de mortalidade infantil consideravelmente menor, o valor aumentava substancialmente, para 85\$517 réis em média, valor 216% maior.

Quando moleque, a partir dos oito anos de idade, já em fase parcialmente produtiva, mas ainda não em idade reprodutiva, o valor médio subiu numa proporção menor, mas ainda significativa, aumentando cerca de 43% com valor médio de 122\$500 réis.

A partir dos quinze anos, já em idade produtiva e reprodutiva, faltando detalhes para o alcance da vida adulta, a margem para a valorização do preço do escravizado foi muito reduzida. O valor médio dos escravizados entre os quinze e os dezoito anos de idade foi de 126\$666 réis, valorização ínfima de 3,4% em relação à categoria anterior.

A partir dos dezoito anos de idade, segundo a nossa classificação, o escravizado na Bahia colonial chegava ao ponto mais alto de valorização, seu valor médio atingia em média 131\$325 réis. Após este pico de valorização, a tendência da curva é se tornar descendente, refletindo a desvalorização gradual que acompanha o preço do cativo até ele ser considerado velho no contexto da economia baiana colonial, por volta dos trinta e cinco anos de idade. Nessa fase, produzindo cada vez menos, o valor de mercado do cativo acompanhava a sua queda de produtividade. Sua depreciação nessa faixa etária ultrapassava os 50%. O valor médio encontrado para os escravizados entre os trinta e cinco e os cinquenta anos de idade foi de 64\$285 réis.

A desvalorização do cativo era constante até se tornar “muito velho”, por volta dos cinquenta anos de idade. Nessa faixa etária, um escravizado na Bahia colonial não possuía nenhum valor de troca (valor de mercado) e, em alguns casos, apenas valor de uso, desempenhando alguma atividade leve que não exigisse grande esforço físico.

Considerando as péssimas condições de vida na qual se assentou a escravidão moderna nos trópicos, com alta insalubridade e baixíssima expectativa de vida, a partir dos cinquenta anos de idade, geralmente o escravizado que ainda insistia em existir, já se encontrava enfermo e debilitado. Não encontramos um escravizado “muito velho” sequer no inventário de Custódio Ferreira Dias, considerado pelos avaliadores como possuidor de algum valor econômico. Estes são os casos de: “Jozé de nação Tapa e Faustino gege, ambos muito velhos que por incapaz lhe não deram valor algum.”

A seguir, tem-se uma disposição gráfica que traz uma amostra do preço médio dos escravizados na Bahia do final do período colonial a partir dos dados do inventário de Custódio Ferreira Dias.

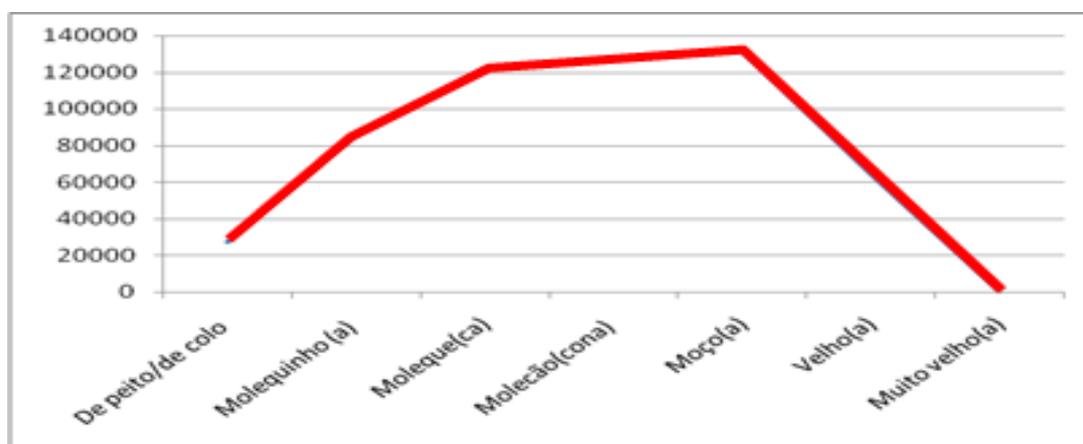


Gráfico 6: Preço médio dos escravizados por faixa etária (mil réis). APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Note-se que o Gráfico nº 6 tem o formato de ‘U’ invertido representando o baixo valor do escravizado quando ainda muito pequeno, a sua valorização que acompanha o seu desenvolvimento físico e o seu acúmulo de experiência para o desempenho das principais atividades e a desvalorização a partir da diminuição do vigor físico tão necessário à maioria dos trabalhos existentes para a utilização da mão de obra cativa, até se chegar ao valor zero, quando já estava fisicamente incapaz.

Sobre os gráficos que ilustram a variação do preço do escravizado por faixa etária no Brasil dos séculos XVI ao XIX (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 10), afirmam que:

Esse resultado é coerente com a ideia de que a acumulação de experiência aumenta a produtividade do trabalhador cativo até uma certa idade, a partir da qual a redução do vigor físico — crucial para a maioria dos escravos, os da lavoura — marca uma tendência no sentido contrário. Estudos sobre preços de escravos mostram, tipicamente, como já mencionado, uma relação entre o preço e a idade em forma de U invertido e assimétrico, com o pico de valor de mercado ao redor de 25–30 anos, no sexo masculino, e mais próximo de 20 anos, no sexo feminino. (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 10).

Além da faixa etária, uma variável muito importante para condicionar o preço do escravizado na Bahia colonial era o nível de qualificação do cativo, como veremos a seguir.

Antes de apresentar os preços dos escravizados por qualificação/ocupação, calculamos a média do valor dos escravizados dividindo-os entre quatro categorias: os escravizados de atividades rurais, os de atividades domésticas, os escravizados com ofícios e os aprendizes. Como se vê na disposição gráfica nº 7:

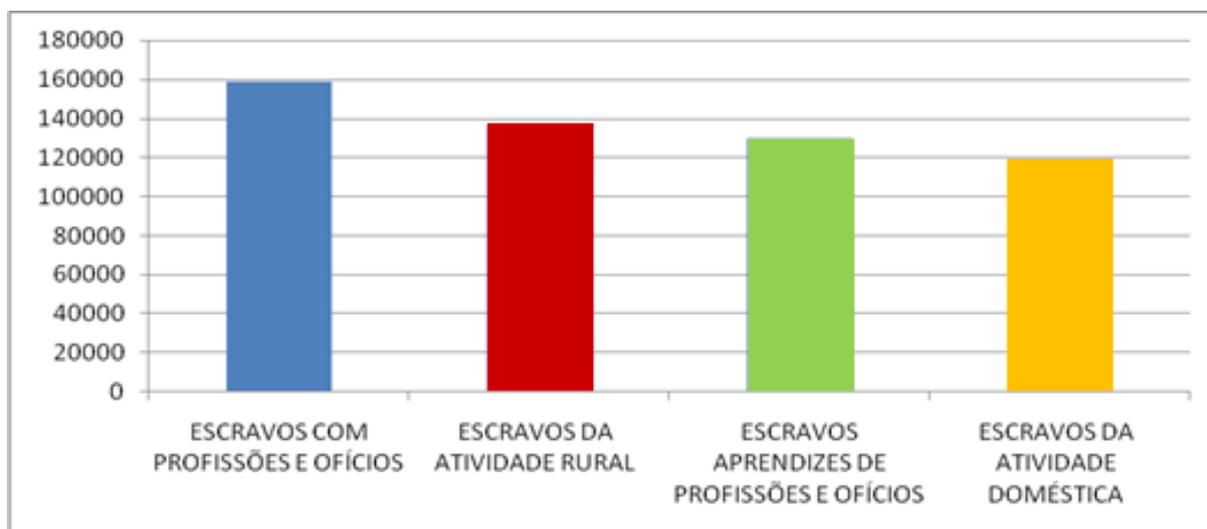


Gráfico 7: Valor médio do escravizado por setor de atuação (em mil réis). APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar no Gráfico nº 7, o escravizado mais valioso era aquele que possuía algum tipo de ocupação com alto grau de especialização ou qualificação. Esse, além de reduzir os custos operacionais dos negócios, ao dispensar a contratação de mão de obra externa, ainda poderia

oferecer ganhos adicionais ao senhor, oferecendo seus serviços a outrem. Nossa amostragem identificou que um escravizado com este perfil valia em média 158\$677 réis.

O segundo tipo de escravizado mais valioso, era aquele que desempenhava atividades rurais. Embora haja funções no âmbito rural, sobretudo nos engenhos de açúcar que requeriam um alto nível de qualificação, como nos casos do mestre de açúcar, banqueiro e do caldeireiro, a maioria dos escravizados rurais não possuía uma mão de obra tão valorizada (Ferlini, 1988). Mas, por se tratar de indivíduos que atuam nos negócios do açúcar, principal atividade da economia colonial baiana, esse foi o segundo tipo de escravizado mais valioso, seu valor médio foi de 136\$361 réis.

Em terceiro lugar ficaram os escravizados aprendizes de ofícios. Esses tiveram um valor médio muito próximo ao dos escravizados rurais, valendo em média apenas 5% a menos do que a categoria anterior. O perfil deste terceiro tipo de escravizado era formado em sua grande maioria por moleques e molecões, indivíduos até os dezoito anos de idade aproximadamente. A pouca idade deles, além de significar vitalidade, simbolizava a capacidade e o potencial de aprendizado. Atuando ao lado de mestres de ofício, esses jovens garantiam ao senhor que, na morte do mestre, teriam peças de reposição mediante o treinamento desses indivíduos. Diferentemente da maioria das funções rurais, que eram realizadas por homens feitos, os aprendizes de ofício eram formados por escravizados adolescentes ou por jovens adultos. O preço médio de um escravo aprendiz na Bahia do final do período colonial girou em torno dos 130\$000 réis.

Em quarto e último lugar, segundo nossa distribuição, ficaram os escravizados domésticos. Sua média de valor foi segundo nossa pesquisa de 119\$166 réis, 7% a menos do que um escravo aprendiz de um ofício mecânico. O valor econômico menor se deve ao fato de que, apesar de desempenhar funções importantes, o escravizado doméstico geralmente representava apenas custos. Esses escravizados domésticos, em alguma medida, eram constituídos por indivíduos com média de idade mais alta ou com limitações físicas. Eles, tendo o valor depreciado eram deslocados para atividades que exigiam menor esforço físico.

Após a noção do valor da mão de obra escravizada relacionada ao âmbito de atuação, desdobraremos a questão do valor dos escravizados por tipo de função. As trinta e duas atividades diferentes encontradas entre os escravizados pertencentes à Custódio Ferreira Dias confirmam que quanto maior o nível de especialização, maior era o valor do cativo. O valor médio de um ferreiro chegou a 300\$000 réis. Barbeiros, caldeireiros, serralheiros, costureiras e sangradores também eram funções que possuíam alto valor econômico.

Os aprendizes, considerando que a grande maioria não era adulta, possuíam valor significativo se compararmos, por exemplo, com escravizados adultos sem especialização do âmbito rural ou do âmbito doméstico. A maioria dos aprendizes possuiu valor na faixa dos 120\$000

réis, exceção feita ao aprendiz de ferreiro, que assim como o mestre ferreiro, tinha valor bem destacado, indicando que o cuidado com as peças de ferro e cobre eram fundamentais para o bom funcionamento dos engenhos.

Os escravizados do serviço rural sem especialização e, sobretudo, aqueles dos serviços domésticos, eram os menos valiosos, por vezes, não atingiam sequer a barreira dos 100\$000 réis.

Outra variável relevante é a oscilação do preço do escravizado por condição de saúde. Como se pode observar no Quadro nº 4, um escravizado doente na Salvador e Recôncavo do final do período colonial chegava a valer menos da metade de um escravizado saudável.

ESTADO DE SAÚDE	PREÇO MÉDIO
Saudável	118\$310
Doente	50\$500

Quadro 4: Valor médio do escravizado por condição de saúde. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O preço médio do cativo saudável foi de 118\$310 réis, enquanto o valor médio do escravizado doente foi de apenas 50\$500 réis. A diferença de valor entre ambos chama atenção pela desproporção, sendo o escravizado saudável, 130% mais valioso em média do que um escravizado enfermo.

Kátia Mattoso afirmou que o senhor possuía um alto custo de manutenção com os escravizados enfermos (Mattoso, 2003, 87). Em linhas gerais e salvo exceções, não concordamos com a autora, pelo menos para o período colonial, pois os dados que possuímos demonstram que dos trezentos e trinta e seis escravizados de Custódio Ferreira Dias, apenas trinta e dois deles, ou seja, 9,5% do total possuía alguma doença ou deficiência física. Este baixo índice de escravizados doentes não indica que eles eram saudáveis, mas que a mortalidade entre os escravizados deve ter sido muito alta.

Os senhores não estavam preocupados em despender recursos no tratamento ou recuperação de cativos doentes. Na ótica dos senhores, um escravizado constituía-se como uma valiosa mercadoria e principal mão de obra do Brasil colonial. Enxergar um excessivo gasto com escravizados doentes é ressaltar equivocadamente o lado piedoso dos senhores e, minimizar a violência da escravidão moderna.

A escravidão negra no Brasil foi viabilizada economicamente mediante a constituição de um mercado de seres humanos com o continente africano. A escravidão não teria a proporção e a força que teve se dependesse da reprodução natural dos escravizados e de uma alta expectativa de vida. Salvo exceções, qualquer raciocínio que caminhe na direção de uma interpretação sobre taxas de natalidade e consideráveis índices de expectativas de vida do escravizado em terras brasileiras,

parece-nos um argumento equivocado, pois são incompatíveis com a própria natureza do trabalho escravo no Brasil, com suas péssimas e insalubres condições de trabalho. Em suma, foi a força do tráfico transatlântico de escravizados que permitiu a existência da escravidão de forma sólida e perene ao longo dos mais de três séculos de escravidão africana em territórios ultramarinos (Soares; Silva Jr.; Domingues, 2017) e (Reis; Silva Jr., 2016).

Um senhor dificilmente optaria em alocar recursos na tentativa de tratar escravizados doentes, ao invés de adquirir novos, sobretudo diante do quadro de relativa estabilidade no preço do escravizado na praça comercial da Bahia e da conjuntura favorável de retomada da economia de exportação no final do período colonial, tendo entre seus principais produtos justamente o fumo que se constituiu desde o século XVII em uma importante moeda de troca por cativos no continente africano.

Considerações finais

Diante do que foi mencionado, pode-se chegar a algumas conclusões. Sobre os inventários *post-mortem*, vimos que eles oferecem variadas possibilidades para as pesquisas histórico-demográficas e que são tipologias documentais ainda pouco exploradas com esta finalidade. A partir de um inventário é possível obter algumas informações importantes acerca dos escravizados, tais como: nome, gênero, nação (origem étnica), atividade e valor econômico.

Sobre o sujeito histórico escolhido para este trabalho, vimos que o negociante Custódio Ferreira Dias foi um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Contabilizamos um total de trezentos e trinta e seis escravizados em seu inventário de 1801, o valor destes somados atingiram a cifra de 35:018\$000 réis.

A maioria dos senhores de engenho da Bahia no final do período colonial optaram por adquirir por meio da compra, mais homens do que mulheres como força de trabalho. Em termos percentuais temos que 64% dos escravizados de Custódio Ferreira Dias eram do gênero masculino contra 36% do gênero feminino.

Quanto à estrutura etária dos escravizados dos engenhos do recôncavo da Bahia colonial, ela era formada por poucas crianças, tendo o escravizado adulto representado quase 70% do quantitativo total.

Quanto à origem étnica, constatamos que havia predominância de escravizados gezes, nagôs e angolas, respectivamente, sendo que a presença geze foi mais destacada em relação a todos os demais grupos étnicos.

Ao somarmos crioulos, mulatos, cabras e pardos temos que 35% dos escravizados pertencentes ao inventário de Custódio Ferreira Dias nasceram no Brasil. O alto volume de

escravizados nascidos em terras brasílicas indica que a escravidão estava sendo mantida não apenas pelo tráfico de escravizados, mas também, pela reprodução natural, demonstrando que engenhos do recôncavo açucareiro colonial buscaram vias alternativas para a recomposição de sua força de trabalho cativa, não ficando dependentes apenas do fornecimento via tráfico.

Números como os de 35% de escravizados nascidos no Brasil aliados aos 24% de escravizados com idade igual ou menor do que quatorze anos, relativizaram a noção de que os engenhos laicos possuíam taxa de natalidade escrava muito inferior em relação aos engenhos seculares.

Acerca das funções exercidas pelos escravizados, obtivemos o seguinte mapeamento. Foram onze funções consideradas rurais, três delas relacionavam-se à agricultura, a saber: do serviço de enxada, do serviço de machado e do serviço de roça. Os escravizados do serviço de enxada foram os mais comuns, e com essa designação, registramos cento e vinte seis cativos, representando 63,1% de toda a população escravizada que desempenhavam atividades rurais e 37,5% do universo total de escravizados. Esses números indicam uma forte produção agrícola em terras de Custódio Dias, predominantemente voltada para a lavoura canavieira.

Escravizados do serviço de machado perfizeram um total de seis indivíduos. Apesar da proximidade entre o serviço do machado e o da enxada, essas funções não eram equivalentes, pois os do serviço do machado possuíam como função principal, o corte de madeira e o fornecimento de lenha para os engenhos, diferentemente dos do serviço da enxada que tinham seu trabalho voltado para a agricultura da cana-de-açúcar.

Os escravizados do serviço de roça constituíam-se como mão de obra voltada predominantemente para a agricultura de subsistência, produzindo alimentos para o suprimento interno da propriedade. Não obstante, essas três categorias não eram estanques, podendo os escravizados serem deslocados entre o machado, a enxada e a roça, conforme a necessidade da unidade produtiva.

Identificamos três escravizados como sendo tangedores de cavalos. A Designação desses três escravizados para essa função indica a relevância do gado cavalariço, tanto como força motriz na moagem da cana, como também, como um eficiente meio de transporte terrestre.

A terminologia “de todo o serviço”, apesar de ser genérica, permite inferir que se tratava de escravizados versáteis ou com habilidades diversas.

Seis funções relacionavam-se diretamente à produção do açúcar. Eram atividades que representam as várias etapas do processo produtivo dos quatro engenhos de Custódio Dias: do serviço do engenho, caldeireiro, taxeiro, carreiro, moendeiro e purgadeira.

As atividades domésticas foram desempenhadas exclusivamente por mulheres. No total havia sete funções distintas, preenchidas por dezessete mulheres, distribuídas da seguinte forma: sete do serviço de casa, quatro costureiras, duas cozinheiras, uma lavadeira, uma rendeira e uma bordadeira.

Por outro lado, os escravizados considerados com alto nível de especialização eram todos do gênero masculino. Esses homens deveriam trazer retorno financeiro para o senhor, seja de forma direta, desempenhando suas atividades, ou de forma indireta, mediante a prestação de serviços a outrem por meio do aluguel da sua força de trabalho.

Foram vinte e dois escravizados em dez funções distintas na categoria funções e ofícios. Dentre eles, havia sete carregadores de cadeira de arruar, quatro marinheiros, dois carpinteiros, dois serralheiros, dois barbeiros, um cabeleireiro, um alfaiate, um pedreiro, um ferreiro e um sangrador.

Após um “raio-x” da quantidade, do gênero, da origem étnica e das funções desempenhadas pela imensa escravaria do senhor Custódio Ferreira Dias, coube-nos analisar as variáveis constituintes do valor médio do cativo no Recôncavo da Bahia na conjuntura de retomada da economia de exportação no final do século XVIII. Constatamos o valor de 111\$522 réis.

No entanto, quando passamos a considerar as principais variáveis na composição do valor do cativo, temos algumas mudanças significativas. Quanto ao gênero, por exemplo, a mulher escravizada valia em média 93\$642 réis, 30% menos do que os homens, que, por sua vez, tiveram valor médio de 121\$029 réis. Não obstante ao valor mais caro, a presença de homens escravizados foi predominante, 64% da mão de obra escravizada no recôncavo da Bahia entre 1750 e 1808 foi masculina.

O perfil etário dos escravizados é uma das variáveis mais relevantes para compreender o valor dos cativos. Vimos que o valor dos escravizados na Bahia colonial se comportou no formato de “U” invertido, cujo escravizado de peito/de colo, pelo risco de mortalidade possuía um valor econômico baixo e na medida em que este risco diminuía, tinha o seu valor aumentado. A partir dos quatro anos de idade, o valor médio era 200% maior. Quando moleque, a partir dos oito anos, em fase parcialmente produtiva, mas não em idade reprodutiva, o valor médio subiu numa proporção menor, mas ainda representativa, aumentando 43%. A partir dos quinze anos, em idade produtiva e reprodutiva, a margem para a valorização do preço do escravizado foi reduzida. O valor médio dos escravizados entre os quinze e os dezoito anos foi de 126\$666 réis, valorização de 3,4% em relação à categoria anterior.

A partir dos dezoito anos aproximadamente, o escravizado no recôncavo baiano colonial chegava ao cume de sua valorização econômica, atingindo em média 131\$325 réis. Após esse pico, a tendência da curva era descendente, refletindo a desvalorização paulatina que acompanhava o

preço do cativo até ser considerado velho por volta dos trinta e cinco anos de idade. Nessa fase, produzindo cada vez menos, o valor de mercado do cativo tendia a seguir a sua menor produtividade, sua depreciação econômica nesta faixa etária ultrapassou os 50%. O valor médio para os escravizados entre os trinta e cinco e os cinquenta anos de idade foi de 64\$285 réis.

Essa desvalorização, embora paulatina, era constante até se tornar “muito velho”, por volta dos cinquenta anos de idade. Nessa faixa etária, um escravizado na Bahia colonial não possuía nenhum valor de troca (valor de mercado) e, em alguns casos, apenas valor de uso, desempenhando alguma atividade que não exigisse grande esforço físico.

Outra variável relevante é a oscilação do preço do escravizado por condição de saúde. Um escravizado doente no recôncavo baiano no final do período colonial chegava a valer menos da metade de um escravizado saudável.

Outro aspecto decisivo pelos critérios utilizados pelos avaliadores dos inventários da Bahia colonial era o nível de especialização do cativo. Indubitavelmente, o escravizado mais valioso era aquele que detinha um tipo de ocupação com alto grau de especialização. Esses indivíduos eram muito cobiçados, pois poderiam reduzir os custos dos negócios ao dispensar a contratação de mão de obra externa, e ainda oferecer ganho extra ao senhor, oferecendo seus serviços a outrem. Um escravizado com este perfil, valia em média 158\$677 réis. Esse valor chegou aos 300\$000 réis no caso de um escravizado ferreiro. Além desse, barbeiros, caldeireiros, serralheiros, costureiras e sangradores também possuíram alto valor econômico.

A origem étnica do cativo não parece ter sido tão decisiva para a composição do seu preço. A maioria das etnias tiveram preço que variaram dos 120\$000 réis, como nos casos dos angolas e do gentio da costa, a 140\$000 réis e, dos nagôs, cabras e pardos. Essa pequena variação de valor tem como uma das principais explicações o avançado processo de miscigenação percebido no recôncavo da Bahia no final do século XVIII e a regularidade da oferta de africanos vindos da África Ocidental entre fins do século XVIII e princípio do século XIX.

Por outro lado, o alto valor econômico dos escravizados angola e, principalmente, benguelas, demonstra que apesar da presença cada vez maior de navios negreiros portugueses na Costa da Mina, o tráfico com a África Centro-Ocidental continuou ativo na fase do ciclo da Baía do Benim.

Portanto, o perfil escravizado economicamente mais valioso no recôncavo da Bahia na conjuntura de retomada da economia de exportação no final do setecentos foi o do escravizado homem, adulto, saudável, com um bom nível de especialização, geralmente exercendo alguma arte mecânica como mestre e sem um perfil étnico definido.

Referências Bibliográficas

- Andrade, Maria José Souza de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas em 1711*. São Paulo: Edusp, 2007.
- Barickmam, B. J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Dosse, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Unesp, 2009.
- Ferlini, Vera. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Libby, D. C. “Demografia e Escravidão”. *LPH. Revista de História da UFOP*, 3, n.1, (1992)267-294.
- Libby, D. C., e C. A. Paiva, org. *História Econômica e Demografia Histórica*. 1. ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002.
- Libby, D. C., Tarcísio Rodrigues Botelho, e C.V. de Andrade. “Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29, (2012): 199-206.
- Martins, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.
- Mascarenhas, Maria José Rapassi. “Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808”. Tese de doutoramento em História Econômica. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- Nogueira, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco (1730-1790)”. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, UNEB, 2011.
- Pares, L. N. “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, 20, (2014): 1-32.
- Pares, L. N. *O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800)*. Afro-Ásia (UFBA), Salvador, v. 33, p. 70-101, 2005.
- Pimenta, T. S., e R.A. Dantas. “Barbeiros-Sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros(as) - ABPN*, 6, (2014): 6-24.
- Pires, Maria de Fátima N. *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920*. São Paulo: Annablume, 2009.
- Reis, Isabel C. F. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Campinas. Tese de doutoramento em História. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- Reis, João José, e Carlos Silva JR., org.. *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- Ribeiro, Geisa Lourenço. “Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)”. Dissertação de Mestrado em História Social. Vitória: UFES, 2012.

Rocha, Uelton Freitas. “Recôncavas Fortunas: a dinâmica da riqueza em Cachoeira (1837-1889)”. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2015.

Schwartz, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Silva, Ana Paula Albuquerque. “Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia (1773-1831)”. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2015.

Slenes, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil - Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Soares, Carlos Eugênio Líbano, Carlos Silva JR., e Cândido Domingues, org. *Africanos na cidade da Bahia: tráfico negreiro, escravidão e identidade africana - Século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

Verger, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: século XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Versiani, F.R., L.P.F.Nogueról, J.R.O. Vergolino, e G. Resende. *Preços de Escravos e Produtividade do Trabalho Cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX*. In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2013.

Ximenes, Cristiana Ferreira Lyrio. “Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)”. Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

Recebido: 25 de novembro de 2021

Aprovado: 12 de fevereiro de 2022

A Long History of Mexico in Global Context in John Tutino's *The Mexican Heartland* (2018)

*Uma Longa História do México no Contexto Global na obra *The Mexican Heartland* (2018), de John Tutino*

*Una larga historia de México en el contexto global em la obra *The Mexican Heartland* (2018), de John Tutino*

João Gabriel Rabello Sodré*
<https://orcid.org/0000-0003-3821-1404>

Resenha do livro: Tutino, John. *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History, 1500-2000*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018.

How to cite this review:

Sodré, João Gabriel Rabello. "Resenha do livro *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History*, de John Tutino". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 355-360.

* * *

John Tutino's *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History, 1500-2000* (2018) examines Mexico's long modern and contemporary histories, spanning from the sixteenth century, with the emergence of a silver economy, to the consolidation of Mexico

* Doctoral candidate in History at Georgetown University (Washington D.C., USA). Holds an LLB from the Federal University of Rio de Janeiro, a master's degree in Public Policy from the same university, a second master's, in Global Studies, from the University of California, Santa Barbara. The author is broadly interested in: law and history; slavery and freedom; colonialism and decolonization; cultural history; besides discussions on race, sexuality, gender, and discrimination. João Sodré has published articles, among them "Subaltern Spaces and Diasporic Imaginaries in Rio de Janeiro's Valongo Wharf?" (*Tinta Journal*, University of California, Santa Barbara, Second Series, Vol. 1, 2020) and "FIFA/IOC- Sanctioned Development and the Imminence of Erotic Space" (*Bulletin of Latin American Research* 38, no. 3, July 2019, pp. 333-46). E-mail: jr1834@georgetown.edu.

City as a major world city in the twentieth century. Dr. Tutino is a professor of history based in Washington D.C. While focusing on Mexico, his work encompasses the transnational history of Latin America, and its centrality in the development of capitalism. Tutino's book centers Latin America in global processes, namely those attached to the development and expansion of capitalism. While commodity-focused works are not particularly new, Tutino's (2018) piece is not a work on silver or other Mexican commodities. It focuses on the agency and on the deep level of negotiation that had to exist, through centuries, for powerful actors - either Spain or post-independence elites - to exercise their dominance. While not particularly tied to Atlantic history, but rather to global movement and the convergence of Pacific and Atlantic economies and societies, Tutino's book serves as a good example of a work that moves away from particular nation-state centric perspectives, also focusing on diverging communities within the nation-state, and their relationship to processes that go beyond the national borders.

The dense book begins with a panorama of different kinds of colonial rule and social orders (often pre-dating colonization) that existed in Spanish America. Chapter one (1550-1700) discusses the existence of a silver economy fueled by China's demand for the mineral, which according to the author forged the first form of global capitalism. The horrid effects of colonization are also addressed throughout the book, and in this particular section. As Tutino contends, "across the Andes and Mesoamerica, surviving natives were drawn into nuclear settlements, granted lands sufficient to shrinking populations, and organized as republics ruled by native notables via local councils" (Tutino 2018, 37). The chapter particularly focuses on the different dynamics of the Andes and of New Spain. In the Andean region, the *kurakas*, a class of regional lords within the Incan tradition, who held "kept indigenous ways of production, regional exchange, and power strong into the sixteenth century" (Tutino 2018, 40). With divergence in mind, Tutino further explores transformations arising from Spain's colonization, namely those attained to the Bourbon reforms, in the second chapter (1700-1825). Pressures by the Spanish crown to increase extraction led to major uprisings from Cuzco to Potosí. The chapter also addresses how the Andean economy faded, whereas in New Spain a different scenario was observed in the eighteenth century, as silver production dramatically increased, alongside population, cultural debates, and social polarization (Tutino 2018, 52). As Napoleon interrupted Spain's legitimacy in 1808, independence movements gained strength, fostering a mass insurgency in 1810 (Tutino 2018, 55-56) and the eventual decline of the silver economy (Tutino 2018, 56). As Tutino (2018) contends, "one lesson of this history is that capitalism requires stability to thrive in the long run, and stability requires both the generation of profits and the provision of sustainable lives to the families that carry capitalism" (Tutino 2018, 56). These chapters indicate how the management, by Spanish colonizers, of old social hierarchies

and their adaptation for European profit was not stable nor eternal. Local populations resisted and negotiated their position, contesting power when pressured, and events in Europe had inevitable repercussions in the Americas.

Negotiation, in its turn, is a central concept in Tutino's work. Chapter three (1700-1810) exemplifies the author's emphasis on symbiotic relationships. In the Mexican heartland, the consolidation of what Tutino deems to be a system of "symbiotic exploitation" led to a social stabilization (Tutino 2018, 102). As most of the population in the heartland, lived in republics with insufficient lands for their growing population numbers, people looked after work opportunities in the haciendas, providing "labor that was flexible, affordable, and negotiated in ways that made estate-community relations symbiotic, exploitative, and generally stable" (Tutino 2018, 106) – seasonal labor, thus, was a marker of such symbiotic exploitation (Tutino 2018, 108). In parallel to this precarious form of employment, estates also housed some long-term employees, classified as "*sirvientes*, employees of Hispanic culture and often mixed ancestry; *tlachiqueros*, indigenous men who tapped maguey and fermented pulque; and *gañanes*, resident native day laborers often allowed to use small plots of land" (Tutino 2018, 108) – all of which were accountable for different tasks and earned different remunerations, with *gañanes* being less prevalent (Tutino 2018, 108). Still, work relations were dominated not by long-term employees, but rather by the struggling villagers, leading to the definition of "symbiotic exploitation" – the exploitative relationship resulting from estates that were unable to reach profit and villagers who would not be able to sustain themselves by staying in their villages (Tutino 2018, 113). Following chapters discuss in-depth developments in nineteenth-century Mexico, including those emerging after its independence from Spain. The tone of the book maintains the centrality of the Mexican economy to the world, as well as the importance of internal networks, and modifying relationships, to the functioning of the state.

From Chapter Nine onwards, Tutino (2018) discusses developments ranging from the Porfiriato, to more recent challenges in Mexico, namely those tied to the economy and the country's dependence on the United States (which in turn benefited from resources coming South of the border). By the end of the nineteenth century, precarious work arrangements came, or as Tutino states, "growing numbers of land-poor and landless men and boys might serve estates as essential hands – but to be available, flexible, and affordable (meaning poor and cheap) they had to stay in the villages" (Tutino 2018, 265). This new scenario, according to the author, created a new class of big men, who mediated the hiring of boys and other men by estates; "a new, patriarchal, symbiotic exploitation" (Tutino 2018, 266). The author stresses how a new generation of young men and women grew up in Morelos by the turn of the century without land and relying on precarious and seasonal jobs (Tutino 2018, 266-267). The emphasis on specific regional patterns within Mexico is

a marker in Tutino's work. For instance, the author stresses how Díaz's policies impacted estates. Detrimental to communities, Díaz's industrial policies benefited estates. In Tutino's (2018) terms, "the privatization of community lands, a liberal policy, and the acceleration of market production, a liberal goal, together fed accumulations...those liberal programs came linked – by liberals – to the privatization of Church properties and the separation of Church and state" (Tutino 2018, 272-273). Pressures from the regime led to the formation of a base. The hardening situation faced by villagers eventually led to the formation of a revolutionary milieu, contributing to the emergence of Zapata as a community rights leader by 1908. Tutino (2018) discusses the developments of the Mexican Revolution in depth, before examining post-revolutionary dynamics in Chapter Eleven (Tutino 2018, 321-348) and following sections. The author discusses, for instance, the role of Mexico in providing resources to the US during World War II and the transition to an industrial state between 1935 and 1945 (Tutino 2018, 335-336). Maintaining the direction of other sections, Tutino (2018) pays special attention to the impacts of such transition on communities, claiming that Mexico ended up having two coexisting agricultural systems, "one in communities of smallholders struggling to feed families, the second led by commercial growers prospering by increasing production," which "kept food available and prices low, subsidizing industrialization" (Tutino 2018, 343). Before moving to a specific discussion on Mexico City and its long-lasting importance, Tutino discusses the impacts of the 1973 oil crisis as well as of the dramatic 1985 earthquake (Tutino 2018, 345-346). The vast periodization adopted in the book sheds light on various actors, from those ruling at the top, to communities on the ground, which resisted, albeit with limitations and contradictions, to major changes in the Mexican socio-political scenario, until major crises in the 1970s and 1980s.

Chapter Thirteen recapitulates Mexico City's central position in the country's history, while also examining the impacts of global trends, namely neoliberal agendas, in the capital and beyond. Tutino (2018) stresses how the global economic turn towards neoliberalism, headed by the United States' pressure towards trade liberalization and other measures, affected the city in different ways (Tutino 2018, 394). The trend consolidated with the formation of a trade bloc with the US and Canada, the NAFTA, in the early 1990s, which contributed to the ongoing globalizing process (Tutino 2018, 394). To Mexico, this meant the expansion of border industries, *maquiladoras*, due to cheap labor, but trade liberalization did not benefit the capital, whose industrial sector had unionized and benefited from exports under previous more restrictive trade policies (Tutino 2018, 394-395). Economic stagnation followed by economic globalization did not halt population growth and Mexico City continued expanding, with the construction of new neighborhoods by the rich and by the poor (Tutino 2018, 396). In the late 1990s, as the highly debatable promises of the

neoliberal agenda faded, Mexico City saw its crime rates increase, amidst cycles of prosperity of collapse, with working classes resisting difficult times by building themselves the city and reinforcing their community bonds (Tutino 2018, 400-401).

As stated earlier, Tutino's (2018) piece does not fit in the realm of Atlantic history, but it does retain similarities with debates within that field. For instance, Alison Games (2006) has underscored how the historiography of colonial societies of the Americas often relies on comparative approaches and which is often rooted in modern European history or the historiography of empires (Games 2006, 743-744). Green (2016), ten years later, acknowledging this lack of representation and moving away from notions of passive colonial oppression, also attempts to examine the active participation of non-Europeans in the Atlantic world. A more recent piece by Pennock (2020) highlights how indigenous peoples also obtained diplomatic posts, sailing jobs, and other official positions that, likewise, contributed to the European project (Pennock 2020, 798). This emphasis on the flows among societies and the need of decentering European history while highlighting the role of non-Europeans is also present in Ana Lucia Araújo's work, which despite being more centered on slavery and its afterlives, also speaks more broadly of the necessity of broadening historical (and public memory) debates so that scholars can underscore the suffering and the agency of the colonized in our hemisphere (Araújo 2010). Tutino's (2018) book, likewise, stresses how societies in the Americas, particularly in the area of his research (New Spain), negotiated, resisted, lived in symbiotic relationships, and contested regimes. Fitting within this trending scholarship of the past two decades, Tutino's piece illuminates how non-European societies engaged with the world, not only as subjects of European domination, but also as participants of the construction of this system (and of capitalism itself).

Bibliographic references

Araújo, Ana Lucia. *Public Memory of Slavery: Victims and Perpetrators in the South Atlantic*. Amherst, NY: Cambria Press, 2010.

Games, Alison. "Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities". *The American Historical Review*, 111, n. 3 (2006): 741–757. <https://doi.org/10.1086/ahr.111.3.741>

Green, Toby. "Beyond an Imperial Atlantic: Trajectories of Africans from Upper Guinea and West-Central Africa in the Early Atlantic World". *Past & Present*, 230, n. 1 (2016): 91–122. <https://doi.org/10.1093/pastj/gtv040>

Pennock, Caroline. "Aztecs Abroad? Uncovering the Early Indigenous Atlantic". *The American Historical Review*, 125, n. 3 (2020): 787–814. <https://doi.org/10.1093/ahr/rhaa237>

Tutino, John. *The Mexican Heartland: How Communities Shaped Capitalism, a Nation, and World History, 1500-2000*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018. <https://doi.org/10.1515/9781400888849>

Received: November 26, 2021
Approved: February 23, 2022

Los discursos nacionales construidos sobre el patrimonio cultural e histórico

Discursos nacionais construídos sobre o patrimônio cultural e histórico

National discourses built on cultural and historical heritage

Jaime Caro Morente*

<https://orcid.org/0000-0003-0977-7804>

Resenha do livro: Losson, Pierre. *The Return of Cultural Heritage to Latin America: Nationalism, policy, and politics in Colombia, Mexico and Peru*. New York: Routledge Studies in Heritage, 2022.

Cómo citar esta reseña:

Morente, Jaime Caro. “Resenha do livro *The Return of Cultural Heritage to Latin America: Nationalism, policy, and politics in Colombia, Mexico and Peru*, de Pierre Losson”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 361-365.

* * *

El estudio que nos presenta Pierre Losson sobre la lucha por la devolución de patrimonio cultural de las naciones mexicana, colombiana y peruana y su intersección con el nacionalismo es más que estimulante. Esta obra de más de 200 páginas tiene como principal objetivo analizar tres casos de estudio correspondientes a las tres naciones y analizar su intersección con el discurso nacionalista, y cómo este se crea y transforma, la creación y expansión de la política cultural estatal e investigar quienes son los actores que reclaman y bajo que coordenadas lo hacen. Igualmente, cuenta con distintos apartados en los que se analiza las tensiones entre los reclamadores y el actor que tiene que ceder el patrimonio, así como las tensiones legales que se dan y las discusiones sobre si es mejor que el artefacto se quede en el lugar en el que estaba, en una tercera nación que, bajo

* Doctor en Historia Contemporánea por la Universidad autónoma de Madrid con Mención Internacional por Columbia University, Grado en Historia por la Universidad de Granada. Áreas de interés investigador: Historia de los Estados Unidos, culturas políticas socialistas, historia transnacional del movimiento obrero. E-mail: Jaimecarodv6@gmail.com.

distintas formas, lo expolió, para asegurar su conservación, o la devuelta al país o estado en el que tuvo su origen, a pesar de la peligrosidad que pueda suponer para su conservación.

La obra se divide en cinco capítulos muy bien articulados y estructurados, contando con una amplia introducción sobre el tema de estudio, el debate existente y el porqué se ha decidido optar por estos tres países (México, Colombia y Perú) y sus casos de estudio. En lo que se refiere a los estudios de caso, son excepcionales, el autor consigue situarlos y explicar sus pormenores de una manera muy satisfactoria usando fuentes primarias propias de los historiadores: periódicos en los que se puede analizar no sólo la cobertura que hubo sobre esos determinados casos, sino para analizar cómo se va conformando y transformando a lo largo del proceso el discurso nacional y cómo se van abandonando las prerrogativas originales -que suelen surgir de individuos o la sociedad civil- para que se vayan amolando a lo que se conoce como *authorized heritage discourse*, siendo el principal garante de esta AHD, el Estado (Smith 2006). Así también cuenta con apartados en los cuales aporta tanto la visión como la postura de los indígenas que reclaman para sus comunidades el patrimonio expoliado, robado, o sacado del país y que no tienen éxito.

A pesar de todo lo anterior, la obra cuenta con algunas carencias en lo referido a: la construcción y transformación del discurso nacional, la diferencia de posturas del porqué la reclamación en un mismo estado y como se inscribe la reclamación del patrimonio dentro de las narrativas en las relaciones internacionales.

Comencemos por la primera carencia, se necesita un estudio un poco más profundo, e histórico, sobre el cómo se construyen los discursos nacionales, cómo se transforman y que identidades crean y apelan en cada momento histórico. Sólo haciendo un estudio más profundo se puede llegar a comprender mejor los objetivos e intereses de los diferentes actores que defienden distintas posturas dentro del Estado por reclamar determinado artefacto cultural o patrimonio. Por ejemplo, el autor acierta en dividir a los actores del Estado reclamador en individuos, que parten de la academia, museos o universidades con intereses investigadores, y individuos que tienen unos intereses específicos porque son herederos indígenas, a su vez, agentes de la sociedad civil y también, miembros de la burocracia estatal y de partidos que pueden tener un interés verdadero en estos reclamos o que quieren servirse de ellos para fines electorales.

En esta distinción el autor diferencia muy bien y hace ver que las posturas dentro del estado no son para nada homogéneas y como hay actores que comienzan el proceso y acaban descolgándose o siendo expulsados del proceso conforme este avanza en las altas esferas del estado y lo que tenían como objetivo, cambia. Por ejemplo, en los casos de estudio que relata, había investigadores de la época precolombina que tenían un interés genuino porque estos elementos del patrimonio histórico estuviesen en el país en el que tuvieron origen, sin embargo, conforme

avanzan estos reclamos, llega el aparato burocrático estatal que se sirve de esta reclamación de patrimonio histórico para intentar conformar un discurso nacional entorno al artefacto cultural y ya depende de la posición que mantengan los investigadores, si se pueden quedar en el proceso o no. Es decir, si los investigadores prefieren tener un discurso en el que se quejen de la dejación de funciones del estado con respecto a ese patrimonio y confrontan el *authorized heritage discourse*, se verán expulsados del proceso, en cambio, si estos se amoldan a todo el discurso que se empieza a crear por parte de los actores estatales, se podrán quedar durante todo el proceso e incluso, obviamente, ver su posición académica más reconocida dentro del Estado. Si bien este análisis es totalmente un acierto no logra explicar correctamente las tensiones entre investigadores y el Estado (sus burócratas y políticos), es decir, no explica primero, porqué se dan, porqué son diferentes y, sobre todo, qué narrativa quiere empujar el propio Estado para legitimarse tanto internamente, con un discurso nacional determinado, como externamente con el resto del mundo.

Un ejemplo de ello sería el análisis que se hace de la reclamación por parte de México del artefacto cultural precolombino *penacho*. Como bien relata el autor, los reclamos no oficiales del *penacho* comienzan durante la Revolución Mexicana, luego en 1991 con la nueva constitución y, hay un interludio en el que esta batalla no está activa, hasta que llega a la presidencia Andrés Manuel López Labrador (AMLO). El autor nos relata que la reactivación del reclamo del *penacho* precolombino después de la Revolución Mexicana comenzó gracias a dos investigadores que entendían que el *penacho* era patrimonio de México y de sus comunidades indígenas. Estas peticiones de los investigadores fueron totalmente obviadas hasta que todo se reactiva gracias a la llegada a la presidencia de AMLO. El autor señala que esta reactivación se debe a que AMLO fue aupado al poder por una coalición de izquierdas, más horizontal y democrática que permitía canalizar algunas peticiones de las comunidades indígenas. Sí, es cierto que este proceso se dio, pero no se profundiza de esa manera, por ejemplo, ¿la decisión de la reactivación de AMLO de la reclamación del *Penacho* se produce por pura convicción?, es sabido que AMLO ha sido uno de los principales reivindicadores del pensamiento del *indigenismo*, pero otra vez nos acude otra pregunta ¿es esta reivindicación por convicciones o es solo un uso político de la misma? Así también, independientemente de dónde proceda, si convicción o utilización, el autor no tiene en cuenta las implicaciones políticas a nivel nacional e internacional de esta decisión política, siendo este punto lo más interesante y enriquecedor para la obra de Losson. Por ejemplo, a nivel nacional se entiende que se quiere configurar un nuevo tipo de discurso nacional en el que el arte y cultura precolombina estén inscritos. Y de cara al exterior, tanto el caso mexicano como el del resto de Latinoamérica que empezó a reclamar su patrimonio cultural, corresponde con una voluntad de encontrar un papel en el mundo claro y la creación económica del UNASUR que les aseguraría este papel en el

mundo. En cambio, Losson, si bien explica muy bien el proceso de la reclamación del patrimonio cultural, tanto desde el punto de vista legal, como desde el de la conversación y los debates nacionalistas/internacionalistas, creo que se debería haber profundizado en estas cuestiones para tener un conocimiento más amplio de lo que implica políticamente (nacional e internacional) estas reclamaciones del patrimonio. Se da por hecho que en el proceso de reclamación, al final, el Estado se ve reforzado y más legitimado, puesto que lanza un discurso nacional, es decir, una historiografía determinada que sirve para la autojustificación, pero no se presta atención a si esta construcción del relato histórico nacionalista tiene implicaciones internacionales. El mundo Latinoamericano siempre ha tenido una relación especial con su antigua metrópoli, Madrid, que ha tenido bastantes tensiones puesto que aquí se entretreje historia, patrimonio cultural, ciudadanía, legitimación del Estado e incluso raza. Los criollos desde un primer momento sabiéndose herederos de todo el sistema imperial que les benefició con respecto a sus otredades (mestizos y raza negra e indígenas) intentaron crear un discurso nacional diferenciándose del imperio, pero luego en esta construcción buscaron una legitimación en los antiguos imperios o comunidades precolombinas de sus territorios sin tenerlas en cuenta. Fue una burda utilización de este patrimonio que inscribieron como nacional sin dejar, paradójicamente, entrar en la sociedad, otorgarles derechos, a las comunidades indígenas que eran las verdaderas herederas de las comunidades e imperios precolombinos. Así también, cuando se produce la reclamación, siempre el Estado ha intentado vehicularla y crear un discurso muy bien pensado puesto que algunos reclamos sirven para reforzar el nacionalismo de ciertas comunidades indígenas que quisieran romper con el Estado actual sirviéndose de un relato histórico diferenciado del estatal.

Para finalizar con este punto, que expone muy bien Losson, es ¿quién es el que puede reclamar? En Estados Unidos quienes reclaman los robos de su patrimonio son los indígenas y pocas veces con la ayuda del Estado estadounidense, en cambio en Latinoamérica, si bien el reclamo puede partir de una comunidad, el Estado siempre será el actor principal desarrollando todo un discurso nacional en el que incluye el pasado precolombino para la autolegitimación (Watkins 2005).

Referencias bibliográficas

Losson, Pierre. *The Return of Cultural Heritage to Latin America: Nationalism, policy, and politics in Colombia, Mexico and Peru*. New York: Routledge Studies in Heritage, 2022.

<https://doi.org/10.4324/9781003243885>

Watkins, Joe. "Cultural Nationalists, Internationalists, and 'Intra-Nationalists': Who's Right and Whose Right". *International Journal of Cultural Property*, 12, 1 (2005): 78-94.

Smith, Laurajane. *Uses of Heritage*. Abingdon. UK: Routledge, 2006.

<https://doi.org/10.4324/9780203602263> .

Recebido: 03 de diciembre de 2021

Aprobado: 08 de junio de 2022

Diplomacia y paradiplomacia: actores, enfoques y desafíos de un campo de estudio en expansión

Diplomacia e paradiplomacia: atores, abordagens e desafios de um campo de estudo em expansão

Diplomacy and paradiplomacy: actors, approaches and challenges of an expanding field of study

Eduardo Tamayo Belda*

<https://orcid.org/0000-0003-0686-5729>

Resenha dos livros: Manfredi, Juan Luis. *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Síntesis, 2021; Alvarez, Mariano, Luna Pont, Mariana y Oddone, Nahuel. *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia*. Provincia de Buenos Aires: EDUNTREF, 2019.

Cómo citar esta reseña:

Tamayo Belda, Eduardo. “Diplomacia y paradiplomacia: actores, enfoques y desafíos de un campo de estudio en expansión: reseñas de los libros *Diplomacia. Historia y presente* y *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia*”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 366-376.

* Candidato a doctor por la Universidad Autónoma de Madrid (España), graduado en Historia por esta misma universidad, y magíster en ciencia política por la Universidad Nacional de Asunción (Paraguay). Varias de sus publicaciones giran en torno a las relaciones bilaterales entre España y Paraguay durante la Guerra Fría, así como sobre la política exterior y la diplomacia paraguayas desde mediados del siglo XX hasta la actualidad. Ha participado como ponente, organizador y asistente en seminarios, congresos y otros encuentros académicos en España, Paraguay, y otros países de Europa y América Latina. En 2017 obtuvo un contrato FPU del Ministerio de Educación español, gracias al cual realiza su tesis doctoral sobre la historia de las relaciones hispanoparaguayas durante la Guerra Fría. Además, es Coordinador del Comité de Edición de la revista *Relaciones Internacionales* y es también parte del Comité Editorial, como responsable del Área de Siglo XX, de la *Revista Historia Autónoma*, ambas publicaciones científicas regulares de la Universidad Autónoma de Madrid. Asimismo, fue impulsor del proyecto y fundador de la revista estudiantil *Autónoma Internacional*, publicación académica anual de la que es Coordinador. E-mail: tamayo.belda.eduardo@gmail.com.

En un dossier cuyo objetivo era reflexionar sobre la elitización de la historia de la política exterior latinoamericana, el análisis de la diplomacia —tanto la desplegada desde el aparato estatal de los países como la realizada por actores subestatales de los mismos— no podía faltar. Se presentan a continuación dos reseñas que justamente desarrollan los conceptos de diplomacia y paradiplomacia; dos trabajos que coadyuvan a los esfuerzos por clarificar estas actividades propias de la acción exterior de los Estados y de otras unidades de nivel inferior al estatal, que requieren la especial atención por parte de los investigadores e investigadoras de la historia de las relaciones internacionales.

En las siguientes páginas son reseñadas, primero, la monografía sobre diplomacia autoría de Juan Luis Manfredi titulada *Diplomacia. Historia y presente* (2021), y en segundo lugar, la obra colectiva sobre paradiplomacia compilada por Mariano Alvarez, Mariana Luna Pont y Nahuel Oddone, titulada *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia* (2019). Confío en que la lectura de estas reseñas ayude a los interesados en estos estudios a decidirse por considerar y atender estas obras en sus investigaciones; ambos libros, además, constituyen materiales didácticos muy adecuados para la enseñanza y la reflexión teórica en torno a las relaciones internacionales en el nivel universitario.

Manfredi, Juan Luis. *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Síntesis, 2021.

En un mundo de creciente globalización e internacionalización de los problemas y los procesos nacionales y locales, el estudio de las relaciones interestatales, de la política exterior o de los aspectos relativos a su funcionamiento y la investigación sobre el mismo, adquieren —y cada día más—, un creciente interés por parte de investigadores y estudiantes de humanidades y ciencias sociales. La diplomacia representa, sin duda alguna, un aspecto fundamental de estas cuestiones, y el análisis pormenorizado de los diferentes elementos y fundamentos relativos a este ámbito de la política y las relaciones exteriores de los Estados se hace perentorio si se quiere construir un método o un esquema de trabajo y exploración sobre la misma.

A este interés coadyuva el libro reseñado, *Diplomacia. Historia y presente* (216 páginas), publicado en 2021, obra del profesor e investigador español Juan Luis Manfredi, que muy pronto puede pasar a formar parte de los trabajos de referencia básica en la materia para estudiantes y primeros abordajes de la cuestión. El libro se inscribe en la Colección *Estudios y Relaciones Internacionales*, coordinada para Editorial Síntesis por Pedro A. Martínez Lillo, Catedrático del Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad Autónoma de Madrid (España).

Juan Luis Manfredi Sánchez (Sevilla, 1977), es Profesor Titular de la Universidad de Castilla-La Mancha (España), donde imparte docencia en Periodismo y Estudios Internacionales en la

Facultad de Comunicación (Cuenca), y en la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales (Toledo). Experto en Diplomacia Pública, Juan Luis Manfredi es Doctor en Comunicación por la Universidad de Sevilla, escribe sobre relaciones internacionales y diplomacia, comunicación y tecnología, y sobre riesgo político y orden liberal; es también académico del Observatorio para la Transformación del Sector Público en el campus de ESADE-Madrid, y desde 2021 ocupa la Cátedra Príncipe de Asturias en la Universidad de Georgetown, Washington (EEUU).

Manfredi propone en esta obra un trabajo de clarificación y esquematización del concepto de diplomacia y de análisis de la práctica diplomática, un abordaje estructural del ámbito y las dimensiones de esta competencia profesional concreta propia del cuerpo técnico del Estado —dentro del ámbito público de su funcionariado— dedicado a ejercer la representación del mismo, así como a ejecutar las políticas de relación de este con otras instituciones —estatales y de organismos internacionales— en el ámbito de los vínculos exteriores de cada país. El libro, estructurado en tres partes que incluyen un total de once capítulos, incorpora además —en el sentido de ampliar o favorecer el uso didáctico de la obra— un anexo de *Casos prácticos* al final de cada una de sus tres partes, en los que el autor propone una actividad para estudiantes en la línea de la investigación sobre la diplomacia; además, cada uno de los once capítulos incluye al final del mismo cinco *Preguntas de autoevaluación* de respuesta múltiple (hay un apartado de soluciones al final de la obra). Estas preguntas de los capítulos, así como los casos prácticos de cada parte arriba mencionados, pueden servir al docente para evaluar a sus estudiantes o para ayudar al alumnado a consolidar lo aprendido sobre la materia.

La primera parte del libro —*Por qué estudiar diplomacia*— ocupa dos capítulos, centrando la atención en el concepto general de *diplomacia*, sus principales funciones, una breve historia de la configuración de estos cuerpos profesionales del Estado, así como algunos otros aspectos en torno a la actividad diplomática, como la ética y los valores que rodean al ejercicio de la misma, para el que el autor identifica tres “bienes”: un primer *bien social* que consiste en el “desarrollo de la condición ciudadana en la sociedad internacional”, que el autor conecta con el derecho a ser ciudadano y con la amplitud o límites de las expresiones de la libertad individual; un segundo *bien interno* generado también por la ética diplomática que “se concreta en el crecimiento personal del ciudadano, gracias a los servicios y la información” facilitada por los servicios diplomáticos, que “contribuyen al conocimiento del entorno”; por último, aparece un tercer factor beneficioso, el *bien externo* de la “información fiable”, de modo que la ética diplomática “asegura que las fuentes, las declaraciones o las intenciones son de confianza”, en una situación de desorden informativo e incluso en contextos de intencionada y directa desinformación.

En esta primera parte también se aborda la teoría sobre la diplomacia, para lo que Manfredi propone tres grandes corrientes de pensamiento o grupos de desarrollo teórico que están muy vinculados —como no podía ser de otra manera— con los enfoques, perspectivas o paradigmas de los debates de política internacional propios de la teoría de las Relaciones Internacionales. El autor expone así de manera clara, breve y concisa —inteligible para el joven estudiantado de Relaciones Internacionales o Estudios Internacionales— tres corrientes o paradigmas de la disciplina en cuanto a su enfoque y perspectiva sobre lo que la diplomacia es, o acerca de cómo se construye y se ejecuta en el ámbito de las relaciones internacionales; a saber, el *realismo* y el *idealismo* —como principales exponentes del debate teórico tradicional de las Relaciones Internacionales—, y en tercer lugar un conjunto de teorías, métodos y sistemas que Manfredi comprende dentro de la categoría de la *heterodoxia*, entre las que va a designar a James de Derian como el principal exponente en lo tocante a la reflexión sobre la diplomacia. Así, se describen en esta parte las bases que afectan a la diplomacia desde estos paradigmas, reflexionando y analizando también los obstáculos, insuficiencias o vacíos que cada uno de estos enfoques suponen para el estudio de la diplomacia y/o de su ejercicio.

La segunda parte — *El sistema diplomático* — aborda a lo largo de cinco capítulos un análisis pormenorizado de la estructura, las dimensiones y el ejercicio sobre el terreno de la diplomacia contemporánea —aquella propia de los Estados modernos—, tanto la diplomacia de naturaleza bilateral, entre Estados y hacia la ciudadanía —ya sea en las Embajadas o en los Consulados—, como la diplomacia multilateral producida en el contexto de la sociedad global (particularmente a través de las organizaciones internacionales).

Resultan particularmente útiles las definiciones que Manfredi dedica a algunos elementos fundamentales para el estudio de la diplomacia, una actividad que a pesar de estar compuesta de una amplia diversidad de tareas, concentra en la práctica —según refiere el autor— dos tipos de funciones: “comunicar al mundo la presencia y los intereses nacionales” de un Estado concreto, y “relacionarse con otros actores en un proceso abierto de negociación e intercambio de posiciones”. La sencillez y precisión con que Manfredi describe esos elementos fundamentales del estudio de la diplomacia antes mencionados confiere a la obra un valor pedagógico primordial: la *política exterior* como política pública, junto con el análisis de su dimensión y márgenes de acción; la configuración del *Ministerio de Asuntos Exteriores* como institución que incluye profesionales de nombramiento político y equipos técnicos; la composición, jerarquías y formación profesional del *Cuerpo Diplomático*, o la conformación de la *Embajada* como espacio donde se “oficializa la presencia de un Estado acreditado ante el acreditante”, así como su estructura, sus normativas, su organigrama, sus responsabilidades, las limitaciones políticas y jurídicas de la Legación, o las particularidades que

tienen las sedes consulares (un “puesto de protección de los intereses comerciales y ciudadanos” carente, empero, de la facultad de representación política del Estado).

En esta parte, se aborda la *diplomacia bilateral* como una relación de poder básica, que no tiene por qué ser simétrica —a menudo no lo es—, establecida “entre dos países para avanzar en cuestiones de mutuo interés, prevención o agenda compartida”; también analiza la *diplomacia multilateral*, como “un nivel superior de cooperación”, una técnica diplomática “cuya extensión y formas se han expandido desde 1945 alrededor del denominado sistema de Naciones Unidas”. Sus descripciones de ambos tipos de diplomacia —bilateral y multilateral— permiten discernir entre la naturaleza y características de una y otra, así como la dimensión de la diplomacia de cumbres. Se complementa esta sección en la que se aborda la multilateralidad (capítulos 3 y 4) con el último de los capítulos de esta segunda parte (capítulo 7), específico para la caracterización de las *organizaciones internacionales*, en el que Manfredi analiza estos organismos y el modelo diplomático que en ellos se despliega por parte de los Estados y otras instituciones, centrando su atención en el funcionamiento del sistema de Naciones Unidas y de la Unión Europea.

Incorpora un capítulo específico (número 5) sobre la *diplomacia consular* —su fundamento, funciones, codificación y el cuerpo profesional que lo ocupa—, una vinculación exterior que en su opinión “representa la tradición ciudadana y comercial de las relaciones internacionales”, una expresión de la presencia internacional de la ciudadanía de un tercer Estado en territorio extranjero que “durante siglos, al margen del sistema diplomático, sigue a las personas allá donde se desplazan, haya o no reconocimiento político o dinástico”; un fenómeno que para Manfredi resulta de “enorme importancia” para el público nacional desplazado. En el capítulo 6 se analiza con precisión la *práctica diplomática* y sus principales aspectos (la negociación, las bases para el éxito en la misma, los procedimientos de solución de controversias, el protocolo, etc.).

La tercera y última parte de la obra —*Retos contemporáneos*— afronta la actualidad de la cuestión en cuatro capítulos que recorren los nuevos actores diplomáticos en el sistema internacional, la especialización temática en el ambiente diplomático, así como las características de esta diplomacia en el ámbito de las ideas y las particularidades que afectan a la misma en un mundo de cambio y aceleración del tiempo histórico que incluye a la vez progresos, dosis de nostalgia, procesos de globalización y desglobalización, y que se ha visto afectado además por profundas transformaciones tras la pandemia de la covid-19.

El capítulo sobre nuevos actores diplomáticos — número 8 — resulta particularmente importante para quienes realizan estudios de diplomacia actual o de historia reciente; emergen aquí fundamentos de la diplomacia en red como una diplomacia cuya titularidad ha dejado de monopolizar el Estado, que observa cómo “otros actores actúan con arreglo a los principios y

propósitos diplomáticos, con o sin cobertura jurídica”, funcionando cada uno de estos actores “según su agenda y recursos. El capítulo 9 se centra en un tipo de actor no estatal —las empresas globales o las multinacionales— que a pesar de no ser actores novedosos en las relaciones internacionales sí tienen la característica de no ser actores estatales; Manfredi desarrolla aquí la caracterización de la diplomacia corporativa como un fenómeno fundamental para comprender y explicar los procesos y conflictos de la globalización económica, así como también para conectar estas organizaciones multinacionales — hoy privadas — con los procesos históricos de colonización de los Estados —lo que las conecta también con la naturaleza *pública* de esas actividades coloniales —, de modo que en su opinión la diplomacia corporativa “consiste en el desarrollo instrumental de la estrategia que ordena la relación con los poderes públicos y privados ante los cambios internacionales”, con el objetivo de “generar confianza, incrementar la reputación y gestionar la influencia política y social” de estas empresas y los Estados. Analiza también las relaciones que se producen en las grandes concentraciones poblacionales globales —diplomacia urbana— la diplomacia vinculada a las organizaciones no gubernamentales y, entre estas, también a aquellas de carácter ilícito, como grupos insurgentes u organizaciones terroristas.

El capítulo 9 es uno de los mayores aportes del libro, al clarificar conceptualmente cuatro aspectos o secciones de la diplomacia que tienen que ver con la especialización del ámbito del relacionamiento exterior de los Estados, campos de estudio que están muy en boga, además de tratarse de aspectos de la diplomacia que en las últimas décadas se han intensificado mucho —e incluso son prioritarios— para muchos Estados y/o Gobiernos: la diplomacia pública, la diplomacia cultural, la diplomacia científica y la diplomacia económica o comercial, constituyen el objeto de análisis de este antepenúltimo capítulo. El esfuerzo de Manfredi por identificarlas, caracterizarlas y diferenciarlas —tratándose de aspectos muy relacionados entre sí, a menudo confundibles, e inclusive intercambiables en algunas ocasiones— constituye un elogiable ejercicio pedagógico por ponderar los elementos fundamentales que constituyen esos cuatro campos o fenómenos específicos de la diplomacia de los Estados.

Los dos últimos capítulos recogen la diplomacia en el mundo de las ideas —liderazgo político, diplomacia digital, vinculación con el periodismo— y las características de la diplomacia actual, así como la proyección de esta actividad en un mundo en constante cambio (incluyendo un epígrafe sobre la aceleración de las transformaciones de la política y relaciones internacionales que ha supuesto la pandemia de covid-19). Afirmo Manfredi que “la diplomacia que viene tendrá que adaptarse a un orden internacional del que apenas sabemos nada”, lo que él denomina “diplomacia para la incertidumbre”; la invasión en marcha de Ucrania por parte de la Federación de Rusia bajo

el gobierno de Vladimir Putin —cuando se termina de escribir esta reseña— no hace sino intensificar esa incertidumbre.

En el carácter esquemático, sintético y de lectura clara y *aseada* radica el principal valor del libro, concebido para ser utilizado como manual de enseñanza sobre diplomacia, permitiendo el abordaje pormenorizado y concreto de los diferentes aspectos, elementos y dimensiones del estudio de la actualidad y la historia de este aspecto de las relaciones internacionales. La obra *Diplomacia. Historia y presente*, autoría de Juan Luis Manfredi, constituye un trabajo de indudable utilidad pedagógica; sin embargo, también resulta muy práctico y de conveniente consulta al investigador o investigadora profesional de la historia y presente de las relaciones internacionales que busque en este libro definiciones precisas para referenciar conceptos concretos sobre diplomacia, o para encajar las *piezas* del *puzle* del servicio exterior de los Estados en el marco de investigaciones más amplias del estudio de las relaciones internacionales.

Alvarez, Mariano, Luna Pont, Mariana y Oddone, Nahuel. *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia*. Provincia de Buenos Aires: EDUNTREF, 2019.

En las últimas décadas la *paradiplomacia* está cada vez más presente en los debates académicos y en las discusiones teóricas de la disciplina de estudio de las Relaciones Internacionales, desplazando día a día al actor estatal-centralizado de los análisis del sistema internacional, y buscando un esquema de estudio mucho más *coral* y plural entre los actores —subestatales— que intervienen y definen las relaciones diplomáticas en el sistema internacional.

Así, fruto de una de esas discusiones —el encuentro en Nueva York durante el XXXIV Congreso de la *Latin American Studies Association* (LASA), en mayo de 2016 —, surgió el proyecto que dio lugar a esta obra compilada por Mariano Alvarez, Mariana Luna Pont y Nahuel Oddone, y editada en la Provincia de Buenos Aires (Argentina) por EDUNTREF (Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero). El objetivo del nutrido grupo de autores y autoras que colaboran en la publicación que aquí se presenta, titulada *América Latina global: estudios regionales sobre paradiplomacia* (2019, 318 páginas), es el de sistematizar, dar visibilidad y favorecer la difusión de los estudios sobre la cuestión realizados desde la propia región; con ello pretenden, además, sumar estos aportes al conocimiento acumulado sobre paradiplomacia y acciones internacionales o transnacionales descentralizadas de actores locales o regionales de América Latina, y coadyuvar al desarrollo de una comunidad epistémica regional dedicada al estudio sistemático de los fenómenos y procesos de internacionalización de gobiernos cuyas acciones decisorias y ejecutivas no sean de carácter centralizado.

A través de los diez capítulos de que se compone la obra —a los que se añaden la introducción y el epílogo de los compiladores de la publicación—, investigadores e investigadoras de Argentina, Brasil, Chile y México ofrecen un compendio de trabajos sobre paradiplomacia y actores locales con vocación transnacional en la región latinoamericana. Tal y como afirman Alvarez, Luna Pont y Oddone en la introducción del libro al decir que la paradiplomacia “constituye un campo de estudio nutrido desde diversas perspectivas disciplinares”, los distintos trabajos compilados confirman esta situación, y constituyen una pléyade de enfoques, perspectivas, selección de actores y metodologías de trabajo propia de un campo de estudio en expansión y aún poco constreñido por los consensos académicos rígidos y los paradigmas teóricos cerrados sobre sí mismos; esto revela que se trata, en efecto, de un fenómeno “aún poco estudiado y cuyo potencial no ha sido develado por completo”.

El primero de los capítulos —titulado *Paradiplomacia en América Latina: reflexiones teóricas desde cinco perspectivas*, y que resulta de lectura fundamental— es también autoría de los tres compiladores del libro, y recoge las cinco perspectivas teóricas desde las que en la obra son abordados los conceptos y actividades propios de la paradiplomacia regional latinoamericana actual; este capítulo inicial permite asimismo la comprensión holística de la compilación, al funcionar además como *encuadre teórico* de la obra en su conjunto. Afirman Alvarez, Luna y Oddone que los trabajos de los últimos años sobre la cuestión revelan que la búsqueda de un marco analítico propio para el campo de estudio de la paradiplomacia continúa adoleciendo de consenso teórico; aunque confiesan que solucionar esta situación excede sus objetivos, es destacable que la sistematización realizada en este capítulo de los trabajos teóricos que abordan la cuestión les permite, además de establecer esas cinco grandes perspectivas usadas por los investigadores de la actividad *paradiplomática* en América Latina, poner una *primera piedra* en el proceso de construcción de una teoría particular y adecuada al campo de estudio concreto propio de la paradiplomacia. Asumen, en todo caso, que estos cinco enfoques “no constituyen un marco teórico orgánico”, pero que permiten entender y agrupar las diferentes perspectivas de modo que los investigadores e investigadoras de la cuestión puedan ver sus aportes reflejados en trabajos de otros colegas de la región, y ponerlos en diálogo con estos.

Esos cinco grupos de enfoques o perspectivas teóricas de los estudios sobre paradiplomacia detectados por Alvarez, Luna Pont y Oddone entre la literatura especializada son los siguientes: 1) los que tienen que ver con un actor internacional; 2) los relacionados con análisis de política exterior y con los procesos de toma de decisiones; 3) los que se enfocan en el desarrollo territorial; 4) aquellos que ponen el acento en los fenómenos de integración regional; y 5) los estudios sobre paradiplomacia desde los enfoques de gobernanza. A lo largo de casi una treintena de páginas, los autores abordan de manera clara y específica estas cinco perspectivas, aportando los nombres de

los investigadores —así como referencias a sus obras— que componen y que sustentan esa clasificación teórico-metodológica de la paradiplomacia; se trata de un trabajo de organización, sistematización, catalogación y referenciación sensacional, con más de ciento veinte entradas de bibliografía entre sus referencias —algo inusual en un artículo de esta naturaleza—, que le confiere al capítulo el merecido estatus de *estado de la cuestión* o de *estado del arte* sobre la paradiplomacia latinoamericana (y también global en muchos aspectos). Este trabajo será —a juicio de quien suscribe—, un texto fundamental y de referencia básica entre los investigadores hispanohablantes que analicen cuestiones de paradiplomacia durante la próxima década, y sin duda alguna deberá estar entre las lecturas recomendadas por los docentes a estudiantes de teoría de las relaciones internacionales y estudios sobre diplomacia en general.

La *perspectiva del actor internacional* permite apreciar cómo los gobiernos no centrales han ido adquiriendo presencia y relevancia concreta en la política mundial; mientras que la definición tradicional de actor internacional constreñía su selección a aquellos conceptualizados jurídicamente como sujeto de derecho internacional público, el enfoque transnacional y la emergencia de actores nuevos en el ámbito global hizo necesario disociar aquella definición clásica para hacerla más amplia, permitiendo la inclusión de nuevos actores internacionales, y entre estos aquellas unidades subestatales con presencia, voz o actividad en la política mundial.

La *perspectiva de análisis de la política exterior y la toma de decisiones* agrupa aquellos trabajos cuyos enfoques ponen el foco en los elementos que conectan la política exterior estatal con las agendas, intereses o actividades de actores de diferentes niveles de gobierno que terminan actuando como agentes participantes de la discusión y los espacios de decisión sobre política exterior; con ello se evidencia una diversificación y también una mayor complejidad en el proceso decisorio del control de los asuntos internos con implicaciones internacionales por parte de aquellos gobiernos no centrales que despliegan estas políticas de intervención multipolar y multinivel.

El tercero de los enfoques sobre paradiplomacia aglutina los estudios que tienen como centro de la discusión el análisis desde una *perspectiva del desarrollo territorial*; estos, y en especial aquellas investigaciones realizadas desde la óptica de la economía política internacional, ofrecen una lectura distinta de la paradiplomacia, que aparece como un factor que coadyuva al desarrollo de la propia comunidad local interviniente. Esta actividad paradiplomática, aunque no siempre está enfrentada con las líneas desplegadas desde el nivel central de gobierno, tampoco depende de este, teniendo autonomía o agencia suficiente para ser considerada aparte del mismo.

Los aportes desde la *perspectiva de la integración* parecen formular para los estudios de paradiplomacia una doble visión del rol que esta juega en los procesos y fenómenos puntuales de vinculación entre los países o de interacción entre los diferentes actores y niveles subestatales. Se

observa aquí cómo los gobiernos no centrales se involucran en los esquemas de integración regionales, tratando de que sus intereses particulares o sus agendas locales se vean también representados en procesos más amplios del relacionamiento internacional de su país.

El quinto y último de estos cinco grupos de enfoques sobre paradiplomacia es la *perspectiva de la gobernanza*, perspectiva desde la cual se visibiliza y valora la relevancia adquirida por la paradiplomacia a la hora de expresar y movilizar los reclamos de la ciudadanía de cada país. Esta perspectiva aglutina los trabajos que abordan la paradiplomacia como conducto de la manifestación popular-ciudadana, así como articuladora de las políticas públicas con implicación en el ámbito exterior.

Los capítulos que vienen a continuación en la obra son precisamente expresión concreta — cada uno de ellos— de una o varias de estas cinco diferentes perspectivas o grupos de enfoques sobre la paradiplomacia. Por razón de la limitada extensión de esta reseña no vamos a poder entrar aquí a analizar en detalle los nueve capítulos de estudios de caso que se presentan tras la parte introductoria de la obra, pero los dejaremos mencionados para comodidad del lector o lectora que desee revisar las temáticas generales, los asuntos concretos, los actores enfocados, la cronología de los estudios, o el ámbito territorial de estos nueve trabajos sobre paradiplomacia latinoamericana que se presentan en el libro a partir de su segundo capítulo: Capítulo 2 “De IULA a CGLU: municipalismo internacional, narrativas y momentos”, de Mariana Luna Pont; Capítulo 3 “El rol de las autoridades locales en la implementación de la Agenda del Empleo Decente de la OIT”, de Maité Llanos; Capítulo 4 “La construcción de ciudades modelo y su inserción internacional”, de Ray Freddy Lara Pacheco; Capítulo 5 “La marca ciudad y la paradiplomacia urbana”, de Zidane Zeraoui y Fernando Rey; Capítulo 6 “Intermunicipalidad y cooperación internacional en Argentina”, de Daniel Cravacuore; Capítulo 7 “La paradiplomacia en el escenario brasileño: el caso de Porto Alegre”, de Vanessa Marx; Capítulo 8 “Reseteando la integración regional mercosureña desde la paradiplomacia transfronteriza: ¿aún estamos a tiempo?”, de Nahuel Oddone; Capítulo 9 “En búsqueda de institucionalizar la paradiplomacia: la experiencia argentino-chilena”, de Mariano Alvarez; y Capítulo 10 “Integración Regional Transfronteriza. El caso de San Juan (Argentina) y Coquimbo (Chile)”, de Javier Díaz Bay.

El lector o lectora interesada encontrará en cada uno de estos nueve estudios de caso elementos teóricos concretos para situaciones o fenómenos individualizados específicos, de diferentes temas, ámbito territorial y nivel de desarrollo de la actividad paradiplomática. Estos capítulos resultan asimismo particularmente representativos de esa amplitud, diversidad y dispersión de los estudios sobre aspectos de la paradiplomacia regional latinoamericana, unos estudios que Mariano Alvarez, Mariana Luna Pont y Gabriel Oddone se han propuesto ordenar y

sistematizar en esta obra, dando a la paradiplomacia un espacio de debate epistemológico y una reflexión teórica que resulta fundamental para el avance de este campo de estudio de las relaciones internacionales pasadas y presentes.

Si como afirman los compiladores de esta obra, la agenda de investigación en materia paradiplomática “puede ser considerada todavía una agenda incipiente de investigación teórica”, y la comunidad latinoamericana sobre paradiplomacia se encuentra todavía “lejos del proceso de socialización que se produce a partir de la institucionalización de las influencias generadas desde las comunidades epistémicas”, es justo replicar que, con esta obra, esos déficits de formulación integrada acerca de los estudios sobre paradiplomacia, así como esos desafíos teóricos sobre la cuestión se encuentran ahora mejor cubiertos que antes de aparecer esta publicación.

Referencias bibliográficas

Alvarez, Mariano, Luna Pont, Mariana y Oddone, Nahuel. *América Latina Global. Estudios regionales sobre paradiplomacia*. Provincia de Buenos Aires: EDUNTREF, 2019.

Manfredi, Juan Luis. *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Síntesis, 2021.

Recibido: 25 de enero de 2022

Aprobado: 08 de abril de 2022

Mujeres refugiadas y migrantes en España construyendo políticas de derechos. Entrevista a Adilia de las Mercedes, Asociación de Mujeres de Guatemala AMG

Mulheres refugiadas e migrantes na Espanha construindo políticas de direitos. Entrevista com Adília de las Mercedes, Asociación de Mujeres de Guatemala AMG

Refugee and migrant women in Spain building rights policies. Interview with Adilia de las Mercedes, Asociación de Mujeres de Guatemala AMG

Mariana S. Leone*

<https://orcid.org/0000-0003-2211-2583>

Como citar esta entrevista:

Leone, Mariana S. “Mujeres refugiadas y migrantes en España construyendo políticas de derechos. Entrevista a Adilia de las Mercedes, Asociación de Mujeres de Guatemala AMG”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 377-382.

Adilia de las Mercedes es jurista feminista e investigadora del feminicidio y de la violencia sexual en escenarios de conflicto y tiene formación e interés en derecho comparado, ciencias de la salud y criminología crítica. Es, también, Directora de la Asociación de Mujeres de Guatemala AMG, una organización no gubernamental con sede en Madrid (España). Por ello, decidimos conversar con ella sobre el papel que ejercen las mujeres refugiadas y migrantes latinoamericanas en la construcción de políticas de derechos, tanto en los países que nacieron como aquellos en los

* Investigadora del Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI-UAM) de la Universidad Autónoma de Madrid. Doctora en Relaciones Internacionales, Máster en Relaciones Internacionales y Estudios Africanos y Licenciada en Psicología. Sus líneas de investigación son el análisis de política exterior, el regionalismo latinoamericano, los estudios sobre identidad en Relaciones Internacionales y los estudios feministas de seguridad. E-mail: mariana.stella.leone@gmail.com.

que viven actualmente. La web oficial de AMG se puede consultar en este enlace: <http://mujeresdeguatemala.org/>

- **Cuéntenos qué es la Asociación de Mujeres de Guatemala y sobre su trayectoria y trabajo de incidencia en España.**

La Asociación de Mujeres de Guatemala AMG es una organización feminista, no gubernamental, sin ánimo de lucro, integrada en sus inicios por mujeres guatemaltecas refugiadas, desplazadas y migrantes, residentes en España. Actualmente, AMG es una agrupación diversa formada por mujeres diferentes orígenes nacionales, con un objetivo común: la búsqueda de fórmulas para que las graves violaciones a los Derechos Humanos de las mujeres, en especial, de Guatemala y de Latinoamérica, se conozcan internacionalmente, y se asuman como una responsabilidad global.

Hemos centrado nuestro quehacer de los últimos años en la protección internacional hacia defensoras de Derechos Humanos y del territorio, así como en generar una corriente de opinión feminista y decolonial que permita fiscalizar las actuaciones del Estado español en relación con los derechos humanos de las mujeres y las personas migrantes y refugiadas.

- **En este dossier de la revista LOCUS, propusimos hablar sobre los actores de la sociedad civil que son olvidados, marginalizados e invisibilizados cuando se piensa en las políticas exteriores latinoamericanas y también sobre los espacios alternativos a los oficiales donde se puede construir política exterior. ¿Cuál cree que es el papel que cumplen o pueden cumplir las mujeres migrantes latinoamericanas en la construcción de las políticas internacionales?**

Las mujeres migrantes y las mujeres refugiadas poseemos una visión muy amplia de la realidad latinoamericana porque es nuestro continente de origen y, además, porque somos sobrevivientes de las diferentes formas que adoptan las políticas de expulsión de nuestros territorios. A pesar de ello, se prescinde sistemáticamente de nuestra perspectiva porque, de un lado, desde los grupos sociales en los territorios de origen nuestra experiencia suele ser leída como la de quien deja su actoría social en el momento de la expulsión del país y, por el otro, en los nuevos territorios en que vivimos, somos señaladas como invasoras. Es decir, en ambos espacios, nuestra legitimidad es sistemáticamente cuestionada y muy pocas veces, esa circunstancia deja lugar a una percepción de que nuestra visión de, al menos, dos mundos, puede ser más omnicompreensiva de la realidad transnacional en términos no solo de legitimidad vivencial sino de análisis estructural.

La construcción de las mujeres como sujetas de derechos a dos orillas, con una legitimidad e identidad propias, podría enriquecer enormemente la comprensión de universos entrelazados de

formas cotidianas y extremadamente complejas. La movilidad humana solo puede alcanzar el grado de comprensión, racionalidad y aceptación necesarias para su consolidación como un derecho humano a partir de hacer inteligible para todos los sectores sociales internacionales la propia experiencia y no (solo) la observación externa de esa experiencia. Es decir, la ventriloquía — producida unas veces desde la Academia y otras desde otros sectores— de la experiencia de la realidad transnacional hace parte de la expulsión de las mujeres migradas de la posibilidad de enunciar su conocimiento situado.

- **Países como Canadá, Suecia, España o México en América Latina se han comprometido con la generación de políticas exteriores feministas en las que su compromiso con la igualdad de género no se dé sólo al interior del país. ¿Cuáles son las posibilidades reales de que los países latinoamericanos construyan también políticas exteriores feministas sin convertir el “feminismo” en un mero eslogan?**

La primera afirmación que hay que hacer aquí es que un Estado tiene un vínculo con su ciudadanía que va mucho más allá de la permanencia de esas y esos habitantes en su territorio. Las obligaciones del Estado trascienden la desterritorialización de las mujeres. El cumplimiento de los deberes de los Estados de origen es una obligación no una opción, indistintamente de las obligaciones de terceros Estados sobre las mismas personas en términos de respeto a sus derechos humanos y del cumplimiento de las obligaciones y garantías que estos conllevan. Aquí, en mi opinión, el feminismo puede actuar como un verificador y evaluador del cumplimiento de aquellas obligaciones específicas de los Estados respecto de los derechos de las mujeres en términos de igualdad formal y material.

Pero también, el feminismo tiene una obligación de revisión de sí mismo a la luz de una perspectiva crítica que le permita abandonar el lugar eurocentrado que ha ocupado por siglos y desde el cual ha intentado, como otros discursos herederos de la modernidad, erigirse como universal. Esa pretendida universalidad de sus postulados está también puesta en cuestión gracias a la experiencia de mujeres diversas, con experiencias históricas y actuales que, fruto de la movilidad internacional de personas y del conocimiento, estamos impugnando el racismo que ha imperado por siglos al interior del movimiento feminista.

Salir del eslogan depende en bastante medida de cuál es ese eslogan. Pero, en ningún caso creo que la experiencia feminista pueda ser reducida a ninguno de los actuales, aunque hay muchos que la representan y/o ponen en cuestión. No creo que haya un eslogan que represente a todos los feminismos a día de hoy, especialmente si este proviene de las instituciones porque, precisamente, estamos asistiendo a una apropiación de las reivindicaciones históricas de los feminismos por parte

de un importante sector de la institucionalidad en muchos países. Dotar de garantías esos eslóganes debería ser el papel de la institucionalidad estatal, no vaciarlos, como tanto se está haciendo.

- **En los últimos años se han observado multitudinarias manifestaciones en países latinoamericanos contra la violencia machista y por los derechos de las mujeres y de los colectivos LGTBI. No obstante, también se ha observado movimientos de reacción que buscan no sólo no permitir el derecho del aborto sino elevar las penas de cárcel o prohibir expresamente el matrimonio homosexual y que casi lograron que en Guatemala se incluyese en una ley. ¿Qué lectura hace la AMG de estos eventos? ¿Cuál cree que puede ser el aporte de las mujeres migrantes residentes en España para impedir un retroceso de derechos en América Latina?**

Los aportes que desde la sociedad civil en el exterior hacemos son de múltiples formas, aunque en muchas ocasiones son percibidos únicamente en su forma de resistencia al avance de las agendas ultraconservadoras. Uno de los mayores logros del feminismo es que las feministas estamos en todas las esferas sociales a día de hoy. Y donde no estamos sí estamos en diálogo con otras mujeres que no se identifican como feministas, pero que impulsan agendas propias que — y esto es fundamental reconocerlo— en muchas ocasiones son previas al movimiento feminista en sus territorios y cuyos objetivos son perfectamente compatibles con los impulsados desde los feminismos, siempre que estos hayan hecho la tarea de repensarse en términos decoloniales, interseccionales y sin pretensión de universalidad. El feminismo ahí, entonces, es un discurso más y no es “El Discurso”, como ha pretendido el feminismo hegemónico. En la medida en que esas redes se tejen la agenda conjunta de los derechos de las mujeres avanza y supone una enorme grieta en el avance de los movimientos anti-derechos de las mujeres.

Dentro de esa inconmensurable polifonía AMG se mueve en un universo complejo en el que solían moverse solamente profesionales españolas: por ejemplo, nuestro colectivo no es usuario de servicios jurídicos, los brindamos. No somos usuarias de servicios sociales, los brindamos. No somos las asistentes a las formaciones, somos las formadoras. Somos una pequeña organización que, a costa de un enorme esfuerzo y del vencimiento (nunca total) de la impugnación de legitimidad de doble vía de la que hablaba antes, hemos construido una identidad de voces críticas en el plano sociopolítico en el Estado español respecto de sus políticas hacia la población migrante y refugiada, pero también respecto de su política exterior hacia nuestros lugares de origen, por ejemplo, en el marco de la cooperación internacional. Y, desde España, promovemos alianzas, también con visión crítica, con otras organizaciones y organismos internacionales comprometidos con el avance de los derechos humanos de las latinoamericanas. Desde este espacio hemos accionado no solo contra leyes nefastas que al final no prosperaron —como la Ley para la

[supuesta] Protección de la Vida y la Familia en Guatemala, que elevaba las penas en casos de aborto y prohibía el matrimonio igualitario, así como la enseñanza de la diversidad sexual en las escuelas— sino que llevamos más de 10 años trabajando activamente contra la impunidad de los Estados que expulsan a sus ciudadanas.

De igual forma, acompañamos procesos de rendición de cuentas contra la impunidad de los crímenes de lesa humanidad y genocidio promovidos por los Estados latinoamericanos y también formamos jueces y fiscales latinoamericanos en temas de derechos humanos de las mujeres y de las personas migrantes/refugiadas, entre otras actividades. Y, algo que es muy desconocido en Latinoamérica, fruto precisamente del colonialismo imperante en la genealogía feminista, hemos creado campañas para la erradicación de la impunidad social como #YoTeCreo, que más tarde adoptó las formas Hermana, yo te creo o Yo sí te creo. Yo te creo es ahora un movimiento a dos continentes que ha puesto en el centro del debate social la (ausencia de) credibilidad a las víctimas de violencia sexual.

En definitiva, en AMG trabajamos activamente en el avance de los derechos de las mujeres y no solo en la resistencia y creo que esto es fundamental, anticiparnos a las agendas ultraconservadoras que, como siempre han hecho, sostienen el control patriarcal sobre la vida y los cuerpos de las mujeres porque saben que nuestras libertades suponen el fin del privilegio colonopatriarcal que han ostentado por siglos.

- **En junio de 2019, AMG organizó junto a La Casa Encendida el ciclo Mujeres Contra la Impunidad en la que ustedes invitaron a Angela Davis y se habló del feminismo antirracista. Me gustaría preguntarle sobre el impacto de la AMG y de las mujeres migrantes latinoamericanas para que en España se hable y se reconozca la importancia de la interseccionalidad cuando se habla de políticas feministas, la importancia también de la heterogeneidad dentro del movimiento feminista y los retos que os habéis encontrado al hablar de ello.**

El ciclo Mujeres contra la impunidad, que desde AMG coordinamos junto al prestigioso centro cultural La Casa Encendida de Madrid, inició en 2014. Desde entonces son muchas las mujeres como Rigoberta Menchú, Tawakkol Karman, Gladys Tzul o la misma Angela Davis que nos han visitado. Todas estas mujeres, provenientes de cuatro continentes, han puesto en valor la diversidad de activismos que representan. No todas se consideran feministas y, definitivamente, la mayoría no suscribe el feminismo hegemónico heredero de la Ilustración europea, sino un feminismo que sea capaz de incluir a las mujeres en su diversidad por origen étnico o nacional (con todo lo que ello incluye), orientación sexual, identidad de género y discapacidades, entre otros

factores que hacen que las mujeres podamos experimentar diferentes formas de opresión social y, con ello, crear múltiples formas también de resistencias y de actorías políticas.

El ciclo ha tenido un enorme impacto mediático y social desde su inicio y ha contribuido a hacer de la vida cultural en Madrid — y en cualquier lugar gracias a la virtualidad— normalice el discurso de los derechos humanos de las mujeres de diferentes lugares del mundo, no solo como riqueza social, sino como como un valor epistémico que intenta contribuir a paliar el epistemicidio de Occidente en contra de voces no hegemónicas y, de hecho, contrahegemónicas. Impugnar la centralidad del discurso europeo en Europa es precisamente la intención y logro de eventos de altavocía de mujeres diversas con discursos diversos.

**Estudio de la historia de la política exterior latinoamericana y española:
entrevistas a Ricardo Scavone y Lorenzo Delgado**

*O estudo da história da política externa latino-americana e espanhola:
entrevistas com Ricardo Scavone e Lorenzo Delgado*

*The study of the history of Latin American and Spanish foreign policy:
interviews with Ricardo Scavone and Lorenzo Delgado*

Eduardo Tamayo Belda*

<https://orcid.org/0000-0003-0686-5729>

Cómo citar esta entrevista:

Tamayo Belda, Eduardo. “Estudio de la historia de la política exterior latinoamericana y española: entrevistas a Ricardo Scavone y Lorenzo Delgado”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022):383-396.

Como podrán advertir los lectores y lectoras de este dossier, las dos entrevistas de que se compone esta publicación giran en torno a los mismos debates y cuestiones que desde un primer momento nos habíamos propuesto discutir en el número: las investigaciones sobre historia de las relaciones internacionales latinoamericanas —particularmente los análisis de su política exterior,

* Candidato a doctor por la Universidad Autónoma de Madrid (España), graduado en Historia por esta misma universidad, y magíster en ciencia política por la Universidad Nacional de Asunción (Paraguay). Varias de sus publicaciones giran en torno a las relaciones bilaterales entre España y Paraguay durante la Guerra Fría, así como sobre la política exterior y la diplomacia paraguayas desde mediados del siglo XX hasta la actualidad. Ha participado como ponente, organizador y asistente en seminarios, congresos y otros encuentros académicos en España, Paraguay, y otros países de Europa y América Latina. En 2017 obtuvo un contrato FPU del Ministerio de Educación español, gracias al cual realiza su tesis doctoral sobre la historia de las relaciones hispanoparaguayas durante la Guerra Fría. Además, es Coordinador del Comité de Edición de la revista *Relaciones Internacionales* y es también parte del Comité Editorial, como responsable del Área de Siglo XX, de la *Revista Historia Autónoma*; ambas publicaciones científicas regulares de la Universidad Autónoma de Madrid. Asimismo, fue impulsor del proyecto y fundador de la revista estudiantil *Autónoma Internacional*, publicación académica anual de la que es Coordinador. E-mail: tamayo.belda.eduardo@gmail.com.

relaciones bilaterales, diplomacia, etc.—, así como la relación de los países latinoamericanos con España, constituyen el tema central de estas dos entrevistas.

Los entrevistados, el Embajador paraguayo Ricardo Scavone Yegros y el historiador español Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla —a quienes los coordinadores del número queremos agradecer su tiempo y su amabilidad para responder nuestras consultas—, acreditan un sobrado conocimiento y una amplia experiencia sobre las relaciones de política exterior y diplomacia entre algunas de las repúblicas latinoamericanas y/o de estas con España, durante buena parte del siglo XX. A través de sus respuestas, repasamos aspectos relativos a los aportes ya realizados y el camino recorrido en estas investigaciones, y nos detenemos también en los obstáculos y retos pendientes en estas líneas de exploración histórica.

Dedicamos también atención a examinar en estas dos entrevistas la cuestión que nos planteábamos en el título del dossier: ¿es la política exterior latinoamericana en su historia reciente una cuestión de élites? Asimismo, se revisan algunos de los avances metodológicos de las últimas décadas, así como el interés por nuevos actores de las relaciones internacionales y enfoques novedosos de la historiografía sobre estas. De igual manera, se consulta a los entrevistados no solo sobre el *estado del arte*, sino también por los posibles y los escollos en el acceso a la documentación fundamental para el abordaje de la historia de las relaciones internacionales; se manifiesta también la importancia de generar redes de trabajo y grupos de investigación que puedan, en un futuro, generar los espacios de debate e intercambio necesarios en la investigación histórica.

Agradeciendo una vez más a los dos entrevistados su participación en esta publicación, esperamos que disfruten de la lectura de sendas entrevistas.

Entrevista a Ricardo Scavone Yegros¹

- **En su opinión, ¿en qué situación se encuentran los estudios sobre la historia de la política exterior de los países latinoamericanos? ¿Considera que existe actualmente un interés por la cuestión entre los investigadores, o en su defecto cree más bien que la atención está centrada en otros aspectos de las relaciones internacionales y de los fenómenos históricos internos de cada país?**

¹ Ricardo Scavone Yegros (Asunción, 1968) es abogado por la Universidad Católica de Asunción y funcionario del Servicio Diplomático de la República del Paraguay. Ha prestado servicio en las Embajadas del Paraguay en Bolivia, Chile, México y Perú, y se ha desempeñado como Embajador en Colombia y El Salvador, y actualmente en España y Andorra. Es miembro de número de la Academia Paraguaya de la Historia y miembro correspondiente de las Academias de Historia de Argentina, Bolivia, Colombia, República Dominicana y España, así como del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil. Ha publicado, entre otros, los libros *Las relaciones entre el Paraguay y Bolivia en el siglo XIX* (2004), *Historia de las Relaciones Internacionales del Paraguay* (2010, en colaboración con Liliana Brezzo), *Paraguay y Colombia* (2018), y *Entre expectativas y recelos. Las relaciones del Paraguay y Bolivia después de la Guerra del Chaco (1939-1989)* (2019).

Debo señalar, antes que nada, que no soy un historiador de escuela sino un abogado y diplomático metido a historiador, con el afán de entender y explicar la vinculación de la República del Paraguay —en sus poco más de dos siglos de existencia— con el mundo. Dicho esto, considero, desde tal perspectiva, que las investigaciones históricas sobre la política exterior de los países latinoamericanos han evolucionado en las últimas décadas, a partir de la antigua historia diplomática, que se ocupaba preferentemente de aspectos formales y jurídicos, a un abordaje más amplio y comprensivo de las relaciones internacionales. Se viene prestando creciente interés a otros actores (no solo ya los agentes estatales, sino también las agrupaciones políticas, los gremios empresariales y de trabajadores, la prensa, la opinión pública, los intelectuales...), y también a otros aspectos (el comercio exterior, la inversión de capitales, las redes intelectuales, la proyección cultural, las migraciones, las áreas fronterizas, la cooperación sanitaria, o la protección internacional de los derechos humanos, entre otros). Asimismo, se han desarrollado nuevas herramientas conceptuales, como la perspectiva transnacional y la denominada diplomacia cultural, que amplían el conocimiento sobre la cuestión. De suerte que, a mi criterio, el investigador de la historia de las relaciones internacionales —incluido el que se ocupa de las relaciones diplomáticas— cuenta hoy gracias a ello con mayores elementos para enriquecer sus indagaciones.

Lamentablemente, los avances no se manifiestan por igual en todos los países de América Latina. No es lo mismo México o Brasil, que el Paraguay o Bolivia. Pero en todos, con más o menos rigor, con más o menos recursos, se percibe el deseo y la necesidad de comprender cómo se ha vinculado cada país con el mundo exterior, o de investigar por qué persisten controversias o situaciones que solo pueden explicarse recurriendo a la historia. Por lo demás, me parece evidente que al analizar los fenómenos históricos internos no deberían dejar de tenerse en cuenta la interacción con el exterior. ¿No serviría, al analizar la cuestión de la tierra en el Paraguay, conocer la emigración de paraguayos al nordeste argentino o al Mato Grosso, muy notables en las últimas décadas del siglo XIX y durante la primera mitad del siglo XX?, ¿sería posible analizar la historia económica del país sin apreciar el comercio exterior o los flujos financieros...?

- **Los estudios históricos sobre diplomacia o sobre política exterior aparecen en muchas ocasiones como campos de investigación obsoletos o agotados metodológicamente en los términos en que se trabajaron en décadas anteriores; sin embargo, el alcance de estas investigaciones fue asimétrico si consideramos todo el escenario global, e incluso centrando la atención solo en el espacio latinoamericano. ¿Considera válida esa afirmación anterior, o estima que sigue habiendo fuentes y caudal interpretativo suficiente desde la historia diplomática y en los nuevos enfoques de la historia de las relaciones internacionales para sostener los estudios en la materia?**

Las relaciones diplomáticas son una realidad; no una cuestión abstracta o teórica. No solo son reales y tangibles sino que hasta hoy, aun con el desarrollo de la diplomacia presidencial y la diplomacia parlamentaria, constituyen el conducto para encaminar y muchas veces resolver los principales temas que interesan a las respectivas sociedades en relación con otros estados y con la organización internacional. El gobierno de un estado no tiene — no debería tener, o no puede tener por mucho tiempo — una agenda de temas desconectada de las preocupaciones de la población a la que representa. Por más que esté dominada por una determinada ideología o responda a ciertos factores de poder, la política exterior de cada país reconoce múltiples influencias que surgen de su propia sociedad. Por tanto, no estudiar el desarrollo de las relaciones diplomáticas en el tiempo, en la larga duración, para explicarlas sumando los nuevos enfoques de la historia de las relaciones internacionales, me parece que limita el conocimiento histórico. En otras palabras, con un remozamiento metodológico, la investigación histórica sobre la política exterior y las relaciones diplomáticas sigue siendo, a mi criterio, conveniente e ineludible.

La opinión de que constituye un campo de investigación agotado parece sugerir que ya se sabe todo lo que se debe saber al respecto; o sea, que es un campo de investigación no solo superfluo, sino superado. Sin embargo, cuando se observa lo que resta conocer y esclarecer — especialmente con respecto a países menos investigados como el Paraguay —, las diversas perspectivas que se pueden adoptar, y la necesidad de explicar el pasado reciente, resulta notorio precisamente lo contrario.

- **¿En qué medida cree usted que las investigaciones sobre la historia de la política exterior y de las relaciones bilaterales y regionales latinoamericanas tiene importancia y relevancia actual para entender o explicar procesos internacionales más recientes y fenómenos de la realidad presente del subcontinente?**

Creo, antes que nada, que los países de América Latina deben conocerse más, y que, sin duda, comprender la trayectoria, los propósitos e intereses de la política exterior de cada uno a lo largo del tiempo puede servir para destruir antiguos preconceptos, cimentar el respeto mutuo, y allanar el camino para entendimientos firmes. Sin memoria se puede caer más fácilmente en la tentación de atropellar el derecho internacional o menospreciar las peculiares circunstancias de los estados más débiles. La historia permite evidenciar el camino recorrido, así como la razón de situaciones, acuerdos y compromisos que no se comprenden bien sin ese contexto necesario. Eso también cimienta la paz. Es decir, las investigaciones sobre las relaciones bilaterales y regionales latinoamericanas son importantes para el futuro.

Pero también lo son para el presente. Citaré dos casos en que así fue: hace pocos años Bolivia llevó a Chile ante la Corte Penal Internacional para concretar una negociación sobre el pretendido acceso soberano de aquel país al océano Pacífico. La argumentación boliviana, si bien presentada con base y lenguaje jurídicos, incluyó un recuento de las negociaciones diplomáticas que se sucedieron durante más de un siglo. Un segundo ejemplo de la relevancia de la historia de las relaciones bilaterales para explicar fenómenos internacionales recientes es el caso de la asociación del Paraguay y el Brasil en la central hidroeléctrica Itaipú; mucho ayudaría en estos momentos — en que después de medio siglo debe revisarse el régimen financiero de la obra ya concluida— la explicación histórica sobre la forma en que se elaboró el marco jurídico que se quiere modificar, cuyo proceso —con las limitaciones que entonces imponían los regímenes dictatoriales de ambos países— no solo involucró a los estados, sino también en cierta medida —relativa, restringida o indirecta si se quiere— a los militares, a los sectores industriales y financieros, así como a la opinión pública.

Para cada tema a abordar, el negociador diplomático necesita estar al tanto de los antecedentes, y puedo decir —con conocimiento de causa— que muchas veces esos antecedentes son muy remotos y muy complejos. En el caso paraguayo, por ejemplo, cuestiones vinculadas con la libertad de la navegación fluvial o con la concesión de depósitos francos en puertos marítimos de países vecinos solo pueden explicarse por las circunstancias que se presentaron en momentos históricos determinados.

- **En lo que concierne a la política exterior latinoamericana y a la luz de sus análisis, ¿cree usted que esa política exterior regional es un fenómeno histórico cuya actividad y atención investigativa están principalmente centradas en las élites nacionales de los diferentes países de América Latina, sin contar demasiado ni con la voz ni con el interés de otros actores —colectivos o individuales— de los que comúnmente denominamos como movimientos desde abajo?**

Pienso que sí. Primero, como resabio de la antigua historia diplomática, que prefería observar la actuación del gobernante. Segundo, porque, en general, los Ministerios de Relaciones Exteriores han guardado y sistematizado su documentación, y, en consecuencia, es más fácil comenzar por estudiar las vinculaciones que los gobiernos desarrollaron directamente o a través de sus misiones diplomáticas. Pero incluso estos acervos históricos pueden ser útiles para investigar cuestiones que atañen a otros sectores de la sociedad: por ejemplo, los migrantes o las comunidades fronterizas; y, desde luego, tales estudios son provechosos para las investigaciones sobre política exterior y relaciones diplomáticas, ya que se refieren a aspectos que formaron parte de las

preocupaciones y la actividad de los estados en sus relaciones internacionales. Es decir, no solo se excluyen, sino que pueden beneficiarse recíprocamente. Habría que añadir la ingente labor cumplida, sobre todo desde el siglo XX, por la cooperación internacional y por organismos internacionales como la Organización Internacional del Trabajo o la UNESCO, por mencionar algunos, para concluir que la política exterior o la labor diplomática no se reduce necesariamente a satisfacer los intereses de las élites o los grupos de poder.

- **A lo largo de su actividad como diplomático de carrera, ha tenido la oportunidad de investigar la política exterior y las relaciones interestatales de varios países latinoamericanos: Paraguay especialmente, pero también Colombia, Bolivia... y el Cono Sur latino-americano en general (Argentina, Uruguay, Brasil, Chile...). A la luz de esas investigaciones, ¿calificaría usted de “elitista” la construcción de la política exterior de estos países, o como una “cuestión de élites” la dirección de sus departamentos de asuntos exteriores o de sus vínculos y relacionamientos internacionales? En este dossier nos hemos propuesto indagar precisamente sobre esta cuestión, y nos preguntamos si usted lo considera así, y en caso afirmativo, los motivos por los que usted considera que se produce este fenómeno (que en algunos sentidos sería lógico que ocurriera).**

Hay una relación muy estrecha entre política interna y política exterior, aunque condicionada, claro está, por la geografía, la economía, la dimensión y distribución territorial de la población, y un largo etcétera. En consecuencia, la planificación, definición y ejecución más o menos centralizada de la política exterior dependerá del grado de participación de la sociedad en la toma de decisiones políticas. Para comenzar, las Constituciones de los países de América Latina suelen incluir principios en materia de política exterior, que se fundamentan en la experiencia histórica o en consensos generales: la del Paraguay eleva a la categoría de principio constitucional el de la libertad de navegación fluvial. Ese es un límite difícil de ignorar, incluso para gobiernos autoritarios. Además, hay que apreciar en cada caso y en cada tiempo la representatividad del Poder Legislativo o la influencia de la opinión pública. Vuelvo a referirme al Paraguay: durante la Guerra del Chaco, la consecución de un acuerdo de paz con Bolivia no dependía tanto de la decisión del Presidente de la República o del Ministerio de Relaciones Exteriores, sino de alcanzar un mínimo que pudiera satisfacer las expectativas de la opinión pública, que en aquel momento coincidía con las de los militares combatientes. Pese a las dificultades financieras o logísticas para sostener la guerra, el Gobierno del presidente Eusebio Ayala no estaba en condiciones de aceptar la paz a cualquier costo. Un dirigente político de entonces lo explicaba así: “El doctor Ayala tiene el problema del Chaco como una barra de hierro al rojo en la mano, deseoso de tirarla a la espesura del Chaco. Y no la tira porque los ojos del pueblo paraguayo están puestos en él”. De manera que

sobre esto no hay regla general. Por la forma en que se ejecuta la política exterior, la mayor parte de las acciones son definidas por un grupo reducido de personas, pero estas se encuentran insertas en un medio, y atentas a principios o prejuicios, así como a las reacciones o los efectos no deseados que sus decisiones pueden acarrear.

- **En la experiencia de sus investigaciones, ¿cómo calificaría la posibilidad de acceso a fuentes documentales con las que trabajar en el contexto del estudio de las relaciones exteriores de países como Paraguay, Bolivia, Colombia, o la relación entre España y el ámbito latinoamericano? ¿Diría usted que la disponibilidad de acervos diplomáticos y relativos a relaciones internacionales entre estados es sencilla y de fácil acceso?**

Lo primero que se puede constatar es que, en general, por lo menos en Sudamérica, los archivos de los Ministerios de Relaciones Exteriores están relativamente completos y aceptablemente conservados. En algunos países, gran parte del acervo histórico diplomático se encuentra en los archivos nacionales; en otros, la mayor parte se conserva en los Ministerios de Relaciones Exteriores. A mi criterio, resulta siempre mejor para el investigador que los documentos estén en archivos generales y no en archivos sectoriales o de cada institución. En cualquier caso, observo que en las últimas décadas el acceso a esta documentación se ha ido facilitando más, por impulso de los principios de acceso a la información pública y transparencia administrativa, aunque prevalecen restricciones por cronología o temáticas. A esto último debe añadirse la demora en la catalogación de fondos documentales, que se vuelven también prácticamente inaccesibles por tal motivo. En contrapartida, hay un avance en la especialización técnica de los archivos ministeriales, y un incremento de la cooperación internacional; puede mencionarse a este respecto el trabajo que realiza la Red de Archivos Diplomáticos Iberoamericanos (RADI), que, con muy escasos recursos, viabiliza el intercambio de experiencias y buenas prácticas, y financia proyectos que contribuyen a la preservación, organización y difusión del acervo histórico diplomático de nuestros países. Pero, además de los archivos públicos, se debería estimular la guarda, conservación y aprovechamiento de los archivos personales de los diplomáticos, que son complementarios de aquellos y sirven indudablemente para robustecer el estudio de los gestores de la política exterior.

- **Particularmente, y en lo tocante exclusivamente al Paraguay, ¿cómo considera que se encuentra el estado del arte o de la cuestión del estudio de las relaciones internacionales, la política exterior y la diplomacia paraguayas? ¿Qué actores no estatales o que pudieran ser considerados fuera del círculo de las élites nacionales cree que no están siendo bien atendidos por la investigación actual? ¿Hay aspectos de esta naturaleza que merecerían el interés, la curiosidad o la reflexión por parte de los jóvenes investigadores — y también veteranos— de las relaciones internacionales del Paraguay?**
-

La historia diplomática despertó en el siglo XX el interés preferente de los principales historiadores del Paraguay; quizás influyó para ello la necesidad de afrontar las controversias sobre los límites territoriales, o de comprender el carácter de las relaciones con los grandes vecinos con los que el país debía y debe entenderse. Entre otros aspectos y autores, Julio César Chaves explicó el proceso de la independencia del Paraguay dentro del Virreinato del Río de la Plata; R. Antonio Ramos expuso el rol que jugó el Imperio del Brasil para consolidar dicha independencia; Efraím Cardozo reflexionó sobre los antecedentes y razones del gran conflicto que terminó de definir, entre 1864 y 1870, la formación actual de los estados de la Cuenca del Plata.

Luego, en las últimas décadas del siglo pasado y primeras del actual, investigadores como Juan Carlos Herken Krauer o Luis A. Campos Doria, se ocuparon de esclarecer la participación del Paraguay en el comercio y en la economía internacionales, y se publicaron estudios importantes que buscaron superar el estrecho marco de la historia diplomática en cuanto a las relaciones con el Brasil (Francisco Doratioto), Argentina (Liliana Brezzo), Estados Unidos de América (Jerry W. Cooney, Thomas L. Whigham y Frank Mora), o con Bolivia, el vecino menos considerado, a cuyo respecto predominan aún desgraciadamente los prejuicios de la intensa propaganda anterior a la Guerra del Chaco (1932-1935). En mi concepto, estos últimos aportes aún no han sido convenientemente asimilados o aprovechados para el mejor conocimiento de la historia del Paraguay. Hoy en día son otras las cuestiones que concitan un interés preferente: las guerras internacionales y los conflictos internos del siglo XIX y XX, para unos; la historia social en proceso de construcción y revisión, o la historia intelectual, incluida en forma muy marcada la historiografía, para otros.

En todo caso, creo que, a pesar de que se ha adelantado bastante, hay un vasto campo de investigación en materia de relaciones internacionales. He mencionado antes temas y actores, en una enumeración para nada taxativa. En cuanto a política exterior, muy poco se ha estudiado la vinculación del Paraguay con otros países de América o con las grandes potencias europeas; tampoco ha sido especialmente abordada por las investigaciones la posición del país ante el panamericanismo, la Sociedad de Naciones, las Naciones Unidas, o en temas multilaterales y hemisféricos relevantes (como la lucha contra el narcotráfico o la defensa y promoción de los derechos humanos). Falta, asimismo, una historia institucional del Ministerio de Relaciones Exteriores y del Servicio Diplomático y Consular.

En lo concerniente a nuevos temas y actores no estatales, la enunciación puede extenderse bastante, aunque cabe mencionar algunos, a título de ejemplo: a) los núcleos de emigrados políticos en los países vecinos, su organización, su acción en la prensa y ante las autoridades locales, así como las gestiones del gobierno paraguayo para controlarlos o alejarlos de las zonas fronterizas; b)

la actitud de los gremios industriales o de importadores —que, dicho sea de paso, conservan sus archivos—, en materia de comercio exterior, a la luz de los intereses sectoriales que defendían; c) la imagen que se pretendía proyectar del país en las Exposiciones Universales del siglo XIX en que tomó parte el Paraguay. Aparecieron recientemente estudios muy valiosos sobre los trabajadores empleados en el tráfico fluvial transnacional por el río Paraguay (Vitor Wagner Neto de Oliveira) o sobre la propaganda que los estados beligerantes desarrollaron durante la Guerra contra la Triple Alianza en la prensa europea y americana (Lucrecia Johansson). En suma, hay mucho por hacer, y creo firmemente que el Paraguay se entenderá mejor a sí mismo y se relacionará mejor con el mundo si presta atención a la historia de sus relaciones internacionales.

Entrevista a Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla²

- **El alcance de los estudios históricos sobre diplomacia o sobre política exterior latinoamericana es un campo de estudio que suscita también cierto interés entre los investigadores españoles debido a la vinculación de España con los países de la región. ¿Cuáles considera que han sido los países latinoamericanos cuya historia diplomática, política exterior o de relaciones internacionales ha sido más atractiva y desarrollada en el ámbito de la academia española?**

Muy posiblemente los países a los que se les ha dedicado mayor atención desde la historiografía contemporaneista española hayan sido Cuba, Argentina y México, y quizás en un segundo escalón Brasil y Chile. En esas preferencias han pesado factores como la importancia para la política exterior española de esos países en el contexto latinoamericano o el peso de la emigración y las colonias españolas asentadas en algunos de ellos. Otra cuestión distinta serían los estudios sobre política interna de las naciones latinoamericanas, donde el interés ha sido más variado.

² Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla (Madrid, 1959), es un historiador español, Doctor en Historia (1991) por la Universidad Complutense de Madrid, e investigador del Centro de Ciencias Humanas y Sociales del Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (CSIC). Realizó su formación postdoctoral en el Centre d'histoire des Relations Internationales Contemporaines de la Université de Paris I-Sorbonne, y ha sido seleccionado por el International Visitor Program of the United States. Está especializado en el estudio de la historia de las relaciones internacionales españolas en el siglo XX, especialmente con Estados Unidos y con América Latina. Es autor —entre otros trabajos y un buen número de publicaciones en revistas especializadas— de títulos como *Diplomacia franquista y política cultural hacia Iberoamérica, 1939-1953* (1988), y de *Imperio de papel. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo* (1992), en los cuales analizaba la doctrina de la hispanidad y la diplomacia cultural del régimen franquista en el marco de los objetivos de su política exterior. También publicó *Viento de poniente. El Programa Fulbright en España* (2009), y en los últimos años ha coeditado un conjunto de obras: *US Public Diplomacy and Democratization in Spain. Selling Democracy?* (2015); *La apertura internacional de España. Entre el franquismo y la democracia, 1953-1986* (2016); *Ciencia en Transición. El lastre franquista ante el reto de la modernización* (2019); y *Teaching Modernization. Spanish and Latin American Educational Reform in the Cold War* (2020).

- **En línea con ese interés desde la Academia española por América Latina, la relación histórica entre las repúblicas latinoamericanas y España ha sido muy estudiada también desde España. ¿Diría que en España se ha creado escuela y que existe ya una cierta tradición y grupos de investigación consagrados en los estudios latinoamericanistas de política exterior?**

Pues dentro de mis modestos conocimientos, me atrevería a afirmar que no, no se han consolidado ni grupos de investigación ni lo que podrían calificarse como escuelas interpretativas. Es más, muy posiblemente hayamos carecido de una auténtica agenda de investigación sistemática y mínimamente coordinada, que vaya quemando etapas, por decirlo de alguna manera. Nos hemos movido más bien en torno a algunas obras o historiadores cuyos planteamientos han generado una cierta continuidad y debate, pero sin una reflexión en profundidad sobre el alcance, limitaciones o perspectivas de sus trabajos.

Y todo ello se produce a pesar de que han existido foros americanistas dotados de continuidad (congresos y seminarios, entre otros modelos de actividad académica y encuentro intelectual). Pero en mi opinión ha predominado el empirismo y las investigaciones individuales o, en todo caso, los “clanes” académicos, que no son lo mismo que escuelas pues la coherencia del grupo se basa en la fidelidad al mismo como medio de promoción académica y no en las aportaciones o discusiones científicas.

- **En los estudios de las relaciones entre España y América Latina ocupan un papel fundamental los estudios sobre cooperación social o económica, así como sobre diplomacia o relaciones culturales. ¿En qué medida considera que sigue siendo relevante esta cuestión dentro de la disciplina de la historia?**

Las relaciones diplomáticas bilaterales o el estudio de la política exterior de España hacia América Latina, han sido posiblemente los temas más abordados. Primero, porque servían para hacer una primera aproximación a la evolución de esas relaciones. Y en segundo término, pero no por ello menos importante, porque era más sencillo hacer un seguimiento de tales asuntos con las fuentes documentales disponibles, sobre todo en los archivos de los respectivos Ministerios de Asuntos Exteriores. Pero obviamente eso ha relegado el estudio de otros temas no menos relevantes y, muy a menudo, más importantes para entender el propio sentido de las dinámicas políticas interestatales.

Los historiadores económicos han hecho aportaciones muy relevantes en las últimas décadas, sobre múltiples asuntos como el comercio de esclavos y su relevancia para la economía de la colonia española en Cuba, por ejemplo. Los estudios de las relaciones culturales también han avanzado, desde la escasa tradición de análisis de estas materias cuando yo empecé mi tesis doctoral

a finales de los años ochenta, hasta la mayor atención que han alcanzado en los últimos años. Los trabajos sobre emigración también han adquirido una mayor madurez. Pero queda mucho por hacer, al igual que en otros ámbitos como el de la cooperación, que han abordado sobre todo economistas y politólogos. Asimismo, hay que establecer más cauces de debate sobre metodología, planteamientos de investigación, o fuentes alternativas para el conocimiento de los procesos.

Una parte fundamental de las relaciones entre España y América Latina ha estado mediatizada por los contextos en que se producían y los factores que actuaban en ellos. Por mencionar un periodo con una especial significación, los años sesenta del siglo XX fue una década marcada por las políticas de desarrollo, la expansión de la cooperación técnica y profesional, los intentos de reforma agraria, la polémica sobre los modelos de modernización, la confrontación entre la vía liberal norteamericana y el foco revolucionario de la Cuba castrista, etc. Pues bien, hasta la fecha apenas se ha encarado cómo afectó esa decisiva coyuntura al cambio de los parámetros en las relaciones anteriormente aludidas.

La historia social tampoco ha sido suficientemente integrada en los estudios de relaciones internacionales, salvo en el marco de los estudios sobre migraciones o sobre el exilio. Las influencias recíprocas entre profesionales o corrientes doctrinales del mundo de la cultura, la educación, la ciencia o la religión; las redes y transferencias de tales conocimientos y de otros relacionados con la evolución de las políticas públicas en sus múltiples dimensiones; los cambios registrados en las percepciones e imágenes recíprocas; las dinámicas económicas ligadas al mundo empresarial; la emergencia de fenómenos como la diplomacia pública o la diplomacia de defensa, con su traslación a la formación e intercambio de cuadros; la creciente implicación de actores de ambos espacios geográficos en la lucha por causas como la democratización o el respeto por los derechos humanos... La lista de temas que apenas han sido esbozados, en el mejor de los casos, es muy amplia. En definitiva, sabemos más sobre las grandes líneas de las relaciones diplomáticas, la historia política y los personajes públicos más destacados, pero nuestro conocimiento es mucho menor sobre las estructuras y procesos sociales a diversos niveles.

- **A continuación queremos consultarle sobre los actores participantes de lo que concierne al campo de la generación de la política exterior como política pública, así como al ámbito del servicio diplomático como el cuerpo profesional que la ejecuta en el exterior. ¿Considera que las investigaciones acerca de estas dos actividades están principalmente centradas en las élites nacionales de los diferentes países implicados? En su opinión, ¿se atiende lo suficiente la voz, el interés o la agencia de otros actores —ya sean colectivos o individuales— que también participan del desarrollo de la política exterior o que tienen influencia en el aparato o funcionamiento de la diplomacia?**

Creo que la respuesta a la pregunta anterior es aplicable en buena medida a esta otra. Los personajes de primera fila — dirigentes gubernamentales y políticos, o embajadores y representantes diplomáticos, por ejemplo — han sido objeto de atención y estudio, no siempre en profundidad. Otros actores que han intervenido en las relaciones internacionales, como empresarios, líderes sociales, educadores, científicos, militares, religiosos, etc. han quedado a menudo relegados de los análisis. Sin embargo, la influencia de tales actores ha sido a veces muy relevante en el devenir de diversas materias relativas al plano diplomático. Es necesario que las investigaciones cambien sus preguntas para indagar en otras fuentes que nos permitan acceder a otros actores.

- **¿Cuáles considera que son actualmente las líneas de trabajo más novedosas o transformadoras de la teoría en el ámbito de la historia de las relaciones internacionales? ¿Qué enfoques, actores o fuentes cree usted que están permitiendo una cierta actualización, alguna renovación, o una ampliación de los estudios sobre el tema?**

Seguramente las líneas más novedosas son las que combinan enfoques (historia internacional con historia social, o historia económica, o transferencias culturales...), para indagar en el impacto de procesos como el ya señalado de la modernización y el desarrollo. Eso se ha plasmado igualmente en los estudios más recientes sobre migraciones, consideradas desde ya desde una perspectiva multifactorial. Los estudios sobre diplomacia pública han sido otro campo que ha realizado aportaciones sugestivas recientemente, al combinar fenómenos de transferencias educativas, culturales o científicas con procesos de formación de capital humano y creación de redes de expertos.

Otro ámbito que va adquiriendo creciente relevancia son los estudios comparativos, para examinar cómo ha influido un elemento determinado en espacios regionales que superan las fronteras estatales (expansión de regímenes totalitarios, incorporación de políticas sanitarias o educativas ligadas a la expansión del Estado del bienestar, procesos de democratización, lucha por las conquistas sociales, avances de la globalización...). También se está abriendo otra línea novedosa en el estudio de las organizaciones internacionales y su papel en la conformación de narrativas y pautas de actuación que han llevado a una relativa homogeneización de las políticas públicas (el discurso del desarrollo, por ejemplo, que revistió connotaciones bastante plurales).

En todo ello, ha habido un paulatino desplazamiento de la atención hacia actores que no están en primera fila, pero que condicionan la elaboración de las políticas y las decisiones tomadas. Hacia actores que escapan de la esfera política oficial y se mueven en el mundo de los negocios, el laboral, el universitario, el eclesiástico, etc., desde los cuales participan en la evolución de las

sociedades y en el devenir internacional. En lógica correspondencia, todo ello ha producido una mayor preocupación por acceder a nuevas fuentes documentales que nos informen sobre la trayectoria de esos actores.

- **El estudio de los aspectos relativos a las relaciones exteriores siempre adolece —especialmente para cronologías recientes— de la opacidad de parte de las fuentes, principalmente archivos oficiales del ámbito público. ¿Cuáles considera que son en la actualidad los principales obstáculos a los que se enfrenta la investigación en historia de las relaciones internacionales en cuanto al acceso y disposición de fuentes, clásicas o novedosas?**

La dificultad más importante estriba en el acceso restringido a la información y a su reproducción para fines de investigación. Por centrarnos en España, y en el caso que mejor conozco: el Archivo General de la Administración (AGA) es con seguridad el más relevante, ya que alberga documentación de diversas fuentes (Asuntos Exteriores, Emigración, Educación y Ciencia, Industria, Comercio, Propaganda, etc.); pues bien, este archivo fundamental para la investigación histórica española no dispone del personal necesario para realizar una catalogación y descripción suficiente y adecuada de los fondos, ni para atender las demandas de reproducción (que se retrasan por espacio de meses).

El Archivo de la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), que además de sus fondos documentales custodia también los del antiguo Instituto de Cultura Hispánica (ICH), tiene igualmente serias carencias de personal y medios, y la consulta no es accesible para todo su material. La Biblioteca Hispánica de la AECID tiene un impresionante catálogo de libros y revistas, además de una excelente colección de fotografías procedentes del fondo de la revista *Mundo Hispánico*, pero también está infrutilizada por falta de personal y recursos.

El Archivo del Instituto Español de Emigración está en paradero desconocido, al menos hasta donde llegan los conocimientos de este investigador. Los fondos de índole económica y comercial cuentan con centros documentales más abiertos a la consulta y reproducción, y en general se encuentran mejor descritos, como sucede con el Archivo del Banco de España o el Archivo Histórico del Instituto Nacional de Industria (INI) y de la Sociedad Estatal de Participaciones Industriales (SEPI). Asimismo, los archivos empresariales revisten una gama muy variada de situaciones, aunque predominan los vacíos documentales (por destrucción del material una vez que se considera “atrasado”, por desinterés en su conservación, o por “prudencia” sobre su contenido). Para periodos recientes existen archivos de fundaciones políticas y sindicales, interesantes en algunos casos, que se han empezado a utilizar. Por su parte, los fondos militares tienen una

accesibilidad muy dispar, pero en general tampoco resulta sencillo disponer de información de estos acervos pese al esfuerzo de catalogación de sus materiales que se ha hecho en los últimos años.

En suma, hay muchos posibles centros de acceso a documentación histórica en España que podrían mejorar de forma sustancial nuestros conocimientos, pero las condiciones de acceso son, en una parte considerable de los casos, deficientes. Por otro lado, habría que mejorar también los contactos y el trabajo en común entre investigadores y documentalistas, incluso estableciendo equipos de trabajo mixtos. Y, no menos importante, hay que reformar la actual legislación en materia de disponibilidad de información pública, muy restrictiva actualmente, que impide la transparencia y el acceso a la documentación que debiera exigirse en un país democrático como el nuestro. Medios, accesibilidad y colaboración, con esas tres claves avanzaríamos bastante.

- **¿Cree que existe en España una red de trabajo interdisciplinar e interconectada entre las diferentes universidades y centros de investigación nacionales que permita el diálogo y la colaboración entre investigadores de distintas universidades o entre diferentes grupos de investigación? ¿Existe entre la academia española de historia de las relaciones internacionales y sus homólogas latinoamericanas una red de contacto suficiente? ¿Cómo podríamos ampliar esa conexión atlántica, habida cuenta de que a menudo abordamos los mismos o similares objetos de estudio?**

La respuesta debe ser matizada. Hay organizaciones académicas que favorecen esos contactos, por medio de la organización de congresos o seminarios periódicos, pero queda mucho por hacer para que exista verdaderamente un funcionamiento en red, un diálogo académico fluido, un debate bien estructurado, un esbozo de agenda de investigación compartida... Entre estas organizaciones académicas, la Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales (CEHRI), sin ser ni mucho menos la única, es una de las asociaciones que permite esa clase de interacción, encuentro e intercambio de avances en la investigación sobre la cuestión.

Seguramente una de las formas de mejorar la conexión atlántica sería abordar proyectos de investigación comunes y generar espacios de debate permanentes a ambos lados del Atlántico. Pero no es una idea nueva, ni sería la primera vez que se lleva a la práctica. Quizás el mayor desafío sea el de la continuidad.

Gerentes Editoriais

Ana Amélia Gimenez Dias  
Dalila Varela Singulane  
Diego Sebastián Crescentino  
Gabriela Santi Ramos Pacheco  
Pedro Vieira Fellet  
Rita de Cássia Lara Couto  

Assistentes Editoriais

Alice Lazzarini Bento  	Marco Antônio Campos e Souza  
Bárbara Ferreira Fernandes  	Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos  
Brendo Filipe Costa Diniz  	Nilciana Alves Martins  
Fernanda Gallinari Sathler Mussi  	Rosali Maria Nunes Henriques  
Hygor Mesquita Faria  	Taís Daiele Alves  
Jeremy Dioses Campaña  	Tania Gerbi Veiga  
Kathia Espinoza Maurtua  	Vitória Almeida Machado  
Lucas Eduardo de Souza Ferreira  	

Bolsistas de Treinamento Profissional

Gabriel Benedito Machado  

